MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DULCINÉIA SILVA MARTINS

NO SILÊNCIO DOS ARQUIVOS: RELATOS DE VIAJANTES QUE PERCORRERAM MATO GROSSO – (1808-1864)

Cuiabá
2014

DULCINÉIA SILVA MARTINS

NO SILÊNCIO DOS ARQUIVOS: RELATOS DE VIAJANTES QUE PERCORRERAM MATO GROSSO – (1808-1864)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges

Cuiabá

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

M386s Martins, Dulcinéia Silva.
No silêncio dos arquivos: : relatos de viajantes que percorreram Mato Grosso (1808-1864) / Dulcinéia Silva Martins. – 2014
324 f. ; 30 cm.

Orientador: Fernando Tadeu de Miranda Borges.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2014.
Inclui bibliografia.

1. Viajantes Silenciados. 2. História Social. 3. Arquivo Público. 4. Mato Grosso. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 – Boa Esperança – CEP: 7806900 – Cuiabá/MT

TEL: (65) 3615-8493 – Email: gerapesquisa@gmail.com

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor Fernando Tadeu de Miranda Borges

Orientador

Profa. Doutora Ana Maria Marques

Examinadora Interna

Prof. Doutor Alexandre Macchione Saes

Examinador Externo

Profa. Doutora Maria Adenir Peraro

Suplente

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, um grande incentivador dos meus estudos, que durante essa pesquisa realizou sua última viagem...

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradecer a Deus por permitir que eu concluísse essa jornada de difícil trajetória. Aos meus pais que mesmo sem condições me levaram para o mundo dos livros onde encontrei a força para vencer as vicissitudes da vida.

Ao Professor Fernando Tadeu de Miranda Borges, orientador desta dissertação de mestrado, que com o maior carinho me recebeu para torturar seus pensamentos com viagens e viajantes desconhecidos, na tentativa de descobrir pessoas que estavam encapsuladas pelo hiato do tempo. Com sua ajuda, venho fazendo esta longa viagem; primeiramente, embarquei em um trem de esperança, percorrendo caminhos até descer em um ponto qualquer para prosseguir a jornada

À disponibilidade da Professora Ana Maria Marques, que se prontificou a ler o trabalho, tenho plena certeza de que sua imparcialidade irá contribuir de forma contundente, enriquecendo minha pesquisa e, principalmente, minha escrita. Pessoa que ganhou minha admiração e gratidão por ter me ensinado a cartografia das emoções e a conseguir delas falar.

À Professora Maria Adenir Peraro, pela leitura do texto e pelas sugestões é alguém por quem meu respeito transcende qualquer palavra que eu aqui registre.

Ao Professor Alexandre Macchione Saes, da Universidade de São Paulo e vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), por ter se disposto a ler este trabalho, tarefa nada fácil pelo número de páginas, e compartilhar conosco desse intercâmbio de sentimentos e, que por força de sua profissão tornou-se também um viajante do tempo, do espaço e das ideias.

Ao professor Flavio Coelho Edler que gentilmente enviou-me seu livro *Boticas & pharmacias: Uma história ilustrada da farmácia no Brasil*, já esgotado, para que dele eu pudesse me utilizar.

Cabe aqui um agradecimento à Professora Lucia Helena Gaeta Aleixo, autora do livro *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888).* Não posso deixar de mencionar essa grande mulher, a primeira pessoa que encontrei em sala de aula no início

dos anos noventa, quando entrei para o curso de História. Foi ela que me lançou na arte magnífica da paleografia, na qual mais tarde, pude me especializar.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação e Mestrado em História, que acreditaram no meu projeto e me presentearam com essa chance que tem sabor de vitória.

Ao Programa do Mestrado em História, que mesmo com seus tropeços por falta de pessoal, nunca deixou de atender-nos em nossas necessidades. E, principalmente, a Valdomira Ribeiro, por seu carinho, dedicação e zelo com nossos processos e nossas histórias de vida.

Meus agradecimentos sinceros aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso que permitiram que a pesquisa avançasse e toda uma história pudesse ser reconstruída. Obrigada Luana e Wagner, pela atenção.

Aos meus colegas do Mestrado e Doutorado em História da Universidade Federal de Mato Grosso, meus mestres em ensinamentos, com eles aprendi muito mais do que esperava e sou grata por compartilharem comigo momentos de discussões muito proveitosas.

Ao meu companheiro de jornada da vida, Nilton Cavalcanti, que no seu silêncio respeitoso deixava-me quieta com as minhas viagens aos livros e papéis sem interromper minha viagem pela biblioteca silenciosa, companheira inseparável nesse processo.

E, aos meus filhos, que apesar da distância sempre estiveram presentes em todos os momentos da minha vida e, principalmente por me dar as joias preciosas da minha vida: meus netos.

A todos, indistintamente, muito obrigada por permitir que esta viajante completasse mais uma viagem.

EPÍGRAFE

Depois de uma tormentosa viagem, em que se soffreo fomes, moléstias e muitas outras privações, cheguei ao porto.

Luiz Soares Viégas

RESUMO

Esta dissertação traz notas e observações sobre os relatos de viajantes que percorreram Mato Grosso no período de 1808 a 1864, e que encontravam-se "silenciados" nos documentos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, onde "viajar percorrendo documentos é tornar-se um viajante de vidas renascidas a partir das linhas traçadas por antigos narradores de memórias reconstruindo histórias de vidas. Em cada linha percorrida um sonho, um desejo, uma história e novos fatos e acontecimentos pertinentes a alguém ou algo, que se desdobra em leituras emocionantes no laborioso e profundo trabalho de pesquisa." A impressão deixada por esses viajantes sobre os lugares visitados faz-se presentes sob os mais variados ângulos. Clérigos, militares, engenheiros, eram os ofícios desses homens. Mesmo sendo somente homens, os viajantes silenciados, as mulheres também estiveram presentes e preencheram o cotidiano da sociedade mato-grossense. Entre uma viagem e outra observa-se que não era mais possível fazer silêncio sobre essas fontes repletas de querelas políticas e sociais, paixões, notícias sobre doenças e riquezas naturais. O Frei Ângelo de Caramanico, o Engenheiro Pedro Dias Paes Leme, o Alferes Antonio João Ribeiro e o Frei Mariano de Bagnaia, embora conhecidos da história regional, nunca foram abordados como viajantes. Destacamos ainda os seguintes viajantes: Tenente Francisco Bueno da Silva, Tenente Manoel Simões Henriques, Sargento João Manuel Henrique, Capitão Joaquim Antonio Xavier do Valle, José Ribeiro do Nascimento, Hypólito Simas Bitencourt, Luiz Soares Viégas, Joaquim do Espírito Santo Barbosa, Major Jozé Constantino de Oliveira, Antonio Rodrigues Itunamas, Manoel Carneiro de Campos, Juan Mendes Salgado. Também um destaque especial foi dado para a situação da medicina que vinha sendo praticada na época, (as terapêuticas empregadas, os processos de curas, os tipos de medicamentos, tratamentos realizados, instruções de quarentena, instrumentos e medicamentos utilizados nas boticas, mapas estatísticos patológicos, mapas de enfermos dos hospitais e dietas empregadas), retiradas de informações dos viajantes e de alguns médicos como o Dr. Antonio Luis Patrício da Silva Manso (década de 1830); o Cirurgião encarregado da Enfermaria do Distrito Militar de Coimbra, Dr. Macário Pamphilo Nogueira (1855); o Dr. Mendonça Rivani (1856); o 2.º Cirurgião José Cândido da Silva Murici (1859); o Delegado do Cirurgião-Mor do Exército, Doutor José Antonio Murtinho (1856); o "Pharmacêutico" Doutor João Adolpho Josetti (1858). O dito e o "não-dito", nesta dissertação de mestrado foi o fio condutor para a proposta da recomposição da memória de Mato Grosso por viajantes "silenciados".

PALAVRAS-CHAVE: Viajantes silenciados. História Social. Arquivo Público. Mato Grosso.

ABSTRACT

This dissertation brings notes and observations on the reports of travelers who visited Mato Grosso in the period 1808-1864, and were silenced in the documents of the Public Archives of the State of Mato Grosso. According to the survey covering, travel documents is becoming a traveler lives reborn from the lines drawn by ancient narrators memoir reconstructing life histories. In each line covered, a dream, a wish, a story and new facts and relevant to someone or something that unfolds in exciting readings in painstaking and thorough research events. The impressions left by these travelers about the places visited are always present in many ways. Clergymen, militaries, engineers, among others, were the offices of these men. Even being only men, silenced travelers, women also attended and completed the routine of Mato Grosso society. Between trips it was observed to be impossible the silence about such replete sources of political and social quarrels, passions, stories about diseases and natural wealth. Brother Angelo of Caramanico, Engineer Pedro Dias Paes Leme, Ensign Antonio João Ribeiro and Frei Mariano Bagnaia, although known regional history, were not addressed as travelers. Are also given the following rating: Lieutenant Francisco Bueno da Silva, Lieutenant Manoel Simoes Henriques, Sergeant John Manuel Henrique, Captain Antonio Joaquim Xavier del Valle, José Ribeiro do Nascimento, Hypólito Simas Bittencourt , Luiz Soares Viégas, Joaquim do Espírito Santo Barbosa, Major Jozé Constantino de Oliveira, Antonio Rodrigues Itunamas, Manoel Carneiro de Campos, Juan Mendes Salgado. Also a special emphasis was given to the situation of medicine that was being practiced at the time as: therapeutic employed, the processes of healing, types of medications, previous treatments, quarantine instructions, instruments and medicines used by apothecaries, pathological statistical maps, maps sick of hospitals and employed diets, taken from information provided by travelers and some doctors as Dr. Antonio Luis Patrício da Silva Manso (1830); Dr. Macário Pamphilo Nogueira (1855); Dr. Mendonça Rivani (1856); the 2nd surgeon José Cândido da Silva Murici (1859) ; the Deputy Surgeon - Major of the Army, Dr. José Antonio Murtinho (1856); the "Pharmacêutico " Doctor John Adolpho Josetti among others. The stated and "unsaid" in this Master's thesis was the conductor for the proposed restoration of Mato Grosso's memory by travelers.

KEYWORDS: Travelers Silenced. Social History. Public File. Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I – DISCURSOS SILENCIADOS: O DITO E O "NÃO DITO"..... 39

1.1 Viajar é preciso..... 43

1.2 A eloquência dos viajantes "silenciados" e seus múltiplos olhares..... 50

1.3 Percorrendo o arquivo entre uma viagem e outra..... 66

1.4 É proibido fazer silêncio..... 73

1.5 Viajando por manuscritos à sombra do silêncio eloquente das fontes..... 79

CAPÍTULO II – RETALHOS DE HISTÓRIA NO CAMINHO DAS ÁGUAS DOS RIOS E BICAS: FONTES DOCUMENTAIS MOSTRANDO OLHARES SOBRE A SOCIEDADE MATO-GROSSENSE..... 87

2.1 As cidades visíveis: caminhos errantes sob os pés..... 118

2.2 No calor dos ânimos: querelas políticas e sociais..... 137

2.3 Mulheres de fibras e de fitas tingidas pelas águas das paixões..... 151

2.4 Na saúde e na doença ou até que a botica traga a cura..... 190

CAPÍTULO III – A CIDADE, OS RIOS E A NATUREZA NA VISÃO DOS VIAJANTES "SILENCIADOS" QUE PERCORRERAM MATO GROSSO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX..... 224

3.1 Os rios: caminhos líquidos e a diversidade de riquezas naturais..... 225

3.2 Impressões de viagem de frei Ângelo de Caramanico: banhado no próprio sangue na Guerra contra o Paraguai..... 234

3.3 Pedro Dias Paes Leme: um engenheiro viajante esquadrinhando espaços..... 247

3.4 Viajando com o alferes Antonio João Ribeiro: corpo tombado, para nunca mais esquecer..... 253

3.5 Frei Mariano de Bagnaia: vida e morte de um viajante sangrando sem direção..... 264

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 290

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 298

INTRODUÇÃO

ÍTACA

Konstantinos Kaváfis
(Trad. José Paulo Paes)

Se partires um dia rumo a Ítaca,
faz votos de que o caminho seja longo,
repleto de aventuras, repleto de saber.
Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o colérico Posídon te intimidem;
eles no teu caminho jamais encontrará
se altivo for teu pensamento, se sutil
emoção teu corpo e teu espírito tocar.
Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o bravio Posídon hás de ver,
se tu mesmo não os levares dentro da alma,
se tua alma não os puser diante de ti.

Faz votos de que o caminho seja longo.
Numerosas serão as manhãs de verão
nas quais, com que prazer, com que alegria,
tu hás de entrar pela primeira vez um porto
para correr as lojas dos fenícios
e belas mercancias adquirir:
madrepérolas, corais, âmbares, ébanos,
e perfumes sensuais de toda a espécie,
quanto houver de aromas deleitosos.
A muitas cidades do Egito peregrina
para aprender, para aprender dos doutos.

Tem todo o tempo Ítaca na mente.
Estás predestinado a ali chegar.
Mas não apresses a viagem nunca.
Melhor muitos anos levares de jornada
e fundeares na ilha velho enfim,
rico de quanto ganhaste no caminho,
sem esperar riquezas que Ítaca te desse.
Uma bela viagem deu-te Ítaca.
Sem ela não te ponhas a caminho.
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.

Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,
e agora sabes o que significam Ítacas.

Fonte: Disponível em: <http://www.org2.com.br/kavafis.htm> Acesso em: 08/07/2013.

Desde a apresentação do projeto de pesquisa para ingressar no mestrado até esta data, uma longa viagem foi feita e certamente não chegamos ao seu final. Muitos percalços, estradas tortuosas, caminhos incertos que por algumas vezes estreitavam-se de maneira cruel, mas abríamos outras passagens nos desviando dos obstáculos, vislumbrando a reta final, embora soubéssemos que a viagem continuaria.

A primeira dificuldade encontrada foi quanto ao termo "viajante". De qual forma trataríamos os indivíduos que viajaram por Mato Grosso, se nos documentos eles apareciam ora como viajantes, viandantes, caminhantes, ora como "pessoas que passaram por esses caminhos". Haveria um intervalo de tempo para essas mudanças lexicográficas? Nos manuscritos de um mesmo ano, encontramos muitas das variações acima descritas. Ao mesmo tempo, percebemos que os vocábulos: viajante, caminho e itinerário têm suas ligações, como exemplifica o especialista Antonio Geraldo da Cunha[1] a respeito dos termos:

> Caminho: sm 'estrada, vereda, via, trilho' XIII. Do lat. Vulg. caminus, de origem céltica|| Caminhada 1813|| Caminhante| -mj- XIV|| Caminhar 1813|| Caminheiro 1813.
> Itinerário sm. 'roteiro de viagem'| ytiner-XVI | Do lat. Itinerãrium –ii, de iter intinéris 'caminho'|| itinerante XVI. Do lat. Itinerans –antis, de itinerãri 'viajar'.
> Via. sf. 'caminho' XIII. Do lat. *via* || viação sf, 'conjunto de estradas e caminho', XIX|| viador sm. 'viajante, passageiro, mensageiro', XIII. Do lat. Viãtor õris ||
> Viagem sf. 'ato de ir de um a outro lugar relativamente afastado'| XIV, -ge XIII | Do prov. Viatge, deriv. Do lat. viaticum –i 'provisões de viagem', de via || Viageiro XVIII || viajado 1899 || Viajante 1813 || Viajar, 1813 || Viajor sm. ' viageiro' 1844. (CUNHA, 2011: 676).

Dessa forma, o termo usado tem sua significância dentro do contexto em que fora apresentado em nossa pesquisa, aliando-se às fontes localizadas e às impressões que esses indivíduos, viajantes ou viandantes deixaram registradas, permitindo novas abordagens, novas reflexões e novas análises.

Ao falar do objeto de estudo, percebemos que o termo, para as outras pessoas, remetia sempre à ideia de viajantes e naturalistas, descritas em memórias, percursos e impressões de viagens, e que ainda despertam curiosidade e interesse de pesquisadores. Tratamos de corrigir esse equívoco informando que não se tratava dos viajantes e

[1] Antonio Geraldo da Cunha, lexicógrafo e etimologista, membro da Academia Brasileira de Filologia.

naturalistas cujos trabalhos foram e continuam sendo analisados, tanto pelo campo historiográfico como pelo campo literário, mas de outras viagens empreendidas por pessoas comuns ou mesmo aquelas com funções específicas como os militares, clérigos e engenheiros, que embora conhecidos pela historiografia regional e até nacional, não foram abordados como viajantes. Denominamo-nas viajantes "silenciados" em terras mato-grossenses, naturais e de outras regiões, que percorreram os caminhos de Mato Grosso na primeira metade do século XIX.

A escolha do tema foi pensada ao longo dos anos mergulhados em papéis, livros, mapas, códices e manuscritos, realizando trabalhos meramente administrativos, sem perder, no entanto, o instinto da pesquisa. Nos detínhamos diante do acervo pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, doravante denominado APMT, onde um determinado assunto sempre rondava saltando a cada maço de papéis aberto: viajantes. Era como se aquele simples vocábulo se transformasse em um sujeito latente e pulsante, repleto de histórias contidas e que precisava urgentemente de alguém que lhe rompesse a mordaça de longos anos de silêncio e deixasse fluir sua narrativa e histórias de viagens.

Durante os trabalhos, ora pesquisando para professores cujo tema já se fazia público, ora lendo para a execução dos trabalhos de arranjo e catalogação documental, exigidos pelo ofício, era difícil não tragar os dados que iam surgindo a cada trabalho executado. Diante de nomes de viajantes notoriamente conhecidos, principalmente no mundo da literatura acadêmica, outras pessoas que, por força da profissão ou pelo desejo de conhecer, ou ainda para povoar o território, se tornam viajantes, narradores e correspondentes das viagens empreendidas e permanecem no silêncio e no anonimato tanto da literatura como da historiografia regional com a denominação de viajantes.

A cada etapa concluída dos processos de trabalhos ordenados, víamos a nossa função ali: preparar o arquivo e a documentação para os pesquisadores. Segundo Pêcheux, é o que se constitui na leitura interpretativa, científica, a apreensão do documento, a leitura literal:

> [...] enorme trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder e de nossas sociedades gerem a memória coletiva [...] gestos incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc.) constituem também uma leitura, mas impondo ao sujeito leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega [...] até os nossos dias, sobre esta renuncia a toda pretensão de 'originalidade', sobre este apagamento de si na pratica silenciosa de uma leitura consagrada

> ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÊCHEUX, 2010: 51-52).

Neste caso, ainda seguindo o pensamento de Pêcheux, (2010), a leitura do arquivo deve ser percebida na sua amplitude e totalidade como "campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão". E é neste lugar de memórias adormecidas que tropeçamos na raridade dos documentos, apresentados como retalhos de uma colcha que se demorará na sua tessitura, mas que ao longo do tempo poderá ser concluída se juntarmos os pedaços dispersos, esquecidos em caixas que vão sendo abertas e fechadas.

O objetivo partiu de uma etapa concreta de trabalho, a execução do levantamento documental como mais uma forma de contribuir para as pesquisas futuras. Os documentos citados ao longo da pesquisa (uma parte pequena do levantamento) foram concomitantemente sendo organizados em forma de catálogo temático cronológico.[2] Optamos por essa forma de organização para facilitar ao pesquisador localizar, com maior rapidez, a fonte que lhe interessar, pois a maioria dos documentos transcritos encontra-se bastante deteriorada pela ação do tempo e do manuseio.

Por ser relativamente grande a quantidade de documentos transcritos, perfazendo um total de mais de mil e duzentas páginas e a variedade de temas sugeridos, depende do interesse e do ponto de vista de cada um escolher qual objeto de desejo para pesquisar.

Dentre essa variedade de temas, escolhemos o dos viajantes "silenciados" para nos ater mais profundamente, mostrando como eles viam as cidades, a importância dos rios e da natureza, os índios e suas relações com um desses viajantes, o frei Mariano de Bagnaia. Além disso, a pouca, mas significativa atuação de mulheres nesses relatos e a questão sanitária, com destaque para as doenças recorrentes no período com suas práticas de cura e a medicação utilizada por médicos, cirurgiões, boticários e também pelos charlatães, gera uma discussão acirrada entre os detentores da medicina.

Alguns teóricos nos acompanham nessa viagem sem a preocupação severa de dar respostas às questões propostas, e ajudaram a pensar essas questões como parte de um processo histórico. Entre eles, Reinhart Koselleck nos auxilia nas questões sobre o tempo passado e o tempo futuro no presente para os historiadores. Jacques Le Goff, ajuda a pensar a memória registrada no documento como fonte para a operação historiográfica

[2] Como critério de seleção das fontes optamos por transcrever o maior número possível de documentos desde 1808 a 1864. Não significa que toda essa documentação será trabalhada, pois seria impossível devido a diversidade de temas que apresentam e o volume da massa documental. A maior parte dos documentos trabalhados compreendem o período da década de 1840, 1850 e 1860, período em que aparecem mais os relatórios de viagens desses viajantes "silenciados".

sugerida por Michel de Certeau. E ainda Christian Delacroix, que nos auxilia trazendo a dialética passado/presente para dizer que a história retoma com criticidade, através dos diálogos e dos confrontos entre as relações múltiplas, permitindo interrogar o futuro do passado através dessas correntes historiográficas.

Pesquisadores e estudantes que frequentam o APMT conhecem pouco da organização do seu acervo, isso pelo fato de suas pesquisas já estarem com tema e período definidos ao início dos trabalhos. A documentação avulsa (denominamos documentação avulsa os documentos acondicionados em caixas) dos períodos Colonial, Imperial e Republicano está armazenada em caixas de papelão em ordem cronológica contendo papéis, correspondências, ofícios, cartas, bilhetes, entre outros, produzidos no período de 1733 a 1975. A partir daí, toda documentação produzida pelo Estado encontra-se sob a guarda de seu órgão de origem.[3]

Outros documentos como livros, mensagens, legislações e relatórios encadernados estão em prateleiras, são de fácil manuseio desde que utilizados os instrumentos de pesquisa que contêm a descrição desses documentos e sua localização física.

A inesquecível Sra. Vera Iolanda Randazzo, competente diretora do APMT e responsável pela sua organização original por muitos anos, desenvolveu trabalhos relevantes que até hoje são registros efetivos de sua dedicação àquela Instituição[4]. Fez o primeiro levantamento, naquela data, do acervo que constava dos seguintes números: documentos avulsos do Período Colonial, oitenta e quatro mil, seiscentos setenta e seis livros de registros, sendo o mais antigo um códice com a capa original de couro cru, contendo cento e quarenta e seis Cartas-Régias datadas de 1702 a 1746[5] e, o documento mais antigo é uma carta de 1683.

O Período Imperial consta de um milhão, oitocentos e cinquenta mil documentos avulsos e quatrocentos e vinte cinco Livros de Registros. Títulos de jornais, doze Livros das coletorias provinciais, somando um total de setecentos e quinze, datados de 1835 a

---

[3] Ver Decreto N.º 1.654 de 29 de agosto de 1997 que dispõe sobre a instituição do Sistema de Arquivos do Estado de Mato Grosso. Diário Oficial da mesma data, página 1.

[4] Para conhecer melhor o trabalho de D. Vera Iolanda Randazzo, ver a Revista do Arquivo Público de Mato Grosso. Cuiabá-MT, v.1, n.1, v. il., março/agosto 1982. (Idealizada e executada na sua gestão).

[5] Ver RANDAZZO, Vera Iolanda. ***Catálogo de Documentos Históricos de Mato Grosso***. Cuiabá: Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977, no qual está relacionada as 146 cópias de Cartas Régias, Alvarás e Provisões datadas de 1702 a 1746. O original é um livro encadernado em couro com 168 páginas. Hoje restaurado pela Fundação Rui Barbosa e impresso pela Editora Entrelinhas com o título de "Documentos Régios – 1702-1748"

1889. Já o Período Republicano consta de quinze milhões de documentos avulsos, Livros de Registros e Atos Governamentais; setenta e nove Inventários e Heranças; dois mil quatrocentos e oitenta Livros de Folha de Pagamento do Tesouro do Estado; mil quinhentos e sessenta e dois Livros das Coletorias Estaduais; cinco mil e setenta e quatro compreendendo o período de 1835 a 1966; oitenta e sete mil e quinhentos e cinquenta Balancetes dos Municípios e oito mil setecentos e cinquenta Livros de Registros de vários Fundos.

Consta ainda de uma Biblioteca de apoio e Hemeroteca com a Coleção de Diários Oficiais do Estado para consulta física ou em microfilmes, contendo todos os atos administrativos desde sua primeira edição, em 1890, até os dias atuais e mais duzentos e vinte cinco títulos de jornais mato-grossenses produzidos e acumulados ao longo de dois séculos, sendo os mais pesquisados o jornal "O Estado de Mato Grosso" e o jornal "A Cruz", este de cunho religioso. Centenas de livros, inclusive os raros, fazem parte desse acervo que se amplia dia a dia com as doações recebidas.

Mantém sob sua guarda ainda, a documentação dos Cartórios do 1º, 2.º, 5.º e 6.º Ofícios, além dos documentos do Tribunal da Relação – com a Constituição de 1824 foi transformado em Tribunal de Justiça – que consiste em centenas de processos criminais. Atualmente, alguns fundos estão sendo catalogados e digitalizados através de um convênio entre o APMT e a UFMT, trabalho significativo para a preservação dos originais.

Mas o que é o arquivo? Qual o seu papel dentro dessa nova conjuntura mundial? "A Revolução cria o arquivo, no sentido em que ainda o entendemos, ou seja, o documento-rastro de um passado distante [...] Tais documentos se tornam, pelo novo olhar lançado ao passado, elementos do patrimônio". (DELACROIX, 2012: 17)[6]. Não podemos mais pensar o arquivo como depósito de pedaços da história que já passou. O arquivo é hoje pensado como diferentes possibilidades e formas de leituras. As fontes originais não são o único recurso para contar a história, mas, auxílio relevante para se identificar e narrar os interstícios que nelas há e que até então passaram despercebidos. O

[6] "De alguns anos para cá, a história vem debruçando-se sobre si mesma, não para ceder a alguma autocelebração ou auto comemoração, mas para alcançar, assim, um segundo grau, um nível reflexivo que implica, tanto da parte do autor quanto do leitor de história, uma melhor compreensão do que quer dizer fazer história". Para conhecer melhor a questão do nascimento dos arquivos e a operação historiográfica a partir da excepcionalidade francesa, ver: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **As correntes históricas na França**: séculos XIX e XX. Tradução Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

encadeamento dessas fontes permite-nos acompanhar o processo de sua formação e o contexto dessa produção e, o documento, compondo junto ao arquivo o patrimônio, dá-nos, consequentemente, uma nova concepção para a renovação da historiografia.

De acordo com a legislação, o APMT passa a existir oficialmente como órgão a partir da Resolução N.º 153 de 16 de abril de 1896, embora sua existência remonte aos tempos coloniais, pois a documentação acumulada desde 1733 é prova cabal do cuidado em guardar a documentação produzida e recebida, principalmente as correspondências dos Capitães Generais, primeiros governantes da Capitania de Mato Grosso.

A Constituição de 1824, em seu Art. 70, já citava o "archivo publico" para guarda da documentação produzida no Brasil com a seguinte redação:

> Assignada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o Sello do Imperio, se guardará o original no Archivo Publico, e se remetterão os exemplares della impressos a todas as Camaras do Imperio, Tribunaes, e mais Logares, aonde convenha fazer-se pública.[7]

Portanto, uma ideia preservacionista da história desse novo país recém-nascido.

Em Mato Grosso, o APMT sofreu algumas mudanças espaciais e também intervenções estruturais, o volume documental foi ampliado consideravelmente para felicidade dos pesquisadores. Atualmente, encontra-se localizado em um prédio construído na década de 1940, com o propósito de abrigar a Secretaria Geral do então governo de Júlio Müller, com sua proposta de modernizar o Estado (1937-1945). Desde sua mudança para o espaço atual, no final do século XX, vem se mantendo com uma áurea de simbolismo da cultura e monumento preservacionista em torno de si. Um "lugar de memória", utilizando a expressão criada por Pierre Nora em sua obra *Les Lieux de Mémóire*. Um lugar topográfico carregado de uma vontade de memória e onde a memória coletiva se expressa e se revela, conjugando esforços em busca de instrumentos que possam reforçar e propagar essa identidade e singularidade local.

Le Goff (1994), após realizar longo e minucioso trabalho científico desde as sociedades sem escrita, aponta as especificidades de memória e de história, demonstrando que os dois conceitos se justapõem, servindo a memória coletiva de apoio para a história. Suas afirmações acerca do significado da história mostram sua visão: uma ciência do passado, embora esse passado comporte todas as condições de se tornar objeto da história.

---

[7] BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil**, de 25 de Março de 1824.

Essa interação entre o passado enquanto objeto e o presente do historiador, levando em consideração que o passado só é possível através do olhar sobre o presente, inscreve-se assim que, "cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico". (LE GOFF, 1994: 26).

Para o autor, os quatro "lugares de memória coletiva" descritos por Pierre Nora – topográficos, monumentais, simbólicos e funcionais – todos têm sua história. "Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva", que, para Nora, são "Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória". (LE GOFF, 1994: 473).

Existe atualmente uma grande preocupação com os usos que se faz da memória quando as atenções se voltam para a busca da compreensão dos meandros do fazer-se e viver-se da realidade social. Essa realidade é construída e propagada em ritmo acelerado por homens e mulheres, espalhando-se de tal forma a atingir uma gama considerável de dimensões e direções para o entendimento amplo da cultura de um modo geral. Esse pensamento se torna a forma mais abrangente pertencente a um ambiente de viveres e fazeres do cotidiano vivido. Pensar nos relatos dos viajantes silenciados é abrir esse leque de possibilidades para que, desse modo de pensar amplificado, possamos refletir sobre os sentidos, as ações e os lugares percorridos nesse bojo de inquietações viajantes.

Quem passa pela Avenida Getúlio Vargas, na esquina com a Comandante Costa no coração de Cuiabá, vê o edifício com sua escadaria que termina em uma antiga porta de ferro fundido e grandes vidraças escurecidas, nem sempre tem conhecimento da riqueza e da beleza que essas paredes abrigam. Um lugar onde as ideias fermentam e se multiplicam em "memórias coletivas"

No seu interior, a existência de uma vastidão de pacotes em papéis pardos, desgastados, empoeirados e fechados por décadas, ocupando grandes salões, continuam hermeticamente descansando em paz nas prateleiras de aço. No silêncio em que permanecem, histórias não contadas se espremem entre os fardos amarrados num grito sufocado em cada estante. Neste espaço de memória, por vezes alguns desses gritos conseguem eclodir pelas mãos e olhos astutos e desejosos de um historiador e, nessa fuga alucinada, transborda de significados do real, do sonhado, do pensado, do dito ou "não dito" para as páginas em branco da história a ser escrita através dos documentos ou dos problemas sugeridos por eles.

Outra parte, organizada segundo as orientações do Sistema Nacional de Arquivos[8], deixam mais explícitas as intenções dos leitores e sua organização. Fundos, Séries e Subséries distribuídos dentro de uma lógica administrativa que perdurou por mais de cem anos. Difícil explicar o motivo das mudanças ocorridas após o ano de 2006, quando seus antigos fundos originais, organizados de acordo com a sua procedência - um arquivo se organiza para os pesquisadores e não para quem nele trabalha - foram drasticamente alterados de acordo com a leitura dos novos organizadores. Sendo assim, podemos dizer que o pensamento e o conhecimento têm um caráter subjetivo, o arquivo como discurso político de uma determinada instituição.

> Por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são "literatos" (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles *sua* própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos. (PÊCHEUX, 2010: 50).

Antes do surgimento da imprensa, o saber tradicional estava pautado na oralidade; agora, a história deixa de ser contada e passa a ser escrita. Dessa forma o passado pode ser revisitado e o historiador se vê na contingência de deixar a história em aberto, não é mais possível para ele pensar a história sem entrar na subjetividade. A história não pode ser hermética, destituída de paixão, e outras possibilidades de leitura emergem, o passado passa ser visto com os olhos do presente.

É uma nova concepção de tempo se formando, na qual o homem se torna capaz de construir a sua história e rever a ideia de tempo, fazer uma reflexão de que tempo é esse "quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas do rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido". (KOSELLEK, 2011: 13). Isto significa que o homem deve executar a linguagem do próprio tempo, ou seja, a construção de um novo tempo com a libertação de todas as amarras.

Diferente do homem na Idade Média, que não tinha consciência de estar vivendo a Idade Média, o homem moderno tem consciência de que está vivendo essa modernidade, sente plenamente essa concepção de tempo célere que se descortina. A previsibilidade faz

[8] O art. 26 da Lei Federal n.º 8.159/91 institui o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, regulado pelo Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002 tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo.

o homem ver que o futuro é mais importante que o presente, não mais através de profecias, mas de uma situação em que "o prognóstico é um momento consciente da ação política"[9] dessa forma, dentro desse tempo veloz, o passado tem o futuro e o futuro tem o passado.

> O tempo que assim se acelera a si mesmo rouba ao presente a possibilidade de se experimentar como presente, perdendo-se em um futuro no qual o presente, tornado impossível de se vivenciar, tem que ser recuperado por meio da filosofia da história. A aceleração do tempo antes uma categoria escatológica, torna-se, no século XVIII, uma tarefa do planejamento temporal (Idem, p. 37)

Nos documentos escolhidos para a pesquisa, mais especificamente os relatos, temos que trabalhar as questões periféricas do documento, não só o que está posto ali, mas ter a consciência de que o implícito faz parte da história de uma conjuntura e de um determinado momento, que o fato histórico é construído objetiva ou subjetivamente. Cabe ao historiador explorar esses meandros, quando trata do problema da objetividade como sugere a citação a seguir,

> A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de *verdade* em história; pelo contrário, os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito (LE GOFF, 1992: 11).

O século XIX "esconde" Deus no sentido de explicar através da ciência a existência do ser vivo e do mundo e o saber deixa de ser divinatório. Em 1831, o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882) embarca em uma viagem pelo mundo durante três anos, coletando materiais e acumulando informações para a formulação das suas teorias de evolução e seleção natural das espécies. Como ele mesmo se intitula "um viajante erudito" no decorrer de suas viagens, no dia primeiro de agosto de 1836 chega à Bahia. Descreve a paisagem exuberante tecendo elogios à natureza, afirmando que, a seus

[9] Ver KOSELLECK, Reinhart. ***Futuro Passado***: *contribuição à semântica dos tempos históricos.* Tradução do original alemão Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira; Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

olhos, ela deve ser vista de forma a distinguir cada espécie, pois se vista em sua forma conjunta, ao longo do tempo as belezas se dissiparão e a memória se perderá.[10]

> Devemos lembrar que, nos trópicos, a selvagem exuberância da natureza não se perde nem mesmo nas proximidades das grandes cidades, pois a vegetação natural das cercanias e dos flancos das colinas subjuga, num efeito pitoresco, os trabalhos do homem. Dessa forma, há apenas alguns pontos onde o solo vermelho brilhante contrasta com a universal cobertura verde. [...] A esplêndida e densa folhagem das mangueiras oculta, então, o solo com sua mais escura sombra, enquanto os ramos superiores ficam tonalizados com o mais brilhante verde por causa da profusão de luz. (DARWIN, 2009: 307-308).

Já o oposto se dá ao chegar a seis de agosto do mesmo ano em Pernambuco. Descreve a construção da cidade, sua posição geográfica, como se liga ao mar. Suas impressões sobre o lugar são de um olhar endurecido, o qual fala mais que qualquer palavra que possa registrar em seus diários. "A cidade é nojenta. As ruas são estreitas, mal pavimentadas e imundas; as casas altas e sombrias". E continua com suas impressões acerca de outra cidade, Olinda: "a velha cidade, por causa de sua posição, é mais agradável e limpa que Pernambuco".[11]

Observa a falta de cortesia do povo que se recusa a deixá-lo passar por seus jardins para alcançar outros pontos e observar a cidade do alto. Ao receber com o consentimento de um morador para passar por seus jardins, após duas tentativas frustradas, retruca "Fico feliz que isso tenha acontecido em terra dos brasileiros, pois não nutro por eles qualquer simpatia – uma terra de escravidão e, portanto, de corrupção moral". Prossegue por ocasião de sua partida no dia dezenove de agosto: "Finalmente deixamos as praias do Brasil. Agradeço a Deus e espero nunca visitar outra vez um país escravocrata".[12]

Dessa forma, podemos compreender porque outros homens se lançam em viagens cujos relatos estão sempre baseados em leituras tão distintas, em olhares tão diversos. Cada viajante deixa suas marcas e impressões sobre os lugares visitados. Cabe aos pesquisadores interpretar esses olhares, buscando uma compreensão maior dos eventos humanos.

---

[10] Ver DARWIN, Charles. ***Viagem de um naturalista ao redor do mundo.*** Vol. 2, tradução de Pedro Gonzaga. Porto Alegre: L&PM, 2009.
[11] Idem, p. 309-310
[12] Ibidem, p. 310-311

Em nossa viagem pelo APMT, buscamos nos vestígios do passado traçado em linhas incompletas – em muitos registros faltam trechos – deixar fluir desse silêncio a vida e as vozes contidas desses personagens em seus relatos. Sair do silêncio forçado pelo tempo de guarda em seus pacotes fechados, libertando pensamentos, descortinando um mundo vivenciado em novos e velhos caminhos, (re) buscando outra época.

É necessário retroceder na história dos arquivos e na sua materialidade com relação aos documentos para entender como se deram as leituras das fontes no século XIX. A história passa a ser contada e escrita de forma legítima, pois, existe um regime de verdade, a narrativa de forma organizada a partir de uma hierarquização das fontes.

É também no século XIX que se dá a expansão dos arquivos com a ascensão da história e do documento no mundo intelectual ocidental. Período da gestação da ideia de documento como prova, mais no campo do jurídico do que no campo da história: todo documento tem uma intencionalidade e a veracidade desse documento também é fruto de uma sociedade intencionada, cujo conceito de monumento dá lugar à ideia de documento como prova histórica. Dessa forma o documento em si não tem uma importância etérea e imutável, mas a possibilidade de ligar passado e presente dá-lhe um novo significado, mudando mais o olhar e a percepção do historiador sobre a fonte do que a fonte em si. Falso ou verdadeiro? O que importa é o efeito produzido e o contexto em que foram produzidos e construídos os documentos. Segundo Marc Bloch,

> A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humana que não escapam de modo algum à análise, e os problemas de sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais intimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. (BLOCH, 2001: 83).

Dessa forma, não podemos deixar de pensar a história como uma ciência em construção, contudo, é a partir da organização dos documentos que a história se torna pública e as análises e interpretações se tornam possíveis. As lacunas ou o que está registrado na acumulação física nos arquivos é o que permite ao pesquisador dialogar com essas lembranças em forma de escrita.

No Brasil, essa explosão se dá, no período regencial, com o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 21 de outubro de 1838, como

guardião do grande volume da produção documental produzida pelo Estado, com o objetivo tanto de organizar de arquivos como o de preservar os documentos históricos, segundo a visão da época. Uma história a ser contada para as gerações futuras.

Desde sua criação, em 1.º de janeiro de 1919 e de sua instalação, em 8 de abril do mesmo ano até os anos de 1950, o IHGMT consolidou a produção historiográfica do estado de Mato Grosso, com cunho memorialista, "acompanhando uma memória historiográfica" de forma consensual ao cercar-se das fontes documentais produzidas ao longo dos anos, englobando as construções literárias de forma harmoniosa, "para justificar determinadas condutas e ações políticas". Para Zorzato (1998), a instituição tem sua parcela de contribuição na construção do projeto identitário para Mato Grosso, fundado em dois eixos principais: primeiro, o de se resguardar diante da eminente chegada do elemento estranho, tecendo e construindo uma identificação própria do grupo reinante, de modo a assegurar a manutenção do *status quo;* e o segundo, de promover uma "campanha" contrária aos estereótipos disseminados que caracterizam a região como um "lugar distante", de "violência extrema" e com uma população "acomodada, preguiçosa, indolente e sem perspectivas". Na interpretação de Zorzato (1998),

> Constitui-se em Mato Grosso uma historiografia de conteúdo essencialmente memorialista. Seu surgimento está relacionado, num primeiro momento, com a necessidade de servir de suporte a uma identidade almejada, objetivando afirmar uma suposta peculiaridade, que a um só tempo especifique e insira Mato Grosso no cenário nacional [...] Um estoque de lembranças, isto é, a memória que se quer preservar. Constrói um quadro de referências sem um viés interpretativo ou diálogo com outras construções historiográficas, a não ser como fonte de informações e mais para justificar do que para explicar (ZORZATO, 1998: 9-10).

Não podemos, no entanto, desprezar as publicações produzidas no seio da instituição pois, a contribuição e a singularidade das obras de cada autor se tornaram fontes para novas análises e interpretações e, segundo LEOTTI (2001: 283), referindo-se a política indigenista em Mato Grosso durante o período 1831 a 1839, "apesar de um modelo predominante, garantiram espaços de análises diferenciadoras, marcando, portanto, uma certa heterogeneidade em suas produções historiográficas".

Dentre os inúmeros documentos pesquisados no APMT, muitos demonstram bem este sentimento nacionalista que ascende neste momento, traduzindo a nova organização dos documentos e papéis importantes para o futuro, a compreensão e a formação da história brasileira e a criação de uma nacionalidade. Essa ideia de progresso,

pensamento bastante difundido a partir de meados do século XIX e início do século XX, desencadeia uma nova onda de civilidade, na qual, "a ideia de progresso é identificada com a própria civilização, constituindo o seu princípio dinâmico. Impõe-se um horizonte de expectativas, que conduz, como o sentimento de ruptura, a se reconsiderar o passado", segundo Koselleck.

Dessa forma, as novas diretrizes sinalizam para esse progresso, inseridas, propositadamente, em frases de efeito contidas nos documentos, como esta: "promove os progressos das cousas da Patria", frase do documento n.º 4961. Isso revela a nova ordenação para a documentação produzida nas províncias por ordem do Imperador D. Pedro II e a preocupação em resguardar papéis e objetos que irão contar a história dessa nação nesse novo alvorecer do conhecimento. Um exemplo é o documento elaborado pelo primeiro secretário do IHGB, Joaquim Manoel de Macedo[13], que viria a ser conhecido mais tarde como um dos maiores escritores brasileiros, principalmente pela sua estreia na literatura com o romance "A Moreninha" (1844)[14]. Portanto, a história também foi construída por esses homens da literatura[15], como o fez Joaquim Manoel de Macedo e tantos outros. Vejamos como o poder das palavras trilham caminhos,

---

[13]Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882). Médico, jornalista, romancista, comediógrafo, poeta, folhetinista, historiador, professor de Geografia e História do Colégio Pedro II. Preceptor e professor dos filhos da Princesa Isabel. Sua bibliografia consta mais de quarenta obras publicadas e inúmeras colaborações em jornais e revistas. Sócio fundador, Secretário e Orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1845. Ver ainda na obra do autor ***Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*** Brasília: Senado Federal, volume 42, 2009, o prefácio de Astrogildo Pereira, uma crítica ácida sobre as obras do autor sem desmerecer sua importância para a literatura e enfatizando a fidelidade amorosa pela cidade do Rio de Janeiro.

[14] MACEDO, Joaquim Manoel de. ***A Moreninha***. São Paulo: Editora Ática, Série Bom Livro,1993. Romance publicado em 1844, obra que marca o início da ficção do romantismo brasileiro. É considerado o primeiro romance tipicamente brasileiro, pois retrata os hábitos da juventude burguesa carioca, contemporânea à época de sua publicação. Por dar prestígio e fama ao autor de forma muito instensa, este abre mão de exercer a medicina e passa a dedicar-se exclusivamente à literatura e ao jornalismo. Romance ambientada na ilha de Paquetá, Rio de Janeiro. Conta a história de quatro amigos, uma aposta, uma paixão e um livro.

[15] Joaquim Manoel de Macedo é autor do primeiro livro didático de História do Brasil intitulado ***Lições de História do Brasil para o Colégio Pedro II***. Integrante da vanguarda historiográfica da época, escreveu três manuais didáticos de história sob encomenda do governo imperial. Esses manuais foram utilizados pelos alunos do Colégio Imperial D. Pedro II, onde o autor era professor de História do Brasil. O primeiro, escrito em 1861, para o 4º ano do Colégio Imperial Pedro II. O segundo, de 1863, foi uma adaptação para o 7º ano, com acréscimos. E o último, escrito em 1865, foi uma adaptação destes dois para as escolas primárias do país, onde a obra sofreu modificações mais importantes na metodologia e na profundidade dos conteúdos. Nos prefácios, o autor coloca seus objetivos: combinar erudição com a identificação dos caminhos da evolução da nação e tornar legível a história pátria para os alunos. Para maior compreensão ver a dissertação de mestrado de Selma Rinaldi de Mattos ***A história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo*** defendida em 1993, pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em 06/06/2014 às 00:06h.

> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁPHICO BRAZILEIRO
> FUNDADO DEBAIXO DA IMEDIATA PROTEÇÃO DE
> SUA MAGESTADE IMPERADOR O SENHOR D. PEDRO II
>
> Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor
> Tendo o Instituto Histórico e Geographico Brazileiro em sessão de 11 de Julho p. p., Honrada com a Augusta Presença de S. M. O Imperador, deliberado que se pedisse aos Ex.mos Srs. Presidentes das Provincias a tarefa de colligir todas as tradicções e documentos relativos á História do Brazil existentes nos Archivos Publicos, ou nos conventos, ou em poder de particulares, devendo em referencia a estes (sendo de avançada idade) acceitar as informações vocaes dos factos occorridos em eras passadas, tenho a honra de me dirigir a V. Ex.ª por ordem do mesmo Instituto, solicitando de seu patriotismo, o desempenho d'esta importante incumbência. Confiando pois o Instituto Historico e Geographico Brazileiro na solicitude com que V. Ex.ª promove os progressos das cousas da Patria, espera que será satisfeito este seu pedido. Deus Guarde a V. Ex.ª. Secretaria do Instituto Historico no Paço Imperial da Cidade em 9 de Agosto de 1856. Ill.mo e Ex.mo. Sr. Presidente da Provincia de Matto Grosso. Joaquim Manoel de Macedo 1.º Secretario. (APMT – CAIXA: 1856 B2 – DOC. 4961).

Já o valor do documento dar-se-á à medida que o historiador percorrer seu conteúdo desnudando e desvendando seus aspectos significativos, importantes dentro de uma época e de uma sociedade com suas contradições, semelhanças e diferenças dentro do quadro político, econômico e social. Sendo assim, a conservação e organização dos documentos se torna uma função muito ligada ao Poder do Estado. Para Pêcheux (2010) evidentemente,

> [...] o divórcio cultural entre o "literário" e o "científico" a respeito da leitura de arquivo não é um simples acidente: esta oposição, bastante suspeita em si mesma por sua evidência, recobre (mascarando essa leitura de arquivos) uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo "interpretações", constituindo, ao mesmo tempo atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento "literal" dos documentos, as ditas "interpretações"... (PÊCHEUX, 2010: 52-53).

É a transformação das Ciências do Espírito em Ciências Humanas, surgida não como um objeto claro, mas como um campo aberto, sem fronteiras estabelecidas, com incertezas e elasticidade que procedem porque a história não é humana pelo objeto que

estuda e sim pela maneira fundamentalmente humana na busca de novos conhecimentos. Com isso, torna-se detentora de um conhecimento inteiramente aberto às oscilações discursivas das épocas e, fundamentalmente, um gesto discursivo que ocorre em vários pontos de verdade, ou seja, um regime de verdade atrelado ao universo discursivo.

E dentro dessa lógica as fontes não são apenas vestígios, mas linguagens do passado. Os velhos parâmetros de respostas não respondem mais, o que está em jogo é o regime qualitativo de verdade em que o verdadeiro é produzido pelo contexto. O documento não é lido por si só, a partir dele é construída uma linguagem na qual é projetado um sentido, (re) significando-lhe o texto, cujo sentido far-se-á a partir do olhar do leitor. Se não existe o documento (a fonte) é preciso procurar outras impressões, pois, a história é um conhecimento realista de impressões coletivas, já que a história é uma ciência do problema e não das respostas.

Portanto, não existe realidade de mão única, quanto mais aberto é o conhecimento, mais plausível de realidade. Se a subjetividade é pré-condição para o conhecimento, então é fundamental dialogar com os documentos quando eles existem, e se não, perceber a história nas suturas entre o documento e a subjetividade.

É dentro dessa importante transformação que eclode a interdisciplinaridade. Amplia um novo campo, abrindo um leque de problemas e indagações acerca da fronteira entre a memória com suas práticas e representações, lembranças ativadas e a história. A busca aos documentos tem um novo significado: trazer essas personagens à vida. São homens e mulheres que, no silêncio eloquente de um papel amarelado pelo tempo, estão vivos e presentes quando desterrados de seus lugares de esquecimento temporário. O documento, bem como a falta dele, diz muito.

Nesse período de efervescência da memória, substanciando os processos de identidade, suas reivindicações e afirmações como proposituras saltam diante das transformações e da necessidade de conhecimento. Trazer do passado para a luz do presente a existência humana enriquece o processo e vai muito além do documento. O discurso é produzido com uma nova concepção, pois apenas e só apenas da sua existência não depende mais a história: "a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando estes existem. Mas pode se fazer sem documentos escritos, quando não existem". (LE GOFF, 1994: 540).

A aura de importância dada aos arquivos no século XIX demonstra que o surgimento do germe da nacionalidade se faz notar também em Mato Grosso. Os documentos circulam com mais facilidade e os objetivos adquirem outro estatuto, tornam-

se mais visíveis devido à agilidade do meio de transporte fluvial. As correspondências transitam, ora ordenando, ora socializando informações através dos viajantes e suas viagens nos vapores que aportam. A preocupação com a documentação, principalmente a escrita, se faz notar também nos manuscritos pesquisados. Um exemplo desse novo estatuto é o ofício do capitão tenente comandante do Quartel do Corpo de Imperiais Marinheiros em Cuiabá, Antonio Joaquim Ferreira Nunes, datado de dezessete de dezembro de 1859, dirigido ao presidente da Província tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, tratando diretamente da situação do Arquivo sob seu comando, qual seja, o da Companhia de Imperiais Marinheiros[16] e do quartel, datado de 1859, documento n.º 7213 do APMT:

> Depois de ter recebido do Tenente José Henrique de Souza Aguiar o Commando das Companhias Imperiaes Marinheiros e de Aprendizes Marinheiros desta Provincia, passei, como tinha promettido a V. Ex.ª a tomar conhecimento do estado dos Livros de Escripturação dos pagamentos de soldos, dos gêneros para fornecimento das rações alimentícias, do fardamento, armamento, equipamento e mais utencílios pertencentes ás Companhias e ao Quartel; ordenando ao Escrivão – Commissario da Companhia de Aprendizes, que como, Escrivão Commissario do Côrpo, tratasse quanto antes de inventariar e receber Livros e tudo mais que fica citado.
>
> O Tenente Aguiar, que, como me quero persuadir, entende perfeitamente o que seja o Commando de uma Companhia; disse-me que nada, cousa alguma, tinha recebido por inventariar, por inventario ou relações; sendo certo, porem, que elle me entregava o que tinha encontrado no Archivo e no Quartel.
>
> Sem embargo, examinando ou ligeiramente o que havia no archivo e no Quartel ou que a escripturação tanto de correspondência como de contabilidade, do tempo do referido Tenente Aguiar entende-se posto que algumas correspondências versam sobre casos e objectos que pareção incríveis; – mas a do tempo anterior ao Commando do referido Tenente – essa quase não existe. Os cinco diversos Commandantes, que commandarão as Companhias durante o curto período de dez meses, isto é – desde Setembro do anno passado até – Julho do corrente anno, em que passou a Commandar o Tenente Aguiar, por tal modo confundirão os direitos e deveres de Commandantes – das Companhias com os de Directores do Trem Naval, que tudo está barulhado e desorganizado de uma maneira incrível. Dizem mesmo – que até houverão prevaricações. Ainda não tenho tempo de examinar minuciosamente o Archivo de encontrar com semelhantes falatas, nem tenho em meu espirito semelhante proposito. (APMT – CAIXA: 1856 C2 – DOC. 7213).

[16] Companhias criadas pelo Decreto n. 42 de 15/10/1836. Em 23 de novembro de 1837, o Ministério da Marinha ordena por oficio às presidências das províncias que atuassem no sentido de efetuar engajamentos e recrutamentos para a composição das guarnições da Marinha.

É possível descobrir através das entrelinhas muito mais do que o documento esconde, do que ele nos revela, justamente por ser um documento oficial, observar e inserir os acontecimentos dentro de uma discussão, abrindo espaço para os novos personagens insurgentes, esquecidos e de sentimentos contidos. Portanto, o momento sugere uma nova narrativa historiográfica, sem discriminações sociais, criando discussões a partir dos desejos, das paixões, das vontades e não mais só a partir dos meios de produção.

Uma nova perspectiva de narrar a história se apresenta: recolher, através do olhar arguto, aquilo que, pressupostamente, parece não ser importante e não ter nenhum destaque substancial para os grandes acontecimentos ou as realizações do homem.

Outro documento que caracteriza bem o objetivo de formar um volume documental respeitável para a organização da História do Brasil, nesse período, foi o ofício enviado ao presidente da província de Mato Grosso tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro pelo diretor recém-nomeado para o "Archivo Publico do Imperio"[17], Antonio Pereira Pinto, documento n.º 138 do APMT:

> 2.ª Secção. Rio de Janeiro. Archivo Publico do Imperio em 1.º de maio de 1860. Ilmo. Exmo. Senr. Tendo sido nomeado para o cargo de Director do Archivo Publico do Imperio, e sendo esta Repartição reorganisada por Decreto n.º 2541 de 3 de Março do corrente anno, cumpre-me assim participar a V. Ex.ª, rogando-lhe ao mesmo tempo que haja de inderessar diretamente ao dito Archivo Publico todas aquellas communicações que lhes forem relativas, bem como os Relatorios, Leis provinciaes, e quaisquer documentos que interessarem a História do Brasil, e que por ventura possão ser colhidos nas Secretarias, ou outras Repartições subordinadas á jurisdição de V. Exª. Deos Guarde a V. Exª. Illmo e Exmo. Senr. Presidente da Provincia de Matto Grosso. O Director Antonio Pereira Pinto. (APMT – CAIXA: 1860 B2 - DOC. 138).

O Arquivo Público do Império aparece na documentação pela primeira vez no ano de 1838, criado pelo Regulamento n.º 2 de 2 de 1838, subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, proposto pela Constituição de 1824. Juntamente com outras instituições como o IHGB e a Academia Imperial de Belas Artes, através do esforço de Pedro de Araújo Lima, o futuro visconde e marquês de Olinda, objetivando a construção de um "Estado Imperial" forte. Para que esse objetivo fosse alcançado era

[17] O Arquivo Público do Império, no Rio de Janeiro, foi criado pelo Regulamento n.º 2 de 2 de Janeiro de 1.838 e o Decreto n.º 2.451 de 3 de Março de 1860 reorganiza o Archivo Publico.

necessário recolher e preservar os documentos da administração central e da familia real. Toda buracracia do "Estado Imperial" estava estampada ali. A partir de 1893, o Arquivo Público do Império passa a denominar-se Arquivo Público Nacional, vindo a receber a atual denominação de Arquivo Nacional em 1911.

Esse Regulamento, contém dezesseis artigos que direcionam os trabalhos, a localização do arquivo, como devem ser tratados os documentos produzidos bem como suas finalidades. Os originais do regulamento encontram-se no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, o qual tem como órgão vinculado, o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, criado pela Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e tem como competência a definição da política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

Não é de hoje a preocupação com os documentos públicos. Desde a Antiguidade, os gregos e romanos já possuíam arquivos para guardar as correspondências, tratados e outros papéis relativos às famílias reais e às finanças. Após a queda do Império Romano do Ocidente, a maioria dos arquivos teve um fim trágico: destruição, incêndios, vilipêndios, etc, restando poucas informações anteriores ao século XI. A partir do século XVI, com o surgimento dos arquivos de Estado, ressurgem os grandes depósitos de arquivos, como o Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal, provavelmente no ano de 1378, segundo alguns historiadores.

Até o final do século XVIII esses arquivos se proliferam e se mantém como arcabouço de informações, cuja finalidade principal era a de manter os soberanos a par de tudo o que se registrava em seus reinos. Dessa forma, o segredo da documentação era fundamental, servindo, assim, exclusivamente às monarquias. Com a Revolução Francesa, esse modelo é rompido e surgem os arquivos nacionais, com objetivos mais amplos: atender ao Estado e à nação e, consequentemente, às demandas do cidadão. Segundo (COSTA: 2000), esse modelo de arquivo "se inseria no projeto da elite política que assumia o poder"[18], embora não tenha cumprido a dupla missão à qual se propôs no início de sua criação.

Os registros de viandantes dentro do APMT, remonta ao século XVIII, por isso consideramos importante balizar um período inicial para as pesquisas, o ano de 1808,

[18] Para entender melhor sobre a criação do Arquivo Público do Império ver: COSTA, C. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 14, fev, 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 11 Fev. 2014 às 22:16h

com a "vinda" da Corte para o Brasil, pois os resquícios de experiências do Estado português com seus arquivos vieram junto às malas e baús na fuga desesperada para o Brasil. Portanto, sigilos, segredos e subterfúgios fizeram parte do aparato burocrático português e em nenhum momento tinham pretensões de mudança,

> [...] será mantida pelo governo imperial brasileiro, ir influenciando o modelo de Arquivo que aqui será criado e explicando a ausência prolongada de uma política para os arquivos, tanto no que diz respeito ao recolhimento da documentação quanto à sua liberação à consulta pública. A presença do centralismo e do autoritarismo é de tal forma marcante na formação social brasileira que impede o sucesso da experiência descentralizante desenvolvida pelos liberais no período regencial, após a volta de D. Pedro I para Europa em 1831. (COSTA, 2000: 25)

Mas, a despeito de toda burocracia, as transformações chegaram no decorrer dos anos 1840, a inspiração iluminista fornece os desejos de "civilização e progresso" com objetivo de aproximar o Brasil das nações civilizadas. Daí a fundação do Arquivo Público do Império, que segundo (COSTA: 2000), foi criado "Como instituição de caráter instrumental, voltado para dentro do Estado, guardando e fornecendo os documentos necessários à consolidação deste".

Sendo assim, tanto o Arquivo como as outras instituições culturais e científicas do período, foram gestadas na efervescência do processo de construção do Estado e da nacionalidade. No Regulamento de 2 de Janeiro de 1838, da criação do arquivo, é interessante observar a redação dos seus artigos 4°, 5° e 6°[19], expondo toda sua estrutura e finalidade: resguardar a história da nação sob o ponto de vista do império e de seus componentes.

Percebemos que a prática do sigilo dos documentos, o segredo mantido em torno deles durante tanto tempo, reforçado pelo aparato burocrático do Estado português, é mantida pelo governo imperial brasileiro. Com isso, o modelo de arquivo criado em terras brasileiras mantém as mesmas características, explicando, assim, o lapso de tempo considerável para se criar uma política para os arquivos e que seja decretada a reorganização dos mesmos na busca e recolhimento bem como na sua liberação à consulta pública. O Decreto n.º 2.451 de 3 de março de 1860 reorganiza o "Archivo Publico", sanando, de certa forma, essa demora prolongada de vinte e dois anos. São segredos e mistérios escritos em papéis onde as palavras caladas, mudas, adormecidas e inertes em

[19] Para ler os artigos consulte: <http://www.camara.gov.br>

uma dimensão abstrata esperam um leitor de olhos ávidos e mãos ágeis, desnudando esses segredos e mistérios: o pesquisador.

Nesse momento de intencionalidade, quando monumentos e documentos se apresentam como patrimônio, cabe a Filologia, como uma nova ciência auxiliar da História, descobrir o que é verdade no documento e o que é falso. A palavra, o dito e o "não-dito" torna-se fator relevante para esse momento em que se descobre, através de uma linguagem filtrada e uma leitura imparcial, as abstenções que o documento traz.

Isso nos permite dizer que existe uma continuidade nesse processo entre os séculos XIX e XX, pois, neste último, assistimos a grande ascensão do documento a partir de 1968, com a chamada Revolução Documental, momento em que tudo passa ser objeto do historiador: as cartas, os bilhetes, os diários, as estações, o clima, os desejos, as paixões, as lágrimas, os sabores, os odores. Os documentos oficiais perdem seu estatuto, a história se faz a partir de um lugar social. "É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam". (CERTEAU, 2000: 67). As discussões se multiplicam, abrindo um leque de possibilidades nas leituras dos documentos dos arquivos, principalmente sobre o estatuto do documento oficial, é a superação do positivismo e a pluralização dos objetos da investigação histórica.

O que propomos nessa pesquisa é mostrar que por trás de homens "célebres" vindos de países distantes há um olhar para ser desnudado, um mundo encoberto pela imposição de um reino que dele era o detentor, com outras pessoas que percorreram caminhos dentro desse cobiçado mundo, embora tenham permanecido no silêncio dos arquivos. Seus relatos de viagens não tiveram a mesma repercussão que a dos naturalistas estrangeiros, mas têm sua importância para a compreensão de todo um contexto no período em que percorreram os caminhos, cada um com suas necessidades, funções e histórias.

Apontar nos relatórios de viagens e outros documentos pesquisados, como ofícios, avisos, roteiros, correspondências etc., as impressões deixadas por esses viajantes comuns dentro desse espaço de tempo 1808-1864. Seus olhares e visão de mundo, e em que contexto se deu a viagem, qual era o discurso impulsionador, seus propósitos, intenções, tanto de quem escrevia como para quem estas falas eram dirigidas, bem como o peso delas para o entendimento do funcionamento da máquina administrativa daquele período.

Não se trata de exumar personagens, mesmo porque elas não estão mortas e enterradas, apenas adormecidas, esperando que algo ou alguém as façam despertar desse longo sono, deixando fluir sensações através de novas interpretações. Ser o narrador que dará vez e voz àqueles que foram deixados de lado como os clérigos frei Angelo de Caramanico, frei Mariano de Bagnaia e frei Molinetto; o engenheiro Pedro Dias Paes Leme; o militar Antonio João Ribeiro, entre outros viandantes que aparecem ao longo deste trabalho. Nomear esses indivíduos e dar-lhes destaque empurrando-os em direção ao presente, tal qual segundo Stella Bresciani, referindo-se a Walter Benjamin e suas tão conhecidas e famosas teses "Sobre o conceito de história",

> Esse narrador sucateiro não tem por alvo recolher grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter importância nem sentido, algo com que a história oficial não saiba o que fazer. [...] Em segundo lugar, aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste, aqueles que desapareceram por tão completo que ninguém se lembra de seu nome. Ou ainda: o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido. (BRESCIANI, 2004: 88-89).

Encontrados os relatórios desses viajantes silenciados mantidos na obscuridade de maços de papéis lacrados, muitos questionamentos foram despertados: quem são essas pessoas esquecidas da literatura vigente, principalmente da literatura regional e que não foram vistas como viajantes? Quais suas profissões? De onde vinham e para onde iam? O que transportavam e qual meio de transporte utilizavam? Qual o motivo das viagens? Sabemos que uns viajavam por determinações de seus governos, e esses aparecem por vezes, em estudos isolados, mais em forma de biografias, outros pelo desejo de aventurar-se no desconhecido e, outros tantos, por motivos dos mais diversos possíveis.

No contexto mato-grossense, com relação aos viajantes, vislumbramos dois problemas para a discussão: primeiro que, os viajantes com os quais nos propusemos trabalhar são aqueles que, por algum motivo, foram silenciados, diferentemente daqueles conhecidos e consagrados pela literatura de viagem. Esses viajantes também estão presentes na documentação do APMT, assim como nos arquivos espalhados pelo mundo. Também narram suas viagens, percorrem estradas, abrem caminhos e registram, além das

dificuldades sofridas nas viagens e os novos itinerários percorridos, como era o cotidiano das pessoas com suas dificuldades e mazelas.

Permite-nos conhecer um pouco da sociedade do período bem como seus interesses, os fatos ocorridos e aspectos da natureza de um modo geral, e ainda deixam suas impressões de viagem, diferentemente daquelas de caráter científico. Não significa que esses viajantes "silenciados" não tenham demonstrado algum cientificismo em seus relatos, pelo contrário, muitos relatórios têm em sua narrativa pontos de conhecimento científico bem delineados, como os relatórios do engenheiro Pedro Dias Paes Leme, que veremos no terceiro capítulo, com seus conhecimentos de astronomia e mineralogia.

O segundo problema, demonstrar o processo de produção dos discursos engendrados e presentes nestas fontes (1808-1864), para refletir a partir delas e analisar as narrativas e seus propósitos, o pensamento e o objeto do pensamento, o discurso construído tanto de quem viaja como daqueles que recebem os relatórios dessas viagens, cuja interpretação se dá numa dada concepção e, de observar como os discursos se mesclam e se contrastam numa verdadeira relação de poder e de saber.

Na memória narrada do viajante "silenciado" e no propósito da viagem, a quem cabe conhecer através do olhar do outro os territórios e caminhos desconhecidos até então? Buscar-se-á nas suas tramas a materialidade simbólica, a fim de nos permitir outras interpretações, ou seja, outras leituras do arquivo.

Nos relatos das viagens empreendidas por esses homens, as mulheres também fazem parte desses itinerários, no ir e vir de uma luta contínua por sobrevivência, por espaço, na busca de seus homens perdidos em Mato Grosso, reivindicando suas terras e meios para criar os filhos, e tantas outras formas de marcar sua presença nessa sociedade oitocentista. Essas figuras femininas estão inseridas nessa sociedade e serão apresentadas no capítulo dois, com seu modo de vida, suas relações com a família e a sociedade, na luta contra os elementos negativos da natureza, chuvas torrenciais, insalubridade, clima, escassez de produtos, violência e morte. Não era uma luta silenciosa de vida ou de morte, mas sim uma luta que se introduzia primeiro no entendimento, depois entrava no sangue e no peito, à medida que os dias passavam.

No decorrer da pesquisa, encontramos algumas dificuldades para executar as transcrições, mas a vontade e o desejo de descobrir nos impelem a prosseguir. O manuseio faz com que pedaços sejam dispersos, deixando incompletos os documentos, o que torna a leitura fragmentada. As folhas quebradas misturam-se aos documentos dilacerados, perdendo informações relevantes e deixando outras incompletas.

Mesmo tomando todos os cuidados necessários, percebemos a necessidade de deixar algo concreto para uma instituição que a todos serve, indistintamente. Sendo assim, optamos por transcrever toda documentação pertencente a esta pesquisa para que, de alguma forma, o conteúdo desses papéis seja preservado para que outras pessoas deles possam se utilizar. Mais uma vez prevalece a escolha estabelecida pelo historiador, os documentos que mais chamaram a atenção.

O período delimitado, 1808 a 1864, foi escolhido principalmente para demonstrar que além de 1860 as viagens prosseguiram e outros relatos de viagem, posteriores a essa data continuam preenchendo as caixas do APMT, aguardando o prosseguimento desta pesquisa e que sejam retirados do silêncio de séculos, permitindo-lhes "falar" acerca de suas impressões até então contidas e amordaçadas.

E porque 1808? Por que a vinda da família real para o Brasil provoca a formação de uma nova configuração na sociedade, chegando primeiro na Bahia (22 de janeiro de 1808) e logo depois no Rio de Janeiro (08 de março de 1808). Por ser um período de grandes transformações políticas, sociais e econômicas e de grande transformação urbana, a maioria da população, composta de escravos e trabalhadores assalariados, continuou sem grandes mudanças. A abertura dos portos possibilita a riqueza de contatos entre culturas diferentes, principalmente através dos inúmeros viajantes que cruzaram oceanos em busca de novidades nos trópicos exóticos.

Nesse período, chega uma leva considerável de estrangeiros dos mais diferentes ofícios e posições sociais, vindos de diferentes partes da Europa e dos Estados Unidos, com presença significativa de ingleses, os quais aventam a possibilidade de, diante das portas recém-abertas desse lugar tão pouco conhecido por eles e oculto por tanto tempo pelos portugueses, desvendar suas riquezas naturais e registrar suas impressões. Mato Grosso entra nesse roteiro de viagens para um número significativo de viajantes estrangeiros.

Nos relatos desses viajantes e naturalistas estrangeiros que passaram por Mato Grosso no século XIX, percebemos que a profusão de imagens retratadas em álbuns, diários, desenhos e pinturas, ou seja, a visão imagética é um reforço da visão literária, imagens e escritos se complementam. A preocupação marcante com o cientificismo leva, a partir do século XIX, as expedições a integrar naturalistas à sua comitiva, e, dessa forma, a imprimir mais credibilidade e cientificidade aos relatos produzidos no momento em que o grande livro da natureza é aberto à curiosidade e ao desejo de conhecer.

A bibliografia da literatura de viagem é vasta. Como a pesquisa em pauta é regional, mencionamos neste trabalho as pesquisas e publicações da professora Maria de Fátima Costa e do professor Pablo Diener[20], cujas obras devem ser visitadas e revisitadas, por serem precursores incansáveis e de renome internacional da pesquisa sobre os viajantes e naturalistas estrangeiros, bem como do viajante brasileiro, o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, em terras de Mato Grosso. Não posso deixar de registrar que a referida professora foi minha grande incentivadora nas pesquisas sobre o tema. Assim como a mãe terra gera seus frutos, a união concreta dessa parceria COSTA & DIENER propiciou a geração de inúmeros frutos, discípulos que se debruçaram sobre os documentos, embrenhando-se no tema cujo resultado pudemos conferir nas mais recentes defesas de mestrado em 2013.[21]

Dentre os muitos viajantes, artistas e naturalistas que empreenderam viagens pelo Brasil passando por Mato Grosso, um grande número, desses homens letrados fizeram viagens cujos registros, tanto de imagens como dos textos, remetem os leitores a esse novo continente que se descortina. Outros autores também tratam do assunto com maestria.[22] A literatura é farta e instigante, é uma viagem por mundos percorridos, vistos e sonhados. Uma viagem se faz também de sonhos, viajar nos livros, deslizar pelos

---

[20] Ver entre outras as obras: ***Percorrendo Manuscritos*** (1993); ***História da ocupação da Bacia do Alto Paraguai*** (1995); ***Viajando nos Bastidores:*** *documentos de viagem da Expedição Langsdorff* (1995); ***O Brasil de Hoje no Espelho do Século XIX:*** *artistas alemães e brasileiros refazem a Expedição Langsdorff* (1996); ***A América de Rugendas*** (1999); ***História de um país inexistente:*** *o Pantanal entre os séculos XVI e XVII* (1999); ***Cuiabá:*** *Rio, Porto, Cidade* (2000) e, ***Rugendas e o Brasil*** (2002).

[21] Ver as Dissertações de Mestrado: ***O índio e a natureza do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823 - 1844***, de Seles Pereira da Silva; ***Vozes do morto*****:** as narrativas de viagem de Hercules Florence e o projeto nacional (1824 - 1876) de Luis Claudio dos Santos Bonfim e ***O atlas de Spix e Martius - catálogo e estudos*** de José Rodolfo Monteiro. Todas defendidas em 2014 pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciência Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso.

[22] Ver os autores: BRAGA, Marcos Pinto (Org.). ***II Seminário Internacional sobre o acervo da expedição Científica de G. I. Langsdorff*****.** Brasília: Secretaria de Ciência e tecnologia, 1990; KOMISSAROV, Boris. ***Da Sibéria à Amazônia – a vida de Langsdorff***. Tradução de Vistoria Namestnikova El Murr. Brasília: Langsdorff, 1992; MOURA, Carlos Francisco. ***A Expedição Langsdorff em Mato Grosso***. Rio de Janeiro: Imprinta e UFMT, 1984. SILVA, Edil Pedroso. ***O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso:1870-1930.*** Cuiabá: Entrelinhas, 2004.

manuscritos percorrendo nas imagens grafadas o encontro da força incessante das palavras.

Os experimentos estão postos, resta interpretar essa ciência, seus métodos utilizados para provar os fatos quando o grande avanço das ciências naturais e o empirismo científico se sobrepõem. Dentro desse contexto de empirismo não posso deixar de mencionar que a pesquisa teve muita inspiração na literatura, principalmente nos romances e na poesia simples do poeta das águas Manoel de Barros. As inquietações de um pesquisador que busca nas recordações das leituras feitas para compreender o universo proustiano também estão presentes nesta pesquisa. Literatura e História se abraçam para tecer em torno das fontes uma outra narrativa sobre viajantes, pessoas comuns que a passos lentos vão trilhando espaços novos ou repisando velhos espaços, e que nos permitem pinta novas imagens nas telas dessa trama. Cabe a cada um ler e entender a sua propositura.

Devemos lembrar que o resultado das viagens além de contribuir para a formação de instituições de pesquisa, "implicavam num significativo retorno econômico e prestigio político" (LISBOA, 2009: 268) compreendidas dentro da expansão capitalista e neocolonialista do século XIX.

No primeiro capítulo faremos uma discussão acerca do silêncio dos arquivos, o dito e o "não-dito" com o objetivo de trazer os viajantes silenciados, as formas e objetivos de viagem, destacando a importância da apresentação dessas falas silenciadas. Através das leituras e transcrições dos manuscritos, relatar o porquê das viagens, como esses viajantes viam os espaços percorridos, de que forma se locomoviam, como eram suas relações com as pessoas encontradas pelo caminho, nos locais de pouso e nas cidades onde chegavam, como o outro era visto. Destacar os olhares distintos desses viajantes, as mazelas das viagens e os tipos de dificuldades encontradas.

Ainda neste capítulo trazer uma discussão levantada por Arthur Neiva que questiona se os viajantes estrangeiros efetivamente realizaram viagens pelo interior e litoral do Brasil ou coletaram dados de viajantes brasileiros? Mostrar sua defesa em favor de estudiosos brasileiros como Alexandre Rodrigues Ferreira, Carlos Moreira, frei José Mariano da Conceição Velloso, Saldanha da Gama entre outros.

No segundo capítulo apontamos através das fontes manuscritas a tessitura da sociedade mato-grossense em transformação. A cidade e a busca da modernidade e cultura através de signos dessas premissas como o teatro, a imprensa, a educação e a melhoria das condições sanitárias da cidade, dos hospitais e dos indivíduos, as doenças

que mais ocorriam, os tipos de medicamentos utilizados, fatos que geravam muitos debates e discussões. As águas dos rios, córregos, bicas e chafarizes como palco de disputas no cotidiano das pessoas lavando a alma nos seus fluidos. Mostrar ainda como se davam as relações sociais e a visão das pessoas que viajavam por terras mato-grossenses sobre a sociedade. O retrato da mulher branca e negra, escrava ou liberta, insubmissas, sensuais e belicosas no burburinho da cidade. Trazer para discussão as relações entre essas pessoas que se encontravam e que, de certa, forma passavam a conviver no espaço urbano, o entorno das bicas e chafarizes como mola propulsora para a exacerbação do burburinho social.

No terceiro e último capítulo, buscamos quebrar o silêncio que envolve pessoas comuns que viajaram e através dos relatórios de viagens e outros documentos produzidos como cartas, relatos, roteiros, ofícios, avisos entre outros, de quatro homens que por diversas vezes, com seus companheiros, viajaram por Mato Grosso articulando estudos, negócios e trabalhos, cumprindo ordens de seus superiores sem deixar de emitir suas impressões e até alterar ordens recebidas. Mostrar os diferentes olhares sobre as cidades por onde passaram, como se davam esses deslocamentos e a quem cabia custear as viagens, por rios e estradas abertas ou por abrir. A estreita ligação desses viajantes com os caminhos líquidos: os rios percorridos e as riquezas naturais vistas e relatadas. Seus segredos e a relação com a natureza.

Escolhemos para dar ênfase, a quatro personagens viajantes, pelas muitas viagens e contribuições para o entendimento do contexto da época, dentre os vários viajantes já citados anteriormente, no resumo. O frei Ângelo de Caramanico e frei Mariano de Bagnaia, que mesmo sendo estrangeiros (italianos), tiveram uma permanência longa e convivência com pessoas em terras brasileiras inclusive como personagens importantes da Guerra contra o Paraguai. O terceiro, o engenheiro militar Pedro Dias Paes Leme, engenheiro, no cumprimento de suas funções executando trabalhos técnicos, deixa-nos relatos significativos para compreensão do espaço urbano, as relações sociais e outros aspectos interessantes da sociedade mato-grossense. E o quarto personagem, o alferes Antonio João Ribeiro, por sua narrativa contagiante, que nos leva a querer ler mais e mais os seus relatos para saber o desfecho de tão intensas palavras.

Enfim, mostrar a viagem não como forma de compreensão do desconhecido, muito mais que o deslocamento de um lugar a outro, uma contribuição para novas reflexões, novos olhares diante das fontes localizadas. As viagens resultando em discussões acaloradas sobre a saúde, as divergências políticas e o poder como suporte

para o destaque pessoal e formação de um quadro de pares com objetivos comuns no calor dos ânimos, formando assim as querelas políticas e sociais. A viagem como uma possibilidade de sonhar com o encontro de novas memórias produzindo novas e instigantes histórias.

CAPITULO I

DISCURSOS SILENCIADOS: O DITO E O "NÃO-DITO"

> As palavras vêm carregadas de silêncio. [...] O silêncio e o implícito não são a mesma coisa. O implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído.
>
> Eni Puccinelli Orlandi

Para Alexander von Humboldt, cuja bibliografia é tão extensa quanto extenso foi o seu trabalho, a experiência da viagem não pode ser distinta da atividade científica, pois ambas fazem parte do processo científico, necessitando ver com os próprios olhos, sentir o lugar, captar as impressões e delas fazer parte. Humboldt ficou conhecido como o viajante mais convicto de que "viajar é preciso"!

> Defende que impressões estéticas experimentadas pelo viajante em cada região fazem parte da própria atividade científica e não podem ser substituídas por descrições ou amostras destacadas dos lugares onde foram coletadas. Leitor de Bernardin de Saint-Pierre[23], ambos compartilham a opinião de que o gosto e a sensibilidade são parte integrante do ato de conhecimento. (KURY, 2001: 865).

Compartilhando o mesmo pensamento de Humboldt, muitos viajantes que percorreram o Brasil também viam a experiência da viagem e a atividade científica como parte do processo científico. A importância em realizar de forma física a viagem, de ver e transportar para o papel o que a retina capturou, sentir o lugar, captar as impressões e delas fazer parte é ser o autor real dessas viagens.

---

[23] Jacques – Henri Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814) escritor e botânico francês, um viajante sonhador. Eleito para a Academia Francesa em 1803. Entre suas muitas obras estão ***Voyage à I'lle de France, à I'lle Bourbon et au cap de Bonne-Espérance,*** 2 vol (1773); ***Étude de la nature*** 3 vol (1784); Para escrever o romance ***Paul et Virginie*** (1787), o primeiro amor inocente e trágico entre dois jovens, utilizou os conceitos de Jean-Jacques Rousseau, defendendo a educação do homem natural longe da civilização, cujo enriquecimento do caráter se daria através das noções de honestidade e moralismo.

O artista viajante alemão Johann Moritz Rugendas esteve por duas vezes no Brasil. “Como membro da expedição científica financiada pelo império russo viajou pelo interior do Brasil entre 1822 e 1824. Retira-se da expedição depois de uma violenta discussão com Langsdorff em novembro de 1824”. (COSTA, 1999: 28). Entre 1831 e 1846, retorna da Europa, viajando pelo Brasil incluindo o Haiti, México, Chile, Peru, Bolívia, Uruguai e Argentina. Em 1834 publica o livro *Voyage Pittoresque dans lé Brésil*, com relatos e ilustrações acerca de suas impressões do país.

Outros cientistas não compartilharam o pensamento de que a viagem era necessária para o conhecimento. Um deles, Georges Cuvier (1769-1832)[24], considerado um importante naturalista da primeira metade do século XIX, mantinha sua posição de que a viagem não era condicionante para o conhecimento. Para ele “o viajante percorre apenas um caminho estreito” (Apud KURY, 2001: 864), é nos gabinetes que se tem a possibilidade de analisar com mais detalhamento, com mais tempo para a elaboração do trabalho cientifico cujo campo de subsídios é vasto e está alojado próximo, isto é, dentro das bibliotecas, exposto nos laboratórios, agrupados em coleções e espalhados pelos jardins botânicos.

Essa divergência de pensamento não empobrece a discussão, ao contrário, contribui para as ciências com a diversidade de anotações, desenhos, registros de um modo geral, publicações ou os originais deixados por eles. A importância reside na possibilidade dada para novas interpretações, novas análises e, portanto, novas descobertas, não só sobre o povo brasileiro, mas mediante as observações, anotações e relatos deixados, conhecer sobre o povo europeu e seu olhar sobre o outro.

É importante mencionar que alguns conhecidos cientistas brasileiros também contribuíram de forma generosa para que esses viajantes e naturalistas estrangeiros pudessem ampliar seu campo de estudo. Essas contribuições nem sempre obtiveram reconhecimento.

Arthur Neiva (1880-1943)[25], discípulo de Oswaldo Cruz, foi defensor ferrenho dos cientistas brasileiros, entre eles o médico e naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), cujo trabalho cientifico sobre botânica, zoologia e antropologia,

[24] Jean Leopold Nicolas Fréderic Cuvier, (1769-1832) naturalista, zoólogo e paleontólogo francês. Criador da Anatomia Comparada e da Paleontologia.

[25] Arthur Neiva (1880-1943). Médico sanitarista, cientista e escritor nascido em Salvador, BA. Desenvolveu importantes trabalhos em história natural, etnografia e linguística. Realizou viagem científica pelo país em 1912, juntamente com o também médico sanitarista Belizário Penna (1868-1939). Elaborou o primeiro Código Sanitário do Brasil e foi Deputado constituinte em 1934.

realizado no final do século XVIII, "apenas serviu para que naturalistas estrangeiros, consultando os originais [...] aproveitassem das observações feitas pelo eminente pioneiro brasileiro que serviram de bases para publicações alheias" (NEIVA, 1989: 11) referindo-se a Viagem Philosóphica cujo material foi requisitado por Saint-Hilarie [26].

Outros brasileiros são citados por Neiva: frei José Mariano da Conceição Velloso (1797-1874), franciscano e naturalista brasileiro cujos manuscritos só foram publicados em 1825, depois das viagens dos botânicos estrangeiros Martius, Langsdorff, Pohl, Saint-Hilaire, os quais registraram "com antecipação sobre o botânico brasileiro, o que lhes assegurou direitos de prioridade sobre grande número de gêneros e espécies novas estudadas por Velloso". (NEIVA, 1989: 12).

Outro brasileiro defendido por Neiva é José de Saldanha da Gama (1839-1905), cujas obras são de considerável importância, com trabalhos publicados sobre botânica e estudioso de frei Mariano Velloso. Conclui sua defesa desses e de outros brasileiros incluindo Francisco Freire Alemão de Cysneiros (1797-1874), baseada em documentos e cartas encontradas no Museu da Ajuda em Portugal:

> Fica, portanto, demonstrado que muitas das espécies dos irmãos Saint-Hilaire foram baseadas nas descrições, estampas e material colecionado e montado pelos brasileiros Alexandre Rodrigues Ferreira e Frei José Mariano da Conceição Velloso, vítimas da incompreensão do meio em que viveram e da inaudita usurpação que lhes fizeram sábios de tão grande valor. (NEIVA, 1989: 13).

Embora não tenha sido citada por Neiva, cabe aqui destacar o importante e intenso trabalho da zoóloga, botânica e ornitóloga alemã Henriette Mathilde Maria Elizabeth Emilie Snethlage, ou simplesmente Emília Snethlage[27]. Nascida em 13 de abril de 1868 na Alemanha, chegou ao Brasil (Belém do Pará) em 1905, com trinta e sete anos de idade, onde desenvolveu uma carreira científica brilhante. Mulher intrépida, destemida e dinâmica, no ano de 1909 fez a travessia a pé entre os rios Xingu e Tapajós percorrendo

---

[26] Étienne Geofroy Saint-Hilaire (1779-1844) naturalista francês, integrante da comissão científica de Napoleão ao Egito em 1798. Contemporâneo do médico Georges Cuvier.

[27] Ver trabalhos da cientista-viajante publicados no períodico **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Ver também: JUNGHANS, Miriam **Avis-rara: a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2009. Ver ROQUETTE-PINTO, Edgard. ***Snethlage - alma de mulher e de sabia***. In: Ensaios brasilianos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 88-90, 1940. Ver LOPES, Margaret. ***Proeminência na mídia, reputação em ciências:*** *a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15 (supl.), p. 73-95, jun. 2008.

um território até então desconhecido pela cartografia, na companhia apenas de guias índios. Trabalhou no Museu Paraense Emilio Goeldi[28] desde sua chegada em 1905 até 1921, período em que passou por várias seções tendo sido nomeada como diretora interina em 1914. No Museu Nacional do Rio de Janeiro, trabalhou, a partir de 1922, como naturalista viajante[29]. Foi convidada e, em 1926, ingressou na Academia Brasileira de Ciências. Entre suas inúmeras obras (publicou entre os anos de 1905 e 1928 mais de quatro dezenas de artigos)[30], destaca-se "Catálogo das aves amazônicas", publicado em 1914.

É possível que o minucioso relatório do senador José Saturnino da Costa Pereira, citado a seguir na página 36 deste trabalho, sobre a navegação dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas, datado de 7 de Julho de 1846 possa ter servido de norte à cientista viajante. Rico em detalhes de distâncias, latitudes e longitudes, afluentes, tipos de embarcações exigidas, tempo de navegação, cachoeiras e outros obstáculos existentes, enfim, uma descrição importante para quem pretende seguir esse caminho líquido. Em 1929, decidiu percorrer o rio Madeira, já que ainda não tinha concretizado seu desejo de explorar o único grande afluente ao sul do Amazonas, com pretensões de "estudar a avifauna das fronteiras do Brasil com a Colômbia e com o Equador. A viagem pelo rio Madeira, no entanto, não chegou a se realizar. A doutora Emilia Snethlage faleceu em Porto Velho no dia 25 de novembro de 1929".[31]

---

[28] Ver os trabalhos de SANJAD, Nelson. ***A coruja de Minerva:*** *o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Rio de Janeiro. 2005; e ***Emilio Goeldi (1859-1917) e a institucionalização das ciências naturais na Amazônia***. Revista brasileira de inovação, v.5, n.2, p.455-477. jul.-dez. 2006.

[29] Ver LUTZ, Bertha. ***Emilie Snethlage (1868-1929***. In: Relatório anual do Museu Nacional, pelo Diretor José C.M. Carvalho. Rio de Janeiro: Museu Nacional. p.29-43. 1957.

[30] Ver CUNHA, Oswaldo Rodrigues da. "*Maria Elizabeth Emilia Snethlage".* In: Cunha, Oswaldo Rodrigues da. Talento e atitude. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. (Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi, 1). 1989.

[31] JUNGHANS, Miriam. ***Emilia Snethlage (1868-1929):*** *uma naturalista alemã na Amazônia*. Hist. Cienc. Saúde - Manguinhos vol. 15, Suppl .0, Rio de Janeiro, 2008, p. 243-255.

Todos esses apontamentos servem para mostrar como o discurso é apropriado e utilizado de acordo com os interesses de um grupo, mesmo que para isso se aproprie de trabalhos executados por outras pessoas, usurpando, inclusive, o conhecimento, o que não é o caso de Emília Snethlage.

1.1 VIAJAR É PRECISO

Viajar! Perder países!
Ser outro constantemente,
Por a alma não ter raízes
De viver de ver somente!
Não pertencer nem a mim!
Ir em frente, ir a seguir
A ausência de ter um fim,
E da ânsia de o conseguir!
Viajar assim é viagem,
Mas faço-o sem ter de meu
Mais que o sonho da passagem,
O resto é só terra e céu.[32]

Fernando Pessoa[33]

Impossível falar de viajantes sem falar de viagem. O que é uma viagem? Muito mais que a partida e a chegada a outro lugar desconhecido até então. A viagem pode ser esses dois momentos entre dois espaços de tempo repletos de sentimentos contraditórios; solidão, ansiedade, efervescência, memória, saudade. Muito mais que um encontro de pessoas, de cultura, de saberes, de línguas e de modos de vida diferentes, é um processo de aprendizado itinerante, o conhecimento e reconhecimento da condição humana, descobrir e se descobrir nos meandros desse novo tecido social encontrado.

Viajar é mais do que ir de um lugar a outro, percorrer caminhos como está descrito no Dicionário Aurélio. Viajar pode ser muito mais que o ato de ir e vir de um lugar a outro. Pode ser o desejo, a necessidade, o costume ou simplesmente uma vontade de partir simplesmente por partir.

---

[32] O poema **Viajar! Perder países!** Fernando Pessoa, escrito em 20 de setembro de 1933, cuja abordagem é típica dos temas de sua poesia ortónima neste período: a desilusão e a perda de esperança. Disponível em: <http://www.insite.com.br>. Acesso em 23/11/2013 às 23:45h.

[33]Fernando António Nogueira Pessoa, poeta, filósofo e escritor português, nascido em Lisboa em 13 de Junho de 1888, vindo a falecer em 30 de Novembro de 1935, em sua terra natal. Conhecido também pelos vários heteronômios, dentre eles destaque para Alberto Caeiro, Álvaro de Campos, Ricardo Reis e Bernardo Soares.

Os relatos das viagens e dos viajantes que delas se incumbiram serão apresentados e discutidos na concretude de seus percursos descritos, nas demarcações de seus itinerários e nas condições em que foram feitas essas viagens. Mostraremos suas finalidades bem como os objetivos traçados para sua execução. Destravancando obstáculos, rompendo barreiras, subindo rios, cortando estradas, abrindo picadas, cruzando pantanais esses viajantes "silenciados" percorreram caminhos muitas vezes já abertos pelas antigas monções desde o alvorecer do século XVIII. "Guiados pelos prêmios oferecidos pela Coroa, a consciência apaziguada pela justificativa da fé, os paulistas marcharam para o sertão, pela glória de Deus e enriquecimento do reino". (VOLPATO, 199: 37).

Mudam os viajantes e as viagens têm novos objetivos. É certo que desses viajantes que por aqui passaram, alguns deixaram seus registros captando a imagem e transformando suas impressões em palavras, as quais estabelecem uma comunicação entre o passado e o futuro e, no presente permite a disseminação das imagens falantes, as palavras, das quais tomamos conhecimento dando possibilidades de novas interpretações e a elaboração de outras análises. É a ocasião oportuna para a comunicação do homem com o mundo, portanto, a viagem é uma metamorfose, uma oportunidade de mudança.

Não podemos negar a importância de todo o conjunto referente à literatura de viagem; os relatos, os roteiros, os diários, os relatórios, as reminiscências, as crônicas e memórias, entre outros apontamentos dessas viagens disseminadas por inúmeras descobertas e publicações. Também não podemos deixar de perceber nessas narrativas o discurso significativo e o olhar daquele que já fez sua escolha estabelecendo um recorte para dar-lhe o sentido de acordo com o seu interesse e propósito, mesmo que com diferentes objetivos, sejam essas viagens de cunho naturalista ou de exploração científica.

Com a chegada da família real após longa viagem, a abertura dos portos brasileiros em 1808, promovida por D. João VI, favorável e grande incentivador das expedições científicas, artísticas e comerciais, descortinam-se inúmeras janelas para um grande número de visitantes estrangeiros ávidos do "conhecimento" das belezas exóticas dessa terra distante e oculta por tantos séculos.

Não é mais a viagem metafórica para construção de conceitos e identidades como aquelas realizadas pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas, com textos escritos posteriormente às viagens, que recriam o conteúdo vivido mesclam imaginário e lembranças registradas em diários cujo produto final seria apresentado a um público ávido do desconhecido.

As narrativas do século XIX não são movidas pela curiosidade, pelo desconhecido ou apenas para a difusão do conhecimento, mas de (re) conhecimento do território, descrevendo e avaliando o lugar, a cultura e a sociedade como parte da natureza. É preciso conhecer o território visitado e suas nuances, sem perder de vista os interesses de uma Corte faminta de riquezas.

Assim, uma legião de homens dotados de interesses científicos, comerciais ou curiosos embarcam na viagem para adentrar nesse "Novo Mundo" no momento em que as ciências naturais iniciam sua profissionalização e especialização. Momento em que a fragmentação do conhecimento se faz necessária para conseguir abarcar tantas explicações. A natureza exuberante esmiuçada em toda sua dimensão através dos naturalistas e também o homem inserido nesse ambiente com seus costumes, línguas e meios de sobrevivência.

Portanto, o século XIX possibilita que os viajantes deixem contribuições importantes para o conhecimento da geografia, da história e das relações entre os povos do mundo e suas especificidades e saberes. Um legado relevante que permite até hoje estudos para conhecer a diversidade de aspectos do período e, muito mais significativamente ainda, a possibilidade surgida a partir daí para que muitos estudiosos pudessem gestar novas interpretações. Assim, novas análises e estudos nos permitem distinguir os olhares classificadores desses estrangeiros. Com isso podemos lançar novos olhares, estabelecer conexões, analisar, investigar, pesquisar e perceber as intenções e propósitos desses relatos, comparando com os descritos pelos viajantes "silenciados". E estes, cujos relatos, na maioria das vezes, apontam, com precisão, localidades e distâncias, situação da navegação, propostas de melhorias, comparações entre os rios, melhores caminhos a percorrer, acrescentam mais informações.

Um exemplo é o documento de 1846, do qual transcrevemos um pequeno trecho a seguir. Mesmo sendo longo para a apreensão de detalhes, tem uma descrição minuciosa da situação da navegação entre os rios Madeira e Tapajós, enviada ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti Albuquerque (1797-1863), pelo senador José Saturnino da Costa Pereira (1771-1852). Nesse período, a província de Mato Grosso foi governada pelo advogado Estevão Ribeiro de Resende (1838-1840).

O documento permite o conhecimento de inúmeros aspectos geográficos, econômicos e sociais, mediante uma descrição de viagem com apontamentos relevantes,

os quais permitem uma série de estudos a respeito da Província naquele período, inclusive as distâncias e duração das viagens.

> Cachoeiras do Rio Madeira
>
> Depois desta ilhota, e no espaço de 70 leguas, encontrão-se as seguintes cachoeiras, que tornão a navegação muito trabalhosa e difficil.
>
> 1.ª Madeira, duas léguas abaixo da juncção do Guaporé com o Mamoré, onde, no espaço de meia légua é atravessado o rio com recifes de rocha e é necessário ahy descarregar as canoas, para se condusirem as cargas por terra, e aquellas puxadas á sirga: o espaço em que se exige a conducção das cargas é de 300 braças, onde o rio forma três saltos successivos.
>
> 2.ª Misericordia três léguas abaixo da antecedente, mais ou menos perigosas de atravessar, seguindo o rio leva mais ou menos água.
>
> 3.ª Ribeirão, huma légua abaixo da Misericordia. Consta de cinco saltos de diversas alturas, que obrigão levar as cargas por terra ás costas dos homens, e puxar as canoas á sirga; e em certo lugar as mesmas canoas são arrastadas por terra.
>
> 4.ª Figueira, ou Arcos, 6 leguas a mais abaixo, de transito fácil em relação a [...]. Passado este ponto o rio inclina para occidente ate a lat. de 9º 45', voltando d'ahi subtamente para o NO.
>
> 5.ª Pederneiras, 14 leguas depois da antecedente. Em sua passagem transportão suas cargas por terra em hum espaço de 225 braças, e as embarcações são na subida puxadas á sirga: na descida porem são levadas pela corrente por entre os rochedos que estão quase á flor d'agua.
>
> 6.ª Paredão, 4 leguas abaixo da Pederneira, passão por ella as canoas carregadas por entre duas parcellas de rocha, encontrando ahy huma forte corrente, e por isso na subida é necessário forças a voga.
>
> 7.ª Tres irmans, sete léguas abaixo da antecedente: forma-se de muitos saltos de rocha, continuados por hum quarto de légua: por ella passão as canoas descarregadas na descida, mas na subida, exige que se dobremos remeiros.
>
> 8.ª Giráo, oito léguas abaixo das Tres irmans e na lat. de 9º 21': Consta de cinco saltos, que occupão intervallo de 365 braças: e tanto na decida como na subida, exige que se transportem por terra as cargas das canoas: o ruído desta catadupa ouve-se a huma légua de distancia.
>
> 9.ª Caldeirão do Inferno, seis léguas abaixo dos saltos do Giráo: passa-se livre de risco com as canoas carregadas, havendo cautlla em certos desvios, já conhecidos dos práticos.
>
> 10.ª Morrinhos, 7 leguas abaixo da antecedente, e junto a três morros cobertos de salsa parrilha, passa-se sem grande risco, tanto á descida como á subida.
>
> 11.ª Salto Theotonio, seis léguas abaixo da antecedente. As rochas, que formão esta cachoeira, dividem as dividem as águas do rio em pantanaes, por onde o mesmo rio se depenha em huma vasta cachoeira, seguindo-se um só canal de rápida corrente. Transportão-se neste lugar as cargas e as canoas por terra, por hum espaço de 250 braças. Houve aqui em outro tempo huma

> pequena povoação e hum destacamento, hoje abandonado: jas em 8º 52' de latitude.
> 12.ª Santo Antonio, Hé a ultima cachoeira que se encontra no rio Madeira descendo; fica 4 leguas abaixo da antecedente, e é formada por dous ilhotes de rocha que dividem as águas em 3 canaes, e é ahi necessário redusir as canoas a meia carga por falta de fundo, e haver cautella para avistar os effeitos da corrente, que é neste lugar muito rápidas.
> Deste ponto ate a fos do Madeira no Amasonas contão-se 186 leguas por huma navegação livre e desembaraçada dos tropeços que ate ahi se encontrão. Nesta fos tem o rio 460 braças de largura, e jas em 3º 43' de latitude, d'onde semelhantemente se navega, sem embaraço, pelo Amasonas ate a Capital do Pará (2).
> A viagem ordinária descendo da cidade de Mato-grosso até Belem, pelos rios de que tenho fallado é de 48 a 50 dias: mas a subida não pode effectuar-se com menos de três meses, chegando algumas veses a cinco, segundo o estado das correntes.
> Dos pormenores de que me tenho occupado nestas descripções, se póde facilmente reconhecer o grande trabalho e risco, a que a navegação pelo Madeira esta sujeita, no estado actual das cousas, accrescendo que na subida, pelo maior tempo empregado é necessário agüentar consideravelmente, o mesmo das canoas, e suas tripulações, afim de condusir os preciosos mantimentos para os cinco meses desta navegação por se não encontrarem recursos alguns, á excepçãodos de algumas pequenas villas pela margem do Amasonas ate a embocadura do Madeira.
> Esta navegação está quase abandonada se não o está de todo, pela summa decadência e diminuição, a que tem chegado a população da cidade, e districto de Mato-grosso; não pela mudança da Capital da Provincia para Cuyabá, a que o actual Presidente attribue aquella despovoação, no supra-mencionado seo Officio de 14 de Fevereiro: porque a despopulação gradual já se tinha manifestado annos antes ao de 1825, em que tem lugar aquella mudança. (APMT – CAIXA: 1846 A – DOC. 3606).

A economia da capitania mato-grossense após o longo governo do Capitão-General João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemberg (Marquês de Aracty), que durou onze anos, um mês e dezenove dias, de novembro de 1807 a janeiro de 1819, estava em frangalhos. "Nomeado pela Carta Régia de 09 de julho de 1806, seguiu do Ceará para Cuiabá, onde chegou em outubro de 1807, tendo sido recebido com muitas festas". (SIQUEIRA, 2002: 72). No "Doc. de Nomeação: Carta Régia de 09 de Junho de 1806" (COSTA E SILVA, 1993: 31), há uma pequena divergência com relação ao mês da posse, entre os dois autores. Objetivando a modernização e o cientificismo, que demandava altas quantias sem um retorno a curto prazo, deixou a capitania em extrema pobreza.

Seu sucessor, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, nomeado por Carta Régia de 7 de Julho de 1817, assume o governo em Cuiabá, a 6 de Janeiro de 1819, encontrando a maioria dos comerciantes completamente endividados, prejudicados

também pela falta de circulação de moeda no comércio local, uma vez que a maioria dos habitantes não dispunha de numerários para honrar seus compromissos, restando à capitania arcar com o saldo dos altos gastos do governo anterior. Daí a situação de pobreza e miséria encontradas. Magessi deixa o governo em agosto de 1821.

A política vive um período conturbado devido a dualidade de governo entre Vila Bela e Cuiabá, esta, elevada à categoria de cidade pela Lei de 17 de setembro de 1818. Disputa protagonizada apenas pelas elites, pois a maioria da população sequer opinou sobre os destinos políticos da Província.

Nas décadas de 1820 e 1830, muitos acontecimentos se destacaram mudando os rumos da política brasileira. Com a morte de D. João VI, a Independência do Brasil, o curto governo de D. Pedro I, de 1822 a 1831, as revoltas pipocando no país, novas propostas de grupos políticos se formaram. Em Mato Grosso não podia ser diferente. Os dois partidos políticos, (Caramuru e Liberais, este dividido em duas facções: Moderados e Exaltados), formados logo após a independência, iniciaram as articulações para o domínio do poder. Para concretizar seus projetos políticos, articulando planos de ação armada, esses grupos se organizaram através de associações.

Em Mato Grosso, a "Rusga" teve seu ápice na noite de 30 de maio de 1834, com a morte de João Poupino Caldas, "mesmo tendo sido uma luta armada travada no interior das elites, ela engrossou uma movimentação mais ampla, tendo sido plural em suas reivindicações e expressões". (SIQUEIRA, 2002: 88-93). O mesmo pensamento defende Ernesto Cerveira de Sena, "a Sociedade dos Zelosos intencionava derrubar o governo da província; nesse caso, o alvo não era os portugueses, pois brasileiros também ocupavam cargos políticos desde o período colonial e compunham a elite cuiabana". (SENA, 2009: 36).

O documento citado a seguir, encontrado no APMT, datado de 31 de Agosto de 1859, dirigido ao então presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, nos permite perceber a relevância da repercussão dos acontecimentos de 1834 após um quarto de século para a sociedade mato-grossense. Rico em informações e nuances, é apenas uma ínfima parte da documentação sobre o tema, armazenada no APMT, que possibilita aos pesquisadores entender o processo que culminou com a carga de culpa carregada pelas pessoas envolvidas no episódio por tanto tempo e as redes de intrigas tramadas no círculo do poder,

> N. 117 - Illmo. E Exmo. Snr. – Em obdiencia á respeitável ordem de V. Ex.ª por officio de hontem para que eu informe o que se passa entre mim e José Alves Ribeiro a respeito da demissão do Subdelegado de Miranda, o Major Caetano da Silva e Albuquerque, por elle solicitado, e ministre quaisquer outros esclarecimentos que tenhão relação com este individuo, e com a matéria que faz objecto da correspondência inserta N.º 81 do Jornal do Commercio de 22 de Março ultimo, por elle assignada, cabe-me dizer a V.Ex.ª que José Alves Ribeiro procurou-me há mezes, e queixou das injustiças que o Subdelegado de Miranda lhe tinha feito, solicitando com empenho que eu lhe propuzesse sua demissão [...] e a quem nunca disse que a Presidencia não queria que se demittisse esse Subdelegado [...] Exigindo os taes autos[34] foi-me apresentado pelo Escrivão um traslado de 8 folhas, na ultima das quaes se declarava que por ordem do Juiz de Direito de 13 de Maio de 1839 os autos ião ser remettidos para a Relação[35], e com effeito em seguida instrui a declaração do Administrador da Correição, José de Sousa Canavarros, da remessa dos ditos autos. Examinando o traslado vi que por queixa de D. Anna Joaquina dos Guimarães pelos homicídios praticados por occasiãoe da revolta de 30 de Maio de 1834 nas pessoas de seo pai e marido, Manoel Antonio Cardoso e José Joaquim Vas Guimarães, forão pelo então Juiz de Paz José Pinto de Siqueira, processados Manoel Ferreira dos Santos, Francisco Antonio Pereira, Ricardo Rodrigues Carité e o Tenente Coronel Caetano da Silva e Albuquerque e obrigados a prisão e livramento em 12 de Junho de 1835, sem se declarar em que artigo da lei estavão incursos.
>
> [...] Cumpre aqui accrescentar que, se fosse licito fazer reviver esses desgraçados sucessos de 30 de Maio, ninguém se acharia de peior partido do que José Alves Ribeiro, o qual tão compromettido ficou, que foi daqui remettido preso em ferros para o Rio de Janeiro com um dos cabeças da Revolução, e a vós publica o indigita um dos autores do bárbaro assassinato praticado publicamente nesta cidade em o anno de 1837 na pessôa do Coronel João Poupino Caldas, consequência ainda daquelles lamentáveis acontecimentos. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7316).

Uma variedade de documentos ainda espera que novos pesquisadores se debrucem sobre eles e descubram novos indícios, lancem novos olhares permitindo outras análises sobre a "Rusga"[36].

---

[34] Os processos do Fundo Tribunal da Relação no APMT estão organizados em caixas de n.º 4 em diante, numerados e em ordem cronológica a partir do ano de 1825. Os anos anteriores estão atualmente agrupados em três Fundos: Ouvidoria; Provedoria da Real Fazenda e Intendência do Ouro; e Juizado e Provedoria dos Órfãos, Defuntos e ausentes (resíduos, capelas, inventários e heranças)

[35] O Tribunal da Relação em Mato Grosso foi criado pelo Decreto Imperial 2.342, de 6 de agosto de 1873 e instalado em 1.º de maio de 1874, composto por cinco Desembargadores nomeados pelo Imperador D. Pedro II. Para saber mais sobre o assunto ver a obra de SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. ***Trajetória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso****: 130 anos.* Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

[36] Ver SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. ***A Rusga em Mato Grosso:*** *edição crítica de documentos*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

As intrigas continuaram ao longo das Regências Trina e Una (1831-1840) momento em que o Brasil, pela primeira vez, foi governado por brasileiros, numa experiência única, propondo mudanças até então não pensadas nos campos político, social e administrativo, causando grandes insatisfações. Os saques, as traições e mortes pintaram um retrato sombrio na viagem do tempo, e a "Rusga" em Mato Grosso tornou-se um marco para a compreensão dos movimentos armados surgidos em várias províncias do Império.

O silêncio deliberado pelas marcas de um passado obscuro, truculento ou simplesmente desconhecido, é buscado através de leituras e registros de documentos, de onde os indivíduos são trazidos da sua viagem do passado para o presente, de forma a eclodir suas vozes para a compreensão da história. Sob a égide de informações ali registradas ou não, pois no "não dito" pode estar subtendido todo um percurso histórico, e a percepção de seus múltiplos olhares.

1.2 A ELOQUÊNCIA DOS VIAJANTES "SILENCIADOS" E SEUS MÚLTIPLOS OLHARES

Em Mato Grosso, principalmente na primeira metade do século XIX, as viagens têm uma forte ligação com um elemento essencial, tanto para a vida das pessoas como para a ampliação do comércio: o rio. O crescimento da economia, vencer as dificuldades de comunicação, incrementar a navegação abrindo as fronteiras líquidas é papel importante para os novos viajantes.

A visão naturalista deixa de ter importância relevante nesse momento. Não é mais a curiosidade, sentimento nato para a condição de viajante dos séculos passados que move esse novo viajante, mas a determinação de seus superiores em empreender missões de reconhecimento de território, transporte de mercadorias e novas articulações. Cientista, militar, clérigo ou homem comum, o que os distingue não é somente a profissão, mas o viajante em busca de outro tipo de riqueza: estabelecer novas relações de comércio, abrindo as fronteiras e ampliando seus parceiros comerciais. Para isso, a ampliação e conservação dos portos tornara-se uma das grandes preocupações dos governantes.

Em Cuiabá, essa preocupação se faz notar no ofício de 16 de maio de 1839, enviado ao Presidente da Província de Mato Grosso, Estevão Ribeiro de Rezende, pelo capitão Tenente e Comandante Augusto Leverger[37],

> He de urgente necessidade o concerto dos armazéns do Porto, para se poder convenientemente arrecadar nelles os objectos pertencentes á Marinha e ahi estabelecer uma pequena secretaria para o archivo e expediente que prezentemente faz se ao arsenal de Guerra, não sem algum inconveniente, visto a distancia que separa os dous estabelecimentos. [...] Antes de metter mão á obra he precizo remover vários objectos pertencentes ao Arsenal de Guerra, e pela mor parte inservíveis que entulhão os ditos armazéns. A muito útil obra do caes que V. Exª. projecta mandar construir, faz se cada anno mais preciza por causa do desmoronamento do barranco do rio nas grandes cheias. Occupo me em procurar as informações necessárias acerca dos serviços e materiais que exigião esta obra, e logo que as tiver colhido, leval-as-hei a prezença de V. Exª. (APMT - CAIXA 01 – A.M. DOC. 6639).

Leverger não foi um viajante "silenciado", pelo contrário, citado aqui para contextualizar os acontecimentos e dizer que muitas pesquisas foram publicadas a respeito da sua personalidade marcante, seus apontamentos sobre hidrografia, navegação, roteiros de viagens, observações astronômicas e outras pesquisas de diversos assuntos, além dos inúmeros trabalhos que ele desenvolveu em terras mato-grossenses.

Na década de 1840 a navegação entre as províncias, segundo os relatos dos viajantes "silenciados" que percorreram esses rios, ainda era difícil, sofrida e imprevisível. O reconhecimento dos rios tornava, na maioria das vezes, longas e penosas as viagens. A contribuição reside nos relatos que marcam posições exatas das regiões percorridas, comparando e apontando melhoramentos para a navegação, como nesse relato da navegação dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas, feita pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti Albuquerque enviada ao senador José Saturnino da Costa Pereira.

> Partindo da Cidade do Mato-grosso faz-se o embarque no rio Guaporé em sua jusante a margem direita até alcançada a mesma cidade na latitude de 15º S. e longitude 62º 48' ao O do meridiano de Paris, cem léguas a O NO da Cidade de Cuiabá. Este rio tem sua origem na Serra do Aguapehi, ramo da Cordilheira dos Parecis, seguindo ao rumo do S por 7 a 8 leguas com muitas cachoeiras, e depois ao NO até a

[37]Chefe de Esquadra Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, nascido em Saint-Malo, França a 30 de janeiro de 1802. Veio para o Brasil, em companhia de seu pai, em 1819. Naturalizou-se brasileiro em 1842 e faleceu em Mato Grosso, a 14 de janeiro de 1880. Governou a província de Mato Grosso de 1851 a 1857 e, depois por períodos mais curtos em 1863, 1865, 1866, 1869 e 1870.

> Cidade de Mato-grosso recebendo, entre outros confluentes de menor porte os ribeirões do Barreiro, Pindahiba, Capivary e o rio Alegre meia légua acima da mesma cidade. Continua ainda seo mesmo rumo geral mas com grande numero de saltos passando pelas Aldeas despovoadas hoje, do Lamego e Leonil e o Forte do Principe da Beira. [...] Dos pormenores de que me tenho occupado nestas descripções, se póde facilmente reconhecer o grande trabalho e risco, a que a navegação pelo Madeira esta sujeita, no estado actual das cousas, [...] Esta navegação está quase abandonada se não o está de todo, pela summa decadência e diminuição, a que tem chegado a população da cidade, e districto de Mato-grosso; não pela mudança da Capital da Provincia para Cuyabá, a que o actual Presidente attibue aquella despovoação, no supra-mencionado seo Officio de 14 de Fevereiro porque a despopulação gradual já se tinha manifestado annos antes ao de 1825, em que tem lugar aquella mudança. (APMT – CAIXA: 1846 A – DOC. 3606).

As pesquisas a respeito da navegação entre as províncias do Império se encontram em estágio avançado entre os pesquisadores regionais, de sorte que podemos obter informações valiosas sobre essa temática através da leitura de trabalhos desses pesquisadores. Mesmo assim, não nos furtamos de afirmar que entre a documentação pesquisada e transcrita há um grande número de relatos das viagens de reconhecimento dos rios, da situação da navegação, das populações ribeirinhas e da natureza de um modo geral que nos permite traçar um panorama da situação da província no período, principalmente entre os anos 1839 e 1860.

Nos anos de1848 a preocupação com a abertura das vias de comunicação fluvial é visível na documentação, principalmente após a morte de "Gaspar José Rodrigues de Francia, que por tantos annos governou o Paraguay, conservando-o no mais restricto isolamento, e quase sem relações com os Paízes vizinhos".[38]

Nesse período, várias tentativas foram feitas para a abertura da navegação entre os rios Paraná e Paraguai, sendo algumas fracassadas, como mostra as instruções de 17 de junho de 1848, no sexto parágrafo, dirigidas a Augusto Leverger pelo Senador do Império do Brasil Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (1800-1855), Visconde de Sepetiba.[39]

> Chegado pois que Vm^{ce} seja a Cidade d'Assumpção, pois não he [...] lhe prohibida ingresso, como desairosamente aconteceu em outra época, talvez por imprudencia do Agente Diplomático, então nomeado,

[38] APMT – CAIXA: 1848 - B2 DOC. 4798.
[39] Diplomata brasileiro (1783-1848). Ocupando vários cargos entre eles: nomeado Cônsul em Buenos Aires (1822) e Cônsul Geral do Brasil no Paraguai (1824). Encarregado dos Negócios do Império junto ao Governo do Paraguai (1826).

> Antonio Manoel Correa da Câmara[40]; e depois deter Vm^ce feito, durante a sua viagem, as mais minuciosas observações, que for possível, sem excitar a suspeição dos Paraguayanos, tanto sobre a agricultura, commercio e costumes dos habitantes; como acerca dos meios mais fáceis de se abrirem communicação seguras com a Província de Matto Grosso, e promover a navegação pelos grandes Rios Paraná e Paraguay, que tantas vantagens offerece ao Império, entregará Vm^ce a sua Carta de Crença ao Ministro competente na forma do estylo, prescindindo porem daquellas formalidades, que por ventura sejão ignoradas em Regiões pouco civilisadas, e que não sendo de mor consequencia, poderá a sua exigência influir no futuro acolhimento, que Vm^ce haja de receber, pois esses povos parecem ser muito accessiveis às primeiras impressões. Sobre as relações commerciais muito convem que se estabelecão e firmem com vantagem nossa, e por esse motivo Vm^ce examinando com muita circunspecção geraes são os interesses mais úteis, que dellas podemos tirar, dará conta circunstanciada do que julgar conveniente para lhes dar incremento, e até para ajustal-as, esperando a determinação deste Governo. Basta lançar os olhos para um Mappa Geographico, para se reconhecer a immensa vantagem, que colherá a extensa Província de Matto Grosso, da franca navegação do Rio Paraguay, pelo meio fácil de fazer descer os seus ricos produtos até o Rio da Prata, e facilitar muito as suas relações com as demais Províncias do Império. (APMT – CAIXA: 1848 B2 – DOC. 4798).

Em outro trecho do mesmo documento, as instruções dadas ao capitão de esquadra Augusto Leverger, viajante de muitos relatos e trabalhos conhecidos, afirma a necessidade de empreender outras viagens de reconhecimento para o preparo de uma minuciosa carta topográfica já que a região era pouco conhecida,

> [...] faça sondar logares apropriados, examine a foz dos Rios, que nelle desaguão, em fim que prepare o mais exactamente que for possível as bases de uma carta Topographica de Regiões tão pouco conhecidas, e nos facilite assim a navegação das Embarcações, que para o futuro possão descer de Matto Grosso até ao mar, como tanto nos interessará. (APMT – CAIXA: 1848 B2 – DOC. 4798).

Perscrutar os lugares desconhecidos, buscar conhecimento teórico através dos relatos de outros viajantes e suas descrições, através das publicações embasadas na legitimidade de uma instituição como o IHGB[41], é importante não só para adquirir mais conhecimento dos lugares, mas também para lançar um novo olhar a toda essa descoberta

---

[41] Ver a Tese de Doutorado do professor RIBEIRO, Renilson Rosa, sobre o IHGB, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas ***Destemido bandeirante a busca da mina de ouro da verdade:*** *Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Historico e Geografico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império.* 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>

esquadrinhada pelo olhar do outro, daquele que narra, que descreve para trazer à tona o repertório adquirido, que deverá ser repassado às autoridades como tarefas bem executadas de suas funções. É dessa forma que vem à luz todas as descobertas e os traçados de caminhos e, o mais importante, outras possíveis leituras dessa documentação, para, a partir delas, produzir novas narrativas.

É isso que está posto no trecho abaixo, do documento citado anteriormente e que aqui reforça a necessidade da busca por conhecimentos teóricos obtidos através das publicações oferecidas por instituições guardiães da memória,

> Entre as obras que Vm^ce deverá consultar, para adquirir aquelles conhecimentos theoricos que he possível obter=se, não esquecerá de prestar attenção às Revistas publicadas pelo Instituto Histórico e Geographico desta Corte que lhe remetto nesta occasião, onde encontrará Memórias interessantes sobre a Província de Matto Grosso, e sobre os Indígenas circunvisinhos, cumprindo outro sim que áquelle Estabelecimento litterario Vm^ce ministre quaisquer documentos que acaso encontre, e indique pontos da Historia do Brasil. (APMT – CAIXA: 1848 B2 – DOC. 4798).

É possível perceber no calor da política econômica daquele momento a busca por novos parceiros comerciais, novas rotas de escoamento dos produtos e entrada de outros novos, possibilitando o intercâmbio de mercadorias e, principalmente, a definição dos limites fronteiriços e a manutenção das relações. O convívio com outras pessoas e o entrelaçamento de novas ideias visando melhores condições de vida além da restituição de novos braços para o trabalho, produto importante para o desenvolvimento e manutenção do território.

Ainda no mesmo documento, solicita o empenho político e toda diplomacia nas questões de fronteiras para fixação dos limites do Império, sem esquecer-se de reclamar os escravos que foram retirados das terras do Brasil, contudo, sem melindrar a outra parte e, consequentemente, obter mais vantagens fazendo o possível para manter as relações amigáveis,

> A parte política de sua Missão Vm^ce se esforçará indirectamente por alcançar partido nessa republica que sobre todas mais nos interessa attrahir pelas rasões expendidas, fazendo as maiores diligencias para conservar as nossas Fronteiras no estado do uti possidetis,[42] e alcançar

[42] Princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão vem do Latim *uti possidetis, ita possideatis* "como possuis, assim possuais".

> todos os esclarecimentos que possão bem deteminar a fixação dos limites do Império com os estados visinhos, quando dessa importantíssima questão se tratar. [...] Não se esquecerá V.m^ce reclamar com efficacia a restituição dos escravos de súbditos Brasileiros, que consta estarem há muitos annos retidos pelo Dictador; mas para conseguir o que for mais convinhável, será preciso obter esclarecimentos do Presidente de Matto Grosso e transigir pelas maneiras que mais vantajosa parecer, de modo que sofra o menor prejuízo e conserve V.m^ce as boas graças desse Governo como no principio tanto convem. (APMT – CAIXA: 1848 B2 – DOC. 4798).

O Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extradição entre o Brasil e a República do Paraguai, em 6 de abril de 1856, facilita essa abertura comercial para Mato Grosso, fortalecendo essas ligações e redefinindo sua economia, contribuindo para a exportação dos produtos regionais. Essa abertura foi interrompida em 1865, após o governo paraguaio aprisionar o navio brasileiro Marquês de Olinda: é o início da guerra entre os dois países.

Portanto, o dever daquele que viaja por recomendação de seus superiores, é fazer o melhor possível para que a tarefa seja cumprida de forma total e que agrade a todos, não importando quais dificuldades precise superar ou quantas viagens sejam necessárias realizar para a concretização dos interesses da nação, como na fala do senador e ministro Aureliano Coutinho,

> Concluirei finalmente assegurando a V. m^cê que espero muito do seu zêlo no comprimento desta commissão contando que nada poupará para seu cabal desempenho e que a sua intelligência suprirá o que é compatível ser aqui especificado, pela variedade de circunstancias, o que não podem conhecer, nem providenciar. (APMT – CAIXA: 1848 B2 – DOC. 4798).

O trabalho não pretende tratar do período da guerra entre o Brasil e o Paraguai, pois este tema foi contemplado em importantes pesquisas regionais já publicadas. Serve para situar a proposta de mostrar os viajantes "silenciados", anterior a esse período e mostrar que em muitos documentos, mesmo durante o período de guerra, eles continuaram viajando, narrando os acontecimentos e dificuldades de locomoção, descrevem suas viagens em meio às águas revoltas dos rios bem como dos caminhos tortuosos no intuito de seguir adiante. Os viajantes "silenciados" continuaram suas viagens...

A diversidade de temas dentro de um mesmo documento, denominados por seus narradores às vezes de relatório, outras vezes de relato, roteiro ou itinerário de viagem, é

muito grande. As descrições dos lugares são minuciosas, dos rios desfraldados em cada curva, cada cachoeira e afluentes que a eles se juntam engrossando as águas. As matas fechadas, a insalubridade, a população e outros temas serão tratados no segundo Capítulo.

Os personagens aparecem à medida que cada caixa de documentos é aberta. Os relatos diversificados se misturam aos interesses e ao olhar de quem pesquisa, cada leitor ou cada leitora do presente também têm suas intenções e fazem suas escolhas.

Nesse espaço de tempo e em outros tempos, em muitos documentos do APMT estão retratadas as dificuldades passadas pelos homens que partiam no cumprimento das ordens e instruções de seus superiores, nos muitos rios da região. Caminhos que levavam tanto a tripulação como a carga de mantimentos em tempos difíceis para a navegação, ou pelas condições do tempo que modificam os itinerários dos rios, a falta de mão de obra ou pela escassez de recursos empregados para tal atividade.

A geografia, além de exuberante, consistia em dificuldades de locomoção quando a viagem era realizada a pé ou sobre o lombo de animais. O traçado natural dos rios, os morros, matas fechadas e pantanais contribuem para que as dificuldades sejam mais proeminentes. Como nessa descrição da viagem realizada pelo tenente do Corpo Fixo de Caçadores, Francisco Bueno da Silva, em viagem do Presídio de Miranda com destino ao quartel de Albuquerque, de 22 de novembro a 12 de dezembro de 1848,

> No dia 3, seguindo por hum serrado, e ao poente, levando huma cordilheira de mato a esquerda, e tomando-se para o norte, por se estar errado, avistei o Pão de Assucar para a rectaguarda, procurando ao depois a mesma cordilheira, abrio-se hum caminho: soffreo-se grande sede, mais encontrou-se o recurso de beber-se agoa de caraguatá[43], atravessando a dita cordilheira, sahi em hum campo alagadiço, e segui por algumas cordilheiras de firmes, matos, por todos os lados, abundantes de caça: pousei em huma cordilheira de firme, chamada – Ratigoti, andaria sette legoas, mais, ou menos. (APMT – CAIXA: 1849 – DOC. 5192).

Outros documentos relatam não só os itinerários, mais os custos, estudos topográficos de pessoas qualificadas, viajantes conhecidos na literatura brasileira e na literatura regional, como é o caso do já citado Barão de Melgaço que em janeiro de 1820, embarca como imediato na Escuna *Angelique, na França em direção ao Brasil*. Ele é

[43] Caraguatá é espécie de bromélia (daí o armazenamento de água), também conhecido como gravatá, erva-do-gentio, abacaxi-de-raposa, erva-piteira entre outros.

mais uma vez citado para que se entenda a relação de disputas entre homens letrados para firmarem uma posição de destaque ante a hierarquia das autoridades superiores.

Em seu Ofício dirigido ao senador visconde de Mont'alegre,[44] Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, dá ciência dos acontecimentos acerca do trabalho oferecido pelo 1.º tenente do Imperial Corpo de Engenheiros, Pedro Dias Paes Leme – um engenheiro militar viajante, terá seus relatos analisados no terceiro Capítulo – para determinar a mais curta e melhor direção de uma estrada que comunicará Cuiabá à cidade de Santarém na província do Pará.

Leverger reclama e discorda do trabalho realizado pelo referido engenheiro contrapondo seus dados matemáticos, apresentando estudos referentes à topografia do lugar, apontando outro caminho mais curto e com menos obstáculos. Neste oficio faz alusão a todo o seu conhecimento adquirido através de anos de estudos e referências a antropofagia de alguns indígenas,

> Ill^mo e Ex^mo. Snr. Tenho a honra de accusar o recebimento do aviso de V. Ex^a. datado de Março ultimo, communicando-me que, tendo-se offerecido o 1.º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Pedro Paes Leme para determinar a mais curta e melhor direcção de uma estrada que communique esta Capital com a Cidade de Santarém na Província do Pará, cuja distancia o dito Engenheiro, pelos dados que possue, não calcula em mais do que 100 a 130 legoas, e sendo obvias as vantagens que da abertura de semelhante estrada devem tirar ambas as Províncias. [...]Julgo do meu dever rectificar as informações menos exactas em que se basêa o citado Aviso. Reconheço a honradez do Official que as dêo, sou-lhe mesmo pessoalmente affeiçoado; mas não posso deixar de dizer que nesse particular obrou elle com leviandade, referindo se exame um dizer do vulgo, que na verdade muitas pessoas repetem, mas cujo erro Mathematicamente se póde demonstrar.[...] Logo, quando as duas Cidades estivessem sobre o mesmo meridiano, o que exactamente não se dá [...] vê-se que a distancia itinerária das ditas Cidades nunca será menor que 316 ou 278 legoas isto é, mais do duplo, e quase o triplo do que indica o referido Official Engenheiro.
> Notarei mais que a projectada estrada terá de passar por uma região inteiramente desconhecida. Há quinze annos que occupo-me de colher informações acerca da Topografia desta Província, e nenhum esclarecimento positivo pude obter acerca da mencionada região, explorada tão somente pelo que diz respeito a navegação dos rios Arinos, Juruena e Tapajós, e por uma única viagem fluvial feita em 1820 desde as cabeceiras do Paranatinga até o mesmo Tapajós. O que se sabe é que aquelles sertões são habitados por nações selvagens

[44]José da Costa Carvalho, primeiro barão, visconde e marquês de Monte Alegre, nasceu em Salvador, 7 de fevereiro de 1796 falecendo em São Paulo, 18 de setembro de 1860. Político e magistrado, membro da Regência Trina Permanente e Primeiro Ministro do Império do Brasil, de 8 de outubro de 1849 a 11 de maio de 1852.

> indomadas e antropófagas algumas dellas; e que são os mesmos sertões cortados por muitos cursos de agoa, sendo alguns rios caudalosos como o S. Manoel galho oriental do já citado Tapajós. (APMT – CAIXA: 1851 D – DOC. 08).

Notamos ainda que Leverger sugere, ao referir-se à longa distância entre Cuiabá e a província do Pará, a necessidade de se construir uma via de comunicação terrestre, que a estrada se dirija a Itaituba, mais perto e abaixo das cachoeiras, e não Santarém, muito mais longe. Esta mudança de rota seria um ponto favorável, tanto para os trabalhos de execução das obras como para os gastos em tal abertura "e onde podem sem difficuldade chegar embarcações de vella e de vapor".

Não podemos deixar de mencionar a referência que faz aos indígenas como "nações selvagens indomadas e antropófagas". Nesse período, as dificuldades de relacionamento entre brancos e índios eram gigantescas. O elemento branco "civilizador" tentando retirar dos retalhos das matas o maior número de braços para o emprego em atividades alheias aos costumes daqueles. O índio "selvagem", tentando curar as cicatrizes da saudade do lugar de origem. Retirados de seu ambiente e levados para longe, em viagens difíceis para lugares distantes. Era preciso querer estar onde estavam, e isso não lhes foi perguntado, foi imposto. Talvez daí a duplicação das distâncias, afastar-se, distanciar-se para não enfrentar-se.

Podemos dizer que Leverger foi um viajante na verdadeira acepção da palavra? É possível que sim. Os grandes deslocamentos fizeram parte de sua vida desde a infância, seus estudos dedicados ao reconhecimento da região e o volume documental produzido, boa parte existente no APMT, sobre a sua trajetória na Província, nos permite assim pensar.[45] As palavras de Virgílio Correa Filho confirmam nosso pensamento ao se referir à chegada de Leverger a Cuiabá,

> Em seu porto embicava o batelão de estranho viajante, que retrilhou o caminho lendário das antigas monções, estirado por 530 léguas, através de 114 cachoeiras e saltos desde Porto Feliz – a Araraitaguaba primitiva dos guaianases – até desembocar no Paraná, pelo qual seguiu à mercê da corrente. Tomou pelo rio Pardo e, de arrepio, alcançou Sanguessuga, e transpôs o varadouro do Camapuan, para ir ao Coxim e Taquarí. Desceu em busca do Paraguai, que transmontou bem como o São Lourenço e Cuiabá até o porto geral. Saltou em terra. (CORRÊA FILHO, 1979: 9)

[45] Ver LEVERGER, Augusto. ***Vias de comunicação de Mato Grosso***. Cuiabá: IHGMT, 2005 (Publicações Avulsas, 66) 70 p. 21 cm.

Embora não possa ser considerado um viajante "silenciado", como já mencionamos anteriormente, faz parte do contexto das viagens profícuas da primeira metade do século XIX, alongando-se aos anos posteriores. E através dos seus estudos topográficos, dos relatórios e cartografias foi possível identificar outros nomes e correspondências com outros viajantes, cujos nomes não tiveram a importância (como viajantes) do nome de Leverger, mas também enfrentaram longos percursos narrando e descrevendo o cotidiano das viagens, bem como o estado em que se encontravam os lugares por onde passaram e, algumas divergências de posições.

Um desses viajantes é o capitão Joaquim Antonio Xavier do Valle[46], cujo itinerário de viagem possui variada gama de informações, possibilitando-nos absorver diferentes sensações ao acompanhar a escrita cuidadosa pontuada de datas e pormenores.

Partiu da Vila de Antonina[47] a 6 de setembro de 1854, em uma expedição de Trem de Guerra com operários e soldados. Chegaram em 31 de maio de 1855, obrigado a deixar para trás cargas e artilharia devido as dificuldades dos caminhos a seis de setembro "seguio pela estrada de Graciosa, bastante montaioza". A aspereza dos lugares por onde passaram era registrada a cada espaço percorrido e a cada pouso de parada por "estrada péssima de mais de 20 legoas, viagem sem pasto para os animais e sem recursos para os viandantes". Esses homens percorriam longos caminhos, na maioria das vezes deixando família para seguir seus compromissos com a profissão e os encargos dela.

Relatos dos viajantes que deixaram seus nomes impressos nos capítulos da história, seja através de manuscritos descobertos e narrativas publicadas trazidas a público para conhecimento e deleite dos apaixonados pela literatura de viagens, até hoje fascina e aguça a curiosidade pelo desconhecido. Muitos viajantes, que por aqui outrora passaram, em períodos anteriores, concomitantes ou mesmo posteriores aos viajantes "silenciados", traziam consigo a visão idílica de lugares desconhecidos, mas registraram também seus percalços, aventuras e desventuras pelas paragens inóspitas.

---

[46] Combateu as tropas de coronel Antonio de La Cruz Estigarríbia, (Comandante militar paraguaio, responsável pelas ofensivas militares a São Borja, Itaqui e Uruguaiana) por conta da guerra entre os aliados: Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. Em 5 de agosto de 1865a cidade de Uruguaiana foi arrasada pelo exército Paraguaio.

[47] Cidade histórica e turística do Paraná fundada em 12 de setembro de 1714, que mantém preservado manguezais da mata atlântica e possui entre suas belezas geográficas bem conservadas a antiga Estrada da Graciosa.

Podemos citar milhares de exemplos dessas lembranças em narrativas ao longo da história como a que registrou o Visconde de Taunay[48] em suas memórias Visões do Sertão, publicada a primeira edição em 1923:

> Que singulares emoções as minhas, entre saudosas e terríficas, senão odientas, ao deixar para todo o sempre esses lugares, em que tantas e tão longas agruras e dores havia curtido, mas – todos eles – tão vários, formosos e impressionantes.

A forma idílica da narrativa se contrapõe aos acontecimentos narrados. A realidade agora é outra, não apenas o desejo de conhecer, descobrir mas a necessidade de servir.

Ao narrar o percurso, o referido capitão Joaquim Antonio Xavier do Valle deixa passar a impressão, em alguns trechos, do quão é imposta a convivência entre os membros. Um misto de obrigação, desejo e negação, a violência pela autoridade imposta àquele que não deseja prosseguir, o viajante compulsório, recrutado e não solicitado,

> [...] 18 de outubro de 1854 - Alferes Feitosa participou-lhe haverem desertado 10 praças, outros 4 havião desertado de huma diligencia que havia sido empregada da ordem do Presidente. Desertarão mais duas praças que forão capturadas, resistindo á prisão: foram castigadas por ordem do Presidente que se achava em Castro.
> 16 de novembro - Desertarão mais hum cabo e 9 praças. Foi ao encalço delles o Alferes Feitosa com 13 praças. Resistirão e no conflito morrerão dous dos desertores e foi ferido hum soldado da escolta. O cabo e dous desertores apresentarão se voluntariamente.
> 8 de janeiro de 1855 - Fes seguir para Jatahy hum operário e sete praças; destes, 5 desertarão. Porem 4 posteriormente se apresentarão. Fes seguir um sargento e quatro praças conduzindo hum desertor.
> 15 de janeiro - Recebeo participação do Alferes Feitosa de haverem se retirado treze camaradas abandonando a construção das canoas. Forão reconduzidos.
> 19 de janeiro -Voltarão três praças dizendo que a outro, o sargento e o desertor havião se evadido. Forão presos na Ponta Grossa.
> 17 de fevereiro - Passou pelas 4 peças cuja conducção construtiva e a foi posar na Freguesia de S. Jeronimo onde tem noticia de terem desertado mais dous soldados, hum dos quais foi preso em Castro.
> 25 de fevereiro - Chegou ao porto de Jatahy. Soube ter desertado mais huma praça. Só estavão prontas duas canoas: os operários estão doentes. Os camaradas ajustados principiarão de novo a fugir. (APMT – CAIXA: 1855 B1 – DOC. 3671).

[48] Alfredo Maria Adriano d'Escrangnolle Taunay (1843-1899). Engenheiro militar lutou na Guerra contra o Paraguai (1864-1865). Foi escritor, músico, artista plástico, professor, historiador, sociólogo e político brasileiro de descendência francesa.

Outro sentimento recorrente em algumas pessoas durante as viagens era o medo. Do que ou de quem? Medo do desconhecido, do inusitado? Que sentimento era esse que, mesmo persistindo, movia essa gente a continuar as viagens, diferentemente daqueles que fugiam? Podemos explicar esse sentimento dizendo que "o medo é ambíguo. Inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte". (DELUMEAU, 1993: 19).

Para os viajantes, o medo garantia essa defesa e alternava à medida que a comitiva avançava. O medo de perder a vida pelos caminhos, por uma flecha indígena, por atravessar um rio revolto onde os acidentes aconteciam ou "uma cachoeira de difícil passagem onde virou huma canoa que foi de encontro a huma pedra salvou se com muito custo bem como parte da carga, o que causou quase dois dias de demoras". Ser atacado por animais ferozes era comum nessas paragens. Não era mais o medo do desconhecido, o imaginário pouco representava diante da concretude das dificuldades enfrentadas, da natureza inóspita, das doenças conhecidas e mais ainda das desconhecidas, dos constantes ataques indígenas, os quais muitas vítimas fizeram no período.

Ainda no relato do capitão Joaquim Antonio Xavier do Valle, esse medo pode ser percebido pelas travessias perigosas e os nomes dados a determinado lugares chegando até mesmo a grifá-los, acentuando-se as dificuldades em transpor esses lugares,

> [...] 28 e 29 de março de 1855 - Grande trabalho houve em passar as corredeiras de S. Francisco Xavier.
> 5 de abril - Alcançou a medonha caxoeira das Laranjeiras.
> 8 de abril - Alcançou se a ilha das Antas que fica quase fronteira á serra do Diabo dahi distante 2 legoas. Atravessarão se as extensas corredeiras do mesmo nome. (APMT – CAIXA: 1855 B1 – DOC. 3671).

O medo também está ligado à religiosidade, o que impede um viajante de prosseguir viagem em dias considerados santos, "6 de abril de 1855. Para se de andar por ser dia de Sexta Feira Maior" o respeito às Leis Divinas, escritas no livro da natureza e na consciência, a religiosidade, o medo do desconhecido e do que poderia acontecer se prosseguissem com a viagem. Esse medo está cristalizado na mente desses homens do período. O medo é só mais um componente da viagem para esses homens e mulheres.

A solidariedade também conta forte nessas relações, a ajuda mútua para aqueles que, por algum motivo, por caminhos já traçados passarem, outros deixam marcas da sua presença, mesmo por que poderiam ter que retornar àquele lugar algum dia e quando ali

chegarem terão o que comer e beber. Por isso, o cuidado com as pequenas lavouras plantadas e os poços abertos.

> 7 de abril de 1855 - Chegou-se a foz do rio Pirepó que entra na margem esquerda; neste lugar existia a aldeação de N. S.ª da Trindade há 225 annos. Ainda se vem antigos dos seus edifícios. Conviria fundar aqui hum estabelecimento para socorrer viajantes. Roça de milho mandada plantar pelo Barão de Antonina.
> 9 de abril - Ilha pitoresca, em pasto cuberto de cepeiras, e onde há muitas pedras de diversas espécies e em particular Agathas notáveis por sua beleza.
> 11 de abril - Atravessaram o rio navegando por entre ilhas ás 4h da tarde entram no rio Sambembeia onde fez se abundante pesca.
> (APMT – CAIXA: 1855 B1 – DOC. 3671).

Em 1848, um ofício do subdelegado de polícia mostra o motivo do medo pavoroso que tanto os viandantes, viajantes e habitantes tinham, a princípio, dos índios.

> Tendo eu hido a Casa de antonio Gonçalves Barbosa a certos arranjos, vi os cadáveres de Francisco Gonçalves Barbosa, José Maria e Paulo de tal, que tinhão cido a sassinados no rio denominado Vacaria já achegar em suas moradas, pelos Indios Caiuá e roubarão todos os seus negócios que trasião pelo Caminho novo de Antonina para esta Provincia que mandou abrir o Barão do mesmo o que levo a conhecimento de V.S.ª.
> Deos Guarde
> Taquaral Açú, 10 de 10embro de 1848.
> Illm.º Snr. Capp.m Caetano da S.ª Albuqrq.
> 1.º Suppe. Do Sub delegado de Polícia
> João José Pereira. (APMT – CAIXA: 1848 B1 – DOC. 4674).

Eles tinham consciência desse perigo real, por isso alguns enfrentavam e outros "desertavam" ou simplesmente fugiam à procura de segurança. Impossível não ter medo diante de um ataque dos indígenas "ainda não civilizados" de nomes de lugares existentes e que por um motivo ou outro assim foram denominados e que remetiam ao pavor como "da medonha caxoeira das Laranjeiras", "serra do Diabo", no próprio documento a palavra diabo sublinhada por algum motivo, para ratificar-lhe o nome. Por isso a necessidade de desbravar os sertões, melhorar os caminhos e estradas, contactar índios para fazer deles aliados como em em outros aldeamentos já existentes,

> Chegou se a foz do rio Pirepó que entra na margem esquerda; neste lugar existia a aldeação de N. S.ª da Santa Trindade há 225 annos. Ainda se vem antigos dos seus edifícios. Conviria fundar aqui hum estabelecimento para socorrer viajantes. Roça de milho mandada plantar pelo Barão de Antonina. (APMT – CAIXA: 1855 B1 – DOC. 3671).

Esse período foi de confrontos intensos entre os indígenas e os habitantes de Mato Grosso, os quais buscavam firmar em terras "conquistadas" suas residências, abrindo espaços no avanço das fronteiras em busca de novas formas de comércio, mais terras e meios de subsistência. Os viajantes relatam ataques ferozes de tribos contra tribos. Naturalmente essas lutas entre tribos tinham significados bem diferentes do que das empreendidas contra os brancos. Ainda era acirrada a luta em busca de espaço e fluía a ideia de "civilizar" o índio, treiná-lo para os serviços, estabelecendo-os em lugares onde possam ser "cuidados".

As animosidades eram frequentes e perduraram por longos anos. Durante as viagens para reconhecimento de territórios e envio de tropas de um lugar a outro, esses encontros se davam, muitas vezes, de maneira violenta, como relata em carta enviada ao então presidente da Província Augusto Leverger, o missionário apostólico frei Antonio de Molinetto, bastante conhecido na documentação do APMT através de suas correspondências com as autoridades, por sua intensa aversão aos índios, como consta nesse relato abaixo:

> Achando-me presentemente em Albuquerque, e resoluto a não regressar ao Nabilek, morada dos Indios Cadiuéos, por isso dirijo a V. Ex.ª o presente, afim de enformar, e fazer ver a V. Ex.ª o ocorrido, e o motivo que me impossibilita a voltar no dito lugar. Ali tive desde a data de 25 de Dezembro ultimo até o dia 8 do corrente, e em minha companhia 12 praças, que me deo o atual comandante desta Fronteira; assim que cheguei examinei a sua localidade, observei que he inservível para alocalos por ser imundo e aquoso, por cujo motivo torna-se infructifero e pestilento, com tudo quis dar principio a catechese conforme as determinações de V.Ex.ª e meus desejos, e cujo fim os procurava abrangelos em toda brandura possível, porem eles de sua natureza malfazejos, maliciosos e vagabundos tornavão-se inúteis, todas estas branduras e esforços que eu fazia tanto assim que neste mesmo tempo que lá demorei, forão assaltar e matar os Indios Enimas, e Chamococos, sem querer optar pelas minhas exortações, assim mesmo não desacorçoei, mas sim esperava que com mais vagar pudesse conseguir deles alguma cousa, como o deixarem as casas de oteiros e fazerem moradas próprias que até agora tem só o pequeno séquito do Capitão Etacadauara, e isso mesmo muito mal organizadas, e principiar a cultivar a terra, pois que ate agora com isso não se occupão, isso por serem preguiçosos, e vagabundos como acima disse a V. Ex.ª. Porem eis que se manifesta a cilada que armavão para privar-me da existência, o que conseguirião se eu não me mostrasse de animo a repeli-los com as praças que tinhão, então frustrado o seo intento retirarão-se, e passados alguns dias, e sem mais motivos dispersarão-se com varias ordens por todas aquellas campanhas, ficando só na aldea alguns velhos, e velhas, que pela velhice e enfermidades não os puderão acompanhar, a vista do que retirei-me por temer algum assalto repentino tendo-me isto narrado os que ficarão, e porque eles mesmos antes já

> fallavão que não querem que nossa gente habitem com eles por não serem testemunha de seos feitos. E não só desinganemo-nos que os Indios Cadiueos enquanto lhe se for a vontade é impossível pode-los civilizar, como a experiência me tem mostrado, que todo e qualquer agrado que lhe se faz (eu mesmo ouvi eles dizer) dizem ser por medo deles: logo se não tomão determinações mais enérgicas, e que se aldeiem acima de Albuquerque serão inúteis, todos os esforços, e sempre mais ficarão sitibandos, e ávidos de hostilidades, e sempre serão fortes enttravamentos de compromettimento com os Paraguayos, e mesmo de grande incommodo pelos habitantes desta Fronteira que tanto sospirão pelas bellas campanhas que são pizadas por estes brutos malvados.(APMT – CAIXA: 1853 B1 – DOC. 1971).

O documento traz em seu bojo o porquê do medo que os habitantes e viajantes têm dos índios – seus ataques – o que não podemos deixar de registrar, é a concepção de civilidade que o homem branco tem sobre o índio, a visão do outro, o olhar europeu diante de um grupo de indivíduos nativos cujos adjetivos pejorativos estão ligados à índole e personalidade ao falar dos Cadiueos "malfazejos, maliciosos e vagabundos".

Muitos outros documentos trazem o relato desse religioso e suas constantes guerras com esses índios e também com os de outras tribos. Por detrás desse relato contundente está o pensamento do colonizador, com julgamentos preconceituosos e imposições daquilo que pressupõe ser o correto. A diferença é que frei Molinetto reafirma seu pensamento a todo momento, enquanto que os outros religiosos imprimem em suas narrativas um tom conciliador, de bem querer aos índios, de ajudar, ensinar o valor do trabalho, lavorar a terra, embora com narrativas diferentes, o objetivo do discurso é o mesmo: civilizar o selvagem.

A ideia de civilização dos índios em "terras brasilis" remontam desde o seu "achamento" segundo denominou Pero Vaz de Caminha em sua carta a El Rei Dom Manuel (1469-1521), de Portugal.

> Senhor, posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim (mesmo) os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba pior que todos fazer! (ARROYO, 1963: 27).

Sendo assim esse "achamento" pressupõe que tudo que por aqui há pertence ao homem branco e este se acha no direito de a tudo possuir, mesmo que para isso utilize meios nada ortodoxos. A crença desse sentimento de pertencimento do índio como coisa para os homens que aqui chegaram é clara nos documentos encontrados.

Outros sentimentos afloram nos relatos de viagens, e um deles está ligado a religiosidade "6 de Abril de 1855 – Pare se de andar por ser dia de Sexta Feira Maior" destacando uma questão de respeito aos dias santos.

Em alguns momentos os relatos se transformam em pura poesia, em que o viajante imprime nas poucas palavras o maravilhoso cenário que se descortina diante dos olhos cansados, mas bem vivos, capazes de apreciar a beleza de uma colina suave, pedras de variadas cores, rios piscosos, caça abundante, riquezas e tranquilidade em contraponto com as adversidades, barreiras quase intransponíveis pela falta de pontes e meios de transportes mais eficientes e o medo do ataque do indígena, a falta de mantimentos, o viajante encontra pelo caminho a natureza exuberante,

> [...] 18 de outubro de 1854 - Tendo-se feito a viagem por 30 legoas, por bom caminho, campos aprazíveis, costeada por huma serrinha de suave declínio. 9 de abril de 1855 - Ilha pitoresca, em pasto cuberto de cepeiras, e onde há muitas pedras de diversa espécies e em particular Agathas notáveis por sua beleza. 10 de abril - Entrou se a expedição no Paraná. 11 de abril - Atravessam o rio e navegando por entre ilhas ás 4h da tarde entram no rio Sambembeia onde fez se abundante pesca. Em três horas de subida chegou se a bifurcação donde desceu ao Invinheima. 3 de maio - Rio de Santa Maria que conflue na margem direita do Invinheima, dali para cima tem este o nome de Brilhante. 5 de maio - Fazenda dos 7 velhos. A fazenda fica retirada do rio 4 legoas: pertence ao Barão de Antonina. Falhou se ali hum dia. 13 de maio - Começou a varação. Lindos campos. Segue se pela Fazenda de João Francisco Ribeiro, 5 legoas distante do Barboza. Muitissimos veados. (APMT – CAIXA: 1855 B1 - DOC. 3671).

É o discurso fundado no lugar ideal. Levando mais que o sonho de encontrar esse lugar ideal, o viajante leva também os seus sonhos pessoais, a vontade e o desejo de ter-se em outro lugar, o espaço sonhado, como o ideal da utopia feliz de Rousseau. Isso faz lembrar o cenário do romance *"Paul et Virginie*"[49] (1787), cenas de amor entre dois jovens que vivem no lugar de um cenário natural, bucólico e deslumbrante descrito de forma majestosa pelo viajante amoroso e exótico Bernardin de Saint-Pierre que, os habitantes da Ilha de França (Ilha Maurício) deixando de lado a lógica incorporaram como fatos esse amor fadado à tragédia.

Segundo NEIVA (1927), embora seja um romance, o ideário, tanto do cenário como do amor que nele foi narrado, é tomado e incorporado por aqueles que do mesmo cenário se sentem parte, pois pertencem à mesma paisagem, ao mesmo lugar,

[49] Ver a obra de SAINT-PIERRE, Bernardin, ***Paulo e Virginia***. São Paulo: Ícone Editora. Coleção Clássicos e Malditos, 1986.

> Em tudo aquilo que Bernardin de Saint Pierre escreveu não ha um atomo de verdade. Não importa, porém; o mauriciano encarregou-se de dar corpo á ficção [...]. Paulo e Virginia só existiram na imaginação do romancista; os habitantes da Ilha de tal fórma ficaram empolgados pela bucolica narrativa, que resolveram dar vida aos desventurados, e quando elles morreram, pescaram o corpo de um em uma praia e os despojos do outro em Pamplemousse, e abrigaram os dois corpos no mesmo tumulo. (NEIVA, 1927: 145).

Assim como na descrição que o autor do romance faz para um lugar ideal os viajantes que percorreram as terras mato-grossenses também deixam fruir em seus relatos esse desejo de encontrar um lugar onde possam se estabelecer e debruçar sobre esse espaço desejado e concluir seus projetos de vida. Apesar das dificuldades por que passam, seja por vontade, desejo ou obrigação, não os fazem desistir da viagem. Paragens são feitas para descanso e recuperação das energias gastas pelos caminhos difíceis, mas o objetivo da viagem continua determinando a sequência dos passos desses homens.

Como o exemplo de Xavier do Valle, um oficial a trabalho que viaja levando operários e soldados numa comitiva de 86 pessoas, algumas ficaram pelo caminho, por deserção ou fugiram simplesmente por não se sentirem pertinentes àquele sonho. A realidade é muito mais pungente que o sonho, o medo se sobrepõe ao desejo e esses viajantes partem para outras viagens. Se chegaram a seu destino, talvez jamais tenhamos notícias, pois partem para o interior como que em busca de si mesmos.

1.3 PERCORRENDO O ARQUIVO ENTRE UMA VIAGEM E OUTRA

> O viandante. Aquele que apenas viaja. Demanda. Como se nunca regressasse. Devorar a estrada. Ir pela estrada fora como antigamente se ia pelos ignotos mares e selváticas florestas virgens. Uma estrada que parece nunca acabar, sempre e sempre recomeça, labirinticamente se dividindo, subdividindo em autoestradas, itinerários principais, itinerários secundários, cruzamentos, rotundas, caminhos, atalhos, pontes, *ad infinitum*.[50] O labirinto do homem moderno não é mais o oceano ou a floresta virgem, mas sim a estrada. (MACHADO, 1996: 191).

[50] Expressão de origem latina que significa ‘até o infinito’, no caso da citação o autor quer expressar esse processo contínuo do ato de viajar, buscar, descobrir e querer sempre continuar essa busca.

O percurso dos viajantes silenciados, muitas vezes, não fora definido por eles, mas por determinação de seus superiores, através de ofícios, cartas, avisos e toda correspondência da burocracia oficial emanada dos gabinetes.

Na primeira metade do século XIX Mato Grosso passou por várias transformações econômicas, políticas e sociais. A produção aurífera, considerada de aluvião, não se sustentou por muitos anos. Franqueada a mineração do diamante, amplia-se as vias de comunicação e consequentemente o comércio, beneficiando uma pequena parcela da população mato-grossense. "A disputa pela hegemonia sobre os garimpos foi imensa e lutas violentas foram travadas, no Leste mato-grossense, na disputa pelo poder e prestígio nas concessões". (SIQUEIRA, 1990: 31).[51]

A política regional nessa primeira metade do XIX – isso não exclui a segunda metade, apenas nossa pesquisa atinge os anos de 1864 – se caracteriza pela instabilidade devido a uma série de acontecimentos como a dualidade de governo e a luta pela hegemonia política entre Cuiabá e Vila Bela, a criação das Juntas Governativas, o estabelecimento do governo provisório, as constantes alternâncias de poder de presidentes e vice-presidentes, a mudança de Capitania (criada em 1748) para Província, em 1825, de movimentos como a Rusga "a conturbação é claramente vista e sentida pelo número excessivo de governantes durante curtos períodos." (SILVA, 1993: 16). Nota-se, contudo, duas exceções nessa alternância: a do governo do Marquês de Aracaty[52] e a de Augusto Leverger, este tomando posse em onze de fevereiro de 1851, governando até primeiro de abril de 1857, portanto seis anos, um mês e dezoito dias.

O domínio dos poderosos homens livres da elite espalhava-se e a busca para alcançar o poder estava presente a todo momento na vida das pessoas, bem como a utilização da força para alcançar esse poder a todo custo. Em épocas de eleições, fervilhavam as intrigas e as competições se acirravam. Os locais das eleições tornavam-se palco de verdadeiras demonstrações de poder, e a atitude desvairada de alguns homens, senhores desse poder, marca os confrontos havidos naquele momento.

No documento transcrito a seguir, o retrato de um caso que ocorreu durante as eleições para vereador e juiz de paz da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Miranda

---

[51] Ver Elizabeth Madureira Siqueira. ***O Processo Histórico de Mato Grosso.*** *Cuiabá:* 1990, p.31. Também em sua obra ***História de Mato Grosso:*** *da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, a autora, como em uma viagem através dos tempos, traça ao longo da história os caminhos dos inúmeros acontecimentos, mostrando através da farta documentação pesquisada os fatos ocorridos.

[52] João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravenberg, capitão general, militar que permaneceu no cargo de 18 de novembro de 1807 a 6 de janeiro de 1819, portanto onze anos, um mês e dezenove dias.

em 1860, em que o próprio comandante age de forma truculenta, revistando os eleitores, é a personificação desse poderio:

> [...] tendo a sua frente o Commandante deste destacamento Francisco Bueno da Silva, o Capitão Francisco Nunes da Cunha e o dito Subdelegado, obstando a entrada dos Cidadãos e revistando-os, que se dirigião pacificamente afim de darem os seos votos, e se observando que este acto era contrario a Ley e liberdade do voto, o dito Commandante falou em altas voses que estava no seo direito e que elle era que mandava alli; sendo apoiado pelo dito Capitão Cunha e o Subdelegado, que unidos a huã facção desenfreada perturbavão a ordem com gritos e ameaças principalmente ao Presidente da meza Eleitoral a quem dizião – morra o tirano –, a vista destes factos achando os membros da meza Eleitoral aterrados e sem garantias para continuarem com as eleições, visto não contarem com o apoio do Commandante e com a força, tomou a prudente deliberação de addiar as eleições e submetter a consideração de V. Ex.ª o occorrido para tomar as providencias que julgar conveniente afim de que se procedão as eleições com toda a liberdade. (APMT – CAIXA: 1860 B2 - DOC. 169)

Segundo Elizabeth Madureira de Siqueira, a sociedade colonial se configura em diversas camadas sociais, compreendendo a categoria dos homens livres as elites (fazendeiros, grandes comerciantes e burocratas do Estado), a camada média que englobava profissionais liberais, baixo clero, os professores, funcionários públicos, militares, ambos de médio posto e pequenos comerciantes. A categoria homens livres e pobres consistia em militares de baixa ou nenhuma patente, os trabalhadores das minas, os pequenos agricultores e os soldados e, por último, os escravos, constituindo-se em uma grande parcela da sociedade. Acrescenta-se a toda essa diversidade social os índios, os quais se misturavam aos homens livres pobres e escravos amalgamando sua pobreza e miséria, fortalecendo os laços de solidariedade.

É dentro desse caldeirão efervescente que as histórias se misturam, os olhares se cruzam, os sentimentos eclodem ou arrefecem, as lutas são travadas e os odores se mesclam formando um quadro heterogêneo de seres que se obrigam a conviver para sobreviver.

São pessoas que diante das mazelas da vida procuravam meios para sua subsistência, enquanto uma pequena parcela da população se beneficiava com a desgraça e miséria da grande maioria da população. O acervo do APMT contempla uma infinidade de documentos com relatos de pessoas que percorreram, viveram e conviveram dentro do território mato-grossense apontando essas relações.

Entre uma viagem e outra aparecem dificuldades, medos, doenças, sofrimentos e a precariedade a que são submetidos esses viajantes "depois de ter sofrido calamidades fomes e moléstias com todos os camaradas que com elles havião ficado, e sendo elle próprio atacado de sesões".[53] O cansaço, a fadiga extrema acometiam esses homens por todo o caminho. São relatos pungentes, cujos sentimentos quase palpáveis se desprendem do papel como emanações de um corpo visível naquele espaço, "chegarão sobre maneira cansadas de tão longa e penosa viagem e quase sem roupa, vou submetter a sulução de tal riquisição a salvia deliberação de V. Ex.ª"[54]

Estão estampadas nos relatos as dificuldades com a escassez de produtos alimentícios e outros bens necessários. Isso torna a vida muito mais difícil devido às grandes distâncias percorridas aliadas à lentidão dos meios de transporte, o que tornava demorada a chegada dessas mercadorias, monopólio de poucos, bem como a sua distribuição através dos atravessadores.

A falta de produtos também está ligada à baixa produção, a indisponibilidade de terras para que a população se dedique ao plantio, como a resposta redigida em Sessão Extraordinária, enviada pela Câmara Municipal do Alto Paraguay e Diamantino ao presidente da província de Mato Grosso Augusto Leverger em 1856. As dificuldades na aquisição de mercadorias e produtos necessários tornam a vida da população um verdadeiro calvário em algumas regiões da Província nesse período. As queixas são constantes e a documentação recheada de ofícios, relatos, descrições, pedidos de ajuda e súplicas.

Nessa região, a decadência[55], "um dos conceitos mais confusos aplicados ao domínio da história", segundo LE GOFF (1997), se dá por inúmeras razões, como a falta de braços tanto para a lavoura como para a mineração, provocando uma queda drástica nesses setores, a falta de equipamentos adequados, comprometendo os trabalhos e, em consequência, a queda da indústria agrícola e fabril, a diminuição da produção diamantífera. A evasão de pessoas para as matas em busca da extração da poaia, produto que nesse momento possibilita um pequeno incremento à exportação para outras

[53] Oficio dirigido ao Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo Delamare, pelo capitão do destacamento de Anhoak, Luiz Soares Viegas em 28 de abril de 1859. APMT – CAIXA: 1859 B - DOC. 7028.
[54] Idem.
[55] Para compreender melhor essa discussão ver ***Decadência*** em LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 375-417.

províncias, e as doenças também são fatores significativos para a construção desse panorama de miséria e decadência.

Uma queixa recorrente é quanto ao fato de serem requisitados muitos homens para o serviço militar, o que seria uma "injustiça", pois "braços" são suprimidos na lavoura e na mineração, embora a maioria dos agricultores seja pobre,

> [...] não possuindo terras próprias, são agregados dos que as possuem, e lhes facultão gratuitamente suas terras, e assim elles já mais podem augmentar suas plantações e ainda menos tentar fundar estabelecimentos. [56]

A cada linha do relato, percebemos as dificuldades enfrentadas pela população. É possível traçar um retrato da vida de homens, mulheres e crianças dentro desse espaço de convivência e sobrevivência. A decadência da lavoura aparece como fator principal para toda essa rede de dificuldades e pobreza enfrentada pela região. No mesmo documento, relatam a efervescência de um lugar até pouco tempo rico e promissor, onde abundava principalmente, o ouro e o diamante.

A falta do indivíduo e a agricultura relegada aqui é o fator preponderante para o declínio e o empobrecimento dessa sociedade, bem como a condição de miserabilidade do povo. Terra e homens estão ligados por uma força maior, como se o destino pudesse deixar na vida de cada criatura um traçado diferente. Homens e mulheres precisam da terra e a terra precisa deles, e o destino de ambos se empenha em luta de vida e morte. Morte da fartura que os braços desses indivíduos na terra produzem, é dela que tiram seu sustento, leva esperança aos desesperançados produzindo riquezas em terras enfartadas da generosidade da natureza. Água, sol e as mãos unidas de homens e mulheres bastam para gestar a terra. Mas nesse momento, essa força humana é rara e dissipa-se pelas matas em busca de outras riquezas deixando a terra órfã, o que provoca, consequentemente, o declínio da lavoura.

As queixas com relação à falta de braços é uma constante na documentação desse período, "cessação da introducção dos braços se deve ao atraso sempre progressivo da lavoura, [...] sensível n'este Municipio, em que tantos ramos de uteis e productivas industrias já incetadas vão definhando, e outras tem-se deixado de explorar".[57]

---

[56] Oficio N.º 19, da Câmara Municipal do Alto Paraguai e Diamantino, enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, em Sessão Extraordinária de 26 de Dezembro de 1856. (APMT – CAIXA: 1856 C1 - DOC. 4981).
[57] Idem.

Com isso, a esperança de dias melhores se esvai, levada por cada homem que parte em busca de outros recursos embrenhando-se nas matas. A carestia assola não só algumas regiões, mas grande parte do Império "e por isso não tendo havido n'estes três últimos annos circunstancia alguma extraordinária que podesse malograr as esperanças do lavrador, o preço dos gêneros da lavoura tem augmentado progressivamente".[58]

As queixas contra a carestia e a falta de alimentos não é uma questão local nem de uma determinada estação do ano apenas. A falta de braços para a lavoura, as grandes distancias, a falta de estradas são alguns dos fatores que provocam o desabastecimento de várias cidades de Mato Grosso. O relatório de número dez do alferes Antonio João Ribeiro[59], datado de 30 de junho de 1860 aponta algumas causas para a carestia e falta de gêneros de primeira necessidade. Ao mesmo tempo aponta como causa principal para a resolução do problema de desabastecimento a mudança no traçado de uma estrada,

> [...] a vista do grande desejo que tenho para levar este destacamento a ponto que se possa desejar, motivo por que estou sempre a supplicar os meios de haver se posso conseguir os fins; principalmente lembrando que este ponto será de grande vantagem a Provincia de Matto-grosso, offerecendo-lhe uma rica estrada da Capital a Santa-Anna da Parnaiba, e se levará talvez a metade do tempo que gasta-se pelo Pequiri, que para tocar-se neste ponto a estrada faz grande curvatura, e pelo contrario se ella passar pelo de Lamare, seguirá em linha recta, e deixando de passar-se pelos rios Peixe de Coro, Tiquira, Corrente e Pequiri; mas sim passando estes em pequenos ribeiros, em quaes facilmente se fará pontes: os habitantes de Santa-Anna, que são dados a cultura, fazem annualmente grande exportação de seus gêneros alimentícios para as Cidades de Uberava e Campinas, e da quellas trazem grande porção de sal; pois estes Snres., logo que tenhão uma boa estrada e curto caminho a Cuiabá, onde venderão os seus gêneros pelo preço triplo, quadruplo ou quíntuplo ao por que vendem na quellas duas Cidades, e comparem o sal quasi pelo preço ao das duas Cidades assima dita, deixarão d'assim o fazer entre tanto ajudará bastecer esta Provincia, que seus habitantes tanto soffrem presentemente pela carestia dos gêneros alimentício, como tam bem aqui deixarão alguma Somma ao mercado, no caso tiver a felicidade de se levar a effeito: os Snres. de Santa-Anna, são amantes de estabelecer fasenda de gado vaccum e cavallar, estes logo que derem principio a estrada deste ponto a Santa-Anna, terão logo o cuidado de tomarem posse nos campos por onde passar a mesma estrada, como tam bem prestarão para o melhoramento della pela conveniência própria; a dita estrada concorrerá muito para conseguir-se a chamar aos Indios á falla, cortando-se com ella o transito livre que tem estes bárbaros neste meio

[58] Ibidem

[59] Considerado herói da Guerra contra o Paraguai e autor do suposto bilhete encontrado com a célebre frase *"Sei que morro, mas o meu sangue e de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria".* A este respeito ver a obra de Mello, Raul Silveira de. ***A epópeia de Antonio João***, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, vol 71, fev/mar 1969.

> por onde passará a dita estrada, como concorrerá para brilhar-se este ponto: a estrada julgo igualmente aos Snres. que annualmente seguem com tropas de Bêstas a Cidade de Santos, onde recebem cargas para Cuiabá passando pela enfadonha estrada de Rio-Claro ou Goyás, e mui suave se tornará passando pelo de Lamare, Santa-Anna, Jaboticaval, São Bento d'Araraquara, São João do Rio Claro e Limeira etc, e irão facilmente ter amesma Cidade de Santos. (APMT – CAIXA: 1860 E1 - DOC. 11).

Por outro lado, as mesmas reclamações acerca da carestia que grassava a Província tornaram-se motivo de investigação, como consta nesse ofício do chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, o qual discordava de que realmente houvesse cobranças de "preços fabulosos" contestando a carestia e o desabastecimento, conforme documento transcrito a seguir.

> Com fim de verificar que gráo de credito devião merecer as voses que se tem levantado contra o atravessio de gêneros alimentícios n'esta Capital, attribuindo-se á essa reprovada especulação e á deleixo das patrulhas de policia a falta de que se recente o mercado desta Cidade, e como consequência os preços fabulosos, á que elles tem chegado, mandei proceder a um minucioso exame em todas as vendas e tavernas, e conhecer-se o total dos gêneros nelas existentes o que consta do quadro junto, sendo 15 alqueires e 3 quartas e meia de feijão, 30 alqueires e ¼ de farinha de mandioca, 26 alqueires e meio e meia quarta de farinha de milho, 49 alqueires e meio de arroz, e 30 e meio de milho, exame que não se limitou ao lugar das vendas mas a toda a casa para se conhecer se havia gênero armazenados. Deste resultado conclui-se quam infundadas são esses clamores e queixas que maliciosamente tem urdido, e a fome abraçada. Deos Guarde a V. Ex.ª. Secretaria da policia em Cuiabá 23 de Novembro de 1859. (APMT – CAIXA: 1859 B - DOC. 7030).

São versões distintas elaboradas por pessoas com interesses também distintos, são ideias que se contrapõem. O primeiro documento fora redigido por um militar acostumado às viagens, cujo interesse estava voltado para a abertura de estradas que facilitaria o trânsito, diminuindo percursos e assim, incrementaria o comércio e o abastecimento; já o segundo, como chefe de polícia, estava mais preocupado em minimizar situações de conflito.

O fato é que tanto a documentação existente como os estudos realizados demonstram que as dificuldades de produção acompanharam a capitania desde o período colonial, naquele momento, o importante era a produção aurífera. A agricultura e pecuária eram insipientes e, o abastecimento, feito através das monções: "mas o estado de penúria pelo qual passava a capitania não conseguiria ser superado. Ao iniciar o período imperial,

a província de Mato Grosso sentiria os reflexos das más condições financeiras de que vinha sendo vítima". (ALEIXO, 1984: 29). Pode-se traçar um panorama da fome, da carestia e da economia mato-grossense, em vários períodos, consultando fontes como os Relatórios, Falas e Mensagens dos Governantes de Mato Grosso, cujos relatos pormenorizados detalha os temas.

Carestias à parte, o roteiro continua nas constantes viagens feitas por homens e mulheres relatando as dificuldades, registrando paisagens e momentos. Navios, fragatas, vapores, mulas ou os próprios pés levam os viajantes para terras distantes e desconhecidas. Trasladam pessoas no constante ir e vir de corpos suados grudados da poeira dos caminhos ou da brisa do ar molhado emanado dos rios. Respira-se novidades com os motivos das viagens, os mais variados possíveis. Rumores, humores, gritos e súplicas, é preciso quebrar o silêncio, as fontes se abrem para os relatos virem à tona.

1.4 É PROIBIDO FAZER SILÊNCIO

> O silêncio é assim a "respiração" (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é "um", para o que permite o movimento do sujeito.
>
> Eni Puccinelli Orlandi

O que é o silêncio? O silêncio tem várias formas de existir. Para entender o significado do silêncio é preciso penetrar fundo no mundo das palavras. O silêncio não pode ser entendido como complemento da linguagem, é muito mais que isso, não é o vazio completo, mas sim carregado de significante, tem estatuto de fundador e constitutivo. [60]

Para nosso entendimento, o silêncio é o fio condutor que nos levará a compreensão dos significados, a partir da leitura dos documentos. Não apenas na ausência da palavra mas, principalmente, no que esse silêncio significa, o que ele diz que não está dito, o que se encontra oculto nas palavras ou na falta delas. Procurar sentir através das entrelinhas o que a narrativa esconde. Oportunizar que outros possam, a partir da documentação levantada, formular outras análises e com isso dar voz aos silêncios

[60] Ver ORLANDI, Eni Puccinelli. ***As formas do silêncio:*** *no movimento dos sentidos*, 6ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, p.11-25, 2007.

significantes, que por sua vez, se transformará em outras palavras escritas. É nesse mundo repleto de palavras representadas graficamente evocando e cristalizando histórias, que faremos a viagem em busca dos significados do silêncio. Este, discutido no sentido de transmissão do pensamento, retirando-o da obscuridade em que permaneceu até então no âmbito dos documentos pertencentes ao acervo do APMT.

Quem são esses viandantes? O que levam na bagagem além de mantimentos? Sonhos e esperanças os acompanham durante a viagem. Negócios são realizados, pessoas se encontram, outras se distanciam na constante fuga para outros lugares e paradas. A presença das mulheres, mesmo que em pequena escala de registro, se faz presente. É provável que muitas outras fizessem parte dessa lista de "peçoas que leva" embora não fossem nomeadas.

No documento a seguir, mesmo sem nome, uma mulher aparece acompanhando o marido. É possível imaginar as circunstâncias da viagem, quem sabe não deixou registradas suas impressões em diários, como muitas mulheres o fizeram ao longo do século XIX, embora outras tantas impressões tenham se perdido no tempo. Os mantimentos, a tropa, o itinerário e algumas profissões também ficam registrados nos documentos ditos oficiais - foram redigidos dentro de um contexto de um período da administração provincial - por pessoas ligadas a ela ou se dirigindo a algum responsável por aquela administração, dando conta das instruções recebidas.

A quantidade desses mapas[61], bem como a sua sequência, mês a mês e ano a ano, permite ao pesquisador que por eles se interessarem, traçar um panorama dos acontecimentos do período baseando-se nas descrições neles contidas. A variedade de temas a partir do teor desses mapas é infinita, permitindo uma série de estudos estatísticos, econômicos e sociais, como a identidade e a origem desses viajantes, de onde saíam e para onde se dirigiam, o que transportavam na bagagem, a quantidade de pessoas e animais que cruzavam as estradas, que tipo de transporte utilizavam, quais eram seus propósitos, quais as profissões desses viajantes, o número de mulheres nessas viagens, etc.

Muitos desses viajantes aparecem em repetidos mapas, o que permite traçar, além dos caminhos preferidos, a frequência dessas viagens e, de acordo com o que transportavam e a quantidade, mapear a economia dos lugares onde eram deixados os carregamentos.

[61] Aqui não se trata de mapas como cartas geográficas, mas de quadros sinópticos datado, com número de pessoas em trânsito, animais e cargas transportadas.

Dia 18 de Junho de 1859		Dia 23 De Junho de 1859	
Paçou o Senhor José Alberto do Rio de Janeiro para Cuiabá		Paçou o Senhor Morél Dentista = com sua mulher = de Goias para Cuiabá	
Peçoas	2	Peçoas que leva	4
Animaes	8	Animaes	18
Caixas	4	Caixas de bagagem	8
Broacas de mantimentos	4	Broacas de mantimentos	8
Dia 25 do mesmo		Dia 27 do mesmo	
Paçou o Senhor Adão João d'Araujo com tropa de São Paulo para Cuiabá		Paçou o Senhor João Flores de Campos Curado com tropa da Villa de Corumbá para Cuiabá	
Peçoas	3	Peçoas que leva	8
Animaes	23	Animaes	63
Costaes[62] de fardos	31	Costaes com café	21
Caixas com drogas	9	Costaes com marmelada	80
Broacas com mantimento	2	Costaes com fumo	43
		Caixas com bagagem	2
		Broacas de mantimentos	2
Quartel do Destacamento do Rio Grande 1.º de Julho de 1859. Francisco d'Arruda Leite Furriel Commandante			

(APMT – CAIXA: 1859 C – DOC. 7196)

No mapa seguinte é enviado através de oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, pelo furriel comandante do destacamento do Rio Grande, Francisco de Arruda Leite, datado de 1.º de setembro de 1857. Um destaque para a distinção "Doutor" dada a Pedro Dias Paes Leme, engenheiro militar, viajante que veio para a região de Mato Grosso como responsável pela abertura de caminhos, traçados de cidades e construções mais aprimoradas, do qual trataremos no capítulo três.

Podemos observar os trajetos percorridos, como o percurso feito por Paes Leme, vindo do Rio de Janeiro para Cuiabá e, Joaquim de Amitas e Alvernaes, indo de Cuiabá para Goiás. O mapa é referente aos dias 24 e 30 do mês de agosto do ano de 1857.

[62] Costaes de fardos são mercadorias transportadas nas costas, geralmente de quem seguia a pé. Já as bruacas ou broacas eram sacos ou malas confeccionadas em couro cru, servindo para acondicionar os mais diversos objetos como ferramentas, utensílios, tecidos comidas etc, seguiam amarradas em lombos de bestas, quando pares formava um cargueiro.

Dia 24 do mesmo		Dia 30 do mesmo	
Passou o Senhor Doutor Pedro Dias Paes Leme – em comissão do Rio de Janeiro para Cuiabá		Passou o Senhor Joaquim de Amitas e Alvernaes com sua Tropa de Cuiabá para Goias	
Peçoas	1	Peçoas	5
Animaes	6	Animaes	38
Caixas pares	1	Caixas pares	2
Broacas de mantimentos	4	Broacas de mantimentos	2

(APMT – CAIXA: 1857 C2 – DOC. 6014)

O formato desses mapas aparece em quadros com legendas ou descritos de forma linear, como o que se segue em ofício dirigido ao presidente da Província, Albano de Souza Osório, pelo segundo sargento comandante do destacamento de São Lourenço, José Carlos de Pinho, datado de 31 de outubro de 1857. Os tipos de viajantes são os mais diversos: militares das mais variadas patentes, comerciantes, tropeiros e clérigos, transportando cargas, animais e pessoas, como este padre tropeiro cercado de camaradas, transportando novecentas cabeças de gado, saindo de Cuiabá para Minas Gerais. Em outro documento, uma mulher viajando na companhia de outra pessoa a transportar sal e açúcar.

> Dia 11de Outubro
> Comitiva do Padre José Gomes de Lima vindo da Provincia de Cuiabá indo para a Provincia de Minas com boiada.
> Camaradas – 12
> Escravos – 2
> Animaes – 49
> Reses – 900
> Canastras pares – 1
> Caixas de bagajem pares – 6. (APMT – CAIXA: 1857 C2 – DOC. 6015)

> Dia 2 de Dezembro do corrente anno de 1857.
> Escoteira D. Carmem da Pinha vinda da Santa Anna Provincia de Chiquitos Republica Boliviana para este Districto.
> Pessôas uma – 1
> Bestas duas – 2
> Cavallos dous – 2
> Sal três alqueires – 3 alqº
> Assucar sete arrobas – 7 @
> Observação: Apresentou passaporte que trouxe de seu Governo e regressou para o Povo de Santa Anna Provincia de Chiquitos com passaporte dado por este Commando em 21 do corrente. Quartel do Commando do Districto Militar de Mato Grosso na Cidade do mesmo nome 31 de Dezembro de 1857. (APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6099).

Portanto, homens e mulheres, sós ou acompanhadas, cruzaram caminhos em busca da sobrevivência. Em Mato Grosso, poucas mulheres deixaram registradas suas

impressões de viagem, principalmente no período pesquisado nenhuma foi localizada, o que não significa que não existam, é preciso localizá-las para quebrar de vez com esse silêncio. Mais adiante, no tempo, elas vão aparecendo, tímidas, mas com a convicção de buscar o reconhecimento e a legitimação mediante a escrita.[63]

Não só a imagem mental nos permite refazer as viagens ao ler os relatos dos viajantes localizados. Neles também estão oficiados os registros de imagens reais, feitas durante as viagens, seja através de desenhos, pinturas, esboços como também registros fotográficos de locais por onde passavam.

No ofício datado de 31 de agosto de 1859, dirigido ao presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo tenente coronel do Batalhão de Caçadores de Mato Grosso, João Nepomuceno da Silva Portela, o registro não só escrito, mas da imagem de uma viagem a Vila Maria (Cáceres) é relatado,

> O mesmo Capitão de Fragata, em quanto consertava-se o Vapor mandou o seu Secretario tirar o retrato desta Villa, servindo-se para tal fim da maquina Photographica, e antes fez um preciso de uma gruta que d'aqui dista pouco mais de duas legoas em companhia do Cidadão João Carlos Pereira Leite. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314).

Em outro documento do mesmo grupo de ofícios do referido Portela, datado de 25 do mesmo mês e ano, traz ao conhecimento o caso de uma brasileira, "Amancia Sebaio, que achando-se residindo a anos na Colonia de São Mathias, pertencente a Republica de Bolivia, resolveo novamente habitar no território do Imperio". Ao solicitar seu ingresso em um ponto de fronteira e recebendo permissão, acaba provocando um mal-estar e discordância entre as autoridades locais responsáveis por aquela faixa de fronteira, pois,

> [...] naquele ponto só devem ser recebidos os refugiados por crimes políticos e os desertores que se apresentarem pedindo nossa proteção não hesitei em advertir ao referido Capitão a atitude errônea que deu ao sentido das ordens de V.Ex.ª aceitando e conservando ali a mesma Brasileira, ate a decisão deste Commando, visto que não se achava comprehendida em nenhuã das duas hypóteses figuradas" , porem como posso estar em erro solicito a V. Ex.ª se digne orientar-me se devem ou não ser recebidos naquelle ponto os Brasileiros que pretendem habitar no Imperio, e os Bolivianos, que residindo em São Mathias tiverem a mesma pretensão. Cumpre-me outrosim informar a V. Ex.ª que na mesma occasião em que seguio para este lugar a Brasileira Amancia Sebaio o mesmo Capitão Commandante fez seguir

[63] Ver REGO, Maria do Carmo de Melo. ***Lembranças de Mato Grosso***. Várzea Grande: Edição Fac-similar de 1897. Fundação Júlio Campos, Coleção Memórias Históricas, vol. I, 1993.

> igualmente a Boliviana Anna Penau que se lhe apresentou pedindo permissão para com três filhas menores passar ao Imperio, e como esta Boliviana e suas filhas chegassem estropeadas em estado de não poder prosseguir viagem, remetto nesta occasião o seu interrogatório ao Doutor Chefe de Policia, ficando ella no entanto neste lugar, ate que V. Ex.ª se digne resolver sobre o seu destino. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314)

Certamente houve os enfrentamentos para burlar as autoridades, e de viagem em viagem entram e saem pessoas por todas as partes que encontram uma brecha na expansão geográfica onde não tem vigias. Outros casos são registrados, de pessoas que tentaram passar por essas divisas e justamente onde existem os quartéis e os distritos militares. É uma forma de também receberem ajuda para prosseguir com a viagem.

No oficio n.º 32 do mesmo documento acima, enviado ao presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo tenente coronel João Nepomuceno da Silva Portela, comunica a passagem de um casal por aquele comando, e anexa o registro do interrogatório feito ao mesmo casal, no qual apresenta seu conceito prévio de civilidade, exercendo o poder e autoridade sobre aquelas pessoas, permitindo, assim, a sua passagem e estadia no país,

> [...] no dia 6 do corrente um Indio Chiquitano de nome Manoel e sua mulher de nome Victoria, remetidos pelo Capitão Commandante do Ponto da Corixa, cumpre passar as mãos de V. Ex.ª o incluso interrogatório pelo qual conhecerá V. Ex.ª o caracter desse Indio e de sua mulher, os quaes depois de interrogados se auzentarão e julgo-me em procura dos seus parentes, e com quanto se tenha empregado toda possível deligencia para descobril-o ate agora não tem sido encontrado. ANEXO. Aos seis dias do mez de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e nove no Quartel do Commando do Districto Militar de Villa Maria compareceo o Indio Chequitano Manoel e sua mulher Victoria, e sendo-lhe perguntado pelo Senr. Tenente Coronel Commandante o fim a que se dirigio ao território do Imperio respondeo por acenos, visto que mal sabe pronunciar algumas palavras Castelhanas e nenhuã portuguesa, que vinha visitar seus parentes que suppoem existirem em algum ponto do interior deste Districto, e como fosse pelo mesmo Senr. Tenente Coronel Commandante conhecido a índole inoffensiva deste Indio intimnou-lhe de conformidade com as ordens do Exmo. Senr. Presidente da Provincia que se internasse com sua mulher para as partes da Villa do Poconé apresentando-se a respectiva authoridade policial. E por não saber ler nem escrever assigna a seu rogo os 1.ºs Sargentos Domingos da Silva Nunes, e José Ramos e Costa. Em firmesa do que se lavrou o presente interrogatório que eu Manoel Pinto da Silva Particular Furriel Amanuense do Districto escrevi. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314).

Ao relatar que perguntado ao índio Manoel e sua mulher Victoria e ele "respondeo por acenos, que mal sabe pronunciar algumas palavras Castelhanas e nenhuã portuguesa", notamos o reforço do poder e da autoridade sobre aquele homem e aquela mulher, pois, além de serem índios, pertenciam a outro país. Podemos perceber, então, que a língua também é viajante, ela é visual, se explica e se entende aqui ou lá, mais difícil é aceitar a quem cabe a sua interpretação. Cada um dá-lhe o destino e o enfoque de acordo com seus interesses, muitas vezes destruindo lhes o verdadeiro significado, perdendo, então, a nobreza da sua simplicidade.

Nesse período, os caminhos estavam sendo preparados, antigas picadas sendo revisitadas, estradas sendo abertas, a noção de distância ampliada e entendida no sentido de encurtá-la para favorecer e facilitar os deslocamentos de um lugar a outro. O que demarcava esses novos caminhos era a mobilidade, o movimento de pessoas, os costumes, os quais Sérgio Buarque de Holanda, se referindo à mobilidade característica "que convida ao movimento" diz:

> [...] o fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na ideia de "fronteira". Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se ao menos enquanto não a superasse a vitória final de elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados. (HOLANDA, 2008: 12-13).

1.5 VIAJANDO POR MANUSCRITOS À SOMBRA DO SILÊNCIO ELOQUENTE DAS FONTES

> Quando o homem em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo.
>
> Eni Puccinelli Orlandi

As palavras, surpreendentemente, têm a capacidade de metamorfosear, criando, no universo humano, novas possibilidades que nos levam a sonhar novos sonhos, descobrir novos caminhos. Deixam de ser apenas símbolos rabiscados no papel e, como iluminadora dos nossos medos e receios, tornam-se carregadas de sentimentos, ao mesmo tempo criando e revelando mistérios. Viajantes ou viandantes? Igualmente caminhantes, embora o termo viandante carregue a busca do ser pela descoberta do novo, sendo o ser humano considerado andante.

Nos documentos, os termos se revezam em constante mutação. Ora aparece como viajante em 1813, ora viandante ao longo do século XIX, mas no XVIII aparece também viageiro. As formas de denominar o viajante se alternam da mesma forma que os percursos e os indivíduos, tão importantes quanto as viagens!

Quem são esses viandantes que percorreram os caminhos de Mato Grosso na primeira metade do século XIX e, por algum motivo não aparecem na literatura de viagem? Eles também deixaram seus rastros na história do lugar. Registrados estão suas falas, impressões, serviços prestados, apontamentos, descrições de espaços, rios, clima, relevo, comportamentos, as doenças e possíveis curas, o cotidiano e tantos outros indícios deixados em forma de manuscritos amarelados e quebradiços na longa viagem através do tempo. Remexidos algumas vezes para mudança de espaço e de acondicionamento, uma morada antiga lá, outra ali, outra acolá e uma nova agora, até a próxima viagem.

Um legado considerável contendo informações relevantes para o estudo e compreensão da sociedade e do cotidiano no período referido, mantido em silêncio. Porque silêncio? Por que os documentos aqui tratados permaneceram por muitos anos na imensidão linear de um arquivo que comporta milhões de informações ainda não processadas. Daí o silêncio. Um documento ou uma fonte não diz nada se continuar fechado aos olhos do pesquisador. É preciso torná-lo acessível, processando a informação para que ela seja divulgada e disseminada. O que são essas fontes?[64] Registros, vestígios, documento em seus mais variados suportes, herança material ou imaterial que permite ao historiador pensar e construir o conhecimento histórico.

> A fonte histórica passou a ser construção do historiador e de suas perguntas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre ele, mas também conhecer sua origem, sua ligação com a sociedade que o produziu. (SILVA, 2010:159).

Muitos documentos do século XIX do APMT, principalmente aqueles datados de 1822 em diante, podem ser manuseados para consultas. A forma de acondicionamento, a fragilidade do papel e o trabalho de rescaldo entre os inúmeros fragmentos esquecidos em um pacote fechado, torna o trabalho nos arquivos um cotidiano incansável da mesma forma que as lutas, sofrimentos e pontos de vista das pessoas do passado naqueles papéis

[64] No caso aqui, as fontes são os milhões de documentos avulsos, armazenados em mais de novecentas caixas, ordenadas cronologicamente no APMT, tratando de diversos temas nos períodos Colonial, Provincial e Republicano, até os anos de 1995.

envelhecidos. As transcrições feitas de forma lenta e persistente do trabalho abnegado, dia após dia, à espera de que as horas se prolonguem para que não sejam interrompidas,

> Com o passar dos dias ganha-se familiaridade, ou mesmo certa intimidade, com escrivães ou personagens que se repetem nos papéis. Sente-se o peso das restrições da sociedade, ou o peso da miséria, ou a má sorte de alguém, e deseja-se ler mais documentos para acompanhar aquela história de vida, o seu desenrolar. Os personagens parecem ganhar corpo, e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos e partir, sem continuar a leitura até o dia seguinte. Essa é a vida da pesquisa: dura, cansativa, longa, mas gratificante, acima de tudo. (PINSKY, 2011:24)

É difícil juntar os estilhaços dessa guerra do tempo, juntar um passado retalhado de partes espalhadas. Outros fatores também contribuíram para que esse hiato no tempo se transformasse em silêncio, dificultando a tessitura desses retalhos antigos de história na sua junção para a construção de uma nova análise. São lembranças, partes ressequidas de história, fragmentos daquilo que um dia foi escrito, contando uma história, e que hoje não se juntam mais, não dizem mais nada, a não ser pedacinhos esfarelados com a descrição "sem condições de manuseio" e menos ainda de uso.

Uma completa ausência em que parte da história está irremediavelmente perdida. Desse modo, a linguagem que um dia ali foi registrada como forma escrita, desapareceu e se tornou pó no fundo das caixas, só restou o silêncio e, assim deixou de significar. Poderá esse silêncio perder a mudez? Certamente,

> [...] em silêncio, o manuscrito é percorrido pelos olhos através de numerosos obstáculos. Pode-se tropeçar no defeito material do documento: os cantos corroídos e as bordas danificadas pelo tempo engolem as palavras; o que está escrito na margem [...] geralmente fica ilegível, uma palavra que falta deixa o sentido em suspenso; às vezes, as partes de cima e de baixo do documento sofreram danos e as frases desapareceram isto quando não é na dobra [...] que se constatam rasgos, portanto ausências. (FARGE, 2009:59).

Mesmo contendo essas ausências, os documentos pesquisados nos permitem extrair desses hiatos o caminho de leituras que possibilitam visões diferentes, tanto de quem os produziu como para quem foram direcionados, por quem foram lidos na ocasião de sua produção e como podem ser lidos hoje. O documento se abre para deixar fluir o olhar viajante carregado de carências, inquietações, dúvidas, curiosidades e o desejo da

descoberta. O "eu" de frente com o "outro", gladiadores de uma constante luta por dias e dias na leitura da escrita, o primeiro através de narrativa ali posta, tenta provar os fatos narrados a partir da escrita simbólica ali registrada. Já o segundo, tenta provar o gostinho da fantasia e da imaginação daquele narrador, para produzir a sua própria narrativa.

Nos documentos, nenhum silêncio se alonga para sempre, haverá sempre algo a ser dito assim que o documento for lido, interpretado e analisado, permitindo a movência dos discursos, que outrora foram ditos e, no documento, agora se encontram registrados, explícitos ou implícitos, são esses registros que vêm acompanhando a história do homem a partir da escrita.

Seguindo o rastro das palavras na correspondência enviada pelo Consul Brasileiro em Portugal, Luiz Thomé de Miranda, ao Presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, apelando para sua humanidade e ajuda à difícil situação em que se encontra a Ilha da Madeira, este documento transcrito a seguir servirá de moldura para melhor situar a projeção da imagem formada por ele apelando à compaixão do Brasil para com a desditosa Ilha, assim dizendo,

> A miséria profunda e encrivel, a que os habitantes da Ilha da Madeira se acham reduzidos por causa da moléstia das suas vinhas, moléstia horrível que lhes rouba o manancial fecundo e precioso, d'onde tudo, absolutamente tudo eles colhiam; esta miséria, Ex.^{mo} Senr., é tamanha que inevitavelmente teriam já sido victimas suas, se os valiosos socorros de S. M. Imperatriz viúva,[65] e a filantropia d'algumas cidades dos Estados Unidos d'America excitados pelo Consul Americano, afóra outras pequenas dádivas lhes não tivessem modeficado o seu padecimento. E hade, Brazil paiz riquíssimo por um Rei tão sábio governado, dirigido por tão inteligentes e caridosos Presidentes, hade o Brazil, a mesma Pátria Amada cruzar os braços impossível ante esta scena lachrimosa? Ah! Senhor, promova V. Ex.^{cia} em beneficio deste miseríssimo povo, uma subscripção entre os habitantes d'essa Provincia brasileiros e Portuguezes; e conte V. Ex.^{cia} com o eterno reconhecimento da parte d'estes homens desditosos. Vai se isto também o fasia do Brazil; e V. Ex.^{cia} não deixará escapar esta occazião oportuna de lh-a fazer colhêr. O Bispo dessa Diocese escreve também ao Ex.mo Bispo d'esta Provincia, carta que incluza remeto, pa. V.Ex.^{cia} mandar ao seu destino. Ella deve se isaltar o mesmo assumpto. Una-se V. Ex.^{cia} ao ilustre Prelado, e fazem por conseguir tao útil como humanitário desideratum. Deos Guarde a V. Ex.^{cia}. Funchal 17 de Março de 1853. (APMT – CAIXA: 1853 B2 – DOC. 2036).

Neste documento, o apelo pela ajuda transmite um discurso engendrado pela necessidade e pelo cumprimento de um papel oficial. O discurso político em função da

[65] D. Maria Amélia Augusta Eugenia Napoleão Beauharnais, Duquesa de Leuchtenberg, (1812-1873). Imperatriz consorte do Brasil, segunda esposa de D. Pedro I.

benesse, da troca de favores, apelando para a generosidade ao mesmo tempo em que enaltece o território e seu rei como portadores de bondade e riqueza suprema para ajudar tão miserável e desventurado país após uma catástrofe natural. O documento está impregnado de um discurso carregado de hipérboles.

A utilização das expressões – "miséria profunda", "Pátria Amada", "scena lachrimosa", "miseríssimo povo", "homens desditosos", "humanitário desideratum" – alimentam nossa mente de cenas que se abrem para a confecção de um mapa imaginário inquietante e fascinante ao mesmo tempo. É a força da palavra, mais uma vez, abrigando, alimentando e despertando os sentimentos mais humanos.

Outro documento, transcrito a seguir, mostra a erudição de quem o redigiu e a busca do conhecimento de quem o copiou, Manoel da Cunha Galia, no mínimo um curioso da astronomia. Esta descrição, aliada a outras, poderá suscitar estudos mais elaborados acerca dessa ciência carregada de mistérios para muitos, em meados do século XIX. A riqueza de detalhes desse estudo científico denota a percepção de quem dele se utilizaria para suas observações e anotações.

Este documento intitulado, Breve descripção do Methodo de determinação da longitude, pelas observações das passagens da lua e de uma estrella pela mesma altura; por E. Liais, trata do método criado por Emmanuel Liais[66], astrônomo de renome que protagonizou uma disputa acirrada com outro cientista, o Dr. Manoel Pereira Reis, na astronomia brasileira no final do século XIX e início do XX, criando um clima tenso envolvendo política, interesses pessoais e muitas disputas durante mais de vinte anos no Observatório Imperial do Rio de Janeiro.[67] Entre palavras, equações e explicações sem poesia, mas carregadas de significados científicos, eis a descrição do método,

> Entre os diversos Methodos para as determinações das longitudes, em terra, por mim empregadas e que não se achão expostas nos compêndios, o mais simples e aquelle que pode ser empregado no maior numero de circunstancias e mesmo que é sempre praticável quando as outras o são, é o das passagens da lua e de uma estrella pela mesma altura, observando com o theodolito repetidas em altura. – Este methodo é de uma exactidão tanto maior quanto menor for a latitude. Elle pode ser empregado até 35.º de distancia do equador, em todas as declinações da lua, contanto que o astro seja extra-meridiano. Sua exactidão é a maior quando o astro se acha no mesmo hemisfério em

[66]Emmanuel Liais nasceu em 1826 em Cherbourg, na França, e trabalhou no Observatório de Paris. Chegou ao Brasil em 1858 e, a pedido de D. Pedro II, foi adido da comissão organizada por Antônio Manoel de Mello para a observação do eclipse solar nesse mesmo ano.

[67] Ver o artigo de Januária Teive de Oliveira e Antonio Augusto Passos Videira. **Revista da SBHC** Nº I/2003 As Polêmicas entre Manoel Pereira Reis, Emmanuel Liais e Luiz Cruls na passagem do século XIX. pp. 42-52

> que o observado. [...] As observações sendo assim feitas calculão-se da maneira seguinte. 1.º - Reunem-se as observações da estrella, e dellas se deduz a hora por um methodo exposto na pequena brochura que acompanha esta nota, Revista Scolastica N.º 4 -, e onde se acha um exemplo deste gênero de cálculos. ~ 2.º - Reunem-se as observações da lua, e calcula-se o ângulo horário da mesma maneira como para a estrella e pelas mesmas formula. – Há somente de mais no calculo das distancias zenithaes da lua ter-se em conta a sua paralaxe, seo – semi-diametro para conduzir na observação ao centro, e da variação de seo semi-diametro com a altura. Estas pequenas correcções se fazem pelos Methodos ordinários indicados em Franceur. [...] Para isto se serve das ephemerides e da longitude supposta do lugar, restando-se fazer mais tarde uma correcção por causa do pequeno erro de declinação que resulta de que a verdadeira longitude em lugar de ser conhecida essa precisamente o elemento procurado. Calcula-se a declinação para cada instante médio entre a visada directa e inversa correspondente, e não para cada visada isolada, o que não tem inconveniente e permitte que se empregue a mesma formula que para a hora. (APMT – CAIXA 1859 D3 – DOC. 7591).

O documento é longo e minucioso, trazendo cálculos e estatísticas, previsões e equações que o valorizam tanto quanto as informações nele contidas. "Differenciaes as correcções que são para d P, S, P e para S D, SD SL, e para o ângulo P o seo valor do 1.º calculo, esta equação torna-se na seguinte SP, =

sen l cos D – cos l sem D cos P. SD LL"

cos 1 cos D sem P 600

No final, o documento esclarece e exemplifica mais dois métodos criados por Emmanuel Liais - "Observações feitas dos dous lados do ceo eliminão, em alturas quase equivalentes, os erros tabulares da paralaxe [...] A latitude para estes cálculos deve ser conhecida com a exactidão de um segundo, pouco mais ou menos".

Portanto, uma observação de que nos documentos não contam apenas a história pura e simplesmente positivista dos dados, da estatística, dos fatos, mas a história multidisciplinar em que todos os conhecimentos se imbricam para formar uma interpretação do que nele está posto. E, a partir desses registros, os múltiplos olhares se voltam, cada qual para a direção de suas escolhas, de seus interesses ou de seus desejos.

Como podemos "observar", o trocadilho não é proposital, é um documento rico em informações para um estudioso das ciências do espaço, da geografia, da astronomia, da terra, da natureza, da matemática, enfim, um leque de possibilidades para campos variados de estudos. Mas que ligação o documento tem com os viajantes? O fato é que esta descrição faz parte de um grupo de documentos localizados junto aos papéis do engenheiro Pedro Dias Paes Leme, um viajante de grandes conhecimentos e importantes

trabalhos realizados em Mato Grosso. Um pouco do trabalho desse engenheiro viajante será tratado no capítulo três.

Para um engenheiro, é importante conhecer esse tipo de observação como coadjuvante em seus projetos. Facilita o reconhecimento de terrenos, a delimitação de espaços, a topografia e hidrografia desses lugares, e que envolve uma série de conhecimentos além da engenharia, como as observações astronômicas, a matemática, o desenho e também a física. Para um viajante, a posição das estrelas indicará que caminho percorrer na sua jornada, sem se perder na imensidão dos caminhos, nos longos e tortuosos rios e cachoeiras, nas matas densas e repletas de perigos. A estrela dá ao viajante a certeza de pelo menos seguir na direção certa e encontrar o caminho.

No segundo capítulo vamos trazer a cidade para o campo das notas e observações da história. Tratar sua materialidade e simbologia através dos acontecimentos marcantes para a sociedade, através das intrigas formadas tanto pela população civil como pelas autoridades, capazes de engendrar casos estranhos, cabendo aos seus autores ver quem tem maior poder de mando, quem é mais convincente em seus argumentos, cujo envolvimento das querelas chega até à imprensa. Trataremos também dos lugares de convivência como as bicas e chafarizes, os burburinhos de brancos, negros e índios, de homens e mulheres no vaivém das horas do dia e da noite, no cotidiano paradoxalmente relatado nos documentos. Mulheres fortes que aparecem nos documentos como donas de fazendas, cabeça da família na luta do dia-a-dia na paisagem do sertão que merecem ser (re) vistas e (re) vividas. Paisagem esta que, segundo (SARAMAGO, 2008: 239) “Não é possível descrever com palavras. Ou melhor, ser possível, é, mas não vale a pena”.

E aqui complementamos que essa paisagem não só é vista através das sensações imaginativas quando se lê um documento, mas é possível senti-la à medida em que é narrada, delineada, subindo colinas ou descendo caminhos, seja ele de terra ou “estradas andantes” como os rios. Ou mais ainda, quando as mãos excitadas, ao passar cada folha de papel no abrir e fechar de olhos ávidos “a paisagem fez-se visível no que sempre havia sido, pedras, árvores, barrancos, montanhas” (Idem: 92). São sensações experimentadas nas leituras nos arquivos.

E, por fim, mostrar através da documentação transcrita, como as autoridades tratavam as epidemias e a situação da saúde nas cidades de Mato Grosso com as doenças infestando regiões, inclusive outras províncias, as quais se comunicam e se solidarizam nos momentos de dor, sofrimento e miserabilidade do seu povo. Mostraremos os medicamentos mais utilizados, as ervas, vomitórios, purgantes e sangrias, como forma de

amenizar sofrimentos muito comum no período colonial, mas que continuaram sendo aplicados anos a fio. Os miasmas com seu odor repulsivo impregnando o ar de doenças como a cólera em Mato Grosso nos anos de 1860, vitimando um número muito grande de pessoas durante a Guerra contra o Paraguai, o vômito negro como o anjo da morte enviado por Deus para o castigo dos homens por seus pecados e infâmias.[68]

Enquanto as autoridades escrevem "nada de anormal, a província goza de relativa tranquilidade"[69], a documentação fervilha de prisões, doenças, viagens, violência, dor e morte concomitantes às alegrias das danças, umbigadas e cururus, da concepção de modernidade sugerida ao solicitar a construção do theatro. No vento cheio de vozes da imprensa em que passado e futuro se entrecruzam no papel de divulgadores das notícias e das intrigas, mas também da luta na busca de recursos para as publicações que engrandecem a sociedade moderna que deveria se formar em terras tão distantes e fora da "civilidade".

A água como fonte de vida e de sociabilidade. É no entorno das bicas e fontes que as novidades aparecem, as brigas acontecem e o silêncio desaparece. A convivência entre brancos e negros escravos ou libertos cuja existência se faz mediante o fio de esperança resistente, e a morte é apenas uma porta que se fecha para outra se abrir com mais força por aqueles que ficaram.

[68] Ver a dissertação de Mestrado da professora Marlene Meneses intitulada: Quando o dedo de Deus apontou nossa província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá – 1867. UFMT.
[69] Em muitas correspondências trocadas entre as autoridades é comum essa dualidade: tranquilidade x desordens.

CAPITULO II

RETALHOS DE HISTÓRIA NO CAMINHO DAS ÁGUAS DOS RIOS E BICAS: FONTES DOCUMENTAIS MOSTRANDO OLHARES SOBRE A SOCIEDADE MATO-GROSSENSE

É por demais de grande a natureza de Deus.
Eu queria fazer para mim uma naturezinha particular.
Tão pequena que coubesse na ponta do meu lápis.
Fosse ela, quem me dera, só do tamanho do meu quintal.
No quintal ia nascer um pé de tamarino apenas para uso dos passarinhos.
E que as manhãs elaborassem outras aves para compor o azul do céu.
E se não fosse pedir demais eu queria que no fundo corresse um rio.
Na verdade na verdade a coisa mais importante que eu desejava era o rio.
No rio eu e a nossa turma, a gente iria todo dia jogar cangapé nas águas correntes. Essa, eu penso, é que seria a minha naturezinha particular: até onde meu pequeno lápis poderia alcançar.
Manoel de Barros.

"O lápis" - Poemas Rupestres (2004), In: Barros, Manoel de. Biblioteca Manoel de Barros [coleção] São Paulo: LeYa, 2013 – 18 volumes.

Cuiabá desde o seu início foi regida pelas águas. Primeiro a descoberta do ouro nas águas de seus rios, que abastecia a cidade e seus habitantes, matava a sede e a fome de quem por aqui passava ou fazia paragem. Águas antes límpidas, escorrem vermelhas como sangue do mercúrio derramado em seu leito. O mesmo rio que deu nome à cidade tornou-se caminhos líquidos trazendo, através de suas águas, os viajantes carregando na bagagem, junto as tralhas de trabalho, o desejo de novas conquistas, novos conhecimentos e a esperança de dias melhores.

O rio que deu origem e vida à cidade, juntamente com seus tributários, é descrito desde os mais remotos tempos, quando servia de caminho aos monçoeiros e viajantes que dele se serviram para chegar aos seus destinos.

> Nas várias versões da história da vila e da cidade de Cuiabá, o rio homônimo foi roteiro de aventuras esplendorosas, de epopeias trágicas e grandiosas, de práticas cotidianas quase invisíveis a viajantes e desbravadores. É um elemento principal da paisagem, representa vida para a cidade. Vivemos em contato com ele, vivemos dele, somos íntimos dele. A nossa culinária está ligada a ele. O nosso linguajar está

> ligado nele. O nosso peixe advém dele. As hortas estão em seu entorno, a cerâmica, as redes, a cana e a rapadura. (BARRETO, 2007: p. 32).

É no centro de cada cidade construída por pessoas comuns, naquele ponto onde por algum motivo, seja em busca do ouro às margens de córregos ou de rios no caso das cidades mineiras do século XIX, seja em virtude da topografia sobre uma planície ou um planalto, ao pé da serra ou de uma cordilheira onde ela nasceu, que as pessoas se juntam. Ali e no seu entorno palpita a efervescente sociedade mesclada de seus mais variados tipos, como um coração bombeando sangue em todas as direções. Esse mesmo centro cujo padrão de construção se assemelha a tantos outros centros em uma sequência de edifícios pensados para o ordenamento da população, embora essa ordem nem sempre signifique o ordenamento esperado, é o lugar dessa efervescência.

Praças, mercados, igrejas, edifícios públicos e o caminho das águas, as bicas, chafarizes e até as margens dos rios abrigando também meninos e meninas saltando entre pedras enquanto as lavadeiras cumprem seu ofício. Rio que ora oferece vida, ora promove a morte quando em suas águas levam corpos que se deixam banhar na corrente, inertes, "tenho a honra de passar as mãos de V. Ex.ª a parte dada pelo Pedagogo sobre a morte dos dois menores Manoel Safino de Brito e Benedicto Alves, afogados hontem no banho", ou se deixam ficar presos aos garranchos embaixo dele. Vida e morte cruzando os rios das cidades.

As cidades se esticam ao longo de rios, se espalham em planícies e vales, descem e sobem colinas e morros de acordo com a topografia aliada à vontade e desejo dos pretensos habitantes. Os códigos de posturas[70] nascem quando elas já se concretizaram muito além dos discursos e das normas.

As construções por si só merecem um estudo à parte, pois é no momento de erguer as fortificações, casas, edifícios e ornamentos de uma cidade que essas relações se exacerbam. Lugares de convívio como as igrejas, as praças, os chafarizes são o termômetro das sociabilidades humanas. A construção de um "Theatro", aqui no caso,

---

[70] O Código de Posturas Municipal tem sua origem no Brasil Colônia. É um conjunto de regras e normas para regulamentar o comportamento dos munícipes em suas relações com a vizinhança, o trabalho, a cidade, segundo padrões éticos, morais e culturais da época, para facilitar a convivência dos habitantes de um mesmo local, época em que não havia praticamente qualquer outra legislação que dissesse respeito aos problemas específicos do município.

sinal de civilidade e cultura para as gentes de um lugar tão distante! Distante? Como distante, se somos o centro das Américas? É a cidade metamorfoseando-se.

Essa civilidade é percebida, e em 1857 já se fazia notar a preocupação do chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, em ofício enviado ao presidente da Província Augusto Leverger, com as más condições de uma "Casa de Ópera".

> Representando=me o Dr José Antonio Murtinho o eminente perigo, que corre sua família, esmagado debaixo das paredes de um projectado theatro muito visinho a sua casa, que ameaça ruina, e solicitando alguã providencia em ordem a evital-o, mandei-as examinar pelos pedreiros Manoel Eleuterio de Pinho, e Estevão do Nascimento, que derão o parecer junto, pelo qual se vê que com effeito corre risco de desmoronarem-se as paredes se de prompto não evitar reparando-as com encasque, reboque, encaxorramento e coberta de telha; e porque esse edifício esta abandonado, e já considerado bem do evento para ser arrematado pelo juíso Municipal desta Cidade, e o seo produto recolhido aos Cofres Provinciaes, o que talvez não tenha lugar tão breve quanto seria preciso para o novo proprietário o repare a tempo de evitar o seo desabamento mormente na estação actual, julguei dever recorrer a VEx.ª para que se sirva providenciar como lhe parecer justo. PARECER: Nos abaixo assignados, sendo chamado pelo Sr. Dr. Chefe de Policia afim de examinarmos os muros da Opera, declaramos que elle, visto achar-se exposto ao tempo póde em breve vir abaixo, e para evitar torna-se muito necessário, e que seje com a maior brevidade, que se encasque, reboque, encaxorre e cubra de telhas. Cuyabá 12 de Janeiro de 1857. Manoel Eleutherio de Pinho, Estevão do Nascimento. (APMT – CAIXA: 1857 A2 – DOC. 5762)

Em 1858, na busca de reiterar a onda de civilidade, aparecem documentos em que o governante exige a elaboração de um "projecto de Theatro". O ponto que se distingue é que no documento que se segue, fala em um projeto para construção de um teatro. Elaborado por um engenheiro por exigência do então presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare, indo de encontro ao cientificismo e à civilidade com objetivo de uma construção pensada e projetada por alguém capacitado para tal. O engenheiro, cuja assinatura não dispensa o "Bacharel" José de Miranda da Silva Reis, major e chefe da Comissão de Engenheiros, é o encarregado de tão gloriosa missão.

> Tenho a honra de apresentar a V.Ex.ª o projecto de Theatro que V.Ex.ª se sérvio de mim exigir. Tendo-me de cingir do estreito espaço comprehendidos pelas paredes mestras antigamente construídas até a altura de trinta e dois palmos, não me foi possível apresentar melhor trabalho. Sendo de propriedade particular as paredes laterais que fechão o terreno destinado ao Theatro, não menciono nas plantas suas respectivas espessuras. Ellas devem ser continuadas até a altura marcada no projecto e serem interrompidas por algumas janellas sobre

> o pavimento da 2.ª ordem ou pelo menos por óculos praticados acima dos planos dos telhados das casas contiguas, segundo o permittirem os respectivos proprietários; ou em ultimo cazo deve ser o edifício terminado lateralmente por paredes formadas de esteios e adobes, sendo estas adoptadas ás faces exteriores d'aquellas. (APMT – CAIXA: 1858 C2 – DOC. 6686)

Em 1860, nos ofícios a seguir, trocados entre a Companhia Empresaria do Theatro de Cuiabá e o presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, mostram a disponibilidade e o interesse na construção em andamento do teatro, apoiada também pelo diretor interino do Arsenal de Guerra,

> Illmo. e Exmo. Senr. A Directoria da Companhia Empresaria do Theatro desta Cidade tendo precisão de umas linhas de 30 a 40 palmos para o seguimento da obra do mesmo Theatro que está em mão, e não as encontrando no Mercado, entretanto que lhe consta havel-a no Arsenal de Guerra sem emidiata occupação, pede a V. Ex.ª a mercê de lhe mandar conceder por empréstimo quinze dellas, compromettendo-se a dar outras logo que cheguem as que 4espera por encommenda já feita da mesma bitola. Deos Guarde a V. Ex.ª Cuiabá, 30 d'Abril de 1860. O Director: João Baptista d'Oliveira, Manoel Antunes de Barros e Joaquim Gaudie Ley. (APMT – CAIXA: 1860 D3 – DOC. 255).

A resposta veio de imediato demonstrando o interesse por essas transformações urbanas, o que significa uma nova sensibilidade ao se propor a reconstrução do ideário de cidade, urbana, embelezada, e a sociabilidade, capaz de comportar os seus atores e suas relações sociais, ora interagindo, ora se opondo, mas são nesses jogos de embate, fortemente permeados por novas relações, que dominam e ao mesmo tempo transformam esses grupos, como mostra o ofício de número cinquenta e três,

> N.º 53. Illmo. e Exmo. Senhor. Devolvendo o Officio da Directoria da Companhia Empresaria do Theatro dessa Cidade, como me foi ordenado por V. Ex.ª em Officio datado de hontem, tenho a honra de informar que a requisição d'algumas linhas, por empréstimo, que faz aquella Directoria para continuação dos trabalhos do Theatro pode ser feito por este Arsenal, precedendo escolha e sendo ordenado por V. Ex.ª A quem, Deos Guarde por muitos anos. Arsenal de Guerra em Cuiabá 2 de Maio de 1860. Antonio Peres Campello Jacomo. Capitão Director Interino. (APMT – CAIXA: 1860 B3 – DOC. 274).

Assim a cidade vai se transformando, mudando suas características à medida que ampliam o número de ruas, de casas, dos prédios públicos e o de pessoas. Uma vez que esse aumento populacional se distingue, também é preciso inovar, preferencialmente nas áreas que denotem cultura e civilidade. A imprensa contribui para espalhar as notícias,

algumas de caráter científico para demonstrar mais conhecimentos e, consequentemente, o domínio da natureza, como no documento que se segue, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, pelo presidente da Imperial Companhia Seropédica Fluminense[71],

> Em virtude da lei provincial, do contrato feito com a Presidencia do Rio de Janeiro, e da deliberação d'ella de 12 de Janeiro de 1857, remeto a V.Ex.ª um exemplar da "Memoria sobre Sericicultura no Brazil". Digne-se V. Ex.ª acusar o recebimento para provarmos o cumprimento deste dever. Deos Guarde a V.Ex.ª. Rio de Janeiro, no escriptorio da rua do Rosario n. 62, 24 de Março de 1860. O Presidente da Imperial Companhia Seropedica Fluminense. Francisco José Cardozo. (APMT – CAIXA: 1860 B3 – DOC. 290).

A imprensa mato-grossense ao longo dos anos nos deixou um legado considerável, registrando os mais variados temas entre o social, econômico e cultural. De um modo geral, uma infinidade de trabalhos está surgindo a partir dessas fontes impressas[72] e, que nos permite consultar essa documentação, excluindo a intencionalidade contida em suas publicações, o que também é um dado, para o processo de construção do conhecimento. Esse alargamento do campo de pesquisa nas fontes históricas, se deve ao fato da grande variedade de registros, incluindo aí os relatos de viagens, publicados em sequência por números seguidos, entre outros assuntos.

Não tratamos nessa pesquisa dos jornais como fontes impressas, mas do documento manuscrito – no qual descreve o papel importante da imprensa em todo processo histórico – como fonte primária capaz de mostrar novas formas de compreender a sociedade e os acontecimentos, reelaborando novos conhecimentos a partir desses enunciados e deles extrair significados que estejam ou não explícitos. Um exemplo é um documento muito interessante com a explicação do chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, dirigido ao então presidente da Província, Joaquim Raimundo de

---

[71]A Imperial Companhia Seropédica Fluminense, foi uma empresa pré-industrial voltada para a produção de seda na província do Rio de Janeiro. Fundada por José Pereira Tavares, advogado gaúcho radicado em Itaguaí. Na década de 1830, Pereira Tavares adquiriu terras naquele município, para plantar amoreiras, espécie cuja folha é o único alimento do bicho-da-seda. Após enfrentar dificuldades derivadas da falta de investimentos, tecnologia e experiência administrativa, o estabelecimento se tornou uma sociedade por ações, patrocinada pela província e protegida pelo imperador. Entretanto, a eliminação das benesses políticas que viabilizaram a constituição do capital da empresa, a expansão das terras cultivadas, a construção de instalações produtivas e a compra de máquinas levaria, nos anos 1860, à decadência e ao encerramento de suas atividades. In: Gustavo Alves Cardoso Moreira, disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/simposio – consultado em 26 de fevereiro de 2014 – às 14:59h.

[72] Para entender melhor sobre as fontes impressas, entre outros ver: LUCA, Tania Regina de**. *Fontes Impressas:* *história dos, nos e por meio dos periódicos***. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. 3.ª edição. São Paulo: Contexto, 2011. P. 111-153.

Lamare, a respeito de um roubo ocorrido no cartório de Cuiabá. Fato este que acabou caindo nas garras da imprensa cuiabana,

> A respeito de Antonio da Silveira, tendo a eu mandado prender em Outubro do anno passado, e apesar de se não verificar a prisão pela incapacidade da Força Policial que a foi faser, o Juis Municipal que então servia, João Gualberto de Mattos, sobrinho por affinidade do reo, representou a Presidencia contra mim por esse acto, que justifiquei na resposta que levei a presença de V. Ex.ª. Nada tendo produzido esse meio recorrerão a imprensa, e ahi no jornal semi oficial, e estipendiado pela Provincia o – Noticiador Cuiabano – fui violentamente agredido e maltratado! (APMT – CAIXA 1858 B1 – DOC. 6486).

Alguns fatos corriqueiros da província de Mato Grosso se faziam noticiar, outros tomavam proporções de intrigas que se alongavam em vários números seguidos. As respostas a esses noticiários circulavam em ofícios dirigidos aos interessados e as explicações dadas de modo a justificar tais notícias, como certas ou exageradas e até mesmo fantasiosas. Um exemplo é o documento que se segue, ofício do chefe de polícia da Província, Jesuíno Souza Martins, dirigido ao presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, em 23 de novembro de 1860, no qual mostra o modo como os jornais se apropriavam dos acontecimentos na cidade, a repercussão causada pelas notícias e suas consequências,

> Com o recebimento do officio de V. Ex.ª de 20 do corrente mez, nada constando por esta Secretaria que me orientasse á cerca do facto ahi mencionado, de cuja existência nem ainda tinha ouvido fallar, dirigi-me oficialmente ao Commandante da Secção de Companhia da Força Policial, exigindo as precisas informações, e prevenindo-o desde logo que se fosse verídico aquelle facto, isto é, que um soldado da referida Secção, excedendo abusivamente as ordens expedidas a cerca dos mesmos indigentes e órfãos desamparados e vagabundos, agarrára a poucos dias um menino na occasião, em que este sahia da escola, e com violência tentara leval-o preso, fizesse castigar dito soldado com oito dias de prisão, sem prescindir do serviço que houvesse de tocar-lhe; e em resposta obtive com data de hontem o officio, que junto por copia remetto á V. Ex.ª. [...] e que nesse dia apenas se derão os dous factos, constantes do indicado officio da data de hontem, pela maneira porem ahi relatada, que é mui distinta e diversa do que o que por ahi se diz e propala sob falsas informações; e sendo assim entendi que nada devia resolver sobre o castigo, de que acima fallo sem ulterior decisão de V. Ex.ª, a qual aguardo para minha direcção e governo. Em conclusão posso assegurar á V. Ex.ª, que á cerca do objecto em questão forão tantos e tão pronunciados os meus escrúpulos, que mandei organizar previamente úma relação dos menores e orphãos, que estivessem comprehendidos na determinação de V. Ex.ª, para depois ordenar sua execução com toda á prudência e moderação, assim como

> communiquei verbalmente á V. Ex.ª. (APMT – CAIXA: 1860 D2 – DOC. 124).

A ocorrência pelas ruas da cidade de uma suposta agressão policial contra uma criança "orfã, desamparada e vagabunda" virou notícia de jornal, publicado na *Imprensa de Cuiabá* de 18 de novembro de 1860. Como mostra o documento seguinte, logo veio a resposta do tenente comandante do Quartel de Companhia de Força Policial em Cuiabá, Gregório Rodrigues Ferreira, e a indignação pela notícia divulgada no referido jornal, sugerindo inclusive que "o mais provável é não existir semelhante fato".

> No citado dia 20 de Outubro em que teve execução a ordem de S. Ex.ª relativa a os menores, indigentes, orphãos desamparados e vagabundos, foi restrictamente observada no sentido em que de V. S. recebi, isto é, não podendo ser perfeitamente conhecida a circunstancia de cada úm dos menores, forão recolhidos os que em seus trajos davão motivo á suspeitar-se serem indigentes, como bem vio V.S. que, dos oito únicos recolhidos e apresentados na Secretaria érão todos mal vestidos e descalços e nem úm forão tirados da escóla, officina, ou de poder de seus pais, e nem houve violência á pessôa alguma. Pelo periódico = Imprensa de Cuiabá – de 18 do corrente, observei com horror os factos alli lançados, de haverem sidos agarrados três discípulos da officina do Alferes Manoel Luiz Pereira, e barbaramente presa na rua do meio, úma creança que sahia da escóla deixando espalhar pelo longo da rua, penna, papeis e outros utencis, que trasia na pasta; quanto ao 1.º facto já eu tinha a certeza que dos discípulos de Manoel Luiz, foi apenas úm, encontrado na travessa do Villas boa o qual correndo ao entrar na loja do Alferes Luiz Moreira Serra, o Soldado pegou-lhe na vestia, que sendo folgada facilmente a deixou na mão do Soldado, e entrou para dentro disendo que éra aprendiz da officina acima indicada, no que foi entregue á vestia e o Soldado seguio seu destino ficando alli o menor, isto foi presenciado por mim, que casualmente descia pela mesma travessa; ao 2.º facto por ignorar passei a examinar e não me resta duvida que no dia 19 nenhuma creança foi presa na rua do meio, dando-se somente o facto que no dia 20 em que se tratava desta diligencia, foi encontrado na travessa da Assembléa, o menor Manoel do Rosario, filho de úma preta prostituta moradora na rua do Cemiterio, que vivia em abandono, e pegando-lhe úm Soldado pelo braço para o conduzir passou o menor a gritar que não o levasse, no mesmo instante alli chegou o musico José Borges e declarou que o menor já estava entregue a elle para educal-o, ao que o Soldado largou-lhe sendo certo que o único objecto que existia com esse rapazinho éra úm páo de cana e não sahia da escóla, como dicerão. (APMT – CAIXA: 1860 D2 – DOC. 124).

Desse modo, o conhecimento vai se expandindo e outros elementos vão se agregando ao meio social das pequenas cidades desse período. A língua é outro fator de conhecimento e erudição. O francês já era conhecido por alguns membros da elite na província de Mato Grosso. É comum encontrar na documentação avulsa, documentos em

espanhol e francês, como o documento escrito pelo Sr. Bouret, dirigido ao presidente da Província, solicitando ao mesmo que reivindique, junto ao Ministro da Guerra a disponibilidade de mais verba para o Laboratório, por ser este de grande utilidade para o departamento de guerra.

> Monsieur le President. Desirant de tout mon coeur être utile ou Gouvernement, Je viens aujourd'hui solliciter votre Excellence, pour qu'elle demande a son E.ce Monsieur le Ministre de la Guerre, les motières et les dommes denomés Cidessus. Le laboratoire étant um peu éloigne del' l'arsénal de Guerre, il est tout ofoit utile qu'il soit indepandant de ce dit Arsenal. Votre E.ce pent croire em toute confiance que le Laboratoire monté dans la Province de Matto-grosso, et sons une petite écnelle sera d'une grande utilité pour le departamento de la guerre. I'l sera nécessaire de demander 15:000$000 povir doque année allonés pour le dit Laboratoire. Dans l'espair qu'il q lairce á votre E.ce de vauloir bien appuyer ma demande. Ruivez je vaus prie l'assmerance de meo dommages empressés. 2 Janvier 1860. Bouret. (APMT – CAIXA: 1860 B3 – DOC. 293).

Não cabia mais à cidade o atraso, a sujidade e a falta de meios para gerir essa modernidade[73] chegada aos poucos, mas que acelera a vontade de limpar, de renovar, de embelezar, de destinar o lugar certo às coisas, pois, o futuro não é tão imprevisível assim, está por vir e bem próximo. Essa nova sociedade que se moderniza culturalmente, engendrando relações de privilégios com ênfase para as ciências empíricas modernas que estão se formando no meio desse burburinho, é analisada sob o viés da modernidade de uma estrutura permeada pelas relações coercitivas, ou seja, a conservação de uma ordem dentro de uma prerrogativa autoritária:

> [...] existia e se movia com total autonomia em relação ao valor utilitário imediato, como que impelido por um motor inesgotável, pela competição dos homens envolvidos em busca de status e poder – tanto entre si quanto em relação à massa dos excluídos – e por sua necessidade de um prestígio claramente delimitado [...] violar ou abolir tais condições de poder era uma espécie de tabu na camada dominante dessa sociedade. (ELIAS, 2001: 104).

A retomada do fio da modernidade retraçando o movimento dessa nova sociedade que se forma e, que traz consigo a preocupação com o espaço urbano

[73] O conceito de modernidade foi formulado inicialmente por Weber e posteriormente outros autores retomam para novas discussões. Para compreender melhor o conceito de modernidade ver: HABERMAS, Jürgen ***O Discurso Filosófico da Modernidade*****:** *doze lições*. Tradução: Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento**.** São Paulo: Martins Fontes, 2002; BERMAN, Marshall [1982]. ***Tudo que é sólido desmancha no ar:*** *a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

higienizado e a água potável como fator de desenvolvimento e sanidade, é apontada em vários documentos localizados e transcritos. Isso demonstra o desejo de urbanidade por parte de homens e mulheres que habitam essas paragens e que, de certa forma, cada qual a seu modo, improvisam formas de burlar – sem delas se furtarem – as regras impostas pelas autoridades no cotidiano, de faina e de lutas entesouradas na lembrança de cada um.

Essa nova visão de mundo, a preocupação com o "atrazo" da Província, em relação ao saneamento básico, está declarada no trecho do documento abaixo, em forma de ofício do Inspetor de saúde pública, o médico Dr. José Antonio Murtinho dirigido ao presidente e comandante das armas da Província, Antonio Pedro de Alencastro,

> Em todos os relatórios, que tenho dirigido aos Antecessores de V. Ex.ª sobre o importante ramo da saúde publica desta Provincia hei demonstrado o estado de atrazo em que nos achamos relativamente a hygiene publica e particular, e pedido instantemente medidas para melhora-lo; porem como de tudo aqui se necessita nesse sentido, e não será possível occorrer-se a tudo a hum tempo limito-me por esta vez pedir a bem desta população hum matadouro publico, hum lazareto no Baixo Paraguay, para acudir a qualquer epidemia, que nos possa ser introduzida pela navegação do Paraguay e finalmente o abastecimento de agoa potável, de cuja falta muito se recente esta Capital. Digne-se pois V. Ex.ª levar ao conhecimento do Governo de S. M. O Imperador o que acabo de expor, e pedir ao mesmo Governo quantia suficiente para a satisfação do meo pedido, huma vez que as rendas desta Provincia são muito diminutas, e tão cedo não poderão satisfazer as suas mais urgentes necessidades. Deos Guarde a V. Ex.ª. Inspectoria de Saude Publica em Cuiabá 2 de Janeiro de 1860. (APMT – CAIXA: 1860 D3 – DOC. 299).

Nas bicas e nos chafarizes, locais preferidos de pobres, livres e escravos, acontecem os encontros e desencontros, as brigas e os amores com seus odores e suores rutilantes e a conversa entre aqueles que ali frequentam com seu palavreado amalgamado dos discursos diários. Esses locais são descritos em vários documentos e faz parte da literatura regional a indicação de suas localizações. De acordo com Dunga Rodrigues,

> Havia uma bica de ferro, com três bocas, representando cabeça de leão [...] fornecia água às imediações, antes da implantação da água encanada e mesmo depois desta, pois o serviço era muito precário. E, como ponto de encontro de serviçais e molecage, dando pano para manga à muita desordem e pizeiro danados, na disputa de um manancial. Os fuzuês constantes deram origem à expressão "negrinha da bica", significando mulher atrevida e brigona. Diga-se de passagem, única palavra deprimente, que ouvi em minha infância, como referência a pessoas de cor. (RODRIGUES, 1994:146)

O texto acima mostra que a água representa o movimento das horas sem necessidade de marcar em relógio, as necessidades do cotidiano e a diversidade de acontecimentos, as bicas, o palco da convivência embriagante nas fisionomias de corpos insinuantes e jocosos que liberam o perfume ácido do vaivém em busca da água. O marcador do tempo não se prende às engrenagens metálicas, mas a engrenagem humana que se encaixa e se solta à medida que seus caminhos se entrecruzam no entorno dessas bicas, tempo bem diferente daquele marcado pelo relógio inventado por Da Vinci,

> [...] o horologista examina uma engenhoca aberta que parece retirada de um conto de fadas; as peças avançam e retrocedem como uma máquina preguiçosa num sonho. O tempo do universo não pode ser marcado de tal forma. Um apetrecho tão frágil e torto só poderia contar as horas fantásticas de fantasmas ingovernáveis" determina o ritmo da vida em torno dos acontecimentos. Lugares de contradições, contravenções e exacerbações dos sentidos. (HARDING, 2011: 15).

É no centro da cidade que se celebram as festas sagradas, para acertar as contas com Deus e atender o conforto da alma; as festas profanas e proibidas para atender aos prazeres do corpo, à vontade e ao desejo de libertar-se do jugo da pobreza, da dor e da tristeza. A rebeldia era maior que o receio da punição, divertir-se era fundamental, mesmo que essa diversão fosse vista como contravenção sujeita à pena, como narra o documento, enviado ao chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, pelo sargento encarregado do expediente Fernandes Francisco Roiz (Rodrigues) de Miranda.

> O Ajudante da Companhia de Pedestres Manoel Simão veio hontem diser-me que pedião licença para shirem pelas ruas anoite com um brinquedo á que chamão - boi á serra – e saber se eu o premittia, respondi-lhe que não, mormente na atualidade em que não havia força alguma de Policia nesta Capital que a ronda-se, sabendo porem esta manhã que apesar da minha recusa sahio o tal brinquedo mandei pelo Ordenança chamar o dito Ajudante para informar-me da verdade, e não sendo encontrado no Quartel foi mandado procurar por outra praça que o achou em casa deo-lhe o recado, a que ele respondeo-me dissesse que era para algum serviço mandasse ordem por que ele não tinha obrigação devir a minha casa, mandei de novo o mesmo soldado com o ordenança, que já então o encontrarão no Quartel, e tiveram a mesma resposta, fui eu pessoalmente ao Quartel, e ele sustentou ainda que não tinha obrigação de acodir um chamado meu, pelo que o prendi e participo a V. S.ª para que o mande conservar na prisão respectiva até que V. Ex.ª o Senr. Presidente da Provincia a quem passo o comunicar o ocorrido resolva como convier. (APMT – CAIXA: 1856 A2 – DOC. 4702).

E nesse espaço topográfico construído pela vontade de descobrir novos lugares ou pela necessidade de ampliar e fortalecer as fronteiras físicas ou imaginárias, que

delineiam as emoções entrecruzando as ruas da cidade, derramando junto às águas das bicas e dos chafarizes a rebeldia, desencadeando um rememorar dos acontecimentos vividos nesse contingente de relações visíveis. As forças antagônicas se encontram e, segundo sua própria lógica duelam o poder e o desejo de infringir.

No início da sua ocupação territorial, a região mato-grossense, como já foi dito antes, teve o interesse voltado para a mão de obra escrava indígena e depois direcionou para a mineração. Devido ao aumento de uma população flutuante em busca de riqueza e de ouro, "e das condições hostis então inerentes à região mato-grossense condicionaram a formação de uma sociedade identificada, muitas vezes, com a violência do seu cotidiano", segundo Valmir Batista Corrêa.[74] Diz ainda que é preciso lembrar que a falta de conhecimento da natureza local aliada à rusticidade das técnicas exploratórias, limitaram a capacidade desse homem de agir como agente transformador desse novo território. Consequentemente, a convivência compulsória dessa sociedade recém-formada, inconstante e com mobilidade intensa culmina na violência extrema. As áreas auríferas e a região fronteiriça foram os pontos chaves para "a ocupação territorial da inóspita região mato-grossense, na concepção colonialista de Portugal, no estabelecimento de um anteparo à expansão dos interesses espanhóis na América" (CORRÊA, 2000).

Na área urbana, a convivência e a proximidade de pessoas com caracteres tão distintos por vezes se veem em situações de violência, e esta apresentava de maneira evidente quando esses corpos antagônicos se cruzavam nos locais públicos como nas bicas e nos chafarizes. O simples ato de buscar água, lavar roupas ou simplesmente um encontro fortuito, fosse homem ou mulher, branco ou escravo, todos marcaram com seu corpo presente, esses espaços públicos.

Em Cuiabá, a existência de lugares aquosos desde o mais antigo, o chafariz do Rosário, concluído em 1790, descrito nos Annaes do Senado da Camara do Cuiabá 1719-1830, p. 138[75]: "Neste m.^{mo} anno se irigio hum chafariz no largo que fica para ca da ponte do Rozario conduzindo-se agoa p.^{a} o m.^{mo} da bica denominada o arnesto, e principiou a

[74] Para entender melhor essas questões da violência na formação da sociedade mato-grossense ver: CORRÊA, Valmir Batista. ***História e Violência em Mato Grosso, 1817-1840***. Campo Grande, Ed.UFMS, 2000

[75] **Annaes do Senado da Camara do Cuyabá 1719-1830**. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. Esse material encontra-se a disposição para consulta na biblioteca do APMT.

correr a m. ma agoa no chafariz no fim de Agosto cuja obra hé a mais útil, e bem comum do povo".

Em outro trecho do mesmo documento, na página 249, referente ao ano de 1830, a dificuldade de abastecimento de água ainda é notória, em decorrência dos longos períodos de seca que grassava a província. Assim é determinado pela Câmara o alargamento da referida fonte do Arnesto para maior provimento de água para a população,

> He assas de louvor o modo com que a Camara Municipal desta Cidade, se ouve, socorrer no fornecimento d'agua para os cidadãos, visto que a seca a anos tem sido tal, que tem feito, gemer a humanidade, e tem-se conduzido agoa de lugares bastantemente longe: a Camara fes abrir de novo e p.ª melhor plano, a fonte do Arnesto, denominado do Rosario ella trabalhou o melhor destes meses, em um serviço longo, e bastatemente fundo em proporção ao trabalho, a despesa foi pequena em fim a obra ainda existe ultimada, pórem já em modo, que fertiliza a cidade de agoa, inda na estação mais calorosa, a esta obra he devida a Filantropia. (Annaes do Senado da Camara do Cuyabá, 2007: 249).

O ofício do auxiliar de engenheiros Manoel Feliciano Monis Freire, dirigido ao chefe da Companhia de Engenheiros, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, documento citado abaixo, datado de 1859, trata de uma vistoria para uma possível reconstrução e recuperação dos encanamentos da referida bica ou chafariz do Rosário, cuja construção data de 1828, requer um conserto radical devido às infiltrações e entupimento dos canos,

> Em resposta ao officio de V.S.ª de 8 de Maio corrente, em que, [...] examine a bica e encanamento do Rosario afim de reconhecer quaes os melhoramentos de que necessita para o aproveitamento das aguas que ali existem; [...] e ainda que pelo exterior nada se possa concluir a cerca da quantidade d'agua que seja possível encanar-se para o abastecimento da idade, [...] dizem ter havido alli grande abundancia d'agua em outros tempos; sou levado a acreditar que as aguas em virtude do intupimento no encanamento se tenhão desviado, infiltrando-se pela terra, e que por tanto com um concerto radical, reunindo-se a um encanamento geral todos os olhos d'agua que se for descobrindo, possa-se conseguir os fins que V.Ex.ª tem em vista, e deste modo satisfazer-se uma das primeiras necessidades do povo desta Capital. A opinião que enunciei a respeito do desvio das aguas justifica-se primeiro pelo abandono em que tem estado aquella obra desde 1828 em que foi feita, e quem sabe com que gráu de solidez; depois por ter-se minerado nas proximidades, o que bem podia ter occasionado o abtimento de alguma parte do encanamento; e finalmente por escavações feitas para os alicerces de uma casa que existe construída

> mesmo em cima do encanamento. Estas e outras razões, que tenhão escapada ás minhas indagações devem ter produzido na calha algum arrombamento ou abatimento, e por este motivo dar-se o desvio das aguas por infiltração. [...] Em 1857 o Senhor Commendador Henrrique José Vieira emprehendeu o concerto d'aquella obra, e chegou até junto a uma pequena pedreira que alli existe e neste lugar achou o antigo encanamento na profundidade de mais de dez palmos, e ai foi forçado a parar por que a quantia votada já se achando quasi consumida, e a proximidade o tempo das aguas, não lhe permittirão prosseguir nos seus patrióticos empenhos. Da pedreira em diante as difficuldades vão tomando mais vulto, por que as escavações vão se tornando mais profundas, e até o lugar chamado – limoeiro – que é a origem do encanamento, há cerca de 150 braças; porem diz o Senr. João Alves Ferreira que á poucas braças da pedreira muito antes de chegar-se ao limoeiro, já se encontra quantidade d'agua sufficiente para o abastecimento da cidade: não parece isto muito plausível, por que deste modo nada justificaria a idéa do constructor que levou a obra muito acima para encanar as aguas do limoeiro. Entretanto sou inclinado a crer antes que o pensamento do constructor não foi procurar mais alguns olhos d'agua para enriquecer o encanamento, e sim a pesqueira do ouro, que consta-me existir em grande abundancia n'aquelle lugar. [...] e quanto ao orçamento, não o posso também apresentar, porque só depois de rasgada a terra, e descoberto o encanamento, poderei conhecer a qualidades das obras á fazer-se. (APMT – CAIXA 1859 C2 – DOC. 7219).

Outras notícias de chafarizes e bicas estão na vasta documentação do APMT e do IHGMT, embora seu conhecimento esteja restrito a poucos pesquisadores, necessita de mais atenção à documentação acerca do tema específico. Alguns trabalhos publicados fazem menção a esses lugares urbanos, como o trabalho da pesquisadora Neila Maria Sousa Barreto, que veio sanar uma parte importante sobre o tema das águas. Estudo minucioso e relevante que traz importantes referências sobre as bicas e chafarizes, com localizações exatas e notas de referências que nos remetem a outros pontos de encontro da documentação, como o Cartório do 1.º Ofício que traz descrições sobre o Chafariz da Mandioca, por exemplo.

É muito provável que nesse período as águas do córrego da Prainha não fossem utilizadas como própria para consumo humano, pois a contaminação pelo mercúrio oriundo da mineração e os dejetos e lixos despejados em seu leito não permitiam que a população a consumisse[76].

Não pretendemos aqui apoderar dos corpos e das almas desses homens e mulheres citadinos, apenas descrever e olhar através das narrativas dos documentos como se comportavam e quais eram suas atitudes em relação aos outros que os mesmos lugares

[76] Ver: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (orgs). **A terra da conquista**: História de Mato Grosso Colonial. Cuiabá: Adriane, 2003.

frequentavam, da mesma forma que disse Câmara Cascudo, "O vôo não esfumará na altura o contorno da terra e a fisionomia da gente. Será uma visão resumida e sonora da vida coletiva na viagem encantada..."[77]

Quando nos propomos falar sobre a cidade, uma série de pressupostos acompanha a complexidade da ideia em sua amplitude. Mas falar de cidade aqui implica a formação de um elo entre o passado e o futuro, onde a cidade é um espaço em constante transformação, cujos autores sociais se associam a uma parte do lugar, memorizando imagens impregnadas de lembranças e significados, ou seja, pensar a cidade como espaço de sociabilidades. Espaços que se diferenciam na medida em que adquirem funções diversificadas criando um arcabouço de diversidade de modos de vida.

Apontar os modos de viver e de relacionar das pessoas pertencentes à vida urbana que inflama os lugares nesse período, seja através dos encontros nas ruas, nas imediações das bicas e chafarizes, seja através do trabalho ou mesmo das redes de solidariedades. Esse movimento de pessoas acaba por instituir uma identidade desse novo burburinho popular, promovendo a sociabilidade e constituindo uma certa subjetividade nesses relacionamentos, embora a realidade possa ser ambígua. As dificuldades encontradas pelos trabalhadores, principalmente os domésticos como os carregadores de água, amas, cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, vendedores e vendedoras, escravos e libertos, bem como as variadas formas de trabalhos que se apresentam, podem também, com a sua precariedade, desagregar essa gente que agora circula em maior número pelas ruas da cidade. Como os escravos nas atividades urbanas observado por Smith (1922 apud Aleixo 1984). Ainda segundo ALEIXO[78], "por ocasião da Guerra contra o Paraguai, muitos negros escravizados foram utilizados como soldados, enfermeiros, cozinheiros, batedores".

> [...] as mulheres escravas vestidas de cores berrantes, oferecendo peixes, frutas, ou rapaduras, doce primitivo do tamanho de um tijolo, uma rapariga vendendo cigarros escuros, embrulhados em palha de milho, outra vendendo refrescos em garrafas de vinho ou cerveja, todas balançando os braços pendentes, trazendo mercadorias sobre a cabeça, ainda que fosse um único limão. (ALEIXO, 1984: 55).

[77] Aqui o autor se refere ao tempo. Luís da Câmara Cascudo, nasceu e morreu em Natal (1898-1986). Foi historiador, antropólogo, advogado e jornalista. Professor da Faculdade de Direito de Natal, atualmente Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. O Instituto de Antropologia da UFRN tem seu nome. Pesquisador das manifestações culturais brasileiras dedicou sua vida a esses estudos. Autor de uma extensa obra bastante difundida e conceituada.

[78] Ver ALEIXO, Lucia Helena Gaeta**. Mato Grosso:** trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888). Brasília, DF: 1984.

Valorizar o documento não significa fazer dele uma premissa, mas utilizar-se do que contém, do que diz e o que não está escrito. Buscar essas informações significa que a pesquisa deve ser disseminada para possibilitar aos pesquisadores extrair deles uma riqueza de informações que permita uma reflexão e entendimento sobre o objeto escolhido ampliando a dimensão do tempo e a compreensão do social. Isto é, não tratar o documento como única fonte de verdade, mas vislumbrar as várias possibilidades de leituras que um único documento oferece. É preciso apenas aceitá-lo tal qual se apresenta, com rasgos, faltando palavras ou frases inteiras, pois na sua incompletude é possível ver o que não está visível, imaginar, revisitar e sonhar. Não podemos transformar um documento, mas cabe a quem se propõe dele utilizar, indicar novas suposições, novas reflexões e possíveis análises, como um caleidoscópio, enxergar multifacetados prismas.

Por isso, ao apontar, através da leitura desses documentos, algumas cidades mato-grossenses, com ênfase para Cuiabá e seu entorno, em sua estrutura física e a sociedade que dela faz parte, precisamos situar essa mesma sociedade e atentar para o período em que a ebulição do processo basilar de independência consistia em algumas importantes referências cronológicas dentro do nosso período de pesquisa, o qual explicamos abaixo.

Iniciamos com o ano de 1808, com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, prosseguindo no ano de 1815 quando o Brasil é elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves, momento este representando a superação do Brasil da condição de Colônia passando a Província. Em 1820, com o evento da Revolução do Porto, representando a independência portuguesa do Brasil, as cortes obrigaram D. João VI a retornar para Portugal. O ano de 1822, com o evento da independência do Brasil e, por último, o ano de 1831, culminando com a abdicação de D. Pedro I do trono, considerada como sendo a independência de fato do Brasil. Esse processo persiste até D. Pedro II assumir o trono em 1840, quando a independência foi consolidada com a ambiguidade do processo de repressão e pacificação das províncias, que se encontravam em verdadeiro alvoroço e inconstâncias mediante movimentos armados.

É nesse período instável e de efervescência que vamos encontrar a sociedade mato-grossense como protagonista dessa sucessão de conflitos nesse processo que se alonga, e o povo seguindo em ondas em meio às mudanças antagônicas entre a realidade do exercício do poder nas colônias e depois províncias. É o desejo da metrópole no esforço da colonização. Outro fator para se ater é o cuidado com o documento escrito, ou

seja, levando em consideração o período em que abrange a pesquisa, a maioria da documentação foi redigida pela classe mais instruída, algumas exceções aparecem, são pedidos ou reclamações de pessoas comuns, quase analfabetas, reivindicando seus direitos, como descreve parte do documento abaixo, no qual podemos perceber o nível de desconhecimento de uma comunicação formal,

> [...] porque o defunto Capitão Simão (morreo mas Eu pormim) elle não queria mas esta judiação agora elle morreo não há mais Capitão aqui nesta Aldêa para me acudir senão este que estar presente a V. Ex.ª o Padre Mariano não faz caso de ninguém nem Capitão nem nada, por isso eu dou parte a V. Ex.ª não fazerem mais esta judiação comigo porque elle me judia como quem estar judiando com cachorro [...] (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4246).

Portanto a sociedade não é formada apenas de letrados, outras mentes e mãos trabalham no interior e nos arredores das cidades em transformação. É importante decompor o documento para perceber as sutilezas nele contidas e assim possibilitar uma reflexão mais substanciosa, descobrir outros ângulos ampliando a visão sobre o objeto escolhido. E nessa tentativa de reconstrução das vivências e do vivido nas cidades, procuramos refletir sobre esse universo complexo e repleto de emblemas e nuances contraditórias. É instigante quando nos deparamos com suas contradições para perceber, mais ainda em seus meandros, as sensibilidades afloradas de uma época e a sociabilidade que se forma.

Nessa diversidade de informações de histórias vividas, os retalhos vão formando a colcha cuja trama é costurada por essas histórias que merecem ser contadas e, através da documentação podemos tecer essa colcha de memórias ali registradas.

Os temas são os mais variados possíveis envolvendo homens, mulheres e crianças de dentro e fora do espaço nacional, da cidade e do campo, no ir e vir de passos em busca de liberdade, melhores condições de vida, novos horizontes ou simplesmente pessoas realizando o desejo de se locomoverem e conhecerem novos espaços.

Dessa forma, mulheres e homens percorreram os caminhos tortuosos da burocracia portuguesa para entrar e sair do país. Independente da classe social, cor, se nacional ou estrangeiro, a emissão de passaporte[79] era necessária devido a uma rigorosa

[79]Para saber mais sobre a questão do passaporte e uma intensa pesquisa sobre a criminalidade em Mato Grosso no século XIX, ver: MACHADO FILHO. Oswaldo. ***Ilegalismos e jogos de poder:*** *um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá, MT; Carlini & Caniato: EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

vigilância estipulada por essa burocracia. Veja-se, por exemplo, a questão do passaporte nos documentos em 1859, embora esse procedimento fosse bem anterior a essa data:

> O Capitão de Fragata da marinha dos Estados Unidos da America, Th. J. Page depois de fazer consertar o rombo que sofreo o Vapor em viagem pelo Rio Paraguay, foi este ao Sepotuba; entrou por este rio 16 legoas, segundo disse-me, e está a espera de Ordens de V. Ex.ª, sobre a viagem que projeta fazer a Santo Coração da Republica Boloviana, passando pelo nosso destacamento da Corixa. O mesmo Capitão de Fragata, em quanto consertava-se o Vapor mandou o seu Secretario tirar o retrato desta Villa, servindo-se para tal fim da maquina Photographica, e antes fez um preciso de uma gruta que d'aqui dista pouco mais de duas legoas em companhia do Cidadão João Carlos Pereira leite. Tenho prestado-lhe alguns pequenos auxílios de que tem precisado, conforme os desejos de V.Ex.ª, a quem desejo muita saúde. E sou com toda consideração e respeito. De V. Ex.ª Subdito Amantissimo e Obr.º Criado, João Nepomuceno da Silva Portela. Villa Maria 31 de Agosto de 1859. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314). [grifo nosso].

Como se vê, essa espera significa justamente a emissão desse passaporte, instrumento necessário e importante para proteção das fronteiras e do país como um todo. Evitando o trânsito de pessoas, pressupostamente estaria barrando a entrada, na província e no país, de doenças e outras ocorrências. "Além desses expedientes considerados emergenciais, havia a necessidade cotidiana, mesmo em situações de normalidade, de controlar a entrada e saída de brasileiros e estrangeiros", segundo (MACHADO, 2006). Nesse caso,

> Os responsáveis pela emissão desses passaportes, os presidentes de província, ficavam encarregados de organizar e sujeitar à aprovação do governo central os regulamentos especiais que viessem a confeccionar sobre o trânsito na fronteira e a expedição de passaportes para estrangeiros, observando-se, sempre, as circunstâncias peculiares das localidades e obedecendo os artigos prescritos no Regulamento nº 120, e que regulamentavam a matéria. (MACHADO, 2006: 222).

Para se ter uma ideia da importância do passaporte nesse momento e em outros momentos futuros na província, basta ver a quantidade de documentos referentes ao tema que se encontram no APMT. Em muitos deles, a mulher se encontra presente em várias circunstâncias, entrando ou saindo, esses deslocamentos significavam uma série de transtornos, como tão bem narra (MACHADO FILHO, 2006), em seu livro citado. Veja no documento seguinte, ofício número vinte e cinco, o procedimento para emissão de um passaporte e suas intercorrências.

Oficio N.º 25 - Tendo-se apresentado no ponto da Corixa ao respectivo Commandante e Capitão Luiz Antonio do Couto a Brasileira Amancia Sebaio, que achando-se residindo a anos na Colonia de São Mathias, pertencente a Republica de Bolivia, resolveo novamente habitar no território do Imperio, solicitando para isso o ingresso, por aquelle ponto havendo o referido Capitão annuido a sua supplica e participando a este Commando a rasão de assim haver procedido, dirigi-lhe em resposta o Officio constante da Copia junta. E por que me persuado, baseado no Officio reservado que V. Ex.ª dirigio-me em 10 de Junho do corrente anno que naquele ponto só devem ser recebidos os refugiados por crimes políticos e os desertores que se apresentarem pedindo nossa proteção não hesitei em advertir ao referido Capitão a latitude errônea que deu ao sentido das ordens de V.Ex.ª aceitando e conservando ali a mesma Brasileira, ate a decisão deste Commando, visto que não se achava comprehendida em nenhuã das duas hypóteses figuradas, porem como posso estar em erro solicito a V. Ex.ª se digne orientar-me se devem ou não ser recebidos naquelle ponto os Brasileiros que pretendem habitar no Imperio, e os Bolivianos, que residindo em São Mathias tiverem a mesma pretensão. Cumpre-me outrosim informar a V. Ex.ª que na mesma occasião em que seguio para este lugar a Brasileira Amancia Sebaio o mesmo Capitão Commandante fez seguir igualmente a Boliviana Anna Penau que se lhe apresentou pedindo permissão para com três filhas menores passar ao Imperio, e como esta Boliviana e suas filhas chegassem estropeadas em estado de não poder prosseguir viagem, remetto nesta occasião o seu interrogatório ao Doutor Chefe de Policia, ficando ella no entanto neste lugar, ate que V. Ex.ª se digne resolver sobre o seu destino. Deus Guarde a V.Ex.ª, João Nepomuceno da Silva Portela, Tenente Coronel Commandante

Anexo: Copia A vista do que V. M.ce pondera em Officio numero 92 de 8 do presente mez permitto que a Brasileira Amancia Sebaio venha a esta Villa d'uma vez que já se acha nesse ponto. Cumpre-me porem, ainda uma vez, significar-lhe que pelas ordens expedidas á esse Commando, e que V. M.ce não ignora acha-se mui explicitamente definido que a única via por onde he licito o transito entre esta Provincia e a Republica de Bolivia he a estrada que passa por Mato Grosso e Casalvasco, sendo que todavia em rasão de circunstancias expeciais tem a Exma. Presidencia algumas veses concedido excepcionalmente o ingresso por este ponto á indivíduos, que o solicitão apresentando motivos justos, por intermédio deste Commando. Desta forma pois fica entendido que devem ahi ser recebidos, tão soménte, os refugiados por crimes políticos e os desertores que se apresentarem pedindo a nossa proteção, como em Officio de 6 do mez passado expliquei a V. M.ce. Quartel do Commando do Districto Militar de Villa Maria 12 de Agosto de 1859. João Nepomuceno da Silva PortéllaTenente Coronel. Senr. Capitão Capitão Luiz Antonio do Couto – Commandante do Ponto da Corixa. Está Conforme. Manoel Pinto da Silva. Particular Furriel Amanuense do Districto. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314).

Por outro lado, os passaportes solicitados e apresentados para o trânsito de tropas, boiadas ou comitivas que partiam da Bolívia em direção a Mato Grosso são também bastante comuns em meio a documentação. Era necessário a apresentação dele tanto na entrada como na saída dos lugares, como o que abaixo segue,

> Dia 13 de Dezembro do corrente anno de 1860. Tropa de Felippe d'Anis Pereira Sibrão vindo do Povo de Sancta Anna Provincia de Chiquitos Republica Bolovianna para este Districto.
> Bestas quatro.....5
> Assucar doze arrobas.....12@
> Rede uma.....1
> Rezes vinte e três 23
> Pessôas doze 12
> Observações: Apresentou passaporte que trouxe do Governo da dita Republica datado de 28 de Novembro do corrente anno. (APMT – CAIXA: 1860 E2 – DOC. 142).

Para concluir nossas considerações a respeito do passaporte, voltamos ao lugar da memória das nossas pesquisas, o APMT, local onde buscamos e encontramos nossas personagens, escondidas sob a poeira seca do papel quebradiço misturado à tinta ferrogálica que o devora, deixando buracos, espaços vazios que outrora tinha um significado. Perde-se uma palavra ou uma frase inteira que, neste vazio, oculta muito além do sentido, faz desaparecer o fio da meada ou a conclusão de uma ideia. E bem pior, o descarte indiscriminado ou mal feito que devora sem deixar traços, personagens inteiras ou encurtando-lhes a vida e os acontecimentos. Isso nos faz lembrar Bradbury em Fahrenheit 451[80], ao escrever, em seu livro citado, referindo-se a editores que reuniram em um só volume quatrocentos contos de Twain, Irving, Poe, Maupassant e Bierce, anulando a maior parte de seus pensamentos:

> Esfole, desosse, desmonte, escarifique, derreta, encurta e destrua. Todo adjetivo de quantidade, todo verbo de movimento, toda metáfora que pesasse mais que um mosquito – eliminados! Todo símile que teria feito a boca de um submentecapto se contorcer – desaparecido! Qualquer paralelo que explicasse a filosofia barata de um escritor de primeiro nível – perdido! Cada conto, emagrecido, famelizado, editado, sangrado e tornado anêmico, se assemelhava a qualquer outro [...] Toda palavra com mais de três sílabas havia sido aparada. Toda imagem que exigisse até um segundo de atenção – assassinada. (BRADBURY, 2009: 244).

[80] BRADBURY, Ray. ***Fahrenheit 451:*** *a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima*. São Paulo: Globo, 2009. (Coleção Globo de Bolso).

Enquanto os documentos passam pelo desgaste do tempo, dos descartes criminosos ou sem critérios analíticos e bom senso, do manuseio inadequado, personagens passam pela "queima" e desaparecem sem deixar rastros. Seja em documento escrito pela metade, seja ausência de palavras ou faltando frases inteiras, até páginas inteiras de processos e livros. Daí a necessidade de dar voz àquelas que se desprendem do papel cruzando o caminho do historiador, não sabemos até que ponto essa personagem "intrometida" é tão ou mais relevante que aquela que sem querer, se deixou levar consumida pelo fogo ou pelo descaso, raptadas pelo inesperado do tempo,

> É preciso lembrar ainda que o próprio arquivo, qualquer que seja, enquanto local privilegiado de investigação, não contém toda a história – sob a égide do descarte, da seleção prévia, é fruto de uma escolha bem determinada, o que exige uma atenção redobrada por parte do historiador, caso não queira fazer o papel de ingênuo. Nesse sentido, é óbvio que algumas personagens se "intrometem" mais que outras. (MACHADO FILHO, 2006: 194).

Entre passaportes, o ir e vir de mulheres e homens que se "intrometem", a vida continua seu ciclo, as águas continuam formando os caminhos líquidos e por eles passam homens, animais, galhos, mulheres, crianças e os sedimentos da vida. Mulheres lavadeiras, mulheres desordeiras, mulheres com seus tabuleiros, mulheres de siriris e batuques, mulheres...

Nesse contexto das águas, as bicas e os chafarizes estão inseridos no cotidiano das pessoas, principalmente pobres, analfabetos, escravos e desvalidos. A aparência da cidade de Cuiabá no século XIX, era criticada por muitos viajantes estrangeiros que por aqui passaram, muitos em missões científicas, mas era a realidade local. A má índole das pessoas, principalmente em relação ao crime de estupro e, a completa ausência de civilidade de "certas classes" era atribuída à "falta de religião, e de humanidade, de que se recente certa classe da sociedade, na qual só imperão os instintos da mais brutal e desordenada lascívia e libertinagem" (APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6316).

Apesar de ser cortada por muitos córregos e ribeirões e ser banhada por dois rios de significativo volume d'água, o Cuiabá e o Coxipó, a Província sofre com a escassez de água potável. O governo então decide patrocinar a construção de bicas e chafarizes.

Cuiabá, como Esmeraldina[81], procura e encontra "a linha mais curta entre dois pontos não é uma reta mais um zigue-zague que se ramifica em tortuosas variantes, os caminhos que se abrem para o transeunte não são dois mais muitos". Em Cuiabá, os dois pontos são a casa e a bica ou a rua e o chafariz, para onde todos seguem em desabalada carreira, porém, não só para buscar a água que arrefece a sede, mas para alimentar a alma regida pelas secas e enchentes dos rios e ribeirões.

De acordo com PERARO (2001) a população de Cuiabá nesse período consistia em 1849 de 21.947 habitantes; em 1855 de 32.128 habitantes e, em 1862 de 37.539 habitantes. Esse processo de urbanização em que as pessoas precisavam deixar as casas para ir às ruas em busca de seu sustento dissemina o ideário de liberdade, de mistura de gêneros, odores e novos sabores. As pessoas se encontram, socializam e se estranham nesse novo mundo de burburinho frenético das cidades. Os chafarizes do Mundéu, localizado no Largo da Conceição, atual praça Bispo Dom José e, o da Prainha, operam mudanças significativamente a vida das pessoas que para lá se dirigiam em busca da água tão escassa.

> Sendo o chafariz ou bica do mondeo a mais frequentada desta Cidade torna-se muito preciso que ahi se conserve das 5 horas da manhã as 9 da noite uma sentinela para evitar as brigas, e deshonestidades que os pretos costumão praticar, de que tenho frequentes queixas, e por que não há na companhia de pedestres praças que possão ser destrahidas para esse serviço, e pode ser elle feito sem difficuldade pela guarda da Santa Casa da Misericordia, que lhe fica próxima, destacando para ahi uma sentinela, recorro a V.Ex.ª para que, no caso de approvar, expeça suas ordens neste sentido. Deos Guarde a V. Ex.ª Secretaria da Policia em Cuiabá 6 de Março de 1857. O Chefe de Policia, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire. (APMT – CAIXA: 1857 D2 – DOC. 6162).

Essa escassez se dava pelo despreparo e descuido com a natureza em torno dos mananciais que, dessa forma, se deterioravam com a contaminação da água em virtude dos despejos de dejetos nos seus leitos. Muitos documentos tratam da canalização dos rios, sugerindo outros recursos para a solução dos problemas gerados pela escassez do precioso líquido. A interferência de pessoas, animais e detritos contaminam as águas que se tornam impróprias para o consumo humano, além de outros problemas como a falta de

---

[81] A cidade aquática de Ítalo Calvino em ***As cidades invisíveis***. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 83.

matadouros, animais mortos e em decomposição sugerem mudanças na infraestrutura com relação as águas de Cuiabá.

A falta de infraestrutura espalhava-se por todos os setores, como por exemplo, o matadouro público, denunciado no ofício enviado pelo Paço da Câmara Municipal do Cuiabá em Sessão de 8 de Janeiro de 1857, ao então presidente da Província, Augusto Leverger,

> Não havendo presentemente matadouro publico nesta Capital, e por isso sendo as vezes, que em vez se tem sido talhadas, e vendidas ao publico, mortas em differentes logares, as quaes pela diversidade não podem com a necessária prestesa ser visitadas pelo Fiscal: a Camara Municipal desta Cidade roga a V. Ex.ª, que se digne ordenar, que o curral publico seja franqueado para que ahi se matam as rezes que se houverem [...] todas as outras que mortas forem vendidas, afim de poder ser examinado o asseio relativo, e evitar-se a multiplicidade de logares em que actualmente taes operações tem sido practicadas. (APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6284).

A realidade de toda a cidade, a respeito da higiene, urbanização, limpeza dos córregos, iluminação, criminalidade, etc., era um pesadelo, tanto para os moradores como para as autoridades. A sociedade mato-grossense sofria com o preconceito e as reiteradas acusações dos dirigentes de determinados setores, como a polícia, por exemplo, em seus relatórios apontavam a localização geográfica, a topografia e a grande extensão territorial, como causadores dos maiores males entre a população, sendo esses fatores os responsáveis por induzir a prática de um número maior de crimes,

> Este facto não podia deixar de ser attribuído ao atraso de civilisação devido a posição topográphica da Provincia que a tem conservado mera espectadora dos progressos de suas irmans sem que as possa acompanhar, mas hoje que, em consequência dos melhoramentos em suas vias de communicação ultimamente obtidas pelos incessantes esforços do Governo, e que se esperão em breve ver realizados, ella vai sahir deste estado de torpor em que jasia para entrar na carreira dos progressos, em que os seus recursos naturaes lhe promettem avantajar-se, dever-se-hia esperar a diminuição de taes crimes, e então bem pequeno seria o quadro que a Policia teria de registrar. Mas não, a falta de pessôas nas differentes freguesias para os cargos de policiaes, o pouco zelo com que ellas cumprem a seos deveres, e a extensão immensa de território com uã população por demais disseminada, são causas que poderosamente actuão para difficultar, ou antes tornar impossível uã estatística criminal, que ao menos se aproxime a exactidão. Julgo por tanto bem imperfeito este quadro, e é minha convicção que, com quanto tenhamos que milhorar muito, todavia os crimes se hão de reproduzir em grande escala em quanto a impunidade, de que ainda o anno passado o Jury deo exuberante prova, for exercida,

> como tem sido, por que só o temor de um castigo certo pode conter e desarmar o braço do scelerado, e essa impunidade tarde e mui tarde deixará de existir nesta Provincia, onde além das causas geraes, como defeitos de Jury, má instrucção dos processos, e falta de autoridades locaes que se prestem a servir com zelo e dedicação, há uma causa especial derivada das circunstancias physicas dela, porque comprehendendo um vasto território, quase todo despovoado, torna-se fácil a perpetração de crimes sem testemunhas, e sem receio da acção da justiça. (APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6316).

Em meio a esse torvelinho de conjecturas e determinismos, em que se confundem moral, dignidade, espaço e religião não é incomum outros sentimentos perfilarem nos documentos. Como Hermes, mensageiro dos deuses viajando do mundo conhecido em busca de um mundo completamente desconhecido, o pensamento viaja com as autoridades, reclamam, confundem para ser confundidos e não cobrados num processo ininterrupto de justificativas para encobrir sua inércia do mundo presente ao buscar explicações onde elas não existem, apenas para justificar a morosidade das ações humanas. As reclamações acerca dessas ações mal planejadas ou pela completa ausência delas eram constantes e, mesmo naqueles documentos que nada relatam e ainda afirmam que "a cidade está na mais completa tranquilidade" esse silêncio diz tudo. Desmontar o documento trecho por trecho, linha por linha para reconstruí-lo de outra forma, com novas análises e possibilidades, é papel do historiador.

Às vezes o infortúnio toma ares de uma tragédia atingindo homens, mulheres e crianças, os quais se tornam vítimas fatais desses infortúnios. O ofício n.º 85, enviado pelo chefe de polícia Interino Firmo José de Mattos, noticia um grande incêndio ocorrido em 3 de Junho de 1860 em Cuiabá, até então nenhum fato dessa natureza havia ocorrido na cidade sendo completamente desconhecido, até então, pelos seus moradores. Uma inocente brincadeira se transforma em incêndio de grandes proporções. Ao nomear as vítimas era comum os escravos receberem os nomes dos donos, mas o que chama a atenção no ofício que apresentamos a seguir é a denúncia das vicissitudes da água demarcando drasticamente as prioridades de uma cidade que cresce e se urbaniza e que demanda novas necessidades como modos de debelar um incêndio, uma "novidade" na então pequena cidade. "Sem haver uma bomba" o incêndio toma proporções de tragédia mostrando essa força da natureza ainda não domesticada.

> Com bastante pesar façao chegar ao conhecimento de V. Ex.ª a desagradável occurrencia que teve lugar nesta Cidade hontem pelas duas horas da tarde. Achando-se o caxeiro do Negociante Felix de Miranda Rodrigues em sua loja na rua do Commercio, apparecerão

> alguns meninos a comprarem traques afim de festejarem ao Espirito Santo, e vendo pouco cuidado da parte do referido caxeiro a ponto de deixar aberto um barril de pólvora, de causar a que sendo atirado por um dos meninos um traque que estourarão dentro da loja, immediatamente communicando-se o fogo ao barril e produsio instantaneamente o incêndio, que consumio todas as fazendas, moveis, papeis e mais que continha a propriedade que ficou quase completamente destruída, o incêndio cessou as cinco e meia horas da tarde. Este facto Exmo. Senr., que se acaba de dar nesta Capital, sendo em outros lugares mui frequentes, aqui era inteiramente desconhecido e por isso lutei com grandes dificuldades para de prompto dar como desejava as providencias que em casos taes são reclamados; pois a população timerosa, sem haver uma bomba, nem os preparos necessários para demolir-se o edifício, como ia sendo necessário para salvar as propriedades visinhas, tudo isso deo causa aque o incêndio se prolongasse, [...] Neste acontecimento extraordinário temos a lamentar a morte de três infelizes victimas, isto é o caxeiro, um filho do Major João Gualberto de Mattos, e de uma escrava de Dona Anna Soares, bem como os ferimentos graves de Manoel da Costa filho de Dona Anna Lemes, João, filho de José da Costa e Arruda e de um escravo do Major Antonio Luiz Brandão, que se achão em perigo de vida. No numero dos feridos levemente figurão dois filhos do Doutor José da Costa Leite Falcão. (APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 238).

Os documentos que se seguem mostram uma antiga preocupação com a qualidade das águas na Cidade de Mato Grosso (Vila Bela) e de Cuiabá, e o cuidado com a limpeza das águas estagnadas que infectam a cidade, e ainda tratar da canalização dessas águas. As solicitações para execução dos trabalhos se repetem nos documentos,

> Diz o Cidadão Luciano Rodrigues Montemór, casado estabelecido na Cidade de Matto grosso com numerosa família, que elle supplicante tem occupado por differentes veses os Empregos Publicos nesta Cidade, além d'outras muitas Commissões do Serviço Nacional, e presentemente está servindo de Vereador da Câmara Municipal, e por isso vio no corrente anno, com bastante praser, as respeitáveis Portarias e Officios de V. Ex.ª de 22 de maio de 1852, 18 de Março de 1853, e 5 d'Abril de 1854; e desejando V. Ex.ª a prosperidade deste Municipio, propoz, conseguir os meios para os descecamento das agoas estagnadas desta Cidade; e amesma Camara orçou em muito esta obra; e como o supplicante está proporcionado para fazer este serviço pelo orçamento mais commodo de dois contos e quinhentos mil reis: requer respeitosamente a V.Ex.ª se Digne encarregar ao Supplicante o dito serviço, que o fará pela dita quantia, e em menos de dois annos ficará concluída a obra com utilidade publica. Mattogrosso 12 de Desembro de 1856. Luciano Rodrigues Montemór. (APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6289).
>
> Em cumprimento do Despacho do Exmo. Senhor Presidente desta Provincia de 26 de Janeiro ultimo, que V.V.M.M. forão servidas appresentar para faser a exposição do serviço a que me proponho a faser para o dessecamento das agoas estagnadas desta Cidade: tenho a declarar que este serviço será feito abrindo-se canaes com direção ao

> Rio Guaporé; e as Lagôas que estiver em terreno muito planno, sem declinação alguma, seráõ atupidas com areya, e pedra canga. Neste trabalho seháde empregar oito pessoas vencendo sállario e alimento athé a conclusão do mesmo serviço; sendo tão bem preciso alugar carros, e outros utencílios necessários. Matto Grosso 10 de Março de 1857. Illmo. Snres. Presidente e Vereadores da Camara Municipal desta Cidade. Luciano Rodrigues Montemór. (APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6282).

A demanda de serviços era grande, mas os trabalhos caiam na inevitável e confusa burocracia da Província. Alguns trabalhos deram prosseguimento, outros demoravam o suficiente para que o serviço levasse o dobro do tempo para terminar e o triplo do valor a calcular.

Uma outra preocupação no momento era justamente com o prédio que mais seria usado, a cadeia, ocupada por homens e mulheres em consequência de seus inúmeros crimes praticados, da falta de condições dos lugares destinados à essa função e, em virtude da maior liberdade e circulação de pessoas nas ruas, principalmente próximas às bicas e chafarizes. A vida das pessoas e seu cotidiano, as festas, as brigas e a morte girava no entorno desses espaços. Eis a resposta da Câmara dos Vereadores de Cuiabá a um pedido de parecer sobre a construção da cadeia em Cuiabá,

> Nenhum inconveniente parece poder offerecer a construcção da Cadea no Largo do Ipiranga d'esta Cidade: a localidade dentro da Cidade, donde poderão vir sem muito caminho condusidos os accusados as Autoridades perante as quaes houverem de responder; o local junto do Corrigo, cuja agoa pode facilmente ser útil aos presos; e o mesmo largo tem extenção para no centro faser-se a obra, cujo numero de braças necessários não fas tal, que exceda a proporção do terreno. Hé a informação que a Camara Municipal tem a honra de apresentar a V. Ex.ª em obediência ao Officio de 29 do corrente. Deos Guarde a V. Ex.ª. Paço da Camara Municipal do Cuiabá em Sessão de 23 de Fevereiro de 1857. Illmo. e Exmo. Chefe de Divisão Augusto Leverger, Presidente da Provincia. (APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6284).

Os discursos sobre a canalização das águas do rio Mutuca, impressionam pela longevidade da temática, endossada por falas que se arrastaram por longos anos na história de Mato Grosso. Os relatórios de presidentes da província estão recheados de intenções quanto às águas do rio Mutuca, discussão encontrada nos itens "obras públicas" ou "municipalidade", lá estão as águas do rio Mutuca a endossar discursos impregnados de intencionalidades.

O relatório do então presidente da Província Ricardo José Gomes Jardim, em 1845, já trazia o tema para discussão, entendendo que o tema já fora motivo de discussões em anos anteriores. Nas páginas vinte e cinco e vinte e seis está registrado:

> Não sendo suficientes nas ocasiões de secca as fontes publicas, que ora existem nesta capital, que cresce a olhos vistos, parece-me indispensável que se trate quanto antes de encanar para um novo chafariz alguns dos córregos ou ribeirões perenes da vizinhança da cidade, devendo prefferir-se o ribeirão denominado Mutuca, cujo encanamento já foi a tempos começado, uma vez que elle offereça a precisa differença de nível.[82]

Nesse mesmo relatório de 1845, nas páginas vinte e um e vinte e dois, o discurso remete a importância das águas para a província, destacando o inconveniente de sua posição longe do litoral, embora a natureza tenha favorecido, proporcionando muitos cursos d'água nessa região central.

> A natureza parece ter querido compensar os inconvenientes da posição central, que occupamos, dotando a Província com tantos rios mais ou menos navegáveis, que a cortão em direcções differentes, e subministrão por sua disposição talvez o mais vasto e complexo systema de canalização, sem tornar por isso mais diffícil a abertura de estradas de communicação por terra com todas as Províncias e Estados limítrophes.[83]

No relatório de 1849, na página dezoito, o discurso continua com a mesma posição que a do ano de 1845. O então presidente, Joaquim José de Oliveira declara que a Câmara, "Ella pondera a necessidade de um encanamento que forneça água para um ou dous chafarizes no centro da cidade"[84]. Já em 1850, a fala do presidente da Província João José da Costa Pimentel, nas páginas treze e quatorze, na parte referente às obras públicas, insiste na necessidade de canalizar as águas do Mutuca. Desta vez busca o conhecimento específico de um engenheiro, conhecimento este que será contestado no relatório do próximo presidente, Augusto Leverger, no ano seguinte. Afirma a urgência da obra, embora o custo seja alto:

---

[82] APMT – Discurso recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em o 1.º de março de 1845, p. 25-26.
[83] Idem. p. 21-22
[84] APMT. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849, p. 18

> Conhecendo a falta de agoa, que soffre esta cidade, tendo a noticia de que a três léguas della está o rego da Mutuca, já tirado por 12 ou 14 leguas, o qual pode ser trazido á capital, incumbi ao 1.º tenente d'engenheiros Pedro Dias Paes Leme do nivelamento do terreno, e de levantar a planta e fazer orçamento da obra. Bem vejo que exigirá ella muito dinheiro; mas como he urgente a sua necessidade, convem fazer-se todo o sacrifício, para que aos poucos seja elevada a effeito.[85]

Como um jogo de espelhos cujos reflexos podem atingir longas distâncias, os discursos se repetem como reflexos da necessidade e da carência extrema da população pelo líquido mais que precioso, vital. O tempero principal que dará sabor e cor à vida das pessoas, a água como antepasto do banquete magnífico da vida e os rios, caminhos líquidos que nos levam para onde nossos desejos alcançam.

Desde os mais remotos tempos a preocupação com a pureza da água era uma constante, inclusive sendo tema de vários tratados. O médico do Rei D. João V (1689-1750), Francisco da Fonseca Henriquez, em sua narrativa no Âncora Medicinal: para conservar a Vida com Saúde, de 1721, entre os muitos assuntos do cotidiano que desde sempre condicionaram a qualidade de vida da condição humana, faz uma apresentação de como deve ser uma boa água,

> Àgua da fonte. De todas as águas, esta é a melhor quando nela se acham os dotes e condições de água boa [...] por boa há de ter as propriedades seguintes: há de ser pura, limpa, clara, translúcida, insípida, sem sabor algum, sem cheiro, tênue, delgada e leve [...] de sorte que com facilidade se aquente e se esfrie, e possa permear os hipocôndrios e distribuir-se facilmente pelo corpo. A água em que se acharem esses dotes e prerrogativas, essa é a melhor água. (HENRIQUEZ, 2004: 215-216).

Se é urgente a canalização das aguas da Mutuca, para Augusto Leverger, em sua perfeita acribia, aponta que outras necessidades maiores existem e precisam ser priorizadas. Em seu relatório de 1851, nas páginas trinta e seis e trinta e sete, deixa claro que há serviços mais importantes onde deve-se empregar tais recursos, se houvessem:

> O encanamento das aguas da Mutuca, de que fallou meu Antecessor, seria sem duvida de summa utilidade, atendendo á falta de agoa que soffre esta Capital durante a estação secca. Mas esta empresa exige fundos que nos faltão; e se os tivéssemos disponíveis, deverião ser empregados em serviços de necessidade ainda mais urgente. O trabalho do Official Engenheiro, a quem foi incumbido o estudo do

[85] APMT. Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1850, pelo presidente da província, coronel João José da Costa Pimentel, p. 13-14.

> terreno, hé aliás muito incompleto, faltando entre outras coisas, a mais importante, o nivelamento.[86]

Como se vê, era assim na década de quarenta, prosseguindo nas quatro décadas seguintes e, quem sabe, se continuássemos as pesquisas nos anos seguintes, a probabilidade de encontrarmos referências a respeito da canalização das águas do Mutuca seriam bem grandes, já que elas persistem nos dias atuais. O documento abaixo é datado de 1857, mas em 1882 as discussões ainda persistem, "após longas discussões e apresentações de projetos que visavam ora canalizar as águas do Cuiabá, ora as do rio Mutuca" (MACHADO FILHO, 2006: 27). Ora, basta lembrar que ouvimos ainda nos dias de hoje, principalmente em períodos de eleições, candidatos a vereador e outros políticos apresentarem propostas de trazer para Cuiabá as águas do Mutuca. Portanto, esse documento de 1857 se transforma em um discurso bem atual:

> Incumbido pelo Exmo. Senr. Presidente desta Provincia por Portaria de 6 de Fevereiro deste corrente anno, para explorar os nivelamento das agoas da Mottuca athé esta Capital; dei principio no dia 13 de Março deste corrente no lugar denominado Jacê athé a Boa Vista, tendo decorrido quatro legoas de extenção, e finalizado dia 15 deste corrente mez e anno. Communico a VEx.ª que pelo rego antigo de baixo vem as agoas muito por baixo e vão ter nas cabeceiras do córrego da prainha, e nivelando o rego de cima pode vir as agoas na altura da rua do campo, precizando para esse fim hum aterro na vargem do Jacê de quarenta palmos de alto, e cecenta braças de atraveçar á vargem, é o quanto pude colher da dita exploração imcumbida pelo Exmo. Presidente. Junto tenho á honra de passar ás Mãos de VEx.ª a conta corrente das despezas feitas com a dita exploração. Deos Guarde a VEx.ª muitos annos. Cuiabá 18 de Abril de 1857. Illmo. e Exmo. Sr. Tenente Coronel Albano de Sousa Osorio. Dignissimo Vice Presidente desta Provincia. Joaquim da Costa Freire. (APMT – CAIXA 1857 A2 – DOC. 5774).

Se por um lado a vida das pessoas regulavam-se pelas águas, compreende-se que durante as secas, aumentava o sofrimento pela dificuldade de acesso a ela, bem como pelos prejuízos causados à navegação; por outro lado, as enchentes também causavam grandes complicações. A manipulação dessas situações aparece nos discursos proferidos pelas autoridades, as quais aproveitam da situação para granjear as benesses politiqueiras, usando a carência das pessoas como motivo para seus arranjos e projetos de melhoria da

[86] APMT – Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851, p. 36-37.

cidade. E os discursos prosseguem em tons mais acalorados, em nome do progresso e do bem estar das pessoas,

> Senrs. É cuidando nos melhoramentos materiaes que se faculta aos povos o goso á indispensaveis commodidades, á que elles tem direito como contribuintes; e é tam bem com taes melhoramentos que as povoadas firmão-se e crescem. A maior parte das vantagens da vida social são indirectas, e em muitos casos, posto que reaes, imperceptíveis, e athé algumas redusem a idealidades, que não podem ser apreciadas por todas as classes; mas os bens materiaes chegão a todos, todos vêem, todos os desfrutão, e tem demais o caracter da permanência. Nós conhecemos Senhores, que no nosso mercado grande parte de viveres nos são ministrados do Rio Cuiabá acima, que por isso também concorrem com uma grande quota na Receita das Rendas Provinciaes; sabemos que a via fluvial, se não fosse cercada de catadupas, seria a mais fácil a correr para maior abastecimento dos mesmos viveres, que em cargueiros vae se tornando quasi impossível; e mesmo essa facilidade de transporte nos encheria de obras primas para tantos edifícios que estão projectados, e prédios dos particulares: é portanto de beneficio geral o projecto óra offerecido a consideração da Casa nos termos seguintes: N.º 12 - A Assemblea Legislativa Provincial Decreta: Art. único. Fica o Presidente da Provincia autorisado a mandar canalisar as Caxoeiras do Rio Cuiabá acima athé o porto do varador dispendendo desde já para isso a quantia de 6 contos de reis, revogadas para esse fim as disposições em contrario. Paço da Assemblea 7 de Junho de 1859. Os Deputados - Alves Ribeiro, Lins da Silva, L. de Faria. (APMT – CAIXA 1859 E – DOC. 7664).

Ao apontar todos esses discursos sobre a canalização do córrego da Mutuca foi para demonstrar o quanto a água é importante para a rotina das cidades e das pessoas e no nosso caso, a cidade e as pessoas de Cuiabá. Buscar nos documentos esses discursos que anos a fio se repetem sem mudar a proposição e a intenção como fragmentos da pretensão de alguns homens na tentativa de realizar o desejo de homens, mulheres e crianças sedentos, uma população inteira à espera de saciar a sede, deixar-se contaminar pelo líquido que alimenta. A água gerando desejos e a memória do novo na intervenção dos espaços. E marcando esse espaço, deixando nele seu rastro de perfume ou o odor catinguento que se esvai na medida em que o vaivém dos corpos a carregar seus potes e toneis deixam-se lavar até os fragmentos da alma.

Canalizar águas, construir bicas e chafarizes, correr às ruas em busca da água para o consumo próprio ou do patrão, vender seus quitutes no entorno desses espaços, lavar as roupas ou simplesmente rodar as saias num batuque acelerado, o desafio de ser mulher vem desde os primórdios dos tempos. Mitos, lendas ou figurações a inquietante imagem da mulher é encanto e fascínio por trazer em seu interior a essência da alma e da carne e, ao mesmo tempo a dicotomia do amor, da vida e da morte.

Dentro da variedade de temas, o rio, fornecedor do líquido que dá vida, sustento, higiene e lazer, mas ao mesmo tempo carrega em suas águas, além do peixe, das embarcações, dos esgotos, a sombra da morte, favorece novas propostas de pesquisas, pois no decurso de suas águas, vidas aglomeram-se às suas margens. A água é também um recurso natural transformado em bem econômico cuja mediação das relações mercantis desemboca em concepções tradicionais de domínio e uso, como vimos anteriormente nos relatórios dos presidentes de província, em vários anos seguidos. Veja-se, por exemplo, a questão da utilização desse espaço no cotidiano das pessoas, como o hábito do banho de rio, comum na cidade de Cuiabá, deixou ao longo do tempo marcas sofridas que podemos cotejar na documentação do APMT. Em meio a esse emaranhado de nomes e rostos de homens, mulheres e crianças, encontramos um número grande de relatos de afogamentos.

Um grupo de documentos chamou a atenção por tratar justamente de um duplo afogamento no rio Cuiabá, de duas crianças da Companhia de Aprendizes Menores[87], em ofícios internos tramitados entre o capitão e diretor interino, Apolonio Peres Campelo Jacomo e o pedagogo José Maria das Neves:

> Hontem as sete para oito horas da noite sem minha ordem, e nem de meu Ajudante, o Guarda Joaquim José dos Santos levou os menores ao banho do Porto desta Freguesia, resultando a catástrophe de morrerem afogados os menores Manoel Safino de Brito e Benedicto Alves da Cunha. Pouco momento depois forão encontrados e recolhidos neste estabelecimento. Logo que os cadáveres chegarão neste Arsenal os Doutores José Augusto de Souza Pitanga e José Augusto Barbosa d'Oliveira empregarão todos os esforços para ver se podião ainda salval-os, o que não conseguirão. O Juiz de Paz fez o auto de corpo de delicto sobre os cadáveres. He o que cumpre-me levar ao conhecimento de V. S. Arsenal de Guerra em Cuiabá 29 de Agosto de 1860. José Maria das Neves, Pedagogo. (APMT – CAIXA: 1860 – DOC. 157).

Esse relato aponta a fragilidade do cuidado com os meninos pobres, órfãos ou abandonados, que para o Arsenal de Guerra de Mato Grosso – criado em 1832 para armazenagem e produção dos objetos necessários à manutenção de tropas militares nas áreas de fronteira – eram enviados na qualidade de internos, para estudar e trabalhar, interagindo "com soldados artífices e mestres de oficina, professores e guardas, presos civis e militares, escravos e serventes". Apesar de ter aprendido alguns ofícios, acabou

[87] Para saber mais consultar: CRUDO, Matilde Araki**.** ***Infância, trabalho e educação:*** *os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Gross (Cuiabá, 1842-1899).* Tese (Doutorado) defendida em 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em 15/10/2013 às 23:45h

incorporando hábitos e "comportamentos considerados inadequados pelas autoridades imperiais" segundo (CRUDO, 2005).

Em resposta ao ofício do pedagogo, que afirma não ter consentido e nem saber da saída das crianças, excluindo-se da culpa do fato ocorrido, o diretor interino, Apolonio Peres Campello Jacomo, procura de imediato, (as datas dos ofícios são as mesmas) comunicar ao então Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro a ocorrência, explicando as providências tomadas e diz sobre a possível culpabilidade do guarda não ter demonstrado "más intenções" apenas "relaxamento"solicita considerar a falta deste:

> Tenho a honra de passar as mãos de V. Ex.ª a parte dada pelo Pedagogo sobre a morte dos dois menores Manoel Safino de Brito e Benedicto Alves, afogados hontem no banho. Tendo conhecimento do facto dirigi-me immediatamente ao Porto e em caminho encontrei um dos menores que vinha conduzido para o Arsenal, dizendo-me o Guarda Joaquim José dos Santos que do outro não se tinha noticia, e que ele acreditava ter sido levado pela corrente. Chegando ao porto e tomando todas as providencias encontrei o segundo menor bem próximo a praia e no próprio lugar que se banharão, cuja profundidade não passa de quatro palmos. Por essa circunstancia se vê que o Guarda Santos não teve o preciso cuidado, o que mais augmenta a falta commettida de levar a Comapnhia ao banho sem assistência do ajudante do Pedagogo, que não podendo acompanhar os meninos tinha prohibido a sua sahída. Também procurei sem detença os médicos José Augusto de Souza Pitanga e José Augusto Barbosa d'Oliveira que só deixarão de empregar tentativa de salvação quando se tornarão rijos os cadáveres. Durante esse tempo foi chamado o Juiz de Paz Francisco Pereira de Moraes Jardim para se incumbir do Auto de Corpo de delicto. Como porem das indagações que fiz não se demonstrão más intenções, senão relaxamento no indiciado Guarda peço a V. Ex.ª se digne considerar a sua falta e proporcionar-lhe o castigo que merecer. (APMT – CAIXA: 1860 – DOC. 157).

Apesar de não ser objeto de nossa pesquisa trouxemos esses relatos sobre os menores artífices para mostrar mais um campo de estudos, por outros vieses que o historiador ou outro pesquisador das outras áreas possam interessar. Mostrar a diversidade de temas foi o foco desde o início da pesquisa através do acervo do APMT, como do recorte que aqui fizemos.

Outros fatos ocorrem na vida desses meninos em sua permanência na instituição. Diante da fragilidade de sua condição, criança, órfão, pobre e abandonado até a falta de cuidados mais efetivos que garanta-lhes a integridade física e mental, muitos meninos foram usados de forma ignóbil, tanto por outros meninos maiores como por aqueles que deveriam garantir-lhes a integridade. No ofício abaixo, dirigido ao mesmo diretor citado acima, pelo Pedagogo responsável pela educação dos menores, relata um fato, o qual se

o pesquisador escolher debruçar-se sobre a documentação, certamente encontrará muitos outros semelhantes.

> Ill^{mo}. Senr. Capitão Director. Contando-me que o Guarda da Companhia dos Aprendizes Menores d'este Estabelecimento José Francisco Duarte, tinha o costume de entregar-se ao vicio da Sodomia, tratei logo d'investigar sobre a veracidade do caso, te que hoje, firmado sob factos recentes e incontestáveis, posso levar ao conhecimento de V. S. as torpes e infames manobras practicadas por esse empregado digno por sem duvida do mais vil despreso. No curto período de quarenta e sete dias que conta o dito Guarda de exercício no seu emprego, longe de desempenhar a sagrada obrigação que lhe foi confiada, tem pelo contrario lançado no centro da Companhia dos menores educandos o pernicioso e infame vicio da sodomia, como V. S. poderá informar-se dos Menores Feliciano da Silva Paes, Manoel Angelo dos Santos e Joaquim Gonçalves da Silva, e até mesmo do velho preto cozinheiro. Conhecedor dos desvelos e solicitude que V. S. emprega na educação dos Aprendizes Menores d'este Estabelecimento que suas providencias serão tão propicias que afastarão esses infelizes meninos do precipício que os ameaçava. José Maria das Neves, Pedagogo. (APMT – CAIXA: 1860 – DOC. 157).

Portanto, falar de cidades é falar de pessoas, é deixar-se levar por uma infinidade de temas que dentro delas se mesclam e proliferam, tornando mais difícil escolher do que falar, tal a amplitude de suas possibilidades.

> Assim, seja em documentação oficial – os processos-crimes, os relatórios de inspeção médica e de higiene, os códices policiais, os prontuários de hospitais e asilos, os projetos de reformulação urbana e os pareceres de juristas –, seja nos comentários dos periódicos, nos artigos e nas crônicas do cotidiano ou nos tão conhecidos correios do leitor', os saberes se cruzam e se defrontam, ao tomar a cidade como objeto de preocupação, de elaboração de conceitos e execução de práticas. (PESAVENTO, 2007: 19).

2.1 AS CIDADES VISÍVEIS: CAMINHOS ERRANTES SOB OS PÉS

> Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la. (CALVINO, 2011: 149).

As concepções de cidade, ao longo do tempo, variam de acordo com as diferentes sociedades e os momentos da história, como eram vistas por seus habitantes, o que e como faziam para modificá-la, como viviam e conviviam nela e no seu entorno. Lugares onde a vida transcorria na medida em que os acontecimentos se sobrepunham uns aos outros. Muito além do espaço físico, a sociedade e os elementos formadores dessa sociedade estão em primeiro plano, pois neles estão todos os sonhos e desejos que se formaram, antes na mente e, agora se concretizam refletidos nos espaços traçados por esses elementos criando suas redes de sociabilidade e sensibilidades.

A cidade que recebia os viajantes estrangeiros precisava mostrar essa sociabilidade nas gentilezas oferecidas, no trato com esses eruditos numa demonstração de cordialidade sensível ao trabalho desses homens que da Europa partiam em busca de conhecimentos desses novos territórios visitados. Um exemplo dessa cordialidade está no ofício do então presidente da província de Mato Grosso, Jozé Saturnino da Costa Pereira, datado de 28 de abril de 1827, no qual escreve:

> Em observância das determinaçoens de Sua Magestade Imperial expedidas pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros ao Prezidente desta Provincia Manda o mesmo Prezidente todas as Authoridades della tanto Civis, como Militares, a quem esta for apresentada prestem ao Cavalheiro de Langsdorff Consul Geral do Brazil de Sua Magestade Imperial de todas as Russias e seu Conselheiro de Estado, todos os auxílios de que necessitar para o desempenho da Commissão Scientifica de que hé encarregado pelo seu Soberano, e tem permissão de Sua Magestade o Imperador do Brasil facilitan-se lhe práticos para suas viagens coadjuvando-se quanto seja possível achar cazas de residências nas Povoaçoens desta Provincia por onde transitar, e tudo o mais que for tendente para o comprimento de sua Commissão o que só haverá entender não só a respeito do ditto Cavalheiro de Langsdorff, como das mais pessoas pertencentes a sua Commissão; ordena outrossim o Prezidente que se não ponha embaraço a viagem, que os Membros desta Commissão pertenderem fazer pelo interior desta Provincia. (Livro 19 – 1827 – Registros de Portarias e Ordens Expedidas pela Presidência da Província – Livro 3.º 1827 – Abril. Pág. 8, verso).

Essa receptividade corresponde ao desejo dos governantes em ver a cidade conhecida e lançada nos anais da modernidade, principalmente, as que se circunscrevem distantes do litoral. As viagens possibilitavam essa (re) descoberta que se desenhava em espaços preciosos, onde o viajante se sente autor dessa nova leitura dos lugares. Por isso a colaboração exigida pelas autoridades locais em receber e tratar bem essas comissões

de viajantes. Em "Nota ao Consul de todas as Russias" o presidente Jozé Saturnino reafirma essas benesses, dá as boas-vindas e não se esquece do agradecimento a sua colaboração como médico, que atende generosamente aos habitantes da cidade onde está hospedado desenvolvendo além de suas atividades de viajante, outros ofícios dos quais é possuidor. Este ofício caracteriza a sociabilidade entre o viajante e o povo do lugar,

> Ao Ill.mo e Ex.mo. Senhor G. de Langsdorff Consul Geral de Sua Magestade Imperador de todas as Russias no Brazil, seu Conselheiro de Estado Commendador e Cavalheiro de diversas ordens. O abaixo assinado Presidente desta Província de Mato-Grosso, tem a honra de dirigir ao Sr. de Langsdorff, os seus mais puros e sinceros agradecimentos, pela efficiencia e generosa promptidão com Sua Excellencia se tem prestado durante a sua rezidencia nesta cidade ao exercício dos seus conhecimentos Medicos em favor dos seus habitantes. O abaixo assinado não pode deixar de confessar sua gratidão, e oferecer de novo tudo quanto nelle couber para utilizar ao Sr. de Langsdorff, com tal Commissão, de que o seu Augusto Soberano o tem Encarregado e não apagará já mais da memoria quanto o Sr. de Langsdorff tem praticado em favor dos Habitantes desta Capital. Renova portanto o abaixo assinado as suas expressões de alta Consideração, estima e respeito para com a pessoa do Sr. de Langsdorff. Cuiabá 30 de Abril de 1827. (Livro 19 – 1827 – Registros de Portarias e Ordens Expedidas pela Presidência da Província – Livro 3.º 1827 – Abril. Pág. 10, verso).

Toda essa consideração e prestígio dado ao Sr. de Langsdorff rendeu à Província um volume inteiro dos seus diários, dedicado a Mato Grosso. Passagens sobre a natureza exuberante, descrições minuciosas de povos, fauna e flora, rios e lugares e cotidiano da viagem mesclam com a dolorosa doença de um homem que aos cinquenta e cinco anos de idade não tem mais domínio de sua mente enquanto o corpo padece de males e dores insuportáveis, como ele mesmo descreve em seus diários,

> 18/04 Não dou notícia do que aconteceu até hoje, dia 18. Tive febre altíssima, timpanite e infecção das vísceras, não sabia mais o que estava fazendo. Mas hoje, dia do meu 55.º aniversário, estou me sentindo melhor e quero fazer as minhas observações [...] 20/04 Novamente uma lacuna de dois dias. Dois dias infelizes. Cheguei a entregar o corpo e a alma a Deus Todo-Poderoso, pois não acreditava que ia sobreviver ao dia de ontem. Passei esses dois dias inconsciente, delirando; meu único consolo eram os momentos de lucidez em que eu sentia a atenção e a amizade dos meus companheiros Rubtsov e Florence. Apesar de não ter comido nada a não ser um pouco de caldo de carne, hoje me senti mais aliviado, depois que consegui uma evacuação abundante após vários dias sem defecar. Nem com a ajuda de duas pessoas eu conseguia ficar de pé, mas hoje estou me sentindo

> mais dono do meu corpo, embora não ainda da minha mente. (SILVA, 1997: 269-271).

A cidade continua sendo narrada através de diários de viajantes, correspondências trocadas entre as autoridades ou bilhetes e narrativas de homens comuns. Não vamos tratar da formação das cidades ao longo do tempo, mas do interior de cidades contemporâneas nascidas no final do século XVIII para o XIX, especificamente um olhar sobre cidades de Mato Grosso e suas modificações urbanas e nelas as relações humanas. Por vezes aparece num traçado de uma rua que ano a ano aumenta seu número, crescendo em suas proporções e modificando seus traçados, seus nomes e aparência. No documento abaixo aparece essa transformação na medida em que aumentam a quantidade de ruas, sinal de ampliação dos espaços urbanos e, consequentemente, mais pessoas circulando nos becos, ruas e largos:

> Nomes das Casas Lançadas no Livro da Colletoria Provincial d'esta Cidade no anno de 1839.
> Rua do Palacio
> Rua dos Mercadores
> Rua do Fógo
> Rua do Carmo
> Rua do Quartel
> Rua da Entrada para esta Cidade
> Rua de S. Luiz
> Travessa do Prego
>
> Nomes das ruas d'esta Cidade em 1859
> Rua do Commercio
> Becco Torto
> Rua da Mandioca
> Travessa da Mandioca
> Rua Augusta
> Rua do Campo
> Rua da Fé
> Rua Formosa
> Rua da Sé
> Rua do Senhor dos Passos
> Rua Direita
> Largo da Sé
> Largo do Palacio
> Travessa da Alegria
> Travessa da Assembléa
> Travessa do Palacio
> Travessa da Camara
> Travessa do Ipiranga
> Travessa do Villas Bôas
> Travessa da Independencia
> Travessa da Constituição

Becco Estreito – Junto do Cemitério
Rua Municipal
Rua do Cemiterio
Rua do Lavapés
Rua Bella do Juiz
Rua do Guilherme
Bairro do Baú
Rua do Carmo
Rua de S. Benedicto
Rua do Rosario
Rua do Areão
Becco do Candieiro
Rua da Prainha
Rua da Esperança
Rua da Bôa Vista – Rua da Misericordia
Rua dos Prazeres
Rua da Caridade
Rua dos Tócos
Rua dos Pescadores
Porto Geral
Travessa do Arsenal de Guerra
Travessa de S. Gonçalo
Rua da Marinha
Travessa da Marinha [88]
(APMT – CAIXA 1859 D3 – DOC. 7541)

Percebe-se a alteração no número de ruas nos vinte anos decorridos entre os anos de 1839 e 1859. Não seria uma grande alteração nos dias atuais, decorridos duas décadas, mas em meados do século XIX significava uma grande transformação urbana e social. Muitos desses nomes são familiares, alguns continuam conhecidos popularmente após quase dois séculos com a mesma denominação, o "Becco do Candieiro" é um deles. Algumas ruas elevadas à categoria de avenida como a "Rua da Prainha" após metamorfoses sofridas ao longo dos anos e muito mais nos dias atuais, rasgada e vilipendiada por máquinas operadas por mãos humanas em nome do progresso e da modernidade.

E nesse conjunto de ruas, travessas, becos e largos as pessoas que nelas habitavam também se renovaram de mudança em mudança absorvendo as novidades do tempo. No relato de Dunga Rodrigues (1994), "Rua de Baixo, chamou-se Rua do Oratório, porque ali o português José Manoel, segundo as crônicas, mandou construir a Capela, que se transformou na Igreja Senhor dos Passos". Alguns símbolos dessas

[88] Para maiores informações sobre as ruas de Cuiabá ver o trabalho da professora e jornalista BARRETO, Nelia Maria Souza. ***Agua de beber no espaço urbano de Cuiabá (1790-1886)***. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato, 2007 p. 49-56.

mudanças foram talhados pelas mesmas mãos humanas que almejavam as melhorias do lugar onde viviam. É uma cidade cuja trama tecida esboça um desejo diferente em cada urdidura, como um tapete inacabado que não cessa a sua tessitura.

As transformações nas cidades vão surgindo, ora pelas pessoas indistintamente, cada uma traçando seus próprios movimentos de modificações em casas, terrenos, comércios, ora pelas legislações cuja obrigatoriedade nem sempre acompanha os desejos da população. Às Câmaras Municipais ficavam a incumbência de elaborar as posturas[89], ou seja, determinações a serem cumpridas acerca do modo de viver e se relacionar das pessoas com a cidade.

Para delinear nosso pensamento buscamos em Ítalo Calvino e suas Cidades Invisíveis um pouco desses múltiplos olhares que cada um tem sobre uma cidade, seja dos que nela residem ou dos viajantes que à elas chegam e delas partem para outras. Concreta ou imaginada, a cidade dos sonhos e dos desejos daqueles que um dia pensaram em uma cidade nascida do traçado e das linhas, para a prosperidade. Por que uma cidade não é pensada para que seja destruída ou abandonada, os acontecimentos é que irão determinar o futuro das cidades, conforme explica Pesavento (2007):

> A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia. (PESAVENTO, 2007: 14).

Ao pensar, idealizar e traçar o esboço para erigir uma cidade nesse momento significativo para o processo de ocupação territorial da região mato-grossense, o ouro foi a mola propulsora para a grande onda populacional que se espalhou mediante a esperança do rápido enriquecimento. No início da ocupação, devido à grande extensão territorial, as cidades foram pensadas e idealizadas como cidades fortificadas[90], com objetivo de defender as fronteiras, como mostra o documento a seguir, que indica a necessidade de

[89] O Código de Posturas Municipais são documentos que reúnem o conjunto das normas municipais, em todas as áreas de atuação do poder público. Atualmente a maior parte das atribuições do poder local passou a ser regida por legislação específica de cada setor como o zoneamento, código de obras, código tributário etc, ficando o Código de Posturas restrito às demais questões de interesse local, notadamente àquelas referentes ao uso dos espaços públicos, ao funcionamento de estabelecimentos, à higiene e ao sossego público, por exemplo. Para entender mais sobre o assunto ver no APMT: Códigos de Posturas - 1829 a 1897 – Caixa 01.

[90] Os destacamentos eram compostos de militares e civis. As pessoas buscavam na proximidade com os militares a proteção necessária, principalmente contra os ataques indígenas.

um destacamento para proteção da população, a qual se sente isolada e desprotegida dos ataques indígenas,

> Tenho a satisfação de firmar a V. Ex.ª que quase todos esses moradores forão moradores de'esse mesmo lugares, que V. Ex.ª indica, é elles muito aperciguidos do Indios que de certo tempo em diante lhe atacão muito, matando a maior parte de seus animaes, e outras creações [...] afirmavão-me alguns desses moradores que estão disposto a mudarem para qualquer destes lugares, onde tem o destacamento de estar, elles aqui estão muito opremidos e sem poderem retirar-se para mais longe de medos dos Indios, no Taquaral três destes moradores forão ao anno passado fazer roça e agora com o destino de mudarem-se para lá, mais acontecendo no dia 24 de Setembro do anno passado, no pozo do passa-vinte grande, os Indios atacarão á noite o negociante José Raphael, e matou um camarada, com esta noticia, resolverão-se a mudança, no Taquaral para o destacamento acho bom: no Barrero para os viandantes é muito útil por estar no centro, entre o Rio Grande e Sangrador para a marcha dos viandantes deste o Sangrador, ou do Macaco até o rio Grande, sem haver neste vão um só morador é muito duro, [...] e com o destacamento ali é um socorro a elles muito grande. (APMT – CAIXA: 1856 B1 – DOC. 4821).

Também o clima favorável, a localização próxima de rios para facilitar o comércio e a navegação, pastagens para a criação de gado e campos para as lavouras além da riqueza em madeiras que podem facilitar a construção de casas e de transportes. Enfim, muitos objetivos se mesclam para facilitar a criação de uma cidade. Que o lugar disponha de meios para o incremento das relações comerciais com outras cidades, possibilitando assim que o seu entorno seja profícuo, embora muitas vezes, segundo Walmir Batista Corrêa, "as condições hostis então inerentes à região mato-grossense condicionaram a formação de uma sociedade identificada, muitas vezes, com a violência do seu cotidiano".

Para exemplificarmos as dimensões desse desejo e de como os acontecimentos podem modificar e transformar um sonho, escolhemos a primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade para retratar, através do pensamento de dois viajantes, as mais belas imagens de uma cidade, tanto no auge da sua grandeza como da sua decadência. Um como governante e o outro, jovem membro da expedição científica do Barão de Langsdorff (1823-1825), Adriano Taunay os quais, entre muitos outros, foram capazes de pintá-la carregando nas tintas através das palavras. Mostram que a cidade sonhada fica na memória de muitos como uma cidade ideal, mas isso nem sempre corresponde à realidade, tal qual segundo Leverger, em sua narrativa de como foi a escolha do lugar para a construção de Vila Bela,

> A 14 de janeiro tomou Dom Antonio Rolim lugar do Pouso Alegre onde resolvera, como lhe fora determinado pela provisão de 2 de agosto de 1748, colocar a nova vila por achar nele muita conveniência, como ser o clima menos doentio que o dos arraiais, estar quase na margem do Guaporé e sobranceiro à alagação produzida pelo transbordamento do rio, ser defensável, ter campos com pastos para os animais e moradores, capões abundantes de lenha e mesmo de madeiras, ter na sua proximidade, grandes matas onde se podiam fazer estabelecimentos de lavoura, etc. (LEVERGER, 2001: 42)

Depois de algum tempo, percebe-se que vários fatores podem interferir na convicção da sonhada prosperidade. A natureza do lugar e a salubridade, entre outros, à primeira vista pode enganar os olhos, mas ao correr do tempo essa mesma natureza exuberante mostra sua verdadeira face, ou seja, suas variações naturais que podem tornar-se traiçoeiras. A contradição grandeza e decadência reside, justamente onde antes haveria de estar as riquezas, as possibilidades de progresso e prosperidade, "nas matas grandes" e "sobranceiro à alagação produzida pelo transbordamento do rio".

Anos depois, o sonho de uma cidade ideal se transforma na mais dolorosa visão do que fora essa cidade próspera, rica e fervilhante. Um trecho da última carta de Adriano Taunay[91] datada de 20 de dezembro de 1827, endereçada a seus irmãos Felix e Theodoro sobre a cidade de Vila Bela demonstra essa lógica:

> Chers ami, dizia elle; c'est d'une des salles du palais désert des anciens capitaines généraux de Matto-Grosso, que je vous écris, de ces salles immenses qui ont été témoins des fêtes d'une cour si assidue aupres des dépoitaires de l'autorité royale, et qui maintenant silencieuses ne répétent que le sourd murmure de l'insecte qui en ronge le boi, que le bruit des pas du curieux qui parcourt leur enceinte. 'Iout et resté dans le même état, depui que le siége du gouvernement a été transporte à Cuyabá; l'ameublement, les peinture', les armoires, les bureaux; tou t est resté. Les cours sont rempli d' herbes: on voit partout les marques destructives de l'abandon et le combat des choses existantas

[91]Aimé-Adrien Taunay, nasceu em Paris, 1803 e morreu em 5 de janeiro de 1828, afogado no Rio Guaporé, Vila Bela, Mato Grosso. Pintor e desenhista francês ativo no Brasil no século XIX. Em 1818 foi contratado pelo naturalista Louis-Claude de Saulces de Freycinet para ser o ilustrador em sua viagem de circunavegação a bordo da corveta *Uranie* que durou dois anos e enfrentou um naufrágio nas ilhas Malvinas. Em 1825 foi contratado para integrar a Expedição Langsdorff, substituindo Rugendas. Deixou um legado precioso em documentação visual tanto dos lugares como dos elementos e aspectos sócio-culturais, dos habitantes dos locais e seus costumes. Inserido na corrente dos artistas românticos do século XIX. Para saber mais ver: COSTA, Maria de Fátima. *Aimé-Adrien Taunay: um artista romântico no interior de uma expedição científica*. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, out-dez 2007. Vol. 4, ano IV, nº 4.

> contre le temps. Tout reproduit l'image de la mort.[92] (TAUNAY, 1923: 27-28).

A quantidade de documentos existentes no APMT permite várias possibilidades de leituras sobre as cidades e a sociedade que as sustentam, sem alijar uma reflexão em torno da cultura. Conhecemos através do olhar do outro no passado as sensações e os detalhes ou percebemos os rastros anotados nesses registros. Na descrição a seguir, o olhar do engenheiro Epifanio Candido de Sousa Pitanga, membro da comissão de viagem escolhido para identificar bons lugares para o estabelecimento de cidades, passeia sobre os lugares onde se deveriam edificar a cidade de Dourados, a alfândega de Corumbá e a freguesia de Albuquerque, apontando e definindo o porquê de suas escolhas para o melhor lugar ou espaço que se pretende edificar uma a uma as cidades de:

> Dourados - O destacamento do mesmo nome situado a margem direita do rio Paraguay sob a latitude de 18º. 42' Sul, e a longitude estimada de 59º, 49' a Oeste de Paris, he um lugar firme, muito abrigado dos ventos mais frequentes do Paraguay, saudável, fértil e com alguma abundância de madeiras de construcção, tanto naval como urbana. O seo aspecto monstruoso não difficulta muito as construcções pela suavidade de seos declives, ao pasto que dispõe de grande numero de materiaes de construção. Entre as madeiras mais abundantes que possue, há a piúva, que serve para o liame, o louro para o costado e Taboado, a arueira para esteios e segmentos, o guatambu para adornos, além da peroba e da canella, que muitas aplicações podem ter. Não se presta a um grande estabelecimento; mas serve para um estaleiro, recebendo nos casos de necessidade algumas madeiras de Villa-Maria.
>
> Corumbá - A nossa alfandega de Corumbá deve ser edificada no lugar em que está o armazém que hoje faz as veses d'aquella repartição avançando porem mais dez palmos para o rio. A sua maior face deve ficar para o lado do rio, onde, além de um cais se construira uma ponte de madeira de duzentos e cincoenta palmos de comprimento sobre vinte e cinco de largura, onde poderá o navio atracar e descarregar em qualquer tempo. A sua menor face deve ficar para o lado da – Olaria – que será demolida formando-se em frente uma pequena praça onde poderão girar as mercadorias que sahirem da Alfandega. Os seus compartimentos são, além de uma sala geral para o despacho e sahida dos gêneros, uma sala para o Inspector, commodos em separados para o Guarda-mór, o Escrivão da descarga, o Thesoureiro, o Archivo da repartição e para os Conferentes, constando de mais cinco armazéns, e um pateo para certos gêneros, que não exigem perfeito

[92] Tradução: Caro amigo, dizia ele, é de uma das salas do palácio deserto de ex-capitães generais de Matto Grosso, que eu vos escrevo, destas imensas salas que foram testemunhas das festas de uma Corte muito assidua a partir dos depositários da autoridade real, e agora não ouso repetir o murmúrio dos incetos, as pegadas dos curiosos que dirige a seu gabinete. Tudo se manteve no mesmo estado, depois que a sede do governo foi transferida para Cuiabá, móveis, pintura, armários, mesas, tudo sempre permaneceu. As salas são cheias de ervas: vê-se em todos os lugares marcas destrutivas do abandono e da luta contra as coisas existantes há tempos.Todos reproduzem a imagem da morte.

> acondicionamento. O orçamento não apresento em separado por falta de tempo, mas regula pouco mais ou menos com o dos Doirados, não fallando em mais 3:500$000 que são necessários para as obras da ponte e do cáes.
>
> Freguesia de Albuquerque - He o ponto do Baixo Paraguay mais belo, mais saudável, mais fértil, de mais recursos e de maiores esperanças que tem a Provincia de Matto Grosso. Tem uma planície onde se pode edificar uma vasta cidade, com excellentes mármores e uma topografia amena e encantadora. Possuindo as principaes aldeas de índios do Paraguay, dispõe dos braços, que assignalarão a sua superioridade, logo que para tal fim hajão recursos. Possue na sua Corte um pequeno morro onde se deve estabelecer um armazém alfandegado; a falta d'agoa potável a pequena distancia pode ser remediada pelas agoas pluviais como em Montevideo, logo que as construcções sejão adequadas a tal fim; e para ser um lugar admirável, basta que se trate de preparar o canal, já quase feito pela natureza, e que se pode realizar em duas ou três enchentes. Miranda 3 de Dezembro de 1858. E. Pitangas. (APMT – CAIXA: 1858 C1 – DOC. 6608).

Muitos viajantes estrangeiros descreveram Mato Grosso sem nunca aqui ter estado, como é o caso de John Mawe (1764-1829)[93], por exemplo, que esteve em viagem pelo Brasil entre os anos de 1807 e 1811, obteve informações através de escritos bibliográficos e depoimentos de militares que serviam em Mato Grosso na época e, só desta forma foi capaz de descrever com tamanha exatidão os rios da região. Já o engenheiro Pitanga percorreu os lugares, viu e sentiu tanto as asperezas como as belezas dos lugares percorridos imprimindo em seu relato as emoções, enquanto Mawe, por ser um comerciante do ramo da minerologia, descreve a geografia, os itinerários e rios da região enfatizando o lucro que das navegações desses rios poderá ser obtido.

Cada um tem a sua importância para o conhecimento da história e da geografia dos lugares visitados ou estudados, mesmo que seus objetivos sejam distintos. O objetivo de Mawe fica demonstrado em carta enviada por ele ao Príncipe Regente, acerca de sua viagem ao Brasil. Com a perda do seu mecenas, precisa do auxílio para que seu trabalho seja publicado e divulgado, itens imprescindíveis para aquele período.

> Com a sanção de Vossa Alteza Real, realizei viagens pelos seus domínios do Brasil e delas é a narrativa que se segue: obedecendo a ordem que Vossa Alteza se dignou dar-me, quando parti do Rio de Janeiro, submeto-a agora ao público. Com imparcialidade e livre de qualquer preconceito, tentei fazer um relato claro e fiel do que vi. Ao descrever as condições atuais da mineração e da agricultura nos seus

[93] Ver: MAWE, John. ***Viagem ao interior do Brasil:*** *descrição Geográfica da Capitania de Mato Grosso*, 1812. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações Avulsas, n.º 75. Cuiabá: 2010

> domínios, tomei a liberdade de sugerir alguns melhoramentos que, na minha modesta opinião, contribuiriam para aumentar a renda de Vossa Alteza Real e multiplicar os recursos do país. Estes foram os pontos principais em que baseei minha esperança de que o trabalho, apesar de suas imperfeições, fosse julgado digno de ser patrocinado por um Príncipe, cuja felicidade consiste em assegurar a de seus súditos. Aproveito a ocasião para manifestar meu profundo pesar pelo falecimento do excelente membro do gabinete de Vossa Alteza Real, o Conde de Linhares, cuja bondade e gentileza de espírito encorajaram, com zelo que só o verdadeiro patriotismo sabe inspirar, todo empreendimento destinado a beneficiaro público. Presumo que, se ainda vivesse, receberia estas páginas com aquela bondade e camaradagem parcial que sempre caracterizaram sua conduta para comigo. Privado do amparo desse nobre cavalheiro, apresento-me desprotegido, perante Vossa Alteza Real, a cuja proteção submeto este trabalho, como testemunho do alto respeito com que tenho a honra de ser, de Vossa Alteza Real. O servo mais grato e mais humilde. (MAWE, 1812).

Os objetivos do viajante Pitangas se diferem justamente nesse ponto, a publicação. Seus relatos não tinham essa finalidade, o importante era o reconhecimento do lugar e dar conhecimento aos seus superiores das condições e os melhores lugares destinados para erigir cidades e seus prédios públicos. Para ele, conhecer *in loco* o lugar era imprescindível, só assim conseguirá completar o trabalho ao qual foi destinado. Dourados é descrito como um paradoxo, de aspecto "monstruoso" embora não seja difícil construir ali pela "suavidade de seos declives". Na opinião do engenheiro não daria uma grande cidade, mas pela abundância de madeiras serviria para edificar um estaleiro se recebesse mais madeiras de outra cidade. Nesse primeiro momento não há uma preocupação com o elemento humano, mas a capacidade que o lugar dispõe em prover recursos para a construção, a relação com as forças da natureza de forma propícia a beneficiar a cidade contra as intempéries e, a localização.

Pensando em Corumbá como uma cidade já estabelecida, a prioridade é a ampliação das suas atividades alfandegárias, unindo a cidade ao rio por uma ponte que leva ao cais, uma ligação comercial. A criação de uma praça, não como símbolo de convívio, lazer e interação da sociedade, mas ligada também às questões comerciais para facilitar o giro das mercadorias e consequentemente o incremento de negócios mais lucrativos. Da mesma forma que as mercadorias são produtos, a força de trabalho também o é, na medida em que uma nova preocupação surge ao distribuir essa força de trabalho em locais específicos. Nessa nova perspectiva não cabe mais pessoas amontoadas exercendo funções diferentes e ocupando um mesmo espaço. Essa nova distribuição é também uma nova forma de controle, a presença de um poder regulador, tanto de

mercadorias como dos indivíduos com elas envolvidos. É preciso dividir, esquadrinhar os espaços nessa nova organização com tendência à especialização dos indivíduos e do trabalho.

Na escolha do espaço para a construção da freguesia de Albuquerque um novo olhar se descortina, uma sensibilidade mais apurada diante da beleza da natureza, da prodigalidade da terra, das riquezas naturais e da boa salubridade do local. Outro fator que chama atenção é a expressão "dispõe de braços" significa a mão de obra no caso, muito barata, pois se trata da mão de obra indígena e não do escravo negro, nesse período já bastante dispendioso em virtude da proibição do tráfico negreiro. Nesse momento o índio é um "trabalhador" em potencial, compulsoriamente requisitado a título de catequização, pois nas cidades se configura como mão de obra indispensável.

Esses olhares diferenciados traduzem a expectativa que o engenheiro tem para cada cidade a ser erigida e seu local determinado ou escolhido. Felizmente, desses relatos uma nova história poderá ser escrita sobre as cidades em questão. Partindo dessas primeiras impressões do oficial engenheiro, é possível recuperar os traços deixados e percorrer o caminho através da documentação, juntando outros relatos e estudos, mediante um trabalho de pesquisa com novas abordagens. Trabalho este, que poderá ser construído buscando a força do imaginário para dar aos escritos o tempo certo da sua narrativa. Cabe, portanto, ao pesquisador dar vida e agitação através de pinceladas da realidade que a documentação lhe apresenta e, dela tirar proveito dessa temporalidade transcorrida.

A cidade é um oceano de possibilidades fascinantes, já nasce povoada de opostos: riqueza e pobreza, luz e sombra, encontro e desencontro, ilusão e desilusão, amor e ódio, construção e destruição, escassez e opulência, saúde e doença, liberdade e prisão, coragem e medo, ousadia e submissão. A antítese causada pela multiplicidade de suas faces nos permite refletir sobre ela (a cidade) levando em conta seus aspectos humanos e sociais. São homens e mulheres costurando e entrelaçando as tramas que permeiam esse espaço continuamente, agindo assim de acordo - além das suas necessidades - com suas vontades, anseios, caprichos e desejos, estes muitas vezes, expresso de forma contundente, como nos relata a seguir o documento do primeiro tenente de engenheiros Manoel Feliciano Monis Freire, a respeito do estabelecimento de uma nova cidade,

> Ordenando-me V. Ex.ª partindo para a Villa de Miranda, que até o seo regresso a esta povoação preparasse eu o orçamento das despesas

> a fazer-se com a construção dos seis edifícios principaes: Matriz, Alfandega, Quartel, Cadêa, Casa da Camara, e mais um outro para a habitação da primeira autoridade da futura Cidade principio a este trabalho com a mais boa vontade de desempenhar as ordens de V.Ex.ª [...] Em outras Provincias mais adiantadas a acquisição do pessoal occupa de preferencia as attenções do empresário, nesta ella deve merecer os mais sérios cuidados, mas permita-me V. Ex.ª que confesse, que considero haverem pouco entraves que se opponhão á vontade magica do Governo Imperial. (APMT – CAIXA: 1858 C1 – DOC. 6595).

Assim, "a vontade mágica", o desejo sobrepõe-se a quaisquer dificuldades, se é da vontade, essa será satisfeita, muito mais ainda advinda de uma Ordem Real. O relatório é pontilhado de informações precisas, desde a capacidade intelectual do integrante da comissão de engenheiros "porque nem possuo pratica, por ter há pouco deixado os bancos da academia, e nem tenho mais que ligeiros conhecimentos desta Provincia" até a descrição e enumeração de todos os materiais necessários para erigir a futura cidade, "existe muito calcário de differentes espécies donde se pode tirar excellentes cal para as construcções". Além da cal, a existência de materiais em abundância concorre para o bom andamento do projeto "há uma espécie de calcário silicoso de cor preta de um grão tão fino e cerrado que é susceptível de polimento, e capaz de prestar-se á ornamentação dos edifícios". (APMT – CAIXA: 1858 C1 – DOC. 6595)

Nota-se também uma preocupação a mais com a construção, passa-se a exigir um senso de estética, de embelezamento para as novas edificações. Não bastam as construções simples cobertas de palha, como descrita em ofício de outro engenheiro da comissão, Epifânio Candido de Sousa Pitanga a respeito da cidade de Nioac "Na planta do Nioac, exceptuando a capellinha, que estava em construção quando por ali passei, tudo he de palha, e sem importância real". (APMT – CAIXA: 1858 C1 – DOC. 6608). Um novo produto adquire status, a matéria prima próxima, agregando valor, facilitando e economizando nas novas edificações.

A partir desses relatos podemos identificar mudanças de comportamentos referentes aos padrões arquitetônicos e urbanísticos das cidades, os materiais utilizados nas construções e seus diferentes usos ao longo do tempo, descritos no mesmo documento citado acima "existe em abundância e de qualidade excellente argila para telha e tijolo: em qualquer destes lugares poder-se-há estabelecer uma olaria que fornecerá estes materiais. Há aqui um homem muito entendido nesta arte", neste trecho observamos não só a preocupação com os materiais, mas com os artífices, ou seja, ter bons materiais em

quantidades suficientes bem próximos e pessoas que saibam manusear esses materiais de forma a exercer com perfeição e maestria o ofício exigido.

Em outro trecho, o discurso enfático confirma essa preocupação com as artes e ofícios, a carência de mão de obra qualificada, a vastidão do país, o discurso vigente do período a respeito dos índios "imbecis e viciosos", a dispendiosa empreitada de se contratar operários fora da Província,

> A provida Natureza muito generosamente ministra-nos os elementos para por meio delle conseguirmos todos os materiais de que tenhamos de carecer, mas no entanto precisa da cooperação da arte, como a poderosa alavanca que tem de abrir o seio em que ella os encerra: esta é a grande questão em o nosso Paiz; é o escolho onde naufragão projectos bem lisonjeiros! O Brazil com uma população muitíssimo pequena em relação aos centenares de legoas quadradas de sua superfície, vacilla ante toda a empresa em que demandão emprego desta força. Do que disse acerca dos materiaes vê V.Ex.ª o grande pessoal necessário para os diferentes misteres, além dos artistas que se tiverem de occupar das edificações. Esta povoação está interiamente balda de recursos deste gênero, e parece-me que não lhe poderião vir das povoações mais visinhas, porque Miranda que é a mais próspera dellas não poderá prestar mais que alguns índios imbecis e viciosos, como são geralmente; portanto só restão as pessoas somente recurso da Capital da Provincia que de certo não os poderá prestar senão em parte, e assim mesmo talvez com prejuízo de suas obras. Necessariamente ver-se-há V.Ex.ª na contingencia de mandar contractar operários; fora da Provincia, e aqui já se tem tido occasião de apreciar o quanto isto é dispendioso. Tenho pensado que em menos de três annos a promptificação dos seis edifícios não poderá ter lugar, e isso mesmo exige o concurso de cincoenta a sessenta artistas hábeis das differentes officinas, além dos operários encarregados da confecção dos materiaies e outros de que farei mensão. (APMT – CAIXA: 1858 C1 – DOC. 6608).

Sem esquecer-se do principal, as queixas da falta de alimentos, as dificuldades do clima e a insalubridade são recorrentes nos relatórios "o sacrifício de viver por algum tempo em um lugar custosamente habitável, pela falta absoluta de gêneros alimentícios", o requinte e a beleza também são elementos necessários "faltou aqui ainda verbas importantes, como sejão as obras de metaes indispensável á segurança e decoro dos edifícios que por ignorância de seos preços não faço menção delas". A cada trecho do relatório o discurso se alarga, confirmando a vontade e o desejo de se concretizar o projeto do estabelecimento de uma nova cidade para expansão do comércio e a segurança das fronteiras, com as configurações que o momento exige,

> Bem conheço do desfalque que devem soffrer os cofres nacionais no caso de querer o Governo Imperial levar avante este projecto. Se a existência de uma cidade nesta paragem faz-se necessária, debaixo do ponto de vista comercial e talvez político, estou certo de que algumas centenas de contos de reis não serão causa bastante forte para estorvar a sua edificação. Ainda há pouco, na abertura das Camaras, S. M. o Imperador Communicou aos Representantes da Nação que as rendas do Estado se achavão em circunstancias favoráveis; basta que Elle Pronuncie para ver-se a nova cidade de Corumbá levantar-se dentre as agoas do Paraguay. (APMT – CAIXA: 1858 C1 – DOC. 6608).

As descrições desses relatórios nos permitem conhecer a natureza na sua forma mais primitiva e em toda sua grandeza, como os tipos de madeiras existentes encontradas "possuem abundantemente a peroba, a aroeira, o páu branco, o guatambu, a piúva todas madeiras empregadas nas construcções com reconhecida vantagem" e a paisagem local "por toda essa vasta costa alagada pelas enchentes do Paraguay encontra-se copiosamente uma bella palmeira de tronco liso e direito que cortada opportunamente pode com vantagem ser empregada na construção, principalmente ao ar livre." (APMT – CAIXA: 1858 C1 – DOC. 6595).

A preocupação com a ampliação e diversidade da flora nacional é posta em ofício dirigido ao presidente da Província, Augusto Leverger, pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, através de seu secretário perpétuo Dr. Manoel de Oliveira Fausto,

> De ordem do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, tenho a honra de remetter a V. Ex.ª uma barrica contendo semente de Tupinambour, de Palmeira Real, de Rubia tinctoria (ruiva dos Tintureiros) de outras plantas de tinturaria e para forragem que, a pedido da mesma Sociedade, mandou o Governo Imperial vir de diversos Paizes da Europa. A Sociedade Auxiliadora certa do empenho com que V. Ex.ª promove o aperfeiçoamento da nossa agricultura, e augmento industrial do Paiz, roga a V. Exª se digne mandar distribuir as ditas plantas pelos particulares que as possão e queira cultivar. Deus Guarde a V. Ex.ª. Rio de Janeiro 28 de Junho de 1854. Illmo. e Exmo. Sr. Presidente da Provincia de Matto Grosso. Dr. Manoel de Oliveira Fausto. Secretario Perpétuo. (APMT – CAIXA: 1854 B2 – DOC. 3172).

Com isso percebemos as transformações na cidade, o embelezamento com a plantação da palmeira real, a preocupação em expandir a indústria, pois algumas dessas plantas serão utilizadas para a indústria da tinturaria. Todos esses recursos são sinais de modernidade e avanço para a cidade.

Ao refletirmos sobre a cidade, refletimos sobre nós mesmos, nos tornando parte essencial dessa reflexão, apostando nossos sonhos, vivendo nossas ansiedades, frustrações, medos e esperanças. Ao pensar uma cidade do passado e dessa cidade restar-

nos alguma lembrança, seja em um filme, uma fotografia antiga, um desenho ou um mapa traçado, recria a possibilidade de uma série de ligações dessa imagem do passado com o passado propriamente dito, ou seja, nos transportando para ele através dele (imagem). Parafraseando Calvino, nos agarramos aos seus símbolos carregados de significados fortalecendo em nós o poder dos emblemas nelas existentes, os quais uma vez vistos não podemos mais esquecer ou confundir, estão impregnados em nossa memória. Como a sombra de uma árvore frondosa, um riacho murmurante, um pântano paludoso[94], um amontoado de casinhas, uma chaminé, um átrio, um chafariz, uma fachada onde se lê "Pharmacia" tudo pode ser guardado na memória do viajante, para dele mais tarde se lembrar ao descrever aquele lugar,

> [...] e por quem, visitando demoradamente esses lugares, a elles levára não só agudo habito de observação, como tambem o culto do passado e o olhar synthetico do viajante que busca reconstituir periodos da historia, vendo preciosos rastos nas menores indicações, já uma pedra lavrada, já truncada inscripção, já um desenho ou um simples arabesco, senão até rudimentares rabiscos mais ou menos artisticos nas suas combinações e entrelaçamentos. (TAUNAY, 1923: 83).

É como a construção de uma igreja, por exemplo, homens se apinhando no barro para o fabrico de telhas, mulheres, crianças, velhos, negros, todos de uma maneira ou de outra contribuindo para a sua construção, lavrando madeiras, carregando paus, pisando o barro encharcado dos próprios suores. "A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir" (CALVINO, 2011: 23), e a partir dessa memória relatada nos documentos e da magia encantada da cidade, se apresentam as questões do cotidiano com todos os seus reveses sem deixar de lado os conflitos inerentes a ela.

Uma cidade é como uma viagem, imaginada, pensada e sonhada que irá se concretizar de alguma forma, seja através de um traçado do chão ou nas margens delineadas pela nossa imaginação.

> É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam outra coisa. (CALVINO, 2011: 44).

[94] Paludoso: diz se em que há paludes ou lagoas, alagadiço e pantanoso. Em épocas de cheias torna-se difícil o acesso e em épocas de vazante a proliferação de mosquitos e o calor ajudam elevar o grau de insalubridade.

A cidade que pensamos é o lugar no qual as identidades vão se construindo enquanto é desenhada pelas mãos do engenheiro ou simplesmente pelas pessoas comuns que deixaram seus traçados de acordo com suas memórias. Onde as trocas de saberes se estabeleceram para se harmonizarem ou não com a natureza, um novo espaço de convivência que se ergue e se alastra para dar abrigo e proteção para os viajantes que para lá se dirigirem. É o reflexo dos espelhos das paixões ali vividas ou desejadas, dos acontecimentos e do significado que este imprimiu em cada um que nela fez um traço. Portanto, concreta ou imaginada como poderia ter sido, a cidade aqui engloba não só o espaço, mas todos aqueles que dela e nela viveram: homens, mulheres, crianças, animais e, a natureza como fonte reguladora dessa sociedade palpitante.

Pessoas e cidades estão ligadas pela terra que acima e abaixo as recebe na vida e na morte. As cidades brotam do chão inóspito ou da planície deslumbrante, depende do ponto de vista de cada um que para lá se habilita. Cercando morros e derrubando matas, cortando rios e cruzando caminhos elas vão surgindo no caminho dos viajantes. Desenhada pela memória de uns, a princípio sem margens nem limites, atrelada ao desejo de fixar-se, criam laços com a terra mãe e dela tiram sua subsistência. Aqueles que ficam iniciam a construção do lugar sonhado através da memória recolhida e capturada do que seja a imagem de sua cidade ideal. São como num livro aberto às várias leituras possíveis desnudando pessoas, ruas, becos, cercas, ladeiras, família, trabalho, tensões e amores, cada um traçando seu desenho singular a partir das memórias do passado trazidas para o presente. E aqueles que chegam, ao encontrar esse desenho já traçado e formado, estabelecem outras conexões com essa memória,

> [...] porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos. [...] Agora, desse passado real ou hipotético, ele está excluído; não pode parar; deve prosseguir até uma outra cidade em que outro passado aguarda por ele, ou algo que talvez fosse um possível futuro e que agora é o presente de outra pessoa. (CALVINO, 2011: 28-29).

Sendo assim, são os sonhos e os desejos que movem a cidade transformando lembranças em acontecimentos, sonhos em ações que, desvendando os segredos da alma de seus habitantes, circunscreve a cidade de forma diferente daquele que simplesmente a

descreve ou narra a sua trajetória. A cidade não é uma maquete construída ou imaginada por um ou mais indivíduos, não é apenas um círculo ou um quadrado ou um retângulo. Suas formas e limites a princípio não são delimitados, é uma rede tecida pelo emaranhado das relações de homens e mulheres, os quais se tornam essa junção de formas e forças humanas imprimindo sentidos nesse cenário de vivências onde ela é apreendida e tornada múltipla de emoções.

Nessa perspectiva, a tessitura da sociedade se dará pelo entrelaçamento da mobilidade dos elementos dentro dessa arquitetura urbana construída por pessoas comuns: homens e mulheres, brancos, negros e índios dentro de um caldeirão de sentimentos. As manifestações desses sentimentos eclodem das mais variadas formas, sejam através das festas, danças, batuques, umbigadas; sejam pela passionalidade das brigas, crimes, amores e ódios ou ainda pela religiosidade, onde o sagrado e o profano se mesclam ainda mais, elevando o nível de tensões entre a miscigenada população.

No caldeirão de tensões não podemos esquecer as doenças existentes na cartografia da cidade e do seu entorno. Males trazidos de longe ou brotados ali bem próximo, mesmo que sem querer, pelo desconhecimento ou pela ignorância se disseminam arrasando populações, trazendo o flagelo que acomete homens, mulheres e crianças indistintamente. E no afã de minimizar ou atacar esses males, a cura para algumas doenças requer receitas com fórmulas escabrosas, como no trecho citado a seguir,

> Maculo ou corrupção é, segundo Weddel, uma febre atoxo-adynamica, cujo período de incubação dura de 8 a 15 dias, fazendo depois terrível explosão com intoleráveis dores occipitaes, febre contínua e lethargia, durante a qual o sphincter anal por tal fórma se relaxa, que a mão inteira póde entrar no intestino do enfermo. O tratamento é todo applicado ao recto e consiste em introduzir substancias antisepticas e violentas, pólvora, limão, erva de bicho e aguardente (TAUNAY, 1923: 64).

No século XIX, as práticas de curas, os medicamentos e as pessoas que exercem essas atividades curativas, passeiam entre as normas estabelecidas com a criação da

Fisicatura[95] e as "mezinhas"[96] curativas da medicina popular, como a citada por Taunay em seu romance Inocência "então, ao meio-dia, recomendou Pereira muito baixinho a Cirino, vosmecê mande chamar a nossa doente e dê-lhe a mezinha. Ouviu? Já avisei lá dentro" (TAUNAY, 1995: 31).

A saúde e as doenças, as festas, o teatro e a religiosidade, a fome e a miséria, a abundância e a opulência são contrastes que permeiam as cidades e os seus caminhos. São contradições caminhantes que levam daqui para lá e trazem de lá para cá os múltiplos olhares que por ela passeiam "o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso". (CALVINO, 2011: 18). E esse olhar vai em direção a outras paragens, percorrendo as cidades de Mato Grosso descrevendo suas especificidades nesse torvelinho de emoções.

Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá - Cuiabá (1719); Cidade de Mato Grosso -Vila Bela da Santíssima Trindade (1752); Arraial do Ouro - Diamantino (1728); Vila Maria do Paraguai - Cáceres (1778); Albuquerque - Corumbá (1778); São Pedro d'El Rei - Poconé (1781); Casalvasco (1783); Presídio Nossa Senhora do Carmo do Mondego - Miranda (1778) entre outras, deslizam pela documentação em trajetos sinuosos desde às suas fundações como arraiais, anos mais tarde recebem sua elevação à categoria de Vila, ou seja, ganham o estatuto de cidade, algumas se destacam com as peculiaridades de cidades mineiras do século XIX.

Cidades de traçados desordenados, ora rio abaixo, ora rio acima, recortados por veios d'água e matas ou nascidas no entorno de uma igreja e de seu átrio, definindo a perenidade da população que chega e se estabelece nas ruazinhas tortas e estreitas que vão se formando "a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas [...] cada segmento riscado por arranhões, serradelas,

[95] A Fisicatura, órgão criado em 1808 tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro, onde funcionou até 1828, era responsável pela expedição de Licenças e cartas para aqueles que desejavam exercer alguma atividade relacionada à arte de curar. Para entender melhor o assunto ver o trabalho de PIMENTA.Tânia Salgado. ***Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*** In: Artes e ofícios de curar no Brasil. Sidney Chalhoub et al. (Org.) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 pp. 307-330.

[96] Mezinhas é o termo utilizado para a medicina popular e a utilização de remédio caseiro. Para saber mais ver a obra **Inocência**, de Alfredo d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay. Romance regionalista passado no sertão do Mato Grosso, no qual o autor une o conhecimento prático do país, adquirido através das viagens como militar, ao senso de observação da natureza e da vida social do sertão brasileiro. O romance mostra com clareza esse momento de atração pelo pitoresco e o desejo de explorar e investigar o Brasil do interior pelos viajantes para conhecer não só o espaço, mas a vida e hábitos das populações que viviam distante das cidades.

entalhes, esfoladuras" (CALVINO, 2011: 14-15). E nessas linhas, como veias abertas onde correm os sentimentos misturados às ações do homem, a história segue à diante.

2.2 NO CALOR DOS ÂNIMOS: QUERELAS POLÍTICAS E SOCIAIS

> Por alguns de nossos correspondentes n'esse Imperio acaba de ser-nos remettido apoio de uma Circular anonyma assignada por 'Um Brazileiro Viajando' e datada d'esta cidade em 8 de Janeiro do corrente anno, na qual se assevera que são phantasticas e só pela nossa firma imaginadas, as vendas por Acções do Imperio d'Austria, de que alguns bilhetes hão sido vendidos por nossa via, n'essa província, e acrescenta ser igualmente falsos os competentes programmas, desenhos littographados dos grandes palácios, que constituem a prêmios principaes, e attestados pelos quaes provamos estarmos officialmente authorisados para a venda dos ditos bilhetes. [...] Não há pois uma única palavra verdadeira em toda a carta anonyma dirigida a V. E., e ao Snr. Ministro do Brazil n'esta Côrte patentearemos todos os sobreditos documentos Officiaes, se por ventura V. E. lhe queira escrever a tal respeito, o que muito estimaremos. Havendo-se dado publicidade á circular anonyma por V. E., recebidas, esperamos da lealdade de V. E., o obsequio de mandar dar igual publicidade á presente carta, por nós assignada, pois respondemos debaixo da nossa mais estricta responsabilidade, pela verdade de quanto n'ellas asseveramos, o que não póde fazer a pessoa que tão torpemente abusou da elevada posição de V. E., transmittindo-lhe uma exposição caluniosa. (APMT – CAIXA: 1848 A – DOC. 4496)

A correspondência acima, enviada pela firma Barreto e Companhia, de Lisboa, em 26 de Junho de 1848, ao então presidente da província de Mato Grosso, mostra um pouco das discórdias, intrigas e querelas havidas pelos mais variados motivos entre as pessoas das diversas camadas da sociedade. Lembrando que nesse período a Província teve dois governantes, o primeiro Antonio Nunes da Cunha que a administrou entre maio e setembro de 1848 e, Joaquim José de Oliveira, de setembro de 1848 a setembro de 1849. Dessa forma não podemos precisar em qual momento chegou essa carta ao destinatário em virtude da distância que fora remetida e dos entraves burocráticos percorridos.

E qual a relevância de discutir esses entreveros? Neste capítulo estamos dando ênfase às relações humanas nos espaços urbanos e com isso pretendemos mostrar essa multiplicidade de olhares sobre a cidade e seu entorno, bem como sobre os acontecimentos, mola propulsora da diversidade de pessoas produtoras de tensões dessa mistura eclética e vibrante.

A correspondência referida acima chamou a nossa atenção por estar destacada a "assinatura" da carta anônima "Um Brazileiro Viajando" denunciando a venda de Ações

de empresas em que o denunciante diz serem falsas. Na carta a empresa faz todas as justificativas para provar ser idônea e agir de acordo com os procedimentos legais para as vendas de ações do Império da Áustria[97], diz ainda esperar que a esse tipo de missiva não seja dado crédito, por ser anônima e que seja dada a devida publicidade à sua carta tanto quanto dera à carta anônima. As tramas, os embustes, as divergências, as especulações, falácias e a violência sempre fizeram parte das relações humanas e é esse conjunto que dá movimento aos acontecimentos dentro desse cenário de intrigas políticas e sociais que circulam dentro e no entorno das cidades.

Entre as pessoas próximas ou distantes, a relação de poder influencia muito para a formação dessas intrigas. As nomeações para dirigentes de cargos públicos ou privados nas diversas instâncias, os cargos eclesiásticos, os vereadores, os juízes de paz e de fora, ouvidores, provedores, capitães etc. Em inúmeros casos as distinções e escolhas se tornam motivos para discórdias, muitas vezes, levadas ao extremo, como relata Valmir Batista Corrêa (2000),

> Em 1825, o governo imperial nomeou o primeiro presidente da província de Mato Grosso no intuito de superar a crise político-econômica da região. A sua posse deu-se em Cuiabá, sob a resistência de alguns membros do governo anterior que reivindicaram a permanência da cidade de Mato Grosso como sede político-administrativa da província. Tanto o primeiro presidente provincial, como os demais que se seguiram, pouco ou nada fizeram para superar a caótica situação da região mato-grossense durante o período do primeiro reinado. A partir de então, a insatisfação e a agitação populares germinaram e manifestaram-se sob a forma de um nativismo exacerbado e violento, canalizado contra a participação de portugueses em cargos administrativos no período após a abdicação de Pedro I. No entanto, as insubordinações de militares e de populares não mereceram quaisquer medidas punitivas por parte do governo da Regência até 1834. (CORRÊA, 2000: 65).

Em grande parte da documentação existente no acervo do APMT, estão registradas essas querelas, que podem ser simples questões entre pessoas, envolvendo os

[97] O Império Austríaco foi fundado em 1804 em reação à criação do Primeiro Império Francês por Napoleão Bonaparte. Seu primeiro imperador foi Francisco I, que detinha até então o título de sacro-imperador romano, abdicando dele quando o império foi dissolvido na reorganização da Alemanha de 1806. No intuito de manter o título imperial, Francisco I elevou a Áustria de um arquiducado para um império e assim a Áustria tornou-se totalmente independente de qualquer vínculo com a Alemanha. Após tentativas falhas de reforma constitucional, o Império Austríaco foi transformado no Império Austro-Húngaro em 1867 sob Francisco José I da Áustria, concedendo estatuto igual aos territórios húngaros.

mais variados motivos, uma denúncia ou até uma queixa levada a juízo, dependendo do enfoque dado e da natureza dos querelantes. As intrigas estão espalhadas na documentação avulsa, principalmente quando se trata de documentos da Polícia. Mas outros Fundos contém uma gama extraordinária desse tema, como o Fundo do Tribunal da Relação (correspondente hoje ao Tribunal de Justiça), com um conjunto de documentos datados de 1831 até 1936, e seus mais de mil e duzentos processos organizados em noventa caixas, tratando dos mais variados crimes: políticos, econômicos, fazendários e outros praticados pela população, imputados aos ricos e pobres, homens e mulheres das cidades e do campo.

O documento de n.º 141, caixa 05, mostra como uma intriga pode se tornar um processo. Este, pertencente ao referido Fundo, datado do ano de 1838, do juízo do Conselho de Guerra em Cuiabá, de autoria da Justiça, sendo réu o cadete porta-estandarte do Corpo de Ligeiros da província de Mato Grosso, Manoel do Nascimento Moreira, cuja acusação está ligada aos crimes ocorridos durante a "Rusga", como crime de rompimento no presídio de Miranda, é o segundo contra a mesma pessoa, o primeiro foi considerado nulo e este segundo, pede a inquirição de testemunhas. O réu foi considerado inocente pelo crime de que fora acusado.

Algumas frases se destacam no processo, que nos leva a refletir sobre a transferência da culpabilidade agora imputada aos índios, no assassinato dos "adoptivos", chamados assim aos portugueses residentes em Cuiabá, no período da "Rusga", 1834: "ouvio dizer q. essa escolta fora quem assassinara aos referidos Adoptivos, bem como também ouvio dizer que os m.^{mos} Adoptivos forão assassinados pelos índios, e mais não disse".

Outro processo bastante instigante é o de n.º 146, Auto de Corpo de Delito originado no juízo de paz da freguesia de São Luiz de Villa Maria, também do ano de 1838, cuja autoria é do tenente Antonio José de Almeida acusando os seguintes réus: Pascoal Aparício Paredes, José Pereira de Mesquita, José Pedro de Faria, Benedito Souza Canavarros e Luiz Antonio de Souza, de "perturbação do sossego público, a paz e a tranquilidade da cidade, fazendo motim, atirando com arma de fogo, ameaçando a vida dele e outras pessoas".

Este processo chama a atenção pelo conteúdo com pichações "escripturações e instrumentos pintados nas paredes" frases interessantes, tanto pela linguagem satírica como pela simbologia empregada com a intenção de impor o medo,

> Na segunda parede se achou uma espingarda pintada, com uma caveira pintada defronte a mesma. Na terceira parede huma pistola pintada em outra caveira, de corpo inteiro, que dizia o letreiro por baixo 'virou coçaco, morra'. Na quarta janela huma corrente pintada na parede, e da mesma que dizia por baixo, 'corrente e colar, hé que tu mereses'. 'Barba de caramujo, digo, barba de Bogio[98] cara de caramujo' 'Caiscaranos'. (Tribunal da Relação – Processo N.º 146 – Caixa: 05 – Ano 1838).

Outros Fundos organizados no APMT, também são portadores dessas intrigas. Elas se apresentam com os mais variados temas, do hilário ao mais sérios como: toucinho, aguardente, terras e fronteiras. Em alguns momentos umas aparecem mais que outras, cabe ao pesquisador debruçar sobre o seu tema e se fartar nesse banquete de informações e beber o tempo dessa linguagem seminal da língua saborosa local. E nessa antropofagia documental comer o que encontrar de melhor na infinidade de temas propostos. Devorar cada linha traçada em cada folha virada absorvendo o conteúdo rico e substancioso desse banquete de ideias, ações e acontecimentos humanos, intrincados dentro dessa rede de sociabilidade, tenha ela ocorrido dentro das paredes de casas, igrejas, comércios, escolas ou, nos espaços públicos, abertos ou fechados. Nas festas, brincadeiras à beira dos rios, das bicas e dos chafarizes, ou nas ruas e largos espalhados pelas cidades que se formaram ao longo do tempo.

É principalmente nas cidades que o burburinho vai se formar com mais intensidade. Homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres, escravos e libertos se encontram formando os fios da tessitura da cidade e do tempo no interior delas, como reflexos de poderes dentro de uma existência em que os espaços são tomados por tentativas de fazer lugares. Tanto a cidade como o campo e as fronteiras não são mais

[98] Conhecidos por bugio, guariba ou barbado, a taxonomia do gênero classifica em três grandes complexos específicos: *A. palliata* (bugios da América Central), *A. seniculus* (bugios-ruivos e de mãos-ruivas da Amazônia e Mata Atlântica) e *A. caraya* (uma única espécie, típica do Cerrado e Pantanal, onde proliferam em abundância. Está entre os maiores primatas neotropicais, podendo atingir até 9 kg de peso. A altura do corpo varia de 30 a 75 centímetros, sendo que o comprimento máximo da cauda chega a atingir 80 cm. Vive em bandos de três a doze indivíduos, de ambos os sexos e várias idades, chefiados por um macho adulto. Sua pelagem varia de tons ruivos, ruivo acastanhados, castanho e castanho escuro, essa variação de coloração é devida a diferenças individuais e de idade. A presença de pêlos mais compridos nos lados da cara e do cavanhaque, é bem notável nessa espécie. De dieta predominantemente folívora. Vivem em grupos de em média 10 indivíduos em um sistema poligínico de acasalamento. Possuem vocalizações características, que podem ser ouvidas a quilômetros de distância. Esse rugido é a sua característica mais importante (um ronco forte). É interrompido e recomeçado várias vezes durante até 30 minutos. Costuma ser emitido quando são observados outros grupos se aproximando ou com a invasão do território por outro indivíduo; sinal de perigo; marcação de território. A amplificação da potência desses sons é obtida graças ao hióide, pequeno osso situado entre a laringe e a base da língua. Na presença de um predador, o hilóide funciona como uma caixa de ressonância.
Disponível em: <http://www.faunacps.cnpm.embrapa.br>. Consultado em 28/02/2014 às 18 horas.

espaços vazios, (se é que algum dia foram), são lugares onde se legitimam as conquistas numa relação contínua entre os que lá estavam e os viajantes que para lá se dirigiram, bem como entre as pessoas que se encontram e passam a conviver nesses espaços. Como as cidades se apresentam em sua tessitura e estrutura, segundo a definição de Hugo Segawa, prefaciando Arruda (2002),

> As cidades são tramas cujos enredos temos enorme dificuldade de compreender. Como um quebra-cabeça, a percepção do todo nasce da apreensão das partes, da combinação e da interação de fragmentos que, ainda assim, não são capazes de explicar, a complexa constituição dos espaços que vivenciamos. Temos imagens e imaginários em nossas cabeças que simulam nosso irrepreensível desejo de saber o porquê da existência das cidades como nós as apreciamos – ou as odiamos. (ARRUDA, 2002: 13).

Um quebra-cabeças! Também nos documentos aparecem peças dispersas as quais se juntam para formar um emaranhado de intrigas. Assim, muitas vezes temos que decifrar, juntar pedaços, unir para encontrar o significado das palavras dentro de um contexto que pode, a qualquer momento, ser modificado ou ampliado. Citar os inúmeros fatos ocorridos é como caminhar na folha em branco deixando nelas os respingos da narrativa de homens e mulheres perdidos nessa errância da memória e do tempo.

Seria impossível transcrever aqui todas as mazelas registradas nos documentos transcritos. As mais variadas circunstâncias se apresentam, algumas de cunho mais agressivo como a denúncia oferecida por José Alves Ribeiro ao então chefe de polícia Joaquim Augusto Hollanda Costa Freire, em 31 de agosto de 1859, contra o subdelegado de Miranda, major Caetano da Silva Albuquerque, cujos resquícios ainda são por ocasião da "Rusga", ocorrida em 1834,

> Examinando o traslado vi que por queixa de D. Anna Joaquina dos Guimarães pelos homicídios praticados por occasiãoe da revolta de 30 de Maio de 1834 nas pessoas de seo pai e marido, Manoel Antonio Cardoso e José Joaquim Vas Guimarães, forão pelo então Juiz de Paz José Pinto de Siqueira, processados Manoel Ferreira dos Santos, Francisco Antonio Pereira, Ricardo Rodrigues Carité e o Tenente Coronel Caetano da Silva e Albuquerque e obrigados a prisão e livramento em 12 de Junho de 1835, sem se declarar em que artigo da lei estavão incursos. O traslado continha somente a petição de queixa ao Juiz de Paz, uma outra dirigida ao Presidente Alencastro, e remettida por este mesmo Juiz de Paz, e os Corpos de delicto. Achando-se assim irregular o traslado, não tendo jamais voltado o processo da relação, e estando a muito prescripto o crime (a pesar da legislação de José Alves Ribeiro) pois que tinhão-se passado muito mais dos 10 annos que os Art. 273 e 275 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842 exigem para

> que se dê a prescripção no caso sujeito visto como o reo Caetano esteve sempre no termo da culpa, julguei nada dever faser. E porque o facto de que é accusado Caetano, faz parte dos muitos de igual natureza praticados nessa epocha vertiginosa, que por honra e bem da Provincia, deve ser esquecido, por quanto uma grande parte della ficou compromettida, e muitos desses que se envolverão na revolução se acha se achão occupando empregos públicos, porque outros não há, entendi também que por esse facto simplesmente não devia propor sua demissão.
>
> Cumpre aqui accrescentar que, se fosse licito fazer reviver esses desgraçados sucessos de 30 de Maio, ninguém se acharia de peior partido do que José Alves Ribeiro, o qual tão compromettido ficou, que foi daqui remettido preso ne em ferros para o Rio de Janeiro com um dos cabeças da Revolução, e a vós publica o indigita um dos autores do bárbaro assassinato praticado publicamente nesta cidade em o anno de 1837 na pessôa do Coronel João Poupino Caldas, consequência ainda daquelles lamentáveis acontecimentos. Por ultimo direi a V. Ex.ª que não conheço pessoalmente o Major Caetano da Silva Albuquerque, não tenho tido senão relações officiaes, e por tanto não tenho razão para me interessar por elle, merece-me sim algum conceito pelas informações que tenho do seo caracter e procedimento, informações a que não posso recusar credito por me serem dadas por pessoas fidedignas, e muito superiores a José Alves Ribeiro. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7316).

O acontecimento da "Rusga" foi momento profícuo para esse tipo de denúncia e outras intrigas envolvendo pessoas que tiveram participação ativa ou não daquele fato "nodoso" na história de Mato Grosso.

Outros fatos envolvem nomes bem conhecidos nos dias atuais, como foi a correspondência endereçada de Assunção, no Paraguai, pelo Sr. Carlos H. Taylor, em 19 de novembro de 1859, ao então presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro,

> De regresso da comissão de que fui encarregado, segundo V. Ex.ª verá pelo officio adjunto, achei-me encarregado por ter o Snr. Varnhagen partido precipitadamente para Buenos Ayres a bordo de um vapor americano. Varias forão as causas que motivarão a retirada de S. Ex.ª que muito desgostoso deixará a Assumpção, creio, para não regressar mais. P.S. Acabo de saber nesse momento que as pazes estão feitas entre Buenos Ayres e a Confederação do Paraguay. O "Appa" que, segundo me disseram tinha partido para o Pão de Assucar, regressou esta manhã. (APMT – CAIXA: 1859 C2 – DOC. 7217).

O período que antecedeu a Guerra contra o Paraguai nos traz um retrato embaçado da peregrinação das fronteiras da guerra. São momentos que nem o tempo os rastros apagaram, continuam fluindo na memória deixada tecida pela convicção dos documentos depositados no arquivo, "é o encontro com rastros e traços numa errância de

exploração e reconhecimento" (ARAÚJO, 2003:44). Em outro ofício da mesma data o mesmo remetente dirige ao então Presidente comunicando "o seguinte importante acontecimento" sobre descaminho de gado o que era muito frequente naquele período:

> Em princípios do mez de Outubro teve o Governo desta Republica noticia de se ter avistado gente, que se suppunha brazileira, nas visinhanças do Pão de Assucar, passando gado de uma margem do Paraguay para outra. [...] decidio-se o governo paraguayo á enviar áquelles terrenos uma expedição, afim de verificar o facto e expellir, nesse caso, a gente que ahi se encontrasse, por julgar tudo isso contrario aos tratados vigentes entre o Imperio e a Republica. Admittindo S. Exª o Snr. Francisco Adolfo de Vanrhagen que se procedesse a esse exame a bem da harmonia entre os dois paizes, julgou contudo conveniente, para mais regularidade, a presença de um delegado do Governo Imperial, e por isso propôs ao Governo desta Republica (o que por elle foi aceito) que um agente nomeado por esta Legação, em nome do Governo Imperial, acompanhasse a mesma expedição. Coube a mim, Exmo. Snr., essa commissão, e a 25 do mez p. p. segui deste posto para o Pão de Assucar, a bordo de um vapor de guerra paraguayo. A 31 do mesmo mez fundeámos em frente ao Fecho dos Morros por termos avistado gente tanto do Chaco como na fralda do morro, que por nós foi occupado em 1851. Do lado do Chaco apercebemos uma quantidade de gado, cujo numero não poderia exceder a 16 cabeças, dois homens a pé e um montado em uma mula juntos a um curral formado de palmeiras carandás. E na fralda do referido morro via-se uma manga, e dois indivíduos que desappareceram logo pelo mato adentro, apenas viriam dirigir-se para terra dois escaleres com tropa. Nas explorações que se procedeu na vizinhança não se pôde descobrir vestígio algum desses homens. Apenas apprehenderam-se cinco rezes, dois cavalos, uma porção de objectos de viagem como lombilhos, caronas, bruacas, freios, esporas etc, etc. [...] Entre os objectos que se encontaram junto ao curral nota-se um mosquiteiro, uma rêde, alguns pares de calças e camisas ordinárias, uma espingarda de dois canos e varias outras miudezas. Em parte nenhuma pôde-se descobrir indícios de estabelecimento fixo nas visinhanças. Essa gente ahi estacionada (e que se diz estar nesse logar há mais de 10 mezes) estavam unicamente passando gado do Pão de Assucar para o Chaco; e em quanto a mim não hesito em crêr que são súbditos do Imperio que levam de Miranda gado vacum, para no Chaco permutar com os Indios pelo cavallar, que tanto falta faz na Provincia de Matto-Grosso. São induzido a fazerem esse juízo pelos trajes dos homens, pelos objectos de viagem semelhantes aos que nós usamos, pelas duas espingardas que acháram, uma com a marca do Rio de Janeiro e a outra com o dístico de **Deos protege o caçador** lavrado na coronha; e afinal por um pedaço de papel em que púde decifrar o seguinte – **De Miranda até aqui 22 dias** – Eis tudo quanto diz respeito a expedição. Depois disso veio ao conhecimento do Governo da Republica, que um desertor nosso, apparecido na Conceição, havia declarada ás authoridades daquella Villa que os indivíduos avistados no Pão d'Assucar ali estavam por autorisação de S. E. o Snr. Presidente de Matto-Grosso. Esta acusação tam extravagante foi rebatida pelo nosso Consul Geral a quem se deu esta parte. [...] O governo paraguayo já falou em mandar estacionar um vapor naquelas paragens; e não sei se

> levará a efeito este pensamento tam contrario aos Tratados. (APMT – CAIXA: 1859 C2 – DOC. 7217).

Em apenas um ofício, como o citado acima, podemos retirar uma série de informações através das pistas e rastros deixados pelo escrivão. A localização de morros e rios, as espécies vegetais encontradas, objetos e tralhas de trabalho utilizadas pelos viajantes naquele período. As informações são ricas e diversificadas possibilitando um número grande de trabalhos os quais, por meio e através dessas anotações podem ser gestados. A todo momento pululam dados na terra fértil do arquivo onde a narração livre ou dirigida se constrói através dos enunciados,

> Uma guerra entre o Imperio e a Confederação Argentina está bem imminente. A provocação tem sido muito grande e ainda continuará. Não há quinze dias que appareceu no jornal official do Urquiza um artigo furibundo contra o Brazil. Dizia-se nelle que era necessário pedir-se ao Imperio uma satisfação pelço seu procedimento em consentir que piratas se apossassem da ilha de Martim Garcia, quando elle se havia compromettido a garantir a sua neutralidade. Ajuntava que a politica imperial era dividir para reinar. Até a miserável republiqueta oriental nos agride, e rechaça a nossa protecção sobre ella [...] A esquadra inglesa se prepara para subir afim de apresentar o ultimatum de que é portador o almirante. (APMT – CAIXA: 1859 C2 – DOC. 7217).

As acusações estão permeadas de maus humores, odores e sabores, brigas, vendas e compras intercaladas pelas festas proibidas, uma briga ao pé da bica, um desentendimento de amigos de outrora, como foi o do caso em 1858 envolvendo o delegado de Poconé, João Alves Ribeiro, o juiz de direito da mesma comarca, Manoel Pereira da Silva Coelho, um caso clássico de briga pelo poder. Alguns trechos do documento denotam essa proposição, mas a intriga deve ser lida se não no todo da documentação que é longa, pelo menos em boa parte para entender o processo e observar o jogo de palavras utilizadas na forma discursiva,

> Acabo de dar á V. Ex.ª huma parte oficial falsa, acerca do que houve entre mim e o Delegado de Policia, no tocante a ordem de Habeas=corpus, e, a não ser a certeza que tenho de que, escrevendo á V. Ex.ª, dirijo-me á Presidencia em pessoa, cortadas tivesse eu essas maons, se traçasse huma só linha a V. Ex.ª á tal respeito. Digne-se V. Ex.ª de ver a inclusa copia que ainda he obra do creoulo Nicolau, carcereiro, com o Delegado: foi ministrada e ditada por este é elle no dia 26 com ante data de 24 para, por via de effeito retroactivo, tirar os taes pacientes ou presos do alcance da jurisdição do Juiz de Direito, visto como elle, guiado pelo seu assessor que he o Subdelegado e Professor latino sem discípulos, entende que os presos (detidos) no

> Calabouço policial, então inventado, estão fora dos efeitos au recursos da Ordem de Habeas. [...] tão conhecida era a prepotência delle e tão respeitado e seguido era conselho exarado no art.º 7.º do regulamento provisório n.º 122 de 2 de Fevereiro de 1842! Inimigo de letra redonda, nada lê e nem acceita conselhos senão os concordar com seus projectos; outro Socrates ou Jesus Christo nada escreve nem sei como pilhie o officio do excesso e abuso de poder! Este homem, não casado, não solteiro e nem viúvo por actos próprios, se era terrível, como particular, hoje, como Delegado he hum sultão cercado de 12 Janizaros, os Guardas do Destacamento; porquanto arroga a si todas as jurisdicçoens. Não queira apontar factos, por que sou suspeito; mas a loucura e morte do meu finado collega, Dr. Ayres foi obra delle: este infeliz, perseguido pelo Delegado ou por João Grande então, sacrificando-se a morar aqui só, mandando sua mulher e filhos para Villa-Maria; temor de alguma violência libidinosa do Delegado! Felizmente não tenho mulher; e portanto escreve para a Capital que ando ébrio! Não há de me enlouquecer, eu juro. Fora bom ter V.Ex.ª a curiosidade de indagar do mesmo nobre collega da Policia de onde partio a bordoada mortal dada no Caixeiro da Casa Olidem; onde anda o Reo de Policia Don Antonio Tabuas; e que occurrencias houve aqui entre o Delegado e o Commandante do 5.º Batalhão de Guarda Nacional, quando se quis substituir no Commando do Destacamento , o Sargento Almeida; porque, obtida a verdade dos factos ficará evidente que o Delegado merece a confiança do Governo por saber abausar della com ostentanção. Não peço á V.Ex.ª a destituição delle: he meio muito directo, de que sou adversário; supplico, sim, e com instancia um dos dous seguintes expedientes, ou supressão do Destacamento desta Villa para ficarem todos entregues aos nossos recursos pessoaes, como já se esteve aqui por muito tempo, ou sua substituição por praças de linha debaixo de hum bom Sargento, que seja Força Publica e não Força de João Grande. Isto é Villa delle não da Provincia; os criminosos aqui estão em paiz estrangeiro; se elle quiser provar com testemunhas que eu fui o mandante das bordoadas no Caixeiro Olidem, não faltarão testemunhas, menos certos homens, alto=colocados. He preciso retribuir-se este povo á communhão brasileira, e isto já estaria encaminhado, se a falsidade não encontrasse esse homem na Delegacia. Termino, porque já vou assaz prolixo, e V.Ex.ª tenha a complacência de modificar alguma hyperbole, arriscando que eu tenha enunciado; convencendo-se entretanto e sempre da adhezão, zelo e estima com que me honro ser com todo o respeito. (APMT – CAIXA: 1858 B1 – DOC. 6567).

Não tratamos aqui de discutir uma história tradicional a partir da documentação produzida, muito menos destacar os eventos políticos ou os grandes acontecimentos ocorridos nas cidades mato-grossenses, mas trazê-los para uma confrontação, podendo inclusive, problematizar esses acontecimentos nesses tempos de mudanças. Utilizar a documentação para indagações como ponto de partida para novas interpretações e críticas, flexibilizando a linguagem nele contidas, tornando-a possível para novos pesquisadores.

Outras querelas nos intrigam pelas características atípicas, como as intrigas acerca do guaraná e sua importação e a eterna disputa por terras gerando intensas discussões e contendas. As fronteiras se destacam na temática com um maior número de acontecimentos, por isso uma quantidade considerável de documentos produzidos, talvez pelo fato de nesse momento as batalhas estarem acirradas pela expansão dessas fronteiras através da anexação de novos territórios. Os tratados de navegação, nem sempre cumpridos, e a garantia da soberania, se destacam nessas rivalidades, como bem destaca o documento que se segue,

> Ill.mo e Ex. mo Senr. Intimammente [...] de que o verdadeiro e único motivo que Dom Carlos Antonio Lopes Presidente do Paraguay teve para interromper suas relações com a Legação a meo cargo e fazel-as retirar-se de Assumpção foi a sua resolução de evadir-se ao ajuste e conclusão do Tratado de navegação e limites que por ordem do Governo Imperial lhe propuz em 12 de Maio, e a difficuldade senão impossibilidade de dar satisfatória resposta porque insistia a minha Nota de 16 de Junho atrevi-me a reditar que com a simples narração dos factos fácil me será provar quea sua Nota de 10 de Agosto além do seu carregado e offensivo estylo não contem mais do que um conjunto de frivolidades malevolamente e na absoluta falta de motivos reais e valiosos inventados para pretextar que o rompimento foi originado pela supposta irregularidade da minha conducta, que não obstante ter procurado justificar pelos meus Officios n.^{os} 26, 27, 29 e 30 vou agora recapitular com a minuciosidade que a minha memoria me fornecer de factos que insignificantes em sua origem e em si mesmo podem hoje servir para comprovar os eforços e esmero que tive para fazer-me agradável ao Presidente, cujo caracter cholerico e imperioso conheci tanto por experiência própria, como pelo que escreverão os meus illustrados antecessores. (APMT – CAIXA: 1853 B2 – DOC. 2019).

O documento acima, por ser longo, de teor rebuscado e explicativo, acompanhado de uma intensa troca de correspondências cujos ofícios de cunho "Reservados" com muitas justificativas, trazem ricas informações em seus pormenores, o que permite traçar um quadro situacional da disputa em questão.

Quando a intriga é entre um clérigo e uma autoridade administrativa, podemos esperar uma odisseia de textos longos repletos de explicações e justificativas com todas as figuras de linguagem possíveis em suas réplicas e tréplicas. Como o documento que se segue, um processo tendo como partes o comandante do distrito militar do Baixo Paraguai em Corumbá, Gabriel Alves Fernandes, que "vomitou contra mim (o capelão) toda sua bílis", e o padre capelão alferes Ignácio Francisco de Campos "atacado de sezões e em

estado morboso" preso por dizer missa sem a presença da autoridade do quartel e do corpo militar.

Alguns trechos chamam a atenção pela eloquência reverberativa em todo o documento, como a defesa do comandante "parece que tanta prudência é huma desmarcada tolerância do generoso em covardia e falta de pundanor. Esta ideia me flagela"! E em tom mais ameno, mas com pitadas de ameaça no final,

> [...] sendo por isso de mister fazer huma narração longa, e não desejando molestar mais a V. Ex.ª e nem tão pouco tomar o caráter de denunciante, deixo-os em silencio esperando que a seu tempo ellas por si appareção. Continúo a pedir providencias a respeito de tudo quanto a singeleza e lealdade que me caracteriza tenho levado ao conhecimento de V. Ex.ª, pois sentindo-se definhar-se consideravelmente o sangue frio a que me tenho forçado; receio que falecendo este me leve os princípios cujas bordas me vejo colocado. (APMT – CAIXA: 1860 A4 –DOC. 302).

Já o capelão, alferes Ignácio Francisco de Campos, retruca satirizando o comportamento do comandante numa suposta aleivosia,

> [...] não o encontrei por ter consagrado esse dia e parte da noite á uma pescaria [...] e ahi soube que já tendo regressado de uma caçada de veados, se achava nesse momento na sua vida noturna do seu costume...[...] pela manhã este descansava das fadigas do dia anterior e entregue aos braços de Morpheo – gosava dos deleites de um bello sonho".

Mas, no final, em sua defesa pronuncia-se de maneira solícita num apelo às autoridades recorrendo à legislação e a imparcialidade dos juízes,

> Senhores – desculpai-me, se como meus juises – eu cansar a vossa paciência, apresentando o desgosto que me oprime de ver-me tão villipendiado. Eu não fallo somente por mim, como já vos disse, – porem, – eu seria indigno do encargo que contrai com o publico como Sacerdote, se neste lugar eu não pudesse fallar-vos bem alto, e altamente vos dizer a verdade. Isto vos digo, porque se hoje o governo me despedisse das filheiras, amanhã, em qualquer canto da terra catholica a que eu me chegasse, acharia o pão de minha subsistência, não morreria a mingua pelas vexações e injustiças que aqui soffresse. Senhores – sei que vos sois imparciaes. Porem não he este procedimento de meu Commandante insinuando-vos a priori que é nelle que me deveis condemnar? e não é essa insinuação contraria aos bons princípios de direito? Ah? he este procedimento tão reprovado, que o nosso Codigo Civil marcando pena ao soborno la se acha hum art. para o Juiz corrupto? Ainda mais, Senhores, não somente me forão denegadas as ordens de que tenho tratado, como também a Colleção de Leis de 1845 em que se deve achar o Regulamento que creou o Corpo

> Ecclesiastico do Exercito. A vista, pois, do que levo exposto, espero que decidireis como juízes retros que sois, conforme os princípios de equidade e rasões de que sois datados; podendo-vos desde já nos asseverar que quando, contra vossas vontades eu ainda deva de ser por mais tempo martirizado em prisão, porque entenda o meu Commandante talvez contra os vossos votos que eu deva responder ao Conselho de Guerra, sendo neste mister conservado em prisão, que nada mais com isso me choca, e que he para la que me aguardo, para cabalmente então me poder lavar das nodoas e pechas que me irroga o mesmo Senr. Tenente Coronel Gabriel Alves Fernandes. (APMT – CAIXA: 1860 A4 –DOC. 302).

Outras intrigas desfilam na documentação, muitas sobre o fabrico e a venda de aguardente, outras tantas relacionadas com as questões de fronteiras, disputas de poder entre as autoridades em todas as instâncias, cobrança de dívidas, venda de diamantes, roubo de gado e muito mais. Entretanto, uma diferente e por que não dizer cômica, permeada de maus humores, odores e sabores é digna de destaque, o caso do toucinho vendido pelo fazendeiro Joaquim José Gomes das Silva à Estação Naval. O caso é muito interessante, pois uma simples venda torna-se um caso de polícia incluindo exame de corpo de delito realizado no toucinho, ficando sob a guarda de um depositário, acompanhado dos devidos pareceres.

Para entender melhor o caso, registramos o requerimento do suplicante e alguns dos pareceres citados no documento, uns atestam a boa qualidade do toucinho e outros coloca em dúvida essa qualidade,

> Dis Joaquim José Gomes da Silva, que tendo se comprometido com S. Ex.ª o Senr. Presidente a fornecer a Estação Naval por exigência do mesmo Exmo. por uma Portaria de 15 de Junho próximo passado e tendo o supplicante comprado cinco contos de reis de gêneros alimentícios inclusive uma porção de trinta e tantas arrobas de toucinho a fim de passagem deixar fornecido já para um mez mais ou menos, e tendo entregue trinta e trez arrobas castelhana de toucinho ao Cômissario do Vapor Paraguassú por ordem do Chefe da dita Estação, e tendo sido depois de hir a bordo regeitado sem que motivassem o porque, vem o Supplicante em vista do occorrido pedir a V.S. um exame no dito toucinho á fim de que não fique pretexto, e poder o Supplicante reclamar a S. Ex.ª o Sr. Presidente, para o que digna-se V.S. nomear dous peritos e um depositário. P. que depois de feito o dito exame e lavrar o deposito, segue entregue ao Supplicante a presente petição a fim de usar de seus direitos; no que espera.//
> Eu abaixo assignado attesto, que examinando vários pannos de toucinho de propriedade do Sr. Capitão Joaquim José Gomes da Silva, encontrei-os actuamente em bom estado. É o que me cumpre dizer a tal respeito, expondo assim o meo parecer. Corumbá 25 de Julho de 1860. João Monteiro de Vasconcellos Mourão
> Para satisfazer o pedido do Illmo. Senr. Joaquim José Gomes da Silva declaro, que, procedendo o exame no toucinho, que me foi apresentado

> a bordo do Vapor Paraguassú notei que se achava de uma cor amarellada, e tendo-me perguntado o Senr. Commandante do mesmo se era possível que elle se conservasse em bom estado visto ter desse gênero a borod para ser consumido em um mez, fiz ver que a vista do calor execessivo, que existe a bordo, necessariamente se damnificaria: o referido é verdade, o que confirmo sob a fé do meo gráo. Corumbá 25 de Julho de 1860. Dr. Antonio Francisco Leal. 2.º Cirurgião do Exercito. (APMT – CAIXA: 1860 C1 – DOC. 11).

E as explicações sobre o toucinho continuam, pois, não poderia deixar de aparecer as congratulações e arrefecimentos das palavras trocadas em ocasiões anteriores. É preciso civilidade nas negociações, afinal elas continuarão, independentes dos entreveros, a garantir a subsistência tanto de compradores como dos vendedores dos gêneros que abastecem as cidades.

> Tenho cogitado e vejo que existe huma synonimidade, entre mim e Cõmmandantes, estes julgão-se poder mandar e ordenar em todos e nas propriedades mantendo as suas vontades, e eu que sou dominante e de absoluta minha vontade dispor como me convem tudo quanto he minha propriedade: em vista do que não poderá nunca [...] haver huma boa combinação em quanto hum de nós não deixar de permanecer nestes pensamentos. Nada sou para fazer a menor differença ao fornecimento da Estação toda via estará tudo á disposição dela se for ordenado directamente por V. Ex.ª. com tudo aquillo que houver nas minhas fazendas, e os preços, serão o mais cõmodos possível como já tinha dado prova por mais de huma vez, cujos documentos tenho em meo poder. [...]Tenho sido muito prolixo abusando da bondade de V. Ex.ª em tomar o seo precioso tempo, o que rogo desculpar-me. Infinitamente agradeço a honrosa recõmmendação da Ex^{ma}. Familha de V.Ex.ª, a cujos pes me porá respeitosamente e o mesmo faz minha Familha, e de igual maneira recõmmendamos a V. Ex.ª por que Tenho toda consideração e respeito. Joaquim José Gomes da Silva. (APMT – CAIXA: 1860 C1 – DOC. 14).

Esses casos isolados foram destacados como pequena amostra do que contém o acervo do APMT. Analisando a documentação percebemos o volume considerável tratando do tema, portanto, não existe o risco ao realizar uma análise quantitativa e o número ser insuficiente de forma a comprometer os resultados de um estudo sobre as "fofocas" históricas do cotidiano das cidades mato-grossenses. Basta apenas que retomemos o fio do tempo e buscarmos nos assentamentos do passado o lume de uma centelha para dar prosseguimento ao assunto.

Muitas vezes essas querelas vão parar na imprensa local acirrando ainda mais os ânimos dos interlocutores "Li a correspondência inserta na Imprensa Cuiabana seu n.º 19 de 27 de Novembro [...] que he uma calunia atroz quando diz = tudo passa em silêncio,

parecendo que de próposito se acoroçoa similhante desregramento”! (APMT – CAIXA 1859 D1 – DOC. 7383).

As notícias, verídicas ou fantasiosas sempre fizeram parte do cotidiano ao longo da história, até como uma forma de distração que inflamavam a memória percorrendo a “calmaria” e mesmice do dia-a-dia. Um fato aqui, um acontecimento ali regulando a vida na Província, onde todas as circunstâncias que envolviam pessoas e fatos se entrecruzam lançando suas raízes e ramificando ao encontrar terreno propício, para moldar e matizar de cores o cinza pálido da falta de novidades. É da natureza humana o falar incessante, a busca por um desnudamento dos fatos que inflamam a imaginação para incendiar a linguagem popular. Arquitetar toda uma história sobre o que para o autor é irrefutável e, para o outro pode ser um disparate, mas é no fragmento desse interstício que está situado o requinte das intrigas e querelas.

O testemunho e o ouvi falar estão ligados ao raciocínio e a memória dos partícipes de um acontecimento disseminado, seja de desavença ou de elogios, infundado ou verídico. Acreditar ou não, o importante é o acontecimento e as ramificações que dele partem, seu desfecho não é o mais relevante, mas sim as sutilezas do entremeio do acontecimento, as falas de cá e de lá, a troca de “gentilezas” e a repercussão obtida. Tal qual à “arte encantadora de mentir com simplicidade” segundo Proust (2009:175), ao falar sobre Albertine em *A Prisioneira*,

> O testemunho dos meus sentidos, se eu tivesse estado lá fora no momento, ter-me ia feito saber [...] mas se eu tinha sabido o contrário, fora por uma dessas cadeias de raciocínio (em que as palavras daqueles que nos merecem confiança inserem fortes malhas) e não pelo testemunho dos sentidos. Para invocar o testemunho dos sentidos seria preciso que eu tivesse estado realmente lá fora, o que não se dera. Pode-se, porém, imaginar que uma tal hipótese não seja inverossímil: eu poderia ter saído, ter passado na rua... (PROUST, 2009: 175).

Assim como Proust mostra a força das palavras para a compreensão dos sentidos, nos relatórios dos viajantes “silenciados”, as palavras são como águas correntes em busca de um caminho infinito, contornando obstáculos para alcançar seu curso novamente. Palavras que nos levam por caminhos longos e difíceis a um emaranhado de acontecimentos, irrompendo espaços públicos e privados e, nesses espaços, encontramos homens e mulheres legitimando seus discursos na busca de novos caminhos. As mulheres como parte dos acontecimentos revelando sua essência feminina, sua força e poder diante

de um mundo eminentemente masculino, embora elas se apresentem como partícipes da construção de uma posição enunciativa nessa cartografia de tempos passados.

Mulheres de muita fibra na luta por suas terras, reivindicando espaços para sua sobrevivência e a de seus filhos, pela permanência desses filhos próximos a ela na falta de seus companheiros e, que as autoridades judiciais insistem em retirar do seu convívio para alistarem-se junto às milícias. Mulheres que se permitem sair às ruas, de dia ou de noite na busca de lazer e prazer, enfrentando as autoridades ao criar estratégias de resistências no subterfúgio de uma tarefa diária, a lavadeira. Mulheres fortes, abandonadas ou deixadas à espera de seus maridos que nunca regressam, mas que têm a coragem de enviar cartas às autoridades solicitando notícias dos cônjuges, vivo ou morto porque precisam tocar suas vidas. Esse é o retrato desenhado pelas linhas da documentação, dessas mulheres que apresentamos a seguir.

2.3 MULHERES DE FIBRAS E DE FITAS TINGIDAS PELAS ÁGUAS DAS PAIXÕES

Como o viajante veneziano Marco Polo descreve para Kublai Khan as cinquenta e cinco cidades "mulheres" visitadas, aqui faremos uma inversão parafraseando o viajante estrangeiro com as visíveis mulheres brancas, negras e índias, de diferentes idades, pobres, ricas e escravas, mulheres e meninas inseridas nas cidades mato-grossenses. Mulheres reais em cidades reais cuja beleza não é menor que a das "mulheres cidades" visitadas, real ou imaginadas por Marco Polo.

A história das mulheres sofreu ao longo do tempo transformações significativas. Se outrora fora uma história de silêncio e sempre ligada à figura masculina, sua história não é mais a mesma. A mulher deixou de ser um apêndice do homem para tornar-se protagonista de sua própria história, abandonou a surdina do privado para adentrar nos espaços públicos das cidades e deles tornar-se parte. "Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história de mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança" (PERROT, 2007: 15-16).

A ideia de inserir, nessa pesquisa as mulheres, não foi por acaso. Quando se faz um levantamento documental buscando o maior número de informações possíveis de um determinado tema, no nosso caso os viajantes "silenciados" na documentação do APMT, estamos sujeitos a "tropeçar" com outras séries de informações adjacentes. As mulheres

foram aparecendo no decorrer da pesquisa, com ênfase na documentação avulsa, aquelas acondicionadas nas caixas, nos outros fundos do acervo elas estão presentes o tempo todo.

Um exemplo é a documentação do Fundo Tribunal da Relação onde se nota um grande número de processos envolvendo mulheres nas mais diversas circunstâncias como: prisões, restituição de escravos, brigas entre mulheres que acabam em assassinato ou ferimentos, estupros, invasão de terras, heranças, afogamentos, suicídios e outros mais. Vale dizer que o Tribunal da Relação é apenas um dos fundos arquivístico dentre os muitos que constitui o acervo do APMT, e em todos eles as mulheres aparecem. Importante deixar registrado que o período do pós Guerra Brasil contra o Paraguai, a documentação fervilha da presença feminina, principalmente no que tange à criminalidade, tanto autoras como vítimas dentro dessa nova sociedade que se forma no pós guerra. É um dado a ser pesquisado.

A medicina influencia a trajetória da natureza feminina "ordenada pela genitália, transformava a mulher num monstro ou numa eterna enferma e, vítima da melancolia, seu corpo se abria para males maiores, como a histeria, o furor da madre e a ninfomania" (DEL PRIORE, 2001: 83). O documento de 1861, revela em seu conteúdo essas impressões, além de outras doenças, os sintomas de uma mulher que teve a menstruação suspensa e o trato que ela recebeu durante a viagem do major Jozé Constantino de Oliveira, realizada de São Paulo a Cuiabá, de 21 de fevereiro a 24 de agosto de 1861,

> No dia 22 segui viagem para – Joanna Leite -, tendo-se perdido nesse dia 3 cargueiros de mantime.tos, que só ao romper do dia seg.e conseguiu-se encontral-os, isto porque os escr.os poucos eram os que sabiam lidar com animaes. [...] No dia 28 pousei na Camanducaya onde falhei nos dias 29 e 30, em consequencia de adoecer um camarada deitando sangue pela boca, e uma preta com uma pontada. No dia 6 segui para o Passa três, onde falhei até o dia 10 por terem recaídos os escravos affectados de maleita e ter ficado gravemente enferma de uma suspensão de menstruo a ponto de ficar completam.te variada a escrava Christina por tal maneira que foi preciso vir carregada e amarrada dentro de um caixão em que se conduziam os menores [...] No dia 27 segui para o Morrinhos, onde falhei por causa de moléstias nos escravos, a ponto de ser preciso mandar chamar o Cirurgião do lugar, visto o máo estado em que se achava a escrava Christina. No dia 30 achando-se ella em milhor estado segui para a fasenda do Campo Alegre, de D. Barbara, deixando 2 animáes cançados em caminho, e pedi a um dos filhos desta Snr.ª para os mandar procurar, e caso elles escapassem os entregasse a alguma pessoa que os levasse à Goyas. [...] No dia 1.º de abril segui para o Pouso Alto, onde falhei até 6, por continuarem os enfermos em máo estado, e mesmo por ser preciso deitar-se ventosas na escrava Christina e na praça doente de pleuris, e ahy refazer de medicam.tos dos quaes já havia falta. No dia 13 segui para

> o Passa-vintinho, ficando no lugar fartura uma besta completam.te manca em estado de não poder continuar a viagem, tanto que mandado depois buscal-a ainda não se pode conseguir que ella andasse. Ahy falhei até o dia 24 por continuar a moléstia do escravo menor, e mesmo por ter dado a luz a escrava Bibiana. Durante esta falha morrerão 3 bestas pestiadas com o mal de cadeira e carbúnculos. [...] No dia 12 segui para os Tijucus fasendo felis viagem. [...] No dia 15 segui para o Coxipó sem novid.e. e ahy falhei no dia 16 [...] fasendo entrega néssa mesma hora, conforme a ordem da Exm.a Presidencia, ao Director do Arsenal de Guerra de 60 escravos e uma menor livre filha de um casal dos referidos escravos; e [...] 9 barracas, 46 saccos para mantimentos, 6 caixões para conducção de creanças, 2 caldeirões, 1 machado, uma eixada e uma fouce. (APMT – CAIXA: 1861 A1 – DOC. 101).

Como podemos observar, em apenas um pequeno trecho do documento acima, é possível colher uma gama considerável de informações a respeito da mulher. Graças à contribuição fecunda de historiadores que ampliaram os métodos, refinando as fontes, hoje podemos contar com um arsenal muito maior para penetrar nesse mundo "silencioso" permanecido na penumbra e na invisibilidade por tanto tempo. Rasgou-se o véu que cobria esse suposto silêncio feminino e deu-se vazão aos sussurros, vozes e gritos dessas mulheres inauditas, ampliando assim, os horizontes da história. Segundo FARGE (2009: 38) "Na cidade do século XVIII, a mulher está surpreendentemente presente: ela trabalha, se desloca e participa de forma espontânea e natural do conjunto de atividades urbanas". Sendo assim, no século XIX, elas não estão só nas praças, mercados, feiras, à beira de rios, mas inclusive nas fábricas. Sozinhas ou acompanhadas elas se deslocam, viajam, muitas tomam a direção da própria vida.

As mulheres, nas viagens empreendidas pelos sertões mato-grossenses estavam presentes não apenas nas comitivas, mas eram proprietárias de terras como Joana Leite e D. Barbara que cuidava da propriedade, sozinha ou com a ajuda dos filhos. Nos documentos, estava presente nas comitivas, mulheres brancas, mulheres negras com suas crias ou escravas parindo pelos caminhos. Notem a forma de transportar os menores, em caixões de madeira, um cuidado para evitar o cansaço? Possivelmente para não atrasar a comitiva. Outras, fazendo parte de contra prova de supostas calúnias como mostra o documento assinado pelo senhor Amaro Jozé dos Santos Barboza, residente em Assunção no Paraguai, endereçado ao Sr. D. Bento Varela, o qual faz menção [irmão da Presidenta] à figura de Alícia Lynch[99],

[99]Elisabet Alícia Lynch, irlandesa, nasceu em 3 de junho de 1835 no Condado de Cork. Foi a primeira-dama do Paraguai. Figura controversa, de conduta duvidosa, dizem ter sido cortesã na França, onde

> Ill.mo e Ex.mo Snr. D. Bento Varela. Tenho a honra de me dirigir a V. Ex.ª para tributa-lhe meus respeitos, e pedir-lhe que usando de sua bondade para commigo, me faça o grande favor de levar ao conhecimento do Ex.mo Snr. Presidente o seguinte; que afianço á V. Ex.ª ser a pura verdade. No dia 9 do corrente mez era voz publica que o passeio militar se dirigio á Cordilheira, e alguns dizião que á Paraguary. No dia 10 me disseram, que a Ex.ma Snra. D. Joanna ia com seu filho o Ill.mo Snr. D. Venancio a pagar uma promessa a Caacupi (cordilheira) e duvidando eu pelo tempo estar tão frio, perguntei sahindo da casa do Snr. Leal o Snr. D. Pedro Barrios, se sabia ser certo, e se o passeio militar se dirigia ali. Disse mais ao Snr. Barrios que o Snr. Leal não tinha dito estar o Ex.mo. Snr. Presidente doente, e se sabia ser certo, ao que me respondeu que estava bom. Também lhe perguntei se chegara ao seu conhecimento o que se dizia no publico, de que o Snr. Consul Argentino tinha pedido por Daubom, ao que me disse que nada sabia. Pelo que levo exposto, verá V. Ex.ª, o distincto do que o Snr. Barrios levou ao conhecimento do Supremo Governo. Não fui mandado pelo Snr. Leal, sou um Empregado publico, e como tal no dever de respeitar para merecer o mesmo respeito. Sou casado e com filhos no Paíz, e isto é sufficiente para que me deva considerar incapaz de me burlar dos Snrs. Paraguayos, ademais, sou por dever e convicção amigo não só do paíz como do seu Governo, o que tenho mostrado todas as vezes que se me offerece. V.Ex.ª mesmo sabe muito bem qual o meu modo de vida e pensar. É meu costume perguntar todos os dias (ahi esta o Snr. Carrilho [irmão da Presidenta] que o pode dizer) não só pela saúde da família como da Pessôa do Snr. Presidente, e que tem esta dedicação, merece que o Semanario seja mais indulgente. Minha consciência está tranquila; com tudo de uma calunnia ninguém se livra. (APMT – CAIXA: 1853 B2 – DOC. 2019).

No período compreendido entre os anos de 1830 e 1860 a documentação mostra um grande número de mulheres proprietárias de terras, na maioria das vezes aparece sem a referência de marido – em períodos anteriores também existe muitos relatos dessas proprietárias – como D. Theodora, descrita no Itinerário de viagem da Serra do Nioac até o porto da Colonia Militar de Miranda, para examinar se encontraria a navegação do

conheceu Solano López e passou a morar com ele no Paraguai. Forte apoiadora das estratégias de guerra, insistia na posição do Paraguai contra a Tríplice Aliança. Fontes asseguram que ainda teve fôlego para cavar a sepultura do marido após ele ser morto em ataque sofrido na etapa final da Guerra do Paraguai e também de um filho morto na mesma ocasião. Após a guerra, o governo imposto pelos vencedores expulsou-a para França, onde faleceu em 25 de julho de 1886. É considerada como heroína nacional da cultura paraguaia. Em julho de 1961, por ocasião das festividades do aniversário de Elisa, o governo do Paraguai, por determinação do presidente Alfredo Stroessner trouxe solenemente por mar os restos mortais de Lynch e os depositam no cemitério do museu histórico do Ministério da Defesa, na capital paraguaia, em uma majestosa urna de bronze. Para saber mais ver as obras de: BAPTISTA, Fernando. ***Elisa Lynch:*** *mulher do mundo e da guerra*. São Paulo: civilização brasileira. 1986; e ainda, LILLIS, Michael; FANNING, Ronan. ***Calúnia - Elisa Lynch e a Guerra do Paraguai***. São Paulo: editora Terceiro Nome. 2009.

mesmo rio, pelo primeiro sargento João Manuel Henrique, encarregado da referida comissão. Este relatório é uma fonte rica em informações sobre a navegação, com localização exata de cachoeiras descrevendo com exatidão toda geografia no itinerário da viagem.

> Dia 28 subindo a rumo do poente distante quatro voltas encontrei uma ilha cuja puis-lhe o nome das Antas, e logo assima de nove voltas a uma Caxoeira bastante comprida, ao meio desta fas uma ilha, [...] uma volta logo assima desta outra dando canal ao meio com direção a esquerda [...] canal pelo lado direito e logo assima fis alto de poso no porto da Fasenda de Dona Theodora. No dia 29 sobindo uma volta encontrei uma Caxoeira dando canal pelo lado esquerdo, e logo assima depois de duas voltas outra sendo seo canal ao lado direito, distante uma volta a outra tendo passagem franca, e logo distante duas voltas falhou-se dia e meio em rasão do estado do tempo.
> (APMT – CAIXA: 1854 A1 – DOC. 2854).

As circunstâncias e o modo de viver, levam as mulheres a dinamizar suas atuações diante das situações adversas, em que se misturavam a pobreza e toda sorte de dificuldades. A mulher deixa seu papel secundário na vida dos homens e passa a dar visibilidade as suas ações, deixa de ser repositório de esperma para procriação, passiva e submissa ao seu dono e toma as rédeas de sua vida criando estratégias para dela ser dona absoluta. Muitas dessas mulheres ainda vivem nos arquivos à espera de alguém para dar voz aos seus clamores.

E nessa busca vamos encontrando um sussurro aqui, um chamado ali, um grito mais adiante e nesse encontro de almas recuperamos suas vozes, vislumbramos lhes os rostos para finalmente dar-lhes um nome. Como no processo, documento de N.º 144, transcrito abaixo, que aparece disperso, solto, em meio às folhas como um discurso inacabado. Talvez encontremos em outro fundo partes que o complementem, também dispersas. Parece proposital, quando se trata de um processo onde a mulher está envolvida, a despreocupação com a continuidade é notória. Muitos processos no APMT, acreditamos pelas leituras realizadas que outros arquivos também se encontrem nessas condições, estejam alijados do seu início ou do seu final. A sorte, às vezes, nos favorece e encontramos um processo por inteiro, embora nele a mulher nem sempre esteja inteira, deixou algo de si para traz, uma emoção, uma lágrima contida sufocada pela necessidade de mostrar força e coragem nesse mundo onde ela é a ré, mas o juiz ainda é um homem.

O documento do Fundo Tribunal da Relação, referente ao Comando das Armas de Cuiabá, de autoria da Justiça Militar, acusando o capitão Floriano José de Oliveira de

extravio de objetos (arma de fogo) pertencentes a Fazenda Nacional, datado de 1838, aparece o depoimento de uma mulher, Angélica da Costa, com o seguinte teor:

> Diz Angélica da Costa, que. hera Commandante o Sr. Floriano José de Oliveira, comprou da supp[e] hum capado que a supp[e]. intentava vender a troco de huma arma de fogo, e o dito Sr. Floriano que pertendia no capado disse a supp[e], q. a arma de fogo estava pronto pello capado o q. vendo a supp[e] se deo o capado recebendo huma alatoada, e esta a supp[e] havia entregado ao Ignacio Ferrero p.[a] concertar, cuja alatoada foi recolhida p.[a] o Parque por ordem de V. S. e por q. a supp[e] he hua pobre, e considera o seu direito salvo a este respeito por issoé q. P. V. S. seja servido mandar q. o dito Sr. Floriano pague a supp[e] o valor doseo capado q. são 10/8 de q. a supp[e] espera justiça. (APMT – T. RELAÇÃO – 1838 – PROC. 144 – CAIXA 05).

É, principalmente, nos arquivos da polícia que se nota fartamente a presença das mulheres nos meandros das delinquências cometidas, ora como pivô, ora como protagonistas, mas na maioria das vezes, como vítimas. Seria preciso um estudo mais abrangente e minucioso, destrinchar maços e maços de processos nessa vasta documentação, penetrar nas entrelinhas dos pequenos discursos retidos na profusão de palavras de um processo. Nas vitórias e derrotas, as mulheres são as vozes que sobressaem em conflitos frequentes e desejos exacerbados sacudidos da poeira inebriante dos processos apensados. É partindo da miséria gritante que as mulheres deixam de ser um objeto à parte e, mesmo imersa no mundo masculino, munidas de sentimentos, são construtoras de acontecimentos. Deixam nas sombras da noite ou no sol rutilante as marcas de sua existência, interagindo com o mundo à sua volta. Mais ainda quando um pesquisador lhe dá um rosto, um nome, uma vida, retirando-a da obscuridade e silêncio dos arquivos trazendo-as para as praças, para as bicas, para as casas e para as ruas, onde saias rodam, braços levantam, cabeças giram, o peito arfando e o corpo vibrando no molejo da vida.

Algumas mulheres embarcam em lanchas, vapores, navios e ganham o mundo deslocando-se de um lugar a outro na busca de espaço e de sobrevivência. Senhoras, moças, prostitutas, todas mulheres com suas vidas a fluir como as águas do rio que as levam. O documento que apresentamos abaixo, enviado por Lourenço da Silva Araujo, comandante da Estação Naval ao presidente da Província Antonio Pedro de Alencastro, reclamando da presença de mulheres em embarcação da Armada Imperial,

> A minha descida dessa Capital, passando pelo Lanchão Constituição, e notando haver Mulheres a Bordo, ordenei ao

> Commandante do Vapor Jaurú de intimar ao daquela embarcação (Piloto José Maria Cupertino) para mandar retirar, e de me participar sua resposta e comportamento em diante. Acabo de receber daquelle Commandante a Parte inclusa de haver este em Missão a minha Ordem permittido-se distrahir do Serviço Nacional três praças de sua guarnição em demanda de huã das mulheres, que se mandára retirar. O respeito devido a V. Ex.ª me tolheria levar as suas mãos o sórdido documento incluso, se elle tão bem não revelará a cínica detterminação do dito Commandante em contravenção a minha Ordem, além da alheia idea de que esta possuído em respeito do decoro de huã Embarcação da Armada Imperial, para convertel-a em hum zumgú[100]. Eu sabia, mesmo antes de entrar para esta Estação, que era este hu objecto a merecer mui seria attenção: e estou determinado, como me cumpre, a envidar o ultimo esforço em seo reparo. E porque aquelle Lanchão ora se acha empregado sob as immediatas ordens de V. Ex.ª, assim participando-lhe, Rogo-lhe de me mandar as que se sérvio eu cobro a similhante torpesa. Deos Guarde a V. Ex.ª Bordo do Paraguaçú em Corumbá 27 de Junho de 1860. (APMT- CAIXA: 1860 C3 – DOC. 206).

Os termos utilizados por Lourenço da Silva Araujo, mostra a sua indignação por mulheres estarem a bordo de uma embarcação da Armada Real. Qual a diferença de um grupo de mulheres estarem embarcadas em uma canoa solitária ou num barco da nação? Para elas, nenhuma, o que contava era a oportunidade de se deslocarem para outras regiões, o convívio com os homens era a rotina de uma embarcação onde elas se encontravam. Sejam envolvidas com marinheiros ou outros homens, seu destino nos documentos e nos processos estava selado e rotulado: prostitutas, levianas. Como no conto *Eu, a prostituta de Rembrandt*, de Silvie Matton (2005), que conta a história de

[100] Vale a pena uma explicação mais detalhada do termo ZUNGU para um entendimento mais amplo do verdadeiro significado e sentido da palavra na história do negro no Brasil, principalmente por estar ligado muito intimamente à figura da mulher. No dicionário, zungu é o termo utilizado para casa grande, geralmente mal conservada, cujos cômodos são alugados para pessoas ou famílias de baixa renda que passam a morar coletivamente. O mesmo que cortiço ou casa de cômodos. Mas, é muito mais que isso, nome pelo qual eram conhecidas as "casas de angu" no Rio de Janeiro do séc. XIX (lugares de panelas e de barulho, festa e confusão, uma soma de nzangu e nzungu). No século XIX, o principal alimento dos escravos era o angu. Servido em panelas nas ruas, preparado por mulheres negras, principalmente na região portuária e de comércio. Adquirindo um certo dinheiro, essas mulheres se mudam para casas no centro do Rio e transformam essas casas em verdadeiros centros de resistência negra. As casas de angu eram verdadeiros quilombos dentro das cidades, onde os negros faziam seus batuques, suas danças, reverenciavam seus orixás, inquices e voduns. Os Zungus formavam uma rede de apoio aos escravos fugidos e africanos recém chegados, eram casas que recebiam escravos e libertos de todo o Brasil e do mundo. Ali era o centro da cidade negra, a cidade escondida. Muitos zungus eram quitandas e moradias ao mesmo tempo. As ruas estreitas e casas com arquitetura diferente da atual criavam verdadeiros labirintos e becos escondidos, um ótimo esconderijo. Nos jornais da época, surgem reclamações sobre os "barulhos dos negros" nos zungus e inúmeras prisões. Nos Zungus, comandados na sua maioria por essas mulheres negras ou libertas minas, a cultura "urbana negra brasileira" se desenvolveu neles, os negros, que tiveram seus familiares separados, criaram novas famílias. Ali, os capoeiras se refugiavam e trocavam informações, praticando suas cabeçadas, rasteiras e rabos de arraia. Zungu é o "rumor de muitas vozes", a casa de liberdade e resistência desses negros, local de tradição africana e brasileira, uma ampla rede familiar e de irmãos.
Disponível em: <http://zungucapoeira.blogspot.com.br>. Acesso em: 03/03/2014, às 22h.

Hendrickje Stoffels[101], legítima representante dos despossuídos, pobres e excluídos, a modelo e amante do pintor holandês, Rembrandt. Retratada com esmero nas telas do pintor, enquanto obra de arte era muito admirada por toda a sociedade, mas como mulher apenas, repudiada e tratada como a puta do pintor, por essa mesma sociedade.

Outro exemplo de mulher despojada de sua dignidade e de suas faculdades mentais em nome de um amor, embora não esteja inscrita em um conto, mas parte da realidade passada, é Camille Claudel (1864-1943)[102]. Uma escultora nata, de personalidade forte e independente, incentivada pelo pai com objeções ferrenhas da mãe, que não aprova os altos gastos na educação da filha mais velha. Em 1885 torna-se aluna de Rodin pelo qual se apaixona e mais tarde torna-se amante sem no entanto conseguir que ele deixe a namorada antiga Rose Beuret.

Despida de amor próprio, acusada de copiar o mestre, devido a perfeição de suas obras, depressiva e solitária, passa a executar sozinha suas obras, distanciando e nutrindo pelo antigo mestre um amor-ódio que serve apenas para desorientá-la ainda mais. Após treze anos vivendo um amor de mão única, amargurada por constatar que o romance foi apenas uma aventura para Rodin, entra em decadência física, moral e intelectual, sem no entanto perder o brilhantismo de escultora. Brilhante, louca, obssessiva e esquizofrênica, em 1913 com a morte do pai, atinge o auge da depressão e é internada. Morre em 19 de outubro de 1943 no manicômio em Ville-lès-Avignon, passando os últimos trinta anos de sua frágil e desesperada vida, amarrada à cama completamente sedada.

E nessa nossa viagem pela documentação, as mulheres vão se enfileirando, tamanha é a quantidade de rostos para desenhar, vidas para contar, dores para sentir, sonhos para sonhar, na indubitável certeza de que suas histórias serão contadas. Sofrimento e euforia faz parte do seu cotidiano, nas mazelas do dia a dia tecem suas tramas de resistência e luta. Conquistando milímetro por milímetro seu espaço na sociedade que a quer esconder, mas justamente por essa luta desigual ela se faz presente, deixa o entorpecimento de sua condição feminina para lançar, mesmo que tateando com cuidado, na imperceptibilidade do mundo masculino, os fios de sua urdidura.

---

[101] Ver o romance de MATTON, Silvie. ***Eu, a puta de Rembrandt***. Tradução Marisa Motta. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

[102] Camille Athanaïse Cécile Cerveaux Prosper (1864-1943). Famosa escultora francesa que dedicou sua vida à escultura e ao amor a Auguste Rodin (também escultor do qual foi discípula e amante). Para saber mais sobre a vida e obra da escultora ver: DELBÈE, Anne. ***Camille Claudeal:*** *uma mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1988; WAHBA, Liliana Liviano. ***Camille Claudeal:*** *criação e loucura*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002; e, ROCHA, Ana Maria Martins Lino. ***Escolha da paixão:*** *uma análise do romance entre Camille Claudeal e Auguste Rodin à luz da psicanálise.* São Paulo: Vetor, 2001.

Ainda em 1860, um modelo de contrato para o estabelecimento da Colônia dos Dourados, celebrado entre o comandante-mór da fronteira de Miranda, major Agostinho Maria Piquet e um possível colono, constando nove itens direcionados à execução de trabalhos na derrubada das matas e construção de galpões, preparação de terras e plantação de lavouras; um item se destaca, pois é reservado ás mulheres,

> 9.º Cazo o Governo entenda que deva também auxiliar o contratante com praças invalidas, ou colonos idôneos que se vão estabelecer na referida Colonia, obriga-se o contratante a aceitar também suas mulheres ou aquellas que o acompanharem e a garantir a ambos os sexos, o preciso mantimento para sua manutenção, até o numero de 20 pessôas. (APMT – CAIXA: 1860 D1 – DOC. 29).

No processo de colonização há um entendimento de que as mulheres são necessárias para a fixação do homem na terra, não só as esposas, mas as concubinas, amantes, companheiras e quaisquer outras que estejam na companhia masculina, são benvindas para povoar as terras desérticas. E elas aparecem na documentação não mais como sombras esquivas atrás de uma figura masculina, mas com nome e voz que apenas precisam ser rastreadas para dar-lhes um significado dentro das relações que se forjam. É preciso tatear as pistas que parecem insignificantes, porém aplicado o paradigma indiciário, novas interpretações podem resultar estudos importantes partindo de um dado até então considerado secundário, dentro dessa funcionalidade do arquivo onde as memórias se cruzam.

A polissemia de mulheres escravas, formam um arsenal gigantesco dentro dos arquivos, e no APMT, como em qualquer outro arquivo, não é diferente. O material sobre escravidão de um modo geral, está inserido nos fundos arquivísticos como qualquer outra documentação, pois faz parte da memória de um período marcante da história e, essas pequenas memórias dialogam com as questões mais abrangentes, com as estruturas conjunturais da vida social, política e econômica da colônia, província e Estado.[103]

Apoiando-nos nessa ideia de apontar os registros de apenas uma ínfima parte do que contém no acervo do APMT, transcrevemos abaixo um trecho de um documento em que a mulher é descrita como mercadoria de venda fácil pelas suas "qualidades". O fato de ser uma escrava, seus atributos significavam lucro, principalmente, partindo de uma

[103] Ver o magnífico trabalho de RODRIGUES, Bruno Pinheiro. ***Paixão da alma**: o suicídio de cativos em Cuiabá*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Outro trabalho fundamental para entender as relações matrimoniais de escravos: CRIVELENTE, Maria Amélia A. A. ***Casamentos de escravos africanos em Mato Grosso:** um estudo sobre Chapada dos Guimarães 1798-1830*. Dissertação (Mestrado). UFMT.

negociata cujo autor é um ignóbil senhor que usa de suas prerrogativas de empregado da nação para corromper, extraviar e se apossar do dinheiro público, subtraindo, ainda, aproveitando da boa vontade de terceiros, de dinheiro para uso de suas vaidades pessoais e aumento de seu patrimônio. Esse homem era o administrador da Mesa das Rendas em Albuquerque, Antonio Honorio Ferreira, protagonista de inúmeras intrigas adquirindo muitos desafetos por sua conduda duvidosa,

> Era preciso pagar a esse homem, e quanto antes. A minha primeira idêa, – idêa a muito tempo imaginada, – foi de vender duas escravas nossas e com o producto das mesmas accudir ao meo credito. Contudo – antes disso – concebi outro plano – ei-lo. Por vezes tinha eu visto – as manhãs e tardes, quando me achava na obra de minha casa – um negociante Italiano, (o mais rico desta Povoação) de nome João Viacaba, e que no Rio da Prata – o chamão João Velhacadas – mirar com grande cobiça o magestoso edifício – primeiro que em Corumbá se levantava. – A casa, pois, deste carcamano me dirigi, – e em conversa – sem mostrar desejos de negociar os meos Palacios – Tinha eu em Goyaz, além d'uma escrava de nome Antonia – uma mulatinha de muito préstimo com 18 annos de idade – e um filho de 3 annos. Calculei que mae e filho podião dar-me em Cuiabá 2:400$ reis – ou mais dinheiro – em vista deles – Contara mais que o Ministro aprovasse o pagamento dos ordenados – que me tinhão sido pagos – e me mandasse dar alguma quantia – como melhoramento ou aumento de ajuda de custo. Além disto – também contara que os animaes do costeio da viagem dessem algum dinheiro. Porem, infelizmente – tudo – ou quasi – me falhou. Contando, pois, com a estima e amizade de Salgado – e certo daquelles recursos – entendi que podia lançar mão de um dinheiro – que devia mais tarde ser entregue a elle. (APMT – CAIXA: 1860 D2 – DOC. 181).

Já em outro documento a vida é mostrada de forma humana e sensível, pelo fato das duas pessoas envolvidas serem da mesma raça. Não podemos deixar de fazer essa comparação empreendendo uma viagem sensorial pela documentação, comparação esta que segundo (IANNI, 2000: 17) "permite enriquecer a percepção das configurações e movimentos da realidade".

> No primeiro de Abril appareceu n'esta villa uma mulata captiva de João Ferreira Mendes, e um negro que com ella havia fugido para o mato, onde esteveram o espaço de vinte e dois annos, tendo n'este tempo a dita mulata doze partos, dois dos quaes sendo perigosos, animado pela necessidade de salvar a vida de sua companheira, o mencionado negro em um tirou do ventre em pedaços a criança que n'elle estava morta, introduzindo como pôde a mão, até o lugar em que fez esta arriscada operação, e em outro as páreas com que salvou-se do risco em que estava de ficar no bosque em que vivia com seos filhos. (Anais do Senado da Câmara do Cuiabá – Ano: 1812 – p. 201).

Dor e amor, suor e labor perpassam o cotidiano das mulheres em todas as épocas, por isso "sua história não pode ser construída à margem da história oficial, mas em diálogo/confronto com ela" (MALUF, 1995:20). Arrancar as mulheres impregnadas de história dos papéis dos arquivos não é tarefa fácil, pois a variedade de tema que o termo "mulher" carrega é inesgotável, assim como o é a sua história. Uma "mulatinha de dezoito anos" ou uma escrava mãe de doze filhos, um destes arrancado aos pedaços de dentro de si pelo companheiro, são variantes das vivências dessas mulheres, as condições de vida nem sempre lhes foram favoráveis. Enquanto umas tinham a riqueza aos seus pés, não tinham a liberdade de escolher seus caminhos, outras em busca de liberdade enfrentava a pobreza e desafiava quem lhes tolhesse os passos. A vida para a mulher é um desafio contínuo, seja para mostrar a que veio, seja para afirmar posições como sujeito histórico. Por isso é importante buscá-la, tanto na vivência em sua totalidade registrada ou não nos arquivos, como em uma cisão apontada pela documentação ou pensada na imaginação de quem lê essas histórias e, recuperá-las em seu próprio espaço e tempo.

Sabemos que a história das mulheres sempre esteve ligada à história dos homens, mesmo assim elas romperam fios lançando-os em várias direções e traçaram seus caminhos. As vemos percorrendo a documentação de forma envolvente e sólida, como quem diz: estou aqui e sempre estive, vocês é que não me enxergaram. D. Maria Joaquina e todas as mulheres nomeadas nos documentos são personagens concretas na história de Mato Grosso. Outras sem nome também o são, pois, não é por falta de um nome que a figura feminina deixa de ser uma presença marcante e constante. O fato de não aparecer nominalmente nas listas de viajantes, nem das abaixo-assinadas das Câmaras, sua presença é marcadamente precisa quando o documento diz: "Paçou o Senhor Alferes José Ponce Martins com sua família de Goiás para Cuiabá, recolhido ao seo Batalhão", ou quando é designada apenas "Paçou Manoel Martins e sua mulher". Mas mesmo com sua história ligada à história dos homens, muitas se rebelaram construindo sua própria história.

A documentação muitas vezes, nos pregam peças e escancara uma mulher com nome e sobrenome diante de uma lista com dezenas de homens. A quem pertenceu esse sobrenome, ao marido não mencionado ou à família? Somente uma pesquisa mais ampliada poderá responder. O que conta para nós neste momento, é a presença firme de uma mulher na tomada de decisões, independente de nome ou sobrenome.

Essa lista foi elaborada por Joaquim Alves Ferreira[104], em 2 de dezembro de 1848 e enviada ao Ministro e Secretário de Negócios do Império, Joaquim Marcelino de Brito, como parte das notícias sobre os índios e as pessoas que poderiam por eles se responsabilizarem nas relações de trabalho.

> Entretanto, existem em diversos districtos, habitados ou frequentados pelos índios, pessoas que por natural inclinação e zelo do serviço público, não duvidarão encarregar-se de exercer sobre os mesmos huma sorte de inspecção [...] Vou fazer presente a V. Ex.ª os nomes de alguns cidadãos que estão neste cazo e me fornecerão os elementos dessa informação. [...] No districto de Albuquerque: o Tenente Manoel José de Carvalho, criador e lavrador. – No districto de Miranda: o Capitão Caetano da Silva Albuquerque, criador e lavrador – Nas margens do S. Lourenço o cidadão Salvador Corrêa da Costa. – No districto do Piquiry: o Capitão Antonio José da Silva, abastado proprietário, criador e lavrador. No districto de Sant'Anna do Paranahyba: o Capitão José Garcia Leal, na circunstância do antecedente. – No districto de Serra-acima: T^e^ C^e^ João José de Siqueira, Senhor d'Engenho e abastado. No mesmo districto rezide a Snr.ª D. Feliciana Querubina Pereira de Sá, que tem feito muita diligencia e não poupa despeza para attrahir os Índios Bacahiris: relacionão-se com ella e a instancia dela vierão alguns a esta cidade no decurso do anno findo. – No districto da Villa do Diamantino: o Negociante capitalista, Francisco Pereira de Carvalho – No districto de Matto-Grosso: o Capitão José Maria Ribeiro da Fonseca, lavrador/ e mineiro abastado. – No districto de Villa-Maria, o cidadão Joaquim Roiz Leite, abastado criador e lavrador, e João Ferreira Mendes, negociante. (APMT – Livro de Registro da Diretoria Geral dos Indios: 1848-1860 – Livro n.º 101 – p. 14).[105]

Como podemos observar não é uma mulher qualquer que faz parte dessa listagem de moradores. Apesar de não nomear suas atividades, ela é definida como uma mulher de posse, "e não pouca despeza", o que significa que tem recursos financeiros e, os indícios apontam para uma mulher de relevada importância não só no seu espaço como para o entorno dos outros fazendeiros e distritos. Uma mulher de negócios!

Outras mulheres desabrocham nesses dois livros (N.º 101 e 102) como sementes lançadas a esmo à procura de terra fértil para sua reprodução. Às vezes são índias exercendo suas tradições, fiando suas vestes, cuidando da lavoura. Outras como D. Feliciana, que não é uma viajante esporádica, mas uma desbravadora que busca fixar-se

[104] Nomeado diretor geral dos índios da província de Mato Grosso pelo Decreto de 7 de dezembro de 1846, servindo até 1850, quando foi substituído pelo capitão Henrique José Vieira.

[105] Estes dois Livros consistem em registros de ofícios e relatórios sobre as várias nações indígenas de Mato Grosso. Foram transcritos pela Historiadora Luzinete Xavier de Lima, servidora efetiva do APMT, e encontram-se encadernados. A referência de página citada na pesquisa é relativa a estas transcrições.

no lugar, enraizando ali sua vivência e sua luta para permanecer como dona de sua vida e de suas terras.

Muitas mulheres continuam desfilar na documentação como "D. Anna Joaquina da Costa Pinho residente na freguezia de Albuquerque fronteira do Baixo Paraguay com um estabelecimento de criação de gado vacum". Nesse período de consolidação do território e demarcação de fronteiras era comum a negociação entre os súditos brasileiros e paraguaios e, nessas negociações muitas mulheres se envolveram na perspectiva de aumentar seu capital e consolidar sua permanência no local.

O Visconde de Maranguape[106] em correspondência confidencial, escreve do Rio de Janeiro para Augusto Leverger, em Cuiabá respondendo a um requerimento de D. Anna Joaquina, no qual ela solicitava trocar gado por cavalos com os índios Enimas, do outro lado do rio (Paraguai). O documento é emitido em 29 de maio de 1857, mas chega às mãos do destinatário, em Cuiabá, somente a 18 de março de 1858. Foi transcrito respeitando o negrito tal qual está no documento. Eis a resposta:

> **Confidencial -** Rio de Janeiro Ministerio dos Negocios Estrangeiros em 29 de Maio de 1857.A S.Ex.ªO Snr. Augusto Leverger.Para nesta Secretaria de Estado requerimento, por VEx.ª informado de D. Anna Joaquina da Costa Pinho residente na Freguezia de Albuquerque fronteira do Baixo Paraguay com um estabelecimento de criação de gado vaccum.A supplicante achando-se sem um só cavallo para o costeio de sua fazenda em consequência da epizootia que tem há alguns annos atacado a cavalhada n'aquelles logares, pedio licença para trocar, como diz se tem já practicado com os Indios Enimas do outro lado do rio, porção de gado vacum por cavallos.VEx.ª informou sobre este requerimento que com quanto essa troca seja muito conveniente, não só para a supplicante como para outros muitos criadores de gado, pelo motivo ponderado, não tem consentido que se faça expedição com este destino, receiando crear novas causas de desavença com o Governo da Republica do Paraguay, visto como os referidos Indios habitão na margem direita do rio em território que não nos pertence. Entrando essas transacções nas relações ordinárias do commercio entre os dois Estados não vejo motivo para essas desavenças que V.Ex.ª diz receiar. Este **assumpto** não pode ser objecto de negociação com o Governo da Republica. Porque então nos mais triviais negócios commerciaes nos tornaremos dependentes do seu placet; estabeleceríamos um procedimento de que depois nos teríamos de arrepender, e que se não deriva do estado de cousas depois da

[106]Caetano Maria Lopes Gama, (Recife, 5 de agosto de 1795 — Juiz de Fora, 21 de junho de 1864). Político brasileiro com diversos cargos importantes no cenário nacional. Foi juiz de fora, desembargador, deputado geral, presidente da junta governativa da província de Alagoas, por duas vezes. Presidiu ainda as províncias de Goiás edo Rio Grande do Sul, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e também senador de 1839 a 1864 (na época o cargo era vitalício).

> celebração do tratado de 6 de Abril do anno próximo passado.Assim julgo que se deve deixar a troca de gado vacum por cavalhada entre os súbditos Brazileiros e Paraguayos seguir o curso natural do commercio entre os dois Paises. Seria talvez mais conveniente que não fossem os Brazileiros levar o seu gado ao território da republica e sim que os Indios viessem trazer o seu ao nosso. V.Ex.ª providenciará a este respeito como julgue mais conveniente, mas de modo que se não apresente essa Presidencia intervindo nessas transacções para o cazo em que possa enxergar nisso o Governo da Republica algum motivo de queixa. Aproveito me da occazião para reiterar a VEx.ª as expressões de minha perfeita estima e distincta consideração. Visconde de Maranguape. (APMT – CAIXA 1857 A2 – DOC. 5799).

Na década de 1850, era comum e usual a presença de pessoas de outras nacionalidades em áreas de fronteiras do Brasil, estas ainda incertas e potencialmente perigosas a outros olhares, pois o momento era propício e exigia que as regiões distantes do litoral, deveriam ser o elo de ligação entre este, as outras partes da nação e as nações circunvizinhas. Essa concepção foi alterada com a possibilidade da guerra batendo às portas do Brasil.

A cena do "sertão incognosivel" aparece diante dos olhos, uma mulher, uma boiada e alguns cavaleiros seguem para a margem esquerda do rio Paraguai e ficam à espera dos Enimas com seu rebanho cavalar para efetivar a troca autorizada e incentivada por uma autoridade maior. Uma cena bem diferente daqueles olhares românticos de viajantes que, mesmo no século XX, ainda relatam em seus itinerários, as mesmas impressões que favoreceram a formação de ideias e percepções sobre o Brasil no século XIX. Como na narrativa de Luiz Amaral[107], grande defensor das terras mato-grossenses, ao narrar sobre as dificuldades de atravessar o rio Cuiabá "muito sinuoso, pobre de estirões apreciáveis, apresenta um baixio em cada curva mais accentuada" em tempos de vazante,

> O viajor só tem um recurso: enamorar-se da Natureza, que cresce em encantos a cada palmo que se avança. A selva afflue de lado a lado e arma abobada sobre as aguas. Todas as arvores, todas as moitas, todos os galhos, trinam, solfejam, cantam, gritam, cheios de uma

[107]Luiz Gonzaga Figueiredo do Amaral, baiano de Ilhéus, jornalista e radialista radicado nos Estados Unidos desde 1984. Trabalhou nos jornais, *O Jornal (1952)*, *Diário da Noite*, *Última Hora*, *Revista da Semana* e *Jornal do Commercio*, todas no Rio de Janeiro. Teve uma passagem pela Rádio Quitandinha, de Petrópolis, e longas temporadas no exterior nos serviços em português e para o Brasil de Emissora Nacional Suíça, em Berna, e na Voz da América, em Washington. Além de "A mais linda viagem: um "raid" de vinte mil quilômetros pelo interior brasileiro, na qual faz uma apologia ao Mato Grosso, produziu muitos livros, alguns integrando há décadas as bibliografias de cursos universitários: *Jornalismo, matéria de primeira página* (1966), *Técnica de jornal e periódico* (1968), *Esses repórteres...* (1994) e *A objetividade jornalística* (1995). Para saber mais ver: AMARAL, Luiz. ***A mais linda viagem:*** *um "raid" de vinte mil kilometros pelo interior brasileiro*. São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Melhoramentos de São Paulo, 1927.

> multiplicidade admiravel de passaros meudos, de passaros verdes, de passaros unguiformes no pescoço, multicores na pennagem, bizarros no porte. Os tuyuyús surgem aos bandos, os baguarys ás centenas, as alvissimas garças mira-sol, cujas plumas attingem o preço de quinze contos de réis pelo kilo, em lenções que dóem na vista, de tão alvinitentes. (AMARAL, 1927: 83).

Mas, deixando Amaral seguir sua "mais linda viagem" continuamos a dar voz às mulheres de rostos desconhecidos, mas de vontade e firmeza muito aparentes. Indo muito além do que aconselhavam os compêndios de conduta feminina, na maioria das vezes redigidos por homens, estampando a imagem ideal de mulher concebida por eles, elas se rebelam por algum tipo de adversidade ou imbuídas de desejo pela sobrevivência. Bem diferente das mulheres estabelecidas nas regiões próximas do litoral, as quais na ausência do marido poderia se dirigir a alguma instituição de recolhimento[108], mediante pagamento, onde ficariam abrigadas até o retorno do marido, ou na falta deste, entregarem-se de vez a este novo estilo de viver, se quisessem, as mulheres dos sertões precisavam, de uma forma ou de outra, sobreviver e criar os filhos. Assumindo o mando da casa, gerindo seus negócios e propriedades elas podem se dar ao direito de reivindicar. Dessa forma sempre reagiram às pressões masculinas e da natureza adversa, desafiando homens, autoridades e quem lhes impedisse de continuar sobrevivendo.

O abaixo assinado dirigido ao presidente da Província, num discurso inflamado e questionador, as mulheres, lavradoras e fazendeiras, se juntam aos homens, ou estes a elas, reivindicando seus direitos como proprietárias de terras, uma das poucas listas em que aparecem o nome de mulheres e homens, juntos,

> Os abaixo assignados, Lavradores e proprietários desta Provincia, fundados na energia, illustração e previdência da Administração de VEx.ª, cujo desenvolvimento importará sempre a melhor constituição politica dos Povos, por ser quem abraça, e incessantemente anima o Estado Em seos diversos ramos, elevando a sociedade a escala do poder e da prosperidade; vem, representar a VEx.ª contra as reiteradas e ostensivas excursões dos Indios, afim de serem perseguidos e afugentados por uma força capaz de operação semelhante, por não ser possível aos Supp.es, e aos demais Lavradores visinhos a promptificação de pessoal e munição sufficiente, que cessem os prejuízos e ameaças de vida que soffrem além de varias mortes por elles consumadas, sem auxilio e protecção do Governo Provincial, por carência absoluta do primeiro recurso, e pouquidade dos meios do

[108] A esse respeito ver: QUINTANEIRO, Tania. ***Retratos de mulher:*** *o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viageiros do século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Outro trabalho fundamental para entender a questão do recolhimento na vida das mulheres da colônia, ALGRANTI, Leila Mezan. ***Honradas e devotas:*** *mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olimpio; Brasília: Edunb, 1993.

> segundo entre aquelles que com os supplicantes, implorão o devido soccorro. Não obstante, Exmo. Senr., a aproposição expressada, animão-se todavia os supp.es., a offerecer a VEx.ª., por assim haver accordado com os demais Lavradores pacientes, a alimentação diária tanto na ida como na volta da força que VEx.ª entender sufficiente a superar tão árdua, como perigosa empresa, com prévio aviso ao primeiro dos signatários, de sua marcha, afim de ministrar-lhe aqui todo o necessário desde o primeiro dia da viagem, só para não se verem forçados a abandonar suas propriedades, e definhar com isso a agricultura, que na frase dos Ecconomistas, forma um dos mais importantes mananciais da riqueza publica. Crentes por tanto os supplicantes, de que uma sabia Administração não pode e nem deve deixar de presidir a associação em todas as suas relações e detalhes, suprindo provisoriamente toda e qualquer imperfeição para o complemento de sua acção, por isso que os interesses sociaes sem incremento e garantias fasem perder toda a força relativa aos altos fins de sua missão, ousão conceber não só que o soffrimento exposto será providenciado por VEx.ª como também a offerta dos supplicantes, será aproveitada em beneficio dos Cofres Publicos, poupando-se com ella as avultadas e indispensáveis despezas da sustentação da força pedida: nestes termos. P. P. os Supplicantes a VEx.ª propicio deferimento,
> Cuiabá 23 d'Abril de 1857.
> José Manoel de Campos,
> João Capistrano Moreira Serra, Como Procurador de Manoel Rodriguez.
> Antonio José de Couto.
> Maria da Conceição de Toledo
> Dona Maria Thereza Guimarães e Silva.
> Como Procurador de Dona Anna da Silva Albuquerque, Antonio de Cerqueira Caldas
> José Leite Pereira Gomes.
> Celestino Correa da Costa, Por si e como Procurador de Antonio Correa da Costa. (APMT – CAIXA: 1857 B1 – DOC. 5857).

Os vários documentos localizados, que trazem de algum modo, uma referência à mulher, aumentam as chances de as tornarem conhecidas, possibilitando novas análises. Se o documento fala de sua trajetória, dos seus costumes, do seu corpo, do seu trabalho, da violência contra ela ou de sua luta, esses vestígios são importantes para o conhecimento do seu mundo. Não podemos nos furtar da falta de subsídios sobre a condição da mulher, pois, na maioria dos documentos, quando ela aparece só, não diz se é casada, solteira ou viúva. Ela aparece exercendo alguma atividade, trabalhadora ou "desordeira" elas estão presentes, estão inscritas na natureza e dela se servirá para melhorar sua vida e dar mobilidade aos seus passos.

Passos de mulheres é o que não faltam nos documentos. Seus rastros são para prosseguir na sua vida ou para dar prosseguimento à vida de outros, ou ainda, partindo da própria necessidade para dar mais um passo na jornada do difícil vaivém dos processos, quando solicita algo à justiça (feita de homens e para homens). Dona Anna Antonia do

Espirito Santo, mãe de dois meninos, faz um requerimento à Companhia de Artífices de Mato Grosso e diz estar disposta a pagar a quantia necessária para que seu segundo filho seja dispensado do serviço militar. Tendo um filho incapaz precisa, certamente, do outro filho para ajudá-la, já que não menciona a existência de marido no documento.

> Em cumprimento ao referido despacho de V. Ex.cia. exarado no requerimento de Anna Antonia do Espirito Santo, no qual pede baixa a V. Ex.ª baixa do serviço militar para seo filho Cassiano de Sales Maciel, soldado da Companhia sob meo Commando, [...]sujeita-se a recolher a Thesouraria da Fazenda a importância correspondente ao tempo que o mesmo falta para o completo da'aquelle que está obrigado a servir [...] com effeito a Supplicante tem dois filhos com praça nesta Companhia por terem sido Menores do arsenal de Guerra desta Provincia; um de nome João Francisco Sales, julgado, pela Junta Militar de Saude, incapaz de todo o serviço militar em Janeiro do corrente anno, em que assentou praça; outro que he o referido Cassiano, em questão[...] e, então mediante a respectiva cota, dignar-se-há decidir como melhor for de justiça; sendo que, em minha fraca opinião a Companhia lucra com a eliminação não só d'este, como mesmo d'aquelle, visto o seo estado incapaz. (APMT – CAIXA: 1860 E1 – DOC. 12).

O que é mais interessante é o teor do anexo ao documento, o narrador mescla entre as informações, descrições a respeito da má conduta do rapaz, que conta naquele momento, vinte e cinco anos de idade. Ingressou na companhia aos dezessete anos e tornou-se praça efetiva assim que completou os dezoito anos. A narrativa do capitão comandante Benedito Mariano de Campos, é abundante em indisciplinas, prisões por má conduta, fugas, deserção, e as muitas entradas no hospital militar, sempre ressaltando a indisciplina, inclusive os castigos físicos como carregar armas e receber pranchadas.

> Attesto que no livro de filiação da dita Companhia tem a praça que abaixo se declara os assentos do teor seguinte. Numero cento e trinta e nove. Soldado Cassiano de Sales Maciel, filho de Anna Antonia do Espirito-Santo, natural de Cuiabá, nasceu em quinze de Dezembro de mil oitocentos e trinta e cinco, cincoenta e oito pollegadas d'altura, cabellos pretos e lisos, olhos pardos, officio de carpinteiro, estado solteiro; sendo aprendiz menor do Arsenal de Guerra, [...] Ausentou-se sem licença a seis apresentou-se á dez; e pelo Conselho de Disciplina convocado assim, foi condemnado a oito dias de prisão e posto em liberdade em vinte e um d'Abril de mil oitocentos cincoenta e cinco. [...]Pelo Conselho de Disciplina aqui respondeo em nove de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e oito, foi sentenciado a oito dias de prisão, dobro dos dias em que esteve ausente illegalmente desde vinte e sete de Setembro até primeiro d'Outubro do dito anno. [...] Baixa ao Hospital a sete, alta a vinte e seis de Maio; Baixa á dose, alta á quinze d'Agosto, Baixa á dois, alta á seis d'Outubro, tudo de mil oitocentos cincoenta e sete; Baixa á onze, alta á desenove de Janeiro, Baixa á nove, alta á onze tudo de Junho, Baixa á seis, alta á vinte de Novembro, Baixa á vinte-um de Desembro, tudo de mil oitocentos e cincoenta e oito, alta á quinze

> de Janeiro, Baixa á dose, [...]por faltar as revistas, preso sete dias em Maio e castigado com trinta pranchadas pelas repetidas faltas de serviços, preso seis dias em Junho, preso des dias em Julho [...] (APMT – CAIXA: 1860 E1 – DOC. 12).

Tudo indica que a indisciplina do rapaz fosse a razão para que o comandante afirmasse que "em minha fraca opinião a Companhia lucra com a eliminação não só d'este, como mesmo d'aquelle, visto o seo estado incapaz". É possível que a constante indisciplina do rapaz fosse uma forma de resistência àquele lugar, um grito de socorro na esperança de ser devolvido para a casa de sua mãe, onde seria muito mais útil.

Como vemos é constante essas "intromissões" ao ler um documento na busca de nosso objeto, como as mulheres, sombras recalcitrantes de desejos indóceis perpassando pela documentação. Ao contrário de algumas informações tradicionais, as mulheres sempre estiveram nos mesmos lugares que os homens, lutando pelo direito de ir e vir, produzir, se expor, se estabelecer e impor silêncio à voz ruidosa dos preconceitos. No silêncio dos arquivos são fragmentos de almas carregadas de pedaços de desejos em busca de alguém que torne audíveis as suas vozes.

Tantas mulheres[109] marcaram sua presença ao longo do tempo, desde Lilith, na mitologia, aquela que buscou sua afirmação e não se submeteu a Adão, passando por Safo (VII-VI a. C), poetisa e educadora nascida em Mitilene, na ilha de Lesbos, cuja obra conservaram-se dez livros. Passando por Cristina de Pisano (1364 - 1430), poetisa e filósofa, considerada a primeira autora profissional. Sua obra mais famosa foi escrita em 1405, *A Cidade das Mulheres,* em que questiona a autoridade masculina dos grandes pensadores e poetas que contribuíram para a tradição misógina e decide fazer frente às acusações e insultos contra as mulheres. Recusou-se a aceitar a exclusão das mulheres nas universidades da França, no século XIV, lutou por uma educação mais completa e acessível a todas as mulheres.

O século XIX, apesar das inúmeras repressões e violências sofridas pelas mulheres, não podemos deixar de constatar o momento histórico vivido por elas e as transformações que o momento propiciou revelando, já em meados do século XVIII a forte mudança na vida das mulheres. Rompendo a cultura machista e preconceituosa, de que apenas os homens se destacavam na literatura, elas, com muita dificuldade, conseguem maior fluência nas tomadas de posições para tornar-se sujeito da história publicando seus livros. Se o momento até então fora acromático, agora a literatura se

[109] Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 8 de março de 2014 às 19:41h.

colore, volta-se para o mundo feminino, as heroínas desabrocham, as sensibilidades afloram e as escritoras se firmam. Não são apenas representadas e suas histórias contadas através de imagens e da imagem que se fazia dela, são autoras de suas próprias histórias. E quantas histórias...!

Somente na segunda metade do século XIX, fecundo em intelectuais mulheres, surge o primeiro movimento feminista para dar uma alavancada e disseminar a escrita das mulheres no Brasil. Nesse momento surge, também, uma imprensa feminina fortalecida pela publicação e circulação de jornais e revistas voltados para os seus interesses, mesmo que a vida social desta mulher urbana no Brasil do século XIX, não tenha ocorrido grandes transformações. Essa imprensa feminina contribuiu muito para o fortalecimento da consciência política e o esclarecimento acerca das desigualdades sociais, raciais e sexuais, tornando mais visível suas reflexões.

Harriet Taylor (1807-1858), foi mais uma dessas mulheres de destaque, uma filósofa e defensora dos direitos das mulheres. Produziu junto com Stuart Mill grande parte de sua obra, sendo a mais destacada *The Subjection of Women*. E, fechando o ciclo do século XIX, embora nas franjas estivesse um contingente de mulheres que cultivavam o desassossego com o mundo exclusivo masculino, alcançaram a magnitude na escritura e execução de suas obras, elencamos Júlia Lopes de Almeida (Rio de Janeiro, 1862–1934)[110], aquela que, segundo Anselmo Peres Alós[111] "a mais famosa escritora do século XIX no Brasil, fazia parte do elenco de escritoras oitocentistas brasileiras que foram esquecidas pela crítica e pela historiografia literária que as sucederam".

Embora seja outro período, Júlia Lopes foi patrona da revista mato-grossense "A Violeta", sobre a qual se debruçou a pesquisa de Laís Dias Souza da Costa, recentemente defendida no PPGHis/UFMT, *intitulada "Fatos e cousas nas crônicas da revista mato-grossense 'A Violeta' (1916-1937.*

Outras revistas do Rio de Janeiro publicam sobre mulheres e uma chama a atenção por tratar-se de uma mulher corajosa, nascida no dia internacional da mulher[112],

---

[110] Para conhecer melhor a história de Julia Lopes de Almeida, ver as publicações da estudiosa que a mais de uma década pesquisa sobre a escritora. SALOMONI, Rosane Saint-Denis. ***Sob o olhar do narrador:*** *representações e discurso em* A Silveirinha*, de Júlia Lopes de Almeida*. Porto Alegre: UFRGS, 2000**; *A escritora/os críticos/a escritura:* ***O lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira***. Porto Alegre: UFRGS, 2005; *e,* ***Júlia Lopes de Almeida (1862–1934):*** *resenha da pesquisa realizada no acervo da romancista no Rio de Janeiro*. PortoAlegre: Edição da Autora, 2007.

[111] Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em sua resenha Um passo além: o resgate de escritoras brasileiras do século XIX - Memórias de Marta: romance. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, 16(2): 691-713, maio-agosto/2008.

[112]No Dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições

(quando este ainda não havia sido instituído). Jovita Alves Feitosa, uma cearense que se apresentou para lutar na Guerra contra o Paraguai em defesa de "suas irmãs", as mulheres de Mato Grosso. Sua vida já daria uma nova pesquisa seguindo os rastros e vestígios deixados por esta publicação. Eis o que foi publicado na Revista Anuário das Senhoras, do Rio de Janeiro, em 1954,

> Jovita Alves Feitosa nasceu na cidade do Brejo Seco, na província do Ceará a oito de março de 1848. Em 1865, por ocasião da guerra com o Paraguai apresentou-se ela, em Teresina, ao Presidente da Província do Piauí, solicitando ser incorporada à tropa de voluntários, dizendo "ser o seu maior desejo bater-se com os monstros que fizeram tantas ofensas às suas irmãs de Mato Grosso e vingar-lhes as injúrias ou morrer nas mãos desses tigres sedentos". Assim foi Jovita incorporada ao 2.º batalhão de voluntários, depois de haver declarado que queria ser militante e não enfermeira. Em 10 de agosto embarcou com 460 praças Paraíba, daí para o Maranhão e do Maranhão para o Rio de Janeiro. Chegando ao Rio, a Secretaria da Guerra baixou um aviso proibindo que Jovita seguisse para o campo das operações como combatente, pois não havia lei alguma que permitisse essa situação. Poderia ir como enfermeira. Desgostosa com a solução do caso, Jovita não seguiu. No Rio, desamparada, sem família, rejeitada pelo pai que não a queria receber, ela caiu na vida da perdição. Amasiou-se com um inglês que, pouco tempo depois a abandonou. Vítima desse novo golpe, a jovem cearense suicidou-se a 9 de outubro de 1867, numa casa da praia do Russel. Os jornais da época registraram sua morte com grande pesar e o poeta Rangel de Sampaio dedicou-lhe um belo poema, publicado no "Correio Mercantil" de 12 de outubro daquele ano. (ANUÁRIO, 1954: 42).

Através de registros como este tomamos conhecimento de mulheres valorosas, mulheres cuja beleza não reside apenas nas fitas e turbantes que lhe cingem os cabelos, mas mulheres de fibra nas diversas formas de lutas, seja no interior do lar, nas ruas e praças ou mesmo nos campos de batalhas. Presentes na Literatura, nas Artes e na Política.

É nesse mundo vibrante das mulheres da província de Mato Grosso que pretendemos adentrar e ouvir suas vozes através dos registros deixados nos documentos.

---

de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi reprimida com total violência e as mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano. Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem as mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU (Organização das Nações Unidas).
Disponível em <http://www.suapesquisa.com>. Acesso em 14/03/2104 às 14:21h

Mulheres de casa e mulheres do povo, das ruas, das bicas e chafarizes. Mulheres comuns e cheias de vivacidade, coragem, força e desejo de liberdade. Umas sinhazinhas, enclausuradas em seus aposentos, distantes de olhares estranhos, mais ainda de olhares estrangeiros que perscrutavam em vão um contato mais direto com essas mulheres misantropas não por opção, mas pela sujeição de uma sociedade machista, cuja herança portuguesa primava pelo formalismo. Com o tempo esse hábito de esconder as mulheres foi desaparecendo uma vez que a intensificação das sociabilidades contribui para tirar as mulheres da penumbra, deixar cair o véu da obscuridade prendendo-o na âncora das lembranças, para guardar ou para esquecer.

Esse aprisionamento feminino foi discutido por vários autores, principalmente resgatando narrativas de viajantes que por diversas vezes observara esse comportamento contraditório, como a narrativa de May Frances *"The men are like animals, and the women like children who, always living together and sharing everything they have in common, have no individual life. I suppose it is really that they are only half civilized"*[113]

Negras, brancas e mulatas se misturam nas ruas ladeira abaixo em direção às bicas e, quando lá estavam, o falatório, as cantigas e danças pareciam brotar do momento acalorado daquele espaço de convivência e liberdade, a memória opera e detém, entre elas, um sentido de igualdade. Mesmo para os escravos e escravas, ali era seu momento de redenção, de contato com a população na convivência harmônica ou não, desfilando na corpulência e robustez dos traços, seus tabuleiros de frutas ou outra mercadoria para venda.

Trouxas na cabeça, lá iam as lavadeiras em busca do líquido precioso das bicas para em suas águas deixar limpar as sujeiras de casa, enquanto dessa condição pudesse desfrutar, até a proibição do banho e lavagem de roupas nas bicas. Ainda restam os rios e córregos para sua empreitada.

Nesse espaço reconstituído localizava, ao mesmo tempo, o lazer e tensões entre os sujeitos. Não podemos falar das mulheres delimitando-as em um espaço e dentro de um determinado tempo, pois elas vão aquém e além desses espaços e temporalidades, mas

[113]Tradução: Os homens são como animais e as mulheres como crianças que, vivendo juntos e dividindo o que têm em comum o tempo todo, não têm a vida individual. Eu suponho que são apenas meio civilizados. Para saber mais ver a narrativa de FRANCES, May. ***Beyond the Argentine, or Letters from Brazil***, London, W.H. Allen and Co, 1890, p. 122.
Disponível em: < https://archive.org>. Acesso em 12/03/2014, às 15 horas.

podemos dar destaque às mulheres de um determinado espaço e tempo, como fizeram os viageiros.

Poucas foram as mulheres que acompanharam os maridos viajantes ao Brasil que se tornaram conhecidas e, se existem muitas, falta uma viagem nos arquivos para que sejam descobertas. É possível que nos silêncios dos arquivos elas estejam adormecidas, à espera de quem as desperte desse sono letárgico e triste do esquecimento. Algumas podemos citar, pois, existem documentos que comprovam suas narrativas de viagens. Uma delas, Isabelle Adonais, que se perdera pelas margens do Rio Amazonas em 1769, teve suas desventuras descritas pelo marido, pois suas condições de saúde não permitiram que fosse de próprio punho.[114]

A inglesa Jemima Kindersley (1741-1809), aporta na Baia de Todos os Santos, a primeira mulher a deixar registrada suas impressões sobre o Brasil, em que tece ácidos comentários sobre a população da cidade de Salvador, concordando com as afirmações do navegador francês François Pyrard de Laval (1578-1623), o qual afirmava que "as mulheres dos trópicos eram libidinosas e muito apreciadoras de uma intriga amorosa", ideias apoiadas também pelos navegadores, o capitão inglês James Cook e pelo francês Louis Antoine de Bougainville. Em um de seus comentários acerca da população acolhe as ideias dos navegadores citados, ao escrever dirigindo-se a uma prima e amiga chamada Caroline "Pudera eu contar-lhe o que a escuridão da noite oculta daquelas que, durante o dia, são vistas somente nas igrejas; as minhas missivas pareceriam um libelo sobre sexo".

Em 1809 chega ao Rio de Janeiro, de passagem, Elizabeth Henrietta Macquarie (1778-1835). Por duas vezes, em 1817 e 1820 foi a vez da francesa Rose de Saulces de Freycinet, esposa do naturalista Louis Freycinet visitar a corte portuguesa no Rio de Janeiro.[115]

Muitas mulheres viajaram anônimas em companhia dos maridos militares, comerciantes, diplomatas, mas nem todas registraram suas impressões de viagem, as poucas que o fizeram e tornaram-se conhecidas deixaram-nos relatos significativos para entender a história dessas poucas mulheres viajantes. Uma se destacou pela riqueza do

---

[114] Ver a obra de Charles Marie de la Condamine. ***Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas***. Brasilia: Senado Federal, 2000. Nessa obra acompanha como anexo o breve relato da viagem de Madame Adonais.

[115] Para conhecer melhor sobre essas viajantes consultar a obra traduzida e organizada por FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. ***Mulheres viajantes no Brasil (1764-1820):*** *antologia de textos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

seu diário, a inglesa Maria Graham (1785-1842) que chega ao Brasil em 1821, mulher letrada e inteligente veio acompanhando seu marido, o capitão de fragata Thomas Graham, na qualidade de professora de uma turma de guardas-marinha, mas antes, ainda solteira, viajara com o pai à Índia em 1808 e, em 1819 foi à Itália. Permaneceu no Brasil por longa data deixando uma narrativa minuciosa como partícipe de grandes acontecimentos do país, modos de vida, cotidiano etc, em seu *Diario de uma viagem ao Brasil* legado considerável para entendimento desse período da história do Brasil sob o ponto de vista de uma mulher que viveu e narrou os acontecimentos em seu dia a dia.

Outra mulher que merece destaque por sua participação em viagens acompanhando o marido e, pelo intenso alvoroço causado em torno de sua figura, envolvendo inclusive, paixões proibidas e morte, é Wilhelmine von Langsdorff, mais conhecida como Guilhermina, a segunda mulher de G. H. von Langsdorff. Ela acompanhou o marido em sua viagem científica entre 1825 e 1827 que fora percorrida em trajeto fluvial. Relatos sobre sua presença podem ser encontrados também nas narrativas do Visconde de Taunay, embora mostre uma Guilhermina de costumes levianos, por questões pessoais, na verdade ela foi uma moça distinta e participou da expedição ativamente com trabalhos de desenhos e descrições. Mas uma história de amor envolve sua presença na expedição que acaba em tragédia causando também o seu desligamento dos trabalhos e afastamento da referida expedição.

Por vezes os relatos são desencontrados, mas uma coisa é certa, o dia a dia da expedição apesar de todas as dificuldades, alguns fatos relatados trazem a marca do pitoresco, como no trecho de uma carta de Aimé-Adrien Taunay (que teve uma paixão proibida por Guilhermina), dirigida a Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, provavelmente escrita em 1826, onde menciona a doença de Dona Guilhermina "ai, ai, pinicos, purgas, etc. Ah, meu amigo, coisas de cagar diante da gente, a respeito de mulheres, é um grande antídoto contra o amor". (COSTA, 2014: 169). Esse relato refere-se à necessidade da longa permanência embarcados devido as grandes cheias dos rios percorridos durante a expedição, dessa forma não poderia pensar em privacidade o que acirrava os ânimos, os dissabores, as desavenças e as contradições.[116]

Ser mulher de viajante não era nada fácil, mas para a americana Elizabeth Cary Agassiz (1822-1907) foi um privilégio acompanhar o marido Jean Louis Rodolphe

[116] Para saber mais sobre o assunto ver a obra recém publicada dos doutores Maria de Fátima Costa e Pablo Diener ***Bastidores da Expedição Langsdorff***. Cuiabá-MT: Entrelinhas, 2014.

Agassiz em sua viagem ao Brasil (1865-1866), o que lhe rendeu uma singela homenagem em carta enviada por ele do Rio Negro em 27 de dezembro de 1865 e que se encontra no livro *Louis Agassiz, his life and correspondance,* de Elizabeth Cary Agassiz, do qual transcrevemos um pequeno trecho a seguir,

> Sabes que a minha mulher me acompanha; a coragem que ela demonstra em todas as ocasiões, assim como a facilidade com que se submete às exigências de qualquer situação [...] em todas as nossas excursões, prestou-me os mais assinalados serviços [...] sem ela, teria apenas recordações para contar das minhas viagens. Ela porém, diariamente, vem tomando notas extensas que nos serão da maior utilidade quando regressarmos.

O viajante Louis Agassiz, em seu livro *Viagem ao Brasil*, faz ainda uma homenagem a uma mulher mameluca de nome Alexandrina, ajudante do naturalista com muitos atributos, todos enumerados pelo próprio naturalista, incluindo um retrato feito por ele, com as descrições seguintes sobre essa mulher mameluca:

> Decididamente Alexandrina foi uma preciosa aquisição, não somente no ponto de vista doméstico, como também no científico. Ela aprendeu a preparar muito convenientemente os esqueletos de peixes e se tornou muito útil no laboratório. Além disso, conhece todos os caminhos da floresta e me acompanha nas minhas herborizações [...] ela distingue imediatamente as menores plantas em flor ou em fruto. Agora então que ela sabe o que eu procuro, é uma auxiliar muito eficiente. Ágil como um macaco, num abrir e fechar de olhos ela sobe até o alto das árvores para colher um galho florido; e aqui, onde numerosas árvores se elevam a grande altura sem que o tronco se ramifique, uma auxiliar como ela não presta medíocre auxílio. (AGASSIZ, 2000: 230).

Em nossa pesquisa compreendida no período de 1808 na 1864 não encontramos nos documentos pesquisados, o relato de mulher viajante, mesmo só ou na companhia do marido. Os únicos traços foram nos quadros sinópticos onde elas aparecem sem nome ou integrada à família como em um trecho do quadro sinóptico seguinte:

Dia 23 De Junho de 1859	
Paçou o Senhor Morél Dentista = com sua mulher = de Goias para Cuiabá	
Peçoas que leva	4
Animaes	18
Caixas de bagagem	8
Broacas de mantimentos	8

(APMT – CAIXA: 1859 C – DOC. 7196).

Isso não significa que elas não tenham existido, apenas não foram localizadas ainda. A documentação sobre Mato Grosso não é restrita apenas no Estado ou no país. Em outros estados como Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e IHGB; em outros países como Portugal, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Biblioteca de Lisboa; Na Rússia, Alemanha, Inglaterra, França e outros países existem nos seus arquivos documentos relacionados ao Brasil, principalmente no que diz respeito aos viajantes e naturalistas que percorreram o país descrevendo tudo. Uma equipe de pesquisadores (brasileiros, russos e alemães) estão empenhados em dar prosseguimento às pesquisas relacionadas aos viajantes e a documentação produzida que se encontra em São Petersburgo, principalmente no que diz respeito as traduções dessa documentação para sua divulgação no mundo inteiro.

As mulheres viajaram e continuarão viajando e nós continuaremos em busca de suas bagagens e anotações de viagem. Mas nesse momento nos atemos às nossas mulheres espalhadas nas cidades as quais deixaram suas marcas na história. Não é regra geral, mas é perceptível como aumenta o número de relatos sobre as mulheres, na documentação de cunho criminal. É como se elas tivessem voz, rosto, importância e existência somente a partir da criminalidade. Na documentação pesquisada, as mulheres são apresentadas no decorrer dos anos como vítimas ou partícipes de crimes dos mais variados tipos.

A partir do momento em que deixam o emparedamento da casa e a clausura forçadas, evidenciando-se mais nas ruas onde sua presença é constante e marcante, quebra-se o muro de silêncio interposto entre elas e o mundo lá fora, tornam-se públicas[117]. A mulher deixa o casulo da casa e abre suas asas numa metamorfose libertadora. Chega junto as consequências dessa transformação e da falsa liberdade de ação, pois segue vigiada por homens, seja marido, amantes, companheiros ou as autoridades, homens e mulheres são extremidades da escala de valores. O que seria essa liberdade e que consequências poderia trazer? Buscamos a resposta em Lévi-Strauss,

> A liberdade não é uma invenção jurídica nem um tesouro filosófico, propriedade querida de civilizações mais dignas que outras porque só elas saberiam produzi-la ou preservá-la. Resulta de uma relação objetiva entre o indivíduo e o espaço que ele ocupa, entre o consumidor e os recursos de que dispõe. Ainda assim, nada garante que uma coisa compense a outra, e que uma sociedade rica mas densa demais não se envenene com essa densidade, como os parasitas da farinha que conseguem se exterminar à distância por suas toxinas, antes

[117] Para compreensão desse conceito ver: PERROT, Michelle. ***Mulheres públicas***. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

> mesmo que lhes falte a matéria nutritiva. (LÉVI-STRAUSS, 2010: 139).

Talvez fosse esse o tipo de liberdade que buscavam essas mulheres, a "relação objetiva entre o indivíduo e o espaço que ele ocupa". Elencamos uma série de documentos que transmitem essa liberdade jocosa nos espaços urbanos, mas ao mesmo tempo sofrida desse povo considerado "morigerado, dóceis de disciplinar-se". Nos documentos que se seguem um pouco das representações e participações das mulheres nesse novo tempo que se anuncia com o século XIX, responsável por modelar a modernidade. E nessa modernidade dominadora do mundo masculino a justiça faz seu discurso impregnado de sabedoria e erudição na busca de uma ordem, e aqui esta ordem significa prisão, encarceramento, como registramos a seguir, a fala do juiz municipal de órfãos e ausentes interino do Diamantino, Benedicto José da Silva França ao chefe de divisão Joaquim Raimundo de Lamare, em 3 de Janeiro de 1859.

> O poder judiciário entregue a homem leigo, e em um lugar em que as tendências pessoaes, de partidos e de famílias influem muito, óra para perseguir a innocência, óra para proteger o processo, e veses há que para opprimir a este com vangloria d'aquelle, quando certos fins obrigão a lançarem mão á esses meios, faz mais que necessária a nomeação de um Juiz formado para este termo. [...] O povo é morigerado, temente as justiças, e dóceis de disciplinar-se, mas não é por isso que deve ficar tudo quase entregue ao accaso. [...] Propriamente dito não há uma Caza de prisão nesta Villa, e ainda menos no 2.º Districto. Aqui existem dous quartos acanhados, construídos pela maneira a mais forte que foi possível, e d'onde porem tem-se evadido alguns presos. [...] entretanto que não havendo ao menos uma Caza com o destino de deter os criminosos ou para correcção dos bêbados etc, a acção da Autoridade é ephemera. Peço desculpas a V. Ex.ª de um trabalho tão imperfeito devido não só a falta de luses e conhecimento da matéria, como ao pouco tempo em que estou em exercício de uma repartição espinhosa. (APMT – CAIXA: 1859 D3 – DOC. 7553).

Os laços tecidos pelas mulheres envolvem também os setores da hierarquia administrativa, seja como participantes de "lupanar", como no ofício n.º 156 a bordo do Paraguassú, em Corumbá, datado de 22 de Outubro de 1860, dirigido ao presidente Antonio Pedro de Alencastro, por Lourenço da Silva Araujo Amasonas, capitão da Estação Naval, solicitando ajuda para tomar providencias contra um oficial que cometeu uma "torpeza" rebocando uma chata que conduzia também mulheres,

> Participo a V. Ex, haver sido hoje mui severamente reprehendido em Ordem do dia o Commandante do Anhambay por haver sem minha permissão dado reboque deste Porto para ahi a huã Igarité de Commercio, e muito mais ainda por se haver permittido fasel-o,

> contendo ella hum lupanar organizado de concubinas de seos Officiaes, Vou rogar a V. Ex.ª (no caso de ainda se achar ahi o Anhambay) de dar suas Ordens em dobro a semelhante torpeza a sahida do dito Vapor desse Porto. (APMT – CAIXA 1860 C2 – DOC. 196).

O corpo policial da cidade não era preenchido por pessoas de patentes elevadas, em sua maioria era composta de homens comuns arrebanhados na própria vila "pela facilidade d'encontrar-se quem se preste até voluntariamente para isso". Essa facilidade de encontrar homens que se dispunham voluntariamente a incorporar a força policial se justifica "por não terem de retirar-se para tão longe de suas casas, como acontece pra os que vêm para aqui destacados na distancia de 12 leguas, deixando quasi em abandono mulher e filhos". (APMT – CAIXA: 1859 D3 – DOC. 7553).

Os chefes de polícia tinham muito trabalho com os desordeiros, bêbados, e mulheres que se envolviam em episódios que quase sempre as levavam à prisão. Às vezes só ou acompanhada do marido elas manifestavam sua presença. Esses dados encontram-se na relação de documentos abaixo. Esses ofícios eram sempre dirigidos ao presidente da Província pelo chefe de polícia. No primeiro, que se segue, o chefe de polícia Jesuino de Sousa Martins faz o comunicado oficial dando parte dos acontecimentos,

> Das partes recebidas hoje nesta Secretaria consta terem sido hontem recolhidos na Cadeia Manoel José d'Assumpção e sua mulher Graciana Maria da Conceição, presos nos subúrbios da rua da Boa-Morte, por serem encontrados em estado de embriaguez e fazendo motins; o que comunico á V. Ex.ª, em observância ao disposto no artigo 192 do regulamento numero 120 de 31 de Janeiro de 1842.[118] (APMT – CAIXA: 1860 A2 – DOC. 191).

Nos ofícios datados do ano de 1860, o então chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire relata as ocorrências de forma sistemática e diária, sempre citando o regulamento 120, que os obriga prestar esses esclarecimentos diariamente. Observamos nesses documentos o número de mulheres citadas nas mais variadas

[118] Regula a execução da parte policial e criminal da Lei n.º 261 de 3 de Dezembro de 1841. O Art. 192, da mesma lei, sempre mencionado nos documentos diz: "Os Chefes de Policia participaráõ diariamente aos Presidentes das Provincias tudo quanto occorrer pelo que respeita á ordem e tranquillidade publica na Capital, naquellas partes da Provincia, de que tiverem noticia, Além disto, lhes communicaráõ, immediatamente que cheguem á sua noticia, os acontecimentos graves e notaveis que occorrerem, e lhes requereráõ as providencias e auxilios de que necessitarem".
A grafia foi mantida da mesma forma que aparece na página do Senado Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17/03/2014 às 00:11h.

situações de criminalidades, "assim, ela poderá ser vista em ação no interior de uma sociabilidade feita tanto de promiscuidades difíceis quanto de solidariedades eficazes" como sugere (FARGE, 2009: 39).

Ditas e malditas elas emergem no seio das cidades realizam suas peregrinações e no ir e vir, consomem e são consumidas. Graças a essas partes diárias de um chefe de polícia nos é permitido tomar conhecimento de suas vidas em seu cotidiano atribulado. Agressoras ou agredidas, na vadiagem ou no trabalho não se furtam de lutar, jogando à frente das autoridades os corpos delineados de uma falsa fragilidade, como descrito no documento, "No dia 13 foi recolhida a Cadeia, sendo remettida do Districto de S. Gonçalo de Pedro Segundo pelo respectivo Subdelegado, a preta forra Eva Maria, por ter dado socos em uma escrava, pertencente ao Alferes Antonio Rodrigues Itunamas".

As partes dadas pelo chefe de polícia consistem em prisões e libertações, portanto, percebe-se o pouco tempo em que essas mulheres "turbulentas" permanecem nas prisões. "A 26 foi solta Eva de Mello, presa por ter brigado e dado socos em uma escrava do alferes Itunamas. No mesmo dia foi presa, e depois solta, Maria Benedicta da Conceição, por ébria".

Aos pequenos delitos se somam outros maiores, elas conhecem seus poderes de barganha estão prontas a pagar uma fiança mesmo dentro de sua miserabilidade, têm coragem de romper o prosaico reino doméstico em busca do mundo lá fora para através de suas convicções e suas ações buscar libertar-se do jugo da "justiça". No ofício que se segue, o delegado suplente encarregado da polícia, Thomaz Antonio de Miranda Roiz, acrescenta mais alguns delitos de mulheres em sua parte dirigida ao presidente,

> No dia 31 de Janeiro findo foi solta Maria Benedicta Gomes, que tinha sido presa no dia 27, como ré de crime de furto de gado, obtendo fiança para livrar-se solta. Neste mesmo dia forão recolhidas a prisão Maria Isabel a ordem do Subdelegado do Districto de Pedro 2.º, e Maria Theodora por ter furtado de Joaquim Ribeiro nesta Cidade uma porção de carne seca. No dia 2 forão soltos Manoel Joaquim Pinto, Francisco Leite de Barros, que tinhão sido presos para averiguações e Maria Theodora, por ter restituído a carne seca que furtou. (APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 235).

O sofrimento das mulheres não se restringe às paredes da casa ou da clausura, estão no entorno das águas corredeiras de rios, bicas e chafarizes que as levam a percorrer o mundo extramuros de suas vivências de paixões e desordens. No caminho de casa até a rua, ou mesmo intramuros de suas moradas, não existe um espaço definido e lógico onde estão depositados os sofrimentos, estes estão inseridos em seus corpos e mentes em sua

dolorida realidade no caminho ousado e sinuoso do mundo masculino, pano de fundo para suas lutas e tenções.

E nesse mundo hostil, crimes são relatados de vidas sem importância num mundo onde as vidas se cruzam para o bem ou para o mal tecendo suas redes no cotidiano. Nos arquivos, os relatos de estupros são sempre doloridos, atingindo meninas, crianças ainda, a brutalidade reverbera no papel a nossa frente. Podemos sentir o gosto amargo da incapacidade de reação dessas meninas. Defloramento! Essa é a palavra usual na documentação e que faz eco ao longo da massa de papel numa repetência corriqueira matando sonhos ainda nem sonhados. Os processos de denúncias desse tipo de crime sempre chegam até o exame de corpo de delito, no qual o médico legista vai relatando, diante das testemunhas, na maioria das vezes homens, as marcas no corpo da menina, deixadas pelo agressor, que nem sempre recebe uma punição. Em alguns relatos a menina é até considerada culpada por "se expor em demasia" diante do homem que a agrediu. O chefe de polícia Interino Jesuino de Souza Martins, comunica em seu ofício de n.º 132, um desses casos:

> Ontem forão presos e recolhidos a Cadeia Verissimo José de Lima, para averiguações sobre o defloramento de uma menina, de nome Maria, de idade de nove anos, filha de Margarida de Tal, moradora no lugar denominado – Barbado, – distante desta Cidade três quartos de legoa, a qual mandei vir a minha presença, e procedeo-se ao Competente auto de exame e Corpo de delicto; e Joaquina Maria da Costa, que por ébria dirigia insultos á algumas famílias na rua da Sé. (APMT – CAIXA 1860 A3 – DOC. 242).

A Nova História e a utilização de novas fontes nos permite engendrar por caminhos da história antes não pensado, possibilitando uma diversidade de estudos com a utilização de novos objetos. Isso proporciona uma riqueza de fontes considerável e nos arquivos temos a oportunidade de revirar papeis em busca de letras que digam algo sobre as mulheres. Segundo Peter Burke (1992),

> A nova história começou a se interessar por virtualmente toda a espécie humana [...] várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio [...] a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente construída. (BURKE, 1992: 11).

Bendita Nova História, as mulheres agora são audíveis, arrancaram-lhes a mordaça do silêncio para deixar ecoar em múltiplos sons as suas vozes. É sabido que as

mulheres do século XIX ainda eram consideradas reclusas, principalmente as mulheres das classes mais altas, a elite das senhoras e sinhazinhas, enquanto que as escravas ou forras e as mulheres das classes mais populares exibiam seus rostos e corpos sem a necessidade de estarem encobertas por véus ou disfarçadas pelas gelosias e a ouvir atrás de portas. Percorriam livremente as ruas e estradas, muitas vezes com seus tabuleiros a comercializar seus produtos. O viajante francês Eugène Delassert[119] em sua narrativa mostra seu olhar sobre o comportamento feminino e aponta a causa desse isolamento, atribuindo ao comportamento excessivamente ciumento dos homens brasileiros, sobre suas mulheres,

> Leva-se a mal que os brasileiros exerçam um não-sei-quê tirano sobre suas senhoras. Detêm-nas com efeito em uma espécie de gênio impenetrável que as priva de todos os olhares. [...]Tal caráter sombrio e zeloso explica, sem que o justifique, o isolamento em que vivem as brasileiras que não frequentam a sociedade estrangeira. Existência assim contribui para que fiquem na ignorância dos usos sociais; elas não compreendem a vida da sociedade, que se lhes proíbe e daí um não sei de timidez que nelas se nota e que faz como que duvidar de sua aptidão intelectual [...] (DELASSERT, 1890; In: SILVA, 2004).

O olhar de homens estrangeiros sobre as mulheres do Brasil é quase unânime quando se trata do isolamento dessas mulheres da elite e, da devassidão e liberdade das mulheres pobres, negras e escravas. Esses relatos são importantes para o conhecimento comparativo, ou seja, o olhar sobre uma cultura diferente da europeia. Os estrangeiros achavam que tinham o direito de julgar as mulheres pela aparência. O que viam ou acreditavam estar vendo eram hábitos corriqueiros na sociedade do século XIX. Às mulheres era aconselhado que não tivessem costumes, ou seja, não deveriam ter hábitos sociais, o interior das casas era o seu lugar ideal, se visitantes estrangeiros adentrassem às casas eram recolhidas aos quartos. Essa seria a esposa ideal.

Algumas ousaram e foram às ruas, às festas, aos batuques e às cadeias, como mostra as partes datada de 27 de fevereiro de 1860, enviada ao coronel Antonio Pedro de Alencastro, pelo chefe de polícia, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, comunicando entre as várias prisões, homens e mulheres que participavam de um casamento, incluindo nessa prisão, os noivos e convidados, os quais permaneceram por

[119] Eugène Delassert (1819-1877) Desenhista e viajante, nasceu na França, empreendendo viagem para a Austrália em 1834 chegando em 1835, em 1837 retorna para Paris. Para saber mais consultar a obra de SILVA, Joaquim Norberto de Souza. ***Mulheres célebres***. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

seis dias na prisão. Mais adiante, no mesmo ofício, a morte de um menino de seis anos causada pelo irmão de oito, fuga e prisão de escravo, cujo "senhor" é uma mulher,

> No dia 21 por ocasião do festejo de um casamento na rua do Mundeo, aonde se achava uma porção de Soldados do 2.º Batalhão de Artilharia a pé e alguns paisanos, foi assassinado a facadas o soldado do mesmo Batalhão Manoel Antonio Germano, por cujos motivos forão presos e recolhidos a Cadeia os paisanos Antonio Rodrigues, Candido Gonçalves, a noiva Marianna de Magalhães, Catharina de Sene, Maria do Bomdespacho e Mauricia Peixoto, bem assim o noivo Anspeçada Manoel de Jesus que foi recolhido a prisão de seo respectivo Quartel, todos para indagações. O Delegado de Policia procedeo o competente Corpo de delicto e tracta de averiguar quem seja o autor do crime. Neste mesmo dia na rua da Mandioca deu-se o seguinte facto. Um menino de nome Pedro, de idade de oito annos mais ou menos, filho de Marianna Rosa, estando a brincar com uma espingarda, disparou-a sobre seo irmão, de nome Claro de idade de seis annos, de que veio a morrer. O Delegado de Policia procedeo o competente Corpo de delicto. No dia 24 forão soltos Candido Gonçalves, Antonio Rodrigues, Marianna de Magalhães, Catharina de Sene, Maria do Bomdespacho e Mauricia Peixoto, que tinhão sido presas na noite do dia 21, afim de averiguar-se quem seja o autor do assassinato do soldado Manoel Antonio Germano. E finalmente no dia 26 foi preso e recolhido a Cadeia o escravo Narciso, pertencente a Antonia de Souza, por ser encontrado na rua depois do toque de recolher sem bilhete de seo senhor. (APMT – CAIXA 1860 A4 – DOC. 393).

E o movimento continua no entorno das bicas, as pessoas se acotovelando em meio à aglomeração que terminam em mais brigas, estupros e prisões de escravos e escravas, conforme o ofício de n.º 206, datado de 16 de outubro de 1860,

> Das partes recebidas hoje nesta Secretaria consta, preso os escravos Manoel, pertencente á D. Anna Joaquina d'Arruda, que foi encontrado na bica do Rosario com úma faca de ponta, ameaçando á Thomé, escravo do Commendador Joaquim Gaudie Ley, e Rosaura, que se achava fugida, pertencente á Manoel Ferreira Coelho, os quaes forão entregues á seos senhores. Forão presos e recolhidos á Cadeia, Eufrosino Soares de Moraes, indiciado pelo crime de estupro com violência na pessôa da menor de nome Maria, de 11 annos de idade, filha de Maria do Espirito Santo, moradora no Districto da Guia, lugar onde commetteo o crime em á noite de 22 do mez de Setembro findo. (APMT – CAIXA 1860 A4 – DOC. 410).

Outras estratégias e formas de resistências se apresentam ao longo dos documentos. São relatos vívidos de instantes passados na crueza do momento. Pessoas são alijadas de sua falsa liberdade, enquanto procurados pelos seus donos, à espera da

punição. Os registros estão recheados de ébrias e desordeiras exalando seu odor etílico pelas ruas por onde passam. O álcool é um dos vetores dessas inúmeras prisões, tanto que sua entrada na "cadeia das mulheres" é fato para dar parte pelo chefe de polícia interino, Firmo José de Mattos. É preciso anunciar as práticas dos malfeitores, e o ofício n.º 128 é mais um registro da criminalidade feminina,

> No dia 14 foi presa e recolhida a Cadeia Emerenciana da Costa por estar ébria, e solta depois de sarar da embriaguez. Neste mesmo dia, forão presos no 2.º Districto e recolhidos a Cadeia Faustino Urquisa da Rocha e Eva Maria de Mello por estarem brigando, e Maria Ignez por tentar introduzir agoardente na Cadeia das Mulheres. No dia 19 forão presas e recolhidas a Cadeia Maria de Sousa, Mariana Belisia e Bibiana Pedrosa, por serem encontradas ébrias e brigando na rua do campo d'orique: os paisanos Bento Teixeira, Francisco de Faria, as mulheres Josefa Maria, Francisca Corrêa, Maria José, Gertrudes da Silva, e os escravos João, pertencente ao Reverendo Cura José Jacinto da Costa, Gregorio ao Alferes João Poupino Caldas, que por ébrios promovido motins na rua do Bahú com danças de Batuque; e o camarada Antonio Rodrigues, Leonarda Corrêa e Justino, escravo do Major Antonio Luiz Brandão também por ébrios promovião desordens na rua do Lava-pés. As 7 horas da noite deste mesmo dia foi presa e recolhida a Cadeia Ricarda Gonçalves que, também por ébria fazia no largo do quartel. (APMT – CAIXA 1860 A 4 – DOC. 420).

Alguns nomes de pessoas, homens e mulheres, são recorrentes nas entradas e saídas da cadeia e algumas ruas também são as que mais aparecem nos relatos das partes policiais como a rua do Campo d'orique, rua do Bahú, rua do Lava-pés. Essas ruas e outras no centro da cidade e no seu entorno, aglomeravam as multidões no dia-a-dia exacerbando as relações.

A cidade começou na rua do Candieiro, segundo Dunga Rodrigues (1994:143) "o primeiro arruamento muito estreito, alguns tocheiros feitos de barro, com pavios de trapos ou algodão mergulhados em azeite de peixe ou de óleo de babaçu foram os rústicos candeeiros a iluminar a escuridão". As ruas da Mandioca, Rosário, de Baixo, Torta, de Cima, Bela do Juiz e Nova, faz parte da rotina dos moradores de Cuiabá desde o século XIX.

As ruas, e nelas as bicas, se tornaram palcos privilegiados de folguedos, labor e intrigas com circulação de boatos até chegar às vias de fato. Essas bicas espalhadas pela cidade "inúmeras fontes de água cristalina e saborosa, surgidas no sopé dos morros do Rosário e da Prainha, pequenos córregos perenes, descidos dos mananciais mais altos, formando tanques como o do Baú e do Arnesto" açambarcavam um número maior de pessoas no entorno de suas nascentes, segundo relata Dunga Rodrigues (1994:144).

Nesse contexto de uma sociedade em evolução, é natural que os ânimos se acirrem e as autoridades se vejam na iminência de tomar as rédeas da situação, por isso criam-se leis, normatizações e regulamentos para acompanhar os modos de viver da população que, após 1830 passa a processar as condutas até aquele momento consideradas toleráveis. Com o surgimento do Direito, a figura do "criminoso" é formada e precisa ser controlada por meio de práticas discursivas onde o principal objetivo é a punição.

A documentação policial bem como os processos crimes, cujas punições são baseadas no Código do Processo Criminal de 1832, abundam os arquivos do país inteiro. Nesses processos vemos que alguns comportamentos aceitáveis até então, tornam-se naquele momento, nocivos e intoleráveis, ameaçando a ordem estabelecida e o sossego das famílias, instaurando o medo dos desordeiros. Como vemos nas instruções do chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, datada de 9 de maio de 1859 em Cuiabá, que "em virtude da autorização que lhe é conferida no Art. 12 das Instrucções Provisorias dadas pela Presidencia em data de 13 do mez próximo passado, manda observar". Registramos algumas dessas instruções que estão diretamente ligadas às pessoas e a criminalidade, destacando as bicas como locais onde prevalece novas proibições,

> Artº. 1.º Haverá de dia e de noite tantas rondas por toda a Cidade e seos contornos até o porto geral, quantas permittir o numero de praças disponíveis da Companhia Policial.
> Art.º 2.º Estas rondas têm por fim a manutenção da segurança e tranquillidade publica, a prevenção dos delictos e a prisão dos criminosos.
> Art.º 3.º São suas obrigações: [...]
> § 4.º Prender o que estiver doudo, elephantino, ou embriagado recolhendo o 1.º a Santa Casa de Misericordia, o 2.º ao Hospital dos Lasaros e o ultimo ao Xadrez da Policia. [...]
> § 6.º Prender os que estiverem commettendo alguma acção evidentemente offensiva á moral e aos bons cosdtumes.
> § 9.º Prender todos os escravos que depois do toque de recolher forem encontrados sem bilhete dos respectivos senhores por onde mostrem que andão em serviço.
> § 10.º Prender os que forem encontrados lançando animaes mortos ou objetos podres no Corrego da prainha ou nas ruas e praças. Quando as rondas encontrarem qualquer desses animaes ou objetos procurarão immediatamente o Fiscal da Câmara Municipal e lho participarão afim de que ele mande tirar ou aterrar.
> § 14.º [...] Nas bicas principalmente terão muito cuidado que não se demorem os escravos que estiverem com as vasilhas cheias, nem que deixando-as por encher, se occupem em outras cousas, esperando por elles para compellil-os a que tratem logo de as encher e voltem para casa, e vigiarão também que qualquer outra pessoa com as vasilhas cheias ou sem ellas não estejão impedindo o transito ás mais.

> § 15.º Não consentir que nos canos das bicas se amarrem cabrestos de animaes que forem para ser lavados, que nas mesmas bicas se lave roupa por pequena que seja a porção, e nem qualquer pessoa se lave ou se dispa. (APMT – CAIXA 1859 C – DOC. 7189).

Portanto, perturbar o sossego público nas horas de silêncio, agora converte-se em delitos passíveis de punição. A aplicação dos processos por termo de bem viver[120] num esforço conjugada das elites ilustradas dentro da nova estrutura, "reflete uma situação de estatização dos conflitos cotidianos por meio dos quais o Estado procura incorporar as tradições, assimilar as virtudes e registrar os comportamentos dos pobres"[121]. É o embrião da ideia de Nação que o Estado, de imediato e compulsoriamente busca implantar. Ora, é de difícil compreensão para aqueles que emergindo de uma vida tradicional dentro do sistema colonial ainda vivente, aceitar e acatar tais proposições sem criar estratégias de resistência.

A partir das descrições e narrativas dos processos, sabemos dos locais que passam a ser constantemente vigiados, becos, ruas, praças, tabernas e, neles os desordeiros e pobres, vadios, inaugurados no Código Criminal publicado em 1830, são agora tipificados no Código do Processo Criminal de 1832, e faz parte de um grupo de desviantes contumazes, os quais rodeiam esses lugares e estão sempre figurando nas listas das partes policiais. O Código de 1832 estabelece e define como uma das competências dos juízes de paz em seu art.12: § 2º,

> Obrigar a assinar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público, aos turbulentos, que por palavras, ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade pública, e a paz das famílias.

---

[120] O **termo de bem viver** é um instrumento de punição do indivíduo de vida desqualificada e com esse dispositivo toda penalidade passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer. Foi estabelecido a partir do Codigo de Processo Criminal de 1832 tal qual se segue: capitulo ii - dos termos de bem viver, e de segurança. art. 121. o juiz de paz a quem constar que existe no respectivo districto algum individuo em circumstancias dos que se acham indicados nos §§ 2º e 3º do art. 12, o mandará vir á sua presença com as testemunhas, que souberem do facto: se a parte requerer prazo para dar defesa, conceder-se-lhe-ha um improrogavel; e provado, mandará ao mesmo individuo que assigne termo de bem viver, em o qual se fará menção, na presença do réo, das provas apresentadas pró, ou contra; do modo de bem viver prescripto pelo juiz, e da pena comminada, quando o não observe.

[121] Para saber mais consultar: MARTINS, Eduardo. **Vigiar para punir:** "os processos-crime de termos de bem viver".
Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com>. Acesso em: 13/03/2014 às 16:46h

Muito mais que processos, os arquivos estão repletos de Alvarás, Bandos, Cartas Régias, Leis, Ordenações, Regulamentos e mais legislações à espera de pesquisador que lhes dê um sentido histórico e desvende os segredos contidos nas manifestações perceptíveis e nos meandros do poder do Estado e da sua devida burocracia. O ofício de n.º 261 datado de 18 de novembro de 1860, indica o modo como eram redigidos esses termos de bem viver e uma de suas utilizações.

> N.º 261 - Das partes recebidas hoje nesta Secretaria consta, haverem sido hontem soltas Escolastica Bebiana de Sousa e Maria Maximiana, que se achavão presas, esta depois que assignou termo de bem viver na Subdelegacia de Pedro Segundo, pelo continuo estado de embriaguez, e aquella por ter sido encontrada na rua da Mandióca, no dia 16 do corrente mez, brigando com sua irmã Maria Theresa. 18 de Novembro de 1860. (APMT – CAIXA:1860 B2 – DOC. 129).

Em Cuiabá as prisões continuam, e os motivos vão pipocando em todas as direções, principalmente onde existe uma bica, por um crime cometido, um folguedo proibido como o cururu ou o batuque, um acontecimento que despertasse a curiosidade do povo à espera da polícia que pegava os desordeiros "pela munheca". Esses episódios não são exclusividade apenas do século XIX, certamente persistiram até o século XX, como mostra Dunga Rodrigues,

> Estas bicas eram distribuídas em vários pontos da cidade. As esquinas de bicas eram também palcos de reuniões e folguedos, principalmente em bairros mais afastados do centro. Não faltava gente que aí ficava de pé, mão no queixo, à espera de algum acontecimento. (DUNGA RODRIGUES, 1994: p. 147)

O ofício N.º 130, dá parte em 24 de agosto de 1860, registrado pelo chefe de polícia Jesuino de Sousa Martins, aponta os desordeiros e suas infrações,

> No dia 20 forão soltos Faustino Urquisa da Rocha, Eva Maria de Mello, que tinhão sido presos por serem encontrados brigando, e Silvano da Silva, que foi igualmente preso por ébrio e turbulento. No dia 21 forão soltos Bento Teixeira, Francisco de Faria, Gertrudes da Silva, Josefa Maria, Francisca Corrêa, Maria José, os escravos João, pertencente ao Reverendo Cura José Jacinto, Gregorio ao Alferes João Poupino Caldas, que tinhão sido presos por estarem fazendo motins, na rua do Bahú com danças de Batuque; Maria de Sousa, Mariana Belisia, Bibiana Pedrosa, Leonarda Corrêa, Antonio Rodrigues, Ricarda Gonçalves e Justino, escravo do Major Antonio Luiz Brandão por ébrios. (APMT – CAIXA 1860 A 4 – DOC. 421).

É interessante que dentro desse burburinho citadino, algumas vezes os ofícios trazem notações de diferentes assuntos, paz, crimes, saúde como neste de n.º 183 datado de 5 de Outubro de 1860, ao mesmo tempo em que relata a tranquilidade reinante "não consta que hontem occorresse facto algum, que alterasse a tranquilidade publica nesta Cidade", vem a seguir a notícia de ter achado um corpo onde o Subdelegado de Chapada comunica ao de Cuiabá, "que no mez findo fôra encontrado úm esqueleto humano, que veridicou-se ser de Antonio, filho de Maria Ignez, que havia desaparecido á três meses, e suppõe-se ter fallecido do mal da gota, que padecia". No mesmo ofício notifica ainda ao delegado de Cuiabá sobre doenças que grassam no município de Chapada "reina presentemente uma epidemia gatarrhal, que felismente não tem feito victima alguma". (APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 125).

Já em outro distrito, Rio Abaixo (Santo Antonio) o Subdelegado noticia em seu ofício n.º 197 de dez de outubro de 1860, o quadro da mesma doença em estado mais grave "participou-me o Subdelegado do Rio abaixo reinar no Districto de sua jurisdição com bastante intensidade a febre catarral, que infelismente tem ceifado algumas vidas". No ofício n.º 199 descreve um acontecimento muito conhecido no período e nos anos que se seguiram. O subdelegado de Livramento comunica a tentativa de roubo de uma urna "em a noite do dia 7 para 8 do mez de Setembro findo, por occasião das Eleições, um individuo tentou furtar a urna, em que estavão depositadas as cédulas, e no acto de tomal-a forão levemente feridas três pessôas" (APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC.128).

E no rosário de contas sem fim dos processos crimes e das partes policiais desfilam inúmeras mulheres e homens enfrentando as leis, regulamentos e normas que ordenam seus modos de viver, na tentativa de criar resistências e tentar sobreviver nesse contexto tumultuado onde a elite manda e o pobre "finge" que obedece. Vejamos algumas notificações:

> N.º 215 – hontem fora recolhido na Cadeia o paisano Raymundo da Silva Tavares, preso por ter sido encontrado, pelas dose horas da noite, nos subúrbios da rua da – Boa-morte – em estado de embriaguez, pretendendo desmanchar uma casinha de propriedade de Domingas de Tal, dando para seo começo á arrancar os barrotes da dita casinha; 21 de Outubro de 1860.
> N.º 216 – fora recolhida á Cadeia Felicia dos Reis, presa na rua do – Campo – por ébria e turbulenta; 24 de Outubro de 1860.
> N.º 219 – consta, ter sido hontem posta em liberdade Felicia dos Reis, presa no dia 21 do corrente, na rua do Campo por ébria e turbulenta; 26 de Outubro de 1860.

> N.º 221 – recolhida á Cadeia a escrava Ignez, pertencente a D. Antonia de Albuquerque Nunes, presa na rua da Fé, ás 10 horas da noite por ser encontrada vagando sem bilhete de sua senhora. 27 de Outubro de 1860.
> N.º 224 – consta ter sido roubada a casa do negociante Chrisancio Luiz Gularte, de fronte a ponte do Mundéo, ignorando-se a importância dos objectos roubados, e quem seja seo autor. A policia tractou de averiguações sobre esse facto, tendo mandado proceder o competente corpo de delicto. 28 de Outubro de 1860.
> N.º 226 – consta que forão presos em custodia o soldado do 2.º Batalhão de artilharia a pé João de Castro Reis, Carolina Simplicia e os estrangeiros Manoel Contusso e João Clemati todos para averiguação sobre o roubo feito em casa do negociante Chrisancio Luiz Gularte. 29 de Outubro de 1860.
> N.º 227 – acha-se recolhida ao Xadrez do Quartel de Policia desta Cidade, o recruta Eufrosino Soares de Moraes. Foi o mesmo recrutado por ser homem vadio caloteiro e além disto haver estuprado no Districto da Guia úma menina de nome Maria de 11 annos de idade, cuja mai não quis consentir em seu casamento com o estuprador, que a isto declarou sugeitar-se como meio de evitar a imposição das penas decretadas para essa espécie de crimes. 29 de Outubro de 1860.
> N.º 258 – consta, terem sido recolhidos á Cadeia Joana Delgado por suspeita de ter subtrahido úm par de bixas de brilhantes, pertencente a mulher do capitão Sebastião de Eça e Costa, e a escrava Ignez de propriedade de Francisco de Souza Machado, preso na rua da Mandióca por ser encontrada em estado de embriaguez. 15 de Novembro de 1860.
> N.º 259 – e soltas Joana Delgado por terem apparecido as bixas de brilhantes, que suspeitava haver subtrahido, pertencentes á mulher do Capitão Sebastião de Eça e Costa; e entregue a escrava Ignez á seo senhor Francisco de Sousa Machado, a qual se achava recolhida por ser encontrada em estado de embriaguez na rua da Mandióca. Consta mais, serem entregues ás suas senhoras os escravos Simão, Caetano e Maria Cassange, os dous primeiros a D. Escolastica Joaquina de Almeida, e a ultima a D. Isabel de Arruda Maciel, os quaes forão aprehendidos pela Bandeira nos quilombos do Sipotuba. 16 de Novembro de 1860. (APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC.128).

No ofício de n.º 235, a seguir, relata o resultado referente ao roubo comunicado no ofício n.º 226, acima, no qual deixa transparecer toda sua indignação pelo fato de um soldado ser o criminoso,

> N.º 235 - Em vista destas indagações sou levado a crer, que seu único autor foi o Soldado do segundo Batalhão de Artilharia a pé, João de Castro Reis, que assim confessou, narrando o facto delictuoso com todas as circunstancias que o acompanharão. Semelhante resultado, ao passo que deve já considerar-se como úm importante triumpho para a causa da Justiça, a qual fica d'est'arte habilitada para descarregar, certeira, todo o peso da punição sobre o verdadeiro culpado, não pode pois sem duvida deixar de contristar-nos, por vêr-se que o numero daqueles, a quem a lei confiou a guarda da propriedade é que foi encontrado seu injusto aggressor. Infelizmente não é este o único facto desta ordem practicado pelo refferido soldado, [...] se attribuem a ele e á outros praças do indicado Batalhão; o que sobre depor contra suas

> moralidades tende á discrer cada vez mais na confiança, que a presença desta parte da força publica devia inspirar á população, e reclama o emprego de meios conducentes á fazer cessar com esse estado de cousas por demais assustador. 2 de Novembro de 1860. O Chefe de Policia, Jesuino de Sousa Martins. (APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC.128).

O relato que se segue, nos faz contemplar um mundo cheio de imagens contraditórias. Parecem, por vezes, miragens, sonhos ou devaneios, mas não deixa de ser também desejos, realizações e delírios de um sofrimento maior. Buscar o parceiro em terras longínquas não é sacrifício, nesse caso, é a esperança de encontrar o subsidio que permita dar prosseguimento à sua vida. Ler essa carta é reabrir o passado de uma desconhecida para ampliar os horizontes do presente de uma pesquisadora, é sonhar com ela no cerne de sua solidão em busca de sua vida exterior completa, sua casa, as palavras deitadas nas conversas ruidosas e cheias de risos e alegrias. O que ela deseja não é o companheiro de volta, pois já sabe ele ter falecido, o que a move é a esperança de uma resposta oficial para o rompimento de um contrato do matrimônio a que se submeteu com o desaparecido e, dessa forma possa prosseguir sua vida e tomar conta dos negócios que lhe cabe. Vale a pena uma pesquisa mais aprofundada para saber o resultado, pois consta no corpo da carta, ter sido respondida em 20 de Março de 1861. Eis a carta na íntegra,

> Não me sendo possível, Exmo. Senr. saber por outro meio e com a preciza certeza, que se me faz mister, se não pelo seguro intermédio de V. Ex.ª que, não recusará de certo, á vista de poderozas circunstancias que afligem á uma consorte desditoza, providenciando como melhor entender em seu beneficio; vem com o mais profundo respeito impetrar á V. Ex.ª um favor, grandíssimo para mim, e pelo que me confesso desde já eternamente agradecida á V. Ex.ª. Eu, Exmo. Senr. sou natural da Cidade de Laguna, e ora domiciliária d'esta Cidade do Desterro; cazei-me outr'ora n'aquella Cidade com o súbdito Francez – José Adolpho de Mazura que se acha daqui auzente há oito anos, inclusive cinco para seis anos que reside n'essa Cidade de Matto Grosso, e cujos signaes característicos são os seguintes: é alto, de boa figura, bastante claro, olhos azuis, cabellos loiros e já principiando a embranquecer, barba cerrada presta e crespa, e terá de idade pouco mais ou menos 42 annos: intende do negocio de fazendas e do officio de cabellereiro. Depois que domiciliou-se n'essa Capital já mais deu noticias suas, e mesmo a noticia d'ahi existe, eu a soube vagamente. E porque, Exmo. Senr., me contasse ultimamente ter elle fallecido, e eu por justíssimos motivos muito desejo saber a veracidade d'isso, porisso que certos particulares de família, e de assas ponderação necessitam de um attestado que justifique e faça fé em justiça e fora d'ella: por isso, Exmo. Senr., vou rogar a V. Ex.ª para que usando de sua extrema e costumada bondade, Dê Suas convenientes ordens afim de que eu seja provida da certeza que se faz mister podendo remetel-a á mim pelo Correio em direcção á esta Provincia, e Cidade do Desterro, onde me acho. Favor este, Exmo. Senr., que V. Ex.ª faz em prol de uma

> desventurada, e a bem de meu governo, e para que finalmente sem quebra do contracto conjugal a que me expuz, possa livremente dispôr dos negócios que me dizem respeito. Sou com o mais profundo respeito Cidade do Desterro na Prov.ª de Santa Catharina, 10 de Novembro de 1860. De V. Ex.ª humilde Serva muito obrigada e Criada. Maria Thomazia de Jesus Velho (APMT – CAIXA: 1860 B3 – DOC. 288).

Mulheres de fibras e de fitas na travessia desse universo de possibilidades residindo, estando, morando ou passando por Cuiabá, a cidade que Floriano Peixoto quis apontar de forma espirituosa sua localização "No fim do mundo, há um rio; do lado de lá desse rio, há uma montanha; atraz dessa montanha, está Cuyabá". Distâncias à parte, em qualquer lugar do mundo existe uma cidade e não é a distância entre uma e a outra que define o gênero de seus habitantes. Homens e mulheres há em todas elas, cada um com suas especificidades e, interrogando os silêncios, a mulher tem seu papel garantido como sujeito da história, elas nunca silenciaram nem são silenciosas, pelo contrário, seu silêncio aos poucos encontra as brechas das janelas, das gelosias e das portas e como sombras se esgueiram e se insinuam nas ruas, nas bicas, na vila, na cidade. As mulheres têm o poder de transformar emoções em reações e, segundo o pensamento de Michelle Perrot, as vozes femininas jamais se calaram, pois as mulheres são águas dormentes,

> Às vezes é a mulher fogo, devastadoras das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora calcinando as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, que a psicanálise, guardiã da paz das famílias, colocará na categoria de neuróticas; filhas do diabo, mulher louca, histérica, herdeira das feiticeiras de antanho. A ruiva heroína dos romances de folhetim, aquela mulher cujo calor do sangue ilumina a cabeleira e a pelo, e por meio de quem a infelicidade chega, é a encarnação popular dessa mulher de chamas que deixa apenas cinzas e fumaça. (PERROT, 2005: 199).

E na solidão e silêncio dos arquivos encontram-se milhares de vozes femininas silenciadas que a qualquer momento podem tornar-se audíveis. Vozes que clamam por ser ouvidas e um dia o foram deixando seus rastros sonoros no papel ressequido com cheiros que não são os seus. Rastros de perfume que às vezes marca uma trajetória. Vida e morte se entrecruzam nas leituras dos arquivos, mais vida que morte, mais luta que cansaço, mais vitória que fracasso.

Mulheres do século XIX, momento em que o poder era dos homens, mas a força residia nelas, deixa a segurança (?) das paredes da casa e se joga no feitiço inebriante das ruas. São momentos de mudanças profundas, de visões deformadas e deformantes do feminino, mas elas não de escondem, ao contrário, deixam-se levar por rios de águas

claras, carregado de sedimentos e compostos da alma nesses caminhos líquidos, ricos em matéria orgânica, força, coragem, vontade, desejos de sentir e viver o novo que se anuncia. Carregadas de sonhos, mas também criando e produzindo ações, muitas vezes próprias dos homens, dentro de uma sociedade disciplinar e dolorosa. A dor se sente, se vive e em qualquer época é dolorosa e sofrida, o que precisam é criar formas de resistência às dores do mundo. E a mulher perscruta, investiga, e na sua figura eminente consegue!

E fechando essa porta, aberta ao sabor do ir acontecendo nos impulsos das emoções, encerramos essa parte em que a mulher é vista não como o espelho da sociedade, mas como o reflexo dela. Momento em que o eu e o outro se tornam espelhamento deles mesmos, frágeis e vulneráveis de um lado, quando se tem que acompanhar o autoritarismo e imposições das leis. Fortes e invulneráveis nessa antítese que intera e integra, juntando pedaços do imaginário de uma época tangenciada pela criminalidade ao criar as formas de resistência à ela. Mas não foram só os crimes que lançaram mulheres na rota dos processos e das partes policiais descortinando lhes a alma. Examinando outros documentos percebemos novas configurações de sentimentos contraditórios num intercâmbio de imagens que fluem da mente e pairam sobre ela mesma. Mulheres fazendeiras, mulheres lavadeiras, mulheres que ganham com o corpo o sustento da vida, que lutam e nunca desistem de alcançar o intuito final que cada uma quer para si e para os seus.

2.4 NA SAÚDE E NA DOENÇA OU ATÉ QUE A BOTICA TRAGA A CURA

> Eis o grosso indicador de uma Megera, de um torvo matasano, envolvido em tiras de pano, ou trapos, que aumentam consideravelmente e grossura; e esta lanada, embebida de uma mistura de pólvora, pimenta, alhos, vinagre ou cachaça, em que entra, alguma vez, o sulfure de cobre, ou pedra lipes vulgarmente, é introduzida, à força, pelo ânus do miserável paciente, e com rudes movimentos em todos os sentidos se fazem dolorosas fricções pelas paredes do ânus, e parte do reto: o doente em gritos tolera esse brutal processo operatório, e banhado em frio suor, cai, sempre em profundo abatimento, do qual não poucas vezes, passa para a sepultura, vítima de intensa enterite, ou da exasperação do seu mal.(VIEIRA, 1846: 12).

A “modernização” dos trópicos viaja pelo mar, vinda de Portugal em 1808, carregando bibliotecas e nela o saber constituído por letrados, os quais chegam junto com a comitiva da corte portuguesa para o Brasil. Com a família real inicia-se o “aprontamento” da cidade para estabelecer a nova corte. Entre as desocupações,

expulsões, no empurra-empurra do povo para as zonas mais distantes, são criados estabelecimentos de diversos saberes entre eles, em 1812 o Laboratório Químico Prático, lugar de preparo dos candidatos que se interessavam em tornar-se profissionais em boticas e em 1832 é a vez do curso de Farmácia, no Rio de Janeiro.

De acordo com Câmara Cascudo (2010), Kant coloca os médicos em três categorias, segundo sua acepção; já ele, Câmara Cascudo, denomina os médicos de acordo com as camadas que formam a terra: "Basálticos, Graníticos e Aluviais", numa análise muito interessante sobre os médicos do passado, do presente e do futuro.

> O Basáltico é o fundamento, o chão, a raiz. O Granítico, pilar de sustentação, balaustrada vistosa e linda, que mantém o edifício no plano da elevação, na indispensável verticalidade da função missionária, segura, lenta, incansável. O Aluvial é a terra de plantio, o abrigo da semente que se fará fruto para a continuidade. É o elemento condutor expansionista, irradiante. Dínamo da propagação, transmissão, vitalismo, atualizante. Nem tudo germina, mas tudo é semeado na inquietação mental do euforismo. [...] O Basáltico é a cabeça e os pés. O Granítico, o sistema circulatório. O Aluvial, as asas. (CÂMARA CASCUDO, 2010: 70).

Enquanto a figura do médico generalista cuidava da prática médica clínica, da mesma forma que a utilizada em Paris, que era o grande centro formador de médicos, abaixo da linha do equador os humores exalavam devido ao clima, aos desregramentos de todas as ordens, aos excessos alimentares, sexuais e morais, à emoção exacerbada e os miasmas. A população rural era a que mais sofria com a falta de médicos, entregues aos "cuidados" de sangradores, curandeiros e charlatães. A necessidade de médicos se nota nos relatos dos documentos "contratar com o Alferes Barnabé de Mesquita para fazer a applicação dos medicamentos aos doentes, guiado pelo formulário do Dr. Provedor da Saude, attenta á falta de facultativos naquella Villa, e n'esta Cidade". (APMT – CAIXA: 1 – DOC. 4436). A população acreditava mais nos remédios milagrosos apresentados pelos vendedores ambulantes, nas raízes e plantas da medicina caseira elaborada pelos práticos do que nos diplomados médicos, cuja função terapêutica era motivo de desconfiança. A medicina popular, em meados do século XIX, apresentava uma lista considerável de medicamentos para os mais variados males como pernas inchadas, cancro, sífilis, doença dos olhos e até a cura para a bebedeira, causando grande desgosto aos homens professos da medicina.

Mato Grosso sempre se distinguiu das outras capitanias pelo ar pestilento denunciado na documentação e, em razão disso, segundo as narrativas, as doenças vão se instalando em todos os cantos da Capitania. Em abril do ano de 1808, em carta enviada ao então governante da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravemberg, pelo capitão Jozé de Brito Freire, de acordo com a citação seguinte, confirma essas impressões,

> Sey inexplicável o Sentimento que recebi pelas Canôas que proximamente chegarão a este Forte da triste noticia de que a mais grave moléstia tinha cometido a precioza Pessoa de V. Ex.ª nessa Villa e que só os votos e suplicas que fazião a Deus pela consevação de huma tão importante Vida, como a de V. Ex.ª hé que atribuião ser milagre, e ouvido pelo Supremo, os seos votos, para que V. Ex.ª resistisse a hum combate, e pódeçe depois moralizar o quanto nele padeçeo, por que ao mesmo tempo logo me foi comonicado, a mais alegre e que certifico a V. Ex.ª que ela me fez ter o maior contentamento por me verificarem que V. Ex.ª cheyo de hum serviço, animo, e sublime valor, tinha resistido a todos os combates de que esta grande moléstia atormentou o corpo, e Espirito de V. Ex.ª e que já estava livre do primeiro que hera do que todos que tem a honra de serem súbditos de V. Ex.ª mais temíamos, pois como temos conhecimento deste Clima, sabemos que por mais contidas, as dietas que se poção escançar, jamais o Pais deixou de arejar, contra todos os sofrimentos, golpes, e tão bem estamos certos que vencereis dosse os primeiros, a todos os mais se resiste com muita facilidade, assim o desejo a V. Ex.ª e rogo ao Criador, haja de darme assim, e a todos este Povo, a Illm.ª Pessoa de V. Ex.ª, para nos servir de Pay e para nos Governar com aquela recta Justiça de que tanto he doctado, por muitos anos izento dos rigores do clima, gozando pelo futuro da mais vigorosa saúde. Deos Guarde a V. Ex.ª como todos lhe desejamos. Forte do Principe da Beira 25 de 7br.º de 1808. (BR-APMT.RFP.CA 1119 – CAIXA: 015).

Nessa carta o tom do discurso nos permite perceber um certo exagero nas palavras, cujo tom empregado é tipicamente do romantismo da época, em que a liberdade de criação e expressão predominava com a supremacia do indivíduo. Alicerçado em três pilares: paixão, emoção e liberdade, esse sentimentalismo define aquilo que é mais ou menos importante. No caso do documento citado o desejo profundo de que o chefe se restabeleça da "grande moléstia" que lhe atormenta o corpo e o espírito. A doença como componente do discurso inflamado, a exaltação da nacionalidade "para nos servir de Pay e para nos Governar com aquela recta Justiça de que tanto he doctado" e, por último o forte sentimento de religiosidade que perpassa todo o documento. O período permite, sugere e contribui para esse sentimentalismo exacerbado empregado na documentação, em que o povo sofrido se joga na fé para conseguir superar as desgraças advindas da

natureza inóspita e de clima pestilento. Por esse motivo que as pessoas acreditavam muito mais nas ervas dos curandeiros do que na medicina alopática dos acadêmicos como afirmava o filósofo italiano Giordano Bruno (1548-1600) "os magos podem conseguir pela fé mais do que os médicos pela verdade" mas, o tempo passa e com ele vem as mudanças.

Mesmo com a instalação das Juntas de Higiene Pública no ano de 1850, não houve grandes mudanças nos campos da saúde pública. A chegada das grandes epidemias em meados do século XIX no Rio de Janeiro, como a febre amarela em 1849, a cólera e a varíola, que se espalharam por todas as províncias, apesar das tentativas de atalhar a viagem dessas desgraças que abalaram as estruturas da nação, atingindo indistintamente ricos e pobres, brancos, negros e índios, é que as autoridades se viram na contingência de tomar providencias enérgicas. As epidemias alcançaram com rapidez Mato Grosso que se desmanchou em lágrimas, dores, suores e horrores.

Em ofício do Dr. José Antonio Murtinho dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, em 1856, Augusto Leverger escreve sobre a urgência em combater a cólera e envia instruções para a quarentena a ser estabelecida no Salto Augusto, o regime sanitário para preservar Mato Grosso da invasão do "cholera morbus" que pode chegar pelo Pará e Amazonas. Acompanhada ainda "a descrição dos symptomas da moléstia, do seu método curativo, e dos meios de desinfecção das pessoas e cousas". A citação que se segue trata do ofício que transcrevemos na íntegra, no qual Leverger nomeia a cólera de "horroroso flagelo":

> Tendo eu visto pelos últimos jornaes vindo da Corte que a cholera morbus, que parecia quase extincta no Pará tinha de novo recendecido, apressei-me, segundo as ordens que tenho de V. Ex.ª , em formular humas instrucções ou regimem sanitário, que podessem servir de medidas preventivas, contra a introdução da cholera morbus nesta Provincia pelo lado do Pará e Amasonas, e vendo que não poderia conseguir-se a ida de úm Facultativo para o ponto em que se vae estabelecer a quarentena, e que o tratamento dos doentes, que chegarem aquelle lugar, se por infelicidade nos for importado aquelle mál, há de ser encarregado a algum curioso, julguei tão bem dever dar a descripção circunstanciadas dos sintomas da moléstia em todos os seus períodos, e do tratamento respectivo para combatel-a, se he que se pode bem combater hum tão horroroso flagelo! Naquelas instrucções, e tratamento não pude adoptar tudo o que a sciencia aconselha em taes circunstancias; por que baldos de todos os recursos como estamos, não quis lembrar medidas, que não se podessem executar, e tratamento que não fosse applicado, e por isso procurei com todo o cuidado fazer úm trabalho, que estivem em relação com os meios de que podemos dispor. Muitos dos ingredientes ou substancias para a desinfecção das pessoas

> e cousas, como os chloruretos de soda e de cál, não as há nesta Capital, e se as há é em tão pequena porção, que para nada pode servir, e nem meios nem proporções para fasel-os, e mesmo se pode dizer a respeito dos medicamentos para tratamento dos cholericos, vendo-me por isso obrigado a lançar mão de outros, com cuja efficácia não se pode contar. O trabalho de que trata este officio, e que incluso o achará V. Ex.ª he para mim absolutamente novo, devendo estar por esta razão muito imperfeito. Para o fazer consultei alguns tuthores, que tem escripto sobre a matéria, e de muito socorro me foi o trabalho do Presidente da Junta Central de Hygiene Publica sobre a cholera morbus, e regimen sanitário para os portos do Imperio; apresentado ao Exm.º Senr. Ministro do Imperio no anno proximo passado. (APMT – CAIXA: 1856 C1 – DOC. 4980).

Apesar de todos os cuidados a cólera avançou em todas as direções do país, comprovando a falta de médicos e de condições mínimas de higiene que atinge todas as camadas da população. Nos ofícios trocados entre as províncias, os relatos e a documentação mostra que a cólera invadiu com furor demoníaco a província mato-grossense, causando muitas mortes e por um longo período, principalmente durante a Guerra contra o Paraguai. Seguem os relatos nas demais províncias pelo país. Em Sergipe, março de 1856, "continua aparecer casos bem fataes do cholera morbus"; abril do mesmo ano "quanto a epidemia reinante – o cholera morbus – achando-se ainda agora soffrendo os effeitos de tão terrível flagelo". (DOC. 4927). Na Paraiba "Tendo-se a epidemia reinante desenvolvido pouco á pouco por quasi todos os pontos do interior, acabou por accommetter esta capital desde fins do mez próximo passado, tendo já chegado á mortalidade a mais de quatrocentos indivíduos". (DOC. 4928).

"Tranquilidade", uma antítese dos acontecimentos, palavra que deve ser pesquisada a sua utilização em períodos de doenças tão graves para a população. Que tranquilidade é essa em lugares onde a morte está alojada? E as contradições continuam. Pernambuco, fevereiro de 1856, "esta Provincia goza de perfeita tranquilidade, cabendo-me porem o pezar de accrescentar que a epidemia reinante já tem assolado muitos pontos della, manifestando-se ultimamente alguns casos nesta Capital". (DOC. 4930). Em Santa Catarina, março de 1856 "a triste noticia de se achar n'esta Capital a epidemia, que tanto tem flagellado a outras do Imperio" e segue em outro ofício do mês de abril, conforme a citação seguinte, que apresenta os óbitos nas freguesias, alertando para a presença de dois facultativos e medicamentos, mas não foram chamados para tratar os doentes,

> Tenho a honra de participar a V. Ex.ª que esta Provincia continúa em paz. A epidemia esta quasi extincta na Capital, onde já tem passado dous, e três dias sem óbito algum proveniente d'ella. No mez de Março

> fallecerão trinta e oito pessoas inclusive um soldado do Deposito, e no corrente athe hontem, dezessete inclusive outro soldado. No Municipio de S. Miguel onde reinão em grande escalla, as intermitentes e cholerinas tem-se dado alguns casos de Typho, observados pelos Medicos, e outros em numero de seis no decurso de um mez que dizem ter sido da cholera, entretanto dizem os Medicos, que não os tendo observado, e sendo diversos os relatórios das pessoas da família não as podem como taes classificar. Na Freguesia de S. Antonio nestes últimos dez dias tem se dado quatro óbitos sendo trez escravos, e uma pessoa livre. Não forão tratados por Medicos, não obstante haver na Freguesia dous Facultativos e medicamentos, por não terem sido chamados. Nada mais a respeito da cholera me consta; é porem quasi geral as intermitentes, e simples cholerinas, isso há mais de seis mezes. (APMT – CAIXA: 1856 B2 – DOC. 4939).

Em Maceió, janeiro de 1856, "tendo-se desenvolvido a cholera morbus nas Villas do Sul e agora nesta Capital, mais de quinhentas victimas tem baixado á sepultura, continuando tão fatal hospede a desenvolver com a maior intensidade seus mortíferos golpes". (DOC. 4952). Em fevereiro do mesmo ano "Nesta Capital 248 individuos tem fallecido. Pôr toda parte a população mostra resignação christã e coragem no meio dos soffrimentos. O n.º das victimas até hoje poder ser calculado em mais de oito mil". (DOC. 4944). Em outro ofício do mesmo mês e ano declara a gravidade da situação e o grau que atinge tamanho flagelo, conforme demonstra a citação seguinte:

> Com profundo pesar cumpro o dever de participar a V. Ex.ª que continua o Cholera a fazer grandes estragos nesta Provincia que tem sido extensa e intensamente flagellada. Os pontos mais devastados ultimamente são a florescente povoação do Pilar e as Villas da Palmeira e Assembléa nas que reinou com fúria o mal. A epidemia ameaça invadir todos os pontos da Provincia e prossegue em sua mortífera derrota em rumo do Sul a Norte. Até agora tem sido invadido com maior ou menor intensidade quasi todas as povoações das diversas comarcas da Provincia, a exceção da de Porto Calvo, a qual fica mais ao Norte, no entanto para que o mal para lá se encaminha lentamente, havendo ultimamente atacado com força a Villa da Imperatriz. Nesta Capital tem a epidemia recrudescido algum tanto desde o dia 6 do corrente oscilando a mortalidade diária de 12 a 19 pessoas. No dia 12 do corrente fui levemente affectado da moléstia reinante que felizmente não me impedio de continuar no expediente providenciando sobre os pontos da Provincia em que grassa a epidemia, aos quais tenho remettido os mais promptos soccorros. (APMT – CAIXA: 1856 B2 – DOC. 4944).

Relatar sobre as doenças em Mato Grosso é palmilhar caminhos longos, tortuosos e doloridos, de lutas em busca de meios para tratar uma infinidade de males emanados das matas cobertas por mosquitos bravios ou do ar impregnado de odores pútridos das águas estagnadas, exalando miasmas e deixando o ar ainda mais infectado.

Muitos pesquisadores se lançaram na arte de colher informações sobre as doenças, as formas de cura, os tratamentos e suas especificidades, os medicamentos utilizados e a contribuição dos naturalistas que por aqui passaram classificando plantas e seus princípios ativos.

As listas de medicamentos e os relatórios sobre doenças, saúde, tratamentos etc., compõem o acervo do APMT, com longas relações com os medicamentos, suas quantidades solicitadas, as medidas e dosagens, tanto para aquisição como para aplicação aos doentes, mostrando que a arte de curar está associada à natureza e as ervas, além de outros tipos de medicamentos. Mostram ainda parte das normatizações estabelecidas pelas autoridades com relação à saúde, ao saneamento, as águas, a criação e abate de animais, entre outras regras.

O documento seguinte, mostra com riqueza de detalhes como era efetuado o tratamento de uma doença grave, a cólera morbus, que assolou não só a província de Mato Grosso como as outras províncias do Brasil. Nele estão registrados os meios adequados para aliviar os doentes através dos processos de cura de tão terrível mal.

Therapeutica dos diversos período da cholera morbus	
Período dos symptomas premonitores	
Medicação interna	
Bebida diaforética	
Flores de viola	3 oitavas
Agoa fervendo	½ quartilho
Infunda em vaso tapado ou em úm bulle por algum tempo e quando fiser uso adoce com assucar	
Pode se fazer a mesma infusão de flor de sabugueiro e de grelos de laranjeira.	
Limonada de creme tártaro	
Creme tártaro	2 oitavas
Nitrato de potassa	36 grãos
Assucar	1 onça
Agoa	4 onças
Tomar as chicaras	
Medicação externa	
Cataplasma de mostarda sinapismo	
Farinha de mostarda	1 $
Agoa morna	que seja bastante para fazer cataplasma

Pedeluvio sinapizado, ou escalda pés com mostarda	
Farinha de mostarda	4/os
Agoa morna	2 quartilhos
Dilua a farinha n1agoa; cubra-se a vasilha, e fique em repouso por alguns minutos e ajunte depois a quantidade necessária de agoa bem quente para escalda pés.	
Fomentação para o ventre	
Óleo de amêndoa doces	2/os
Láudano liquido	2/8s
Misture	
Clyster ou borraxada	
Cozimento de linhaça	6/os
Polvilho	½ onça

(APMT – CAIXA: 1856 C1 – DOC. 4980).

Na viagem empreendida pela documentação no APMT, encontramos uma gama variada e infinita de informações sobre saúde, doenças e os procedimentos de cura utilizados, tanto nas cidades como nos sertões, nos quartéis e hospitais militares. A cada linha visualizada e transcrita, transpira a atmosfera real do tema em questão, transportando-nos para os lugares a encontrar pessoas que nos permitam uma cumplicidade com a memória revivida, através da leitura nesse ambiente onde "o arquivo parece uma floresta sem clareiras", volumoso, cheio e abundante. É preciso adentrar essa floresta hermética e perscrutar suas frestas para apreciar o seu interior e deleitar-se na saborosidade do seu conteúdo. O arquivo por si só já é um espaço carregado de "efeitos maléficos" do papel não tratado com seus ácaros, cupins e a oxidação, mas o lugar ideal para encontrar as informações sentindo o aroma que exala desse papel envelhecido, carcomido e doente pela ação do tempo. Encontra-se empilhado, úmido ou ressequido, à sombra do dito e do "não dito", que se assemelha ao desejo do pesquisador em encontrar a essência da busca em meio à massa, através dos vestígios e ausências nas entrelinhas.

E nessa floresta metafórica encontramos os relatos ocorridos nas florestas reais, como no ofício seguinte, transcrito a seguir (sem assinatura), enviado à Câmara Municipal de Cuiabá em 27 de setembro de 1834, por um médico estrangeiro exercendo um trabalho filantrópico, no qual relata as doenças e as dificuldades das pessoas em lidar com elas, por falta de recursos. Ele mesmo não recebeu do governo a devida atenção que se deve dar a um "estrangeiro útil", embora afirme que continuará atendendo aos doentes oferecendo seus próprios medicamentos,

> Tenho a honra de avisar a esse Ill. Mo. Que desde o dia 15 do presente mês, tem se declarado em essa cidade de Cuiabá, hua epidemia que apresenta os caracteres segtes.
> Febre catharal benigna
> Febre catharal maligna
> Pleuris
> Pleurea = pneumoina
> A clace indigente nhe a que mais se fazem sentir os golpes mortíferos d'este flagello. Desde o dia 15, ate o dia 24 de esse mês teno acudido a mais de 12 indigentes diariam.te, nenhuá pessoa sucombio, porque os caracteres da doença estavaó benignos; é que eu auxilhava, tanto que me foi possível com m.osprópios remédios; Porem desde o dia 24, o numero de doentes tem-se acresentado demasiado; e teno reparado que os caracteres malignos tem-se desenrolhados com mais vehemencia. Minhas forças pecuniares já não me permittem auxilhar a tantos pobres com m.os remédios, nem de outro modo com dinheiro. Parece-me, que tal circunstancia; He de m.º dever de dirigir me á esse Illtre Municipio, enfim de avisar lhe do deplorável estado dos pobres; e que puxada pela sua conhecida Philantropia; tome alghuns meios pela salvação d'essa parte interessante da sociedade. Illtre Municipio, ainda, que fallando com sinceridade não tenho recebido em Cuiaba as attenções hospitalariar que todo estrangeiro útil deve esperar é do Gov.º e do cidadãos pobres donde se apresenta; não deixarei, em essa critica circonstancia de seguir m.º dever moral continuarei visitando os pobres de graça. Porem. Preguntarei a esse Illtre Municipio a que servirão as visitas do medico, se o infeliz doente não tem nem que procurar se remédios, nem mesmo alimentos. (APMT – CAIXA 03 - C. M. C. Doc. N.º 57 – 1834).

É nesse contexto de doenças, mortes, insalubridade e pobreza que as pessoas vão construindo suas relações de trocas muito discutida pelos viajantes desde o século XVI, introduzindo um debate que se transforma em uma dimensão maior dessas trocas de saberes, de solidariedade e de conhecimento. Aqui não tratamos da viagem às bibliotecas, quando o ato de abrir um livro de viagem bastava para adentrar o mundo textual, onde cada leitor se torna um viajante, permitindo apreciar toda dimensão dos acontecimentos. Embora a biblioteca seja importante, a experiência vivida empiricamente por essas pessoas que se deslocam por esses vastos caminhos mato-grossenses, revela mais indícios do que aqueles descritos nos livros dos viajantes estrangeiros.

Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), cognominado o "Humboldt brasileiro", naturalista nascido em Salvador com doutorado em Coimbra em 1779, foi o único naturalista brasileiro a viajar pelo Brasil e, nas ricas páginas dos seus diários e memórias[122], deixa uma lição desse conhecimento empírico que atravessou séculos e hoje é tido "como o verdadeiro precursor dos grandes estudos científicos e pesquisas de campo

[122] Ver a obra de FERREIRA, Alexandre Rodrigues. ***Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.*** (Org.) BRANDÃO, Adelino & TELLES, Tenório. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

no domínio da etnografia indígena e da história natural do Brasil". (FERREIRA, 2008: 117).

Em suas memórias registrou a diversidade da natureza brasileira e das nações indígenas juntamente com pranchas e desenhos magistrais. Acompanharam nessas viagens dois desenhistas riscadores Joaquim José Codina e José Joaquim Freire e o jardineiro botânico Joaquim do Cabo. Essa viagem a Mato Grosso se deu entre os anos de 1783-1792 rendendo ao país até hoje os frutos dessa viagem, cujas memórias estão repletas de anotações sobre as enfermidades endêmicas[123] da capitania de Mato Grosso.

No século XVIII o pensamento médico primava pela interpretação da teoria humoral baseada nos pressupostos hipocráticos de que a natureza era formada pela junção dos quatros elementos: ar, água, terra e fogo. A esses elementos Hipócrates associou os quatro humores do corpo humano: sangue, phlegma (muco), bile amarela e bile negra.[124]

Todas essas observações servem para dar suporte e maior compreensão acerca das doenças, suas ocorrências e as repercussões no contexto mato-grossense já tão discutidas nos relatos de viagens. As doenças e as curas, nos séculos XVIII e até o XIX, estavam ligadas tanto à natureza como ao ar, vinculado às estações secas e chuvosas, regulando a expansão dos fluidos e o comportamento dos indivíduos. A citação seguinte mostra como esses humores afetam a vida das pessoas, principalmente aquelas que têm suas vidas ligadas em função de navios e portos,

> [...] o ar de um lugar é um caldo pavoroso no qual se misturam as fumaças, os enxofres, os vapores aquosos, voláteis, oleosos e salinos que exalam da terra, e, se for o caso, as matérias fulminantes que ela vomita, a morrinha que sai dos pantanais, os insetos minúsculos contagiosos que se elevam dos corpos em decomposição. Mistura fervilhante, incessantemente corrigida pela agitação, teatro de estranhas fermentações e transmutações em raios e trovão, e remanejado pelas tempestades, nas quais são abolidas as partículas sulfurosas superabundantes. Mistura assassina em tempos de calmaria, quando se delineia a temível estagnação que se transforma os portos obrigados e as baias profundas em cemitérios de marinheiros. (CORBIN, 1987: 21).

O APMT oferece aos pesquisadores verdadeiros tratados sobre as doenças e o estado sanitário de cidades, quartéis e localidades infestadas dos muitos males carregados

---

[123] Ver PÔRTO, Ângela.de Araújo. (Org.) ***Enfermidades endêmicas da capitania de Mato Grosso:*** *a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. (Coleção História e Saúde).

[124] Para saber mais sobre o assunto ver: MAFFEI, W.E. ***Os fundamentos da medicina***. São Paulo: Artes Médicas Ltda, v. 2, 1978.

pelos ares pútridos que se espalhavam. Nos documentos sobre doenças já localizados, muitos destacam os malefícios desses ares, como o extrato n.º 5 do ofício dirigido ao presidente da Província pelo Dr. provedor de saúde pública, Dr. José Antonio Murtinho, datado de 19 de novembro de 1856, que transcrevemos a seguir:

> Depois do ultimo relatório sobre o estado de salubridade desta Provincia, que tive a honra de levar á presença de V. Ex.ª, em data de 12 de Novembro do anno próximo findo, nada ocorreo que alterasse aquelle estado até o meado do mez d'Agosto do anno que corre. Em todos os anos nesta Provincia na entrada das agoas, quando os calores são mais fortes, e que o vento norte, que então constantemente reina, e substituído pelo vento sul, que faz baixar immediatamente a temperatura, dando lugar a suppressões rápidas de transpiração, costumão soffrer os seos habitantes de affecções catharrhaes, de congestões do fígado, de diarrheas, segundo a hidyosincrasia[125] de cada hum, desapparecendo toda essa feição mórbida immediatamente que as chuvas cahem em abundancia. Este anno porem, em vez de se passarem as cousas como de ordinário, de 15 d'Agosto em diante começou a apparecer hum ou outro caso serio, de bronchites aguda, de pulmonias e pleurizes, que em poucos dias accommetteo toda a população desta Capital, e rara foi a casa que não soffreo do insulto da moléstia que grassava, que então tomou o caracter mais ou menos violento, segundo a constituição athmospherica desses lugares. A bronchites aguda, pulmonia e pleuriz, reinando de baixo da forma epidêmica, fez com especialidade não pequeno numero de victimas nos velhos e nas crianças da classe menos abastada desta população, e maior parte das victimas succumbirão uns por falta de recursos, outros por não se quererem sujeitar a hum tratamento regular, e muitos por não haver quem lhes fizesse a menor applicação em regra. (APMT – CAIXA: 1856 C1 – DOC. 4992).

Como podemos observar a crença era de que as doenças estavam intimamente ligadas às estações do ano e à natureza de um modo geral. Atribuir doenças aos aspectos da natureza era comum no período, da mesma forma que as curas também estavam ligadas às práticas voltadas para a utilização das plantas, infusões, beberagens para conter o avanço de males até então desconhecidos, assim como eram desconhecidas as suas curas. Dessa forma a partir dos odores pútridos, dos miasmas e das secreções das misérias, onde o pobre era o maior exalador, se esboçava os traços de sociabilidade unindo os desvalidos, na doença e na cura.

[125] Com vários sentidos, dependendo do contexto, idiossincrasia na medicina refere-se ao modo como os médicos definiam as doenças no século XIX, ou seja, cada doença era relacionada com cada paciente, e não em evidências, como é atualmente. Na psiquiatria, o termo é uma condição mental específica de um paciente, e na psicanálise é usado para se referir ao modo como os indivíduos reagem, percebem e experimentam uma situação comum.

Em outro documento localizado, a narrativa que se segue traça os modos de cura obtidos através da água de um determinado lugar, o qual não foi possível a identificação por faltar o início do documento (tropeços compreensíveis de quem viaja por documentos dos arquivos). Talvez em uma pesquisa mais demorada seja possível encontrar em meio aos maços, o fragmento que falta. Eis algumas das dificuldades da pesquisa, a falta de organização contínua transformando a busca em um verdadeiro quebra-cabeças. Apesar do hiato da localização, o fragmento traz uma gama considerável de informações, entre elas, os nomes dos pacientes, as doenças que sofriam, a indicação medicamentosa, os prazos de cura etc.

> [...] melhora de inflamação de fígado. Joaquim Candido da Silva que restabeleceu-se a dispepsia com 8 dias de uzo das aguas. José Pedro Clemente com ulceras cancerozas e febre imtermitente, sua mulher que soffria de tumor uterino que rompeo em 8 dias e de aspepsia, sua filha Joana que soffria feridas na guila e anemia. Joaquim Paulo de Oliveira que sofria de nervos sahindo todos estes restabelecidos com 30 dias de uzo. Evaristo José Muniz restabelecido de dispepsia, Joaquim Martins Fontes restabelecido de reumathismo syphilitico com 8 dias de uzo. Joaquim Pedro Matta restabelecido de febre intermitentes com 8 dias de uzo. José Rodrigues Galvão restabelecido de tumores syphiliticos com 30 dias de uzo. Antonio Theophilo de Andrade de dôres rheumaticas, Antonio seu filho, de incontinência de ourinas, com 20 dias de uzo. Capitão Antonio Joaquim Alves de gastroenterite crônico, do que teve grande melhora em 25 dias. Luz Congo de erisipela restabelecido em 25 dias. José Cambóta de reumatismo muscular crônico, com principio de intrevamento, restabelecido em 20 dias. Francisco Luiz de morphéa, adquirindo grande melhora em 20 dias. Vicente Severiano digo Severino de encommados intestinaes com dez dias de uzo. Carolina Alves Borges quazi restabelecida de leocorhéa e tumores syphiliticos. José Joaquim Bernardes de reumatismo e feridas recentes e grande melhora de lumbago em 11 dias. Azarias Luiz Gonsalves de ulceras syphiliticas em 11 dias. Theodoro da Silva Guedes e sarnagem e empingem estando quazi restabelecido com 11 dias de uzo. Sua Senr.ª soffrendo de paralisia em uma perna e um braço e encommodos utherinos tem tido grande melhora. Antonio Hylario da Silveira com sua mulher que soffria de ulceras syphiliticas, uma filhinha de anemya, um filhinho com ulceras e paralisia nas pernas, todos estes tem aproveitado espantozamente. Joaquim Miguel soffrendo gastrite crônica, adquiriu melhora em 9 dias. Alexandre Francisco Ferreira que trouxesua Senr.ª soffrendo uthero e nervos que ainda não fez uzo das agoas. Francisco Antonio do Prado soffrendo dispepsia e syphiles. Domingos Ribeiro dos Santos restabelecido de bronchites em 11 dias. Continuam em tratamento Belarmino Marques e outros. João Baptista de Castro completamente restabelecido de reumatismo em 5 dias. Todas as pessôas que aqui tem se tratado tem uzado das agoas sem regimem dietética e hygienico tanto interno como externamente. Cujas agoas parecem não conter parte alguma gazoza segundo o effeito que apresenta e mesmo pelo gosto e assim também parece não conter o ferro

> nas nascentes que brotão no centro da lagôa se nota grande quantidade de borbolha que vém até a superfície com chiádo como agora no mais alto gráu de fervura, mas não se sabe se provem de ar ou de algum gaz que ella contenha. (assignados) Jeronymo Martins de Andrade - Capitão Fazendeiro; José Joaquim Bernardes – Tenente Idem; Antonio Joaquim Alves – Fazendeiro Termo do Prata; Theodoro da silva Guedes; Antonio Hilario da Silveira; Azarias Alves Brasileiro; João Baptista de Carvalho; Antonio Gonçalves Martins – Lavrador em Sta. Anna; Major Joaquim Leal Garcia – Fazendeiro em Sta. Anna; José Candido da Silva e Souza; Antonio Theophilo de Andrade. A exceção de dous todos são habitantes do vizinho Estado de Minas.
> Nota – Pela observação que tem se feito verificou-se que na occasião de lavar-se na agoa, demorando-se um pouco parece a pelle um limo mais ou menos semelhante uma espuma de sabão fino que esfregando-se o corpoalimpa perfeitamente a pelle como o próprio sabão e em todas as pessôas que se lavão aparece depois da lavagem umas picadas na pelle imitando mordidas de pequenos inceptos, isto se observa tanto nas agoas da Lagôa como nas banheiras da Ilhota. Observou-se mais que na lagôa existe grande quantidade de diversos peixes como amphibios e aquáticos, o que não acontece nas nascentes da Ilhota. Notou-se mais que todos os enfermos que obtiverão curas radicaes ou quazi radical em menor espaço de tempo forão aquelles que observarão a dieta e regimem mais ou menos regular. (APMT – CAIXA: 1854 C – DOC. 3456).

Regras, normas, procedimentos, instruções são termos bem conhecidos e disseminados entre os médicos, cirurgiões e boticários, as três seções em sequência e importância de acordo com a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro a partir de 1835, imprimindo cientificidade às artes médicas aos discípulos de Francis Bacon[126], bem diferente das denominações de sangrador ou barbeiro (praticantes leigos da medicina no período), curandeiro e parteira, tratadores das mazelas e sofrimentos da população. "Embora os cirurgiões não tivessem a formação de boticários, havia flexibilidade na arte de curar, exercendo o médico a arte da cirurgia e o cirurgião a da sangria ou da manipulação de medicamentos". (JESUS, 2001: 81).

Isso nos remete a um documento em que o médico da Santa Casa de Cuiabá sofre um acidente ao manipular medicamentos, que consideramos aqui transcrever,

[126] Francis Bacon (1561-1626), político, filósofo e ensaísta inglês. É considerado o fundador da ciência moderna, o primeiro a esboçar uma metodologia racional para a atividade científica. Sua teoria dos *idola* antecipa, pelo menos potencialmente, a moderna Sociologia do Conhecimento. Pioneiro no campo científico e um marco entre o homem da Idade Média e o homem moderno, escritor notável, seus "*Essays"* são os primeiros modelos da prosa inglesa moderna. Destaque para sua obra ,*Novum organum* (Novo método), publicado em 1620, é a expressão de uma perspectiva que tanto se afasta do empirismo radical quanto do racionalismo exagerado, ambos duramente criticados por Bacon.
Disponível em: <http://educacao.uol.com.br>. Acesso em 22/03/2014 às 09:51h

> Hontem, as 4 horas mais ou menos da tarde, quasi foi victima d'um trabalho Pharmaceutico o Dr. João Adolpho Josetti, Médico da Santa Casa Pia desta Capital. Preparando e combinando ao fogo certos símplices combustíveis, inflamarão-se estes violentamente, e produsirão uma explosão, da qual escapou gravemente queimado no rosto, e no braço direito. Impedido por esse mau sucesso de prestar por algum tempo seus serviços nas enfermarias á seu cargo, offerecêo-se caridosamente o Dr. Antonio da Silva Deiró para tratar gratuitamente dos enfermos das referidas enfermarias durante o impedimento de Josetti, e a Provedoria acceitou o seu offerecimento: o que tudo tem a mesma Provedoria a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª. deos guarde a V. Ex.ª. Cuiabá 17 de Março de 1858. (APMT – CAIXA: 1858 B1 – DOC. 6467).

Em Cuiabá o médico baiano Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira[127] em seu relato *Climatologia. Algumas notícias médicas e outras observações acerca da província de Mato Grosso*, de 1846, dirigindo-se à classe científica, discorre sobre como as moléstias estão associadas ao clima da cidade de Mato Grosso, referindo-se a Vila Bela, onde ele exerceu por longo tempo a medicina, "sente-se quase sempre, ou em todas as estações, dias de calor excessivo, e quando parece que a atmosfera se abrasa; parece irradiar-se de labaredas, baixa rapidamente a temperatura de um modo espantoso". Além do excesso das águas estagnadas "vastos depósitos paludosos" outro fator que concorre para a desgraça dos doentes, de acordo com Vieira, é o charlatanismo, como narra a seguir:

> É este o mais terrível mal, e que mais abundantemente ceifa a população desta, ainda tão atrasada parte do Império; falo do charlatanismo, que, mais que em outra alguma província, está aqui entronizado. É sobremodo custoso fazer o médico aqui a experiência de um método curativo, ou mesmo de algum agente terapêutico: os charlatães formigam por toda parte. (VIEIRA, 1846: 12).

Das práticas de cura cita o que considera uma verdadeira abominação praticada pelos matasanos[128], empregadas em pessoas de todas as classes, muito comum nas terras mato-grossenses para cura da corrução. A descrição, vista por ele em algumas ocasiões, a uma teve oportunidade de intervir ao presenciar tal procedimento empregado em uma menina que estava sob seus cuidados, por si só já demonstra toda a falta de cultura e a

[127] Para saber mais consultar: **Revista do IHGB**, v. 3, 1896 p. 383-392. Chefe da revolução Sabinada (1837-1838) ocorrida na Bahia. Condenado à morte, foi anistiado por D. Pedro II. Transportado para a cadeia de Cuiabá, fugiu escondendo na Fazenda Jacobina (Cáceres) interior do Mato Grosso, exercendo a medicina, foi muito útil à região em período de grandes epidemias. Criou um pequeno jornal, *O Bororó*. Faleceu em 1846 de malária.
Disponível em: <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br>. Acesso em 23/03/2014 às 10:31h.

[128] Matasano: "médico" inábil, charlatão, curandeiro.

concepção de que os sertões eram sinônimo de abandono, difusor de doenças endêmicas e práticas canhestras de curas. As dualidades ligando os extremos como litoral-sertão, saúde-doenças, moderno-atraso estão perceptíveis na documentação. O relato de um tratamento utilizado nessa menina de dez a doze anos de idade, que ele tratara e já encontrava-se quase restabelecida de sua saúde, exemplifica, segundo Vieira (1846), como transcrevemos a seguir, "o miserando estado de atrasamento" que ele, sarcasticamente e indignado, define como um "mimo do charlatanismo", cuja citação seguinte expressa esse pensamento:

> Ao entrar o aposento de minha pequena enferma dou com *uma curva maga de eriçada grenha*, dedo enrolado em panos embebido na tal mistura de pólvora, com vinagre, ou cachaça, pimenta, etc. E assim armada *furava e refurava* o ânus da miseravelzinha, que ainda que *aferrada* pelas mãos de uma outra harpia, se revolvia aos gritos desesperadamente! Cuidei, sem mais hesitar, em por na rua a tal Tisifone[129] curandeira; não me foi possível, naquela emergência de aflição, e estado geral de agitação, conhecer o que havia de conforme com o que eu diagnosticava [...] O uso de sulfato de quinina, com algumas poções diaforéticas, de entremeio, afugentou a febre intermitente: eu havia prevenido os efeitos da *cura da corrupção*, por meio dos banhos, e cataplasmas emolientes ao abdome. (VIEIRA, 1846: 14).

Em Cuiabá e entorno, a ameaça morbífica do "maculo" toma grande significado sendo sua incidência maior, de acordo com a documentação, no século XVIII, embora se estenda ao XIX, tanto pelo desconhecimento de um tratamento eficaz, recorrendo a combinações nada ortodoxa, como pela descrição de seus sintomas, cujo interesse ocupou extensos e confusos relatos na patologia histórica da doença no Brasil.

A nomenclatura da doença já é um indicativo de sua forma, que segundo Eustáquio Duarte (1956),

> Na realidade o Achaque do Bicho, mal do sêsso, corrução ou maculo, não fora, senão, a chaga ou *ulcus* gangrenável do baio intestino, agravação final da retite desintérica ulcerante. Esta a sua ajustada, etiologia definição, com base em quantos históricos autores. (DUARTE, 1956).

[129] Figuras mitológicas, as Erínias são divindades infernais identificadas pelos romanos com as Fúrias. O seu número e nomes variam, mas são geralmente três, Alecto, Tisífone e Megera. A primeira, Alecto, é aquela que nunca é apaziguada; a segunda, Tisífone, o espírito de vingança; a terceira, Megera, é a personificação do ódio e do mau-olhado.

O maculo era uma doença de fácil tratamento desde que fosse iniciado o mais cedo possível de sua manifestação. Lourival Ribeiro (1971) faz um relato a partir de narrativas de outros estudiosos[130], sobre a doença e a forma curativa, parece acompanhar o mesmo modo de tratamento como está descrito na documentação do APMT.

> Todavia quando a doença atingia estado mais avançado, o tratamento tornava-se complexo e sumamente doloroso. Nesse estado, consistia de lavagens, clisteres, de aplicações de suco de erva santa, de limão, de fedegoso, de pimenta, de erva-de-bicho, por meio de saca-trapos e panos de algodão [...] Na fase avançada do mal, recomendava iniciar o tratamento com clisteres refrigerantes, consolidantes e adstringentes. Depois desta aplicação sedativa, dever-se-ia lavar o ânus do doente, introduzindo-lhe dois dedos com goma de tragacanto, amido de Tipioca de Mandihoca, dissolvidos em água com açúcar. E a seguir, "uma infusão de cerusa, água de rosas, e flôres Guabiraba, preparada com açúcar vermelho, clara de ôvo e leite de mulher, com um pouco de ópio; nela se embeba uma mecha e introduza profundamente e com frequência no anus" (RIBEIRO, 1971: 164).

Portanto, era muito árdua a vida dos doentes de maculo ou corrução, como era denominada em Mato Grosso. Ao ler as narrativas de tão comovedora evocação, somos conduzidos aquele tempo e imaginamos o sofrimento daquelas pessoas tendo seus corpos invadidos por substâncias corrosivas, somos capazes de ouvir-lhes os gritos dilacerantes, tal qual suas carnes que se encontram em tais situações. Chega a ser comovente ler tais relatos e não nos furtamos da sensação de que aplicados em tempos longínquos é capaz de trazer sensações tão presentes em nosso próprio corpo. É como se estivessem ao nosso lado.

Em seu discurso, escrito da fazenda Jacobina às margens do rio Paraguai em Cáceres em 12 de outubro de 1846, o médico Sabino Vieira, descreve algumas doenças que acometem a população, principalmente, a epidemia que grassava na região em 1845, a pneumonia inflamatória denominada pela população de peste. Relata as intervenções do médico charlatão, que segundo ele, serve de cirurgião militar no quartel dos soldados de Mato Grosso, responsável por muitas mortes na região onde "o povo ainda tão pouco ilustrado, e compenetrado da desconfiança dos remédios de botica", padece de muitos

[130] DUARTE, Eustáquio***. Introduções Históricas, Interpretações e Notas***, In: MORÃO, ROSA e PIMENTA. Arquivo Público Estadual, Pernambuco, 1956.

sofrimentos em virtude da ignorância. Ignorância esta, aplicada a ele mesmo, impedido de exercer a medicina em virtude de sua prisão por envolvimento na "sabinada"[131].

Na história da medicina, a presença médica é notória há milhares de anos, muito antes da medicina grega. Escolhemos o século XV e XVI para exemplificar a existência dessa antiguidade através de práticas médicas utilizadas pelo povo inca, que citamos em seguida baseado nas ideias de Thorwald, (1990):

> Não foi de estranhar que os espanhóis, que no limiar da época moderna chegaram ao Peru, se mostrassem tão admirados com os conhecimentos sobre drogas pelos médicos incaicos chamados hampi-camayoke, aquetlupcuc, ou sircac (donos de medicamentos e cirurgiões). Não foi sem motivo que nos seus relatos afirmaram serem dispensáveis os médicos espanhóis, pois os originários do país dominavam técnicas de cura mais eficientes. No reino inca eram conhecidos não só os colhedores oficiais de ervas medicinais, mas também os clooa buayu, ou boticários ambulantes, que levavam consigo ervas secas, além de medicamentos minerais. (THORWALD, 1990: 293).

Não temos intenção de discorrer sobre a história da medicina, isso já foi feito por vários estudiosos[132]. Na década de 1850 grandes epidemias grassaram a população do país em todas as suas províncias incluindo a corte, local onde as discussões se acirraram a respeito das origens desses males, causas, consequências e possíveis curas dando asas às suposições. A imaginação popular ia contra o desconhecimento da ciência do período acerca do aparecimento e transmissão de doenças como a febre amarela e a cólera, por exemplo. Para essa gente sofrida e espremida em cubículos morro acima, ou ladeiras, morro abaixo, ou ainda nos cortiços, as doenças se estabeleciam por força sobrenatural,

---

[131] A Sabinada foi uma revolta feita por militares, integrantes da classe média e rica da Bahia em de 1837 se estendendo até março de 1838, cujo líder foi o jornalista e médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, contrários às imposições políticas e administrativas do governo regencial com objetivo de obter mais autonomia política e administrativa para províncias. No dia 7 de novembro de 1837, tomaram o poder em Salvador e decretaram a República Bahiense, que, de acordo com os líderes da revolta, deveria durar até D.Pedro II atingir a maioridade. O governo central reprime o movimento com força total e muita violência. Centenas de casas de revoltosos foram queimadas pelas forças militares com o governo decretando o fim da rebelião em março de 1838. Para saber mais ver: SOUZA, Paulo Cesar de. ***A Sabinada:*** *a revolta separatista da Bahia – 1837.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009; Ver também: FILHO, Luiz Vianna. ***A Sabinada***. Ed. Universidade Federal da Bahia, 2008; CHIAVENATO, Júlio José. ***As lutas do povo brasileiro:*** *do "descobrimento" a Canudos*. São Paulo: Moderna Editora, 2.ª edição, 2004, Coleção Polêmica.

[132] Há muitos autores que se dedicam ao tema entre eles: RIBEIRO, L. ***Medicina no Brasil***. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940; SANTOS FILHO, L. ***História geral da medicina brasileira***. São Paulo: Hucitec, 1977. 2 v.; STAROBINSK, J. ***História da medicina***. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1967; ADLER, R. E. ***Médicos revolucionários****: de Hipócrates ao genoma humano*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004; FONSECA, M.R.F. ***Fontes para a história das ciências da saúde no Brasil (1808-1930)***. In: História, **Ciências, Saúde: Manguinhos**, vol. 9 (suplemento): Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002 p. 275-228.

o castigo de Deus e infortúnio das pessoas. Para os médicos, emanações da terra revolvida e das águas pútridas, lembra o pensamento de Gabriel Garcia Marquez ao narrar a vida e os hábitos do fictício Dr. Juvenal Urbino em seu livro *O amor no tempo do cólera:* "o fragor de motores com o fedor de óleos da baía, cujos eflúvios esvoaçavam por dentro da casa nas tardes de calor, como um anjo condenado à podridão", assim estava condenada a população.

Essas "emanações", pestilências da realidade indesejável, constituíam nas palavras mais evocadas em toda documentação pesquisada no APMT. A prática da medicina em Cuiabá em meados do século XIX não foi diferente da praticada em outras províncias, estabelecendo um diálogo entre elas, principalmente entre a província de Mato Grosso com a província do Pará. O cirurgião-mor, também denominado físico-mor, além de exercer a medicina era responsável pela fiscalização dos estabelecimentos de saúde, os comércios onde se vendiam drogas, examinar manipulação de receitas e os medicamentos empregados em sua composição e a validade. O ofício que transcrevemos a seguir, enviado pelo delegado de polícia, João Baptista Prudêncio, ao chefe de polícia Antonio Joaquim Monteiro Sampaio, comunica a existência de médicos na província de Mato Grosso,

> [...] que aqui existe o Doutor Mendonça Rivani [...]Além d'este profecional na arte de curar existem dois únicos experientes os Cidadãos Francisco Pereira de Carvalho, velho valetudinário[133], que pouco sahe de casa, e o Alferes Barnabé de Mesquita Muniz que tem hum pequeno surtimento de drogas medicinaes, e que com o uso de ajo comptar alguns remédios indicados ou receitados pelo Dr. Rivani, tem elle mesmo feito algumas applicações. (APMT – CX: 1 – DOC. 4436).

A falta de médicos contribuiu muito para a proliferação das doenças no período. Documentos mostram a necessidade de tais profissionais em todas as províncias, "uma providência que vi em prática no Pará, e é espalhar-se médicos por todos os lugares em que pode reinar a epidemia e este lugar ao menos está neste caso" (APMT – CAIXA: 1856 – DOC. 5439), principalmente em períodos de cólera, febre amarela e varíola. Para essa falta, observada em todas as províncias, buscou o governador João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravenberg, em Mato Grosso já no início do século XIX, uma tentativa

[133] Indivíduo de saúde frágil, que demonstra abatimento físico e/ou moral; esgotado. Característico ou particular das pessoas enfermas, sujeito que fica doente com facilidade.

de solucionar o problema a 15 de agosto de 1808, com "a fundação de uma aula de anatomia e cirurgia", segundo Carlos Francisco Moura.[134]

Em Mato Grosso é comprovada a existência de médicos cirurgiões desde os anos 20 do século XVIII, quando ainda era arraial, de acordo com documento pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino[135], datado de 1735, em que aparece como médico, Antonio Pinto da Fonseca, natural de Lisboa, que adota, por falta de subsidio, a prática da medicina social, "sendo este obrigado a curar a sua custa os enfermos pobres com assistência de sua pessoa, e medicamentos",

> Chirurgião aprovado e assistente nas Minas do Cuyabá desde o ano de 1726 exzercitando a sua Arte com muita aceitação de todos e bons sucessos nas boas curas que faz, e sendo o único chirurgião que ouve nas ditas minas no ano de 1732 e no ano de 1733, por se ausentarem o Dor. Ernesto Lamberto Medico estrangeyro, e Manoel Joseph da Cunha. (MOURA, s/d).

Moura cita ainda Antonio Luis Patrício da Silva Manso, médico que conseguiu permissão para servir gratuitamente como cirurgião-mor na Província de Mato Grosso. Este cirurgião fez campanha acirrada contra os charlatães e curandeiros, dedicando-se também aos estudos botânicos. É importante lembrar que a história da medicina, das doenças e das curas em Mato Grosso tem se desenvolvido muito, principalmente o período compreendendo o século XVIII. Uma dessas referência é o trabalho da historiadora Nauk Maria de Jesus, citado nesta pesquisa, o qual com muita propriedade recupera dados importantes para esse período da história mato-grossense em relação aos médicos, procedimentos de cura e as doenças incidentes na Província. Trabalho este que, segundo suas palavras, tem como "objetivo realizar um panorama das artes de curar no centro da América do Sul, percebendo a existência de ações públicas voltadas para a saúde, no período de 1727 a 1808".

Outro trabalho que merece destaque é o da médica, com especialização em Antropologia, Marina Azem, também citado neste trabalho, que busca através da visão de Alexandre Rodrigues Ferreira mostrar os agravos que acometiam a população de Mato

---

[134] Para saber mais ver MOURA, Carlos Francisco. ***Médicos e cirurgiões em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX.*** Outro trabalho fundamental para compreensão da história da medicina regional: JESUS, Nauk Maria de. ***A arte médica na região central da América do Sul***. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. ***A terra da conquista:*** *História de Mato Grosso Colonia*l. Cuiabá: Adriana, 2003. Ver ainda a dissertação de Mestrado de MENEZES, Marlene. **Quando o dedo de Deus apontou nossa Província ao anjo da morte:** A ocasião da varíola em Cuiabá-1867. UFMT.

[135] Esse acervo encontra-se digitalizado em CDs no Arquivo Público de Mato Grosso, liberado para consulta.

Grosso no século XVIII. Outros trabalhos certamente estão no rol dos mais conceituados quando se trata da história das doenças e da saúde da população mato-grossense, mas com certeza o volume documental e a abundância de temas com múltiplas possibilidades de leituras ainda estão à espera de novas leituras para produção de novas análises.

Outras são, contudo, as considerações que se deve fazer com relação às doenças que infestam as cidades e vilas. A relação das doenças com o meio ambiente, a insalubridade e falta completa de higiene e de condições das enfermarias e espaços públicos destinados ao matadouro, por exemplo. Em ofício dirigido ao presidente da Província Albano de Souza Osorio, o Dr. José Antonio Murtinho, provedor de saúde pública, tece várias considerações acerca das necessidades da Província com sugestões de melhorias na cidade e no seu entorno, apresentando ainda uma narrativa do estado sanitário da Província, conforme citação a seguir:

> Tenho a satisfação de participar a VEx.ª que o estado sanitário desta Provincia desde 19 de Novembro do anno próximo passado, até hoje, tem sido o melhor possível, e He de crer que a Divina Providencia continue favorecer-nos com tão precioso bem. Felizmente neste anno, nem mesmo nos meses de Setembro e Outubro apparecêrão as costumadas febris catarrhaes, que quase sempre precedem o inverno neste paíz. Esta satisfatório o estado sanitário, He só devido a salubridade do clima, e bem longe está de ser o resultado do bom estado hygienico desta Capital, Villas e Povoações; pelo contrario, há mais que sufficientes causas para haver annualmente febres de caracter pernicioso que de certo dizimarião esta pequena população. He desanimador o estado desta Provincia quanto a hygiene publica, e particular, e este povo ainda ignorante [...] mais preceitos corre todos os dias para a borda do precipício.
>
> As ruas ainda continuão ser deposito de restos animaes; não há matadouro publico; as rezes destinadas para o corte passão dias sem comer e nem beber, e dessa carne se alimenta essa população. A agoa potável não esta em relação as necessidades deste povo, e sobre este objecto, e os refferidos acima chamo a attenção de V. Ex.ª.
>
> Em todos os meus relatórios tenho hygienicamente fallado sobre as mais urgentes necessidade; e com quanto me pareça que sempre tenho repetido as mesmas cousas, He tal a magnitude do objecto, que me persuado, nunca dever perdel-o de vista.
>
> A navegação do Paraguay, que sem duvida deve trazer a esta Provincia, a vida e a riqueza, também nos póde conduzir a funestas pestes da bexiga, febre amarela e cholera morbus; porque a par dos bens vem os males; tal He a triste condição da humanidade! E ai de nós se a Divina Providencia nos quiser castigar com algum daquelles flagelos!
>
> Distituidos de todos os meios para resistir a qualquer epidemia, se por ventura apparecer, cahiremos do descuido e da falta de previsão. Quase á nossa porta já bateu a febre amarella, e não será para admirar, que ainda mais se aproxime de nós. A bexiga, apesar da estupida e erronea idéa de não poder aqui desenvolver-se, em razão do muito calor que faz, póde com muita facilidade apparecer. O salutar preservativo della, a

> vacina, ate hoje não tem-se conseguido propagal-a ainda menos nesta Capital. O puz vaccinico vindo do Rio de Janeiro sempre chega deteriorado, apesar porem que se for remettido pelo Paraguay chegue em bom estado, e então poderemos gosar do seo beneficio.
> Estamos na carencia de todos os meios aconselhados pela hygiene para a salubridade de um paiz, e he do meo rigoroso dever, como Provedor da Saude Publica desta Provincia, lembral-os ás autoridades a quem S. M. O Imperador incumbio o dever de velar na segurança de suas vidas. Seria porem fóra do tempo querer nesta Provincia que se faz relativamente a hygiene nas grandes Capitaes das Provincias beira-mar. Só o augmento material e inttelectual lhe podera trazer a satisfação de todas as necessidades, que ella exige nesse ramo do serviço publico. Entendendo quando tudo não se pode fazer, faz-se o que esta em condição com os meios de que se pode dispor, e se todos os annos alguma cousa se fizer, no fim de algum tempo ter-se-há feito bastante. Na deficiencia de meios de que póde dispôr esta Provincia, só a benefica mão do Governo Central, nos podera soccorrer; e nesta convicção de novo supplico a V. Ex.ª, como já fiz o anno passado, se digne em nome desta população, pedir ao Governo de S. M. O Imperador quantia sufficiente, que nos procure alguns recursos para podermos rebater os insultos de qualquer epidemia, que por ventura nos possa ser importada do Paraguay. Como seja esta occasião opportuna de dizer alguma cousa sobre a necessidade que há de Provedoria de Saude do porto nesta Provincia peço venia a V. Ex.ª para liberar que estando franca hoje a navegação do Paraguay, tem ella a mesma necessidade de hum Provedor de Saude do porto como qualquer Provincia beira-mar, e que sendo a Fortaleza de Coimbra o primeiro ponto da nossa Fronteira em que tocão as embarcações que sobem o prata, deverá residir naquelle lugar, e como alli haja sempre hum Facultativo Militar que dirigi a respectiva enfermaria, poderia o Governo encarregal-o daquella Comissão, gratificando-o por aquelle exercicio, e muito ganharia com isso não só o serviço publico como os cofres da Nação; porque não seria facil achar-se por diminuta quantia hum Facultativo paisano, que quizesse degradar-se em huma Fortaleza tão falha de recursos, e tão distante desta Capital.
> Com a creação daquella Provedoria, seguindo-se tambem a nomeação de huma comissão de hygiene publica nesta Provincia, a exemplo tambem do que se tem praticado em algumas Provincias beira-mar, e as nomeações para os empregados desta deveria recahir nos Officiaes do Corpo de Saude mais graduados, que servissem nesta Capital. Se V. Ex.ª julgar de utilidade o que proponho, digne-se levar ao conhecimento do Governo de S. M. O Imperador, e nesta occasião tambem pedir-lhe autorização e dinheiro para a cração de hum lazareto no lugar em que V. Ex.ª julgar mais conveniente, para as quarentenas e tratamentos dos enfermos que por ventura cheguem accommettidos de qualquer molestia epidemica. (APMT – CAIXA 1857 B2 – DOC. 5920).

A citação é longa, mas vale pelo discurso impregnado de modernidade e progresso sempre comparando a província de Mato Grosso às províncias "da beira mar". Nesse sentido o progresso está relacionado não com a posição geográfica, mas com os meios polidos, com a limpeza e a higienização, a criação de órgãos responsáveis pelo cuidado e cumprimento das normas estabelecidas. Essas fontes são importantes, pois,

juntamente com outros tipos documentais, de outras origens, as publicações, por exemplo, se juntam para fornecer os subsídios necessários para a construção de uma história da saúde a partir de seus sujeitos, dos espaços construídos e reconstruídos por esses sujeitos, atores de sua própria história e da história das ciências de um modo geral. São papéis onde o olhar contemplativo do pesquisador examina, nota, percebe, reconhece e compreende a preservação da memória, fundamental para a produção do conhecimento.

As ordens de higiene se repetem em cada transcrição realizada, nas cobranças e nas denúncias feitas pelos inspetores de saúde, médicos e comandantes de quartéis, dos fortes e dos portos. E nesse desejo de amalgamar a higienização da Província com as províncias de beira mar, torna-se objetivo desses novos homens do saneamento e da higiene pública, moldando uma nova anatomia da saúde pública no Brasil. Para se ter ideia do valor das fontes e o que elas podem revelar, transcrevemos mais um documento a seguir, em que o 1.º cirurgião do corpo de saúde do Exército em Cuiabá, Francisco Antonio d'Azevedo, se dirige ao comandante do Batalhão de Caçadores da Província, João Nepomuceno da Silva Portella, em 1857, solicitando a execução de medidas profiláticas para evitar-se uma epidemia de contornos gravíssimos:

> Solicite a execução das medidas já propostas e determinadas competentemente relativas a dita Enfermaria. Em primeiro lugar, cumpre-me reiterar a acquisição da mudança da mesma, cuja necessidade é demonstrada pela nímia falta de comando para todos os misteres, distituidas das condições hygienicas, e da decência precisa, a ponto de achar-se uma parte dos enfermos alojados no corredor, onde existem grandes tinas d'agoa que derramão-se, e pior ainda pelos dous fatos de febre typhoide que se tem dado, donde as vezes reproduzem se , e em outros casos uma epidemia gravíssima pelo acumulo de doentes em sallas acanhadas, não tendo não bem arejadas e húmidas, além do excessivo calôr da presente quadra. Ora, augmentando a cada dia o numero de praças enfermas, e em taes circunstancias é mui diffícil tratal-as convenientemente sem as ditas condições hygienicas recommendáveis, e de prompto prevenir-se um tal flagello. Portanto não posso deixar de instar pela mudança projectada da referida Enfermaria a meu Cargo. Em segundo logar alguã falta de roupa, de louça, de talheres, e mesmo de vários utencílios, assim como á respeito dos leitos obriga-me tam bem a solicitar de VSªas providencias acerca do meu pedido de 4 do mês próximo findo principalmente porque officiaes e Cadetes que tem occorrido e possão occorrer tornão ainda indispensáveis muitos dos objectos pedidos, que não existem á arrecadação do extincto Hospital Militar do Corpo de Artilharia. (APMT – CAIXA: 1857 C1 – DOC. 5957).

A lista de fontes é longa e consistente, da mesma forma que o são as listagens de medicamentos e suas utilizações. Assim, outras fontes de outras origens inundam os gabinetes, arquivos e bibliotecas. Veja-se, por exemplo, a questão dos jornais e gazetas que não deixam de noticiar fatos e "causos" curiosos, científicos, humorísticos e caricatos das ciências e cientistas em evidência. Os discursos não diferem muito, principalmente em relação às queixas, como o trecho a seguir, escrito pelo Dr. Cyrillo Silvestre, em primeiro de setembro de 1862, na *Gazeta Médica*, em forma de crônica, a respeito do charlatanismo,

> Em algumas localidades em que, existindo médicos, são estes todavia chamados *in extremis*, e quando o doente já se acha em estado de morte. Nestes logares, apezar da existência de homens habilitados, o charlatanismo impera, porque o povo ignorante mais ama o prestígio e as maravilhas do curandeiro, do que a simplicidade do homem da arte:[136]

Mesmo entre a classe dos médicos e cirurgiões, farmacêuticos e boticários, não há um consenso, continuam digladiando-se. Essas fontes servem de apoio à pesquisa nos documentos, pois juntos formam grandes possibilidades de leituras, análises e comparações entre o que o documento oficial registra e o que os homens ligados à área médica estão dizendo. Nesse outro discurso que se segue, da mesma fonte de jornal citado acima, o Dr. Souza Costa, tece seus comentários, também na *Gazeta Médica*, em 15 de novembro de 1863, em que aponta uma das causas do charlatanismo,

> [...] depois que tive notícia da honrosa acquisição que havia feito este estabelecimento de um curioso curandeiro, especialista no tratamento da raiva ou hidrofobia, chamado com todas as formalidades do estylo para salvar das garras da morte uma desgraçada mulher, que tinha sido mordida por um cão damnado, e que apesar da sciência do miraculoso esculapio, deixou este mundo de illusões e foi habitar o das realidades, servindo-se-lhe na viagem de documento, um passaporte assignado, sem duvida alguma, por um colega condescendente, pois do contrario vedada lhe seria a passagem.[137]

---

[136] SILVESTRE, CYRILLO. Chronica medica. Brasiliensia Documenta. **Gazeta Médica do Rio de Janeiro**. Moderatore et Auctore Edgard de Cerqueira Falcão, São Paulo: Brasil, Vol. X, Tomos I – II – III (1862-1864), p. 75, Ano MCMLXXVI.

[137] SOUZA COSTA. ***Creação de médicos, pharmaceuticos e parteiras de segunda classe no Brasil***. Op. Cit. p. 259

As questões da insalubridade e do ambiente selvagem sempre foram uma pedra no caminho dos viajantes e dos moradores de lugares ermos. A partir dos relatos compreendemos o desejo dos sábios europeus em realizar um inventário do mundo, daí o grande número das viagens empreendidas abaixo dos trópicos, onde o novo mundo se descortinava em novidades, exuberâncias e exageros. À medida que as viagens percorriam caminhos até então desconhecido, o cientificismo trazia à luz as descobertas assim que publicavam os relatos dessas viagens, divulgando conhecimento a toda classe científica sobre as novas descobertas. Classificações iam aparecendo, novas descobertas nos três reinos da natureza, as pessoas se revelando e as autoridades ignorando o verdadeiro objetivo de muitas viagens. Por esses e outros motivos é que o Brasil é um dos países onde mais informações foram cedidas para o exterior enriquecendo sobremaneira os museus lá de fora.

Compete também a ignorância das autoridades em não ter capacidade de identificar os piratas da natureza, preocupados no momento com a questão das fronteiras. Em vários trechos de ofícios reservados, de dezembro de 1858, (APMT – CAIXA: 1858 D1 – DOC. 6821), o Brasil responde concordando com viagens de estrangeiros, acrescentando que se trata de viagem científica, descartando qualquer outro motivo oficial que possa comprometer as fronteiras, "a viagem do Sr. Forbes e seus companheiros é de mero recreio e de fins puramente scientificos. É uma exploração igual á que fez nas aguas do Imperio por essa parte o Vapôr Water-Witch, e sem o menor caracter oficial". Em outro trecho do mesmo documento atesta que,

> [...] o Governo Imperial nada receia dessa exploração inteiramente inofensivas; a sua recusa iria desagradar ao Governo dos Estados Unidos e poderá dar logar a outras tantas ficções poéticas com que temos sido incommodados pelo que respeita ao Amazonas.

Encontramos mais nesses ofícios, o menosprezo à capacidade de tolerância às adversidades da natureza que esses viajantes tinham em relação aos incômodos provocados por ela, "Estou persuadido de que a exploração não há de ir muito longe, talvez nem mesmo chegue aos lugares mais frequentados do nosso território [...]. O calor, os mosquitos e a falta de recursos reduzirão a muito pouco esse projecto". A história provou o contrário e o engano de José Maria da Silva Paranhos. Nem distâncias, nem doenças, nem natureza inóspita e selvagem impediram homens e mulheres de enfrentar o desconhecido para atingir os objetivos propostos.

Aos viajantes se deve, em muitos casos, a classificação de plantas cujo princípio ativo serviram para a cura ou, no mínimo, tentativas de cura de muitas doenças até então desconhecidas. Os ventos de ontem ainda trazem nas suas asas os resquícios da modernidade das ciências. Até fins do século XIX, a completa carência de médicos imprimiam nas regiões rurais, a difícil vida de homens, mulheres e crianças, onde estava a maior parte da população cotidianamente sofrendo os efeitos dessa carência e, onde raramente apareciam os manuais de medicina popular como o do Dr. Chernoviz[138] que pudesse servir de guia para os facultativos da medicina (os bacharéis formados em Coimbra). Do mesmo modo e no mesmo período, em Portugal, corria o Raspail, "uma terapêutica em voga em meados do Século XIX em Portugal, que se apresentava como alternativo às práticas terapêuticas oficiais, oferecendo um manual prático e acessível a todas as pessoas"[139].

Algumas doenças ainda são tratadas com certa desconfiança e, a falta de conhecimento do diagnóstico implica na reunião de pessoas para atestarem se determinada doença é ou não a sugerida e de como se deve proceder na cura. No caso que se segue, em Mato Grosso o guarda dos africanos livres, Tiberio Adonis Monis, em maio de 1859 comunica doença em um escravo, caso em que o diagnóstico da doença não está muito bem definido como mostra a citação a seguir,

> Com este tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que fui pessoalmente levar o Africano Thomaz, para ser inspeccionado, sendo convidado para esse fim, o Doutor Medardo Rivani, o Cidadão Francisco Pereira de Carvalho, e o Capitão Barnabé de Mesquita Monis, os quaes responderão, não ser Morféa que padece o dicto Africano, mas sim uma espécie de Boubas, como verá V. Ex.ª da consulta que junto a este levo ás mãos de V. Ex.ª, de cuja moléstia, o mesmo Dor. Rivani, está prompto para cura-la, sendo a custa d'esta Sociedade. (APMT – CAIXA: 1859 C – DOC. 7150).

No caso da "Morféa" ou lepra definida como companheira fiel da promiscuidade e das más condições ambientais em que vivem a maioria dos habitantes, aparece em inúmeros documentos como doença, ora de diagnóstico duvidoso, ora diagnosticada com mais precisão. No caso do diagnóstico anexo ao documento citado, foi necessário a

---

[138] Dr. Pero Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1881), polonês, médico por Montpellier, chega ao Brasil em 1840 e no mesmo ano tem seu diploma reconhecido pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e aceito na Academia Imperial de Medicina. Para saber mais consultar: GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. ***Civilizando as artes de curar:*** *Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. Fiocruz, 2003.

[139] Ver o trabalho de Maria Dulce Pombo ***O Livro D'Ouro do Povo:*** *o Sistema Médico de Raspail em Portugal no Século XIX*
Disponível em: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br> Acesso em 28/03/2014 às 15:28h

assinatura do médico e duas testemunhas para confirmar o caso. Lembrando que as testemunhas nesse caso, são pessoas autorizadas a auxiliar o médico, por "entender" da aplicação de medicamentos e auxiliar na cura de pessoas. O fragmento a seguir também revela essas dúvidas:

> ANEXO: Convidado pelo Illmo. Senr. Tenente Coronel Vicente Coelho, Agente da Sociedade de Mineração de Matto Grosso a passar uma inspecção no Africano Thomaz, declaro ter encontrado nelle uma affecção bubatica inveterada com escoriações nas mãos e feridas na planta do pé izquerdo de caracter bubatico, e muitas manchas avermelhadas em todo o corpo simulando um principio de Elephantiase, sendo minha opinião que se possa obter o curativo por meio de um trattamento antibubatico prolongado e bem regular. Diamantino 20 de Março de 1859.Dr. Medardo Rivani, Francisco Pereira de Carvalho, Barnabé de Mesquita Monis. (APMT – CAIXA: 1859 C – DOC. 7150).

Jean de Léry, viajante francês que permaneceu no Brasil durante o ano de 1557, teve a oportunidade de conviver em liberdade com os tupinambás, na então colônia francesa que seria o futuro Rio de Janeiro. Traçou detalhadamente costumes religiosos, medicinais e sociais descrevendo minuciosamente as práticas dos guerreiros tropicais com visão quase poética, já citava as "boubas" em sua narrativa *Viagem à terra do Brasil*, denominando-a de *pian*, conforme narrativa citada a seguir,

> Além das febres e doenças comuns, às quais, em razão do clima saudável estão menos sujeitos do que nós, sofrem os nossos americanos de uma moléstia incurável denominada pian e tem por causa a luxúria, embora tenha visto meninos tão atacado dessa doença, que me pareciam com variolosos. Transformando-se o mal em pústulas mais grossas do que o polegar que se espalhavam por todo o corpo, os indivíduos que os contraem ficam recobertos de marcas que se conservam durante a vida toda, tal como entre nós ocorre aos engalicados e cancerosos que se contagiaram na torpeza e na impudicícia. (LÉRY, 1578/2007: 245).

Ainda sobre as "boubas", elas são citadas nos documentos pesquisados aludindo à feridas ou pústulas, muitas vezes confundidas com outras doenças, como descrito no documento acima, tal qual demonstram os estudos de Lourival Ribeiro (1971), "com a sífilis e com várias doenças de pele, teve sua existência notada logo nos primeiros tempos da colonização, sendo muito comum entre os indígenas". O autor cita ainda Gabriel Soares de Souza, e sua narrativa *Notícias do Brasil,* do ano de 1587, na qual sugere que a causa da doença é provocada pela promiscuidade dos indígenas. Este autor mostra também algumas formas de tratamento e os medicamentos utilizados para a cura desse

mal, cuja fronteira terapêutica não passava de uma linha tênue entre ela e as doenças que com ela se assemelhava, conforme descrevemos a seguir:

> São os Tupinambás mui sujeitos à doença das boubas, que se pegam de uns aos outros, mórmente enquanto são meninos; porque se não guardam de nada: e têm para sí que as hão de ter tarde ou cedo, e que o bom é terem-nas enquanto são meninos, os quais não fazem outro remédio senão fazer-lhes secar, quando lhe saem para fora, o que fazem com as tingirem de jenipapo; e quanto isto não basta, curam-lhes estas bustelas das boubas com folha de caraoba. (SOUSA, 1587 apud RIBEIRO, 1971: 31).

Quanto a esse ponto, os medicamentos utilizados, segundo Lourival Ribeiro, "o guáico, o azougue, a caroba, a raiz da China, s salsaparrilha, o ruibarbo, constituíam os principais remédios com que a medicina lutava contra as boubas" (RIBEIRO, 1971: 159). É curioso notar como esses remédios são citados na maioria das listas de medicamentos solicitados pelos médicos em Mato Grosso, significando a incidência da doença nessas terras e as outras doenças com que se tratavam com a medicação mencionada.

Ainda segundo Gabriel Soares de Souza, primeiro a noticiar sobre a doença do maculo no Brasil, referindo-se à Bahia,

> Deu na costa do Brasil uma praga no gentio, como foi adoecerem do sêsso[140], e criarem bichos nêle, da qual doença morreu muita soma desta gente, sem se entender de que; e depois que se soube o seu mal, se curaram com erva santa, se curam hoje em dia os tocados deste mal, sem terem necessidade de outra mezinha. (SOUSA, 1587 apud RIBEIRO, 1971: 23).

As "mezinhas" consistiam em medicamentos, beberagens, chás e outras formas de tratamento das doenças, palavra muito difundida no século XVIII. Sem dúvida, as longas listas de medicamentos que a todo instante aparecem nas caixas chama a nossa atenção. Essas listas merecem destaque por ser um indicativo de como são tratados os doentes, quais os medicamentos mais solicitados, suas quantidades e aplicabilidade. Buscar essas listas desde o início, no século XVIII e acompanhar as mudanças medicamentosas ao longo dos séculos e, em que período ela desaparece dos documentos.

[140] O vocábulo "sêsso" é a denominação para ânus. Em Cuiabá, nos dias atuais a palavra é comumente falada pelos moradores mais antigos da cidade. Uma curiosidade de professora: nas comunidades ribeirinhas na zona rural é difícil ensinar às crianças das escolas rurais, as diferenças entre as palavras homônimas e homófonas "sessão, secção e seção", sem ouvir risadinhas disfarçadas.

Comparar com as prescrições dos manuais e guias médicos de outras Províncias e, de que forma esses medicamentos contribuíram para o fim de doenças endêmicas ao longo dos séculos, pode resultar em um grande estudo.

De acordo com o *Formulario ou Guia Médica,* do Dr. Chernoviz, contendo descrições de medicamentos, dosagens e em que doenças podem ser empregados, incluindo suas fórmulas, existem dois tipos de medicamentos, como ele demonstra em um trecho da citação seguinte:

> Os medicamentos officinaes e magistrais. Os medicamentos officinaes taes como xaropes, vinhos, extractos, tinturas, conservas, emplastos, unguentos, etc, devem achar-se prontos nas boticas, e podem conservar-se por muito tempo, alguns até um anno inteiro. Os medicamentos magistrais, taes como, poções, cozimentos, collyrios, pílulas, emulsões, linimentos, cataplasmas, etc., não são preparados senão segundo a formula de cada medico e quando os doentes precisem delles. Estes medicamentos não podem, em geral, conservar-se sem alterações por muito tempo.[141]

Nos relatos das pessoas comuns que viajaram de um lugar a outro, a pé, a cavalo, embarcados em canoas, igarités, batelões ou a bordo de navios mercantes ou de guerra, ao longo dos caminhos mato-grossenses, desperta em nós o sentimento de convívio diário com essa faina de encontrar mais e mais esses relatos. As viagens aqui empreendidas, agora por mãos ansiosas em folhear com cuidado os papéis cronologicamente organizados, olhos alertas para qualquer palavra que indique a dualidade doença/saúde, demonstra a preocupação quase devocional na busca por esses indícios da história. São tantas as narrativas em documentos dos mais variados tipos como cartas, ofícios, relatórios, instruções sobre doença/saúde e os comentários, que torna-se difícil fazer escolhas de quais documentos podemos lançar mão e aqui deixar registrado.

O passado é "descoberto", tirado-lhe o véu da obscuridade para fazer surgir as estratégias utilizadas para dar vazão aos acontecimentos e aos sofrimentos cambiantes de homens e mulheres diante da dor e do sofrimento estampados nesses documentos. Alguns deles surpreende-nos pelo modo com que são apresentadas formas de tratamento, fórmulas de medicamentos e o cuidado que se deve ter com os doentes em tratamento e

---

[141] CHERNOVIZ, Pero Luiz Napoleão. ***Formulário ou Guia Medica:*** *que contem a descripção dos medicamentos, suas doses, as moléstias em que elles se empregão, as aguas mineraes mais usadas, o breve tratamento das moléstias, as escolhas das melhores formulas, etc*. Paris: Sexta edição, 1864. p. 2. Disponível em <http://books.google.com.br> Acesso em 19/03/2014 às 14:19h

até com aqueles que não mais necessitam dele, por terem obtido a cura ou levados pelos braços da morte. O documento que se segue, dirigido ao cirurgião mór doutor José Antonio Murtinho pelo primeiro cirurgião do Hospital Militar de Mato Grosso em Cuiabá, doutor José Augusto Barbosa de Oliveira, retrata além das preocupações com questões sanitárias, uma solicitação curiosa, pede tratamento mais humano com os cadáveres. A humanização dos tratamentos, a higienização e cuidado com os doentes se faz presente nesse momento dolorido da história. A citação que se segue traz um pouco dessa preocupação com as formas de tratamento, a profilaxia e o lugar do doente,

> Em mais de uma das conferencias mensais do Hospital, tendo não só reclamado contra o indecente espetáculo, que se punha áos olhos dos vivos, de ante a maneira desconveniente pela qual se tratavão os mortos, que, ahi, ficavão, nos corredores até que fossem transportados pra a sepultura; sinão também, apontado a falta sensibilíssima de um logar, que, offerecendo todas as condicções de tamanho, acomodações, luz e aceio, indispensáveis, servisse, já para as operações Cirúrgicas, já para as Dissecções cadavéricas ordenadas pelo Regulamento, para que, n'úma só medida se conciliasse tudo, do modo que me parecia melhor, propuz que, no meio do jardim do estabelecimento se levantasse um Barracão, que, removendo as faltas que se notavão satisfizesse á tão justas exigências da Humanidade e da Sciencia. Sobmettida ao critério da Presidencia da Provincia, foi afinal, approvada na idéa e convertida n'úm projecto á que j´agora quase nada falta para a sua realidade se não o trabalho do artista, que, por ventura, seja convidado á pôr mãos á obra. [...] Autor, que fui da lembrança, parece-me indispensável que a manifeste como a concebi, para que, ao menos, não lhe caiba a sorte do ingeitado.
> Demais, pois que, afora o mister de deposito de cadáveres, que, aliás, ahi, só só bem poucas horas, se demorarão, não é outro o fim principal do Barracão senão servir de casa de operações, d'Autopsias, Dissecções Cadavericas e Estudos práticos de Cirurgia, bem que não se peça o concurso do meo voto humilde, me cabe o tácito dever de manifestar o que penso, cerca do objecto que todo se entende com coisas da Secção, que dirijo como á quelle á quem interessa muito a bondade dos instrumentos aos quaes tem de se ageitar na hora do cumprimento das funcções do cargo que o Governo Imperial lhe confiou.[...] (APMT – CAIXA: 1860 C1 – DOC. 01).

Nesse mesmo documento, o autor fala do envio de uma planta arquitetônica (que não se encontra junto ao documento), sobre as modificações no edifício cujo tema principal destaca os aspectos de modernidade e elegância para as alterações sugeridas para o edifício, como descreve a seguir:

> Sendo de indeclinável interesse que da maior somma de luz disponha, como mais avenidas para a circulação do ar offereça o logar, em que se tem de praticar Operações Cirurgicas e, o que é mais, onde

> se hão de depositar e disseccar cadáveres, outro não podia ser o melhor systema das faces do que o de gradaria, ou como se vê no desenho, ou sómente de varões paralellos. Para que além disto se accuda mais amplamente ao reclamo das condicções allegadas, há de, como coisa indispensável, suportar o capiel a claraboia que vai desenhada, toda envidraçada, com mais ou menos elegância embora. Assim, pois, me parece que o modelo que apresento reúne todas as vantagens, que não há esquecel-os, de tamanho, commodos, claridade, duração e economia de mãos dadas com a elegância como o útil com o agradável. (APMT – CAIXA: 1860 C1 – DOC. 01).

A preocupação com a higienização e a salubridade dentro do espaço hospitalar, o cuidado com os doentes, a busca por medicamentos e a contratação de profissionais da saúde, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, enfermeiros-mores e enfermeiros reflete as novas estratégias do cuidado com o corpo, que vem desde o século XVIII. Não cabe mais a sujidade, os germes pestilentos e as emanações miasmáticas, "a ventilação não poderia bastar. Impõe-se uma modificação nos comportamentos individuais. Por esse atalho, o hospital tende a ser um lugar disciplinar", (CORBIN, 1987: 142) e a documentação mostra justamente essas mudanças.

A busca por remédios e vacinas de qualidade estão inclusos nesse novo processo de higienização e cura de doenças como a varíola, a febre amarela, a sífilis e a coléra. Bem diferente do processo de cura a partir dos objetos sagrados[142], que ao mesmo tempo bem distante, em outro contexto histórico, mas nos aproxima na medida em que o ambiente doentio e miasmático é o mesmo. A doença aflige pessoas e autoridades e, a cura é o objetivo final, seja ela por meio de um toque de mãos "reais e divinas", ervas, unguentos e beberagem ou pelo toque das mãos de um médico que examina para determinar a causa da doença e receitar a dose medicamentosa dos remédios da botica ou da farmácia.

Para o tratamento da varíola, no período compreendido do século XIX, já havia o consolo da vacina para amenizar o mal, embora a sua aplicação tornasse a população sobressaltada, tanto com a forma de colher o material como o modo de aplicação, que culminou na revolta da vacina já no alvorecer do século XX, em 1904, no Rio de Janeiro.[143] A varíola é uma doença relatada desde o século XVI no Brasil, pelos jesuítas. Em 1568, o padre José de Anchieta, ao tratar não apenas do "espiritual", mas também do

---

[142] O toque das escrófulas nos rituais de cura em que os reis tocavam o doente e diziam "*Dieu te guérisse, le roi te touche*", ou seja, "Deus te cura, o rei te toca". Para maior compreensão do assunto ver: BLOCH, Marc. ***Os reis taumaturgos:*** *o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra.* Tradução Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

[143] Para melhor compreensão do episódio ver entre outras, a obra de SEVCENKO, Nicolau. ***A revolta da vacina:*** *mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

"temporal" em relação aos indígenas, fala em suas cartas jesuíticas[144], que transcrevemos um trecho a seguir, da doença como "bexigas" que infestaram esses infelizes provocando grande mortandade,

> [...] e tanto que em tempo das bexigas e outras doenças, que eles não podiam acudir uns aos outros, os Padres andavam com alguns moços polas casas dos Índios, lavando-os e alimpando-os; era tal a doença das bexigas que, curando-os dessa maneira, muitas vezes lhes ficava a pele e carnes dos doentes pegada nas mãos, e o cheiro era tal que se não podia sofrer; [...] de noite e de dia andavam os Padres ministrando-lhes os sacramentos da confissão e unção sem descançar, nem terem tempo para resar suas horas, enterrando cada dia 10 e 12, ajudando-lhes a fazer as covas e trazê-los á igreja para encomendar e enterrá-los, e dos grandes trabalhos que nestas doenças os Padres tiveram com eles, vieram a adoecer, de que estiveram muito mal; muitas vezes acontecia levantar-se da mesa, para lhes acudir com o batismo, confissão e unção. (ANCHIETA, Cap. XXX: 388-389).

Em ofício do Consulado Geral do Império do Brasil em Assunção, o qual citamos em seguida, datado de 7 de novembro de 1860, através de Amaro José dos Santos Barbosa escreve ao então presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro solicitando melhor qualidade para o pus,

> Em resposta aos officio que De V. Ex.ª teve a bem dirigir-me em 13 de Julho próximo passado, pedindo-me que, a haver nesta cidade puz vaccinico em bom estado, remetta com a maior brevidade, pelo Vapor Marquez de Olinda, ou outro qualquer que subir, uma porção de laminas e tubos capillares com o dito puz-fresco; cumpre-me diser a V. Ex.ª que nesta data remetto pelo Vapor Marquez de Olinda uma lamina desse puz, que pude obter das que acabão de chegar da Inglaterra para este Governo, não tendo mandado a mais tempo por não o haver aqui bom, nem em Buenos Ayres de onde mandei pedir. (APMT – CAIXA: 1860 C1 – DOC. 01).

O pus vacínico inoculado evitava que o vírus atingisse as pessoas, embora, a falta de informações, a pobreza e o desconhecimento da doença e do tratamento, implicava em grande rejeição por parte da população. No imaginário popular não se sabia o que mais causava medo, se a secreção inoculada ou a doença.

Nos fortes, quartéis, hospitais e nas enfermarias, os cuidados com a saúde e higiene, tanto das pessoas como desses estabelecimentos é prioridade no período, principalmente após 1849, momento em que as grandes epidemias de febre amarela,

---

[144] ANCHIETA, José de. ***Cartas:*** *informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Cartas Jesuíticas; 3). Coleção reconquista do Brasil, 2. Série; v. 149)

varíola e cólera atingem a Corte e se espalham por quase todas as províncias do Brasil. A partir daí, o cuidado com o estado sanitário das cidades e de locais como as enfermarias provisórias, criadas no desespero, quando a doença se instalava tomando grandes proporções, se intensificam.

O capitão comandante do quartel do Forte de Coimbra, Joaquim Antonio Xavier do Valle, em primeiro de outubro de 1860, relata o estado sanitário daquele Forte. Outros relatórios compõem a documentação como os da Santa Casa, do Forte do Príncipe da Beira, de Coimbra, dos quartéis e fronteiras. Todos esses relatórios deixam informações preciosas a respeito dos acontecimentos ocorridos em vários anos. São relatos minuciosos dos fatos ocorridos, descontentamentos e da situação em que se encontram as pessoas e os estabelecimentos, como este que citamos a seguir,

> Não tendo aparecido mais caso algum de varíolas, ordenei a extinção da Enfermaria Provisoria dos Bexiguentos no dia 19 em ordem do dia n.º 13, cuja copia inclusa remetto a V. Ex.ª. Apresentando a V. Ex.ª a copia d'essa ordem do dia tenho por fim mostrar os serviços, que prestarão o Dr. 2.º Cirurgião Benevenuto Pereira do Lago e Capellão Padre Antonio José Guedes, os quaes necessariamente serão apreciados por V. Ex.ª. Pelo mappa junto da Enfermaria Permanente, verá V. Ex.ª o seu movimento Sanitario e conhecerá sem duvida que he desnecessária aqui a conservação de um Pharmaceutico. E não só porisso, como a bem da disciplina e da conservação dos remédios da Botica, rogo a V. Ex.ª a retirada do Pharmaceutico Damião José Soares, para outro ponto, onde se torne mais necessários seos serviços, como seja na Enfermaria do Batalhão de Caçadores ou do Districto Militar de Matto Grosso, segundo me parece. Doptado o dito Pharmaceutico de hum gênio de reconhecidamente intrigante e insolente, além de outras más qualidades, que infelizmente possue, acrece que não merece a confiança do Medico encarregado da Enfermaria d'este Forte, e muito menos a minha. (APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 231).

As doenças que grassaram em Mato Grosso no século XIX, e também outras províncias em todo o Brasil, são narradas desde o seu descobrimento. A varíola, a febre amarela, a malária, as disenterias, as boubas, o maculo, o escorbuto, a sífilis, a febre tifoide e paratifoide, a lepra, a opilação entre outras, infestavam não apenas em terra, mas estendia suas garras até as embarcações, antes mesmo que estas chegassem ao seu destino, como mostra o documento seguinte,

> Levo ao conhecimento de V. Ex.ª que no dia 12 do corrente, aqui chegou vindo do porto da Freguesia de Albuquerque o Senr. Chefe da Estação Naval desta Provincia com os Vapores Paraguassú e Paraná. E constando-me que vinha estacionar-se por alguns dias em frente do Estabelecimento da Marinha em consequência de haver apparecido

> bexigas na guarnição dos ditos vapores, emmediatamente lhe offereci, pondo a sua disposição, não só a botica deste Forte, como tudo o mais que estivesse a meu alcance em beneficio dos enfermos [...] prohibi a guarnição do meu Commando e os habitantes do Forte a communicação com aquelle Estabelecimento, e com os referidos vapores. (APMT – CAIXA: 1860 E2 – DOC. 131).

E quando lá chegam, pedir socorro a quem? Aos curandeiros, cirurgiões ou médicos, cuja sabedoria se encontra em escala crescente, ou seja, os curandeiros detinham o conhecimento das plantas e ervas nativas, portanto menos conhecimento que os cirurgiões, que por sua vez detinham o conhecimento prático de anos de procedimentos e, estes, por sua vez, menos conhecimento que os médicos que detinham o conhecimento formal da academia. Todos de acordo com os seus conhecimentos ajudaram, em um momento, pessoas a livrarem-se dos males sofridos, a cura era sempre bem vinda não importava de que mãos era recebida. Muitas vezes, os próprios médicos não tinham como curar os doentes, às vezes, nem a si mesmos, como aconteceu a bordo do Vapor Paraná ancorado em frente ao estabelecimento naval de Coimbra, em 8 de Julho de 1860, sob o comando do capitão do Forte de Coimbra, Joaquim Antonio Xavier do Valle, que se recusa receber um doente com a varíola, conforme citação a seguir,

> Em resposta ao Officio que V.S.ª me dirigio solicitando a admissão de um bexigoso na Enfermaria da estação Naval, cumpre-me declarar-lhe que as instrucções que recebi do Senr. Commandante da mesma Estação me prohibem communicar com a Povoação e Forte sob seo comando, e estando o meo navio em communicação com a Enfermaria, segue-se que a esta s'estende a proibição; por isso não foi o doente recebido. Achei mais que tendo ordem de retirar-me logo que todas as praças tenhão ultimado a convalescença, devendo transportar todo o pessoal e material da Enfermaria, faltaria ao meo dever consentindo que se augmentasse o numero de doentes: - por tanto V.S.ª disponha dos meios que tiver a seo alcance para afastar a epidemia do Forte, não devendo contar com a coadjuvação do Medico encarregado da Enfermaria de mar.ª o qual além de se achar doente, não teve instrucções a respeito dos doentes do Forte, isto he, se podia ou não recebe-los e trata-los. (APMT – CAIXA: 1860 A4 – DOC. 322).

Ao tratarmos do tema doenças, não procuramos realizar uma história cronológica, compartimentada, que não permite chaves, fechando-lhes as portas e determinando datas, apenas trazer uma ínfima parte dentro de um universo de temas. Acreditamos que é entretecendo as ideias que as histórias vão sendo traçadas em sua urdidura. As cidades e dentro delas os homens e mulheres formando a sociedade do desejo, da viagem e dos viajantes, das diversões, do trabalho, das prisões, das doenças e

das curas, de médicos e curandeiros, a vida e a morte contadas de fio a fio no tear dessa trama chamada História.

Na próxima viagem, caminhando para o próximo capítulo, a natureza se manifesta em todas as suas formas, seja na fauna, na flora, nos rios caudalosos no período das enchentes ou nos leitos rasos durante as secas, relatados pelos viajantes. A partir do relato de quatro homens, três deles distintos em suas profissões, cada qual com uma função bem definida pelo estado ou por superiores, adentram por terras mato-grossenses com objetivos bem delineados.

A permanência desses homens, mesmo que curta, em cada lugar por onde passam, irá depender de suas funções e do compartilhamento e aceitação de suas ideias, seus deslocamentos são constantes e as viagens marcadas por passagens em cidades onde a população de índios, brancos e negros se emaranham em situações reais de medo, de busca, de sofrimento, dor e alegria, um misto de sensações ligadas por fios tênues desse contato não esperado.

Os relatos aqui apresentados são partes de uma memória passada que pode ser (re) avivada, produzindo novas análises a partir de leituras diferenciadas. A produção historiográfica de Mato Grosso tem se desenvolvido de forma gradativa e profícua e, os pesquisadores têm lançado um novo olhar sobre a documentação localizada nos arquivos, conforme atestam professores da UFMT[145].

[145] Para saber mais ver: Apontamentos para estudos sobre a produção historiográfica em Mato Grosso (1970-2010). **Revista do Instituto Histórico Brasileiro – IHGB.** Rio de Janeiro, a. 173, n. 456, jul./set. p. 177-209. 2012.

CAPITULO III

A CIDADE, OS RIOS E A NATUREZA NA VISÃO DOS VIAJANTES "SILENCIADOS" QUE PERCORRERAM MATO GROSSO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

> À medida que viaja, o viajante se desenraiza, solta, liberta. Pode lançar-se pelos caminhos e pela imaginação, atravessar fronteiras e dissolver barreiras, inventar diferenças e imaginar similaridades. A sua imaginação voa longe, defronta-se com o desconhecido, que pode ser exótico, surpreendente, maravilhoso, ou insólito, absurdo, terrificante. Tanto se perde como se encontra, ao mesmo tempo que se reafirma e modifica. No curso da viagem há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte não é nunca o mesmo que regressa. (IANNI, 2000: 31).

Pensar o traçado que um viajante faz quando se propõe a partir ao encontro do desconhecido é como percorrer uma linha imaginária sem saber como será o seu final e se este acontecerá. Muitos se perderam pelos caminhos, por isso procuramos quebrar o "silêncio" que envolve pessoas comuns, as quais, mesmo conhecidas pela historiografia regional através de suas profissões, não foram tratadas como viajantes e que viajaram por terras mato-grossenses.

Através de relatórios de viagens de quatro homens, cuja escritura é pontuada de significados, impressões também foram deixadas em outros documentos como cartas, relatos, roteiros, ofícios e avisos, e que por diversas vezes, com seus companheiros, viajaram por Mato Grosso articulando estudos, negócios e trabalhos.

Esses documentos mostram a visão desses homens sobre as cidades por onde passaram, como se davam esses deslocamentos e a quem cabia custear as viagens por rios e estradas abertas ou por abrir; seus segredos, sua alimentação e a relação com a natureza; a estreita ligação desses viajantes com os caminhos líquidos, aspectos ressaltados para mostrar esse elemento importante para os viajantes – os rios e a natureza em seu entorno proporcionando riquezas e abundância, que além de caminhos, também se tornam fonte de abastecimento para a continuidade da viagem e da vida, assim como, paradoxalmente, se transforma em elemento de medo, incerteza e morte.

A escolha desses homens se dá pelo fato de dois deles, frei Ângelo de Caramanico e frei Mariano de Bagnaia, apesar de serem religiosos estrangeiros, ambos de origem italiana, tiveram uma convivência e permanência longa com brancos, negros e principalmente índios em terras brasileiras.

O terceiro, Pedro Dias Paes Leme, engenheiro militar, um homem letrado e preparado para o cumprimento de suas funções na execução de trabalhos técnicos, deixa-nos relatos significativos para compreensão do espaço urbano por ele esquadrinhado, as construções mais elaboradas de casas e pontes, demarcação de lotes, abertura de estradas e definição de espaços. Também ele não passou incólume às querelas nas suas relações com a sociedade mato-grossense durante o período de suas viagens.

O quarto, o alferes Antonio João Ribeiro, mas não o último desse emaranhado de vozes que se ouve a cada caixa que se abre. Como "Robsons-Crusoé", formigando entre papéis à espera de quem dê voz às suas memórias, trazidas do fundo dos córregos encontrados pelo caminho ou daquelas produzidas à sombra das rochas, depois quebradas para dar passagem aos viandantes. Não o último pelo fato de, a quantidade desses homens comuns que deixaram relatos de suas estadias, viagens e acontecimentos, serem muitas, pois temos que escolher alguns, não caberiam todos aqui. Devemos, no entanto, nomeá-los, pois, a importância desses viajantes está presente nos seus relatos enviados, bem como relatórios, comunicados, diários de viagens e outras notações sobre seus itinerários e, principalmente descrevendo o percurso.

3.1 OS RIOS: CAMINHOS LÍQUIDOS E A DIVERSIDADE DE RIQUEZAS NATURAIS

Quando se fala de homens, cidades e natureza, quando se fala de vidas, de mundos e do tempo, os rios são como partes integrantes dessa conjugação de forças, determinando o ritmo da vida cotidiana. Vida que depende da água, porque todos os seres vivos não apenas vivem da água, mas em sua grande maioria são constituídos dela.

Os rios são veias que transportam o sangue da terra enquanto abrem fendas, arrastam troncos, pedras e afundam canoas. Em sua dualidade trazem a morte, mas trazem também vida, alimento e fartura, dão de beber a quem neles se debruça. Na concretude de suas águas o rio traça o meio mais rápido de se comunicar, de se chegar e encurtar as distâncias. Traz a sociabilidade entre os homens, leva e traz a guerra e a paz. É o caminho

líquido que corta florestas, rasga montanhas e perfura rochas, delimita espaços, afastando ou aproximando divisas, enriquecendo continentes, ou na sua falta, exterminando vidas.

Desde o início de sua fundação, Mato Grosso foi regido pelas águas e a atividade mineradora por algum tempo deu vida e efervescência ao lugar. O ouro se foi, deixando apenas raspas de riqueza entre cascalhos lavados pelas chuvas de verão que caem, escorrem e se estendem até março. De dezembro a março, meses de abundância de águas que caem engrossando rios, formando correntezas, num paradoxo contínuo de trazendo premonições de morte, mas levando e trazendo vida. Nesse paradoxo, a certeza de vida e morte, pois a morte é inerente à vida, é imanente. Uma das grandes transformações do mundo se deu em forma de água, portanto, mito, lenda ou fato está subscrito na memória da humanidade na Era Cristã: o dilúvio.

Os documentos sob a guarda do APMT dariam muito mais que um tratado sobre os rios de Mato Grosso e a grande bacia por eles alimentada. Sabemos da importância desses rios para a formação do território mato-grossense e as influências diretas deles sobre a região. Os rios trazem informações valiosas para o conhecimento e a movência de pessoas, cargas e ideias. Elencamos alguns documentos que representam, nos relatos dos viajantes "silenciados", a importância deste (re) curso d'água para o homem, para a permanência e manutenção da natureza e para a riqueza dos povos.

No segundo capítulo, foram apresentados alguns relatórios das Câmaras Municipais e relatórios dos chefes de polícia, que sempre possuem em seus tópicos um trecho com a devida importância dos rios nas zonas urbanas, os burburinhos nascidos às suas margens e os embates à beira das bicas e fontes entre homens e mulheres citadinos. Brancos, escravos e libertos que se chocam a partir "da aleatoriedade do mundo, da multiplicidade dos destinos, das probabilidades dos encontros, do jogo combinatório dos significados e da existência".[146]

A diversidade de relatos sobre os rios, que aqui chamamos de caminhos líquidos, não poderia conter em apenas poucas páginas sua importância para a manutenção e prosperidade de um lugar, vem desde as origens do planeta terra. As cidades se formavam às margens dos rios, suas águas servem até hoje para o abastecimento das cidades, serve ainda de caminho para mercadorias, apesar da evolução do transporte aéreo. Os transportes fluviais e marítimos como elo, continuam como na antiguidade, ligando países

[146] Ver comentário de Ivo Barroso na contracapa da obra de, CALVINO, Ítalo. ***O Castelo dos destinos cruzados***. 2.ª ed. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

e pessoas através dos tempos. Em Mato Grosso não é diferente. Rios e homens se unem num caminhar, às vezes lento, às vezes na velocidade das necessidades e das ideias.

No documento seguinte, a necessidade de caráter econômico caracteriza as instruções para a desobstrução dos rios Cuiabá e Miranda, com objetivo de favorecer a navegação dos vapores além de facilitar a comunicação. Está presente no ofício do Ministério dos Negócios da Marinha, no Rio de janeiro, enviado ao então presidente da Província Joaquim Raimundo de Lamare em 1858, o qual registra,

> [...] a necessidade de destrancar o rio Cuyabá dos páos, que o obstruem, para o que será de mister desde já o dispêndio de dose contos de reis e de uma barca de escavação, que empregada na parte do rio Cuyabá, compreendido entre a Capital e a Freguesia de Santo Antonio, possa elevar a 6 e 8 palmos o tirante d'agoa dos navios, que percorrem o referido rio, que actualmente não pode ser demandado em todo o tempo senão por vapores, que tenhão somente 80 pés de comprimento e 13 palmos de calado. (APMT –CAIXA: 1858 CX-2 – DOC. 6432).

O dispêndio de verba empregada "para as despesas indispensáveis com a limpeza dos rios Miranda e Cuyabá" evidencia, além do caráter econômico ao almejar a ampliação do comércio, o transporte de mercadorias e pessoas, também o caráter político ao buscar, com essas medidas, a proteção e manutenção de fronteiras. As instruções alertam para o contrato celebrado pelo Ministério do Império do Brasil, estabelecendo uma navegação regular entre Cuiabá e Montevideo e "induz ainda o Governo Imperial, a não ordenar, por enquanto, a construção de mais um pequeno vapor, que vá desmanchado, e que por isso custará uma quantia avultada". (APMT –CAIXA: 1858 CX-2 – DOC. 6432).

O longo e minucioso itinerário da viagem feita de Cuiabá a Santanna do Paranahiba pelo viajante Joaquim do Espirito Santo Barbosa, na sua narrativa, leva o leitor a caminhar ao lado do narrador. Podemos visualizar os muitos caminhos percorridos por Barbosa em 1860 através da memória presente, porque ela nos remete ao passado através de nomes dos rios descritos, as distâncias percorridas, os lugares. Como nesse trecho, "Da Cidade aos Ólhos d'agua duas léguas. Este lugar é uma vertente situada á direita da estrada em distancia de 200 passos mais ou menos, com água boa de beber-se." Quem vai em direção às águas quentes e passa por aquele lugar com pequeno aglomerado de casas, com uma "venda" à beira da estrada, nem imagina que é do mesmo lugar de que trata o documento. Até hoje, aquele é um ponto de parada de viajantes, a água boa de beber encontra-se agora engarrafada.

Em outra parte, relata como e por onde a correspondência transitava, no rio cujo caminho era bem conhecido nas duas estações, confiável no percurso dos seus desvios e mantenedor da comunicação. Esse processo, importante para o progresso que se desenhava em cada curva que os olhos avistavam, é riscado no papel em branco, transformado em linhas palmilhadas pelo conhecimento de um viajante de olhar observador,

> Dos Ólhos d'agua ao Aricá-grande três léguas e meia. He um rio, que se atravessa quase a nado na estação seca, e nas das águas, só em canoa se póde passar, porque é tão pantanoso em ambas as margens, as águas da campanha crescem á ponto de nivelar-se com o rio, quando cheio, cobrindo as ditas margens: d'esta passagem, em distancia de 2 leguas mais ou menos, na parte superior deste rio existe uma ponte bem construída esta estrada vai ter a Provincia de Goyaz, ramificando-se também em outras muitos para diversos estabelecimentos de engenho e fazendas, que existem em baixo e acima da serra, que circula a Capital. Os Estafetas do Correio, na sêcca, freqüentam as estradas de baixo, denominada do Mimoso – por ser mais perto; e na estação das águas a da ponte, por estar a debaixo intransitável. Por esta estrada da ponte, que segue di permeio em diversas collinas e serras, é que elles desvião de úma pequena parte dos pântanos ate o rio S. Lourenço, isto mesmo atravessando alguns pântanos altos; o rio corre á direita. (APMT – CAIXA: 1860 A1 – DOC. 100).

É possível conhecer a geografia do lugar, uma parte de Mato Grosso que ainda hoje seu traçado se desenha de acordo com as águas que chegam ou vão embora modificando as paisagens. Como no caminho de três léguas e meia que separa o rio Aricazinho da baía do Frade,

> He uma Bahia bastante extensa, por onde passão os estafetas, na estação sêcca, e na pluviosa transborda-se toda com as águas, que sobrão do leito do rio Cuiabá: He nesta mesma Bahia, que, por sua perfeita planície, se tem as mais excellentes vistas, por isso que o viajante se sente agradavelmente impressionado: o contrario porem acontece, apresentando um aspecto inteiramente horrível na estação das aguas, tempo em que se torna intransitável. (APMT –CAIXA: 1860 A1 – DOC. 100).

E as três léguas da baía do Frade até o Mimoso,

> Por aqui atravessa-se uma pequena serra, para depois se ir ter ao largo do mimoso, esse largo terá de circunferência 6 á 7 leguas mais ou menos, todo limpo e assentado, e mui aprazível na estação sêcca, e nas das águas se enche de tantas, quantas lhe deitão o rio Cuiabá, crescendo alem do solo 16 á 20 palmos mais ou menos: por isso também torna-se este lugar intransitável. (APMT – CAIXA: 1860 – DOC. 100).

Esses relatos afloram a memória dos viajantes de hoje. Memórias de um passado recente quando percorremos o mesmo espaço geográfico, algum tempo atrás e, percebemos que apesar do tempo transcorrido, da paisagem modificada pelo homem, podemos enxergar, na narrativa criada pelo viajante de 1860, elementos da natureza daquele passado, como os altos cambarás, os alagados no período das chuvas intensas transformando a paisagem em um oceano de água doce, como mostra o documento seguinte,

> Situa-se aqui alem do rio a fazenda Motum-, que foi do fallecido Capitão Antonio Correa da Costa, hoje de seu filho, o Capitão Cesario Correa da Costa; este estabelecimento é cercado de muitos pântanos, e banhado pelo rio denominado Madeira; o qual atravessando úma grande Bahia, vem fazer barra ao rio Cuiabá, tomando aqui a denominação de Cuiabá-mirim. Do Motum á Bahia do Felix três léguas, Fazenda, que também foi Daquelle fallecido, e hoje de sua mulher: do Motum á este lugar também se atravessa muitos pântanos, que, na occasião das enchentes, ficam intransitáveis: não há água para beber-se senão neste ponto, água péssima na secca para beber-se é de uma Bahia do mesmo nome. Da Bahia do Felix ao Barrôso, uma légua. Existe neste lugar, ao lado direito da estrada, um corixo em forma de ribeiro, onde se acha excellente água, é lugar sombrio e todo coberto de cambarasal. (APMT – CAIXA: 1860 A1 – DOC. 100).

A todo o momento o narrador se refere ao rio, as "águas boas ou péssimas de beber" e a importância dos rios para a continuidade da vida das pessoas e do ambiente, águas determinando os ciclos da vida. Um trecho do itinerário chama à atenção por se referir à sociedade existente na localização da Volta-grande até a Bahia dos pássaros e que perfazem três léguas de distancias, local que também pertence à família Correa da Costa, "existe aqui úma grande Bahia, o grande concurso de pessoas de diversas qualidades, que alli se achão, faz uma harmonia tal, que priva a conversação: a água para beber-se é péssima".

É muito interessante essa parte do relato, que dá a entender a multiplicidade de pessoas, muito provavelmente os elementos, escravos, libertos, índios e brancos pobres ou com posses como "pessoas de diversas qualidades" convivendo harmoniosamente. Trabalho e braços sempre andaram juntos, não importa em que circunstâncias e lugares. Retrata ainda a interdependência de pessoas convivendo em lugares afastados, de difícil acesso, em épocas de enchentes. E, mais uma vez, a importância da comunicação e a relação com o elemento indígena ainda não arrebanhado para o convívio com o homem branco.

O trecho do documento seguinte é o retrato das palavras, pintado à pincelada de medo dos "índios bravios", da angústia dos caminhos difíceis e sombrios, da melancolia da paisagem triste,

> Toda margem deste rio é cortada pelos índios bravios. Na occasião das enchentes os estafetas, atravessando estas matas e o rio, experimentão mil difficuldades; para ganharem a margem opposta, percorrem dois e mais estirões de pântanos, alem das matas que também enchem-se. São estes lugares pantanosos, todos, carecendo que os estafetas ora passes andando, ora nadando: entretanto na secca só existe ao pé do morro úma espécie de corixo ou riacho, onde se acha água para beber: também aqui enfestão os índios bravios, alem de ser a vista mui triste. (APMT –CAIXA: 1860 A1 – DOC. 100).

Além da localização, das mudanças climáticas, a paisagem se destaca associando o lugar com suas dificuldades à tristeza, à necessidade de escavar a terra para obter água de boa qualidade. Os movimentos dos estafetas em épocas de enchentes dão uma noção das dimensões do rio Peixe de Couro com suas seis a oito braças de largura como descreve o documento citado anteriormente.

> [...] na estação secca carregue muita água, todavia da vão; e no tempo das águas se vem os estafetas na dura necessidade de nadar de 50 a 60 braças, em rasão de se formar, em uma como em outra margem, pequenas bahias.

Continua seu itinerário fornecendo as distâncias entre os rios, bem como suas dimensões em larguras e onde há ou não índios bravios. Uma orientação bastante importante para os viajantes que por esses caminhos secos ou líquidos tenham que passar.

No trecho a seguir cita um "Destacamento às margens do rio Correntes", denominado Santíssima Trindade, com sua localização precisa, cujo comando é de um oficial reconhecendo a sua utilidade para pessoas que, como ele, transitam por ali:

> É incontestável a utilidade, que resulta da estada deste Destacamento, não só porque afugenta os selvagens bravios, que costeão esses lugares, como também porque auxilia os viandantes. A sede principal deste destacamento, em que se contam dezeseis casas com cobertas de capim, fica entre a margem do rio e volta de uma serra, mediando esta volta á aquella margem um espaço de 500 a 600 passos mais ou menos, por onde passa a estrada. (APMT –CAIXA: 1860 A1 – DOC. 100).

O rio Correntes "também bastante caudaloso, de muita profundidade e alagadiço", antes do rio é o lugar de estabelecimento dos "selvagens coroados", e depois do rio os "Coxipós, índios mansos" inimigos naturais dos coroados. Ao descrever a paisagem diz: "O rio é todo composto de bahias e boritisaes em ambas as margens".

Portanto, a leitura do itinerário nos remete a uma obra de arte, na qual se vai desenhando com pinceladas, ora suaves ora fortes, as cores da natureza ao percorrer cada linha composta dessas cores vivas. Descrevendo a distância entre os pontos, grupos indígenas, qualidade das águas, suas cores, as matas de "um boritisal", salpicada por "um riacho, todo composto de águas vermelhas" referindo-se ao "Boriti-vermelho", aos riachos de boa água e a ribeirão "muito aprasivel e que carrega bastante água; é todo lajeado de pedras" referindo-se ao Boritizinho, às águas vermelhas do rio Tauá, às montanhas isoladas, uma "aldêa de índios caiapós alem deste rio, ao lado esquerdo, e em distancia de meia légua, ao lado direito, existe outra aldeã dos mesmos índios"

No Destacamento do Piquiri "um rio assaz caudaloso na estação das águas, e na sêcca dá vão" fora colocada uma canoa pelo comandante "para passagem dos viandantes e na sua redondesa se achão também vários moradores". Além desses pontos aponta o comércio na localidade "á barra do rio Cochim no Taquary, para onde recentemente tem affluido alguns negociantes circunvisinhos, e da Provincia de Goyaz para o porto de Corumbá, com suas mercadorias afim de permutar com outros gêneros".

A criação de gado vacum e cavalar se faz presente no relato, nomeando fazendas e fazendeiros descrevendo paisagens e a utilidade destas para a região,

> Da Fazenda de Antonio Theodoro ao ribeirão de Pedro Gomes rio mui caudaloso e de muita profundidade; são ambas as margens guarnecidas de lagêdos, aquém do rio existe o estabelecimento de criação de gado vaccum e cavallar, pertencente a Luiz Theodoro da Silva. O Queixada ribeirão situado em lugar alto, espraiado e aprasivel: o leito é todo formado de lagoas, que são excellentes pedras para tirar-se fogo. Antes de se chegar á este ribeirão, se avista ao longe, ao lado direito, a serra, que existe aquém do Camapoam. (APMT –CAIXA: 1860 A1 – DOC. 100).

E continua nomeando e medindo distâncias até o final do itinerário: Bananal ao Pinguela duas léguas, do Pinguela ao Pulador, duas léguas e um quarto, justificando o nome Pulador, "em rasão de que, subindo-se um pouco da passagem, de um pulo, se pode ir ter ao lado oposto". Do Pulador ao Barro-preto, o nome origina-se porque "o seu leito é todo formado de barro preto", uma légua. O relevo do rio Jaurú ao Torrinhas "neste lugar alem das serras, que há de lado á lado da estrada, fica isoladamente, ao lado

esquerdo, um morro mui alto e agudo". E do rio das torrinhas a Boa-vista, quatro léguas exite "serras de lado á lado, e é cabeceira, onde se faz pouso. Um lugar de descanso para os viajantes". Das Araras ao Cascavel, duas léguas e meia "Ribeirão grande, que carrega muita água, e de bastante profundidade: é elegantemente lageado de lado á lado, nas águas só se passa á nado".

Neste trecho do itinerário, descreve a beleza da natureza do rio Socoriú a duas léguas do Embiroçú "bastante caudaloso, todo empedrado na passagem tanto para cima como para baixo, é bastante fundo, por isso que é preciso canoa. Abaixo da passagem, existe uma cascata, de altura de 18 á 20 palmos mais ou menos". No mesmo documento registra que mais adiante quatro léguas, na Vila de Santana do Paranaíba "Acha-se collocada esta Villa em úma perfeita planicie, toda regada de ribeiros, respirando belos ares; mui aprasivel é a sua vista, e salubre a sua localidade". E finaliza dizendo que é neste lugar "por onde transitão os Correios, seguindo a estrada de Piracicaba: o porto é denominado – Alencastro; mais abaixo faz o rio a sua confluência com o Paraná". (APMT – CAIXA: 1860 A1 – DOC. 100).

Esse foi mais um caminho percorrido por um viajante "silenciado". Quem frequenta o APMT possivelmente já se deparou com seus escritos sem, contudo, dar-lhe essa conotação. Por ser um funcionário no cumprimento de seus deveres não despertou essa curiosidade. Mas basta um pesquisador que se interesse por esses detalhes de viagens para tornar esse documento um monumento e também um lugar de memória. A memória de um viajante que percorreu 177 léguas em linhas tortuosas, sob o sol e a chuva para o reconhecimento de lugares, distâncias e o tempo gasto para chegar. Sem pressa, o sentimento de cumprimento do dever o embala; pressa só nas anotações que devem ser precisas para que nenhum viajante se perca pelos caminhos ou se detenha ante acontecimentos imprevistos e desagradáveis ou por desconhecimento daqueles lugares.

Outro documento traz o relato do primeiro tenente capitão do vapor *Anhambay*, Juan Mendes Salgado, enviado ao presidente da Província Joaquim Raimundo de Lamare (APMT – CAIXA 1859 B – DOC. 7045), no qual compara a navegação dos rios Paraguai, São Lourenço e o Cuiabá,

> Em quanto naveguei pelo Paraguay e S. Lourenço, poucas dificuldades encontrei; porem não aconteceo o mesmo no Cuiabá, onde as margens são mais unidas e o rio tem muitas sinuosidades; foi necessário lutar com muitos embaraços para vencer as grandes voltas que tem esse rio; principalmente no Bananal e Acorutuba onde elle ramifica-se. Apesar das agoas estarem em sua máxima altura, lugares

> encontrei onde a largura do rio é de des a dose pés, quando este vapor tem cento e trinta de comprido e vinte e dous de largo. Não creio que seja possível effectuar-se outra viagem á Cuiabá quando o rio tiver baixado dous ou três palmos. (APMT – CAIXA 1859 B – DOC. 7045).

Sugere melhorias e soluções para a navegação do rio Cuiabá desviando águas do pantanal, "Julgo que obteríamos algum resultado se encaminhasse-mos as aguas estagnadas sobre o campo para o leito do rio, ou mesmo tapando um braço do Bananal e Acorutuba". Todo o seu relato é pontuado por um discurso pautado na saúde, carregado de erudição, se reportando aos acontecimentos da antiguidade para demonstrar os malefícios das águas estagnadas.

> Desde a mais remota antiguidade tem-se reconhecido os máos effeitos das agoas estagnadas. Na história, nas tradições e nos monumentos do Egipto, nação onde por tanto tempo estacionou a Civilização na sua viagem a Europa, encontramos prova cabal do que acabamos de avançar. Com effeito essas diversas fontes de conhecimentos dos hábitos de um povo, mostrão nos habitantes de sua região inferior isto é, dessa porção de terreno, que se estende desde algumas léguas acima do lago Maeris[147] até o mar e que Herodoto e outros sábios da antiguidade fundando-se na inspecção do solo, e no que lhes havião revelado os sacerdotes, assim como Alvares Girard, modernamente servindo-se dos profundos conhecimentos geológicos, demonstrarão o penhor de não deixar a menor duvida ser um terreno de aluvião, um verdadeiro presente do Nilo: incessantemente occupados em dar por miúdos cannaes e outros mais hydraulicos prompto escoamento ás agoas em que esse rio em suas innundações cobria todo o espaço comprehendido entre Memphis e o mar, e o pramunirem-se contra enfermidades que essas innundações fazião desenvolver, usando de regras hygienicas que entre elles tinhão força e preceitos religiosos.
> Esses povos procuravão com obras apropriadas dirigir o curso das aguas para o leito do rio a pare passo que este ia tomado o seo volume ordinário, sem com tudo esquecerem-se como já o dissemos das regras da hygiene.
> Na Grecia, nessa bella terra onde a poesia servia como que de espelho ás artes e sciencias onde a idéa utilitaria, mas prosaica, do homem positivo, sabia revistir-se das gallas e atavios, e ó filhos da minha escallada do poeta, vimos nós o esgotamento dos pantanaes do Pyttem

[147]Lago Moeris, um dos mais antigos lagos no mundo, hoje é representado pelo Lago Qarun bem menor que o anterior. É o terceiro lago, em termos de área, no Egito, com 230 km2. Situa-se na província de El Fayum. Está a cerca de 45 m em baixo do nível do Mar, com média de profundidade de 4.2 m, rodeado de terras cultivadas, pelo sul, e o deserto pelo norte. O Lago Qarun foi transformado em uma reserva natural protegida pelas leis do ambiente. Sua água provém dos canais de drenagem da água usada na agricultura, de EL Bats e de El Wadi além de 12 canais secundários. Acredita-se que havia um lago maior com mais flora e fauna na época faraônica chamado "Mer-wer" que significa " o grande mar ou" o grande lago", o que deu o nome Moeris e o resto deste Mer-wer diminuiu-se à área atual do lago de Qarun.
Disponível em: <http://www.descobriregipto.com> Acesso em 17/01/2014, às 20:51h.

> é de herna symbolisado nas lutas e victorias alcançadas sobre animaes fabulosos, a quem derão aquelles nomes.
> Se porem não quisermos dar peso a esses factos que occorrerão em tempos fabulosos dos quaes só temos conhecimento pela interpretação, que lhes damos, e que em rigor pode não ser verdadeira, termos um Hypocrates quem nos satisfaça todas as exigências.
> Na verdade esse homem cujo vulto antona-se nos tão grandioso através dos círculos, que faz vergar á cabeça áquelles, que a tem mais allta perante á auvirte de gloria que lhe cinge a fronte, esse grande luminar da medicina, deixou-nos nas suas obras immortaes signaes inequívocos de ter bem avaliados os danosos effeitos dos pantanaes e a sua descripção dos habitantes do Phase mostra bem, que elle observou com sua minuciosidade costumada os efeitos da cachoeira paludosa.
> Não citarei outros melhoramentos necessários a este rio por ter a certeza que V. Ex.ª tem empregado todos os esforços para tornal-o franco. Peço a V. Ex.ª que dispense o meo escripto mal feito; ettendendo que é em favor da humanidade que o faço. Deos Guarde a V. Ex.ª Bordo do Vapor Anhambay no Porto do Cuiabá, 1 de março de 1859. Juan Mendes Salgado. (APMT – CAIXA 1859 B – DOC. 7045).

3.2 IMPRESSÕES DE VIAGEM DE FREI ÂNGELO DE CARAMANICO: BANHADO NO PRÓPRIO SANGUE NA GUERRA CONTRA O PARAGUAI

> No dia 26 bem sedo segui almoçando em um lugar mui delicioso, seguindo pois para fazer pouso em um lugar cheio de laranjeiras azedas, que na verdade era uma formosura vendo naquelles sertões uma fruta tão bonita...
>
> Frei Ângelo de Caramanico

Vindo da Itália para o Brasil junto a outros frades capuchinhos em serviço do Exército, frei Ângelo de Caramanico ou (Caramônico)[148] se destacou em Mato Grosso no aldeamento e na catequese dos índios Caiuás e Guaranis "na confluência do rio Santa Maria com o Brilhante" segundo o cronista Joaquim Ferreira Moutinho.[149]

Localizado no APMT sob o título de "Relatório da viagem do Frei Ângelo de Caramanico, Missionário Apostólico em procura dos Indígenas nos Rios Brilhante, Ivinheima, Paraná e Iguatemy apresentado ao Exmo. Presidente desta Província"[150],

---

[148] Optamos por Caramanico por ser esta a grafia encontrada nos documentos do APMT, inclusive alguns originais que constam a assinatura de frei Ângelo, da forma que utilizaremos. Caramônico consta na grafia encontrada em alguns relatórios de presidente de Província, na obra de frei Alfredo Sganzerla ***A história de Frei Mariano de Bagnaia:*** *o missionário do Pantanal*. Campo Grande: FUCMT, 1992 e, no artigo ***Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce*** (1952) de Frei Jacinto de Pelazzolo.
Disponível no site da Brasiliana Eletrônica: <http//www.brasiliana.com.br>. Acesso em 20/05/2014 às 14h

[149] MOUTINHO, Joaquim Ferreira**.** ***Notícias sobre a província de Mato Grosso:*** *seguida d'um roteiro da viagem da sua Capital á S. Paulo,* 1869. p. 135.

[150] Documento Avulso: APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769, datado de 3 de agosto de 1864.

iniciado em seis de abril do ano de 1864, este documento traz informações importantes para o conhecimento de inúmeros assuntos. É sempre bom frisar que quanto mais documentos se agrupam com este tipo de relato, maiores possibilidades de comparações pode-se obter, análises mais seguras surgiram desse apanhado de informações.

As datas da viagem com locais precisos de saída e de chegada, o percurso, o transporte utilizado, os dias de viagem, o clima, as pessoas, a natureza etc., tudo serve de indícios para futuras análises. O primeiro em destaque é a paragem para pouso na fazenda de uma mulher, D. Maria Ignacia por dois dias seguidos,

> No dia 6 deste mez de Abril sahi da Colonia Militar dos Dourados, e depois de ter apanhado a metade do dia chuva pousei no campo, e no dia seguinte 7 do mesmo cheguei na Fazenda de Thomaz, neste mesmo dia fui pousar na Fazenda da D. Maria Ignacia, demorando-me neste lugar até o dia 9, no dia 10 fui em outra fazenda denominada Santa Gertrudes-, e tendo neste ponto de apromptar a viagem, demorei até o dia 15. (APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769)

O que o levou a permanecer por dois dias nessa fazenda comandada por uma mulher? O próprio documento possibilita uma análise. A difícil viagem em canoas durante dias chuvosos, a dificuldade de encontrar lugares agradáveis para pouso, dessa forma quando encontra um lugar aprazível demora-se mais ou quando não o encontram saem em seguida para continuar a viagem até outras paragens,

> [...] no dia 16 fui na fazenda denominada São João de Monte Abrão, e neste lugar me demorei até o dia 21 por causa dos camaradas e tripulação da canoa, no dia 21 do mesmo mez fui pelo porto Santa Rosa rio Brilhante: No dia 22 embarcando-me neste porto depois de ter viajado 4 horas, encontramos uma pequena barca denominada- Canoeira -, seguindo a marcha, passando em um lugar que não tem nome, dormindo sobre pedras por não poder levantar rede, sendo lagem neste lugare. (APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769)

Diante das dificuldades relatadas, comparando com os relatos dos viajantes e naturalistas, percebemos as diferenças de narrativas dos viajantes estrangeiros em solo brasileiro. Mesmo narrando os perigos e as intempéries, alguns estrangeiros o faziam de forma idílica, mostrando o lado exótico dos acontecimentos. Já outros, como Darwin, imprimiam em suas narrativas palavras grotescas, principalmente ao tratar do caráter do povo brasileiro de um modo geral e também da ordenação das cidades, como Olinda e Pernambuco, já referenciado em página anteriores deste trabalho.

Nos relatos de frei Ângelo, a realidade é mostrada de forma dura, um relato para que seus superiores tomem conhecimento do quão difícil foi a viagem e os resultados obtidos dela. Isso pode ser uma grande possibilidade de essa tendência mais dura ser proposital para que os governantes se sensibilizem e providencie maiores investimentos na empreitada. Ao contrário dos relatos apresentados pelo Visconde de Taunay, não aparece nos relatos do frei a forma romanceada, as paisagens bucólicas relatadas por aquele,

> A paisagem que contempla ahi o viajante é muito bela, as aguas na largura de 450 a 500 braças movem-se majestosamente, espelhando o azul do céo n'uma como que larga bacia, limitada ao longe por alongada ilha que dois ramos do rio circundam. As mattas são extremamente belluosas e a abundancia de pescado extraordinaria em certas épocas nas qualidades de peixes communs aos rios e cujos nomes e particularidades em outros trabalhos nossos mais precisos vão relatados. (APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769)

Essa forma de narrativa tem um público bem específico: o povo europeu de um modo geral, a quem essa literatura pretende alcançar e a partir dela tomar conhecimento das exóticas e luxuriantes paisagens. Quando se trata de nomear e descrever as particularidades dos peixes, o público muda. Não interessaria às pessoas comuns esse tipo de literatura, a descrição será feita posteriormente em um trabalho dirigido ao público científico. Para frei Ângelo, descrever um lugar aprazível consistia em narrar o que o olhar avistava e as sensações que essa paisagem lhe proporcionava, o peixe é alimento e não motivo de pesquisas: "neste lugar pesquemos três dourados",

> No dia 24 segui deste ponto apanhando chuva o dia inteiro, e toda noite não podendo pela grande tempestade accender fogo, passei eu e os mais sem comer: No dia 25 continuei a marcha até 10 horas do dia, e pois fizemos alto do almoço, continuando o resto do dia até um pouso que não tem nome: No dia 26 bem sedo segui almoçando em um lugar mui delicioso, seguindo pois para fazer pouso em um lugar cheio de laranjeiras azedas, que na verdade era uma formosura vendo naquelles sertões uma fruta tão bonita depois da demorada de uma hora seguida novo para achar pouso. No dia 28 segui chegando até a barra dos Dourados, neste lugar pescando pegamos um grande pacu, depois disto seguimos até uma ilha, e pousamos neste mesmo lugar: No dia 29, sedo, depois de ter apanhado chuva a noite inteira, seguimos a viagem, almoçamos ás 10 horas no meio de um groiso – Paquarasú, depois seguimos até um lugar que não tem nome debaixo da chuva continuando a noite inteira e metade do dia 30. (APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769).

Os animais selvagens representam apenas o perigo real e a onça é facilmente confundida com um tigre. No mesmo documento continua:

> Maio 1.º sahindo deste lugar sedo continuamos até 9 horas do dia, então fizemos alto do almoço, seguindo pois até a ilha bonita ás 6 horas da tarde, neste lugar apanhei chuva, e a noite um tigre rodeou perto de nós até ao amanheser.

É certo que o "tigre" a que se refere é uma onça. Em toda sua narrativa vai datando, enumerando coisas e lugares, descrevendo a paisagem da forma que a vê sem se preocupar em polemizar ou criar sensações que desperte o leitor para imaginações fabulosas. A realidade que ele enxerga é descrita da forma que lhe é mostrada, crua, sem se deixar mergulhar na atividade prazerosa da narrativa como para Taunay, da objetivação da subjetividade. Para frei Ângelo, o processo criativo de sua narrativa está mais ligado ao que se apresenta à sua frente e que lhe permite ver e descrever tal qual enxerga, pensar e transferir para o papel seu olhar sobre o que vê. Para Taunay, o processo criativo se dá a partir do momento que vê, produz um sentido e modifica o seu olhar daquilo que vê, transformando o que vê e deixando fluir a imaginação para atingir outro público. A convergência está no ponto em que os dois transformam a matéria em pensamentos e os transfere para o papel.

O objetivo da viagem de frei Ângelo era a busca de índios para a catequese, expressando sempre sensações que se alternam em alegria e desânimo, de acordo com o que vai encontrando em sua viagem "nesta noite tivemos chuva até 8 horas do dia, apenas que acabou a chuva no dia 3 seguimos até um lugar para onde vimos rancho de Indios, pilões, então fiquei muito satisfeito e cheio de contentamento;" Para um clérigo, a religiosidade é inerente a sua formação e se torna voz sem arrogância, assimilada no dia a dia do viver e fazer, pois faz parte do cumprimento de seus deveres. "No dia 5 não pude sahir sedo para fazer limpeza nas canoas, e por ser também dia de Assenção de Nosso Senhor Jesus Christo". Dia tradicionalmente comemorado pelos cristãos, numa quinta-feira, sendo o quadragésimo dia depois da Páscoa, portanto uma data móvel no calendário cristão.

O apelo à religiosidade é expresso a todo o momento. Diante dos constantes perigos que os cercam, se voltam para Deus, no intuito de obter proteção para continuar a viagem:

> No dia 6 seguimos de madrugada entrando no Paraná porem depois de poucas horas de viagem neste delicioso rio, fui obrigado a parar por causa de uma grande chuva e um vento forte, fiquemos então esperando que Deos tivesse compaixão de nós para seguir de novo a empreza, depois de ter passado a noite e o dia debaixo de chuva e jejuando por não poder accender fogo: No dia 7 continuando a chuva, e nós não podendo estar parados porque todos molhados, continuamos até 8 horas do dia, parando de novo e vendo que a chuva não parou até 11 horas do dia fiquei bastante esmorecido tudo tomei da mão de Deos e assim passemos o dia inteiro: No dia 8 parei por ser dia de domingo e também os dous camaradas estavão já fracos: (APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769).

São sentimentos que se mesclam no cansaço do percurso, na vontade de servir e no desejo de obter os resultados esperados. Corpo, mente e fazer, todos criadores deslizando para a magia contagiosa da viagem numa antítese constante, sonhos, devaneios, alegrias, docilidade e delicadezas, sutilezas do pensamento "No dia 11 ás mesmas horas do costume fizemos alto do almoço, seguindo cheguemos em um lugar bonito cheio de herva-matte:" mas também afloram tristezas, agressividades, melancolia, dor, fome, medo numa alquimia perigosa desses impulsos e na incerteza da viagem, "No dia 12 seguimos para ver se encontrava os Indios mas fiquei illudido caminhando o dia inteiro sem achar vestígios: No dia 13 os camaradas enfraquecidos bastantes".

Essas alternâncias de sentimentos parecem impossíveis de serem percebidas em um simples relatório de viagem, mas é buscando na forma como se apresenta escrito ou no que não está dito que encontramos as sutilezas justamente na solidão do relato, posto que quem escreve procura o recolhimento e o silêncio para dedicar-se as suas proposituras. E quando alcançam aquilo que se almejava desde o início da viagem, isso é relatado com objetividade, satisfação e esperança em concretizar o que se buscava. A insistência nessa busca segue por dias e dias a fio deixando cicatrizes no corpo e na alma, como mostra o relato aqui transcrito:

> No dia 14 continuemos a marcha depois de dois estirões de subida achemos um bonito porto de Indios, paremos para observar e entrando por alguns caminhos vimos que alli estiverão de passeio; então almoçamos e seguimos depois de poucas horas avistemos uma canoinha e três Indios no barranco; dos quaes um era pequeno e outros dous grandes, dirigindo-me para elles, os quaes nos acolherão com grande festa, depois de ter feito a elles algumas perguntas, e demorando-me duas horas e dando alguma cousa, seguimos para cima, acompanhando-me um dos ditos Indios, indo para pousar em um lugar sem nome: No dia 15, sedo, cheguei finalmente ao porto geral dos Indios, almoçamos, e depois disto segui eu o Linguará, um camarada e os Indios, porem depois de ter caminhando uma meia hora fiquei frouxo pelos tantos

> brecões e capim cortador que fiquei todo ferido, e vendo que não podia chegar até a aldeã que esta longe dos portos duas léguas e meia, voltei fazendo seguir o Indio e os dous até a aldeã, e eu fiquei esperando no porto: No dia 16 chegarão os meus camaradas e o Indio dizendo-me que os Indios vinhão o dia seguinte, demorei cinco dias, mais nada veio, então resolvi ir eu mesmo em outra aldeã, então descendo mais abaixo encontrei-me com uma porção de Indios no barranco, sendo um deles cacique, e dizendo-me que estava prompto para se aldear, então fallei com elle se quisesse acompanhar-me prompto me acompanhou, protestando que na volta vinha buscar sua gente, fiquei muito alegre vendo que Deos estava abençoando os meos penosos trabalhos, então descendo o Iguatemy cheguei na barra: ~ No dia 20 de Maio tendo subido cincoenta e três voltas deste rio, contando da barra até o porto delles. (APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769).

Era hora de regressar, mais uma viagem é empreendida, agora com muito mais "companheiros", a solidão já não se faz tão presente. Uma pausa para atender aos mandados do coração e da religião "Maio de regresso. No dia 22 paremos em um pouso denominado jacu - não se viajando; 1.º porque os camaradas estiverão doentes, 2.º porque cecorria o dia da Santissima Trindade". A ânsia de regressar é maior que o cansaço, embora nem sempre se consegue vencê-lo. "No dia 24 sempre mais anciado, seguindo o costume almoçamos ás 9 horas, e até 5 horas da tarde para pousar: No dia 25 depois de termos viajado duas horas, affrouxando os camaradas, não teve remedio senão parar o dia inteiro".

E só a fé e o respeito pelas coisas de Deus parecem fazê-los parar, como num redimensionamento do presente, se retrai, para depois, livremente seguir: "No dia 26 não pude também por causa do expendido acima; talvez Deos mesmo não queria que se viajasse nesse dia porque era dia de Corpus Christi". A natureza também está incluída no rol das coisas de Deus e no interstício do tempo as paradas são necessárias para não afrontar quem a comanda,

> No dia 27 sahimos andando mui pouco, parando em uma ilha: No dia 28 sahindo desta ilha, chovendo dia inteiro, pouco andou-se: No dia 29 viajamos mui pouco: No dia 30 depois de principiada a viagem, principiou um vento espantoso, que deo lugar para até meio dia.

O cansaço, a fadiga, as chuvas mais amenas não impediam a viagem por fazer parte do dia a dia desses viajantes. Além da religiosidade, outro fator podia atrasar a caminhada: a fome, essa inimiga mortal em que tudo se transforma em necessidade. Era na carestia que o destino mostrava a força de ânimo e a conduta moral que os guiava,

como itinerários previamente traçados a cada dia, como mostra o trecho do relatório já citado,

> "No dia 2, alem de outros padeceres veio finalmente a fome não tendo senão farinha de milho e um pouco de sal, neste dia cheguemos como Deos sabe no Capão da Peroba almoçando mingáo até seguir para uma ilha onde posemos[...] No dia 5 sendo dia de domingo, celebrei a Santa Missa, e depois do almoço seguimos, e depois de cinco minutos avistemos uma canoinha em uma barrinha, fomos ver mais nada de novo achemos, continuemos então por felicidade achemos neste dia o porto dos Indios de Ivinheima, observamos os caminhos e no dia seguinte fomos na aldeã; o recebimento destes Indios é incrível de se explicar, por isso só digo que foi recebido como um Deos, o dia seguinte 7 voltemos para o porto vindo alli so Indios, 5 dos quaes me acompanhárão até Nioac, e 2 vierão comigo, e espero leva-los a presença do Ex^{mo} Presidente: No dia 8 sahi deste porto, depois de ter dado a cada um algumas cousas, e despedindo-me delles soltei a canoa, depois de ter viajado algumas horas, encontrei-me com o Senr Manduca, foi para mim uma consolação então pedi a elle algum recurso, e elle me deo uma arroba de carne, sigarros e herva-matte, sempre foi um recurso, então agradecendo-lhe me despedi delle, continuando a viagem até 5 horas da tarde: (APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769).

Os recursos para matar a fome estavam ali mesmo à frente, nas matas e nos rios. Essa era preocupação de quem realizava esse tipo de viagem. Os encantos do caminho, as belezas naturais passavam quase que despercebido diante da real aspereza do lugar e do tempo. Não havia tempo para licença poética, embora a sensibilidade fosse latente na beleza que era alcançar com plenitude o objetivo de tão espinhosa empreitada. Levar o maior número de índios que conseguisse para formar um aldeamento.

Com o aumento da tropa, tornava-se mais difícil a alimentação, naquele momento já muito precária. Sentir fome, livre pelas matas para quem ali já encontrava seu sustento era normal, mas, sentir fome junto a um grupo do qual não se tinha o sentido de pertencimento não era muito fácil, por isso mais uma preocupação se fazia notar no relatório: "No dia 13 ás 9 horas cheguemos no barranco vermelho e não tendo senão farinha, e os Indios já mostravão aborrecimento, mandei-os caçar e por felicidade vierão com nove macacos, então foi festas, e continuando a viagem até 5 horas".

O fim da viagem se aproximava, após tantos dias viajando já com bastante índios para levar, era de se esperar que buscassem encurtar o caminho de volta "e perguntando ao guia se era mais perto entrar neste rio por causa do recurso me confirmou que era mais perto vinte dias do que o Brilhante então resolvi entrar no mais perto que é o da Vaccaria". A distância razoável encurta em vinte dias a viagem e mais uma vez a presteza dos índios

impede o atraso da caminhada "No dia 17 sem novidades continuei a viagem até 3 horas da tarde, neste lugar os Indios matarão oito macacos: No dia 18 sahindo do lugar principiou uma chuva até ás 11 horas do dia, aqui achemos bonitos limões".

O que podemos observar na maioria dos relatórios transcritos é a forma com que esses viajantes concluem seus escritos de viagens. Dessa forma o objetivo da viagem influencia não só na narrativa, mas na forma como a escritura é realizada, as palavras escolhidas para montar a trama é que dá o tom ao relato. Após todas as mazelas por que passam no decorrer da viagem, situações de perigo, falta de víveres, chuva, enchente, sol escaldante, frio, doenças etc., a conclusão é suave como se todas as dificuldades passadas se dissipassem com o alívio da chegada,

> No dia 23 ás 9 horas cheguemos finalmente no porto novo da Vaccaria, deixei alli os Indios, e eu seguindo por terra até a casa do Barbosa, que fica longe duas legoas e meia, graças a Divina Providencia, cheguei alli ás 4 horas da tarde, pedi um carro e logo me derão, mandando buscar os trens e os Indios os quaes chegarão o dia 24 sedo. – Esta foi a viagem desde o dia 22 de Abril até o dia 23 de Junho nos rios acima indicados, deixando o resto da viagem por terra, porque nada de novidade acontecerão. – Cuiabá, 3 de Agosto de 1864 – Frei Angelo de Caramanico. Observação.Todos estes lugares para onde viajei pertencem ao Brasil, e o lugar que os Indios indicarão-me para se formar a nova aldeã é Provincia de Mato Grosso o qual lugar existe entre as barras do Santa Maria e Ivinheima. (APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769).

A correspondência entre frei Ângelo e a Diretoria Geral dos Índios[151], é bem volumosa. No APMT, estão armazenados entre os livros de registros, dois livros dessa diretoria, já mencionados anteriormente. O primeiro diretor da Diretoria Geral dos Índios foi Joaquim Alves Ribeiro, nomeado em 1848. Nos documentos avulsos, encontra-se farta correspondência desse período entre frei Ângelo, os governantes, a diretoria e os outros missionários que cuidavam dos aldeamentos:

> Cumprindo o que foi determinado em officio de V.Exª de 17 do corrente mez, a respeito da fundação da Colonia indígena dos Caiuás e Guaranys na margem direita dos rios Ivinheima e Santa Maria na confluencia d'estes com evocação de Santa Maria e denominação de Antonina, como prescrevem as Instrucções de 25 de Abril de 1857, apresento a V.Exª o incluso pedido que de ordem d'esta Directoria remetêo-me Frei Angelo de Caramanico que tem de dar começo a dita

[151] Para saber mais sobre o assunto ver: LEOTTI, Odemar. ***Labirinto das almas:*** *a diretoria geral dos índios – política indigenista em Mato Grosso (1831 a 1889).* Dissertação (Mestrado). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>. Acesso em 12/11/2013 às 23:00h

> Colonia, contendo o que julga o mesmo Missionario mais indispensável para esse fim.
> No mesmo pedido deixou-se de mencionar muitos objectos, que embora também indispensáveis n'aquelle longínquo e deserto lugar, pode-se todavia esperar que os recursos pecuniarios da verba-Catechese permittão a sua acquisição ficando porisso reduzido ao que se julga estrictamente necessário.
> Espero que V.Ex[a] se dignará approvar o referido pedido. Deos Guarde a V.Ex[a] Diretoria Geral dos Indios em Cuiabá, 26 de setembro de 1864. Illmo. E Exmo. Snr. General Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Dig[mo] Presidente da Provincia. Barão de Aguapehy. Director Geral dos Indios. (APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769).

Nesse período, a política indigenista compreendida entre 1831 e 1889, segundo Odemar Leotti (2001: 283) "foi marcada por desenganos e frustações. Porém, por mais que esse sentimento esteja explicitado como uma constante nos documentos, aparece paralelo a este discurso, outro em que mostra uma arrogância colonizadora"

Do ponto de vista dos relatórios e correspondências encontradas, podemos partir do pressuposto que os objetos encomendados, sob a ótica das autoridades políticas e religiosas, para subsidiar a constituição dos aldeamentos e o abastecimento das necessidades dos indígenas, cumprem mais as necessidades de trabalhos a serem executados na construção do aldeamento do que para abastecer o povo indígena. Vale a pena acompanhar os pedidos, como na lista que se segue de "Objectos indispensáveis pelo abastecimento da Nova Colonia Indígena de Índios Caiuás e Guaranis".

Os mais variados objetos fazem parte das listas, na grande maioria, ferramentas de trabalho, mas outros itens pedidos e os motivos de tais solicitações chamam a atenção: "5 trabalhadores assalariados até que os índios aprendão a trabalhar e ao mesmo tempo amor ao trabalho", "missangas", "algumas carapuças", "algumas chitas para mulher" e "huma botica Hemiopatica", além dos paramentos religiosos. Assim como esta que se segue, existem centenas de outras listas acondicionadas nas caixas do APMT.

1. Ferreiro com as ferramentas seguintes; este official podia sêr o soldado do Corpo de Artilharia José Justiniano Maria d'Almeida.

1 Bigorna;
2 Malhos;
18 Limas surt[as]36 Limatões sort[os]; (surtidos)
1 Martello;
8 Tenazes sort[os];
1 Torno de banca grande;
1 D.[o] pequeno; (dito)
1 Engenho de furar com Manivello, 16 brocas sort[os];

1. Carpinteiro com as ferramentas seguintes:

1 Machado potente;
2 Enchós chatos de mão e uma de Ribeiro;
1 Garlopa;
1 Sepilho com friso de capa;
2 Ferros desbastadores;
1 Puntoeira;
1 Guilherme;
2 Serrotes de mão;
2 Ferros de armação;
1 Pua com os competentes ferros;
24 Verrumas surt^{as};
1 Aparelho de meio fio;
1 Ferro redondo de moldura;
1 Compasso;
1 Trena;
4 Formões chatos sort^{os};
2 Trádos sendo um maior e outro menor;
4 Formões goivos sort^{os};
4 Badrames sort^{os};
1 Trincho;
1 Gulla;
1 Esquadro;
1 Prumo de Bronze;
Ferro e Aço de Milão;
Mil pregos Caibrões, e 5 mil Ripões;
5 Trabalhadores assalariados até que os índios aprendão a trabalhar, e ao mesmo tempo amor ao trabalho
Algumas missangas que o Ex^{mo}. Governo julgar, Ferramentas, Facões, Machados, Enchadas, Foices, Anzoes surt^{os} com competente arame e linha;
Fazendas, Baietas, Algodão froasado, D.º liso, Algumas Carapuças, e algumas Chitas para Mulher;
2 Canoas para conduzir os índios no novo aldeamento de 100$000 cada um;
Doze Bois do custo de 14$000 cada um, e um pequeno carro que poderá custar 100$000 e tantos mil Réis.
1 Botica Hemiopatica;
1 Sino pequeno para que possa chamar o povo as rezas, e a Missa.
Pólvora, e Chumbo com algumas Espingardas;
1 Oleiro muito precisa-se, o qual podia ser um tal Joaquim Jardinho, que se acha nesta Capital.
Meia Arroba de Cera pelo culto divino, deixando para outras horas as alfaias, ou Paramentos da Igreja, que tendo os do meu uso irei servindo-me destes até alcançar outros.
Autorizar-me a fornecer aos Indios com gênero alimentício no 1.º anno da fundação da Colonia;
O Soldado do Corpo da Cavallaria que serve de Pinjuara por nome Manoel Chaporro;
Tudo quanto existe nesta Relação me parece que são muitos necessários, o Exmo. Governo faça o que julgar conveniente.
Cuiabá 23 de Settembro de 1864. Frei Angelo de Caramanico. Missionário Apostolico. (APMT – CAIXA: 1864 A – DOC. 5769).

Pesquisando mais documentos, observamos como se deram as relações de frei Ângelo com os indígenas que estiveram sob o seu comando nos aldeamentos dos quais fora responsável. A troca de correspondências entre ele, pessoas do lugar e as autoridades remete a um tempo bastante polêmico no que diz respeito ao tratamento dado aos índios pelos missionários. Enquanto diretor geral dos índios, frei Ângelo teve sérias desavenças

com diversas pessoas e autoridades. Uma delas foi o juiz de paz José de Souza Brandão, com o qual se desentendeu em relação à disputa de poder entre os dois, sobre o elemento indígena.

Ao tentar efetuar a prisão de uma índia Guaná, o que foi impedido pelo juiz de paz de Albuquerque, que encaminhou a referida índia à sua própria casa, se sentiu desautorizado pelo magistrado. Envia ofício ao presidente da Província, com relativa distinção, na ocasião o Sr. Antonio Pedro de Alencastro, comunicando o fato e respondendo ao juiz de paz sem a mesma distinção, inclusive, através de um comunicado e não de um ofício e, com sua forma peculiar no trato com as pessoas, faz suas exigências de forma peremptória:

> Illmo. e Excellentissimo Senr. Presidente da Provincia. Tenho tido necessidade para o bem publico mandar prender uma India Guaná por apresentar-se nesta Directoria, o Senr. Juiz de Paz, de Albuquerque opondo-se as ordens do legitimo empregado não quis que a India viesse, e para desfetiar = me a levou pela sua Casa: Tudo isso V. Ex.ª bem sabe que desmoraliza os Indios, e a minha autoridade não sómente como empregado publico, mas sim como Ministro de Deos e he por isso que recorro ao alto poder de V. Ex.ª para dar as providencias que a sabedoria de V. Ex.ª julgar conveniente a tal respeito. Deos Guarde a V. Ex.ª. Missão do Bom Conselho 4 de Maio de 1860. Illmo. e Exmo. Sr. Antonio Pedro de Alencastro. Digníssimo Presidente e Commandante das Armas da Provincia. Frei Angelo de Caramanico. Missionário Apostolico e Director
>
> Illmo. Senr. N.º 2
> Accuzo recebido a sua carta, não offico por que não he cousa que mereçe officio; como resposta tenho a dizer a V. S.ª que como Director nomeado pelo Excellentissimo Governo Imperial e Provincial tenho auctoridade chamar qualquer Indio ou India que pertençe a esta Directoria sem dar satisfação a ninguém, senão aquellas auctoridades competentes: Não he da admirar-se se V. S.ª ignora as faltas dos Indios, antes he justo por que não lhes pertençe, então quero hoje mesmo a India Guaná por nome Ignez que escondeu-se em sua Casa se ella não vier nesta mesma data recorrerei as legitimas auctoridades. Missão do Bom Conselho 4 de Maio de 1860. Illmo. Senr. José de Souza Brandão. Frei Angelo de Caramanico. Missionário Apostolico e Director. (APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 266).

A resposta do magistrado deixa clara a polêmica e acrescenta novos elementos à discussão: as características da personalidade de frei Ângelo conhecidas por todos no lugar. Mais adiante, veremos que a partir daí as relações deixam de ser "cordiais" e logo o frei "pede licença" ao presidente da Província. Essa era a forma menos rugosa de ter sido dispensado dos serviços de diretor geral dos índios. Eis a celeuma criada:

Cumprindo o ordenado por V. Ex.ª em officio de 25 de Maio ultimo, que cubrio a injusta queixa que de mim fez a V. Ex.ª o Senr. Director e Missionario da Aldêa do Bom Conselho.

Cabe-me informar a V. Ex.ª que é verdade que no dia 3 de Maio findo apresentou-me em minha casa minha comadre Ignez India Guaná com seu filho e meu afilhado que então soffria de huma dysenteria de sangue disendo-me que havia sido procurada em sua casa por dous soldados de ordem do dito Director e que se julgava innocente de qualquer falta commettida , tendo hum dia antes chegado do Monjolo do Pai de seos filhos onde a muitos anos sempre reside, afim de nesta Freguesia melhor tratar da enfermidade do menino, e como me rogasse para que eu escrevesse ao Senr. Director pedindo para que ella aqui se conservasse por mais dous ou três dias ate que a criança melhorasse, eu, conhecedor do gênio do Senr. Director, reccusei a principio fase-lo e procurei persoadi-la a que fosse apresentar-se, por que estava convicto de que o Senr. Director vendo o estado do menino daria licença para ella recolher-se a sua casa afim de trata-lo. Não havendo porem, Exmo. Senr, rasão que pudessem calar em seu espirito temerato e convence-la da necessidade de apresentar-se ao actual Senr. Director, a menos que eu ficasse com seu filho, ao que não foi possível acceder por ser a criança ainda de peito e não ter meios de amamenta-la, e como continuassem novas supplicas a mim e a minha Familia, em tal extremo resolvi-me, bem a meu pesar, a dirigir um officio ao Senr. Director narrando-lhe o occorrido e pedindo-lhe permissão para que ella se demorasse ate que a criança melhorasse, como verá V. Ex.ª do officio por copia n.º 1, entendendo que até este passo nada hiria de encontro a sua ordem e que qualquer no meu caso faria o mesmo: pude com isto fase-la recolher a sua casa dando-lhe esperança de que seria attendida. No dia seguinte estando eu de visita em casa do Senr. Capitão Joaquim da Gama Lôbo d'Eça, chegarão dous soldados e por um delles me foi entregue o officio original que V. Ex.ª verá sob n.º 2. Fiquei sobremaneira surprehendido quando li o citado officio, por que a bem de serem bastante ásperas as expressões nelle empregadas nenhuma conexão tinha com o meu pedido; e como nada mais me restasse a faser disse aos soldados que procurassem a India em sua casa para onde já se havia recolhida e que a levassem, ao que me respondeo que tinha ordem do Senr. Padre para receberem de mim e que se eu a não entregasse que se recolhessem, o que effectivamente aconteceo visto que de novo declarei que a India já não estava em minha casa, como verá V. Ex.ª do original sob n.º 3.

É esta, Exmo. Senr., a expressão da verdade, e convido o actual Senr. Director aque com provas me convença do contrario; jamais concorri para desmoralisar empregado algum, e que o digão os deseceis anos que sirvo como Magistrado, antes pelo contrario tenho sido bigodeado pelo actual Director nos contractos de camaradas er nas deprecações por acquisição dos patrões. Se há algume que tenha constantemente procurado desmoralisar autoridades deste lugar, envolvendo-se em negócios que não são da sua competência é por certo o mesmo Senr. Director, que a V. Ex.ª agora se dirige queixando-se de mim; pois que ainda no dia 9 de Abril ultimo se deo o caso de andar o Senr. Director percorrendo as ruas da Freguesia com duas praças reunindo as Indias que se achavão dispersas tirando algumas das casas em que se achavão e finalmente pedindo mais força ao Cadete Comandante do destacamento, o qual excropuloso em prestar-se, por achar-se ausente o

> Subdelegado, deu-me parte do ocorrido e eu se bem que conhecesse ser irregular o procedimento do Senr. Director, aconselhei no dito Cadete a que se prestasse o pedido que lhe fora feito, como verá V. Ex.ª do original n.º 4. Ignoraria por ventura o actual Senr. Director que nesta Freguesia havião auctoridades e que a ellas é que competia dirigir-se! Quem se presta como me tenho prestado, disfarçando ate que seja menoscabada a minha auctoridade como Juiz de Paz, não desmoralisa empregado algum. São estas as informações que me cumpre dar a V. Ex.ª. Devolvo a V. Ex.ª os Officios do Director Geral e parcial. Deos Guarde a v. Ex.ª Albuquerque, 5 de Junho de 1860. Illmo. e Exmo. Sr. Coronel Antonio Pedro de Alencastro. Digníssimo Presidente da Provincia. José de Souza Brandão. Juiz de Paz em Exercicio. (APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 266).

Frei Ângelo de Caramanico transitou por várias colônias de aldeamento, permanecendo por algum tempo (entre 1857 e 1864) dirigindo a aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, (antes dirigida por frei Mariano de Bagnaia, que permaneceu até doze de março de 1857), aldeamento que ficava em Albuquerque (próximo a Corumbá). Depois, frei Ângelo passa a dirigir os Caiuás na Colônia de Dourados, onde foi capturado durante a invasão paraguaia. Foi preso e torturado, passando por diversas prisões paraguaias conforme o exército ia se movimentando. Após a derrota na batalha de Lomas Valentina[152], o ditador paraguaio Solano Lopes ordena, então, a matança diária de prisioneiros, inclusive os religiosos e, entre eles, frei Ângelo de Caramanico, que foi decapitado.

Confessamos que por muitas vezes nos deixamos tragar por esse cotidiano no relato dos documentos, as palavras nos afetavam de tal maneira que nos deixamos levar pelos caminhos traçados por esses homens e mulheres, acompanhando como sombra insétil os meandros desse mundo passado tão presente em nossa consciência de leitores. As palavras de cada linha pulsam aceleradas na ânsia de compreender esses meandros. É como parar diante de uma obra de arte e procurar enxergar nela a sua representatividade; neste caso, aquele mundo do passado através das palavras registradas, levando-nos para muito além de nós.

E a viagem continua, agora deixando o clérigo e os índios, por enquanto, para seguir os passos de um homem fascinante, Pedro Dias Paes Leme, um engenheiro militar, erudito com grande capacidade intelectual e que deixou marcas permanentes nos

---

[152]Lomas Valentina é o nome de um grupo de pequenos morros existentes em território paraguaio, local onde foi travada uma batalha decisiva na guerra que Brasil, Argentina e Uruguai desenvolviam contra o Paraguai do ditador Francisco Solano Lopez, em 22 de dezembro de 1868.

caminhos de toda região mato-grossense, embora, como todo ser humano cometesse seus erros, como já citado anteriormente, neste trabalho.

3.3 PEDRO DIAS PAES LEME, UM ENGENHEIRO VIAJANTE ESQUADRINHANDO ESPAÇOS

Não se trata aqui de fazer a biografia desse homem letrado, engenheiro de formação com trânsito livre nas mais altas esferas da vida pública e acostumado às reverências positivas sobre o seu trabalho, mas apontar algumas dessas contribuições para o entendimento dos processos criativos e produtivos desse homem para a conformação da região mato-grossense.

A partir da correspondência entre ele e as pessoas ligadas à abertura de estradas, responsáveis por definir e delinear espaços, demarcar, projetar e construir cidades e pontes é possível traçar as relações desse engenheiro com essas pessoas e os trabalhos executados. Pode-se, ainda, elaborar uma série de estudos, tanto a partir da correspondência como dos trabalhos pensados como mapas e caminhos traçados, desenhos e projetos de cidades, igrejas, pontes, reconhecimento das estradas já existentes e outras construções para cada cidade que se desenhava na imensidão dos sertões para onde ele era destinado.

Seus relatos são pontilhados de informações e dados precisos sobre localizações de rios, o relevo e a geografia dos lugares percorridos em suas viagens, além de seus estudos sobre a mineralogia de Mato Grosso.

Mesmo com diplomação e qualificação reconhecida, não fica isento de ser preterido em relação aos viajantes estrangeiros que por aqui passavam naquele momento, apesar dos relevantes serviços prestados ao país e a falta desses profissionais no período. Essa informação pode ser confirmada com o ofício confidencial de Rego Barros dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, em 23 de dezembro de 1858, no qual declara: “Procurei dar remédio á falta de Medicos e Engenheiros com quanto não seja isso fácil. Os quadros desses dous Corpos são insufficientes, e nem sempre há, officiaes delles em disponibilidade”. A distinção e deferimento na presteza do atendimento aos estrangeiros fazia parte das boas relações diplomáticas exigidas pelo protocolo, como aparece no Ofício dirigido ao chefe de divisão Joaquim Raimundo de Lamare, presidente da Província, por Gabriel Albuquerque

Fernandes, comandante do quartel de Corumbá, comunicando a recepção aos viajantes americanos,

> Tenho á honra d accuzar á recepção do Officio de V. Ex.ª datado de 27 de Julho próximo passado em que V.Ex.ª me ordena que deichando franca a navegação a R. B. Forbes e seos companheiros Cidadãos dos Estados Unidos da America, lhes preste os auxílios próprios de nossa hospitalidade e civilização e respondendo, tenho o prazer de declarar a V. Ex.ª que, já eu previa que seria essa a vontade de V. Ex.ª; quando por aqui estiveram os referidos Americanos. Prestei-me com o que pude da forma que, se não estou illudido forão d'aqui muito contentes, devendo se vê que, se naquella occazião prestei-me dessa forma muito maior serão os meos exforços, para cumprir o que V. Ex.ª me ordena. Deos Guarde V. Ex.ª. Quartel em Corumbá, 24 de Agosto de 1859. Illmo. e Exmo. Senr. Chefe de Divisão Joaquim Raimundo de Lamare, Dignissimo Presidente desta Provincia. Gabriel Albuquerque Fernandes. Tenente Coronel Commandante. (APMT – CAIXA: 1859 C – DOC. 7134).

Para Paes Leme o tratamento nem sempre era assim tão rápido e amistoso. Por várias vezes se queixa da demora no envio de materiais, na apreciação de suas anotações e nos pagamentos solicitados. As queixas se repetem quando se trata saber de quem é a competência do poder de mando e a quem deve obedecer.

Na troca de correspondências entre Paes Leme e Gabriel Alves Fernandes, tenente coronel comandante do corpo de artilharia em Albuquerque, (Cáceres), nota-se uma disputa acirrada entre os dois em busca de um posicionamento e respeito às ordens dadas. Os ofícios trazem as sutilezas do embate através das palavras bem escolhidas, sob a perspectiva dos dois oficiais,

> Para poder dar comprimento a letra das instrucções verbaes que recebi de S. Ex.ª o Senr. Presidente, rogo á V.S. se digne enviar-me a planta do arruamento desta Povoação, afim de que eu possa determinar as dimenções dos macissos n'ella traçados; comprindo-me dizer a V.S. que é esta a segunda vez que faço tal requisição, releve-me V.S. a liberdade que tomo em apresentar-lhe os protestos da minha mais alta estima e consideração. Povoação de Albuquerque, 8 de Julho de 1859. Pedro Dias Paes Leme. Capitão Encarregado dos Terrenos Publicos. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7361).

> Accuzando a recepção do seu officio datado de hontem, [...] tenho em resposta a diser-lhe em primeiro que a planta que existe em meu poder enviada pelo Excellentissimo Senhor Presidente, não lhe pode servir para determinar dimenções visto não ter ella a respectiva escalla; em segundo que sendo eu o único autorisado para mandar faser o arruamento e divisões tanto dos macissos como dos lotes e para

> conceder estes a quem esteja nas circunstancias de levantar suas propriedades entendo que qualquer que sejão ás ordens que Vossa Senhoria tem de Sua Excellencia a este respeito não podem ellas deichar de serem por Vossa Senhoria trasidas ao meu conhecimento; e então requisitar o que for necessário e em terceiro finalmente que não he exacto ser esta a segunda vez que Vossa Senhoria faz tal requisição pois não tenho conhecimento se não desta. Convem pois que Vossa Senhoria se apresente a communicar-me as ordens contidas nas instrucções a que allude o seu citado officio (se não he objecto reservado), para com as que, digo com as ordens que tenho, tratar-se o quanto antes de executal-as. Outro sim recomendo a Vossa Senhoria que já mais continue a exorbitar das suas atribuições consedendo lotes sem meu conhecimento, pois que tal procedimento além de abusivo e arbitrário, tem posto em desordem a distribuição que tenho feito. Quartel em Corumbá, 9 de Julho de 1859. = Gabriel Alves Fernandes, Tenente Coronel Commandante = Illustrissimo Senhor Capitão Doutor Pedro Dias Paes Leme, Encarregado das Terras Publicas. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7361).

Eis a resposta imediata do engenheiro:

> Com todo respeito que sempre tenho tributado a V.S. passo a responder o seo Officio datado de hoje.
> A leitura do citado Officio de V.S. foi para mim uma verdadeira surpresa, por quanto tendo eu logo que aqui cheguei apresentado a V. S. e lhe communicado as instrucções que recebi de S. Ex.ª o Ilmo. Senr. Presidente da Província, e até mesmo requisitado nesta occazião de V.S, os recursos precizos para o bom êxito de minha commissão, e tendo V.S me concedido seo filho Generoso Alves Fernandes para fazer parte dos trabalhos da mesma, e tendo igualmente nessa occasião V.S fornecido parte dos recursos pedidos, os quaes ultimamente me forão por V.S tirados, entre-tanto hoje V.S parece se querer mostrar desconhecedor não só da minha missão a estes lugares, como também do que acabo de referir-lhe. Sendo tanto mais de ser por mim notado isto, por quanto nas diversas ocasiões em que tratei com V.Sa respeito expuz-lhe entre outros trabalhos de que vinha encarregado, que V.Ex. o Exmo. Senr Presidente me tinha Ordenado que demarcasse e descrevesse os terrenos d'Urucú, avaliasse e informasse a repartição competente, afim de serem estes em hasta publica vendidos em lotes, como determina o Regulamento de 30 de Janeiro de 1854; e que terminado este trabalho, ou antes delle, se as circunstancias surgissem, eu de accordo com V.S traçasse e medisse os lotes urbanos para as edificações das habitações na nova Povoação d'Albuquerque, cingindo-me restrictamente a planta por S. Ex.ª approvada. Tenho portanto assim satisfeito á V.S parte relativa a exigência que me faz das instrucções que recebi do Exmo. Governo da Provincia.
> Em vista do Officio de V.S. fico inteirado que não me remette a planta do arruamento desta Povoação pela razão exarada no mesmo officio e quanto a V.S ignorar a 1.ª vez que requizitei a mencionada planta, tenho a diser-lhe que o fiz ao seu antecessor quando V.S em serviço no Forte de Coimbra.
> Passo agora a responder-lhe os diversos outros tópicos do referido Officio de V.S.

> Não tinha conhecimento de que V.S era o único authorisado para mandar fazer o arruamento e divisões, tanto dos macissos como dos lotes, e para conceder estes a quem estivesse em circunstancias de levantar propriedades = porem agora fico disso inteirado, tendo somente de certificar a V.S que a esse respeito não exorbitei das minha atribuições concedendo lotes a pessoa alguma, e que nenhum acto meu tem sido abusivo e arbitrário, como V.S quer arrogar-me no já mencionado officio de V.S e só sim que forçado pelas reclamações de algumas pessoas – que aqui se achão fasendo despezas extraordinárias a espera de obterem lotes urbanos para se estabelecerem, ao que V.S segundo elles allegão lhes tem posto embaraços e difficuldades, resolvi marcar segundo os vestígios do primeiro arruamento, e traçar os macissos e lotes nelles contidos, e essas pessoas forão tomando os lugares a medida que os marcava – e com o meo consentimento. Condicional para opportunamente requererem a Camara do Districto, única competente para dar os títulos legítimos dos taes lotes na conformidade do respectivo Regulamento. Finalmente tenho mais a certificar a V.S que nenhum reservado tenho sobre a medição de terras publicas desta Provincia. Deos Guarde a V.S. Illmo. Senr. Gabriel Alves Fernandes. Tenente Coronel Commandante do Corpo d'Artilharia. Pedro Dias Paes Leme, Capitão d'Engenheiros Encarregado dos Terrenos Publicos. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7361).

A troca de "gentilezas" entre os dois possibilita a visão desse jogo simbólico de disputa do poder, discursos engendrados a partir da necessidade dos sujeitos em afirmarem-se superior ao outro. Ambos empregados públicos, cada um na sua função, embora devessem manter uma relação de cordialidade e ajuda mútua para o bom desempenho dos trabalhos, percebe-se uma linguagem carregada de equívocos e as diferentes formas de agir têm significações diferentes também. Cada um age à sua maneira, interpretando a atitude do outro como equivocada.

Não se chega realmente, a um consenso sobre a tarefa de distribuir os lotes, continuando com a troca de farpas:

> Illustrissimo Senhor = Accuso a recepção de seu Officio a mim dirigido em data de nove do corrente, em cujo conteúdo aonde a subtileza com que Vossa Senhoria pretende desfigurar a questão tenho a dizer-lhe que não se trata de communicação a seu cargo, pois d'ella tenho perfeito conhecimento; trata-se unicamente de ter Vossa Senhoria praticado no serviço de minha gerencia sem communicar-me o que tem feito, nem o que pretende fazer, e de ter destribuido lotes sem o meu conhecimento; porem, a tal respeito não admitto mais discussão por que tenho de tratar desse objecto em outra occasião mais opportuna; por agora só exijo que Vossa Senhoria declare os recursos que depois de fornecidos forão ultimamente tirados por mim. Por esta occasião envio a Vossa Senhoria a incluza planta, parte da que enviou-me o Excellentissimo Senhor Presidente a fim de que Vossa Senhoria em execução das ordens que me communicou ter de Sua Excellencia, trate

> com toda urgência de demarcar os macissos, dividindo os lotes e observando estritamente as dimensões indicadas na referida planta e respectiva escalla, devendo entender-se cômigo a respeito do numero de macissos que devem oucupar a frente da projetada Cidade, visto que pequinhez do papel não podem ali serem figurados.= Deos Guarde a Vossa Senhoria.= Quartel em Corumbá, onze de Julho de mil oitocentos e cincoenta e nove. = Gabriel Alves Fernandes, Tenente Coronel Commandante = Illustrissimo Senhor Capitão Doutor Pedro Dias Paes Leme, Encarregado das Terras Publicas. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7361).

Mas nem só de polêmicas e intrigas viveu Paes Leme. Seus relatórios estão repletos de informações sobre a cidade e seu perímetro urbano. Ao percorrer as linhas do manuscrito, a mente parece envolver-se numa névoa de realidade imaginada a transportar-se para aquele momento e, numa simbiose, passamos a acompanhar o engenheiro na sua vistoria daquele conjunto rústico do encanamento das águas do chafariz do Mundéu. A sensação é de sentir os pingos da água que escorrem pelo encanamento salpicar nas mãos que deslizam por ele.

Transcrevendo trechos desse relatório, a sensação de *"déjà vu"* traz uma nova sensibilidade: fazer parte daquele momento real imaginado. O relato abaixo, em que Paes Leme descreve a situação dos chafarizes do Mundeo e do Rosário, enviado ao presidente da Província Antonio Pedro de Alencastro, mostra toda a importância da água para a cidade, lugar onde as sociabilidades se convergem para o poder regulador das águas,

> [...] fui visitar o encanamento das agoas do chafariz do mondeo. Este encanamento esta todo ele dentro dos terrenos pertencentes a Santa Casa da Misericordia. O bicame de madeira que conduz as agoas do ultimo reservatório para a caixa d'agoa do chafariz com quanto seja de madeira solida, já se acha bastante deteriorado, as agoas ficão algum tanto paradas e vasão-se pelas consideráveis aberturas que deixão essas juntas. O reservatório é feito de tijolos unido com cal e área, apresenta a superfície interna muito escabrosa e cheias de interesticios por onde se filtrão grande parte das agoas que vem inundar os terrenos adjacentes; e plantas aquáticas que vegetão no interior e exterior conduzem as raízes por entre á grande e inútil porção d'argamassa que une os tijolos formando assim outros tantos canaes por onde as agoas se perdem, disto resulta que ellas nunca podem chegar ao nível necessário para dar o escoamento preciso. Também os terrenos circunvizinhos das vertentes todo descoberto e exposto aos raios do sol, e dos ventos, não tendo o encanamento bastante profundidade, as agoas são absorvidas trasidas a superfície e ahi evaporadas, dessa sorte o terreno sempre arido de humidade rouba mais essa força d'agoa. Finalmente todo o longo do encanamento inclusive as vertentes, em uma zona de cem palmos, deve ser plantado de arvores que formem grandes copadas afim de conservar o terreno sempre húmido. Depois de ter visto este encanamento passei a ver o do chafariz do Rozario os dois que abastecem a Cidade d'agoas. Notei que, este encanamento, de

> madeira é verdade, porem feito com mais perfeição, e assentada as bicas sobre alicerces de pedra, e revestidas de tijolos e cal, mas o grande defeito das junturas das bicas existia igualmente, e aqui creio que em maior escala pois, esta vertente conduz bastante agoa e nenhuma, na occasião em que vi chegar no chafariz. Este encanamento merece muita attenção da Cammara Municipal, pois é o único que em caso de grande estiagem pode contar suas agoas sempre correntes. Estas agoas provem d'uma espécie de poço arthesiano cavado horizontalmente do dorço occidental da collina de Santa Cruz, e como esta escavação fosse praticada sem vista alguma de trazer agoa a Cidade, necessariamente devia ser feita como são todos os trabalhos antigos de mineração portanto deve aver alguma obstrução a que seria muito proveitoso mandar-se visitar essa mina, e proceder a limpagem. As agoas do Mondeo e do Rosario são as únicas que abastecem a cidade; as outras não merecem ser mencionadas porque secão pouco depois das cupiosas chuvas destas regiões. (APMT – CAIXA: 1860 E1 – DOC. 10).

Toda a engenharia da estrutura dos encanamentos descrita e estudada meticulosamente pelo engenheiro, de onde parte essa água e os caminhos que ela segue em sua viagem até as bicas, as plantas aquáticas existentes no interior da caixa d'água abrindo brechas por onde o fluido da vida se perde, os materiais utilizados e tantas outras minúcias, denotam a importância da água para a população de uma cidade que é abastecida apenas por essas duas fontes.

Além de apontar para a preocupação com a conservação das águas ao aconselhar o plantio de árvores com copas frondosas para, assim, preservar do sol escaldante o entorno dessas águas, o que denota uma preocupação com o meio ambiente "todo o longo do encanamento inclusive as vertentes, em uma zona de cem palmos, deve ser plantado de arvores que formem grandes copadas afim de conservar o terreno sempre húmido", o relatório acena para vários tópicos que podem ser discutidos por conteúdos interdisciplinares a partir dele, como geograficamente exemplificado, a hidrografia, o relevo, o clima, as estações, entre outros aspectos. Possibilita, ainda, uma série de abordagens do entorno dessas bicas, a população que delas se serviam, os carregadores de água, as relações pessoais, as brigas e os amores que ali nasciam e morriam, enfim, um baú repleto de histórias.

Em todos os seus relatórios, dada a sua proficuidade, as descrições são fontes inesgotáveis para as mais diversas abordagens: a formação da vida urbana desde o traçado da cidade até a quem os lotes deveriam pertencer e como era a distribuição; a localização precisa através de suas coordenadas e cálculos de assimetrias de latitude e longitude.

Um tema recorrente em suas descrições, é a natureza, a paisagem tanto urbana como sertaneja por onde passava abrindo estradas com objetivo de encurtar caminhos. Os

rios, riachos e corixos, com seus ricos minérios e na abundância das matas de "paus-grossos";

Os costumes locais, com a coexistência de pessoas classificadas como adversas, quer sejam brancos, índios, escravos e libertos num mesmo espaço de natureza captada e transformada em espaço semovente de vivência e convivência.

Deixo o engenheiro e seguro a mão de outro homem para seguir outra viagem. Acompanho agora um militar de formação, o alferes Antônio João Ribeiro (1823-1864). Procuro nas linhas retilíneas e na letra quase feminina desse homem, grafadas de maneira uniforme e bem desenhada, o tempo da sua existência, na tentativa de acrescentar, assim como PROUST (2009),

> [...] nova beleza às ressurreições por minha memória operadas, pois a memória, pela introdução, na atualidade, do passado intato, tal qual fora quando era presente, suprime precisamente a grande dimensão do tempo, a que permite à vida realizar-se.

Busco na narrativa desse homem o seu modo de pensar os acontecimentos descritos durante as viagens na execução de suas tarefas.

3.4 VIAJANDO COM O ALFERES ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO: CORPO TOMBADO, PARA NUNCA MAIS ESQUECER

> No dia 26 d'Agosto ultimo cheguei na barra do Parnahyba, percorrendo aquelle logar encontrei obstáculo na mata próxima ao rio por causa de inundar na estação do inverno segundo os signaes encontrados e a mata qual alli se afasta da margem do rio; e bem assim tem bago d'agua estagnado, por cujo motivo será pouco salutífero lembrando-me porem ter passado por um outro logar magnifico, abaixo deste seis pequenos estirões, de aspécto agradável, restava-me saber de sua utilidade. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7310).
>
> Antonio João Ribeiro

Tentaremos tecer uma malha entre o passado e o presente, buscar aqueles ares respirados no calor da viagem na tentativa de encontrar muito mais que o fio que possibilitará a união desse passado distante a este "agora" diante do documento presente, mas a imaginação através das narrativas das viagens empreendidas por esse homem,

considerado um herói da Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai)[153].

Antes de nos enveredar pelos fios do pensamento desse homem, considerado pela historiografia memorialista um mito da guerra contra o Paraguai, aqui ele será tratado apenas como um viajante que no ofício de suas funções narra suas impressões dos espaços percorridos. Precisamos apontar alguns dados da formação e personalidade deste militar. Quem foi Antonio João Ribeiro? Não pretendemos fazer uma biografia do alferes – isso já foi feito com a devida competência por SILVA (1938) e (MELLO, 1969) – nem confrontar homem e mito e, sim, apenas mostrar sua visão dos lugares, das pessoas com as quais se relacionava e de que forma via o outro.

Contudo, não posso deixar de registrar uma impressão e o sentimento diante do monumento aos Heróis de Laguna e Dourados[154], visto por acaso em uma viagem empreendida ao Rio de Janeiro, onde está localizado o referido monumento. Em um passeio pela praia Vermelha na Urca, mais precisamente na praça General Tibúrcio, me deparei com aquele monumento grandioso e por curiosidade me aproximei, olhando para o alto, circulando-o, observando as imagens e lendo as homenagens ali registradas. Um misto de contentamento e surpresa tomou conta de nós, coincidentemente, estávamos escrevendo sobre uma daquelas imagens ali representadas, um homem que no pedestal encontra-se quase tombando ao lado de sua espada quebrada, coluna vertebral curvada para trás e os joelhos projetados para frente. Trata-se do tenente AntônioJoãoRibeiro, com o corpo projetado para trás em posição de quem vai tombar na luta, o uniforme, orgulho de todo militar em completo desalinho e ao seu lado um pedaço da espada jaz ao chão, quebrada.

Ficamos ali por um bom espaço de tempo a admirar aquelas figuras que circundavam os anéis daquele monumento tão representativo para nós nesse momento. É só um monumento, mas, diante da simbologia dele, passamos a escutar vozes de socorro, gritos e murmúrios de dor, cansaço e sofrimento. Qualquer um que passar por ali observaria, talvez o leria, e iria embora. Para nós, o sentimento se fez presente e pungente,

---

153 Ver: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda & PERARO, Maria Adenir. (Org.). ***Brasil e Paraguai:*** *uma Releitura da Guerra*. Cuiabá, MT, Entrelinhas; EdUFMT, 2012. Traz informações significativas para o conhecimento de vários aspectos no período da guerra. Outra leitura recomendada: SENA, Ernesto Cerveira de. ***Entre Anarquisadores e pessoas de costume:*** *a dinâmica política nas fronteiras do Império Mato Grosso 1834-1870*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato, 2009.

154 Para saber mais sobre o monumento ver o jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, de 20 de fevereiro de 1944, pagina doze, com o título "*Monumentos da Cidade*".
Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br>.

a proximidade da escrita sobre aquela figura masculina e da sua imagem representada em dor, fez com que não pudéssemos passar incólume. Fomos buscar a origem daquele monumento e verificamos que, através de um concurso de maquetes, em que concorreram dezesseis artistas, o vencedor foi o escultor brasileiro Antonino Pinto de Matos.

Coube à "Fundição Artística em Bronze de Covina & Cia." moldar o monumento, dando forma às vidas ali representadas com o bronze dos antigos canhões que esses mesmos homens utilizaram na guerra contra o Paraguai em 1865. Inaugurado em 31 de dezembro de 1938, seu executor não pôde assistir a inauguração, falecera dias antes de ver sua obra prima, cuja circunferência é de 53 metros, elevada aos seus 15 metros de altura e imponência. Outro quadro do monumento que chama a atenção é "o transporte dos coléricos", cuja dor e sofrimento, estampados por aqueles homens esquálidos e famintos, com seus companheiros morimbundos sendo transportados em pedaços de panos corroidos pelo tempo e pela guerra, parecem saltar do bronze frio. A sensação é de que nos olham de soslaio.

Para tanto simbolismo não poderia faltar a figura de uma mulher, com suas asas abertas como se protegesse seus filhos, muito abaixo dos seus pés eternamente depositados, simbolizando a Glória, no lugar mais alto, no topo do pedestal. Ficamos ali olhando aquela figura que observa infinitamente a cidade do alto, cuja imagem se reflete no límpido lago à sua frente, destacando nas águas o reflexo do corpo curvado de Antônio João Ribeiro. A sensação é tão real a ponto de fazer-nos sentir como se, a qualquer momento, aquele corpo fosse cair por terra. Bronze e pedra guardam as cinzas do mortos dessa guerra, nove degraus abaixo do monumento, a cripta eterna dos heróis da Laguna e Dourados. Foi assim que nos detivemos em frente à essa obra monumental da cidade do Rio de Janeiro, guardada na lembrança, para nunca mais ser esquecida.

Pode parecer repetitiva a demonstração de provas documentais para configurar em "procedimentos estritamente científicos, onde cada declaração é acompanhada de provas, fontes de referência e citações" (HOBSBAWM, 2004) os relatos aqui transcritos. O que procuramos mostrar é que a utilização de um documento pode servir a muitos senhores, brancos, negros ou índios, pobres ou ricos, acadêmicos ou não, literatos, historiadores ou jornalistas, enfim, uma fonte que pode dar de beber a quem a ela recorrer. A interpretação dada dependerá da forma como será olhada, observada, analisada e interpretada. É esta a possibilidade que oferecemos, deixando aqui os relatos desse militar como um viajante.

Os dois autores[155] se dedicaram à vida e obra de Antônio João Ribeiro. Primeiro, Benício da Silva, em sua obra Antônio João, reúne uma série de informações, baseando-se, principalmente, na fé-de-oficio do militar (conjunto de assentamentos relativos à vida funcional do servidor público), atualizada até 28 de novembro de 1855 e em informações colhidas pelo autor, de seus descendentes. Informações por vezes confusas e incertas, como quanto a seu estado civil.

O segundo autor, Raul Silveira de Mello (1969), questiona algumas afirmações feitas pelo primeiro com relação à data de nascimento, ao estado civil, seu desligamento da Escola das Armas entre outros dados. Para MELLO (1969), Antônio João Ribeiro ingressou na vida militar ainda muito jovem, em 1841, com pouco mais de dezoito anos. Traz mais informações sobre o militar com alterações a partir de 1855 até 1863, que não constam na *fé-de-ofício*. Ainda segundo o autor, estes seriam os traços físicos do jovem e sua trajetória na carreira militar:

> [...] altura 64 polegadas, cabelos pretos e lisos, rosto comprido e claro, olhos pretos, barba pouca e preta [...] Cabo em 1º de abril do dito ano [1842]. Furriel a 3 de abril do sobredito ano. 2º Sargento em 1 de janeiro de 1842. 1º Sargento em 1º de maio de 1845. Sargento-ajudante graduado a 22 de março de 1849 Alferes, por Decreto de 29 de julho de 1852 (MELLO, 1969: 412).

Não podemos deixar de mencionar aqui a célebre e dramática frase contida em um bilhete supostamente deixado por Antônio João, escrito nos momentos que antecederam ao ataque paraguaio à Colônia Militar dos Dourados, com o qual ficou conhecido e eternizado como mito e herói, "Sei que morro, mas o meu sangue e de meus companheiros servirá de protesto solene contra invasão do solo de minha pátria".

Após essa breve introdução sobre o militar viajante, vamos mostrar suas impressões e as contribuições que os seus relatos podem trazer para a compreensão de vários fatores daquele período e a partir dele.

Da leitura de seus relatórios e alguns documentos selecionados, pois a quantidade referente ao alferes, assim como outras personagens da história regional, também é muito grande no acervo do APMT, procuramos dar um significado maior do que aquele que ele já possui como mito. O importante aqui são as impressões do homem

[155] Para saber mais sobre a vida de Antonio João ver a obra do general Valentim Benício da Silva ***Antonio João****: homenagem da Biblioteca Militar aos heróis de Dourados*, Rio de Janeiro: Typ. B. Bloch & Irmãos, Biblioteca Militar Vol VI, 1938; e a obra de MELLO, Raul Silveira de. ***A Epópéia de Antônio João***. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

viajante que se detém em algum lugar da campana para traçar seus relatos de forma contundente e cheia de detalhes

O seu relatório de n.º 1, quando foi destinado para escolher um lugar para levantar o novo Destacamento de Lamare, na barra do rio Parnahiba, transborda de informações dos mais variados temas, dentro de um só documento (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC 7310). Podemos falar tanto de meios de transporte como de percursos e durações das viagens "marchei da Capital em 15 de Julho do corrente anno vindo em uma canôa tripolada por seis praças com destino ao velho destacamento de Lamare, no qual cheguei em 15 d'Agosto ultimo, tendo regular viagem". Ou traçar um panorama da alimentação utilizada no período, juntando informações deste e de outros relatórios produzidos naquele período "Três horas depois da minha chegada aquelle ponto, o senhor Joaquim José de Sampaio, conduzindo uma tropa de bestas carregadas com quarenta e sete alqueires de farinha e quinze ditos de feijão, para fornecimento das praças deste ponto". No mesmo relatório mais indicações sobre alimentação,

> Pouco depois da partida do dito Senr. Sampaio, que foi no dia 16 do mez passado, chegou o Senr. Luiz Manoel Rodrigues, também conduzindo uma tropa de Bestas contendo trinta e três alqueires de farinha, dito dito de arroz pilado, seis de feijão e três arrobas de Toucinho, todos para o mesmo fim. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC 7310).

As informações sobre a natureza, as condições climáticas e a salubridade fazem parte do trabalho de reconhecimento do lugar destinado às novas edificações e estabelecimento de fortificações ou quartéis. Graças às viagens de reconhecimento desses homens comuns, novas povoações puderam ser estabelecidas, o trânsito de pessoas e mercadoria circulando em maior quantidade, as comunicações se estabelecendo, o contato entre brancos e índios se deu, de forma natural ou compulsória, vai depender da análise a que se propõe o pesquisador. E o relatório continua,

> No dia 26 d'Agosto ultimo cheguei na barra do Parnahyba, percorrendo aquelle logar encontrei obstáculo na mata próxima ao rio por causa de inundar na estação do inverno segundo os signaes encontrados e a mata qual alli se afasta da margem do rio; e bem assim tem bago d'agua estagnado, por cujo motivo será pouco salutífero lembrando-me porem ter passado por um outro logar magnifico, abaixo deste, seis pequenos estirões, de aspécto agradável, restava-me saber de sua utilidade. [...] encontrei vestígios fresco dos Indios Coroados; tentei seguir a este ponto para depositar brindes aos ditos Coroados, porem não foi-me necessário, três voltas do rio assima da barra deparei-me com uma formação d'elles; e logo que nos perceberão, ocultarão-se:

> mas a este mesmo sitio mandei fazer um rancho e depositei deis baietas, deis surtum[156], deis calças, deis camisas, deis facas, dous massos de contas, uma dúzia de anzoes, um machado e uma foice e retirei-me. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC 7310).

Outro trecho do relatório continua falando desse encontro de brancos e índios ainda desconhecidos e nas relações que vão se formando entre eles. O (re) conhecimento de novos territórios e de novos indivíduos, de pessoas distintas, de culturas distintas dentro de um mesmo espaço de vivência. Quando falamos em espaço de vivência nos reportamos ao país e não apenas às florestas e às paisagens que se descortinam para os homens brancos. Do indígena em seu ambiente natural, suas crenças, hábitos e a liberdade de ir e vir ao homem branco em busca de braços para arregimentar, por bem ou por mal, além da expansão e conhecimento de novas áreas do território para a delimitação de suas fronteiras, todos são espaços de vivência. Mas o que é importante dentro desses espaços para cada um, homem branco e indígena? Eis o que aponta um relato do militar,

> Poucos dias depois de ter no rio Parnahyba deixado brindes para Indios Coroados, fui verificar o destino que elles derão naqueles objetos, eu achei no mesmo estado que deixei, e junto ao rancho nos observava uma turma dos ditos, constantemente rondão este destacamento, e qualquer passo que dão as praças fora deste encontrão grupos delles, e tem nos circulados de fogos: julgo que seja conveniente que S. Ex.ª o Senr. Presidente a bem de fase-lo ambicionar a toucas nos brindes que é o signal de paz, mande para este ponto cincoenta machados, cincoenta foices, cincoenta meias lua de cobre e de folhas de flandes, pois as taes meia lua é o enfeite de seus filhos, como observei na occasião em que fiz os presioneros no anno de 1857; observei que talvez pela necessidade que tem este povo de ferramenta, obriga-os a acommetter os moradores que habitão pelos sertãos a juiso mais não terem tocado nos ditos brindes, carculando talvez não se arremediarem com tão pouca cousa e estas quase inúteis segundo seu systema de vida. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC 7310).

Esse trecho nos permite uma reflexão acerca da Lei de 27 de outubro de 1831[157]. Até 1808 a guerra contra os índios era permitida, a partir de 1831 cria-se um divisor de águas entre brancos com seu projeto civilizador e, do outro lado, a multiplicidade cultural do índio acostumado à liberdade e até certo ponto habituados às descontinuidades do projeto colonizador.

---

[156] A baeta é um tecido de lã ou algodão grosso e pesado, já o sertum, é uma espécie de jaleco de baeta usado antigamente. <http://www.aulete.uol.com.br>.

[157] Leis do Brasil. Gabinete da Presidência. Lei de 27 de outubro de 1831. ***Coleção das Leis do Império do Brasil***. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional. 1878. Arquivo Público de Mato Grosso. Cuiabá-MT

Na questão do estabelecimento de novas fronteiras, o lugar era determinante para que esses estabelecimentos se efetivassem e progredissem. Nos relatos, estão pontuados vários lugares que se estabeleceram e não deram certo, por vários motivos: ataques dos índios, insalubridade, impossibilidade de criação de novos laços devido à distância entre os povoamentos, entre outros fatores. A natureza e as riquezas por ela produzidas aparecem como um dos fatores primordiais para o sucesso de qualquer estabelecimento, fosse ele militar ou civil "este belo logar risonho nos convida que seja nelle edificado o novo destacamento Lamare", assim como as edificações são indícios da prosperidade do lugar, as projeções econômicas e comerciais também o são e, com elas as mazelas e descontentamento de pessoas e tropas como as narradas no documento a seguir,

> Dei principio no dia 31 a descortinar o mencionado local, em cujo terreno que tenho prompto calcula-se mais ou menos receber um alqueire de planta, assim o farei brevemente.
> Tenho já prompta uma grande salla coberta de palha circolada de barrote com duas portas, em qual resido-me, e depositei toda a bagagem do destacamento, assim como o mantimento que acha-se reunido só n'este ponto; está tão bem prontas deseseis chupanas em quaes se abrigarão em principio do inverno as praças deste destacamento [...] Alguma cousa mais vou dizer sobre o local deste destacamento, que promette para o futuro grande vantagem á Provincia, o que diz respeito á agricultura, e madeira de construcção e moves, isto que pela primeira vista tenho observado; vastíssima mata para lavora sendo estas cortadas de ribeiros próprios para nelles edifficarem engenhos de moer canna, de serrar e socar; duas legoas além das matas pastagens, e entre Parnahyba e São Lorenço, melhor pastagem, e que de matas naquele rio abunda de Cedro e melhor madeira, cá e lá é fértil de madeira de construcção e moves: o rio é magnifico e muito piscoso, e offerece navegação a vapores, por hora terá lugar este meio de transporte do mês de Desembro á Março, porem logo que seja destruído essa quantidade imensa de madeiros, dará em toda estação do anno. [...] Corpo d'Artilharia reclamão por não terem recebido os seus soldos de 16 de Setembro do anno de 1858, até 31 de Março do corrente anno: reclamão mais não terem recebido seus fardamentos, por cujo motivo achão-se em estado de nueza [...] noto no fornecedor muitos desejos de receber esses vencimentos, e disse que mais se lhe deve, e pouco de ajustar contas com as praças: Acho-me entre tantos credores, e não sei quem seja esse devedor. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC 7310).

As projeções futuras para o melhoramento e prosperidade do lugar continuam sendo ponto de destaque. As casas cobertas por palhas precisam de nova cobertura, novos profissionais são necessários "Tenho já proporcionado os meios para fabricar telhas ao futuro Quartel, espero porem pelo mestre oleiro, e assim os Pedreiros afim de edifficar o Forno d'essas os mesmos" e os materiais vão se diversificando e aumentando suas

quantidades de acordo com o inventario dos objetos, que consta como anexo ao relatório citado.

O manuscrito a seguir é o relatório de n.º 10, por ele mesmo enumerado. Escolhemos esse documento pela riqueza de detalhes dos dados ali contidos, aliás, como em todos os seus relatos. É intensa a relação desse viajante com os índios. Em todos seus relatórios (APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6034), eles aparecem e, em alguns específicos, estão os relatos das bandeiras em busca dos indígenas.

Neste ofício enviado pelo chefe de polícia da província de Mato Grosso, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire ao primeiro vice-presidente, Albano de Sousa Osório, comerciante e pecuarista que naquela data (1857) ocupou o cargo, logo após a saída de Augusto Leverger. O oficio é acompanhado do relatório de viagem da bandeira realizada pelo alferes Antônio João Ribeiro com objetivo de apreender índios coroados.

> Remetto a V. Ex.ª por copia o officio que hontem recebi do Commandante da Bandeira datado de 17 do corrente de caminho em recolhida a esta Cidade, e do complemento do relatório por elle apresentado; cuja primeira parte tive a honra de enviar a V. Ex.ª na data de 5 do mez passado. Destas peças verá V. Ex.ª que a Bandeira bateo em duas aldeias de Indios coroados e fes 32 prisioneiros de ambos os sexos, sobre cujo destino quando chegarem, desde já peço as ordens de V. Ex.ª. Deos Guarde a V. Ex.ª Secretaria da Policia em Cuiabá 21 de Novembro de 1857. Vice Presidente da Provincia. O Chefe de Policia, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire. (APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6034).

No ofício, o chefe de polícia registra a tribo indígena, o apresamento de homens e mulheres e aguarda ordens para o devido tratamento aos prisioneiros. A correspondência a seguir é uma cópia do oficio dirigido ao mesmo chefe de polícia e, junto o referido relatório, descreve os sofrimentos pela falta de um homem que estivesse apto a reconhecer os sinais, as trilhas deixadas pelos índios e que facilitasse a sua captura, ou seja, um trilhador.

> Illmo. Sr. = Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.S.ª em meo relatório que incluso remetto-lhe das occorrências posteriores data do meo officio de 31 de Julho próximo passado, então verá V.S.ª o quanto tenho soffrido por falta de um trilhador, quanto o que veio contratado pelo Exmo. Governo com este titulo de trilhador, para cousa alguma presta, e por essa causa tenho lutado, e continúo a lutar sem fazer o que tanto desejava, e estando no centro de um Imperio de Indios Coroados, cujo numero é imenso.= Deos Guarde a V.S.ª Feixo dos Morros na margem direita do rio Paranahyba 24 de Setembro de 1857 = Illmo. Sr. Dr. Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, D. Chefe de Policia desta Provincia. = Antonio João Ribeiro, Alferes. Esta

> Confórme. Antonio Rodrigues Itunamas. (APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6034).

Na cópia do relatório, e é importante salientar que é uma cópia, tal qual o documento acima, pode ter havido alguma modificação na escrita, troca de palavras ou supressões destas, como já constatamos em outros documentos localizados, usamos os originais e as cópias para fazer a confrontação do seu teor.

O relatório mostra as posições de onde sai a caravana, por onde passa e onde chega, as datas da viagem, a localização geográfica, relevo e hidrografia. Essas bandeiras eram formadas por muitos componentes e por uma grande carga de bagagem, pois não sabiam quanto tempo se levaria até encontrar os índios. Note-se a tática de arrebanhar índios para tentar localizar outros índios e, ao notar que esses índios "não entendiam dessa busca", podemos perceber aí uma questão de resistência, a negação do saber para não realizar uma tarefa indesejada. Outra estratégia de resistência dos índios é a de atear fogo nos alojamentos onde eles estavam, ao perceber a presença do homem branco, uma primitiva forma de comunicação, como relato que se segue,

> Depois da minha partida da Cangalha, fazenda do Sr. Antonio Correa da Costa, na margem direita do Rio S. Lourenço, que foi no dia 31 de Julho próximo passado d'aquella margem para a esquerda, e segui em direção a Leste, e dia 4 de Agosto cheguei a Serra de S. Jeronimo, e d'alli mandei parte da força explorar as matas que circulão o morro pellado e a cachoeira do rio Peixe de couro, por estar próximo a esse lugar, porem nada virão que mereça atenção, então segui na mesma direção e cheguei no dia 13 na fos do rio Paranaiba, ponto este que destinei para largar a maior bagagem[...] e para encaminhar a este ponto o trilhador não pode sem ajutório dos Indios Guanas, logo observei que elle não percebia de arte, o que bastante desanimou-me; não obstante a tudo isto segui até que no dia 29 cheguei a avistar com grande incêndio no alojamento dos ditos por ter-nos percebido, observei mais a grande vigilância com que elles se achão tendo rondas, guardas avançadas e patrulhas. A 30 fis uma retirada fantástica até o lageado e d'alli segui em direção ao Norte como retirando-me para que entre elles não causasse suspeita de meo reggresso, com esta direção fui ter no dia de Setembro a margem esquerda de S. Lourenço defronte a fos do Prata confluente do mesmo S. Lourenço d'ali continuei a marcha já em direção a leste com vista de passar além d'aquelle lugar em que estava o alojamento, para assim batel-os pela retaguarda; ali tornei ser percebido pelos Indios de 4 grandes alojamentos [...] tendo o 1.º feito signal aos outros por meio de seo telegrafo, que é incendiar o alojamento e poserão-se todos fracionados, [...] achou-se pedaço de thesoura, arco de barril servindo de faca, pedaço de cobre servindo de enfeites e anzoes, por aqui fiquei convencido que são os que hostilizão os moradores mais próximos deste lugar, e quando a noite vierão uma grande porção tencionados a nos atacar, apesar da sua sagacidade, foi

> percebido pelos sentinella, e este deo-me parte, então dei-lhe ordem que quando o enchergasse desse fogo, preparando-se a alguns mais da comitiva e derão-lhes uma descarga, e só se ouvio gritos e bulhas, e assim retirarão-se. [...] no dia 18 no dito lageado, tendo não só eu, como o sargento encontrado vestígios de grande porção de Indios que batião nestes lugares e não é possível fazer-se alguã cousa sem que tenha um bom trilhador, para assim poder-se privar de andar pelas estradas feitas por elles, nas quaes prestão toda a attenção já previndo serem atacados. [...] mandar um portador até a fazenda do Sr. Luis Manoel Rodrigues, a ver se conseguia delle um Indio bororó que é o seo fasendeiro, e seguindo as noticias que tive sube que entendia de trilhar, porem [...] o índio não sabia trilhar. (APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6034).

As dificuldades encontradas pelos componentes das bandeiras e principalmente pelo seu capitão são narradas também no complemento do relatório "fui ter no dia 4 de Outubro a um grande alojamento de Indios Coroados e tendo-lhe comprimentado na forma do estylo, pude fazer apenas cinco prisioneiros". Aqui, a viagem tem um objetivo bem claro, o apresamento da maior quantidade de índios possível para incrementar os braços da mão de obra tão carente naquele período, e a quantidade de prisioneiros aumenta gradativamente, não sem resistência, e muitas baixas,

> [...] fui ter no dia 10 com outro grande alojamento, e neste fes-se vinte e sete prisioneiros, tendo porem o Chefe daquela tribo feito grande resistência atirando frechas, que deo lugar ser gravemente ferido o Soldado do Batalhão de Caçadores Francisco de Paula, e avista deste procedimento, e para livrar maior mal, mandei dar fogo contra aquelle audaz Chefe, que também deo lugar a ser gravemente ferido o Furriel do Corpo d'Artilharia Miguel José de França, e levemente o Indio Guaná Manoel d'Oliveira, tudo causado pelas indisciplinas e voracidade como procederão-se os ditos Indios Guanáz, não obstante terem sido por mim industriado o manejo que deverião proceder-se em aquellas circunstancias. Dia 11 continuei em direcção ao Norte com vistas de aproximar-me do Rio Parnahyba, afim de ser socorrido pela abundancia de peixe que há naquele rio, visto estar inteiramente desprovido, e vim têr ao mesmo dia 17, e pela inclemência do tempo tentei o meo regresso. Itacolomi 17 de Novembro de 1857 = Antonio João Ribeiro – Alferes. (APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6034).

O documento a seguir, um relatório enviado por Antônio João Ribeiro ao então presidente da Província, o coronel Antônio Pedro de Alencastro, traz o relato de uma viagem difícil, no qual explica, minuciosamente, acompanhado de provas documentais, uma queixa contra ele feita pelo Sr. Joaquim José de Sampaio, a 30 de Maio último, a respeito de uma quantia em dinheiro recebida para pagamento de praças da Companhia de Pedestre. (APMT – CAIXA: 1860 D1 – DOC. 15). No trecho abaixo, podemos

perceber a que ponto chegou a discussão, num apelo obstinado pela honra de um falecido e o respeito à sua viúva:

> Estando presente Sampaio fiz-lhe ver que a vista do que dizia o Furriel elle para ser pago teria que entrar ou com tal quantia ou descontal-a no que houver de receber. Com isso mostrou-se descontente Sampaio e soltou algumas palavras menos dignas a memoria do honrado fallecido Capitão Joaquim Nonato Hyacontho, concluindo por declarar que em seo poder não existia quantia alguma. Fiz-lhe ver que era injusto para com o finado Capitão Nonato e que quanto ao dinheiro ia pedir esclarecimentos, assegurando-lhe que seria pago, pelo que logo no meo primeiro Relatorio pedi providencias a este respeito. Em Dezembro do mesmo anno recebi um officio do actual Commandante de Pedestres em resposta a minha requisição communicando-me que a dita quantia devia existir entre Sampaio e a Viúva do Capitão Nonato, reservando-se para sobre isto dar com mais vagar uma final solução. Ora, não me convinha ter por mais tempo qualquer quantia em meo poder sujeito a eventualidade ser acommettido por índios tão affeitos a incendiar Cazas de palha, escrevi sem demora uma carta ao queixoso ponderando-lhe que quando não quisesse ou não pudesse dirigir-se pessoalmente aquelle ponto, mandasse alguém de sua confiança para receber o soldo a seo favor, fasendo-lhe ver o que me havia escripto o Commandante. Sua resposta constou de uma carta pouco pollida, a que nenhum peso dei, por considerar que quem dá o que tem não é a mais obrigado. (APMT – CAIXA: 1860 D1 – DOC. 15).

No relato do alferes, a dificuldade das comunicações acaba por favorecer as intrigas dentro do universo sócio-político no qual se insere. Não se trata, aqui, de avaliar a credibilidade do relato, não sabemos ao certo com quem estava a razão e não buscamos o culpado. A trama está posta, cabe ao pesquisador aceitar o documento tal qual ele se apresenta para a realização da análise com olhar crítico, usando de cautela para avaliar adequadamente.

A ideia aqui é constituir um instrumento metodológico complementar que possa auxiliar futuros pesquisadores, possibilitando-lhes, a partir dos dados lançados dos relatos passados, poder construir suas análises e inferências na história que se pretende escrever no presente reconstruindo essas vivências passadas.

Em todo o relato, nos referindo ao DOC. 15, citado anteriormente, os pormenores vão desfilando num rosário de explicações, enumerados de provas, “meo dever éra devolver a quantia mandando, entretanto o Furriel passar-lhe um documento por onde pudesse do Quartel [...] o que lhe éra, devido o que se vê da relação n.º 5”. A intriga está formada e as palavras se alternam, ora para se defender: “por que não tendo o costume de articular palavra alguma com meos Commandados se não em matéria de serviço, muito menos o faria com desertores”, ora para atacar “Sampaio é o motor das

diserções que se tem dado d'este ponto, com fim de faser mudar o destacamento para próximo de seo estabelecimento". Em outras ocasiões, para justificar "tanto isto é assim que os desertores todos o procurão em seo sitio para dar-lhe noticias como esta, certos de que serão agasalhados".

E enquanto o discurso prossegue, partimos para outra viagem, agora para acompanhar um frei "desditoso", que vindo da Itália pela ordem de seus superiores para a catequese dos índios, com estes convive por um longo tempo, em que as relações se estreitam na convivência diária. Nos seus relatos estão implícitas as relações de dominação em que os silêncios representam as vozes pungentes do outro, o índio na tênue linha entre o dominante e as relações entre os grupos de outros índios. Quem foge de quem nessa corrida louca em nome de Deus? Vítimas e algozes de si mesmos na luta com os seus pela salvaguarda do patrimônio do outro.

3.5 FREI MARIANO DE BAGNAIA: VIDA E MORTE DE UM VIAJANTE SANGRANDO SEM DIREÇÃO

> Todas as manhãs nos restitui o nosso primeiro amo, certo de que, do contrário, não o serviríamos bem. Apenas nosso espírito descerra os olhos, já os mais esperto dentre nós, ávidos de saber o que poderemos ter feito sob as ordens do senhor que deita seus escravos antes de os submeter a um trabalho apressado, procuram sub-repticiamente espiar a mal terminada tarefa. Mas o sono luta de velocidade com eles, afim de apagar as pegadas do que queriam ver. E, após tantos séculos, ainda pouco sabemos a esse respeito. (PROUST, 2009: 27).

A citação serve para mostrar um pouco dessa relação ambígua de obediência e subterfúgio, submissão e rebeldia no contato do homem branco com o índio.

O "silêncio" contido nos documentos também se faz presente no diferente tratamento dado ao índio e ao negro. A ambiguidade das palavras traduz a conivência de pessoas partícipes desse acordo; o político e o religioso, como autoridades sobre uma minoria e os modos de subserviência de cada um para não desagradar o outro. O oficio reservado dirigido pelo então presidente da província de Mato Grosso Augusto Leverger ao frei Mariano de Bagnaia, retrata esse acordo de "cavalheiros",

> Ao Reverendo Frei Marianno de Bagnaia
>
> RESERVADO. = Recciando que este officio cáia em mãos alheias antes de chegar as de V.R. mando-lh'o entregar por meio

> do Command.[e] do Destacamento de Albuquerque, com pesar, mas por dever e mesmo por amizade, tenho a dizere-lhe que o castigo de chicote, entre nós usados só para com os escravos, não póde ser aplicado aos Indios sem que incorramos em rigorosa censura e mesmo responsabilidade, V.R. por mandal-o e eu por toleral-o. Deos Guarde. A V. R. Palácio do Governo de Mato Grosso no Forte de Coimbra 28 de Junho de 1855 = Augusto Leverger.[158] – Venerado Senhor Frei Marianno de Bagnaia. (APMT – CAIXA: 1855 B1 – DOC. 3675).

Nesse documento, é possível perceber dois tipos de discurso, o político e o religioso, mesclando interesses comuns.

Sendo assim, essa figura representa muito mais que um missionário, mostra o deferimento do qual é merecedor e reconhecido por ser um herói de guerra, aquele que lutou e contribuiu para a nação. Que noção de realidade esse discurso constrói? O discurso religioso e político, a demonstração clara da superioridade cristã onde não se separa o ideal do interesse. Deste modo, não punir, mas orientar uma condução de comportamento, uma norma mais condizente com o cargo de direção e mostrar-lhe que a expansão da condição humana está acima dessa mancha, o chicote é uma forma de coesão.

A utilização de uma psicologia de fundo social num gesto que se estende para o futuro, a condição de nação civilizada privilegia o uso do chicote como uma materialização da conduta, ou seja, o ato de chicotear como forma suprema de enquadramento, de negros, não de índios, já que estes precisam da tutela do Estado, são seres que têm alma, enquanto o negro é um objeto venal, sem alma, portanto, o uso do chicote pode e deve ser empregado a este sem os riscos de uma punição ou qualquer ato vexatório dentro de uma hierarquia estabelecida. É o discurso do pensamento de criação de uma nacionalidade.

Desta forma, observando o documento e o discurso nele posto e que para PÊCHEUX (2009), o instrumento do político é o discurso, e este, funcionando como uma saída dentro da hierarquia ali descrita resulta nas transformações das relações sociais dentro das suas condutas, e também dentro dos seus espaços de convivência. E dentro deste espaço, nessas relações de poder podemos compreender as relações discursivas, o enunciado, a importância da fala (o que se quer dizer, o que se quer ouvir e entender).

[158]Notem que o documento datado de fevereiro de 1855 é justamente o período em que Leverger, para prevenir de um possível ataque do Paraguai, instala o governo de Mato Grosso, no Forte de Coimbra.

Não existe, no oficio do então presidente da província de Mato Grosso Augusto Leverger, respondendo ao frei Mariano nenhuma metáfora. O discurso político ocorre na relação da linguagem materializada, de forma clara no jogo de interesses recíprocos produzidos diante do acontecimento. Na essência deste documento, a sutileza de poder é marcada por uma diferença, ou seja, o funcionamento das palavras propostas, a "orientação" que se não for cumprida poderá acarretar "rigorosa censura e até responsabilidade" tanto ao emissor quanto ao receptor. É como se fosse uma dívida gerando uma dádiva, ou um ajustamento necessário entre os dois devido a essa relação de amizade e respeito. Embora o poder se sobreponha, ele é mascarado nessa relação de aceite entre eles. Um deve algo ao outro o qual, por sua vez, também lhe é devedor. Sendo assim, a relação de interesses faz com que se juntem, em nome dessa dívida comum que culmina na dádiva, na troca de concessões.

Portanto, há uma tomada de posição no aspecto social. O emissor, mesmo sentindo "pesar", isto significa que concorda com o castigo, embora este não seja mais "conveniente", é aliado do receptor, existindo aí um processo de formação imaginária constituída nessa relação de poder. Dessa forma, a materialidade do discurso permite um leque de opções de gestos de interpretação na medida em que aborda as relações de comando em que ambos se encontram.

A leitura de documentos manuscritos de certa forma dificulta o entendimento se não tomado o devido cuidado na sua interpretação. Nem sempre o que está escrito ali no papel envelhecido e frágil pelo tempo, mas forte no seu significado, condiz com a realidade do momento enunciado e a intenção nele proposta. A "arte de falar" segundo Pêcheux (2009),

> Não tem outra finalidade senão a de se conformar às regras que a constituem, enquanto regras imanentes à própria ordem das essências. Nessa perspectiva, o bom uso da palavra é o de reconduzir o sujeito às verdades do mundo das essências, a arte de falar é constitutivamente uma pedagogia: a explicação torna-se, assim, aquilo pelo que se reabsorve o desencontro entre o meu pensamento e os seres aos quais meu discurso se refere. (PÊCHEUX, 2009: 40).

Dessa forma, entendemos a palavra como forma de construir um passado e cabe às palavras desconstruir esse passado, na compreensão das diferenças daquilo que está disperso sobre o papel ou em algum canto qualquer da história, com um novo olhar diante da multiplicidade de tramas possíveis.

Apresentamos, aqui, um pouco da vida e obra de frei Marianno de Bagnaia[159], cuja história em missão com os índios por essas terras brasileiras nos permite entender o tratamento que lhe é deferido. Seu nome de batismo era Saturnino Colonna, nasceu na localidade de Bagnaia, província de Viterbo, na Itália, em 19 de janeiro de 1820. Aos 15 anos, iniciou a vida religiosa entrando para a Ordem dos Capuchinhos, onde concluiu os estudos em Teologia, Filosofia e Letras, adotando o nome religioso de Mariano de Bagnaia (era comum os capuchinhos terem o nome acrescido do lugar de nascimento). Solicitou autorização da Ordem para integrar o quadro de Missionários Estrangeiros. Partiu de Roma em 7 de outubro de 1846 e, em 4 de março de 1847, chegou ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, ingressando na vida missionária de catequização do índio. Segundo frei Alfredo Sganzerla[160], "Dois meses depois é destinado para a tropical Província de Mato Grosso [...] esquece o medo dos índios bravios, das feras, as cobras monstruosas e parte com a obediência nas mãos", partindo de Goiás em 08 de setembro e chegando na "longínqua Província" em 30 de novembro de 1847, uma longa e difícil viagem, contando cento e cinquenta léguas (900 Km) de floresta, pura natureza, calor e solidão.

O livro de frei Sganzerla é repleto de informações valiosas não só sobre frei Mariano, mas sobre a história dos capuchinhos de um modo geral, bem como a história destes no Brasil, especialmente em Mato Grosso. Mas não podemos deixar de mencionar o olhar desse autor, militar e religioso, Sganzerla, cuja visão e valores estão impregnados de preconceitos sobre a região mato-grossense. Muito parecido com o olhar dos viajantes estrangeiros, e frei Mariano é um deles, que viam essas terras como repletas de seres monstruosos e ferozes, uma terra selvagem que necessitava urgentemente de ser "civilizada".

Valendo-se de inúmeras fontes, percebemos a intensa pesquisa realizada pelo autor, que percorreu arquivos e bibliotecas em várias partes do Brasil, incluindo Mato Grosso, e outras cidades fora do país, como Roma e Portugal. Dentre as fontes

---

[159] Em alguns documentos aparece grafado *Banhaia*, acreditamos tratar-se apenas de um erro de grafia, pois os documentos originais assinados pelo próprio frei Mariano a grafia é sempre a mesma, *Bagnaia.*

[160] Frei Alfredo Sganzerla nascido em 02 de janeiro de 1938 no Rio Grande do Sul. Doutor em História da Igreja pela Universidade Gregoriana, em Roma com a tese *"Presença do Frei Mariano de Bagnaia na Igreja do Mato Grosso no século XIX"*. É também autor do livro ***A história de Frei Mariano de Bagnaia:*** *missionário do Pantanal.* Campo Grande: FUCMT, 1992. Este livro, além de trazer à tona a história de Frei Mariano, traz também valiosas informações sobre a história de Mato Grosso, principalmente acerca dos povos indígenas. Outro fator que deve ser levado em consideração é o olhar desse religioso gaúcho sobre Mato Grosso, pois sua narrativa por si só já é uma fonte que merece uma análise crítica.

pesquisadas pelo autor, consideramos que o Diário de frei Mariano, sempre citado pelo referido autor em sua obra, talvez a principal delas, por conter relatos minuciosos de todas as suas viagens, sofrimentos e desventuras, impressões dos lugares e dos povos por onde passou. Esse diário encontra-se no Arquivo dos Capuchinhos do Rio De Janeiro. Ainda segundo o autor, destaque para o pensamento de frei Mariano a respeito de Mato Grosso, antes de para lá ser enviado "o mais infeliz de todos os lugares do Brasil". (SGANZERLA, 1992: 177).

Chegando primeiro a Cuiabá, segue em 02 de dezembro para o Alto Paraguai Diamantino, onde demorou sete meses. Nesse período, em várias correspondências, mostra a afinidade entre o poder público e a igreja na tentativa de integrar o índio à sociedade através da catequização. Basta ver nas Falas, Mensagens e Relatórios de Presidente de Província[161] o empenho que cada um dos presidentes dedicava à área "Catequese e Civilização dos Índios", apesar das muitas divergências ocorridas entre governantes e missionários no que se refere ao modo de catequisar.

O relatório do então vice-presidente Manoel Alves Ribeiro, cujo mandato teve curtíssima duração (06/04/1848 – 31/05/1848), na página oito, traz um relato da necessidade de abonar verbas para atender aos dois missionários, frei Mariano de Bagnaia e frei Antônio de Molinetto, cujo objetivo era auxiliar na contenção dos índios bravios.

É importante mencionar que o responsável pela Diocese de Cuiabá por um longo período (1832 a 1876), o bispo D. José Antônio dos Reis[162], homem forte em suas decisões e admirador dos trabalhos missionários, em 28 de dezembro de 1848 concede a frei Mariano de Bagnaia e frei Antônio de Molinetto o título de apostólicos, o que lhes garantiam amplos poderes como missionários.

No acervo do APMT, há uma farta documentação produzida pelo Bispo Dom Antônio José dos Reis, o qual assina sempre "Jozé, Bispo de Cuiabá", dirigida aos missionários e às autoridades. Convém lembrar que durante seu longo bispado, nem tudo

[161] Fundo do Arquivo Público de Mato Grosso. São documentos referentes aos discursos dos presidentes da província de Mato Grosso, dirigido à Assembleia Legislativa, relatando fatos e os acontecimentos em todos os níveis do governo como uma prestação de contas de tudo que ocorreu naquele ano. No APMT estão os relatórios de 1830 ao ano 2000. Estes documentos também podem ser encontrados referentes aos anos de1830 a 1930, no site <http://www.crl.edu/brazil>.

[162] Dom José Antonio dos Reis, o primeiro Bispo de Cuiabá, nascido em São Paulo em 10 de janeiro de 1798. De origem muito pobre, ordenou-se sacerdote em 1821 com apenas 23 anos de idade. Formou-se em Direito em São Paulo na primeira turma de 1832. Nomeado Bispo da Diocese de Cuiabá em 27 de agosto de 1831 e confirmado em 7 de janeiro de 1832 pelo Papa Gregório XVI. Em 2 de julho de 1833 tomou posse por seu procurador o Cônego José da Silva Guimarães e no dia 7 de novembro chega a Cuiabá. Permanece na diocese até 1876, quando falece em 11 de outubro do mesmo ano.

correu com tranquilidade, como era natural devido às constantes intromissões das autoridades civis nas coisas da Igreja. Nos anos de 1848 e 1849, quando a província de Mato Grosso teve três presidentes nomeados para o período, todos com mandatos de curtíssima duração: Manuel Alves Ribeiro (06/04/1848 – 31/05/1848, 1 mês e 25 dias); Antônio Nunes da Cunha (31/05/1848 – 27/09/1848, 3 meses e 27 dias) e Joaquim José de Oliveira (27/09/1848 – 08/09/1849, 11 meses e 12 dias). Sendo assim, é compreensível que tenha havido divergências entre ele e o vai-e-vem dos presidentes da Província.

Mas nem sempre essas divergências foram acentuadas. Com outros presidentes, o relacionamento era dentro da normalidade, ou seja, havia reciprocidade e cordialidade no trato com as autoridades, como mostra o ofício dirigindo agradecimentos e elogios, parabenizando por ter tomado posse do cargo o então presidente da província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro,

> Recebendo a comunicação, que V.Ex.ª se dignou fazêr-me pelo seo Officio de hôje, de havêr tomádo pósse dos Cárgos de Presidente, e Commandante das Ármas desta Provincia, para os quaáes S. M. O Imperadôr houve por bem nomeál-o, cumpre-me responder a V. Ex.ª primeiramêntes agradecendo a V.Ex.ª, a honra de huã tal comunicação, e em segundo lugar protestando V. Ex.ª as mais sinceras e cordiaes obediências ás Suas Ordens, e o máis profundo respeito, estima e consideração a sempre respeitável Pessôa de V.Ex.ª. Muito alegrôu o meo coração a offérta, que V.Ex.ª tão generosámente fez da sua bôa vontáde para o que fôr do servîço da Santa Igrêja. Certo de tanta virtûde eu nûtro por isso desde já a mais fundáda esperança de que a mesma Igrêja tem, e terá sempre em V. Ex.ª hum digno Filho, por ella muito amádo. Quanto ao meo servîço particular, para o qual V. Ex.ª também se oferêce, eu recêbo cheio de confusão esta próva de tanta bondáde, com que V. Ex.ª se digna tratar-me sem eu a merecêr. DEÔS Guárde a V. Ex.ª, por muitos annos. Cuiabá 13 de Outubro de 1859. Illmo. e Exmo. Senhôr Tenente Coronél Antonio Pedro de Alencastro, Dignîssimo Presidente e Commandante das Ármas desta Provincia. Jozé, Bispo de Cuiabá. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7289).

Em outro ofício dirigido ao mesmo presidente da Província, justifica a ordem em que se encontra o seu bispado,

> Para satisfazer o que V.Ex.ª exîge, pelo seo Officio de 9 do corrente, sobre a apresentação dos títulos dos empregádos Eclesiásticos pertencentes á Repartição da Justiça tenho á honra de certificar á V.Ex.ª que nésta dáta ficão expedidas as órdens aos ditos empregádos, para que em práso determinado (sendo o menór de oito dias e o maiór de quatro mezes) levem todos á presença de V. Ex.ª os Títulos, pelos quaes exércem os seos empregos. Tenho entretanto o prasêr de asseverár desde já á V. Ex.ª, que neste Bispado não há hum só Empregádo

> Eclesiástico sem o seo respectivo Título. DEÔS guárde a V. Ex.ª, por muitos annos. Cuiabá 14 de Novembro de 1859. Jozé, Bispo de Cuiabá. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7289).

E em um terceiro documento ao referido presidente da Província, agradece ao convite recebido para assistir "ao cortêjo ás Augustas Efîgies de Suas Majestádes Imperiáes" aproveitando para fazer um convite à mesma autoridade "para que se digne de assistir também ao *TE DEUM*[163], que pelo mesmo motivo se há de celebrár na nossa Igrêjas Catedrál".

> O Cléro desta cidade, e eu aceitâmos cheios de prasêr o honrôso convîte, que V. Ex.ª se dignou fazêr-nos pelo seo Officio de 24 do corrente para assistîrmos ao cortêjo ás Augustas Efîgies de Suas Majestádes Imperiáes no próximo dia 2 de Dezembro, por sêr o aniversário natalício de S. M. O Imperadôr, e gratos á tanta honra e bondáde, com que V. Ex.ª nos tráta, rogâmos igualmente a V. Ex.ª, para que se digne de assistir também ao *TE DEUM*, que pelo mesmo motivo se há de celebrár na nossa Igrêjas Catedrál no referido dia, e a hora, que V. Ex.ª houver por bem determinar. DEÔS Guárde a V. Ex.ª por muitos annos. Cuiabá 26 de Novembro de 1859. Jozé, Bispo de Cuiabá. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7289).

Frei Mariano em dezembro de 1850, deixa os serviços junto ao Bispo D. José, com o qual manteve boas relações, e parte para a aldeia dos Kinikinaos, futura vila do Bom Conselho, na região do Baixo Paraguai, escrevendo em seu diário:

> Depois de 20 dias de viagem pelos rios Cuiabá, Parrudos, Paraguai até um pouco abaixo da foz do Taquari cheguei a Albuquerque. Entrei neste deserto, num vale belíssimo; encontrei três tribos de índios: Quiniquinaos, Guanás e Terenas. Aos chefes expliquei o motivo da minha vinda. Logo todos se ergueram de pé e me acolheram amigavelmente. (SGANZERLA, 1992:182).

A documentação do APMT, ofícios e correspondências trocadas, mostra o bom relacionamento de frei Mariano com as autoridades, as quais se prontificavam a atender, sempre que possível, seus pedidos: "forão expedidas as precisas ordens ao Commandante Geral do Districto Militar do Baixo Paraguay para pôr á disposição do Missionário Appostólico Frei Mariano de Bagnaia as 4 praças para sua segurança e policia da aldeia". A exceção era o diretor geral dos índios naquele período, Joaquim Alves Ferreira, do qual reclama frei Mariano em correspondência enviada ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, em 21 de maio de 1851 "e como este de todo, e por maneira

[163] *TE DEUM* expressão que corresponde "a ti Deus". Subentende-se *laudamus* "louvamos". Cântico da Igreja em ação de graças, que principia por essas palavras latinas.

nenhuma quer corresponder-se comigo, nenhuma solução tive até agora nem disto, e nem de outras coisas por que a ele me dirigi /ignorando eu qual o motivo disto/...” (APMT – CAIXA:1851 A – DOC. 6185).

Suas solicitações, voltadas para o bem estar dos viajantes e índios, marcam suas correspondências, como a citada a seguir:

> O portador desta hé Diogo Machado de Castro Bueno o qual pelo Governo foi encarregado de concucção dos trens nacionais pelo caminho fluvial de Piracicaba até esta Villa. Dirige-se á essa Cidade onde tem sua familha. Demorando-se alguns dias nesta Villa. Rogo a V. Ex.ª o especial favor fazer com que com a necessária facilidade digne-se attender as reclamações á que tem direito, attendendo as privações a que submetteo huma viagem tão longa outro tanto penosa: qualque graça que elle receba da mão benéfica de V. Ex.ª tomarei como feito a mim mesmo, e ficarei eternamente agradecido. O estado sanitário deste lugar tem estado mui lisongeiro, graças a Deos até esta data. Estimo a Saude de V. Ex.ª, para no gozo dela dispor do Seu Venerador Obreiro P. Frei Mariano Bagnaia. Miranda 20 de Dezembro de 1859. (APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7289).

Entre outros missionários que por aqui passaram, esses três personagens, frei Mariano de Bagnaia, frei Ângelo de Caramanico e também frei Antônio de Molinetto, deixaram suas marcas por estas terras através de uma farta correspondência em que a urdidura narrativa ora apresentava a delicadeza dos fatos, ora o horror dos acontecimentos. Suas impressões sobre o lugar, o povo, a natureza e a missão de cada um mesclavam sentimentos bastante contraditórios.

A partir do grupo de documentos abaixo, podemos traçar um esboço de como eram as relações de frei Mariano com seus “súditos”. O que fez desse homem europeu e da igreja um viajante em terras de Mato Grosso? Segundo ele, foi sempre a defesa dos índios. Um herói de guerra, considerado pela historiografia nacional, que não suportou os fantasmas da guerra, levando-o ao ato extremo de tirar sua própria vida de maneira tão cruel. Os documentos aqui transcritos em fragmentos, representam apenas uma ínfima parte do que consta no acervo do APMT.

Ao nos debruçar sobre os relatos, percebemos que, além das dificuldades financeiras, as dificuldades no relacionamento com os índios acentuavam o conjunto de valores que vigorava na Europa desse período. Um exemplo é o documento abaixo:

> A necessidade em que me acho me obriga a suplicar V.Ex. á olhar compassivo o meo estado de indigência o meo pequeno ordenado não me chega para a minha subsistência. Os gêneros alimentícios neste

> lugar estão á hum preço estraordinário. [...] Espero na bondade de V.Ex.ª que conhecendo perfeitamente ser movido da indispensável necessidade me socorrerá. Não posso deixar de dizer a V.Ex.ª que o espirito da insubordinação nos índios desta Aldêa esta fazendo progressos agigantados; disatendem abertamente. Outrossim faz poucos dias mandei chamar huns índios para limpar a frente da Igreja, e hum delles respondeu ao Cabo= o quer o Padre comigo? não vou e porque o Cabo correndo lhe ameaça prende-lo foi bastante para elle erguerem pau, e dizendo venha que morre! E destes em o cada passo, até a mim em occasião para dizer a hum delles que fosse ver enchada para limpar a frente da Igreja pegou em huma acha de lenha com que me ferió! [...] De nada vale o agrado com que os tracta; A vista da extrema miséria que existe na Aldêa, e que mais está ameaçando o porque não quiserão plantar, e o mesmo porque a estação não favorece, mandei plantar mais hum mandiocal em comum, elles de tudo não querem, obrigo-os não sei se faço bem, peço a V.Ex. dignar-se esclarecer-me. A miséria nesta Aldêa actualmente esta no mais eminente appuro e me deu ate vontade de pedir a V. Ex.ª authorização para comprar algumas reses a beneficio dos pobres menores que estão na escola. Deos conserve V.E. na mais perfeita saúde e na sua graça, e o faça tão feliz e aventuroso como de coração lhe deseja quem se honra ser. Bom Concelho 25 de 8tubro 1855. Fiel amigo Frei Mariano de Bagnaia. (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4245).

No trecho acima, podemos ver as conclusões de frei Mariano como que imagens refletidas no espelho de suas vivências passadas, ou seja, o olhar de um missionário europeu, vindo de longe para catequisar e civilizar um "povo selvagem", que se vê refém da miséria e brutalidade de seus aldeados. As evidências são de que desde o início da colonização das terras mato-grossenses, e também em todas as províncias do Império, essa "civilidade" precisava ser ampliada. Daí os presidentes de Província empenharem tanto na criação de aldeamentos e com eles a contratação de diretores, o incentivo à catequese com brindes aos índios e ainda a criação de milícias que dessem proteção tanto aos diretores como aos civis e até mesmo aos próprios índios, no sentido de proporcionar uma convivência tranquila nesses aldeamentos e junto à população local.

Seja como for, o tratamento dado aos índios nem sempre correspondia ao desejado por eles. A estranheza dessa nova forma de vida de homens livres, integrados e corporificados à natureza absorvente e a mãe terra. Se para frei Mariano o trabalho na lavoura transformaria índios em seres civilizados, para os índios aquilo era um distanciamento de sua natureza livre, perdendo suas características originais, uma forma de opressão:

> Tenho empregado, e continuo empregar todos os meios que a minha fraca prudência me administra para animar os Indios a não desacorçoarem debaixo do cruel juízo da miséria. Mando a continuar a

> preparar pela plantação de mandioca, para não vexa-los, mando 4, a 6 indios por dia, e depois deste dia tem muito tempo para cuidarem em suas plantações: Faço-lhes ver continuamente que hé ordem do Governo, e que he para remediar as próprias necessidades, e dos seus filhos: todavia se acha huma resistência indicivel. Nunca occupei elles que não fosse ou em vantagem da Aldêa, ou immediata delles. (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4248).

Nesses documentos está refletida a enunciação da visão primitiva de que o indígena é o selvagem que precisa da tutela do Estado para tornar-se um ser civilizado. Essa imagem só é ofuscada quando de um ataque desses selvagens ao homem branco, "Chega hum índio e depois de ameaçar-me, me disse que queimaria a casa, e depois de poucos dias apparece a meia noite o effeito e se não fosse huma mulher que por divina Providencia estivesse acordada, e chamasse para accudir o fogo, era victima", ou de uma evasão,

> Communico a VE. que o Indio canoeiro Francisco Germano, pertencente a esta Missão, estando com licença, evadio-se da Aldêa, levando mulher, filhos e a família da mulher, entrando neste numero hum decurião da Aula de primeiras letras, que já estava-se adiantando alguma couza; hé hum daquelles moços que em junho pp. fugirão para este Forte. O fim do primeiro, creio seja para subtrahir-se do serviço a que se acha abilitado, e o ultimo não acho outro sináo que a vadiação, pois não houve nenhum motivo. Desconfiando terem tomado a direcção do Paraguay acima, deprequei que o Commandante do destacamento militar dos Dourados. (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4243).

Convém lembrar que o desenho delineado pela observação dos viajantes do século XIX foi bem diferenciado do olhar dos cronistas e viajantes do período colonial, já que a formação destes naturalistas, segundo os critérios europeus, exigia a produção de uma observação científica e sistemática tanto da natureza como da terra e do homem.

A correspondência do frei Mariano de Bagnaia localizada no acervo do APMT é abundante e rica em pormenores. Percorre um período significativo da convivência, por vezes, amarga entre o branco e o índio. É documentação relevante para os estudiosos do processo da política indígena em Mato Grosso. Muitos pesquisadores têm se valido dela para traçar ou (re) visitar a história trágica desse povo ao longo dos anos. A relação dos missionários capuchinhos com os índios e a população nem sempre era tão cordial como alguns autores apresentam e como veremos adiante. Em meio aos papéis avulsos, encontramos uma carta repleta de erros e um enunciado truncado que demonstram o nível de conhecimento do autor da missiva, endereçada ao Presidente da Província, mas não de

frei Mariano e sim de um empregado, capitão dos índios, Manoel José, dando parte do referido frei:

> Eu dirijo a V.Exª. por que eu quero dar parte a V. Ex.ª que Frei Mariano me fez com Frei Antonio, Ex.mo Snr. Porque nesta minha lugar vivo judiado com tantas bofetadas eu não posso mais; porque o defunto Capitão Simão (morreo mas Eu pormim) elle não queria mas esta judiação agora elle morreo não há mais Capitão aqui nesta Aldêa para me acudir senão este que estar presente a V. Ex.ª o Padre Mariano não faz caso de ninguém nem Capitão nem nada, por isso eu dou parte a V. Ex.ª não fazerem mais esta judiação comigo porque elle me judia como quem estar judiando com cachorro, hum Homem morreo filha do homem pegou chorar olhando as costas da filha cortou pé de laranja com pé de Bocaiúva o Capitão Per.ª estava olhando, depois disto o Frei Mariano sobe o que elle mandou chama-lo o Pai da menina elle perguntou diz qual hé razão que Vm.ce cortou laranjeiras da sua filha Homem não dizia uma palavra elles mandou buscar pelas laranjas com pé de bocaiuva elle pois o Capitão Pereira arrastando pé de laranja e pai da menina arrastando pé de bocaiuva rodando Aldêa o Capitão Pereira não he possível dar razão para V. Ex.ª que Frei Mariano fez para elle. Ex.mo. Snr. Peço a V. Ex.ª obsequio não mostrar para ninguém esta carta nem para elle eu quero que V. Ex.ª saiba esta minha razão. Também Ex.mo Snr. Sendo eu dar parte a V. Ex.ª quando ele ver mulher andar com julata[164] elle manda chamar mulher para queimar julata dela. Ex.mo Snr. No mundo não se faz isto pois este Homem sendo Padre empossivel fazer esta porcaria andar revistar as meninas com ovos das galinhas ovos entrando ele manda chamar Pai da menina com Mai para receber castigo té cahir no chão. Ex.mo. Snr. Também quero pedir a V. Ex.ª obsequio para nos dar algum Molhadura[165]. Deos Guarde V. Ex.ª Missão de Nossa Senhora do Bom Concelho, 19 de Junho de 1855. (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4246).

O conteúdo deste documento com palavras rabiscadas por um homem semianalfabeto em um texto de difícil compreensão, mas que traz em seu bojo toda a indignação num grito de socorro contra as atitudes de frei Mariano e frei Antônio de Molinetto. A queixa mostra o anseio de um homem supostamente vilipendiado em sua dignidade, mas ao mesmo tempo temeroso, se descoberta a sua queixa, "elle me judia como quem estar judiando com cachorro" demonstra essa indignação, a ausência de proteção, já que seu antecessor havia morrido. De um padre se espera benevolência, compaixão e caridade, ao agir de forma truculenta como um malfeitor, deixa todos os que

[164] Segundo o Dicionário Aurélio, aijulata é uma palavra de origem guaicuru, consistindo em uma peça de pano, espécie de tanga, em que se enrolam os índios e as índias. Variantes: ajulata e julata (como aparece na carta acima).

[165] Molhadura: neste caso seria uma gratificação ou gorjeta. Para melhor entender a acepção da palavra ver o verbete "gorjeta", in: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. ***Novo Aurélio Século XXI:*** *o dicionário da língua portuguesa.* 3.ª ed. Rio de janeiro: Nova Fronteira, p. 999, 1999.

a ele deveriam recorrer, na vulnerabilidade, impossibilitando de expressar livremente os seus sentimentos, mesmo os mais dolorosos, a eterna luta contra o poder.

Um elemento se destaca na carta e que também se converte em queixa: a forma como um padre trata o sexo feminino, primeiro com a forma de se vestir das mulheres e o modo como revista as meninas que supostamente escondiam ovos. São questões para se pensar.

Só a forma de utilizar as palavras já daria um estudo linguístico significativo debruçando sobre a correspondência de frei Mariano e outros clérigos. Seus discursos são persuasivos, rebuscados e contundentes ao expressar seus desejos, suas ordens, seus pedidos e justificativas na elaboração e construção de átrios, igrejas, aldeias e determinar modos de vida aos índios sob sua tutela e a população em geral.

Neste grupo de ofícios endereçados ao então presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao qual se dirige como amigo fiel e criado, mostra um pouco da personalidade desse hóspede, pois, como muitos, é um viajante em terras estrangeiras com direito a uma longa permanência no lugar, tornando-se assim corresponsável pelas transformações na sociedade onde atua. Para frei Mariano, estar como viajante em um lugar desconhecido e diferente do seu ambiente natural não o jogou na vulnerabilidade, ao contrário, adaptou-o, segundo ele, por obediência suprema a Deus. Interessante notar a ambiguidade das relações desse homem temente e obediente a Deus com os selvagens. Em alguns documentos as desavenças, ataques e sofrimentos, em outros a cordialidade, como na descrição feita pelo diretor geral dos índios Henrique José Vieira em correspondência enviada ao então presidente da Província Augusto Leverger, em 28 de dezembro de 1852,

> Aldêa, propriamente dita, existe uma de Guanás em Albuquerque, no Mato Grande, dirigida pelo digno Missionario Capuchinho Frei Mariano de Banhaia, que ali fez levantar uma capella da invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho, para a qual fiz remeter os dous sino, que por ordem de V.Ex.ª mandei vir do Rio de Janeiro. Os Indios desta Aldêa são todos lavradores, as índias fião e tecem algodão, e já costurão sofrivelmente, os pequenos aprendem a lêr e escrever, poie que ali existe um Mestre de 1.ªs letras) e nesta ocasião apresento a V. Ex.ª as escriptas dos ditos pequenos. (APMT – CAIXA: 1852 B1 – DOC. 56).

Neste mesmo documento (rico em informações sobre as tribos indígenas em Mato Grosso, em que descreve tribo por tribo, o diretor faz também uma referência a frei Antônio de Molinetto e sua relação com os indígenas:

> Em Miranda, onde há uma muito grande porção de Guanás e Guaycurús semicivilisados, muito conviria, como se tem tentado, formar uma Aldêa regular, mas o Missionario Frei Antonio de Molinetto não se dá com os Indios e moradores de Miranda, nem os Indios e moradores de Miranda com elle. (APMT – CAIXA: 1852 B1 – DOC. 56).

Vale a pena ser pesquisada, no intuito de descobrir o porquê de tanta aversão, a relação entre frei Antônio de Molinetto e os índios, tecida nos relatos de forma sempre tumultuada. Nessa história pouco contada, é preciso buscar, nas camadas do tempo, os resquícios desses desafetos existentes naquelas paisagens, onde coexistiam a opressão e o desejo da liberdade, ou simplesmente concluir o preenchimento do vazio ao fazer ouvir histórias desses "vagabundos e preguiçosos" que não querem ser ouvidas, como os denominava frei Antônio. Trabalhar nos documentos, buscando uma leitura com menos realidade e mais imaginação, até encontrar a textura sedosa da narrativa desejada.

Uma, dentre as muitas características que podem ser encontradas na correspondência de frei Mariano, é justamente ultrapassar os limites da hierarquia, preferindo o contato direto com o representante maior da Província, embora não deixe de manter uma comunicação "oficial" com seu superior direto, ou seja, o diretor geral dos índios daquele período. Em 23 de outubro de 1859 é nomeado vigário de Miranda e Vigário Forâneo de todo o baixo-Paraguai, sendo ainda nomeado, pelo Presidente da Província, diretor geral dos Índios, permanecendo no cargo até 1864.

Sua atuação frente às diversas tribos indígenas com as quais trabalhou está posta tanto na documentação avulsa como nos dois Livros de Registros da Diretoria Geral dos Índios, mencionados anteriormente. Estes livros, pertencentes ao acervo do APMT, de fácil manuseio, recebem a seguinte numeração: n.º 101 que abrange o período de 1848 a 1860 e, n.º 191 compreendendo os anos de 1860 a 1873. Além dos dois livros originais manuscritos e a versão em microfilme, foi realizada a transcrição destes livros pela historiadora e servidora do APMT, Luzinete Xavier de Lima.

Vários estudos a partir desses documentos foram feitos por pesquisadores locais e de outros estados. Podemos destacar, além do trabalho sobre política indígena do historiador Odemar Leotti, que já fora citado anteriormente, outros trabalhos sobre povos

indígenas em Mato Grosso e que têm trazido contribuições significativas para a compreensão da sua trajetória na história.[166]

Partes dos relatos de frei Mariano possibilitam ao pesquisador refazer a trajetória dos diversos grupos indígenas, bem como suas estratégias em relação ao enfrentamento com o branco e até entre os grupos rivais. Estes relatos podem nortear estudos sobre esses grupos em sua quantidade, locais das aldeias, costumes e a dialética com o seu mundo e o mundo do branco "civilizador" e a catequese. No documento que se segue, frei Mariano faz o discurso do branco civilizador em que os índios precisam da tutela do Estado e da Igreja para deixar de ser "infelizes" por suas desgraçadas superstições e só há um meio de salvá-los, qual seja:

> [...] em outubro de 1852 tive de chegar e percorrer suas immediações habitadas por diversos grupos de indígenas das Tribus Terena, Laiana, Aicurus etc. Foi-me sobremaneira lamentável o ver a deplorável situação desses infelizes que de nehuma utilidade são a si, e ao estado, e que alias com bem pouco trabalho podião tornar-se tão uteis e profícuos a sociedade incorporando-os em uma so Aldêa, onde tão somente podem serem regados com o benéfico orvalho da Cathequesi. E prescindindo mesmo das vantagens que este objeto promete ao Estado, parece-me que deve-se olhar com especial attenção só com o ver tantas almas entregues ao Paganismo, e a superstição, cuja perdição e desgraça pode ser vedada conduzindo-os no grêmio da Nossa Santa Religião. [...] VE. não desconhece o zelo e a promptidão com que desejo prestar-me no importante serviço da Cathequesi, para o qual me achará sempre disposto, toda vez que VE. me conhecer com sufficiência de desempenhar; estimeirei pois, no cazo se realize, ter mais essa prova para mostrar o quanto anhelo[167], que meos ineptos serviços sejão proveitosos a humanidade, a Religião, ao Estado, e a esta Provincia que tão grandemente VE., administra. Frei Mariano de Bagnaia. (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4243).

Esse mesmo pensamento aparece descrito na obra de frei Sganzerla, mostrando tanto as dificuldades bem como referendando a necessidade de catequisar povos tão

---

[166] Ver entre outros, os trabalhos voltados para a temática indígena: CANOVA, Loiva. ***Os doces bárbaros:*** *imagens dos índios Paresi no contexto da colonização portuguesa em Mato Grosso (1719-1757),* 2003 Dissertação (Mestrado), Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br>; MACHADO, Maria de Fátima Roberto. ***Índios de Rondon:*** *Rondon e as linhas telegráfica na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxiniti, Grupo Paresi*, 1994 Tese (Doutorado); COSTA, Ana Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. ***Senhores da Memória:*** *a história do universo Nambiquara do cerrado (1924-1968),* 2000 Dissertação (Mestrado), Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br>; PORTOCARRERO, José Afonso Botura. ***Baí, a casa Boé:*** *Baí a casa Bororo. Uma história sobre a moradia dos índios Bororo,* 2001 Dissertação (Mestrado), Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br>; SILVA, Verone Cristina da. ***Missão, aldeamento e cidade:*** *os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901*), 2001 Dissertação (Mestrado), Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br>; PRESOTTI, Thereza Martha Borges. ***Na trilha das águas:*** *índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul*. 2008.Tese (Doutorado em História). Disponível em: <http://biblioteca.universia.net>

[167] Anhelo é o mesmo que anelo, ou seja, desejo ardente, aspiração, anseio.

selvagens, referindo-se aos índios sem deixar de fazer uma crítica ferrenha aos povos que "se dizem civilizados", segundo suas palavras,

> Não podeis imaginar o quanto é difícil implantar a religião católica entre os índios, que não possuem base de religião, a não ser práticas supersticiosas às quais estão fortemente apegados sob a orientação de seus sacerdotes. Porém os povos que se dizem civilizados são mais selvagens do que os índios. Não exergam nada além da matéria, são insensíveis à religião. Para eles tanto faz morrer como animais sem o conforto da religião. Quando vao à missa a algum ato religioso já se julgam no ápice da santidade e imunes de qualquer erro. (SGANZERLA, 1992: 192).

Nas formas de tratamento descritas entre o missionário, os índios e as autoridades das terras longínquas, selvagens e desprovidas de civilidade, como eram conhecidas as de Mato Grosso, os relatos e correspondências de frei Mariano deixam um painel concreto. A partir dele, as questões podem e devem ser discutidas, levando em consideração o período de sua produção, a forma da escrita e como pensava o missionário a respeito dos índios dos quais tomara para si a responsabilidade de "cuidar".

Nos ofícios abaixo está posta uma dessas relações ao dirigir-se, frei Mariano como diretor geral dos índios, a outro frei, Antônio de Molinetto, naquele momento respondendo como professor substituto da Missão do Bom Conselho e que, de acordo com a documentação, não tem nenhuma afeição pelos grupos indígenas, conforme relatos assinados do próprio frei Antônio de Molinetto, espalhados pela documentação avulsa e nos relatórios dos presidentes da Província.[168]

Em um desses ofícios, frei Mariano solicita de frei Molinetto a causa do abandono de três índios que fugiram das aulas do referido professor, "Cumpre que V.E. informe a esta Directoria qual foi a cauza que motivou a fuga dos Indios Antonio Pereira, Andre d'Oliveira e Mariano José, alunnos da aula, que V. Rma. actualmente rege." Observamos os nomes brancos "dados" aos índios, as formas e o tratamento dispensado quando há possibilidades de se rebelarem e as exigências do presidente da Província em "relevar o que o Índio Vicente Pereira, e outros três cometterão", como registra o documento a seguir,

[168] Grupo de documentos produzido pelas províncias do Brasil pelos governantes, relatando a situação e suas atuações no exercício de seus governos nas diversas atividades como, agricultura, policia, educação, estatísticas, índios, política social, fazenda, estradas e vias de comunicação, etc. Até maio de 1848 é caracterizado como Discurso ou Fala e, a partir de 1848 aparece com Relatório e Fala e em 1892 como Mensagem. Podem ser encontrados no APMT em forma de manuscrito e microfilme ou no site: <http://www.crl.edu/brazil>.

> O Indio Vicente veio em minha caza entrando com termos não próprios, e por estar ébrio para avistar aquillo, que os bugres naquelle estado costumão praticar, julgueis mandar mete-lo na prizão por 24 horas, porem duas horas antes de acabar o tempo evadiu-se. Quanto a exigência do dito Vicente que faz do filho, visto que VE. se digne de attender que eu informe; venho humildemente aponderar a VE. as funestas consequências que disto resultarião. Primeiro que é elle o único que se pode esperar algum fructo do dinheiro que neste ramo se emprega, pois esta aperfeiçoandose na leictura, escripturação e na Arte da Arithimetica, e deixando está tudo perdido. Segundo, que então todos querendo eximir-se da aula, e concedendo a hum, todos presintão o mesmo direito. Finalmente, pesso asseverar consciencialmente a VE. que os Indios dessa idade nem vão na roça quanto mais trabalhar. (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4243).

Não é nenhuma novidade o tratamento violento recebido pelo elemento indígena em várias partes do mundo. Aqui em Mato Grosso não foi diferente: com o objetivo de "dar algum principio ao importante negocio da Cathequesi; e procurar d'induzi-los ao grêmio da Nossa Santa Religião". A política indigenista no Estado mostrou-se tão impositiva como em qualquer outro lugar, mas a assimilação dessa política pelos índios também trouxe significativos momentos.

Para eles, aceitá-la não significava submissão, mas uma forma de conhecer o "outro" e, a partir daí, criar suas formas de resistência velada como relata frei Mariano,

> [...] que o espirito da insubordinação nos índios desta Aldêa esta fazendo progressos agigantados; disatendem abertamente" ou diretamente, prosseguindo o mesmo frei "um delles relutou de ir dizendo-me que não era escravo, e correo [...] e elle defronte da minha casa passou mão em um pau, e poz-se pronto resistindo, desafiando, dizendo que não vinha, custou desarma-lo, e recolhe-lo a prisão. (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4243).

Os relatos de viajantes, os relatórios da catequese dos índios, os livros da Diretoria Geral dos Índios, a produção documental existente a respeito da temática e até a literatura, encerram o discurso disciplinador das autoridades civis, militares ou eclesiásticas, mas também da resistência e enfrentamento dos índios contra a política disciplinadora, "o Indio canoeiro Francisco Germano, pertencente a esta Missão, estando com licença, evadio-se da Aldêa, levando mulher, filhos e a família da mulher, o fim, creio seja para subtrahir-se do serviço a que se acha abilitado." Todas elas direcionaram seus discursos e pregações para os índios e para o homem pobre livre, definindo destinos de homens, mulheres e crianças. É preciso debruçar-se sobre a escritura e tecer fio a fio a trama por trás dos documentos.

No último trecho do referido documento, a materialização do desejo colonizador está retratada de forma contundente e persuasiva:

> Peço a V.Ex.ª dignar-se diser-me como devo portar-me em casos, outrossim faz poucos dias mandei chamar huns índios para limpar a frente da Igreja, e hum delles respondeu ao Cabo= o quer o Padre comigo? não vou e porque o Cabo correndo lhe ameaça prende-lo foi bastante para elle erguerem pau, e dizendo venha que morre! E destes em o cada passo, até a mim em occasião para dizer a hum delles que fosse ver enchada para limpar a frente da Igreja pegou em huma acha de lenha com que me ferió! E se a isto não se remedeia ou não poderei civiliza-los os seres vittima; rogo a V. Ex.ª a dignar-se prestar attenção a quanto esprimo, que trata-se da minha esistência. De nada vale o agrado com que os tracta; até é pior na Aldêa não há aperto nenhum. A vista da extrema miséria que existe na Aldêa, e que mais está ameaçando o porque não quiserão plantar, e o mesmo porq a estação não favorece, mandei plantar mais hum mandiocal em comum, elles de tudo não querem, obrigo-os não sei se faço bem, peço a V.Ex. dignar-se esclarecer-me. A miséria nesta Aldêa actualmente esta no mais eminente appuro e me deu ate vontade de pedir a V. Ex.ª authorização para comprar algumas reses a beneficio dos pobres menores que estão na escola. Deos conserve V.E. na mais perfeita saúde e na sua graça, e o faça tão feliz e aventuroso como de coração lhe deseja quem se honra ser. (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4245).

Da mesma forma, a resistência dos índios e os estudos que aí estão provam que a linguagem colonizadora e impositiva, as formas violentas, a truculência verbal e física, a redução, a instigação de grupos indígenas contra outros grupos rivais, nada disso mostrou-se eficaz, ao contrário, o propósito de tornar o elemento indígena "civilizado" causou mais danos que benefícios. O índio, habituado as suas correrias, a liberdade e até as lutas com grupos rivais, seus inimigos naturais, não se deixou fixar em reduções. Fixar o índio afastaria o perigo para a população branca, do ataque desses indivíduos, causando insegurança àqueles que estavam se fixando em regiões diversas para levar o "progresso e a modernidade".

Para enfatizar nosso pensamento, transcrevemos um trecho significativo do discurso colonizador e da política indigenista naquele momento. A inversão dos valores e a crueldade em forma de bondade, faz parte desse discurso, quando frei Mariano relata uma viagem realizada com objetivo de trazer a maior quantidade possível de índios, principalmente crianças. Ora, essa forma de arrebanhar as crianças significa a vinda "voluntária" dos pais,

> [...] retive huma India velha e quinze creanças sendo a maior de 10 a 11 annos, e as trouxe comigo hum dia de marcha, eporque pertinaz a velha nos embaraçasse muito o regresso, o que porcerto augmentava o perigo da Bandeira demorar-se muitos dias dentro da mataria; assentei de deixa-la com duas creanças mui pequenas, e então brindei-a com os mimos que levava, fazendo-lhe sentir pela linguagem d'ação que nós queria-mos amizades com eles, e que seos filhos havião de voltar bem vestidos, como nós, e que eles mesmos podião vir cá, que nós o mesmo faria-mos a todos eles. Seguindo eu depois com os mais Indios menores. (APMT – CAIXA: 1845 C2 – DOC. 3278).

Portanto, a posição do elemento indígena nos relatos desses missionários viajantes está delineada de forma que entendemos o índio como parte importante no processo colonizador de Mato Grosso, ora como "doces bárbaros", ora como protagonistas de um processo civilizador carente de mão-de-obra devido à escassez do negro. Para a concretude das tarefas em terras mais distantes, os índios eram cooptados para os mais diversos trabalhos: limpeza dos leitos de rios, carregadores e outros serviços. Mas nem sempre os índios estavam dispostos a cooperar e se rebelavam, como demonstramos a seguir:

> Não posso deixar de dizer a V.Ex.ª que o espirito da insubordinação nos índios desta Aldêa esta fazendo progressos agigantados; disatendem abertamente. Ainda hontem precisando eu mandar 3 indios em Albuquerque para conduzirem uns objetos da aldêa vindo da cidade, mandei ver na Aldêa, um delles relutou de ir dizendo-me que não era escravo, e correo, mando um soldado após delle e elle defronte da minha casa passou mão em um pau, e poz-se pronto resistindo, e desafiando, dizendo que não vinha, custou desarma-lo, e recolhe-lo a prisão. (APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4245).

Essa rebeldia era natural, assim como a natureza livre desse povo. Por mais que tentassem "domesticá-los" em nome da civilidade e através da catequização, sua natureza livre gritava mais alto. Não compreendiam a necessidade de plantar em grandes quantidades, não tinham necessidade de cobrir o corpo com panos, a cobertura era natural com os pigmentos obtidos das plantas, as penas coloridas e outros adereços eram suficientes para cobrir-lhes "a vergonha". Mas o olhar do estrangeiro, voraz sobre essa novidade estonteante, repele o que a natureza tem de mais simples: viver naturalmente em seu próprio ambiente. Eis a retórica de frei mariano "o pudor e a modéstia é ornamento mais delicado do sexo feminino nos países europeus, aqui acontece bem ao contrário".

Em oficio dirigido ao então diretor geral dos índios João Baptista d'Oliveira, em 8 de novembro de 1855, frei Mariano, justificando seu emprego, solicita apoio para cooptar os índios da tribo Inimás,

> [...] que desejando deixar a vida errante, querem estabelecer-se neste Districto, e que outorgando-se-lhes facilidade vão conduzir o resto da Tribu, mas além da nudez alegão o receio de serem victimas da aleivosia dos Indios Cadiuéos (seos inveterados inimigos) no atravessar as terras que estes nômadas costumão percorrer. Achando eu mui vantajosa ao Estado, e proveitosa á Sociedade a acquisição desses miseráveis neste Districto, não poupe esforços persuasivos, outorgando-lhes toda animação, que o zêlo, e a prudência me sugerirão, exortando-os a abandonarem a vida selvagem, que empregaria todos os meios ao meo alcance para que o Governo não só facilitasse, mas coadjuvasse a vinda delles. (APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 260).

No oficio datado de primeiro de fevereiro de 1860, encontra-se anexo um mapa dos índios do Distrito de Miranda. Pelo quadro, podemos observar uma gama variada de informações que permitem estudos dos mais variados aspectos. Podemos retirar dados importantes para o conhecimento das tribos indígenas naquele período e ao longo dos anos.

A documentação é rica em dados, o que possibilita ao pesquisador estabelecer estatísticas acerca de vários pontos da vida e do cotidiano dos indígenas em terras mato-grossenses. Importante ressaltar também o trabalho da professora Ana Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa[169] e seus estudos sobre a temática indígena em Mato Grosso, com ênfase para os costumes, artefatos, a cultura material e imaterial de um modo geral e, segundo ela "o trabalho agrícola exigiu a fixação do índio à terra por mais tempo".

> Tenho na honra de levar ás mãos de V.Ex.ª o mappa dos Indigenas deste Districto, pelo qual conhecerá V.Ex.ª quão voluminosas são as difficuldades que se me apresentão a poder obter resultado satisfatório ao meo serviço. Geralmente os Indios pouco se aplicão á agricultura, cujos limitados productos absolvem quasi todos em bebedeiras. Nesta data dirijo-me ao Inspector Geral pedindo humas providencias, que, suplico V.E., a bem do serviço publico dignar-se atende-las. Deos Guarde a V. E. Directoria Geral de Miranda 1.º de Fevereiro de 1860. Illmo. e Exmo. Senr. Antonio Pedro d'Alencastro Digno Presidente da Provincia P. Fr. Mariano de Bagnaia. Vice Prefeito e Director dos Indios.
> ANEXO: Mappa dos Indios do districto de Miranda, e seos aldeamentos sob a direção do Vice Prefeito Padre Mestre Frei Mariano de Bagnaia.

[169] Para entender melhor esses aspectos ver: COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. ***Nambiquara, os do cerrado***. FUNAI. Brasília: Departamento de Documentação, 1992. 24 p. e, ***Potiguara:*** *cultura material*. Fundação Nacional do Índio. Serviço de Ação Cultural, 3.ª SUER, Recife: 1989.

Aldeas	Distancia Da Villa	Tribos	Seus Caciques	Observ.	Adul Tos	Me no res
Caxoeira	2 legoas	Terenas	Cap. Thomas	Pouco trabalhão	260	55
Mata Grande	3 legoas	Idem	Cap. João Lopes	Idem	240	46
Moreira	meia legoa	Laianas	Cap. João Lopes	Trabalhadores	30	5
Magro	1 legoas	Idem	Cap. João Lopes	Idem	28	6
Ipeque	7 legoas	Terenas	Cap. Pedro	Pouco	320	60
Agachi	5 legoas	Kiniki naos	Cap. Fabiano	Trabalhão	80	20
Nachedache	6 legoas	Terenas	Cap. Fabiano	Idem	120	46
Capão	2 legoas	Terenas	Cap. Honorio	Idem	40	8
Lalima	10 legoas	Guaicurus	Cap. Honorio	Vadios	60	20
Loaiá	8 legoas	Idem		Vadios	20	6
S O M M A					1198	272

> Destes existem muitos legamente justos, e contractão com diversos Patrões para todo o serviço. Existem mais algumas famílias espalhadas em diversos pontos, assim como outros agregados em varias fazendas. Miranda 1.º de Janeiro de 1860. O Director P. Fr. Mariano de Bagnaia. (APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 261).

Nota-se, no quadro acima, que, no período, frei Mariano já é o diretor geral dos índios, período rico com uma documentação abundante e contínua, o que possibilita traçar quadros das atividades nos aldeamentos e de toda uma conjuntura econômica, social e cultural. Os trabalhos se diversificam, as formas de contratar os índios se ampliam, normas são criadas e disseminadas, enfim um novo modo de subjugar os índios se apresenta de forma contundente e "legalizada", já que os vereadores se desdobram em elogios ao "Reverendo benfeitor", solicitando apoio do presidente da Província, Antônio Pedro de Alencastro, para subsidiar a continuidade dos serviços com os indígenas. A leitura do documento a seguir mostra toda a trama que envolve o relacionamento de índios e brancos, quem serve a quem? De que forma o índio se manifesta contra esses "cuidados"? Para onde vão os valores dos contratos? Basta ler nas entrelinhas...

> [...] a primeira doutrina posta em pratica pelo Revm.º Director sobre os seguintes pontos: que não se contracte Indio algum para qualquer serviço sem que seja por escripturação e revestido escrupulosamente das formalidades legaes; que não se pague ao de peor qualidade de menos de cincoenta mil reis por anno; que ultimado do praso do Contracto, não seja dispidido sem que proceda ajuste de contas vistas por elle Director; que não se de a desconto a Camarada Indio a menor porção de agoardente por protesto algum; e que, não se lhe consinta ociosidade ainda mesmo quando agregado seja; e finalmente que sejão tratados como homens livres que são, e com humanidade. Estes preceitos econômicos já estabelecidos, tenhão a primeira vista de ser evitantes ou mesmo de ser reprovados pela classe de patrões de

> menor alcance cujo arbítrio nercessario hoje está submetido, de um caracter respeitável a par de maneiras dóceis do Revm. Director não marchassem ao mesmo tempo com o resultado feliz da sua pratica. [...] Seja-me licito repetir Exmo. Senr. o feliz resultado que entendemos ser, em proporção aparecen tão digno de atenção, que influindo mais, sem duvida em um dos Vereadores desta Camara o ter propor nella, que se dirigis se a presente, cujo fim principal he felicitar ao Governo pela nomeação de este empregado tão digno do seo Ministerio solicitando ao mesmo tempo Sua conservação e os precisos meios para melhor desempenhar o que for de sua jurisdição a prol desta parte do bem publico nesta Villa. Como pois negar, Exmo. Senr. aquilo que evidente justiça se pede? Forçoso foi anuir o que confiado e suplicamente faz que estas nos Cunduza assignados perante V. Ex.ª. Deos Guarde a V. Ex.ª Paço da Camara Municipal desta Villa de Miranda 16 de Novembro de 1860. (APMT – CAIXA: 1860 D2 – DOC. 125).

Dessa forma amplia-se as frentes de trabalho para o indígena, agora munido de contrato, mas subordinado ao reverendo diretor,

> Em cumprimento ao Officio que V.E. dignou-se dirigir-me com data de 21 de Maio ultimo, ordenando, que prestasse ao Commandante do destacamento, os Indios que elle me requesitasse para limpar o leito do Rio de Miranda, tenho a honra de responder, que já mandei 12, ganhando além do sostento, o jornal de 10$000 mensaes. Deos Guarde a V.E. Directoria do Indios em Miranda 1.º de Agosto de 1860. Illmo. e Exmo. Senr. Coronel Antonio Pedro de Alencastro. Digno Presidente desta Provincia. Padre Frei Mariano de Bagnaia. Vice Prefeito da Missão deste Bispado. (APMT – CAIXA: 1860 A3 - DOC. 267).

Outro fato que chama a atenção nos relatos de frei Mariano é a questão da ingestão de aguardente pelos índios. Na correspondência trocada com as autoridades é possível perceber a preocupação com a ingestão das "bebidas espirituosas" e as providências tomadas para "proteger" os índios de tão nefasta situação.

> Tenho a honra de accuzar o recebimento do officio de V. Ex. com data de 30 de Agosto do corrente anno, ordenando-me a exacta observância dos parágrafos 16, e 24 do art.º 1.º da Lei da Catechese. Em resposta cumpre-me dizer a V. Ex., que com edital de 22 de Julho ultimo, cuja copia enviei a Directoria Geral dos Indios, recomendei aos habitantes desta Villa a observância dos referidos parágrafos, afim de ver se cessasse a nociva e prejudicial introdução das bebidas espirituosas nas Aldeas; e agora accabo, em virtude do sobredito officio de V. Ex., de dar providencias, não só para desaparecer o negocio illicito d'aguardente, como o monopólio, com a restrição do paragrafo 16 da referida Lei; e dos obstáculos que incontrão, como tenho encontrado até agora, me apressarei a dar parte a V. Ex., pois está tão vulgarizado este pernicioso abuso da agoardente entre índios deste Districto, e tão prejudicial á moralidade, que quasi continuamente se vê pelas ruas desta Villa grupos de índios ébrios, único fim que dão aos productos do mais pouco trabalho. Com o adjutorio de Deos, e protecção de V. Ex espero melhorar este ramo de serviço aliás tão

> importante. Deos Guarde a V.E. Directoria do Indios em Miranda 8 de Outubro de 1860. Illmo. e Exmo. Senr. Coronel Antonio Pedro de Alencastro Dignissimo Presidente desta Provincia. Frei Mariano de Bagnaia. Vice Prefeito da Missão deste Bispado. (APMT – CAIXA: 1860 A3 - DOC. 270).

A questão da aguardente toma proporções avantajadas nas discussões entre as autoridades. Providências são tomadas para que a influência das "bebidas espirituosas" não afete os trabalhos e, principalmente, os contratos firmados com os índios e seus patrões. Como nesse comunicado de envio de Edital expedido por frei Mariano de Bagnaia, como vice prefeito da Missão do Bispado e diretor dos índios em Miranda, proibindo o comércio de aguardente para os índios nas aldeias.

> Levo ás dignas mãos de V.E. a copia do Edital, que em virtude das ordens de V.E. mandei fixar, e peço a V.E. se digne esclarecer-me sobre a regularidade, ou irregularidade do mesmo, e se deve ou não soffrer alguma modificação, pois nada desejo mover sem ter a approvação de V.E. Bem como remetto esse requerimento e despacho pedindo a V.E. se digne orientar-me si está conforme, e si em cazos idênticos posso regular-me conforme o mesmo. (APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 271).

Eis o edital na íntegra:

> Padre Mestre Frei Mariano de Bagnaia, Vice Prefeito e Missionario deste Bispado, Delegado Episcopal, e Vigario da Vara desta Comarca, Paroco, e Director dos Indios deste Districto na forma da Lei.
> Faz saber que em virtude das ordens do Exmo. Senr. Presidente da Provincia de 30 de Agosto ultimo, em conformidade ao paragrafo 24 do art. 1.º da Lei regulamentar da Cathaquesi fica espressamente prohibida a introdução das bebidas espirituosas nas aldeias deste Districto, e as pessoas que quiserem ir negociar nellas, negócios de gêneros lícitos, será sempre com a a previa, e expressa permissão desta Directoria conforme o paragrafo 16 da referida Lei. Para evitar conflictos, e moralisar os Indios fica aos particulares prohibida qualquer ingerência immediata nas ditas Aldêas. Os Indios camaradas serão considerados como taes somente aquelles que forem contractados na forma das instrucções de 20 de Abril de 1859, salvo quando o serviço for de poucos dias. E para que ninguém allegue ignorância mandei passar o presente edital, que será afixado em lugar patente. Dado, e passado nesta Directoria dos Indios em Miranda 12 de Outubro de 1860. P. Fr. Mariano de Bagnaia. (APMT – CAIXA: 1860 A3 - DOC. 291).

As impressões e as ações de frei Mariano são grandes objetos para pesquisa. Em seus diários, citados em (SGANZERLA, 1992), além das localizações exatas e das distâncias entre os pontos, deixa transparecer o olhar europeu quando descreve os modos e costumes dos indígenas habitantes das terras mato-grossenses. No trecho abaixo,

retirado da página cinquenta e sete de seus diários, o olhar crítico para o diferente e seus costumes naturais,

> A missão do Bom Conselho a primeira fundada entre os índios situa-se a oito quilômetros dentro do continente, na altura da foz do Mondego. De Cuiabá são 500 quilômetros. Os índios são indiferentes à vida, tanto faz viver como morrer. Preferem morrer mas não tomam remédio. Nao reconhecem seus erros e preferem morrer mas nao confessam ou denunciam o culpado. (FREI MARIANO apud SGANZERLA, 1992: 183).

Em outro trecho, se refere à nudez das mulheres com seu olhar viajante, ou seja, como se "os olhos arrebatassem todo o corpo na sua empresa de exploração da alteridade, no seu intuito de investigar e compreender, no seu desejo de olhar bem" (NOVAES, 1990: 358). Escreve, frei Mariano, na página cinquenta e oito dos seus diários, mediante seu olhar julgador, numa comparação improvável entre os modos de vestir das mulheres europeias e a nudez das mulheres índias mato-grossenses. "O pudor e a modéstia é ornamento mais delicado do sexo feminino nos países europeus, aqui acontece bem o contrário. Porque quando podiam a depunham mesmo na missa quando celebrava voltado para o altar, o cenário acontecia da mesma forma" (FREI MARIANO apud SGANZERLA, 1992: 183).

Essa foi a contribuição generosa de frei Mariano de Bagnaia para as pesquisas sobre os índios em território mato-grossense. Aqui não se trata de julgar seu trabalho, seu olhar de estrangeiro sobre o outro, mas os registros deixados para que outros olhares se debruçassem sobre seus apontamentos e a partir deles se produzissem diferentes análises, se construíssem novas histórias sob outros olhares.

Sua vida foi a de um viajante em busca do cumprimento de sua missão, embora determinada por seus superiores. Suas viagens não eram escolhas suas, mas orientadas e dirigidas; os lugares não podia escolher, eram escolhidos para ele e não por ele. Até o cativeiro foi por determinação de seres alheios ao seu círculo e, se a má sorte o perseguiu durante esse tempo, paradoxalmente a sorte lhe soprou nos ouvidos. Permaneceu vivo durante a guerra, escapou de ser "lanceado" junto a dezenove mulheres paraguaias por ordem de Solano Lópes em 16 de agosto de 1869. Os horrores da prisão deixaram sequelas irreversíveis que o levaria mais tarde a cometer o ato extremo do suicídio.

Salvo pelas forças armadas brasileiras seguiu por terra até a cidade de Miranda para seguir para Cuiabá por caminhos líquidos, a princípio os rios de águas claras ou turvas, mas que sacia a sede dos viajantes, encurtando lhe os caminhos. Mas, para frei

Mariano, sua última viagem se fez em si mesmo, após um gesto de desespero pelas lembranças dos sofrimentos de seus irmãos durante a guerra, deixa a vida escorrer pelo sangue de sua desesperança. A viagem é interrompida para mais alguns dias de sofrimento e reflexão,

> É impossível descrever o que sofri no meio daqueles selvagens, prigionia rigorosíssima, fome, [...] Basta dizer que nao pouco tempo estive na cidade de Assunção em uma Calha basso cheia de pulgas, percevejos e cobras, estas tão familiares que dormiam na minha casa [...] Nao devo passar em silêncio que neste calabouço eu estive alguns meses sem sentido, nao sabia o que se passava em nada em mim, sempre incomunicável, me achei o corpo cheio de feridas e sem saber a causa. (APUD: SGANZERLA, 1992: 200-201).

Mesmo muito abalado pela guerra, frei Mariano não abandonou seus súditos em Corumbá. O Visconde de Taunay em seu livro *A Retirada da Laguna*, faz um relato pormenorizado dos momentos transcorridos da Guerra contra o Paraguai, da qual fez parte como segundo tenente, bacharel e secretário militar, tal qual se intitulava. Em um desses trechos relata o desespero de frei Mariano, refugiado quando se depara com a destruição da Igreja de Miranda, saqueada pelos paraguaios durante a invasão.

> Lavado em lágrimas, corria o santo homem de altar em altar, como para verificar os ultrajes praticados contra cada um dos objetos de sua veneração. Só após minuciosa constatação de todas as indignidades cometidas se resignou a celebrar o santo sacrifício da missa; e isto depois de tudo haver disposto para que a cerimônia se pudesse realizar. (TAUNAY, 1963: 34).

Foi recebido como herói de guerra e nomeado Pregador Imperial e honras de major do Exército Brasileiro, por Carta Imperial de 08 de outubro de 1873. Um fato nunca o abandonou em sua mente confusa, sempre perseguida por visões tenebrosas de uma guerra capaz de destruir a serenidade e a sanidade de qualquer ser humano. Viu muitos companheiros morrerem vítimas de indescritíveis sofrimentos, os quais suportou em nome de um ideal superior, prosseguir na catequização das almas indígenas.

As terríveis lembranças dos lamentos e gritos ecoavam assombrando sua mente fragilizada pelo pensamento dos muitos companheiros torturados pelos horrores da guerra, presenciados e vividos no Paraguai. As drogas que foram introduzidas em seu corpo e que lhe fizeram perder a consciência por um longo período, os animais peçonhentos com os quais fora obrigado a conviver, tudo isso afetou sua mente. Não se sentiu digno de permanecer vivo enquanto os discípulos, os companheiros de fé, a

multidão “lanceada”, foram mortos. Seguindo a trilha do viajante incansável, juntou-se a eles.

Em 19 de julho de 1888, a caminho de São Paulo, a mesma mão do lutador, pregador, soldado de Deus, herói de guerra e arquiteto do povo, permitiu que um golpe de navalha no pescoço o deitasse por terra, porém o socorro chegou em tempo de mais uma vez tentar salvar o viajante do tempo, mas este, inexorável, permitiu que o viajante, em 9 de agosto daquele ano fizesse sua última viagem...

> Começou a delirar e dar sinais de loucura, até tentou lançar-se ao rio, e, não conseguindo esperou o momento azado e com uma navalha golpeou-se profundamente a garganta, caindo ao chão, em sangue. Acudiu-lhe um médico, que conseguio fazê-lo melhorar; recuperou suas faculdades mentais, recebeu todos os sacramentos, administrados pelo Pe. Paulo de Mayo; e foi transportado para Campos Novos. Ali após quinze dias de sofrimentos, consequência da ferida, Frei Mariano sucumbiu, a 9 de agosto de 1888. Foi sepultado na Igreja de campos Novos perto do púlpito. (SGANZERLA, 1992: 356).

Ser enterrado na Igreja como merecedor das graças divinas suscita um questionamento e uma pergunta se faz necessária: De que modo a igreja tratou desse suicídio? Aqui cabe um parêntese para procurar entender como a Igreja viu esse suicídio já que o Catecismo em sua terceira parte, segunda secção, artigo 5, deixa clara a posição da Igreja com relação ao suicídio:

> No § 2280. Cada qual é responsável perante Deus pela vida que Ele lhe deu, Deus é o senhor soberano da vida; devemos recebê-la com reconhecimento e preservá-la para sua honra e salvação das nossas almas. Nós somos administradores e não proprietários da vida que Deus nos confiou; não podemos dispor dela.
> No § 2281. O suicídio contraria a inclinação natural do ser humano para conservar e perpetuar a sua vida. É gravemente contrário ao justo amor de si mesmo. Ofende igualmente o amor do próximo, porque quebra injustamente os laços de solidariedade com as sociedades familiar, nacional e humana, em relação às quais temos obrigações a cumprir. O suicídio é contrário ao amor do Deus vivo.

É possível que a Igreja tenha se valido nessa ocasião, de parte do § 2282, do refrido Catecismo que diz: “A cooperação voluntária no suicídio é contrária à lei moral. Perturbações psíquicas graves, a angústia ou o temor grave duma provação, dum sofrimento, da tortura, são circunstâncias que podem diminuir a responsabilidade do suicida.”

Mas isso é uma outra viagem que demanda uma outra pesquisa, portanto, concordamos com o pensamento de Saramago,

> A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembranças, em narrativa. [...] O fim de uma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já [...] É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. O viajante volta já. (SARAMAGO, 1997:387).

A viagem realmente não acaba, por mais que tentamos encerrar uma jornada, um novo caminho se abre. E nessa bifurcação de itinerários, pensamentos afloram arrebatando uma nova vontade que surge de prosseguir em busca de outras possibilidades, e o conhecimento nos impele a continuar. Arrumar a bagagem do conhecimento adquirido e, repleta de ideias, prosseguir uma outra viagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Verão ou inverno, é sempre gelado; os dedos se entorpecem ao decifrá-lo ao mesmo tempo em que se tingem de poeira fria no contato com seu papel pergaminho ou *chiffon* [...] Encontra-se sobre a mesa de leitura, geralmente em pilha, amarrado ou cintado, em suma, em forma de feixe, os cantos carcomidos pelo tempo ou pelos roedores; precioso (infinitamente) e danificado, manipula-se com toda delicadeza por medo de que um anódino princípio de deterioração se torne definitivo[...]. Ao primeiro olhar, é possível saber se já foi ou não consultado, uma única vez que seja, desde sua conservação. Uma pilha intacta é fácil de reconhecer. Não por seu aspecto [...] mas por esse modo específico de estar uniformemente recoberta por uma poeira não volátil que se recusa a dissipar-se ao primeiro sopro, fria escama cinzenta depositada pelo tempo. (FARGE, 2009: 9-10).

Viajar na documentação pelos arquivos é traçar caminhos em meio a vozes e sussurros sufocados na imensidão dos corredores de caixas enfileiradas e sobrepostas. Viajar cruzando rios, percorrendo caminhos, desfrutando ares novos mesmo que pestilentos. Desbravar florestas ainda virgens da ganância do homem, enfrentar perigos, e buscar pelo novo, pelo desconhecido para conhecer e se conhecer. Viajar percorrendo documentos é tornar-se um viajante de vidas renascidas a partir das linhas traçadas por antigos narradores de memórias reconstruindo histórias de vidas. Em cada linha percorrida um sonho, um desejo, uma história e novos fatos e acontecimentos pertinentes a alguém ou algo, que se desdobra em leituras emocionantes no laborioso e profundo trabalho da pesquisa. É completar páginas de um passado até então desconhecido que se revela no silêncio dos arquivos, perpetuando vidas isoladas nos papéis empilhados no interior de uma caixa.

Como reflexão desse novo que se descortina diante de nossos olhos ávidos de imagens, de palavras e de sons que dos papéis se desprendem, exalando conhecimentos que nos permitem reconstruir essas histórias em suas "dimensões e vertentes", sugerindo novas análises através da viagem no nosso imaginário. Da mesma forma, que Hans Staden em suas viagens registra acontecimentos de sua "verdadeira história", também registramos em nossa viagem ao arquivo a "verdadeira história" de outras pessoas. Mas o que é a verdade dos documentos? A história ali narrada através dos ofícios denunciando

intrigas? Não é a verdade absoluta que procuramos, mas as possibilidades das muitas verdades que o documento pode oferecer. Uma palavra, uma frase, um rabisco nomeando ideias, também podem despertar a memória e nos contar uma história em toda dimensão da natureza ou humana.

O documento por si só não basta, e é justamente nesse ponto que o distanciamento é importante. Não trazer o documento como uma verdade absoluta e imutável, mas buscar neles outras verdades verificando os entornos, contrapondo falas e acontecimentos, possibilitando confrontos, o que nos permitirá modos distintos de ler um arquivo, este pensado como uma fonte ou um tema. Abrir polêmicas, discutir objetividades e consensos é papel que cabe tanto aos historiadores como aos sociólogos, filósofos e aos letrados, a interdisciplinarização das ideias fomentando novos pensamentos e análises. Embora difícil, é importante o distanciamento para se efetuar nossas escolhas sobre o tema e também acerca do documento, nem sempre esse afastamento é possível, pois, é justamente a proximidade ou a afinidade que nos leva a determinadas escolhas.

Os documentos permitem reconstruir um conhecimento esquecido, não só pelo seu valor textual, mas pelo cuidado de preservar e divulgar esse conhecimento visto ser o documento um repositório de informações que se transformam em saberes que são repassados, discutidos, comparados se transformando em novos enunciados, a fonte em si já é um acontecimento. Cabe aos pesquisadores e aos que têm interesses em descortinar o passado, revirar maços de papéis enterrados e silenciados pelo esquecimento, pela falta de quem os remova dessa sepultura inerte na métrica estrada das prateleiras, em estantes ao longo de corredores, ou daqueles documentos impressos que descrevem acontecimentos os quais nos permitem buscar novas leituras neles e sobre eles.

Até bem pouco tempo os literatos se incumbiam da tarefa de realizar a leitura de um arquivo, fosse esse particular ou institucional. Hoje essa tarefa cabe aos pesquisadores cientistas, principalmente aqueles ligados a uma universidade ou uma instituição científica, balizando, dessa forma, o caráter científico das leituras empreendidas.

Fugindo do "arquivo-reflexo" e do "arquivo-prova"[170] seguindo sugestões de Arlete Farge (2009), tentamos pintar o arquivo com as pinceladas emprestadas da paleta

[170] "Arquivo-reflexo" onde se colhem apenas informações, e "arquivo-prova" que conclui demonstrações, como se esgotasse de uma vez por toda o material. Para melhor compreensão ver: FARGE, Arlete. ***O sabor do arquivo***. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 118, 2009.

daqueles, cuja memória se reflete no papel. Trazer para a atualidade o passado revivido através da narrativa de pessoas comuns viajando, a pé ou embarcados, transportando mercadorias, seres humanos e animais, ou até mesmo transportando sonhos de viagens que nunca chegaram a realizar. As vozes de pessoas através dos seus relatos e narrativas escritas, agora são transportadas para outro papel e irradiadas para muitos lugares. Em cada documento a sonoridade das vozes se elevam initerruptamente, a história precisa ser contada novamente. Foi o que fizemos, uma excursão pela documentação procurando fatos e acontecimentos na história de Mato Grosso que pudesse ser contada e (re) visitada por outras pessoas, quando dela tomar conhecimento e desejar também ouvir essas vozes e, a partir delas a volição de contar uma outra história sob um outro ponto de vista.

Encontrar no interior de um arquivo o objeto de pesquisa que se busca é um momento de glória para todo pesquisador. Parar, ler e refletir sobre o achado ao tocar papéis onde as palavras deslizam em ondas de histórias trazidas pelo tempo. É hora de contar, através dessas palavras embebidas de memórias passadas, a história de homens e mulheres, protagonistas de tempos idos, cuja vivacidade pode ser tingida com as cores do presente da nossa imaginação. Seja no papel ou armazenadas em memórias de computador, essas histórias devem ser recapturadas e recontadas para perpetuá-las através da narrativa dessas existências humanas, é o pensamento perpetuando-se e permitindo novas realizações para a continuidade da vida.

Mais difícil é desvendar nas montanhas de documentos amordaçados por um silêncio de lembranças esquecidas e "apagadas" que demandará um longo tempo para virem à tona. Dependerá da minuciosa tarefa de interpretação destas fontes e da tentativa de recuperar a memória da época, num esforço mnemônico hercúleo para reintegrar esse passado à luz do presente.

Ao analisar fontes manuscritas ou impressas, afinal não importa o suporte ou a forma de deixar impressões, histórias múltiplas se desprendem dos papéis e cabe ao historiador discernir entre o que é real, verdadeiro ou fictício que a fonte escolhida aponta ao ser analisada. As impressões é que contam para a análise, e para que esta seja realizada com eficácia é preciso ater-nos às armadilhas impostas pelo arquivo e por estas fontes, pois, a singularidade, aos olhos de quem escolhe, é determinante para se eleger uma fonte. Temos conhecimento de que uma fonte pode se desdobrar em várias leituras, dependendo do ponto de vista e do interesse de quem a lê. Se nunca foi analisada ou se já é do conhecimento de todos a importância reside justamente na forma e no olhar de quem a lê

como se fosse a primeira vez, são momentos colhidos nas lembranças catadas no papel quebradiço dentro de uma caixa de arquivo.

Foi no ato de transcrever que recuperamos essa documentação para alimentarmos desde os vasos capilares até as veias principais que permeiam a nossa pesquisa, alimentando, cotejando opiniões e deixando esses relatos para que outras análises possam ser feitas e refeitas. Longe de ser imparcial, tentamos não dizer o óbvio, mas abrir diferentes possibilidades de leituras, através das vozes "silenciadas" no arquivo, vozes estas, que poderão dar respostas a todo o tipo de indagações, bastando abrir e ler o documento.

Podemos realizar outras viagens com as andanças dos correios, pelo escoar das vertentes d'água, das copiosas sangas, na correria dos índios pelas chapadas, vargens, veredas, cerrados, capões, pantanais e campos alagadiços. Nos silêncios e esquecimentos, permitir que venha à luz, da exclusão à visibilidade histórica e aí poder dizer que se chegou onde se desejava. Parafraseando Tchekhov, mesmo que o céu esteja escuro e carregado de nuvens negras ou brilhante como estrelas reluzentes é sempre para ele que me volto no retorno para casa, ou seja, apesar de todas as dificuldades o pesquisador enxerga uma luz ao deparar-se com seu objeto de pesquisa em meio ao emaranhado caminho das fontes dentro de um arquivo, sua casa, enquanto pesquisador.

E nesse processo de busca deixar-se deslizar no murmúrio invisível das águas dos rios traçados no papel, seguir em frente nas retas e curvas das estradas abertas no meio da mata para alcançar o destino, numa explosão instantânea de felicidade quando localizamos uma fonte desejada. Ao cair a chuva, sentir sobre a cabeça os humores do céu, e abaixo, as águas como suspiros da terra no processo contínuo de vida. É permitir-se o encontro com homens e mulheres no vai e vem de passos apressados na lida do cotidiano, deparando com rostos que aos poucos vão ganhando formas e cores nas ruas e becos da cidade. Nas linhas traçadas no papel corroído por traças, que ainda encontramos em plena atividade, a descrição de bicas e fontes atraindo toda horda de pessoas no seu entorno em busca da água para o consumo das casas. Nesses pontos, as lavadeiras, carregadores de água, animais, crianças e adultos se misturam amalgamando o espaço e o tempo em dias molhados de sentimentos diversos.

Em meio às caixas uma enxurrada de documentos sobre doenças, medicamentos, ervas, médicos, cirurgiões, boticários e charlatães. Bexigas, cólera morbus, morféia e outros termos pululam em toda documentação. As doenças exalando seus suores e odores fétidos em meio às águas estagnadas das cidades. Os "espíritos imundos" infestando os

ares na confusão de doentes em meio a uma epidemia. São os relatos que se movem entre os maços de papéis, debruçado sobre eles e lidos na ânsia de conhecer, podemos até sentir os miasmas nauseabundos ante descrições tão reais. Nesse mundo de incertezas dos processos curativos lançamos nossa interpretação subjetiva nas atitudes que se desenham na complexidade social e nas práticas das autoridades rotulando doentes e etiquetando doenças. É o silêncio se fazendo presente nas inumações dos corpos que não puderam salvar.

Sob a égide de cidades que se derramam entre rios e matas, encontramos tantos viajantes, pessoas comuns letradas ou não, buscando realizar trabalhos, ideias e sonhos. Desses, quatro homens concomitantemente empreendem viagens na primeira metade do século XIX, (1808-1864), dedicando suas vidas à outros homens e mulheres, brancos, negros e índios, a desbravar caminhos antagônicos, ora de estradas poeirentas, ora de lamaçal hediondo, em nome da civilização, do trabalho, do amor à pátria e de um ideário político.

Qual a diferença nos relatos desses "novos" viajantes com os relatos dos viajantes estrangeiros? Principalmente porque os objetivos são diferentes. Enquanto os viajantes estrangeiros, em sua grande maioria, em missões científicas coletiva ou individualmente, vêm em busca de recolher e catalogar o maior número de informações possíveis, da fauna e da flora, além de registrar suas impressões sobre a população local com o seu olhar de estrangeiro.

Outro fator que imprime a diferença é que alguns desses viajantes estrangeiros registram impressões sem nunca ter pisado em solo do Brasil. Portanto, muitos viajantes estrangeiros criam, imaginam, registram impressões sobre uma terra até então desconhecida e desenhada no imaginário folclórico de outros viajantes, seus antecessores.

Outros viajantes e naturalistas que efetivamente viajaram, vieram com seus propósitos bem definidos em suas missões científicas. Já os viajantes "silenciados" tinham outros objetivos para realizar as viagens, quais sejam, demarcar territórios e construir cidades, catequisar índios, desenvolver terras de cultivo, abrir estradas, construir pontes, em campanhas de guerra, arregimentar tropas, deslocar tropas de um lugar a outro, etc. e, nessas viagens, vão descrevendo os lugares por onde passam e os acontecimentos locais, impressões dos lugares e das pessoas, a natureza de um modo geral e, os acontecimentos internos de suas comissões. Tecendo suas histórias.

Essas vozes "silenciadas" até então, rasgam a capa de missionários, como frei Ângelo de Caramanico e frei Marianno de Bagnaia, homens que deixaram seu país, a

Itália, para desbravar sertões brasileiros à procura de índios para catequização. Homens que deram a vida e o sangue por sua devoção, morrendo em nome de um ideal sem nunca tê-lo abandonado. Na guerra e na paz, sucumbindo um, frei Ângelo, diante do fuzilamento do carrasco Solano Lopes na guerra contra o Paraguai, e o outro, frei Marianno, não suportando as dores e horrores provocados por essa mesma guerra, num gesto extremo de agonia, tira a própria vida com um golpe de navalha no pescoço. Iria acertar as contas com o criador.

Nas dobras das estradas, algumas por ele abertas, o engenheiro viajante Pedro Dias Paes Leme aparece demarcando cidades, criando espaços públicos e privados exercendo suas funções de engenheiro militar com perfeição. Nos seus relatos, o cuidado com as distâncias, os números e as medições sem deixar de entrar em disputas e querelas, fazendo valer sua palavra nas decisões tomadas. Participou de modo ativo junto à sociedade, nas construções de estradas e pontes, arruamentos, bicas e chafarizes com projetos bem delineados e minuciosamente explicados. Em suas viagens para realizar seus projetos, a natureza também fez parte dessas viagens, sendo descrita em seus pormenores, as matas e suas madeiras nobres, florestas espessas e a vegetação nativa, serras e entornos, animais, rios, baías, corixos, a população bem como os entraves das viagens. Tudo entra em suas descrições como parte de seus projetos de construção e embelezamento das cidades.

Outro viajante, o militar e herói de guerra, o alferes Antonio João Ribeiro, nos relatos de suas andanças expõe sentimentos deixando falar as emoções muito mais do que as marcas dos trabalhos realizados. Homem íntegro e militar compromissado com seus subordinados, valente guerreiro que por ocasião da Guerra contra o Paraguai, em 1864, tombou por terra com seu "exército" de quinze homens, diante do número excessivamente maior do inimigo paraguaio na Colônia de Dourados. A ele é atribuída a frase emblemática: "*Sei que morro, mas meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria".*

Verões ou invernos, sob chuvas torrenciais ou sol escaldante todos esses homens prosseguiram em suas viagens despertados pelas paixões que os impeliam a continuar. Nesses entrecruzamentos de rios, estradas, matas, natureza a dentro, deixaram traçadas várias linhas da história que tentamos hoje recuperar nesse adensamento de vozes até então "silenciadas". Eis a razão do título da pesquisa "viajantes silenciados", são homens que mesmo bem conhecidos pela história regional e também pela história geral, nunca foram estudados e tratados como viajantes. Cada um é visto e denominado de acordo com

as funções que exerceram dentro de suas profissões e atividades ao longo de suas vidas. Um como engenheiro militar a exercer sua profissão, outro como militar e herói de guerra e, os outros dois como missionários e suas atividades de catequização dos índios em território mato-grossense.

Todos vitoriosos na multiplicação dos resultados dos trabalhos realizados ao lançar os alicerces produtivos do futuro de sua história aqui relatada. Alguns, mesmo apesar dos delírios de um desengano, inscrevem-se no passado as "dimensões e vertentes" do presente vivido, aproximando homem e natureza nesse mundo que se descortina em imagens e impressões, tanto dos que chegaram como daqueles que encontraram e que passaram a conviver. Deixam de ser missionários, engenheiros e militares para se tornarem apenas homens, seres humanos passíveis de erros e acertos.

No caminho das águas o encontro dos atores sociais traçando seus espaços de convivência e, na costura dos dias, as linhas se entrelaçam tecendo histórias de vida e de morte, de dor e sofrimento, de alegrias e ilusões perdidas. Mas a vida continua em detrimento dos arremates que precisam ser feitos e refeitos nessa tessitura, mesmo que os carretéis mnemônicos estejam dispersos. Na complacência dos dias acabam criando estratégias de resistência aos efeitos da resignação e submissão das forças coercitivas. Homens e mulheres, transgressores naturais da servidão humana, em revelações indesejáveis na mixórdia da sociedade em formação.

E se considerarmos ainda que, conforme as narrativas apresentadas ao longo da pesquisa, homens e mulheres procederam de forma a burlar as autoridades, sujeitando-se até certo ponto, na maioria das vezes essa "docilidade" era apenas uma forma de obediência recalcitrante. É justamente nessas reminiscências que nos baseamos para trazer as experiências vividas por homens e mulheres, ora em espaços diferentes, mas às vezes convivendo no mesmo espaço, na saúde e na doença, na pobreza e quase nunca na riqueza, para a nossa pesquisa.

É deste silêncio que tratamos no decorrer da pesquisa, o silêncio dos papéis que ainda não foram tocados ou se já o foram, outras histórias poderão ser (re) contadas. Nenhum silêncio é total, basta um novo olhar, uma nova análise sobre um resquício qualquer contido em um documento para que novas imagens sejam projetadas a partir da mente de quem os lê. Novas histórias podem surgir, novos personagens vão aparecer e deixar o silêncio do documento para se fazer ouvir, tornar-se conhecido e entrar para a história

E foi respondendo a um impulso da vontade de contribuir para outras pesquisas que nos aventuramos nessa viagem pelo arquivo, em busca de personagens e espaços que pudéssemos, de alguma forma, tateando e vasculhando com o olhar de quem vê e enxerga, o serpentear de corpos que nos fornecesse elementos dentro de uma paisagem e se deixassem ouvir. Essa lição, brotada da intuição, persistirá em outras viagens em que a bagagem serão os desejos e os sonhos em busca de mais experiências, que jamais farei só. Outras mãos e outros olhos acompanharam essas buscas e os passos caminhantes.

O pesquisador não é um viajante solitário, vozes, murmúrios e olhos estão sempre a acompanhar seus devaneios. Os olhos e sussurros espalhados por documentos antigos e recentes, vozes que saltam desses papéis para dar vida à memória de um passado distante ou mais recente possibilitando-nos reescrever novas histórias, a duas, quatro ou mais mãos, mesmo que sejam mãos e olhos invisíveis de viajantes que já partiram para sua última viagem.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES
1.1 . DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Capítulo I

APMT – CAIXA: 1856 B2 – DOC. 4961 – Ofício do 1.º secretário do IHGB, Joaquim Manoel de Macedo, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, datado de 9 de agosto de 1856.

APMT – CAIXA: 1859 C2 – DOC. 7213 – Oficio do capitão tenente comandante do quartel do corpo de imperiais marinheiros em Cuiabá, Antonio Joaquim Ferreira Nunes, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, datado de 17 de dezembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 138 – Oficio enviado pelo diretor recém-nomeado para o Arquivo Público do Império, Antonio Pereira Pinto, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente Coronel Antonio Pedro de Alencastro, datado de 1.º de maio de 1860.

APMT – CAIXA: 1846 A – DOC. 3606 – Relatório da navegação dos Rios Guaporé, Madeira e Amazonas, enviado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti Albuquerque, pelo Senador José Saturnino da Costa Pereira, datado de 7 de julho de 1846.

APMT – CAIXA: 1859D1 – DOC. 7316 – Oficio do chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, datado de 31 de agosto de 1859.

APMT – 1839 – CAIXA 01 – A.M. DOC. 6639 – Oficio do chefe de esquadra Augusto Leverger, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Estevão Ribeiro de Rezende, datado de 16 de maio de 1839.

APMT – CAIXA: 1848 B2 – DOC. 4798 – Instruções dirigida ao capitão Augusto Leverger pelo Senador do Império do Brasil, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba), datado de 17 de junho de 1848.

APMT – CAIXA: 1849 – DOC. 5192 – Relato de viagem realizada pelo tenente do corpo fixo de caçadores, Francisco Bueno da Silva, do Presídio de Miranda com destino ao Quartel de Albuquerque, entre os dias 22 de novembro e 12 de dezembro de 1848.

APMT – CAIXA: 1851 D – DOC. 08 – Ofício dirigido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, José da Costa Carvalho, (Visconde de Mont'alegre), pelo capitão Augusto Leverger, datado de 17 de maio de 1851.

APMT – CAIXA: 1855 B1 – DOC. 3671 – Itinerário de viagem do capitão Joaquim Antonio Xavier do Valle, partindo de Vila Antonina para o varadouro entre os Rios Brilhante e Nioac, em uma expedição de Trem de Guerra, operários e soldados, datado de 15 de agosto de 1855.

APMT – CAIXA: 1848 B1 – DOC. 4674 – Oficio do subdelegado de polícia João José Pereira, dirigido ao capitão Caetano da Silva Albuquerque, datado de 10 de dezembro de 1848.

APMT – CAIXA: 1853 B1 – DOC. 1971 – Carta enviada ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, pelo missionário apostólico frei Antonio de Molinetto, datada de 29 de março de 1853.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 169 – Ofício do Paço da Câmara Municipal de Miranda, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, datado de 8 de setembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1859 B – DOC. 7028 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo capitão do destacamento do Nioac, Luiz Soares Viegas, datado de 28 de abril de 1859.

APMT – CAIXA: 1856 C1 – DOC. 4981 – Ofício n.º 19 da Câmara Municipal do Alto Paraguai Diamantino, enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, datado de 26 de dezembro de 1856.

APMT – CAIXA: 1860 E1 – DOC. 11 – Relatório n.º 10 do alferes Antonio João Ribeiro, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, datado de 30 de junho de 1860.

APMT – CAIXA: 1859 B – DOC. 7030 – Ofício do chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, datado de 23 de novembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 C – DOC. 7196 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo comandante Francisco de Arruda Leite, acompanhando mapas dos viandantes, datado de 1.º de julho de 1859.

APMT – CAIXA: 1857 C2 – DOC. 6014 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Albano de Souza Osório, pelo 2.º sargento comandante do destacamento do Rio Grande, Francisco de Arruda Leite, acompanhando mapas dos viandantes, datado de 1.º de setembro de 1857.

APMT – CAIXA: 1857 C2 – DOC. 6015 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Albano de Souza Osório, pelo 2.º sargento comandante do destacamento de São Lourenço, José Carlos de Pinho, acompanhando mapas dos viandantes, datado de 31 de outubro de 1857.

APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6099 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Albano de Souza Osório, pelo tenente coronel do batalhão de capitão, comandante do distrito militar de Mato Grosso, Joaquim da Costa Rego Monteiro, acompanhando mapas dos viandantes, datado de 31 de dezembro de 1857.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo tenente coronel do Batalhão de Caçadores de Mato Grosso, João Nepomuceno da Silva Portela, datado de 31 de agosto de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314 – Ofício n.º 25, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo tenente coronel do Batalhão de Caçadores de Mato Grosso, João Nepomuceno da Silva Portela, datado de 25 de agosto de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314 – Ofício n.º 32, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo tenente coronel do Batalhão de Caçadores de Mato Grosso, João Nepomuceno da Silva Portela, datado de 12 de setembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1853 B2 – DOC. 2036 – Correspondência enviada ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, pelo Cônsul brasileiro em Portugal, Luiz Thomé de Miranda, datado de 17 de março de 1853.

APMT – CAIXA 1859 D3 – DOC. 7591 – Breve descrição do método de determinação da longitude, pelas observações das passagens da lua e de uma estrela pela mesma altura, segundo o astrônomo Emmanuel Liais, feita por Manuel da Cunha Galia, datado de 1859.

Capítulo II

APMT –CAIXA: 1857 A2 – DOC. 5762 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo chefe de polícia, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, com parecer emitido pelos Srs. Manoel Eleutherio de Pinho e Estevão do Nascimento, datado de 12 de janeiro de 1857.

.

APMT –CAIXA: 1858 C2 – DOC. 6686 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, general Joaquim Raimundo de Lamare, pelo major chefe da comissão de engenheiros, bacharel José de Miranda da Silva Reis, datado de 10 de junho de 1858.

APMT – CAIXA: 1860 D3 – DOC. 255 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelos diretores da Companhia Empresaria do Theatro, João Baptista de Oliveira, Manoel Antunes de Barros e Joaquim Gaudie Ley, datado de 30 de abril de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B3 – DOC. 274 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo diretor interino da Companhia Empresaria do Theatro, Antonio Peres Campello Jacomo, datado de 2 de maio de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B3 – DOC. 290 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado do Rio de Janeiro pelo presidente da Imperial Companhia Seropedica Fluminense, Francisco José Cardozo, datado de 24 de março de 1860.

APMT – CAIXA 1858 B1 – DOC. 6486 – Ofício n.º 37, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, datado de 3 de março de 1858.

APMT – CAIXA: 1860 D2 – DOC. 124 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuíno Sousa Martins, datado de 23 de novembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 D2 – DOC. 124 – Ofício dirigido ao chefe de polícia, Jesuíno Sousa Martins, enviado pelo comandante da Companhia de Força Policial, Gregório Rodrigues Ferreira, datado de 23 de novembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B3 – DOC. 293 – Ofício (em francês), dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, pelo súdito francês Bouret, datado de 2 de janeiro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 D3 – DOC. 299 – Ofício do inspetor da saúde pública, Dr. José Antonio Murtinho dirigido ao Presidente e Comandante das Armas da Província, Antonio Pedro de Alencastro, datado de 2 de janeiro de 1860.

APMT – CAIXA: 1856 A2 – DOC. 4702 – Ofício dirigido ao comandante da Companhia de Pedestre, enviado pelo Chefe de Polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, datado de 29 de junho de 1856.

APMT – CAIXA: 1859 C2 – DOC. 7219 – Ofício dirigido ao chefe da Companhia de Engenheiros, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, enviado pelo auxiliar tenente de engenheiros, Manoel Feliciano Monis Freire, datado de 11 de maio de 1859.

APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4246– Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo capitão dos índios, Manoel José, datado de 19 de junho de 1855.

APMT – Livro 19 – 1827 – Registros de portarias e ordens expedidas pela Presidência da Província – Livro 3.º 1827 – Abril. Pág. 8, verso – ordem do presidente da província de Mato Grosso, Jozé Saturnino da Costa Pereira, datado de vinte e oito de abril de 1827.

APMT – Livro 19 – 1827 – Registros de portarias e ordens expedidas pela presidência da Província – Livro 3.º 1827 – Abril. Pág. 10, verso – Ofício do presidente da província de Mato Grosso, Jozé Saturnino da Costa Pereira, dirigido ao Sr. Langsdorff, datado de vinte e trinta de abril de 1827.

APMT – CAIXA 1859 D3 – DOC. 7541 – Nomes das ruas lançadas no Livro da Coletoria Provincial, nos anos de 1839 e 1859, datado de [1859].

APMT – CAIXA: 1856 B1 – DOC. 4821– Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo particular sargento ajudante comandante do destacamento do Rio Grande, José Mendes Malheiros, datado de 12 de fevereiro de 1856.

APMT – CAIXA: 1858 C1 – DOC. 6608 – Anexo ao ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo 1.º tenente de engenheiros, Epifanio Candido de Sousa Pitanga, datado de 3 de dezembro de 1858.

APMT – CAIXA: 1858 C1 – DOC. 6595 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, pelo 1.º tenente de engenheiros, Manoel Feliciano Monis Freire, datado de 21 de agosto de 1858.

APMT – CAIXA: 1854 B2 – DOC. 3172 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado do Rio de Janeiro, pelo Secretário Perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Dr. Manoel de Oliveira Fausto, datado de 28 de junho de 1854.

APMT – CAIXA: 1848 A – DOC. 4496 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Nunes da Cunha, pela Firma Barreto e Companhia, de Lisboa, datado de 26 de junho de 1848.

APMT – T. RELAÇÃO – Processo N.º 146 – Caixa: 05 – Ano 1838 – Juízo de paz da freguesia de São Luiz de Vila Maria. Autor: tenente Antonio José de Almeida. Acusados: Pascoal Aparecido Paredes, José Pereira de Mesquita, José Pedro de Faria, Benedito Souza Canavarros e Luiz Antonio de Souza. Auto de Corpo de Delito.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7316 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, enviado pelo chefe de polícia, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, datado de 31 de agosto de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 C2 – DOC. 7217 – Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, pelo senhor Carlos H. Taylor, de Assunção Paraguay, datado de 19 de novembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 C2 – DOC. 7217 – Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, pelo senhor Carlos H. Taylor, de Assunção Paraguay, datado de 19 de novembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 C2 – DOC. 7217 – Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, pelo senhor Carlos H. Taylor, de Assunção Paraguay, datado de 14 de dezembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1858 B1 – DOC. 6567– Oficio dirigido ao vice presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Albano de Souza Osório, enviado pelo Paço da Câmara Municipal da Cidade de Mato Grosso, datado de 26 de fevereiro de 1858.

APMT – CAIXA: 1853 B2 – DOC. 2019 – Oficio dirigido ao Senador Antonio Paulino Limpo de Abreu, enviado do Rio de Janeiro, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Felippe José Pereira Leal de Assunção, datado de 25 de novembro de 1853.

APMT – CAIXA: 1860 A4 –DOC. 302– Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo comandante do distrito militar do Baixo Paraguai em Corumbá, Gabriel Alves Fernandes, datado de 11 de agosto de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 C1 – DOC. 11– Requerimento e Pareceres dirigidos ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviados pelo senhor Joaquim José Gomes da Silva, datados de 25 de julho de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 C1 – DOC. 14– Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo senhor Joaquim José Gomes da Silva, datado de [setembro] de 1860.

APMT – CAIXA 1859 D1 – DOC. 7383– Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai em Corumbá, Gabriel Alves Fernandes, datado de 20 de dezembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1861 B – DOC. S/N.º– Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo major Jozé Constantino de Oliveira, datado de 24 de agosto de 1861.

APMT – CAIXA: 1853 B2 – DOC. 2019 – Carta dirigida ao Ministro D. Bento Varela, enviada pelo Consul Geral do Brasil na República do Paraguai, Amaro Jozé dos Santos Barbosa, datada de 16 de agosto de 1853.

APMT – CAIXA: 1854 A1 – DOC. 2854 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo 1.º sargento encarregado da Colônia Militar de Miranda, João Manuel Henrique, datado de 03 de dezembro de 1860. (Este documento foi produzido no ano de 1860, mas encontra-se na caixa o ano de 1854).

APMT – T. RELAÇÃO – 1838 – PROC. 144 – CAIXA 05 – Comando das armas de Cuiabá. Autor: Justiça Militar. Local: Cuiabá. Ano: 1838. Réu: capitão da 2.ª linha Floriano José de Oliveira.

APMT – CAIXA: 1860 C3 – DOC. 206 – Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo comandante da estação naval, Lourenço da Silva Araújo, datado de 27 de junho de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 D1 – DOC. 29– Modelo e Contrato apresentado pelo comandante-mór da fronteira de Miranda, major Agostinho Maria Piquet, datado do ano de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 D2 – DOC. 181– Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo administrador da Mesa de Rendas em Albuquerque Antonio Honorio Ferreira, datado de 30 de setembro de 1860.

APMT – Livro de registro da Diretoria Geral dos Índios: 1848-1860 – Livro n.º 101 – p. 14 – Lista dirigida ao Ministro e Secretário de Negócios do Império, Joaquim Marcelino de Brito, elaborada e enviada por Joaquim Alves Ferreira, diretor geral dos índios em Cuiabá, datada de 30 de setembro de 1860.

APMT – CAIXA 1857 A2 – DOC. 5799 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado do Rio de Janeiro, por Caetano Maria Lopes Gama, o Visconde de Maranguape, datado de 18 de março de 1858.

APMT – CAIXA: 1857 B1 – DOC. 5857 – Abaixo assinado dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado por lavradores e proprietários da Província, datado de 23 de abril de 1857.

APMT – CAIXA: 1860 E1 – DOC. 12 – Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo capitão comandante do quartel da Companhia de Artífices de Mato Grosso em Cuiabá, Benedicto Mariano de Campos, datado de 09 de junho de 1860.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314 – Ofício dirigido ao chefe de divisão e Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, enviado pelo comandante do distrito militar de Vila Maria, tenente coronel João Nepomuceno da Silva Portela, datado de 31 de agosto de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7314 – Ofício n.º 25, dirigido ao chefe de divisão e Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, enviado pelo comandante do distrito militar de Vila Maria, tenente coronel João Nepomuceno da Silva Portela, datado de 25 de agosto de 1859.

APMT – CAIXA: 1860 E2 – DOC. 142 – Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, acompanhando mapas de viandantes, enviado pelo comandante do distrito militar de Mato Grosso, Manoel Alves Pereira da Mota, datado de 31 de dezembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6316 – Relatório dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo chefe de polícia, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, datado de 09 de janeiro de 1857.

APMT – CAIXA: 1857 D2 – DOC. 6162 – Ofício n.º 43, dirigido ao Presidente e Comandante das Armas da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo chefe de polícia, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, datado de 06 de março de 1857.

APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6284 – Ofício n.º 2, dirigido ao chefe de divisão e presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo Paço da Câmara Municipal de Cuiabá, datado de 06 de março de 1857.

APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 238 – Oficio n.º 85, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia interino, Firmo José de Mattos, datado de 04 de junho de 1860.

APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6289 – Ofício n.º 35, dirigido ao chefe de divisão e presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pela Câmara Municipal da Cidade de Mato Grosso, (acompanha requerimento com data de 12 de dezembro de 1856), datado de 10 de março de 1857.

APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6282 – Ofício dirigido à Câmara Municipal da Cidade de Mato Grosso, pelo cidadão Luciano Rodrigues Montemór, datado de 10 de março de 1857.

APMT – CAIXA: 1857 E2 – DOC. 6284 – Ofício n.º 10, dirigido ao chefe de divisão e presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo Paço da Câmara Municipal de Cuiabá, datado de 23 de fevereiro de 1857.

APMT – Discurso do presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, datado de 1.º de março de 1845.

APMT – Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial datado de 3 de maio de 1849.

APMT – Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1850, pelo presidente da província de Mato Grosso, coronel João José da Costa Pimentel.

APMT – Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851.

APMT – CAIXA 1857 A2 – DOC. 5774 – Ofício dirigido ao vice presidente da província de Mato Grosso, Albano de Souza Osório, enviado pelo empreiteiro Joaquim da Costa Freire, datado de 18 de Abril de 1857.

APMT – CAIXA 1859 E – DOC. 7664 – Decreto da Assembleia Legislativa Provincial apresentado em 07 de junho de 1859, passado em primeira discussão a 09 de junho e em segunda discussão a 21 de junho, pelos deputados Alves Ribeiro, Lins da Silva e L. de Faria.

APMT – CAIXA: 1860 – DOC. 157 – Ofício dirigido ao capitão diretor interino do Arsenal de Guerra em Cuiabá, Apolonio Peres Campello Jacomo, pelo Pedagogo do mesmo Arsenal, José Maria das Neves, datado de 29 de agosto de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 – DOC. 157 – Ofício n.º 17 dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo capitão diretor interino do Arsenal de Guerra em Cuiabá, Apolonio Peres Campello Jacomo, datado de 29 de agosto de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 – DOC. 157 – Ofício dirigido ao capitão diretor interino do Arsenal de Guerra em Cuiabá, Apolonio Peres Campello Jacomo, enviado pelo pedagogo do mesmo Arsenal, José Maria das Neves, datado de 20 de novembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1859 C – DOC. 7196– Ofício dirigido ao chefe de divisão e presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, enviado pelo furriel comandante do destacamento do Rio Grande, Francisco de Arruda Leite, datado de 1.º de julho de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D3 – DOC. 7553 – Ofício dirigido ao chefe de divisão e presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, enviado pelo juiz municipal de órfãos e ausentes interino de Diamantino, Benedicto José da Silva França, datado de 3 de janeiro de 1859.

APMT – CAIXA 1860 C2 – DOC. 196 – Ofício n.º 156, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo capitão da Estação Naval, Lourenço da Silva Araújo Amasonas, a bordo do navio Paraguassú em Corumbá, datado de 22 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 A2 – DOC. 191 – Ofício n.º 272, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 26 de novembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 235 – Ofício n.º 25, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, tenente coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo delegado suplente encarregado da polícia, Thomaz Antonio de Miranda Roiz, datado de 06 de fevereiro de 1860.

APMT – CAIXA 1860 A3 – DOC. 242 – Ofício n.º 132, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 27 de agosto de 1860.

APMT – CAIXA 1860 A4 – DOC. 393 – Ofício n.º 31, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, datado de 27 de fevereiro de 1860.

APMT – CAIXA 1860 A4 – DOC. 410 – Ofício n.º 206, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 16 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA 1860 A 4 – DOC. 420 – Ofício n.º 128, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, interino, Firmo José de Mattos, datado de 20 de agosto de 1860.

APMT – CAIXA 1859 C – DOC. 7189 – Instruções do chefe de polícia da Província, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, datado de 09 de maio de 1859.

APMT – CAIXA:1860 B2 – DOC. 129 – Ofício n.º 261, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 24 de agosto de 1860.

APMT – CAIXA 1860 A 4 – DOC. 421– Ofício n.º 130, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 18 de novembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 125 – Ofício n.º 154, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 13 de setembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 128 – Ofício n.º 195, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 09 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 128 – Ofício n.º 215, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 21 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 128 – Ofício n.º 216, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 24 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 128 – Ofício n.º 221, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 27 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 128 – Ofício n.º 224, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 28 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 128 – Ofícios n.º 226 e 227, dirigidos ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 29 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 128 – Ofício n.º 258, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 15 de novembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 128 – Ofício n.º 259, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 16 de novembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B2 – DOC. 128 – Ofício n.º 235, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo chefe de polícia, Jesuino de Sousa Martins, datado de 02 de novembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 B3 – DOC. 288 – Carta dirigida ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviada pela cidadã Maria Thomazia de Jesus Velho, da cidade de Desterro, província de Santa Catarina, datada de 10 de novembro de 1860.

Capítulo III

APMT –CAIXA: 1858 CX-2 – DOC. 6432 – Instruções do Ministério dos Negócios da Marinha, no Rio de Janeiro, dirigido ao presidente da província de Mato Grosso Joaquim Raimundo de Lamare, enviada por José Antonio Saraiva, datada de 15 de fevereiro de 1859.

APMT –CAIXA: 1860 A1 – DOC. 100 – Relato do itinerário de viagem feita por Joaquim do Espírito Santo Barbosa, da cidade de Cuiabá à Vila de Santana do Paranaíba, datado de 11 de fevereiro de 1860.

APMT – CAIXA 1859 B – DOC. 7045– Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, conselheiro Joaquim Raimundo de Lamare, enviado por Juan Mendes Salgado, 1.º tenente capitão a bordo do Vapor Anhambay, no Porto de Cuiabá, datado de 1.º de março de 1859.

APMT – CAIXA: 1864 B – DOC. 5769 – Relatório de viagem dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, enviado pelo frei Ângelo de Caramanico, missionário apostólico em procura dos indígenas nos Rios Brilhante, Invinheima, Paraná e Iguatemi, datado de 3 de agosto de 1864.

APMT – CAIXA: 1864 – DOC. 266 – Oficio dirigido ao juiz de paz em exercício, José de Souza Brandão, enviado pelo frei Ângelo de Caramanico, datado de 4 de maio de 1860.

APMT – CAIXA: 1864 – DOC. 266 – Oficio dirigido presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo juiz de paz em exercício, José de Souza Brandão, datado de 5 de junho de 1860.

APMT – CAIXA: 1859 C – DOC. 7134 – Oficio dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão Joaquim Raimundo de Lamare, enviado pelo tenente comandante do quartel em Corumbá, Gabriel Albuquerque Fernandes, datado de 24 de agosto de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7361 – Oficio n.º 1, dirigido ao tenente coronel comandante do corpo de artilharia, Gabriel Alves Fernandes, enviado pelo capitão

encarregado dos terrenos públicos, Pedro Dias Paes Leme, da Povoação de Albuquerque, datado de 8 de julho de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7361 – Oficio n.º 2, dirigido ao capitão doutor Pedro Dias Paes Leme, encarregado das terras públicas, respondido e enviado pelo tenente comandante do quartel em Corumbá, Gabriel Alves Fernandes, datado de 9 de julho de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7361 – Oficio n.º 3, dirigido ao tenente coronel comandante do corpo de artilharia, Gabriel Alves Fernandes, enviado pelo capitão encarregado dos terrenos públicos, Pedro Dias Paes Leme, da Povoação de Albuquerque, datado de 9 de julho de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7361 – Oficio n.º 4, dirigido ao capitão doutor Pedro Dias Paes Leme, encarregado das terras públicas, respondido e enviado pelo tenente comandante do quartel em Corumbá, Gabriel Alves Fernandes, datado de 11de julho de 1859.

APMT – CAIXA: 1860 E1 – DOC. 10– Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel do corpo de engenheiros, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo capitão do corpo de engenheiros, Pedro Dias Paes Leme, datado de 25 de abril de 1860.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC 7310 – Oficio n.º 5, dirigido ao chefe de divisão e presidente da província Joaquim Raimundo de Lamare, enviado pelo alferes Antonio João Ribeiro, encaminhando relatório de viagem empreendida para o Destacamento de Lamare e, anexo o Inventario de objetos, levantado em 4 de setembro de 1859, datado ofício, 30 de setembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7383 – Ofício n.º 2 dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo tenente coronel comandante do distrito militar do Baixo Paraguai, Gabriel Alvarez Fernandes, datado de 20 de dezembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6034 – Ofício n.º 54, dirigido ao vice presidente da província de Mato Grosso, Albano de Souza Osório, enviado pelo chefe de polícia Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, datado de 21 de novembro de 1857.

APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6034 – Ofício dirigido chefe de polícia da província de Mato Grosso, Joaquim Augusto de Hollanda Costa Freire, enviado pelo alferes Antonio João Ribeiro, datado de 24 de novembro de 1857.

APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6034 – Relatório que acompanha o ofício n.º 54, dirigido ao vice presidente da província de Mato Grosso, Albano de Souza Osório, enviado pelo alferes Antonio João Ribeiro, do Feixo dos Morros, datado de 24 de setembro de 1857.

APMT – CAIXA: 1857 D1 – DOC. 6034 – Relatório que acompanha o ofício n.º 54, dirigido ao vice presidente da província de Mato Grosso, Albano de Souza Osório, enviado pelo alferes Antonio João Ribeiro, do Itacolomi, datado de 17 de novembro de 1857.

APMT – CAIXA: 1860 D1 – DOC. 15 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas dapProvíncia de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo Alferes Antonio João Ribeiro, datado de 4 de agosto de 1860.

APMT – CAIXA: 1855 B1 – DOC. 3675 – Ofício dirigido ao frei Marianno de Bagnaia, pelo presidente da província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, do Forte de Coimbra, datado de 28 de Junho de 1855.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7289 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado por dom José, Bispo de Cuiabá, datado de 13 de outubro de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7289 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado por dom José, Bispo de Cuiabá, datado de 14 de novembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7289 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado por Dom José, Bispo de Cuiabá, datado de 26 de novembro de 1859.

APMT – CAIXA:1851 A – DOC. 6185– Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, enviado pelo tenente coronel e comandante das armas interino, José Pedroso Duarte, datado de 24 de fevereiro de 1851.

APMT – CAIXA:1851 A – DOC. 6185 – Carta dirigida ao presidente da província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, da Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, datado de 21 de maio de 1851.

APMT – CAIXA: 1859 D1 – DOC. 7289 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado por frei Marianno de Bagnaia, da Aldeia do Bom Conselho, datado de 20 de dezembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4245 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, do Bom Conselho, datado de 22 de outubro de 1855.

APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4248 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, do Bom Conselho, datado de 12 de novembro de 1855.

APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4243 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, do Bom Conselho, datado de 1.º de março de 1855.

APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4243 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, da Aldeia do Bom Conselho, datado de 5 de dezembro de 1855.

APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4246 – Ofício dirigido ao presidente da rovíncia de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, enviado pelo capitão dos índios Manoel José, da Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho, datado de 19 de junho de 1855.

APMT – CAIXA: 1852 B1 – DOC. 56 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra, Augusto Leverger, enviado pelo diretor geral dos índios Henrique José Vieira, datado de 28 de dezembro de 1852.

APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4243 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, da Missão do Bom Conselho, datado de 2 de maio de 1855.

APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4243 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, diretor da Missão do Bom Conselho, datado de 30 de junho de 1855.

APMT – CAIXA: 1855 A2 – DOC. 4245 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, da Missão do Bom Conselho, datado de 25 de outubro de 1855.

APMT – CAIXA: 1845 C2 – DOC. 3278 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, enviado encarregado do comando da bandeira, João Baptista da Silva, datado de 12 de novembro de 1845.

APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 260 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo diretor geral dos índios, João Baptista de Oliveira, datado de 10 de janeiro de 1860, acompanhado de um anexo recebido por ele, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, vice prefeito e diretor dos índios de Miranda, datado de 20 de dezembro de 1859.

APMT – CAIXA: 1860 A3 – DOC. 261 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, diretor dos índios de Miranda, datado de 1.º de janeiro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 D2 – DOC. 125 – Ofício dirigido ao presidente e comandante das armas da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo Paço da Câmara Municipal da Vila de Miranda, datado de 16 de novembro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 A3 - DOC. 267 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, vice prefeito e diretor dos índios de Miranda, datado de 1.º de agosto de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 A3 - DOC. 270 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, vice prefeito e diretor dos índios de Miranda, datado de 8 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 A3 - DOC. 271 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, vice prefeito e diretor dos índios de Miranda, datado de 24 de outubro de 1860.

APMT – CAIXA: 1860 A3 - DOC. 291 – Ofício dirigido ao presidente da província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, enviado pelo frei Marianno de Bagnaia, vice prefeito e diretor dos índios de Miranda, datado de 12 de outubro de 1860.

1.2. FONTES IMPRESSAS

AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865-1866)**. Tradução e notas de Edgar Süssekind de Mendonça. Brasilia: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ANCHIETA, José de. **Cartas:** informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Cartas Jesuíticas; 3). Coleção reconquista do Brasil, 2. Série; v. 149).

Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá – 1719=1830. Trancrição e org. Yumiko T. Suzuki. Cuiabá-MT: Entrelinhas, Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

CONY, Carlos Heitor. **As viagens de Marco Polo**. Tradução Carlos Heitor Cony e Lenira Alcure. Rio de Janeiro: Ediouro, 2.ª edição, 2001.

Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e cartas anexas. Tradução de Américo Jacobina Lacombe, Belo Horizonte: Itatiaia, 1997 (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 166).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. BRANDÃO, Adelino (Org.) 2.ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. **Âncora Medicinal:** para conservar a vida com saúde**.** Tradução do latim Leônidas Querubim Avelino (UFMT). Texto modernizado Mourivaldo Santiago Almeida et. all. Cotia: SP, Ateliê Editorial, 2004.

LANGENDONCK, Madame van. (1798-1875). **Uma Colônia no Brasil**: narrativa de viagem ao Rio Grande do Sul em 1862. Tradução de Paula Berinson. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil.** Tradução e notas Sérgio Milliet, bibliografia Paul Gaffarel. Colóquio na língua basílica e notas tupinológicas, Plinio Ayrosa. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2007. (Coleção Reconquista do Brasil, 2.ª série, vol. 10)

LEVERGER, Augusto. **Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, n.º 19, Publicações Avulsas, 2001.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da. (Org.) **Os Diários de Langsdorff**. Tradução Marcia Lyra Nascimento Egg et. all. Editores: Bóris N. Komissarov et.all. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. Vol. I, II e III.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. **Compêndio histórico cronológicos das notícias do Cuiabá**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, n.º 54, Publicações Avulsas, 2002.

VIEIRA, Francisco Sabino Alves da Rocha. **Climatologia:** algumas notícias médicas e outras observações acerca da Província de Mato Grosso. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, n.º 13, Publicações Avulsas, 1998.

1.3. LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Leis do Brasil**. Gabinete da Presidência. Lei de 27 de outubro de 1831. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia nacional. 1878. Disponível no Arquivo Público de Mato Grosso.

MATO GROSSO. **Lei Provincial n.º 14 de 02/04/1837**. Livro n.º 01 de Leis Provinciais, folio 133 e ss. Disponível no Arquivo Público de Mato Grosso.

1.4. DISSERTAÇÕES E TESES

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo. **A sífilis em Cuiabá**: Saber médico, profilaxia e discurso moral (1870-1890). Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, 2003. Disponível em: <http://www.ppghis.com/site/index>. Acesso em 19/03/2014 às 23:47h

COSTA, Laís Dias Souza da. **Fatos e cousas nas crônicas da revista mato-grossense "A Violeta" (1916-1937).** Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá, Abril/2014

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar:** Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2003. Xerox.
Também disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6128>

JESUS, Nauk Maria de. **Saúde e doença:** Práticas de cura no centro da América do Sul (1727 – 1808). Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, 2001. Disponível em: <http://www.ppghis.com/site/index>. Acesso em 26/03/2014 às 19:26h

LEOTTI, Odemar. **Labirinto das almas. A Diretoria Geral dos Índios:** Política indigenista em mato Grosso (1831-1889). Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001. Também disponível em: <http://www.biblioteca digital.unicamp.br>

MARTINS, Eduardo. **Os pobres e os termos de bem viver:** Novas formas de controle social no Império do Brasil. Assis: Dissertação (Mestrado em história política), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Letras, 2003, 195f. Também disponível em <http://www.athena.biblioteca.unesp.br>

NASCIMENTO, Heleno Braz do. **A lepra em Mato Grosso:** Caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941). Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, 2001.
Disponível em <http://www.ppghis.com/site/index>. Acesso em 22/03/2014 às 13:27h.

VELOSO, Verônica Pimenta**. Farmácia na Corte Imperial (1851-1887):** Práticas e saberes. Tese (Doutorado) em História das Ciências da Saúde, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2007. Xerox. Também Disponível em: <http://arca.icict.fiocruz.br>

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade:** Considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 1998. Xerox.

1.5. ARTIGOS DE REVISTAS

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, n. 11, v. 5, 1991.

FONSECA, M.R.F. Fontes para a história das ciências da saúde no Brasil (1808-1930). **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, vol. 9 (suplemento), p. 275-228, 2002.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 5, n.1, p. 11-47, 2001.

KURY, Lorelay. Viajantes naturalistas do Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, v.: il. p. 863-880, 2001

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 15, n.29, p. 9-27, 1995

MARQUES, Ana Maria**.** O feminismo nas narrativas de mulheres da revista A Violeta - Cuiabá: 1916-1950. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 4, n. 1, jan/jul, 2011.

OLIVEIRA, Januária Teive de; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. As polêmicas entre Manoel Pereira Reis, Emmanuel Liais e Luiz Cruls na passagem do século XIX. **Revista da SBHC**, n.º I, p. 42-52, 2003

PACÍFICO, Soraya Maria Romano & ROMÃO, Lucília Maria Sousa. A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.73-90, jan/jun, 2006

PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando T. M. et. all. Apontamentos para estudos sobre a produção historiográfica em Mato Grosso (1970-2010). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, a. 173, n. 456, jul/set. p. 177-237, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, Junho/2007

REVISTA Anuário das Senhoras. Uma heroína infeliz. Edições da Sociedade anônima "O Malho", Rio de Janeiro, Ano XXI, p. 42, 1954.

SCHWARTZ, Lilian Moritz**.** O olhar naturalista: entre a ruptura e a tradição. **Revista de antropologia**, São Paulo: USP, v. 35, p. 146-167, 1992.

SEIXO, Maria Alzira. Entre cultura e natureza: ambiguidades do olhar viajante. **Revista USP**, São Paulo, v. 30, p. 190-238, junho/agosto, 1996.

SILVESTRE, Cyrillo. Chronica medica. **Brasiliensia Documenta**. Gazeta Médica do Rio de Janeiro, Moderatore et Auctore Edgard de Cerqueira Falcão, São Paulo: Brasil, Vol. X, Tomos I – II – III (1862-1864), p. 75, Ano MCMLXXVI.

1.6. REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; BERNARDES, Elizabeth Lannes. **Subordinação e rebeldia:** o papel da mulher na família nuclear moderna. In: Revista de Educação Pública da UFMT, Volume 6, Nº 011, Jan/Jun-1998. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo> Acesso em 14/03/2014 às 14:32h

COSTA, Célia. **O Arquivo Público do Império:** o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Revista Estudos Históricos.** Brasil, 14, fev. 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 11 Fev. 2014 às 22h.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A cicatriz do andrógino**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 101: 145-162, abr.-jun. 1991. Disponível em: <http://www.unig.br/cadernosdafael>. Acesso em: 08/03/2014 às 23:44h.

PAIVA, Kelen Benfenatti. **A mulher de letras: nos rastros de uma história**. Revista Ipotesi, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11-19, jul/dez. 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/ >. Acesso em: 30/08/2013 às 23:38h.

PELAZZOLO, Frei Jacinto de. **Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce**. Disponível no site da Brasiliana Eletrônica: <http://www.brasiliana.com.br/obras>. Acesso em: 30/09/2013 às 22:30h.

<http://pt.wikipedia.org/wiki.**Mulheres_na_filosofia**> - Acesso em: 08/03/2014 às 19:41h.

1.7. BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso:** trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888). Brasília-DF: Ministério da Fazenda, Departamento de Administração, Divisão de Documentação, 1984.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas:** mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1882. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: Edunb, 1993.

AMARAL, Luiz. **A mais linda viagem:** um "raid" de vinte mil kilometros pelo interior brasileiro. São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Melhoramentos de São Paulo, 1927.

ANCHIETA, José de. **Informações, fragmentos históricos e sermões**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

ANZAI, Leni Caseli.

ARROYO, Leonardo. **Carta a El-Rei D. Manuel** – Pero Vaz de Caminha. São Paulo: Dominus Editora, 1963.

ARAÚJO, Nara. **O tempo e o rastro:** da viagem e sua imagem. Tradução de Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Pioneiros da Arquitetura e da Construção em Campo Grande**. Campo Grande: UNIDERP, 2002.

AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de D. João VI**. Belo Horizonte: Editora UFMH, 2009.

AZEM, Marina. **As agruras dos trópicos:** a arte de curar em Mato Grosso no século XVIII. Cuiabá: Entrelinhas, 2009

BACELLAR Carlos. **Uso e mau dos arquivos**. In: Fontes históricas. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). 3.ª edição. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX. Cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: UNESP, 2003.

BARRETO, Nelia Maria Souza. **Água de beber no espaço urbano de Cuiabá (1790-1886)**. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato, 2007.

BARROS, Manoel de. **Biblioteca Manoel de Barros [coleção].** São Paulo: LeYa, 2013. 18 volumes.

BELUZZO, A. M. M. **O Brasil dos viajantes**. 3 ed. São Paulo: Fundação Odebrecht Metal livros/Objetiva, 2000.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos:** o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. Tradução Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____ **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda et. all. **Notas sobre médicos do passado mato-grossense**. São Paulo: Scortecci, 2012.

BOSSI, Bartolomé C. **Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos tributário do grande Amazonas:** com a descrição da província de Mato Grosso em seu aspecto físico, geográfico, mineralógico e seus produtos naturais. Tradução Maria do Rosário de Fátima Gomes Godinho. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, vol. 101.

BOTTON, Alan de. **A arte de viajar.** Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451:** a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima. São Paulo: Globo, 2009. (Coleção Globo de Bolso).

BRAGA, Marcos Pinto (Org.). **II Seminário Internacional sobre o acervo da expedição Científica de G. I. Langsdorff.** Brasília: Secretaria de Ciência e tecnologia, 1990.

BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. (Orgs.) **Memórias e (re) sentimentos:** indagações sobre uma questão sensível. 2.ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BUFFON, Georges Louis Leclerc; DUCHET, Michelle. **De l'homme**. Paris: F. Maspero, 1971.

BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história – novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista-Unesp, 1992.

CALVINO, Ítalo. **O castelo dos destinos cruzados**. Tradução Ivo Barroso. 2.ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____ **As cidades invisíveis**. 2.ª ed. Tradução de Diogo Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CAMPOS, Cristina. **Manoel de Barros:** o demiurgo das terras encharcadas – educação pela vivência do chão – Cuiabá, MT; Carlini & Caniato, 2010.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Pequeno manual do doente aprendiz:** notas e imaginações. 3.ª edição. Natal-RN: EDUFRN, 2010. (Coleção Câmara Cascudo: memória)

CARVALHO, José Murilo. **Teatro de sombras:** a política imperial. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. et.al (Org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil:** capítulos de história social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CORRÊA, Valmir Batista. **História e Violência em Mato Grosso, 1817-1840**. Campo Grande: Ed.UFMS, 2000.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969.

_____ **A cidade do ouro e das ruinas. Matto-Grosso – Antiga Villa-Bella:** o rio Guaporé e a sua mais illustre victima. 2ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1923.

_____ **Alexandre Rodrigues Ferreira:** vida e obra do grande naturalista brasileiro. Edição illustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Série 5.ª vol. 114 da Bibliotheca Pedagogica Brasileira – Brasiliana, 1939.

_____ **Leverger:** o bretão cuiabanizado. Cuiabá: Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979.

COSTA E SILVA. Paulo Pitaluga. **Governantes de Mato Grosso**. Cuiabá: Edição do Arquivo Público de Mato Grosso. 1993.

COSTA, Maria de Fátima & DIENER Pablo. **A América de Rugendas:** obras e documentos. São Paulo: Estação liberdade: Kosmos, 1999.

_____ **Cuiabá: rio, porto, cidade.** Cuiabá: Prefeitura Municipal e Secretetaria Municipal de Cultura, 2000.

_____ **Viajando nos Bastidores:** documentos de viagem da Expedição Langsdorff. Tradução de Peter Billaudelle et all. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

_____ **Bastidores da Expedição Langsdorff**. Cuiabá-MT: Entrelinhas, 2014.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DARWIN, Charles. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo**. Tradução de Pedro Gonzaga. Porto Alegre: L&PM, 2009. Vol. II.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres:** as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2005, p. 217-235.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente:** 1300-1800, uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

EDLER, Flávio Coelho. **Boticas & Pharmacias:** uma história ilustrada da farmácia no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder:** Formação do patronato político brasileiro. 2.ª edição, São Paulo: Edusp, 1975, 2. Vol.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Mulheres viajantes no Brasil (1764-1820):** antologia de textos. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

FRANCO, Stella Maris S. **Peregrinas de outrora:** viajantes latino-americanas no século XIX. Florianópolis: Editora Mulheres & EDUNISC, 2008.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil:** imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. – Cuiabá, MT; Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **A primeira história do Brasil:** história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

_____ **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____ **Olhos de madeira:** nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____ **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIOVANNETTI, Bruno. **No sertão do Paranapanema**. A Poligráphica. São Paulo, s/d. Xerox.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARDING, Paul. **A restauração das horas**. Tradução: Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

HOLANDA. Sergio Buarque de. **Monções**. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1945. Coleção Estudos Brasileiros.

_____ **Caminhos e Fronteiras**. 3.ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, Otávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KARNAL, Leandro & FREITAS NETO, José Alves. **A escrita da memória – interpretações e análises documentais**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004.

KOMISSAROV, Boris. **Da Sibéria à Amazônia – a vida de Langsdorff**. Tradução de Vistoria Namestnikova El Murr. Brasília: Langsdorff, 1992.

LA CONDAMINE, Charles Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas.** Brasília: Senado Federal, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3.ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta:** a experiência brasileira. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **A moreninha**. 23.ª ed. São Paulo: Editora Ática, Série Bom Livro, 1993.

MACHADO. Álvaro Manuel. **O Viandante**. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

MACHADO FILHO. Oswaldo. **Ilegalismos e jogos de poder:** um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais. Cuiabá, MT; Carlini & Caniato: EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

MELLO, Raul Silveira de. **A epopéia de Antonio João**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, vol. 71, 1969.

MENDONÇA, Rubens de. **Roteiro histórico & sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá**. Prefácio de Luís da Câmara Cascudo. 3.ª edição comemorativa ao Duocentésimo Quinquagésimo aniversário da elevação do Arraial a categoria de VILA REAL DO BOM JESUS DE CUIABÁ: 1727-1977. Edições Igrejinha, Cuiabá-MT: 1977.

_____ **Igrejas & Sobrados de Cuiabá**. 1.ª Edição. 2.ª Encadernação. Cuiabá-MT: 1978.

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) **Viagem incompleta:** a experiência brasileira. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

MONTEIRO, João Alberto Novis Gomes. **Pequena Viagem pela história da medicina.** Cuiabá: Edunic, 2001.

MOURA, Carlos Francisco. **A Expedição Langsdorff em Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Imprinta e UFMT, 1984.

MOURA, Carlos Francisco. **Médicos e cirurgiões em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, s/d

MÜLLER, Maria de Arruda & Dunga Rodrigues. **Cuiabá ao longo de cem anos**. Editora Eletrônica. Cuiabá-MT: 1994

NEIVA, Arthur. **Esboço histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

_____ **Daqui e de longe:** chrônicas nacionaes e de viagem. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1927.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Aproximações:** ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Gestos da leitura – Da história no discurso**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010.

_____ **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6.ª Ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M**. Ler o arquivo hoje**. In: ORLANDI, E. P. Gestos de Leitura: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2010. p. 49-59.

PERARO, Maria Adenir & Fernando Tadeu de Miranda Borges. **Mulheres e famílias no Brasil.** Cuiabá-MT: Carlini & Caniato, 2005.

_____**Bastardos do Império:** família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.

PERROT, Michelle. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____**História das mulheres no Ocidente (O século XX).** v.5. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995.

_____**Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____ As **Mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. (Coleção História)

_____**Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil:** evolução histórica. 1.ª edição Bauru, SP: Jalovi, 1980.

PINHO, Rachel Tegon de. **Cidade e loucura:** entre o censo de 1890 e a inauguração do pavilhão de alienados em Cuiabá. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

PRAT, Mary Louise. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido:** O tempo redescoberto. Tradução Lúcia Miguel Pereira, 15ª Ed. São Paulo Editora Globo S.A, 2009.

_____ **Em busca do tempo perdido:** A prisioneira. Tradução Manuel Bandeira e Lourdes Sousa de Alencar, 13ª ed. São Paulo: Editora Globo S.A, 2009. v. 5

REICHEL, Heloisa J. **Relatos de viagens como fontes para estudos de conflitos étnicos na região platina (séc. XIX)** In: Literatura & História – perspectivas e convergências. Bauru: SP, EDUSC, 1999.

REGO. Maria do Carmo de Melo. **Lembranças de Mato Grosso**. Várzea Grande: Edição Fac-similar de 1987. Fundação Júlio Campos, Coleção Memórias Históricas, vol I, 1993.

RIBEIRO, Lourival. **Medicina no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro (GB): Editorial Sul América S.A, 1971.

SAINT-PIERRE, Bernardin. **Paulo e Virginia**. Tradução Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Ícone Editora. Coleção Clássicos e Malditos, 1986.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas:** usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editora SENAC, 2007.

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal.** São Paulo: Companhia das letras, 1997.

_____ **A viagem do elefante**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SCOTT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 63-95.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

SGANZERLA, Alfredo. **A história do frei mariano de Bagnaia:** o missionário do pantanal. Campo Grande, MS: FUCMT, 1992.

SILVA, E. P. **O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso 1870-1930**. Cuiabá: Entrelinhas, 2004.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **Brasileiras célebres**. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial, 2004.

SILVA, Kalina Vanderley & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3.ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário Biográfico Mato-grossense:** Período Colonial – 1524-1822. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato, 2003. (Trilogia colonial mato-grossense – 3)

SILVA, Valentim Benício da. **Antonio João:** homenagem da Biblioteca Militar aos heróis de Dourados. Rio de Janeiro: Typ. B. Bloch & Irmãos, Biblioteca Militar Vol. VI, 1938.

SILVA, Zélia Lopes da. (Org.) **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP-FAPESP, 1999 – Seminários & Debates.

SIMIAND, François. **Método histórico e ciência social**. Bauru: EDUSC, 2003.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso:** da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____ . **História das mulheres.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: campus, 1997, p. 275-296.

SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 1, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui:** o narrador a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2.ª reimpressão, 2006.

TAUNAY, Visconde de. **Inocência.** 29ª. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995. (Coleção Prestígio).

_____ **Viagens de outr'ora:** scenas e quadros Mattogrossenses (1865-1867). São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos, 2.ª edição, 1921.

_____ **A Retirada da Laguna**. São Paulo: Edições Melhoramentos. Traduzida da quinta edição francesa por Affonso de E. Taunay. Décima Sexta Edição Brasileira, 1963.

TCHEKHOV, Anton. **Contos.** São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 2003.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas e escrituras**. In: PRIORI, Mary de. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442.

THOMAS, A. L. (Antoine Léonard). **O que é uma mulher?:** um debate. Tradução de Maria Helena Franco Martins, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**: origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THORWALD, Jürgen. **O segredo dos médicos antigos**. Tradução Alfredo J. Keller e Horst Müller Carioba, São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1990.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Entradas e bandeiras**. São Paulo: Global, 1985.